UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

Roberta dos Santos Souza

HISTÓRIAS INVISIBILIZADAS NA TERAPIA OCUPACIONAL:
contribuições das mulheres negras na construção da profissão

São Carlos - SP
2025

Roberta dos Santos Souza

HISTÓRIAS INVISIBILIZADAS NA TERAPIA OCUPACIONAL: contribuições das mulheres negras na construção da profissão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestra em Terapia Ocupacional.

Área de concentração: Terapia Ocupacional

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba

São Carlos - SP

Souza, Roberta dos Santos

HISTÓRIAS INVISIBILIZADAS NA TERAPIA OCUPACIONAL: contribuições das mulheres negras na construção da profissão / Roberta dos Santos Souza -- 2025.
435f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Patrícia Leme de Oliveira Borba
Banca Examinadora: Lívia Celegati Pan, Sofia Martins
Bibliografia

1. Terapia Ocupacional. 2. Mulheres Negras. 3. Escrevivências. I. Souza, Roberta dos Santos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado da candidata Roberta dos Santos Souza realizada em 27/06/2025 às 14h00.

_____
Prof. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba
Instituição UFSCar / UNIFESP

_____
Prof. Dra. Livia Celegati Pan
Instituição: UFSCar

_____
Prof. Dra. Sofia Martins
Instituição: UFTM

Dedico este trabalho às/aos nossas/os ancestrais.

Às mulheres negras deste país.

À todas as mulheres incansáveis na luta por direito e justiça.

Às mulheres negras que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente

Às que abriram caminhos, portas e janelas para que as pessoas negras tivessem acesso à educação.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do SUS.

Às mulheres desta pesquisa: Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Marcia Cabral da Costa, Rita de Cassia Barcellos Bittencourt e Gilma Corrêa Coutinho.

Às QUERIDAS do PPGTO.

A todas as Terapretas!

Às mulheres da minha família.

E às que surgem no solo árido brasileiro.

Às que virão!

Às mulheres negras Sankofas!

“Meu recado às mulheres,
Contem suas histórias
Descubram seu poder
De milhões de vozes
Que foram caladas por séculos”
Ryane Leão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à força do Sagrado que me faz esperançar e ter fé!

Pelos caminhos abertos.

Agradeço à minha família e aos que partiram tão precocemente: minha mãe, Maria da Conceição, Netinho e Marquinho.

Agradeço à minha existência pela coragem, persistência, audácia em acreditar na vida, no infinito, no afeto e na delicadeza.

Agradeço a cada palavra, gesto, intenção, oração e incentivo das tantas pessoas que cruzaram meu caminho neste percurso e mostram que um sonho sonhado junto é realidade.

Agradeço à minha psicóloga Lucinéia Nicolau, com a qual compartilho ao longo destes anos de vida as conquistas, as alegrias e as angústias e que, com afeto, sutileza e perspicácia, seguem me fortalecendo no caminhar!

Agradeço às preciosas Queridas: Flor de Alice, Fabíola, Ana Cris, Jamile, Rosiene, Beatriz, Kétlin e Fernanda pelo encontro, afeto, disponibilidade e empenho em construir e produzir saberes, tocar e encantar vidas, caminhos e trajetórias.

Agradeço às docentes do PPGTO pelas dicas assertivas e sensíveis que culminaram neste trabalho: Amanda Dourado, Alekin Ambrósio, Livia Pan, Giovanna Morato e Patrícia Borba.

Agradeço à Turma 018 da Terapia Ocupacional da UNIFESP.

Agradeço ao Residencial Ampliação, pela parceria e flexibilidade que foi essencial para cursar as disciplinas da PPGTO.

Agradeço à Pastoral do Surdo da Paróquia Nossa Senhora das Graças: os domingos e os encontros são mais plenos com vocês.

Agradeço aos membros da banca de qualificação: Sofia Martins e Lívia Pan, pelo carinho e generosidade, por toda palavra e contribuição repleta de cuidado e delicadeza; pude respirar em meio à apreensão do dia!

Às amigas, parceiras dos cafés, dos encontros e rolês: Ana Lua, Bárbara, Mari Fornos, Adriana, Janaina e Fernanda — é uma dádiva compartilhar a vida com vocês.

Agradeço às terapeutas ocupacionais negras desta pesquisa: não haveria pesquisa sem vocês. Compartilharam conosco a vida, o tempo, um pouco de si e da terapia ocupacional. A frase de Conceição Evaristo atualiza-se com vocês: “o importante não é ser o primeiro ou a primeira, o importante é abrir caminhos”.

Agradeço à orientadora, Patrícia Borba: você foi fôlego, acalento, parceria, respeito, quando eu estava desacreditada e perdida, foi guiando o meu caminhar de mãos dadas. A todo tempo, você me sonha com ação e oportunidades, sua implicação ética e de vida me fez ampliar, desejar e sonhar possibilidades com a pesquisa e a Terapia Ocupacional! Você me inspira!

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro.

“As pegadas das pessoas que andaram juntas
Nunca se apagam.”

Provérbio africano

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo buscar, identificar e escreviver as histórias e contribuições de terapeutas ocupacionais autodeclaradas negras brasileiras que se graduaram entre os anos de 1958 e 2000. O processo investigativo incluiu a análise de documentos históricos, o levantamento de artigos e produções alinhados à temática étnico-racial, a realização de entrevistas, entre outras fontes que permitiram a construção de um panorama amplo sobre a história do Movimento Negro, das mulheres negras na ciência e na Terapia Ocupacional. Partindo de diferentes itinerários para reunir os nomes das colaboradoras entrevistadas, foram produzidas nove escrevivências de terapeutas ocupacionais negras, a saber de: Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Márcia Cabral Costa, Rita de Cássia Barcellos Bittencourt e Gilma Corrêa Coutinho. As contribuições das terapeutas ocupacionais negras na construção e desenvolvimento da Terapia Ocupacional no Brasil é marcado por pioneirismo, compromisso ético-político, dedicação e produção de saberes em diferentes campos de atuação, tanto profissional quanto acadêmico. Todas as nove escrevivências, a sua maneira, colocaram luz nos seguintes temas: o percurso realizado para conhecer e adentrar na Terapia Ocupacional, como se tornaram mulheres negras – Terapretas, quais foram situações enfrentaram o racismo em seus cotidianos profissionais e, quais contribuições elas reconhecem e são reconhecidas no campo da Terapia Ocupacional. Destacamos dentre as principais contribuições: foram precursoras na expansão e implementação do curso de TO nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; na construção do Atelier Gaia (RJ); na atuação como consultora e coordenadora de projetos junto a grandes empresas brasileiras, ampliando os campos de inserção da profissão. No âmbito da pesquisa e da produção teórica, destacam-se: integrante do Grupo de Estudos Profundos de Terapia Ocupacional (GEs.TO), com aprofundamentos na teoria de Rui Chamone e publicações; no campo da docência, liderança na linhas de pesquisa -AAAfroNTO e do LAB Isè, consolidando epistemologias negras e interseccionais na Terapia Ocupacional; na consolidação e expansão da área de reabilitação física no Espírito Santo; Nas produções e práticas voltadas a comunidades quilombolas e ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, incluindo a participação em bancas de heteroidentificação como mecanismo de

garantia de ações afirmativas. No Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se na área da saúde mental, atuando em serviços substitutivos, dispositivos de cuidado comunitário e territoriais, com práticas voltadas à emancipação dos sujeitos, à garantia de direitos e ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos vulnerabilizados. Por fim, conclui-se que o reconhecimento dessas escrevivências é fundamental para a ampliação de uma Terapia Ocupacional Brasileira, crítica, plural, antirracista e comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Mulheres negras. Terapia Ocupacional. Escrevivências. Contribuições.

ABSTRACT

The research aimed to seek out, identify, and write about the life stories and contributions of self-identified Black Brazilian occupational therapists who graduated between 1958 and 2000. The investigative process included the analysis of historical documents, the review of articles and publications aligned with ethnic-racial themes, the conduction of interviews, among other sources that enabled the construction of a broad overview of the history of the Black Movement, Black women in science, and their participation in Occupational Therapy. Following multiple paths to identify the collaborators, nine escrevivências (lived and narrated experiences) of Black occupational therapists were gathered: Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Márcia Cabral Costa, Rita de Cássia Barcellos Bittencourt, and Gilma Corrêa Coutinho. The contributions of Black occupational therapists to the construction and development of Occupational Therapy in Brazil are marked by pioneering efforts, ethical-political commitment, dedication, and the production of knowledge across various areas of practice, both professional and academic. Were pioneers in the expansion and implementation of Occupational Therapy courses in the states of Rio de Janeiro and Espírito Santo; in the creation of the Atelier Gaia (RJ); and in their work as consultants and project coordinators in collaboration with major Brazilian companies, expanding the professional scope of the field. In the realm of research and theoretical production, their highlights include participation in the Grupo de Estudos Profundos de Terapia Ocupacional (GEs.TO), with deep engagement in the theories of Rui Chamone and related publications. In teaching, they have led research lines such as AAAfroNTO and LAB Isè, helping to consolidate Black and intersectional epistemologies within Occupational Therapy. Their work also contributed to the consolidation and expansion of physical rehabilitation in Espírito Santo; to community-based practices focused on quilombola communities and the fight against racial inequalities, including participation in hetero-identification committees as mechanisms for ensuring affirmative action policies. Within Brazil's Unified Health System (SUS), they have stood out in the field of mental health, working in substitute services and community- and territory-based care systems, with practices aimed at empowering individuals, ensuring rights, and strengthening the protagonism of socially vulnerable groups. The recognition of these

escrevivências is essential for advancing a Brazilian Occupational Therapy that is critical, plural, anti-racist, and committed to social transformation.

Keywords: Black women. Occupational Therapy. Escrevivências. Contribuições.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABBR	Associação Beneficente de Reabilitação
ABPN	Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AAAfroNTO	Atividades Afrorreferenciadas e Afroacessibilidade Cultural, Negritude e Terapia Ocupacional
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as)
DNA	Ácido desoxirribonucleico
ENDTO	Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional
ERRJ	Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro
FCMMG	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
FRASCE	Faculdade de Reabilitação e Associação de Solidariedade da Criança Excepcional
FNB	Frente Negra Brasileira
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa
GEs.TO	Grupo de Estudos Profundos de Terapia Ocupacional
HIV	Virus da Imunodeficiência Humana
INAR	Instituto Nacional de Reabilitação
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatísticas Aplicada
IR	Instituto de Reabilitação
LGBTQUIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer/ questionando, intersexuais, assexuais, agêneros, pansexuais e não- binárias
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
MNU	Movimento Negro Unificado
MTOD	Método Terapia Ocupacional Dinâmica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PJNV	Plano Juventude Negra Viva
PESCD	Programa de Estágio Supervisionado em Docência
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PPGTO	Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

LISTA DE ABREVIATURAS (CONTINUAÇÃO)

SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TEM	Teatro experimental do Negro
TO	Terapia Ocupacional
USP	Universidade de São Paulo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 16

1 INTRODUÇÃO 32

2 EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NEGRA 40

2.1 Mulheres negras e acesso ao Ensino Superior 41

2.2 Mulheres negras na ciência 44

2.3 Ações afirmativas 47

2.4 Breve histórico do Movimento Negro Unificado (MNU) 49

3 MULHERES NEGRAS NO BRASIL: RESSONÂNCIAS AMEFRICANAS 53

3.1.1 Violência letal 56

3.1.2 Renda, pobreza e desigualdade 56

3.1.3 Mercado de trabalho 57

3.1 Movimento de Mulheres Negras: pelo Bem Viver,Futuridade e Sankofa 60

3.2 Racismo cotidiano 66

4 HISTÓRIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL: TRANSFORMANDO O INVISÍVEL – VISÍVEL 69

4.1 Terapia Ocupacional: uma profissão predominantemente feminina 69

4.2 Terapia Ocupacional no Brasil e na América Latina 73

4.3 Terapia Ocupacional: a institucionalização da profissão 76

4.4 Terapia Ocupacional Social e produções plurais relacionadas as temáticas étnico-raciais 78

4.4.1 Yvonne da Silva Lara 84

4.4.2 Maria Margarida Trindade 91

4.5 Terapretas: tornar-se negra 92

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS: 96

5.1 A trilha proposta: escrevivência como método 96

5.2 Itinerário I: os caminhos possíveis 98

5.3 Itinerário II: Programa de Estágio Supervisionado De Capacitação Docente (PESCD) como estratégia de pesquisa 99

5.4 Itinerário III: tecendo redes 103

6 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS 104

6.1 Seleção das colaboradoras pela amostragem bola de neve 105

6.2 Procedimentos éticos 106

7 ESCREVIVÊNCIAS: AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS PARA CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO 108

7.1 Terapeuta Ocupacional Marta Soares 109

7.1.1 Conhecendo a profissão 110

7.1.2 Terapreta: tornar-se negra 112

7.1.3 Racismo cotidianos 113

7.1.4 Contribuições 114

7.1.5 Sobre a Terapeuta ocupacional colaboradora 115

7.2 Terapeuta Ocupacional Eliana Maria de Moraes 116

7.2.1 Conhecendo a profissão 116

7.2.2 Terapreta: tornar-se negra 117

7.2.3 Racismo cotidianos 118

7.2.4 Contribuições 118

7.3 Terapeuta Ocupacional Dalila Ribeiro Alves Vilella 120

7.3.1 Conhecendo a profissão 120

7.3.2 Trajetória profissional 121

7.3.3 Terapreta: tornar-se negra 122

7.3.4 Racismo cotidianos 124

7.3.5 Contribuições 124

7.4 Terapeuta Ocupacional Vanilza Rodrigues dos Santos 125

7.4.1 Conhecendo a profissão 125

7.4.2 Terapreta: tornar-se negra 128
7.4.3 Racismo cotidianos 130
7.4.4 Contribuições 134
7.5 Terapeuta Ocupacional Maria Bernadete da Silva Roque Faria 136
7.5.1 Vida em movimento: introdução 136
7.5.2 Conhecendo a profissão 139
7.5.3 Trajetória profissional 140
7.5.4 Terapreta: tornar-se negra 141
7.5.5 Contribuições 141
7.6 Terapeuta Ocupacional Haydeé Monteiro 142
7.6.1 Conhecendo a profissão 143
7.6.2 Trajetória profissional 144
7.6.3 Terapretas: tornar-se negra 146
7.6.4 Contribuições 147
7.7 Terapeuta Ocupacional Gilma Corrêa Coutinho 148
7.7.1 Introdução 148
7.7.2 Conhecendo a profissão 149
7.7.3 Trajetória profissional 150
7.7.4 Implantação do Serviço de Terapia Ocupacional 151
7.7.5 Reabilitação Física 154
7.7.6 Associação Capixaba de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 157
7.7.7 Aberturas dos cursos de Terapia Ocupacional no Espírito Santo 158
7.7.8 FAESA (Faculdade Integrada São Pedro) 159
7.7.9 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) 160
7.7.10 Trajetória profissional 163
7.7.11 Terapretas: tornar-se negra 164
7.7.12 Racismo cotidianos 165

7.7.13 Contribuições *167*
7.8 Terapeuta Ocupacional Rita de Cássia Barcellos Bittencourt **169**
7.8.1 Introdução *169*
7.8.2 Trajetória Profissional *170*
7.8.3 Conhecendo a profissão *170*
7.8.4 Terapretas: tornar-se negra *173*
7.8.5 Racismo cotidianos *175*
7.8.6 Contribuições *177*
7.8.7 Poesia Onírica TO *180*
7.9 Terapeuta Ocupacional Marcia Cabral Da Costa **180**
7.9.1 Ancestralidade *181*
7.9.2 Conhecendo a profissão *181*
7.9.3 Trajetória Profissional *182*
7.9.4 Terapreta: tornar-se negra *186*
7.9.5 Racismo cotidianos *187*
7.9.6 Contribuições *188*
7.9.7 Projeto Troca de Isè *190*
7.9.8 Conceito de Afroacessibilidade Cultural *193*
7.9.9 Curso de terapia ocupacional no Instituto Federal no Rio de Janeiro *194*
7.9.10 Finalização *197*
8 TRIBUTO ÀS MULHERES NEGRAS: ENTRELAÇAMENTO DAS HISTÓRIAS **198**
REFERÊNCIAS **209**
APENDICÊ A: ROBERTA DOS SANTOS SOUZA **223**
APENDICÊ B: CARTA DE AGRADECIMENTO **229**
ANEXO A — ROTEIRO DE ENCONTROS E ENTREVISTA **230**
ANEXO B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **231**

ANEXO C — ENTREVISTAS 237

MARIA BERNADETE DA SILVA ROQUE FARIAS 237

DALILA RIBEIRO ALVES VILELA 258

ELIANA MARIA DE MORAES 273

MARTA SOARES 284

VANILZA RODRIGUES DOS SANTOS 302

HAYDÉE MONTEIRO 323

GILMA CORRÊA COUTINHO 345

RITA DE CÁSSIA BARCELLOS BITENCOURT 378

MARCIA CABRAL DA COSTA 406

APRESENTAÇÃO

"Nunca é tarde para voltar e apanhar
o que ficou para trás."
Provérbio africano

Antes de iniciar o texto da dissertação, inicio minha escrevivência a partir da conclusão do ensino médio até a entrada no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) e neste tema de pesquisa, o qual é perpassado pela frase acima. Apresentar minha trajetória, nesta produção, é assumir meu local de mulher negra, filha, neta, irmã, sobrinha, maxi prima, madrinha, Tia Rô, terapeuta ocupacional, trabalhadora do SUS na saúde mental infanto-juvenil e do tornar-se pesquisadora, é escreviver minha história.

Também afirmando que nesta produção está implicado o comprometimento com os saberes ancestrais, com a ética do cuidado e a delicadeza que prezo, utilizando um referencial enegrecido repleto de intelectuais negras e negros, que se soma aos pensamentos indígenas, afrobrasileiros e afrodiaspóricos, os quais possibilitam cosmologias, experiências, perspectivas decoloniais, reescrevem a produção de conhecimento onde a academia se encontra com os territórios de vida e luta, e seguem fortalecendo as transformações políticas e sociais que tanto almejamos (David, 2021; Almeida, 2020).

Criada pela família estendida: minha avó Maria Helena e meu tio Marquinhos (in memoriam), após a morte prematura da minha mãe, quando eu tinha nove anos. Minha família viveu a experiência perversa de enterrar muitas pessoas jovens, e como foi difícil construir planos de futuro numa realidade onde as pessoas partem muito cedo. Entretanto, se hoje escrevo, é porque contei com o tempo, o encantamento pelo girassol, com suportes necessários e com a psicoterapia. Hoje, trabalho na saúde mental infanto-juvenil no CAPS IJ do Guarujá, recém-servidora da prefeitura municipal, recém-ingressa em abril de 2025: mais um sonho realizado!

O adinkra Sankofa me é caro, e talvez não consiga expressar na escrita o quanto ele permeia minha vida, por permitir reconfigurar, ressignificar a existência e a ancestralidade numa perspectiva daquela que volta à origem, semelhante ao ideograma do "conjunto Adinkra dos povos Akan - **Sankofa** que significa: *nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás*, constitui o símbolo da sabedoria de

retornar ao passado, como maneira de melhorar o presente e construir o futuro" (Oliveira, 2016, p.15).

Sempre me causou intenso mal-estar, durante a minha formação escolar e nos espaços públicos, a sobrecarga de informações sobre o período de escravização, em que se enfatizavam as narrativas de morte, violências e a "pseudoapatia" das pessoas negras. Aspectos presentes no senso comum, é evidente que fizeram parte de uma construção histórica para manutenção das hierarquias sociais vigentes no país, que são *falaciosas* e que mobilizaram a busca por outras perspectivas que ressignificassem essa "história tradicional". Graças às/aos que me antecederam, pude acessar outras narrativas que agregam, acolhem, nutrem, produzem bem-estar, subjetividade e nos dão outras referências de mundo, constituindo-nos com aquilo que carregamos de nossos/nossas ancestrais, deixando-nos um legado ancestral, político, cultural, religioso e simbólico grandioso.

Diante disso, aqui ressaltamos a história de determinação, empenho e organização das pessoas negras na luta por liberdade e direitos, como afirma Abdias Nascimento no livro *O genocídio do negro brasileiro* (2017), no qual enfatiza que as pessoas negras foram decisivas para a história econômica do Brasil. Sem escravos, jamais teria existido a estrutura econômica do país — foram essas pessoas que construíram as fundações da nova sociedade. Cação e Rezende Filho (2010) corroboram, afirmando que os negros escravizados representavam a maior força de trabalho, estavam nas plantações, nos serviços domésticos, nas manufaturas de açúcar, nos açougues, no comércio ambulante, nas oficinas de sapateiros, eram ferreiros, carpinteiros, construtores de estradas e casas, criadores de gado, entre outros.

O que essas pessoas tiveram, com a promulgação da Lei Áurea em 1888, foi a ausência de políticas públicas que não garantiu qualquer proteção social às pessoas negras recém-libertas. Apartadas do trabalho, excluídas do acesso à terra, sem acesso à educação e à instrução, foram acrescentadas desigualdades sócio-históricas que repercutem no cotidiano das pessoas negras em diversas esferas, até os dias de hoje. Não foram observadas as responsabilidades do Estado, da Igreja e dos senhores, deixando as pessoas escravizadas fora da sociedade, à "mercê da própria sorte" (Matta; Machado, 2021, p.37).

Graças às mobilizações dos movimentos negros e ao fato de o Brasil ser signatário da Conferência de Durban em 2001, na África do Sul (assumindo o

compromisso de propor, fortalecer e implementar políticas públicas de reparação e de enfrentamento ao racismo como a implementação das políticas de ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior), concebeu-se a lei 10639/2003, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino de história e de cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica do Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em 2009, bem como o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, a obrigatoriedade do quesito raça/cor a em todos os documentos em uso no Sistema Único de Saúde e, em 2014, a lei nº 12.990/2014, sobre as cotas nos concursos públicos (Gomes,2020).

Conheci essa narrativa anos depois... estava no primeiro ano do Ensino Médio quando foi aprovada a lei 10.639/2003, que dispõe sobre inclusão no currículo da história e da cultura afro-brasileira. A introdução da temática no currículo foi limitada; no entanto, um professor de história fez algumas tentativas. Recordo até hoje quando, em aula, ele tocou a música de Jorge Aragão-Identidade. Ali brotou uma faísca para o início da consciência racial. Nas demais disciplinas, eram praticamente ausentes a história afro-brasileira e a história indígena. Quando surgiam, as falas a respeito eram repletas de estereótipos, reflexos do processo histórico construído para manutenção das hierarquias sociais vigentes no país, e acumulavam-se desconfortos.

A indignação e a raiva foram molas propulsoras para estar no movimento da vida, pelo desejo de buscar outras formas de conjurar a minha história e de meus antepassados, criando microfissuras, mobilizando afetos, relações, (des)construções e curiosidades. Algo que me incomodava e me deixava inquieta era não saber sobre minha origem, antes da escravização. Há uma imensa lacuna na história das pessoas negras no Brasil sobre suas origens, antes da diáspora forçada, inclusive a minha. As poucas informações às quais tive acesso foram repassadas pela minha avó materna (hoje com 91 anos), Maria Helena dos Santos, natural de Capela, no Sergipe, pela tradição oral, um oráculo nesta Terra. Seus pais, exemplos de resistência e força, faleceram ambos com mais de 80 anos, contrariando a expectativa de vida no país: Maria José Melo, falecida aos 94 anos (em 2006) e José Caciano de Melo, com 87 anos — vidas longas, contrariando as estatísticas nacionais e também as da minha própria família.

Destaco as pessoas da minha família: minha mãe, Maria da Conceição dos Santos; minha avó, Maria Helena dos Santos; as tias Maria de Fátima, Maria Francisca (in memoriam) e Rosemary dos Santos; as primas Camila Bispo e Caroline Lima; a afilhada Maria Luiza Bispo; meu tio-parceiro Marquinhos (falecido vítima da Covid-19)

e Netinho (in memoriam). As bisavós e tataravós são (e foram) trabalhadoras incansáveis. Algumas delas, desde a tenra idade, iniciaram no trabalho doméstico. Através dessas pessoas, pude trilhar um caminho singular.

Hoje compreendo que precisamos estar fortalecidas/os e contar com redes de suporte para enfrentar/lidar com atos, atitudes e práticas racistas e discriminatórias. As inquietações de outrora me mobilizaram a buscar outras perspectivas que ressignificassem essa "história tradicional". Graças às/aos que me antecederam, pude acessar outras narrativas repletas de legado ancestral, político, cultural, religioso e simbólico grandioso, deixando pôr nossas/os antepassadas/os, que agregam, acolhem, nutrem e produzem bem-estar, outras subjetividades e referenciais de mundo.

Nesse sentido, busquei por meio de um exame de DNA preencher a lacuna de conhecimento sobre minha própria ancestralidade, junto com a minha avó. Os resultados demonstraram que os locais da minha história e da de meus antepassados se localizariam entre a Costa da Mina, o Oeste da África, a Senegâmbia e o Leste da África. Esses locais historicamente são reconhecidos, como os de origem do povo Ashanti[1], guardiões dos Adinkras. Saber disso foi acalentador. Apesar de alguns acharem o exame controverso, para mim e para minha avó a vida seguiu com novas referências.

Realizar o resgate ancestral, por meio do DNA, foi relevante pelo valor simbólico, afetivo, psíquico, subjetivo e social, auxiliando na construção de olhares múltiplos, reverberando na escrita, na visão de mundo, no pertencimento, na coletividade e no desejo de buscar, aprender e conhecer outras epistemologias e narrativas.

Acredito que o sonho de nossas/nossos ancestrais, através de lutas seculares, pôde ser concretizado com a implementação da Lei Federal 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, reconhecida como uma das principais políticas de ações

[1] Conta-se que, no século XVI, o rei do povo Gyaman, Nana Kofi Adinkra, disse que tinha o mesmo Banco de Ouro que o rei Ashanti – Osei Bonsu, líder do povo Akan (grupo cultural presente nos países africanos Gana, Togo e Costa do Marfim). Tradicionalmente, tal banco é visto como um adorno de extrema importância, que diferencia o reinado Ashanti dos demais. O povo de Gyaman também detinha o segredo da fabricação de estamparias em tecidos e tronos de ouro. Por esse "dizer", os líderes do povo Akan e Gyaman entraram em guerra e o rei Osei Bonsu venceu, sentenciando Adinkra à morte, além de ter seu manto utilizado como o grande troféu, a grande conquista. Foi assim que o povo Ashanti se apropriou e foi desenvolvendo a simbologia Adinkra, incorporando suas próprias filosofias (ética, valores, contos, provérbios, ditos populares, etc.), culturas e tradições. Ou seja, a simbologia Adinkra é perpassada pela(s) estética(s), cultura(s) e filosofia(s) de um povo, fundamentalmente, o povo Ashanti (Machado, 2019, p. 147).

afirmativas nas Instituições de Ensino Superior. Minha entrada no Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, no ano de 2013, é resultado dessa política, assim como ter ingressado no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) na Universidade Federal de São Carlos em 2023 e integrar uma turma composta, majoritariamente, de mulheres negras[2] autodeclaradas, em 2023.

Em toda a minha breve trajetória acadêmica, contei com pessoas que foram pontes, que me sonharam e seguem sonhando, que me deram ferramentas concretas e simbólicas, que foram segurança e auxílio quando em mim só havia incertezas e dúvidas. Contudo, posso afirmar que o acesso à educação transformou a minha vida e continua a transformá-la, através de oportunidades antes nunca sonhadas.

Também encontrei educadoras que foram bússolas no meu processo formativo, como a orientadora pedagógica Vandira Rabelo e a professora de português Vânia Lacerda, pelo incentivo e pela valiosa indicação do cursinho popular pré-vestibular Educafro[3] Guarujá — foi através do cursinho que iniciei a jornada acadêmica. A elas, minha eterna gratidão. Naquele primeiro dia no cursinho Educafro, em 2006, instauro uma escrevivência singular e distinta das mulheres negras da minha família: acessar o Ensino Superior.

Através do cursinho, pude cursar minha primeira graduação em Enfermagem, na condição de bolsista integral pelo Prouni. Essa experiência demarcava um divisor de águas, uma vez que eu seria a primeira mulher da família a ter cursado o Ensino Superior. Aqui cabe mencionar que, antes de iniciar o curso de enfermagem em 2007, conheci a terapia ocupacional em uma Feira de Profissões em Santos, em uma universidade particular. Apesar do interesse em cursar o curso, na época, a única possibilidade seria em uma universidade privada na Baixada Santista. Porém, minha família não tinha condições financeiras para custear as mensalidades ou manter alguém estudando em outra cidade.

---

[2] Desde a abertura do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional na UFSCar, em 2009, foram nos anos de 2022 e 2023 que se formaram as primeiras turmas majoritariamente de pessoas negras.

[3] Cursinho pré-vestibular popular, com o objetivo de reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias dessa causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira. Mais informações podem ser encontradas no site da iniciativa: https://educafro.org.br/site/

A entrada na universidade pública foi um sonho construído e idealizado no cursinho popular: tentei o vestibular na Unifesp em 2006 e não passei, mas segui com o curso de enfermagem, sabendo que um dia cursaria a graduação em Terapia Ocupacional. Era a meta do futuro, de quem está a esperançar, apesar das adversidades encontradas. Finalmente, em 2013, início o Curso de Terapia ocupacional na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) através da Lei Federal 12.711/2012 (Brasil, 2012), que garante, nos Estados brasileiros, a reserva de 50% das matrículas a alunos oriundos de escola pública e para os que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas, associados à renda familiar per capita (Felipe; Carvalho, 2021). Foi a concretização de um sonho.

No ano de ingresso, a graduação contava com pouca representatividade negra, apenas três alunas na turma 08 do curso de Terapia Ocupacional. Segundo Silva e Minhoto (2024), o perfil segue se modificando anualmente, os resultados mostram que as cotas incluíram estudantes pobres, negros e indígenas em uma proporção inédita. Depois de 2013, o ingresso de pessoas pretas nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) aumentou consideravelmente de 2010 para 2019.

Noto essa mudança quando sou aprovada no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Prefeitura de São Paulo, em 2017 (o campo de atuação seria na cidade de São Bernardo do Campo). Mais uma vez, através da política de ações afirmativas, sendo que a turma era majoritariamente de residentes negras.

Na cidade de São Bernardo do Campo, o campo de atuação compreendia, no primeiro ano o CAPS III Transtorno[4]. No segundo ano, haveria um rodízio nos demais serviços, como: CAPS Infanto-Juvenil, Unidade Básica de Saúde (UBS), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Consultório na Rua. Nos locais em que transitei, as equipes de saúde mental, NASF e Consultório na rua, com exceção dos residentes (dois médicos residentes da psiquiatra, um psicólogo, duas assistentes sociais e uma terapeuta ocupacional), todos os serviços eram predominantes compostos por profissionais brancos, assim como no local que em residi. Esses lugares me mobilizaram de tantas formas que seria impossível não me afetarem. Vivenciei a

[4] CAPS Centro de São Bernardo de Campo. O campo da residência era composto pela Rede de Atenção Psicossocial, Caps AD e Caps IJ. No segundo ano, fiquei na UBS do Jardim Represa e no Consultório na Rua. Além disso, durante dois meses, fiz estágio optativo no Consultório na Rua do Guarujá, no litoral de São Paulo.

dureza de (inúmeras vezes) ser a única pessoa preta do lugar. As parcerias e amizades foram fôlego, apoio e sustento para seguir.

Foi em São Bernado do Campo que escutei, em 2018, a frase inesquecível: "você é a primeira terapeuta ocupacional (TO) preta que conheço". Essa fala ecoou em inúmeros momentos que me incentivaram a escreviver, em consonância com Valério e colaboradores (2021), que falam sobre "o não lugar" e que ocupar esse espaço pode, também, estimular o desenvolvimento pessoal e profissional.

No mesmo ano de 2018, foi realizado o primeiro curso de Formação Pré-Acadêmica Abdias do Nascimento pela Cátedra Capóra da Unifesp, Campus Baixada Santista. Naquele espaço de troca e aprendizado, naquele quilombo acadêmico, pude conhecer outras epistemologias, intelectuais negras e negros, que me eram desconhecidos. Lembro do dia em que conheci a produção de bell hooks, *Vivendo de Amor*. Nessa leitura, fui capturada pela escrita intensa, pessoal e poderosa. Aquele espaço foi nutrição, resistência e permitiu construir novos vínculos afetivos que perduram até hoje.

A relevância da iniciativa de formação Pré-Acadêmica, foi de formar alunas/os para ingressarem na pós-graduação *stricto sensu,* e tem dado frutos. Sou fruto dessa iniciativa ao ingressar, em 2023, no Programa de Mestrado em Terapia Ocupacional na UFSCar, pelo sistema de ações afirmativas. Assim, toda a minha trajetória acadêmica foi viabilizada através das ações afirmativas. Agradeço ao Movimento Negro Unificado[5], que não desistiu de lutar e reivindicar pela educação pública para a população negra brasileira.

A temática étnico-racial tem me mobilizado, desde então, a participar de cursos de curta duração, palestras, rodas de conversa, encontros e leituras sobre o tema. Quando ingressei no PPGTO e na disciplina obrigatória Seminários de Teses e Dissertações, com as docentes Amanda Dourado e Giovana Garcia, com seus apontamentos e as sugestões sensíveis e delicadas para os projetos de mestrado, surge a indicação do livro *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: O Pioneirismo Negro* (David *et al.*,2021) e a indicação do 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, com o tema. Assim como a conversa frutífera com Alekin Ambrósio, mencionando algo que me captura, bem como nas orientações com a Profa. Patrícia Borba, as coincidências da vida se alinham e me conduzem.

[5] As cotas são resultado de ações afirmativas, que têm origens históricas, principalmente do Movimento Negro Unificado, por uma sociedade democrática e antirracista (Silva; Minhoto, 2024).

Finalmente, chego ao tema deste trabalho: (re)conhecer as terapeutas ocupacionais negras, suas histórias e contribuições para a profissão.

Durante o percurso, fui (e continuo sendo) movida pela curiosidade, pelo desejo e pelo interesse de buscar referências e suportes que encantassem e sustentassem o modo de pesquisar. Nesse período, concluí o curso *Ler o Brasil*, com intelectuais negras/os: Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Edson Cardoso e Muniz Sodré. O curso teve duração de dezesseis semanas e o objetivo de estimular e incentivar a leitura de autores/as negros/as, além de aprimorar a leitura sobre o Brasil, para organizar a ação coletiva.

Somado a isso, no SESC Santos, em agosto de 2023, participei de uma formação intitulada *População Preta: uma fronteira entre a loucura e a liberdade*, com o Coletivo Ebó de Palavras. Ademais, a ida ao 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (com o tema *Emancipação e Saúde: decolonialidade, reparação e (re)construção crítica*) em Recife, Pernambuco; o curso de extensão *Racismo e Serviço Social: por um exercício profissional qualificado na direção de uma sociabilidade livre do racismo*, ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outros cursos, enriqueceram minha formação.

No segundo semestre de 2023, cursei o Programa de Estágio Supervisionado em Docência (PESCD) na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no módulo *História e Fundamento em Terapia Ocupacional*, e tive a oportunidade de participar da organização da *Semana da Consciência Negra Unificada*, na qual junto com a Profa. Patrícia Borba (responsável pelo módulo) e com as/os alunas/os da turma, elaboramos e apresentamos a exposição *Histórias invisibilizadas na terapia ocupacional: contribuições das mulheres negras para construção da profissão*. No ano de 2024, com mais alguns cursos gratuitos e a participação no XIII COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as em Belém, no Pará, com o tema *A dimensão pública do racismo: desigualdades, reparação e equidade*, experienciei uma fartura de saberes, trocas, oficinas, discussões temáticas, mesas-redondas, apresentações gastronômicas e culturais. Esta pesquisa conta com o acúmulo proveniente destes cursos e congressos sobre a temática étnico-racial, os quais foram adubo para germinar este trabalho, sendo essenciais para o desenho desta pesquisa.

Com o advento das políticas de ações afirmativas, uma das hipóteses é que, com a adoção das cotas raciais nas instituições federais de nível superior, houve um aumento significativo na inserção de pessoas negras, corroborado com o documento

do SoU Ciência, *A mudança do perfil estudantil nas Instituições Federais de Educação Superior* (2024), o qual afirma que as cotas “incluíram estudantes negros, indígenas e pobres na educação superior em uma proporção inédita” (p. 84). Essa maior diversidade populacional vem se fortalecendo a partir da lei de cotas, uma “medida importante para enfrentar a desigualdade de acesso à educação superior” (SoU, 2023).

No entanto, a pesquisa está localizada num período anterior as políticas de ações afirmativas, marcado por complexidades e atravessamentos sócio-históricos do país, em nossa análise histórica inferimos que a falta de documentação histórica sobre o período constitui um dos achados da pesquisa e evidencia a ausência de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades raciais. Vale mencionar que, além das mazelas herdadas de séculos de escravização, após a institucionalização da Terapia Ocupacional no Brasil em 1956, o ano de 1964 foi marcado pelo início da ditadura militar.

Algumas hipóteses incluem: o período foi marcado por teorias raciais e eugenistas, pela ditadura militar e por imensas desigualdades sociais e raciais. O Brasil é o segundo país com a maior população negra fora do continente africano e apresenta um quadro de extrema desigualdade social e racial. Martins e Taquette (2024) afirmam que, no século XIX, a população negra foi impedida de acessar a educação pública por meio de leis como a Constituição Imperial de 1824, que estabelecia a educação primária gratuita para todos os cidadãos. No entanto, a cidadania era restrita a pessoas livres e libertas. Tais ações repercutiram por gerações, impedindo que a população negra acumulasse capital educacional.

Na primeira metade do século XX, o acesso à educação era extremamente limitado. Na década de 1940, 55,9% da população brasileira das camadas populares era analfabeta; na década de 1950, esse número foi de 50,5%; e, na década de 1960, de 39,6%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Daubermann (2019).

É muito recente, por parte das instituições de educação e pesquisa, a preocupação com o tema da educação dos negros brasileiros. Parte da ausência desses estudos justifica-se, por um lado, pela carência de fontes, recurso central para a história e os historiadores e, por outro, pelo desconhecimento das abordagens e práticas educativas dos pesquisadores e movimentos sociais negros no país. Em tempos atuais, quando se discute a implementação da Lei 10.639/03 ainda se faz

necessário a busca por respostas sobre como foi o processo de acesso do negro à escolarização. Afinal, “como o negro chegou à escola? [...] a ideia de que a

> trajetória escolar do negro é determinada exclusivamente por seu esforço pessoal, não se levando em consideração os processos históricos que impediram ora o acesso, ora a permanência e, em muitos contextos, o acesso e a permanência ao mesmo tempo, deste segmento no sistema educacional (Romão, 2005, p.11).

Oliveira (2022) aponta que, quando se é mulher e negra, as oportunidades podem ser invisibilizadas desde a infância, passando pela juventude até a vida adulta, configurando um ciclo intergeracional. A autora nos indaga: se essa criança, adolescente ou jovem não está na escola, onde ela está? Se nas salas de aula das universidades vemos poucas mulheres negras como estudantes, ainda menos as encontramos como professoras. Isso não ocorre por acaso ou por destino: as mulheres negras no Brasil ocupam posições inferiores na hierarquia do mercado de trabalho, exercendo funções manuais, braçais, de limpeza, domésticas, geralmente mal remuneradas, com jornadas extenuantes e em atividades pouco rentáveis (Queiroz; Santos, 2016) “as situações de precariedade vivenciada de modo geral, pelas mulheres sempre foi um impedimento ao avanço a sua escolarização” (Queiroz; Santos, 2024, p.73).

Oliveira (2020) relata que, desde a colonização, as mulheres negras eram encarregadas dos trabalhos domésticos e, atualmente, continuam a ocupar essas funções, que recebem menor remuneração, como faxineira, babá, cozinheira, lavadeira, entre outras ocupações. Desdobramentos históricos revelam que o lugar ocupado pelas mulheres negras são posições inferiores no mercado de trabalho, realizando atividades manuais, mal remuneradas e extenuantes, entre outras pouco rentáveis. A situação de precariedade vivenciada por elas sempre foi um impedimento ao avanço da escolarização, além das violências e da mortalidade, como o número de óbitos por aborto e o risco de morte materna (Queiroz; Santos,2 016; Barbosa; Oliveira; Corrêa, 2022).

A violência de gênero também atravessa o acesso ao Ensino Superior. Segundo as autoras, “esses dados têm uma relação direta com a educação superior, visto que a faixa etária mais afetada por essa violência seja jovens negros, seja mulheres negras, é a de 18 a 30 anos, ou seja, abrange a idade ao ingresso na educação superior” (Auad; Cordeiro, 2018, p.197).

Contudo, na “busca por ascensão social, as mulheres negras precisam empreender um esforço muito maior para adentrar no Ensino Superior, permanecer e concluir sua formação e ter espaço no mercado de trabalho” (Oliveira, 2022, p.4).

Cabe-nos, então, indagar diante de tais informações qual era o perfil estudantil nas Universidades brasileiras, públicas e privadas, no período de 1958 a 2000? Quais eram as pessoas que acessavam o Ensino Superior? A partir do recorte histórico de gênero e raça desta pesquisa, quem são as mulheres que acessaram o curso de Terapia Ocupacional? Quem são e onde estão as mulheres negras na Terapia Ocupacional? Quais são seus nomes, histórias, áreas de atuação, contribuições e legados?

Se faz necessário refletir sobre os desafios enfrentados para localizar terapeutas ocupacionais autodeclaradas negras desde período, refletir sobre quem teve acesso ao Ensino Superior em Terapia Ocupacional no Brasil, entre 1958 e 2000. Como apontam Porto e Silva (2023), a Terapia Ocupacional, sob uma ótica racializada, é composta majoritariamente por mulheres cis e brancas.

As terapeutas ocupacionais colaboradoras da presente pesquisa expõem como tais fatores atravessaram suas famílias, influenciaram o acesso e a permanência no espaço acadêmico, as interdições decorrentes da questão financeira, a jornada dupla de estudante e trabalhadora, o desejo de mudança e os percursos trilhados para alcançar e construir outras trajetórias de vida pessoal e profissional. É importante reconhecer todo o esforço, dedicação e empenho para que continuassem estudando, diante dos percalços do período de 1958 ao ano 2000.

Na busca por essas respostas, tivemos a oportunidade de encontrar e de escreviver, juntas, a história de nove terapeutas ocupacionais negras colaboradoras. Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Marcia Cabral da Costa, Rita de Cassia Barcellos Bittencourt e Gilma Corrêa Coutinho se dispuseram a compartilhar conosco seu tempo e sua história de vida. O processo artesanal e singular dos encontros com essas mulheres foi intenso e arrebatador.

São grandiosas, como afirmava durantes as entrevistas, são semelhantes aos magníficos Baobás, árvores proeminentes do continente africano, consideradas sagradas e reconhecidas como a árvore da vida para muitos povos de África. Podem atingir até seis mil anos de idade, com um porte majestoso de até trinta metros de altura e que pode armazenar, dentro de caule imponente, mais de cento e vinte mil

litros de água. Além disso, floresce apenas uma única noite por ano. Suas raízes representam os ancestrais e a conexão com a comunidade. Ou seja, essas mulheres são as raízes fortes e duradouras do compromisso ancestral no compartilhamento e na construção das Histórias da/na Terapia Ocupacional, sob a ótica feminina negra, como nos lembra Nêgo Bispo “Nós contamos história para fortalecer a nossa trajetória” *(*p. 25). Ele relembra nosso compromisso ético de sermos povos de trajetória, de circularidade: começo, meio e começo, não há fim. A magia do compartilhamento do saber assegura a imortalidade. Ele afirma:

> Se você ensinar tudo que o lhe ensinei a quem precisar, e enquanto quem aprendeu com você, está ensinando e passando pra frente o nosso conhecimento, eu estarei vivo, mesmo que esteja enterrado, mas se você deixar de ensinar o que lhe ensinei, eu estarei enterrado, mesmo que esteja vivo. A minha vida está em suas mãos, você é responsável pelo meu viver. Isso é relação com a ancestralidade, ela é viva, é agora, é trajetória (Santos, 2023).

Contar as trajetórias escreviventes das terapeutas ocupacionais negras na construção da profissão é afirmar que todas têm um papel na história da profissão, retirando do anonimato seus nomes e contribuições. É transformar as vítimas da opressão em atores políticos que protagonizam resistências e lutas (Gomes, 2020).

O processo de pesquisa envolveu a análise de documentos históricos, artigos, entrevistas e outras fontes que permitiram a construção de um panorama mais amplo sobre a importância dessas terapeutas ocupacionais no campo da Terapia Ocupacional. Uma das estratégias utilizadas na busca dos nomes foi o contato com as fontes primárias — as universidades no estado de São Paulo que abrigam o curso há mais de trinta anos. No entanto, não havia informações sobre o quesito raça-cor, o que corrobora que tais informações são proeminentes após as políticas ações afirmativas[6].

Voltamo-nos à organização da exposição “HISTÓRIAS INVIBILIZADAS NA TERAPIA OCUPACIONAL:CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO (nome homônimo a dissertação) ocorrida em 2023 e integrante do módulo História e Fundamento de Terapia Ocupacional, que compôs a Semana Unificada da Consciência Negra na UNIFESP, e que em 2024 esteve

[6] A referida lei apresenta um avanço significativo do acesso ao Ensino Superior a população negra, contudo, as mulheres negras estão em situação de maior desvantagem. Ainda enfrentam grandes desafios no cotidiano das relações universitárias (Valério ***et al.***, 2021).

presente no Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional na Universidade de Santa Maria (UFSM), bem como, novamente, ao módulo de História e Fundamentos, num esforço conjunto e colaborativo com as turmas 18 e 19 da UNIFESP, trazendo uma nova perspectiva para a discussão sobre a presença e o papel de mulheres negras na área.

Como nos diz hooks (2019):

> Erguer a voz, pensar como feminista, pensar como negra a fala pra nós não é somente uma expressão do poder criativo; é um ato resistência, um gesto político que desafia as políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. É um ato de coragem (hooks, 2019, p. 36).

As escrevivências dessas mulheres rompem com os silenciamentos e nos inspiram a sonhar novos tempos. Foram inventivas, aguerridas, audaciosas, destemidas e são preciosidades para Terapia Ocupacional brasileira, são memória e histórias vivas.

Optamos por apresentar as escrevivências das terapeutas ocupacionais colaboradoras em formato literal no corpo do texto, de forma contínua, retirando as perguntas e as falas da pesquisadora, explicitando quatro eixos temáticos provenientes das perguntas norteadoras, a saber: I. Conhecendo a profissão, II. Terapretas: tornar-se negra; III. Racismos cotidianos, e IV. Contribuições para a Terapia Ocupacional.

Também estão presentes nas escrevivências as complexidades e atravessamentos de ser mulher negra ao longo desse período estudado, dos obstáculos vividos, experenciados, do esforço para acessar o ensino básico (que não era uma garantia às camadas populares), da condição socioeconômica de limitação financeira e menor acesso a serviços e bens, a dupla jornada de conciliar os papeis de estudante e trabalhadora, o desafio diário de cursar uma profissão nova e, principalmente, o desejo latente por outra construção de futuro e Bem Viver[7],no qual a possibilidade de mudança da realidade social estava na aposta na educação.

[7] Bem Viver emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade. Buscamos fundamentos nas concepções milenares de Bem Viver que fundam e constituem as formas do social e do político a partir de princípios plurais que englobam novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza (política ambiental) e da cultura, enfim das formas que dão sentido e valor à nossa existência, calcada em uma visão utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).(Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, 2020, s,p).

As escrevivências aqui contadas buscam ampliar o olhar sobre a Terapia Ocupacional e sobre as histórias, conferindo visibilidade às muitas mulheres negras que lutaram e seguem lutando pela consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no campo da saúde mental, na área social e na reabilitação física, e que foram desbravadoras ao abrir caminhos.

Reconhecemos que cada história narrada é legitima e corresponde a um ponto de vista a partir do seu lugar social, território, classe, gênero e experiências. Não nos cabe averiguar, não sendo esta nossa intenção ou objetivo - realizar uma análise de conteúdo, mas sim permitir que histórias escreviventes de cada terapeuta ocupacional negra colaboradora desta pesquisa possa emergir, a fim de ampliar e compor as histórias da/na Terapia Ocupacional. De todo modo, compreendemos que o trabalho arqueológico de " escavação dos nomes" está muito distante do fim. Acreditamos que há diversos nomes a serem revelados.

A palavra contribuição utilizada nesta pesquisa, parte do pressuposto de uma construção coletiva, ancestral, a partir do sujeita/o, onde aquela/aquele contribui para seu povo/grupo/comunidade numa referência a filosofia UBUNTU[8].

Afinal, precisamos reconhecer outras vozes, sujeitas e sujeitos que estavam na linha de frente e foram silenciados e invisibilizados pelo fato de o grupo racial branco ser o principal reconhecido na Terapia Ocupacional.

Silva e colaboradores (2019) propõem valorizar a diversidade nas histórias da Terapia Ocupacional, que não é única e nem hegemônica; apresenta um movimento de Terapias Ocupacionais críticas, engajadas no compromisso ético e político diante das circunstâncias da vida, que se relacionam com o sofrimento e injustiça, por uma sociedade equânime e justa, atenta pôr/para compreender os desafios, as práticas de transformação e resistências.

É, portanto, um trabalho de reparação histórica e de mudança de perspectiva, como bem pontua Gabriela dos Santos Silva na sua tese *AQUILOMBADA RESISTO. FORJEMOS UM MUNDO NOVO! Escrevivências de Mulheres Negras Ativistas do Campo da Saúde da População Negra da Bahia* (2024), na certeza de que somos histórias, referências, resistências, cuidado, afetos, dores e existências. Falar de nós,

[8] Ubuntu como modo de existir é uma reexistência, uma forma afroperspectivista de configurar a vida humana coletivamente, trocando experiências, solidificando laços de apoio mútuo e aprendendo sempre com os outros. Na perspectiva ubuntu pode facilmente ser associado à ética ubuntu, porque se a realização de uma pessoa passa pelas outras, significa que a capacidade de partilhar com as outras é fator indispensável na construção individual(Nogueira, 2012,p.149).

por nós mesmas, com o horizonte da coletividade, sem estrelismo individual, na construção do Bem Viver, que enaltece a vida e surge da preocupação com a mudança social e política radical (Silva, 2024).

O objetivo geral deste trabalho é escreviver as histórias das terapeutas ocupacionais negras do período de 1958 a 2000. Tem como objetivos específicos compreender quando e como as terapeutas ocupacionais se reconheceram como negras e as repercussões cotidianas, além de apresentar as contribuições das terapeutas ocupacionais para a profissão e/ou na sua prática profissional.

A dissertação está organizada em **oito seções.** A introdução apresenta um panorama de onde iniciamos esta pesquisa, guiadas pelos Movimentos Negros. Na segunda seção, *Educação e População Negra*, apresentamos o processo histórico do acesso à educação, as ações afirmativas e o Movimento Negro Unificado, atores políticos engajados na mudança social por melhores condições de vida da população negra e de grupos vulnerabilizados. Na seção seguinte, *Mulheres Negras no Brasil*, abordamos o acesso ao Ensino Superior e à ciência, bem como o Movimento de Mulheres Negras, engajadas na luta por Bem Viver. A quarta seção, *Histórias da Terapia Ocupacional: transformando o invisível-visível*, passa pela TO no Brasil e na América Latina até a institucionalização da profissão no país e na Terapia Ocupacional no campo social, com apresentação de Yvone Lara e Maria Margarida Trindade. Seguem-se as seções *Caminhos Metodológicos* e *Procedimentos de coleta e seleção das colaboradoras*. Finalmente, temos a seção *Escrevivências*, com a apresentação das nove escrevivências das terapeutas ocupacionais colaboradoras da pesquisa: Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Marta Costa Cabral, Rita de Cassia Barcellos Bittencourt e Gilma Corrêa Coutinho. Finalizamos com a seção oito, *Tributo às Mulheres Negras*, onde fazemos as confluências das escrevivências, apontando as lacunas, as possibilidades e as reverberações da pesquisa para a pesquisadora. Também compõem este trabalho frases, provérbios, poemas e poesias. Afinal, a arte nos complementa e mobiliza quando as palavras são insuficientes.

Minha intenção é compartilhar com a sociedade e com as Mulheres Negras Sankofas da Terapia Ocupacional uma pesquisa acessível e comunitária, que somente foi possível porque tive acesso às políticas de ações afirmativas e, também, pela minha responsabilidade de guardiã das memórias, dado o aceite das terapeutas

ocupacionais colaboradoras desta pesquisa. Acredito, enfim, que seja o começo — afinal, o que termina é o prazo da pesquisa, mas os efeitos dela continuarão reverberando.

1 INTRODUÇÃO

"O que me incomoda não é grito dos violentos,
Mas o silêncio dos bons."
Martin Luther King

Iniciamos esta pesquisa reverenciando a luta insistente e incansável da população negra por direitos humanos e sociais, na persistência em construir um país equânime, para que o histórico nefasto da escravização não ceife sonhos e projetos de futuro dos que estão por vir.

Sabemos que o cotidiano das pessoas negras na sociedade brasileira é determinado pelo racismo estrutural. Não podemos nos esquecer que muitos projetos e propostas foram construídos por um povo que teve seu passado, história e cultura negados, marginalizados, num contexto de opressão e dominação — e, ainda assim, segue insistindo em denunciar o racismo e suas mazelas ao Estado brasileiro.

Por muito tempo conhecemos uma narrativa romantizada sobre o período de escravização no Brasil. A visão transmitida sobre a África foi a de um continente isolado, pobre, miserável e bizarro, cuja "história" só despertaria com a chegada dos europeus. A narrativa dominante apresentou uma versão subalterna, inferiorizada e distorcida do povo negro, enfatizando os estereótipos negativos e atributos falaciosos. O sistema escravagista beneficiou as pessoas brancas, e coube às pessoas negras o tratamento como objeto/mercadoria, sem acesso a direitos básicos nem à distribuição das riquezas (Faria; Alves; Silva, 2022; Nascimento, 2021; Ribeiro, 2019).

As medidas anteriores ao fim da escravização haviam colocado a população preta, livre e pobre em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra, acesso à educação e ao mercado de trabalho (Nacional Da Saúde Da População Negra, 2004; Theodoro, 2008; Geledés; Cfemea, 2013).

Jardim e Lopez (2013) expõem que mecanismos legais como a Lei de Terras, em 1850 — no mesmo ano em que o tráfico negreiro passou a ser proibido —, não impediram que a escravidão perdurasse até 1888, com a Abolição. O processo de estímulo à imigração, na virada do século XIX para o XX, forjou um cenário de desigualdade racial no acesso ao trabalho, uma vez que o sistema produtivo do Brasil Colônia foi sendo substituído gradativamente pelo trabalho livre, de forma particularmente excludente, em especial no acesso à terra, já que as pessoas ex-escravizadas não possuíam capital para tornar-se proprietárias (Ribeiro, 2019). Não

houve nenhum debate político sobre a inclusão das pessoas negras recém-libertas e seus descendentes na nova configuração de nação após a abolição, como demonstra Theodoro (2008) na passagem a seguir:

> no Brasil, a abolição significará a exclusão dos ex- escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades (Theodoro, 2008, p.27).

Outro fato deste período é o racismo científico, com base em uma pseudociência que difundia uma inferioridade biológica das pessoas negras, vistas de forma animalizada e coisificada, sustentado pela ciência do século XIX, que vigorou até 1930, e esteve presente na elaboração de políticas que efetivamente contribuíram para as desigualdades no país. Estas mesmas ideias legitimaram a produção de privilégios materiais e simbólicos para a supremacia branca, tida como referência em termos de comportamento e moral e aos negros couberam os estigmas, estereótipos que permanecem vivos e atuantes, e que reproduzem o racismo (Carneiro, 2023; López, 2012; Prestes; Vasconcellos, 2013; Instituto Amma Psique e Negritude, 2008; Theodoro, 2008).

Uma ideologia prevalente do período foi o mito da democracia racial e a intenção de embranquecimento da nação. No percurso histórico do século XIX até o século XX, a população negra protagonizou a luta por sobrevivência e liberdade, por meio de revoltas, conflitos e insubordinações que marcaram o fim do escravismo, sendo o Brasil o último país a abolir o trabalho escravo. Em treze de maio de 1888, a monarquia determinou o encerramento do trabalho escravo com a assinatura da Lei Áurea. O fim da sociedade escravagista tornou homens e mulheres negros livres para o exercício de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. No entanto, não houve garantias e cidadania nas premissas da passagem de escravizados para cidadãos, não houve indenização, e o que de fato existiu foi uma total ausência de oportunidades e acesso a condições de plena dignidade de forma universal no território brasileiro (Silva; Silva, 2015).

> As cidades no Brasil no decorrer do espaço tempo, sobretudo o período de 1870 a 1930, não pode ser interpretado e observado sem a história do protagonismo da população negra. Esta população durante a sociedade

> escravagista, nas três primeiras décadas do século XX e, principalmente no decorrer do século passado, foi responsável por todo tipo de trabalho, no campo e na cidade. Homens e mulheres negras edificaram e cimentaram as bases do desenvolvimento e da hierarquia socioeconômica do país e das principais cidades brasileiras, por exemplo, as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo [...]portanto, homens e mulheres negras, dia e noite, moviam a estrutura socioeconômica das cidades brasileiras. Nas inúmeras fases da história socioeconômica do país, a população negra esteve à frente, sempre exercendo os sustentáculos da mão de obra, haja vista os períodos das economias do açúcar, minério e do café, principalmente a cafeicultura nas últimas décadas da sociedade escravagista (Silva; Silva, 2015, s.p).

A elite brasileira estava temerosa que o número elevado de pessoas negras no país promovesse algum movimento revolucionário como o ocorrido no Haiti, o que poderia colocar em risco os seus privilégios. Assim, logo após a abolição, por volta de 1890 e até 1930, inicia-se a política de imigração de pessoas do continente europeu, principalmente de italianos, parte de um projeto de nação que tinha no embranquecimento uma estratégia. Para responder ao ideal de modernização, com a substituição da mão de obra negra[9](Eduardo; Neto, 2023; Silva; Silva, 2015; Theodoro, 2008).

Pessanha e Nascimento (2018) reafirmam a discussão já apresentada por Abdias do Nascimento, de que a miscigenação era uma forma de exterminar a raça negra no Brasil e que a mistura de raças é o resultado de abusos sexuais e estupros sofridos pelas mulheres negras, africanas, afro-brasileiras e indígenas desde a colonização.

> Grande parte dos intelectuais brasileiros, principalmente durante a primeira metade do século XX, acreditava que a “mancha negra” iria desaparecer do Brasil em um período de cem ou duzentos anos, essa tese era defendida principalmente pelo grupo eugenista da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918 pelo médico sanitarista Renato Kehl, que também fundou em 1931 a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Entre seus membros e simpatizantes encontrava-se ali nomes como Gilberto Freyre, Belisário Penna, Miguel Couto, Monteiro Lobato, entre outros. Diferente do que pensava a maior parte dos intelectuais, Kehl era contrário à miscigenação por acreditar que o hibridismo macula o melhor de cada raça. Para o médico Renato Kehl, os negros, assim como os mestiços e os deficientes, eram resíduos humanos, sendo necessário “limpar” da sociedade esses indesejáveis. A eugenia perde força no Brasil depois que o país rompe com a Alemanha e entra na Segunda Guerra Mundial. Com a divulgação das atrocidades ocorridas nos campos de concentração nazistas, a eugenia perde em todo o mundo o status de ciência que havia conquistado desde o final do

[9] O Brasil subvencionou passagens aos imigrantes da Europa e determinou sua proteção nos primeiros seis meses com criação de leis e incentivos. Esperava-se assim que, no decorrer dos anos, as pessoas negras desaparecessem, devido aos processos de miscigenação. As teorias pseudocientíficas embasavam os discursos, vigentes do período, sobre a inferioridade do negro, e instalava-se o mito de democracia racial (Bento; 2022; Silva; Silva,2015).

> século XIX, mas assim como o genocídio, o biopoder e a necropolítica, ela também nunca deixou de ser implementada como instrumento de terror em nome da supremacia racial (Pessanha;Nascimento,2018,p.171).

Nunes e Junior (2020) relatam que artigos escritos por afro-americanos entre 1910 e 1940, assinalaram a crença de um Brasil sem discriminação racial, a ideia de nação mestiça racialmente harmoniosa, sem barreiras que impedissem a ascensão de pessoas de cor, o que foi amplamente difundido como o diferencial brasileiro, vista a realidade de outros países como África do Sul e Estados Unidos, que tiveram políticas de segregação racial.

Na década de 40, após as barbáries e crimes contra a humanidade da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) propõe uma agenda antirracista, patrocina um conjunto de pesquisas no Brasil sobre as relações raciais em 1950, com o objetivo de “determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos” (Nunes; Junior, 2020, p.696).

Uma das produções financiadas pela UNESCO foi realizada na Universidade de São Paulo (USP), na década de 1950, por Florestan Fernandes, sobre o período da escravização. A obra *A integração do negro na sociedade de classes* foi um marco, cumprindo seu papel, ao desmitificar o caráter benevolente e harmonioso da escravização no país e comprovar que, após o fim de modo de produção escravista, as pessoas negras continuaram marginalizadas e sem condições reais de ascender socialmente, concluindo que não existe democracia racial no Brasil. Essa ideia fora utilizada para ocultar o racismo e a dominação de classes, praticada pelas elites brasileiras (Nunes; Junior, 2020). Carneiro (2023) afirma que, até a década 50 acreditava-se que o Brasil era um paraíso racial.

> O mito da democracia racial, presente no imaginário da população brasileira – baseado na crença de que o Brasil não experimenta o racismo e a discriminação racial observados em outros países, especialmente os Estados Unidos, tende a naturalizar os espaços subordinados que negros e indígenas ocupam na sociedade e diminui a percepção que temos das relações de poder entre a população branca e negra. A consequência é uma sociedade em que o racismo e as desigualdades sociais dele resultantes não se debatem e parece não existir (ONU BR, 2011, p.11).

As relações raciais desiguais estão enraizadas na vida social dos grupos e nas diferentes classes sociais, comprometem o projeto de construção de um país

democrático, afetando os indivíduos e a capacidade de inserção na sociedade. As consequências do período colonial e pós-emancipação, bem como o racismo científico, o mito da democracia racial e a ausência de políticas públicas reparatórias, enalteceram as desigualdades, privilegiando uns em detrimento de outros (Goes; Nascimento, 2013).

Gomes (2020) aponta que o mito da democracia racial é uma construção social conservadora transfigurada de discurso democrático, que enfatiza a igualdade das raças, porém falsa, pois "baseia-se no apagamento e homogeneização das diferenças" (p. 51) e invisibiliza o racismo. A autora continua ao afirmar que "a democracia racial fala de diferença homogeneizadora e inferiorizante [...] que acaba por cristalizar, naturalizar e subalternizar as diferenças, os grupos étnico-raciais e a sua história" (p. 51).

Compreendemos que se trata de um esforço coletivo e de uma prática antirracista na luta contra todas as opressões e na busca por justiça social. Eliminar qualquer discurso sobre democracia racial, eugenia e racismo científico é inaceitável e deve ser combatido por todos, pois compromete o projeto de nação que almejamos.

Desse modo, compreendemos que esse movimento de apresentar outros atores e histórias da profissão permite evidenciar nomes, contribuições e produções que passaram despercebidas e não foram valorizadas. Esse resgate bibliográfico em expansão nos mostra que a história é viva e dinâmica. Sendo assim, resgatar as histórias das mulheres negras, seus nomes para escreviver outras histórias da Terapia Ocupacional, honrar suas trajetórias de vida e memória é imortalizá-las; é romper com o epistemicídio[10].

A história contada por nós passa pela luta pelo direito e acesso à educação da população negra brasileira desde o século XIX. Essa luta foi composta por muitas mãos e Movimentos Negros que estiveram na linha de frente desta conquista. Aqui, apresentamos as iniciativas negras, como a Imprensa Negra, que rompe com o imaginário racista e falacioso do racismo científico, cumprindo uma função política,

[10] Sueli Carneiro, em *Dispositivo de Racialidade* (2023), utiliza o conceito de Boaventura de Sousa Santos, que se constitui em um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial, através da negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros, os quais passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento (p.87).

informativa e educativa frente ao destino rumo à construção da integração das pessoas negras na sociedade, por meio de diversos jornais[11] (Gomes, 2020).

A Frente Negra Brasileira (FNB) surgiu em São Paulo em 1931 como uma associação de caráter político, recreativo, informativo e beneficente. A organização criou escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos, com o objetivo de integrar os negros em todas as esferas da vida social, como o lazer, a cultura e a política, além de denunciar a discriminação racial vigente. Em 1936, transformou-se em partido político, porém foi extinta em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, devido ao decreto que colocava todos os partidos políticos na ilegalidade (Gomes, 2020).

O Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) surge para formar atores, dramaturgos, resgatar a herança africana e contestar a discriminação racial; também alfabetizava os participantes recrutados como operários, favelados sem profissão, empregados domésticos, modestos funcionários públicos, a fim de oferecer outras possibilidades e os habilitava a criticar, indagar o espaço que a população negra ocupava no país. O TEN publicou o jornal Quilombo por dois anos (1948-1950):

> na declaração "Nosso Programa" reivindicava o ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário – onde este segmento étnico-racial não entrava devido á imbricação entre discriminação racial e pobreza-, o combate ao racismo com base positiva do negro ao longo da história eram pontos importantes do programa educacional dessa organização (Gomes, 2020, p.30-31).

A inclusão das pessoas negras na escola pública, reivindicada pelas organizações negras, já estava presente nos debates educacionais entre 1940 e 1960. Nilma Lino Gomes, no livro *O Movimento Negro Educador* (2020), afirma que no pós-abolição e na Proclamação da República, o sonho das pessoas libertas era serem reconhecidos/as como cidadãos e cidadãs, terem direitos iguais, vivenciarem a cidadania plena e não serem vistos como inferiores.

A conquista da educação como direito social por grupos não hegemônicos no país foi uma pauta prioritária na luta pela superação das desigualdades históricas, em

[11] O Xauter (1916), Getulino (1916-1923); O Alfinete (1918-1921), O Kosmos (1924-1925); O Clarim d'Alvorada (1929-1940), A Voz da Raça (1933-1937), Tribuna Negra (1935), O Novo Horizonte (1946-1954), Cruzada Cultural (1950-1966)" (Gomes, 2020, p.29).

que diversas organizações negras elegem a “educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e emancipação social” (Gomes, 2020, p.25).

Contextualizando com o período histórico desta pesquisa, da década de 50 ao aos anos 2000, Gomes (2020) apresenta uma retrospectiva a partir da lente das Organizações Negras, o que vai ao encontro das escrevivências das terapeutas ocupacionais colaboradoras desta pesquisa. Naqueles anos, houve um ocultamento, silenciamento e distorção da história negra brasileira, que foi reforçada e alimentada pela ditadura militar. Após vários episódios de racismo, várias entidades negras se articulam de forma inédita e fundaram uma organização de caráter nacional, o Movimento Negro Unificado (MNU), que elege duas pautas relevantes para enfrentar o racismo: o acesso à educação e o trabalho. Segundo Gomes (2020, p. 32), “MNU talvez seja o principal responsável pela formação de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica nas pesquisas étnico-raciais no Brasil”.

Em 1980, a luta do Movimento Negro refere-se ao acesso à educação e à implementação de políticas públicas de caráter universalista, que não correspondiam à população. Surgem, nesse momento, as ações afirmativas como uma possibilidade e uma demanda real e radical. As ações afirmativas também combatiam o racismo científico presente no imaginário social, que atribuía às pessoas negras o lugar de inferioridade intelectual.

A redemocratização do país, a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 e a mudança do perfil do Movimento Negro com ênfase na educação fizeram com que ativistas concluíssem a graduação e seguissem na pós-graduação *stricto sensu*, “iniciando a trajetória acadêmico-política como intelectuais engajados em suas pesquisas” (Gomes, 2020, p. 32).

Desde os anos 1970/1980, os Movimentos Negros protagonizavam manifestações e mobilizações, como a criação do Movimento Negro Unificado (MNU); a campanha Diretas Já (1984); as Marchas do Centenário da Abolição (1988); o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988); os Encontros Estaduais e Regionais do Movimento Negro (1980-1990); e o I Encontro Nacional de Entidades Negras, em 1991 (Gomes, 2020; Pereira,2018).

Na década de 90, a América Latina passa por uma reforma constitucional e os movimentos sociais buscam a reconstrução do Estado democrático de direito.

> Depois de duas décadas de autoritarismo, de meados de 1960 a 1980. A partir da segunda metade dos anos 90, raça ganhou outra centralidade na sociedade brasileira e nas políticas de Estado. A releitura e ressignificação emancipatória construída pelo Movimento Negro extrapola os fóruns da militância política e o conjunto de pesquisadores interessados no tema (Gomes, 2020, p.33).

No dia 20 de novembro de 1995, foi realizada a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e Vida, em Brasília, durante a qual foi entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso um programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial. Nos anos 2000, período de confluência de inúmeras reivindicações dos movimentos sociais acumuladas ao longo das décadas, destaca-se, de forma unânime entre os pesquisadores, a participação do Movimento Negro na preparação e durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU em 2001, em Durban, África do Sul. Nessa ocasião, o Estado brasileiro reconhece internacionalmente a existência do racismo e se compromete a construir medidas para a sua superação, entre elas ações afirmativas. No plano acadêmico, é fundada no ano 2000 a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, a ABPN (Gomes, 2020).

Em 2003, uma demanda do Movimento Negro existente desde 1980 foi finalmente contemplada: foi sancionada a Lei 10.639/2003, que tornava obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio. Essa lei foi novamente alterada pela Lei 11.645/08, com a inclusão da temática indígena. Além disso, foi criada a Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, iniciaram-se as ações afirmativas (cotas raciais) em algumas universidades brasileiras, e realizou-se a Marcha Nacional das Mulheres Negras em Brasília, em 2015.

É o acúmulo de lutas e vivências em partidos políticos e movimentos sociais que conquistou espaços institucionais e políticos (Pereira, 2018; Gomes, 2020). Gomes (2020, p. 24) afirma: “o movimento negro é um importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira”.

2 EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NEGRA

Nesta seção, apresentamos um panorama de temas que se conectam, como o acesso à educação da população negra, o Movimento Negro Unificado e as ações afirmativas. A educação tem o potencial de transformar realidades, criar caminhos e incentivar a sonhar com outros futuros. Estamos aqui por aquelas e aqueles que nos antecederam na luta por acesso e direito à educação: “somos os sonhos de nossos ancestrais”, que nos sonharam. Almeida e Alves (2011) apontam que a ausência de políticas públicas voltadas à escolarização formal é um dos fatores determinantes da exclusão educacional, que interferem negativamente na vida das pessoas e da sociedade, estão presentes em nosso contexto e se refletem nos indicadores de taxa de analfabetismo e evasão escolar. O processo de exclusão das pessoas negras no acesso à educação remonta ao período colonial. Na experiência social da população negra brasileira, as desigualdades acumuladas são denunciadas há décadas pelo movimento social negro (Passos, 2002).

Segundo Jesus (2012), a história da educação brasileira evidencia a exclusão das pessoas negras do processo educacional. Há documentos oficiais, como o Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, dispõem sobre a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte. No artigo 69º, não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas os meninos que padecem de moléstias contagiosas, os que não estiverem vacinados e os escravos. Barros (2016) menciona que o contexto variava entre os estados brasileiros: alguns permitiam, com diversas exigências, a presença de alunos negros, enquanto outros a proibiam expressamente, como no estado de São Paulo.

Seja pelo impedimento formal das instituições educacionais, é incontestável que tais ações interferiram nas histórias de vida desse grupo populacional. Gonçalves (2018) “um dos principais problemas era o analfabetismo, tornando a educação uma das bandeiras prioritárias para o caminho da respeitabilidade que, por sua vez, abriria as portas do mercado de trabalho” (p.351).

Daubermann (2019) apresenta informações sobre as oportunidades de acesso à educação na primeira metade do século XX. Até a década de 1950, mais de cinquenta por cento da população brasileira era analfabeta. No que se refere às pessoas negras, o cenário é ainda pior, especialmente ao comparar negros pertencentes a gerações mais jovens (20 a 40 anos) com pessoas negras idosas

(entre 60 e 80 anos), cuja infância ocorrera próxima ao início do século XX. O índice de analfabetismo é elevadíssimo: cerca de 70%, e entre as mulheres, quase 90%.

No Relatório de Desigualdades Raciais (2022), conduzido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os indicadores sobre a educação da população negra, em comparação com a branca e amarela, mostram um declínio significativo e consistente na escolarização formal.

Segundo o GEMAA (2022), desde os primeiros anos da educação formal, desigualdades educacionais já estavam presentes: os desafios de acesso e permanência na escola, a inexistência de instituições em certas regiões, os bloqueios de oportunidades e as desvantagens socioeconômicas das populações indígena e negra. As desigualdades históricas ao acesso à educação das camadas populares e vulnerabilizadas, após o período colonial até a redemocratização foi permeada por obstáculos institucionais, que se reflete nas desigualdades educacionais no país.

2.1 Mulheres negras e acesso ao Ensino Superior

> “Eu vou falar de nós ganhando,
> porque pra falar de nós perdendo,
> eles já falam.”
> Nêgo Bispo

Apresentaremos um panorama sobre as mulheres negras no Ensino Superior. Elas sempre estiveram — e continuam — produzindo saberes a partir de uma perspectiva coletiva e comunitária, com o compromisso de escreviver a narrativa da valorização, da exuberância, do Bem Viver, da futuridade, das resistências e ressignificações. A educação tem um papel transformador na realidade concreta das pessoas: amplia sonhos e perspectivas, permite estar e ocupar diferentes lugares, e proporciona vivências múltiplas.

Falar sobre o acesso à educação de mulheres negras é falar sobre sonhos e infinitas possibilidades de esperançar aquelas e aqueles que virão. Independentemente dos desafios, continuaremos a marchar. Estamos em movimento há séculos. Como diz Angela Davis: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”

Pessanha e Nascimento (2018) apontam que a história da educação no Brasil, bem como as pesquisas sobre essa temática, apresenta poucos registros sobre a presença de pessoas negras em sala de aula. Há uma resistência em abordar o viés racial, o que evidência como a educação pública brasileira se distancia da responsabilidade com esses alunos, contribuindo para o fracasso pedagógico e os maus-tratos sofridos, que muitas vezes levavam à evasão escolar, resultado de um tratamento ainda marcado por práticas escravocratas.

Na história do país, o acesso à educação sempre foi precário para as pessoas pobres e negras, que tiveram seu ingresso restrito por leis e decretos desde o período colonial. Segundo Oliveira (2022), no início do século XIX, 80% da população brasileira livre era analfabeta. Foi também nessa época que surgiram as primeiras faculdades do país, destinadas aos filhos da elite. A Reforma Couto Ferraz (Decreto 1331A de 1854) instituiu a obrigatoriedade da escola primária para crianças com mais de sete anos, além da gratuidade nas instituições de ensino primário e secundário da Corte. No entanto, o decreto proibia crianças escravizadas e aquelas com doenças contagiosas de frequentarem escolas públicas, e não previa nenhuma proposta de educação para adultos, o que já apontava as dificuldades de se adquirir instrução em uma sociedade escravocrata.

A ausência de políticas públicas educacionais é um dos fatores determinantes da exclusão educacional que atinge certos grupos populacionais. Almeida e Alves (2011) evidenciam que, ao revisitar a história da educação brasileira, a escola elementar — eleita pela classe popular como espaço relevante de acesso à cidadania — consolidou-se em meio a representações sociais negativas relacionadas à presença das pessoas negras que tiveram acesso a esse espaço. Na década de 1940, devido à expansão da rede, esse ambiente tornou-se desfavorável a tudo o que caracterizava a existência dessas pessoas.

As autoras continuam apontando que as políticas higienistas, adotadas para buscar a “brancura”, abrangiam as crianças negras e a pobreza, independentemente da cor das pessoas, e eram indicativas de degenerescência. Nesse contexto, a educação elementar desconsiderava a cultura negra e todos os atributos relacionados a ela. Como afirmam Almeida e Alves (2011, p. 87): “a população negra não era mais proibida de frequentar o espaço escolar, mas, por diversas práticas, era impedida de desfrutar genuinamente desse espaço”. É importante mencionar que algumas opções de alfabetização surgiram, como as escolas da Frente Negra Brasileira (FNB).

Relembramos também que devido ao golpe militar em 1964, as discussões sobre as relações raciais haviam sido banidas, ativistas eram estigmatizadas/os, acusadas/os “pelos militares de criarem um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil. Sob o manto do mito da democracia racial, não foi difícil desmantelar o movimento negro e colocá-lo no isolamento político (Domingues,2007,p.111). A ascensão dos movimentos populares, sindical, estudantil e negros foram essenciais para os debates sobre a temática étnico-racial articulando com luta antirracista a luta de classes, o “ leque de alianças deu sustentação à luta contra o racismo e à exploração da trabalhadora e do trabalhador” (p.111).

Um fato marcante que perpassa a história das mulheres negras no acesso à educação básica é a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, com a implementação de políticas voltadas para um atendimento ampliado nas escolas do território nacional. O Fundo Nacional do Ensino Primário foi um instrumento que alavancou o acesso à escola elementar, resultado da priorização da educação assumida pelo governo do Estado Novo. Foi nesse momento que meninas e mulheres negras passaram a acessar a escola pública, segundo Almeida e Alves (2011).

Nesse sentido, o fio condutor para dialogar e discutir acessos, educação e ações afirmativas será a perspectiva coletiva do Movimento Negro e dos coletivos negros. Faria, Alves e Silva (2022) enfatizam que, desde o Brasil colonial até os dias atuais, o Movimento Negro representa a continuidade da resistência incessante e coletiva das pessoas negras frente à escravização, marginalização e opressão colonial. A radicalidade do movimento reside na memória histórica de mulheres e homens.

Revisitar a história de lutas e a atuação do movimento negro no campo da educação é reconhecer que as políticas de ações afirmativas fazem parte de uma ação reparatória, concomitante com o ativismo negro acadêmico, movimentos sociais, coletivos estudantis negros, entre outros, para acessar, permanecer e democratizar o Ensino Superior brasileiro (Faria; Alves; Silva, 2022).

O movimento negro no Brasil foi um educador da sociedade brasileira por aglutinar o saber construído pela população negra ao longo de sua trajetória histórica, cultural, social e política, atuando como produtor de saberes na luta antirracista. A partir desse movimento, reivindicações, protestos e denúncias alcançaram o status de políticas públicas no século XXI. Gomes *et al.* (2021) afirmam que:

> as políticas não existiriam, em nosso país, se não fosse a força reivindicativa, propositiva e o perfil político educador do movimento negro. Consideramos que esse movimento social é o principal responsável pela adoção das políticas de ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação [...] a reivindicação por uma educação democrática, como uma das estratégias de combate ao racismo, sempre foi um dos temas centrais das lutas do movimento negro do passado e do presente. Podemos observar como ela comparece nas pautas das várias organizações negras do século XX (p.1-2).

Por meio de lutas e resistências disseminadas por todo o país, o movimento negro evidencia o racismo vigente na sociedade brasileira e demanda políticas públicas com vistas à superação das desigualdades étnico-raciais. A afirmação de que somos um país racista é relativamente recente, podendo ser considerada uma conquista histórica do ativismo político (Silva, 2017).

Alguns marcos históricos contribuíram para a constatação dessa realidade, como o centenário da abolição, em 1988, concomitante com a aprovação da nova Constituição; a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, em Brasília, lindamente organizada pelos movimentos negros em nível nacional, que contou com milhares de ativistas; e, posteriormente, a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatadas, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Nessa conferência, foram discutidos o racismo e a necessidade de políticas públicas e reparação, da qual o Brasil é signatário. O evento também indicou aos países a implementação de políticas de ações afirmativas como estratégias para combater a discriminação racial, xenofobia, racismo e intolerâncias correlatas, como a violência de gênero e sexual. No Brasil, por meio do movimento de mulheres negras e do movimento negro, uma série de pressões sociais foram realizadas a fim de que “as desigualdades históricas fossem enfrentadas por meio de ações preventivas, reparadoras e compensatórias e de curto prazo, especialmente as cotas” (Auad; Cordeiro,2018; López, 2012).

2.2 Mulheres negras na ciência

Segundo Gaia (2021), no ambiente acadêmico e nos espaços de poder, as pessoas brancas são a maioria, como exemplifica a Universidade de São Paulo (USP), que conta com apenas 2,1% de docentes negros. A lei de cotas democratizou o acesso ao Ensino Superior brasileiro; no entanto, as pessoas negras continuam

sendo minoria no ambiente acadêmico, como mostram os seguintes dados: mulheres negras no ensino médio e superior em 2022. Na faixa de 15 a 17 anos, no ensino médio, a proporção era de 84,4% para mulheres brancas e 76,7% para negras; no Ensino Superior, as mulheres brancas correspondiam a 40,5%, e as negras, a 21,2%. Segundo o Censo do Ensino Superior (2022), dentre os nove milhões de matriculados em 2021, 58,4% eram mulheres (equivalente a 5,2 milhões). Em 2022, 58,7% (2,3 milhões) eram mulheres, que correspondiam a 61,0% dos concluintes. Ou seja, o Ensino Superior é predominantemente frequentado por mulheres.

Silva e Minhoto (2024), em documento sobre a mudança do perfil estudantil nas instituições federais de educação superior, indicam que, em 2010, as pessoas pretas nas instituições federais de ensino representavam 5,5%, passando a 10,7% em 2019. De todas as pessoas pretas que ingressaram em 2019, seis em cada dez ocuparam vagas reservadas a estudantes da escola pública. Após 2013, houve aumento do número de pessoas pardas nas universidades federais; em 2019, quase metade delas utilizou vagas provenientes da lei de cotas. A inserção da população negra cresceu significativamente após a vigência da lei de cotas: em 2012, representava 27,7% das vagas reservadas para estudantes da escola pública; em 2019, esse percentual chegou a 65,6%. A população indígena também apresentou um discreto aumento, passando de 0,4% em 2010 para 0,9% em 2019.

Quanto aos dados sobre a pós-graduação no país, o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (GEMAA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2023, realizou uma pesquisa para estimar a participação de pessoas negras e indígenas nas ciências duras brasileiras. Para isso, foram baixados dados abertos da plataforma CAPES referentes aos programas de pós-graduação no Brasil em 2020, que são responsáveis por mais de 80% da produção científica brasileira nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, segundo a CAPES.

Os resultados indicam que, nos programas de pós-graduação em áreas como Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas, a proporção de cientistas brancos é doze vezes maior do que a de negros e indígenas. Ou seja, 90,1% dos professores de pós-graduação nessas áreas são brancos, enquanto negros e indígenas correspondem a 7,4% e pessoas amarelas a 2,5% (Campos; Candido, 2023).

Sobre o gênero na ciência brasileira, os homens são maioria entre os docentes dos cursos de mestrado e doutorado do país, correspondendo a 67,1%, enquanto as

mulheres representam 32,9%. As desigualdades se intensificam quando há interseção entre gênero e raça:

> [...] os homens brancos dominam as universidades, sendo 60,9 % dos professores que conquistaram posições mais estáveis na pós-graduação, segundo grupo que ocupa postos em tais áreas é o de mulheres brancas, ainda que a proporção delas não chegue a ser metade da registrada para os homens brancos, compondo 29,2%. Em c6ontrapartida, mesmo somados, homens e mulheres pretos, pardos ou indígenas ficam bastante sub-representados, sendo 7,4% (Campos; Candido, 2023, s.p).

As desigualdades apresentam uma divisão de gênero e raça onde as mulheres negras e indígenas seguem ocupando as piores colocações. Os pesquisadores informam que o gênero feminino é minoria em quase todas as temáticas, em uma comunidade acadêmica de mais de 105 mil docentes associados a 80 áreas de conhecimento, dos programas de mestrado e doutorado 58% são compostos por homens e 42% são mulheres. Apenas em 34% das áreas de conhecimento, as mulheres alcançaram equidade ou são maioria entre docentes na pós graduação, na Terapia Ocupacional 60% e composto de mulheres e 40 % de homens.

Na divisão racial na área de conhecimentos na ciência, os pesquisadores revelam que negros e indígenas são minoritários em todas as áreas, porém em proporções um pouco maior na área de “Matemática/ Probabilidade e Estatística (12,2%), Química (11,7%) Ciências Exatas e da Terra (7,7%), Astronomia / Física (7,1%), Ciências Biológicas (6,5%), Biodiversidade (5,2%), Ciências da Computação (5,1%) e Geociências (3,5%), no recorte de cientistas negros ou indígenas temos 7,4% do total, nas Ciências Exatas e da Terra e nas Ciências Biológicas são as áreas que mais possuem cientistas negros. Ainda de acordo com Campos e Candido (2023):

> As desigualdades raciais e de gênero nas ciências duras não reproduzem as já grandes desigualdades na sociedade: elas as aprofundam. Existem políticas de redução dessas desigualdades para as seleções docentes dos programas de pós-graduação analisados, como a Lei de Cotas nos Concursos Públicos (Lei 12.990/2014), mas elas têm tido uma eficácia limitada. Assumir um compromisso com a redução das desigualdades é importante não somente por uma demanda social, mas também para melhorar o funcionamento da própria ciência, pluralizando suas hipóteses, metodologias e práticas; fortalecendo suas contribuições para o conhecimento como um todo. O desafio não é trocar padrões de excelência por uma ênfase na diversidade, mas de recalibrar uma concepção de ciência no interior da qual a diversidade traz, como potencial, contribuições cognitivas robustas e alguma espécie de mérito, de modo que ela, ao lado da excelência, alcance o status de valor central ao fazer científico (Campos; Candido, 2023, s.p).

Em sociedades racistas como no Brasil, a categoria racial exerce funções simbólicas e possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, com o objetivo de manter o espaço de participação social dos negros nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social (Souza,2021), corroborando com Ribeiro (2017) ao dizer que o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades e impede que se acesse certos espaços. O lugar social que ocupamos nos faz ter experiências distintas.

Estamos avançando. Os resultados de mais de 20 anos de ações afirmativas[12] no Ensino Superior e, mais recentemente, na pós-graduação, estão produzindo a nova geração de mulheres negras cientistas, mas temos um caminho a galgar. Revisitar a história de lutas e atuação do movimento negro no campo da educação é reconhecer que as políticas de ações afirmativas fazem parte de uma ação reparatória, concomitante ao ativismo negro acadêmico, movimentos sociais, coletivos estudantis negros, entre outros, para acessar, permanecer e democratizar o Ensino Superior brasileiro (Faria; Alves; Silva, 2022).

Apesar de esta pesquisa estar delimitada até o ano 2000, fazemos uma apresentação sucinta da relevância das ações afirmativas no acesso das pessoas negras ao Ensino Superior, que é reflexo das mobilizações e lutas dos movimentos negros.

2.3 Ações afirmativas

Nos anos de 2002 e 2003, ocorreram as primeiras experiências de implementação das ações afirmativas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Universidade de Brasília. Em 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff, houve a aprovação da Lei nº12711/2012 também conhecida como Lei de Cotas, nas Instituições de Ensino Superior (IES), que garantem a reserva de 50% das matrículas a alunos oriundos de escola pública e para os que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas nos Estados brasileiros de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

[12] As primeiras experiências ocorreram na UERJ em 2003 e na UNB em 2008, ao que se seguiu a promulgação da Lei de Cotas nº12.711/2012.

(IBGE) — critérios associados à renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários mínimos (um salário mínimo e meio) per capita. Em 2014, há a aprovação da reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos federais e a Portaria Normativa nº 13/2016, que dispõe sobre as ações afirmativas na pós-graduação (Felipe; Carvalho, 2021; Auad; Cordeiro, 2018; Brasil, 2012).

Gomes *et al.* (2021) reiteram que "as políticas de ações afirmativas explicitam a crítica aos privilégios sociais, econômicos e raciais arraigados em nossa estrutura social e explicitam a existência do racismo estrutural e epistêmico" (p.2), e que ampliam caminhos para questionamentos, apresentando a existência da colonialidade do saber. Significa dizer que democratizar o acesso a estudantes pobres, indígenas, negros, trans e pessoas com deficiência no Ensino Superior possibilita a formação de um quadro diverso, de profissionais, intelectuais, políticos, artistas na sociedade, ou seja, as ações afirmativas assumem um caráter político primordial na luta por direito à igualdade racial e à diversidade não só no Ensino Superior, mas também na sociedade de um modo geral.

Felipe e Carvalho (2021) afirmam que a relevância da política decorre da mobilização da população negra brasileira na luta por direitos e por ocupar espaços que em outros momentos históricos lhe foram obstaculizados e/ou negados. Por honra à memória histórica de homens e mulheres negras, é fundamental lembrar que, ao chegarem ao Brasil a partir do século XVI como escravizados, sempre lutaram por direitos, por meio de ações individuais ou coletivas, o que levou inclusive à Abolição da Escravidão em 1888.

A lei de cotas completou dez anos em 2022. "As cotas étnico-raciais no Ensino Superior são, portanto, resultado de décadas de mobilização e lutas antirracistas, uma medida reparatória da dívida histórica do Estado brasileiro com a população negra e indígena do país" (Alencar; Rascke; Santos, 2021, p.127).

Os efeitos destes dez anos das cotas raciais são um instrumento significativo de transformação da realidade de exclusão das pessoas negras do acesso ao Ensino Superior no Brasil (Munanga, 2001, p. 34). Os efeitos desta política foram inúmeros e perceptíveis na mudança no perfil dos discentes do Ensino Superior (Felipe; Silva, 2022; Felipe; Carvalho, 2021).

A inserção da juventude negra, periférica, trans, quilombola, do campo e indígena ampliou os saberes, conhecimentos, narrativas e epistemologias nas Instituições de Ensino Superior (IES), trazendo uma multiplicidade em corporeidade e

experiência estética. Essa realidade faz a universidade repensar a sua relação com o conhecimento (Gomes *et al.*,2021).

É fundamental, então, discutir que projeto de país queremos. Felipe e Lima (2022) indagam se as políticas de ações afirmativas beneficiam a todas e todos. As cotas raciais têm um potencial de questionar o desígnio colonial marcado no cotidiano de brasileiras e brasileiros.

Silva e Minhoto (2024), no estudo *A mudança do perfil estudantil nas Instituições Federais de Educação Superior: uma análise a partir da Lei 12.711/2012*, concluem que a lei de cotas provocou uma imensa alteração no perfil dos ingressantes, com a inserção de estudantes indígenas, negros, pobres e com deficiência no Ensino Superior. Os autores apontam que os alunos ingressantes são majoritariamente da educação básica pública; contudo, o ingresso da população negra se deu através das cotas raciais e não somente por ser oriunda de escola pública e/ou baixa renda, mesmo na ausência de reserva de vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas oriundos de escola pública, essas vagas acabam sendo ocupadas por estudantes brancos.

As ações afirmativas têm possibilitado o maior ingresso de mulheres negras no Ensino Superior. O acesso ultrapassa a etapa do ingresso: outras dimensões, como permanência, questões pedagógicas e culturais, qualidade da formação e formas de conclusão nesse tipo de ensino impactam no desempenho acadêmico. Seguem na resistência como uma postura de vida, um ato político de enfrentamento às violações de direitos às quais estão vulneráveis cotidianamente. A presença das mulheres no espaço acadêmico é um caminho legítimo de construção e transformação de uma sociedade democrática, plural para todas e todos (Auad; Cordeiro,2018).

2.4 Breve histórico do Movimento Negro Unificado (MNU)

As informações descritas abaixo são provenientes do material bibliográfico do MNU, como o Estatuto, a Carta de Princípios, os Planos de Luta e o Programa de Ação.

Desde o período colonial, as lutas negras já se faziam presentes. Domingues (2007), no texto *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*, realiza um apanhado da trajetória dos movimentos negros brasileiros no período de 1889 a

2000, destacando que, desde o período colonial, estamos mobilizados na luta por libertação, enfrentamento ao racismo e inclusão das pessoas negras na sociedade brasileira. Na primeira fase do Movimento Negro (1889–1937), após a abolição da escravatura, a população negra recém-liberta não contou com políticas públicas que garantissem direitos básicos, sendo relegada à marginalização. Como forma de resistência, foram criados dezenas de grêmios, clubes e associações. Em São Paulo, a agremiação mais antiga é o Clube 28 de Setembro, fundado em 1897. Entre 1907 e 1937, havia registro de 123 associações negras. Pode-se citar, entre elas: Clube 13 de Maio de Homens Pretos, Sociedade Propugnadora 13 de Maio, Centro Literário dos Homens de Cor, Centro Cultural Henrique Dias, Associação Protetora dos Brasileiros Pretos e Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (Domingues, 2007).

Em Porto Alegre, entre 1889 e 1920, há registro de 72 associações; em Pelotas, 53 associações entre 1888 e 1929. Também se destacam associações de mulheres negras, como a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (Pelotas) e a Sociedade Brinco das Princesas (São Paulo).

Em 1931, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), a entidade negra mais relevante do período, com reivindicações políticas e filiais nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, chegando a mais de vinte mil associados. Domingues (2007) destaca a participação massiva e majoritária das mulheres negras na FNB, que atuavam de forma assídua e exerciam diversas funções no movimento.

No entanto, em 1937, com a instauração da ditadura, a Frente Negra Brasileira foi extinta. Durante os anos de 1937 a 1945 (Estado Novo), período de violenta repressão política, o movimento negro não teve a mesma capacidade de aglutinação anterior. Destaca-se, nesse período, o agrupamento União dos Homens de Cor (UHC), fundado em 1943, em Porto Alegre, por João Cabral Alves, com o objetivo de “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (Domingues, 2007, p.109). Outro grupo importante da década de 1940, fundado no Rio de Janeiro por Abdias Nascimento, foi o Teatro Experimental do Negro (TEN).

Antes da criação do MNU, houve uma reorganização política incentivada pelos movimentos estudantis, populares e sindicais na década de 1970. Os fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) foram Flávio Carrança, Hamilton Cardoso,

Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira. No dia 18 de junho, em São Paulo, em uma reunião que contou com a participação de associações, entidades negras e grupos, decidiram fundar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Posteriormente, em um outro encontro realizado em julho de 1978, foram aprovados o Estatuto, a Carta de Princípios e o Programa de Ação. A modificação do nome para Movimento Negro Unificado foi feita no primeiro congresso (Domingues, 2007).

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do povo negro no Brasil. No dia de sua criação, em pleno regime militar, estavam nas escadarias do Teatro Municipal da capital paulista duas mil pessoas (Movimento Negro Unificado, 2020). O ato ocorreu após manifestações racistas contra quatro atletas negros no Clube Tietê e um caso de violência policial que culminou na morte de Robson Silveira da Luz (1957–1978).

Robson era comerciante e residia no bairro de Guaianases, em São Paulo (SP). Casado com Sueli da Luz e à espera do segundo filho, administrava um bar na região central da cidade, onde dormia durante a semana, mas retornava para casa nos fins de semana. Sua vida foi precocemente interrompida em 23 de abril de 1978, quando, ao voltar de uma festa de noivado, foi visto com amigos apanhando frutas de um caminhão de feira. Uma moradora presenciou a cena e informou ao dono do caminhão, que acionou a Polícia Militar, que saiu à procura dos jovens. Inicialmente, prenderam e torturaram um de seus amigos. Também conduziram sua esposa grávida, algemada, à delegacia. Quando encontraram Robson, ele foi preso e levado ao Distrito Policial (29/04/1978), onde foi torturado por horas, a ponto de os presentes no recinto escutarem seus gritos. Ele permaneceu hospitalizado no Hospital São Miguel e faleceu por complicações em 04/05/1978 (Geledés, 2022; Ancestralidades, 2023).

No mesmo ano, outro jovem negro operário, Newton Lourenço, teve sua vida interrompida. Além disso, quatro atletas negros do time de vôlei vinculado ao Clube de Regatas Tietê sofreram discriminação ao serem proibidos de frequentar a piscina do clube onde treinavam. Esses fatos mobilizaram os militantes, que já estavam organizados para o evento comemorativo dos 90 anos da abolição da escravatura no Brasil, por meio do jornal *Versus*, na coluna *Afro-Latino-América*, com forte presença negra (Ancestralidade, 2023).

O MNU apresenta, em seu estatuto, no capítulo dois ("Da definição e dos fins"), artigo 5º: “visa combater o racismo, o preconceito de cor e as práticas de discriminação racial, em todas as suas manifestações, buscando construir uma sociedade da qual sejam eliminadas todas as formas de exploração” (Organização Movimento Negro Unificado, 2006, p.1).

A Carta de Princípios apresenta os seguintes motivos:

> discriminação racial; marginalização racial; política, econômica, social e cultural do povo negro; péssimas condições de vida; desemprego e subemprego; discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho; condições sub humanas de vida dos presídios; permanente repressão; perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica social da mulher negra; abandono e mal tratamento dos menores negros em sua maioria; colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial. Resolvemos juntar nossas forças e lutar por: defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro. Considerando que nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem, como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira. Nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais e com a luta internacional contra o racismo (Movimento Negro Unificado – Carta de Princípios, 1978, p.1-2).

O MNU é um marco na história do protesto negro brasileiro, principalmente por unificar todos os grupos, organizações e lutas antirracistas em nível nacional, a fim de fortalecer o poder político do movimento e evidenciar o racismo cotidiano. O MNU ressignifica e modifica datas comemorativas: o 13 de maio transforma-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, e o 20 de novembro em Dia da Consciência Negra, como símbolo de resistência à opressão racial. Ressignifica também o uso da palavra “negro”, retirando sua conotação pejorativa e assumindo-a com orgulho como forma de autoidentificação (Domingues, 2007).

Desde então, o MNU resgata o discurso sobre si, da negritude e das raízes ancestrais. Como afirma Gomes (2012), ressignifica positivamente e questiona a história do Brasil e da população negra, denunciando que o racismo está presente tanto no cotidiano das pessoas quanto na estrutura do Estado. Além disso, valoriza a

temática étnico-racial na construção de uma sociedade democrática e diversa, em que todas e todos sejam sujeitos de direitos.

3 MULHERES NEGRAS NO BRASIL: RESSONÂNCIAS AMEFRICANAS[13]

Nesta seção, faremos um panorama sobre as mulheres negras brasileiras que, mesmo em condições inóspitas, seguem organizadas. Reverenciamos as histórias das mulheres amefricanas que ultrapassa limites, cruza fronteiras, atravessa oceanos e transcende continentes, histórias repletas de protagonismo, lutas, desafios e conquistas, citando: Dandara, Aqualtune, Alzira Rufino, Acotirene, Antonieta de Barros, Beatriz Nascimento, Luiza Barros, Luiza Mahin, Maria Firmina, Rainha Nzinga, Laudelina de Campos Mello, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Djamila Ribeiro, Cida Bento, Inaicyra Falcão dos Santos, Virginia Bicudo, Conceição Evaristo, Neusa Santos Souza, Ivone Lara, Maria Margarida Trindade, Carolina Maria de Jesus, bell hooks, Grada Kilomba, Audre Lorde, Maya Angelou, Patrícia Hill Collins, Isildinha Nogueira, Esperança Garcia, Angela Davis, Maria Lucia da Silva (AMMA Psique), Carla Akotirene, Barbara Carine, Rachel Gouveia, e tantas outras que sempre estiveram e estão presentes nas lutas por libertação, direitos e melhorias nas condições de vida da população negra.

Estamos a conjurar um

> futuro em que as mulheres negras sejam protagonistas. Acreditamos que essa memória de um povo assaltado, sequestrado e teve seu passado apagado e diluído pode ser "recomposta", pode ser visitada e consultada, não como reprodução da verdade, mas como dimensão de um passado que também foi sequestrado, e que une o sujeito escravizado, seus ancestrais e também seus irmãos do futuro [...] as experiencias das mulheres negras, o trauma colonial, mas acima de tudo o bem viver, como tem sido conclamado por elas, enunciação vital para pensarmos a futuridade livre das opressões raciais (Lima; Lima; Oliveira, 2022, p. 68).

Olhamos para o passado para relembrar o processo organizativo das mulheres negras, que sempre estiveram e continuam atuantes nos espaços institucionais, políticos, comunitários e sociais. Inúmeras vezes, elas não alcançaram

[13] Segundo a Lélia Gonzalez, a categoria amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada. Nos encaminha para no sentido de uma categoria de construção de identidade étnica. O valor está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica; o termo *amefricana* designa toda uma descendência: não só dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles que chegaram a América muito antes de Colombo (Gonzalez, 2020,p.135).

reconhecimento e visibilidade, o que, no entanto, não as impediram de seguir com suas produções e contribuições para a sociedade brasileira.

Como professou a professora Cristian Sales, da UFBA, no COPENE (2024): *"Vou dar as mãos às mulheres que estavam à minha espera!"* E foram muitas mãos! Enfatizaremos outras escrevivências, modos de pensar e de produzir conhecimento, ampliando, para além da perspectiva ocidental, um modo colaborativo de produção, construído pela diversidade teórica e humana, não hegemônica, a fim de garantir, por meio da escrita, visibilidade aos conhecimentos afrodiaspóricos e à ampliação epistemológica, sobretudo na luta por memória como estratégia de futuro, que passa pelo direito humano ao patrimônio material e imaterial.

Reafirmamos nosso posicionamento e o compromisso com todas aquelas/es que me antecederam na luta por liberdade e direitos, na produção de conhecimento e de saberes afrodiaspóricos, a fim de reconhecer, valorizar e revelar os passos já trilhados — por exemplo, nos movimentos de insurreições e revoltas que seguem firmes na dimensão transgressora de existir. Elas resistiram e resistem por meio de ações coletivas, comunitárias, solidárias e colaborativas. Nem mesmo o período nefasto da escravização, os racismos, as violências, as opressões e a ausência de políticas públicas as/os impediram de esperançar e sonhar outros tempos.

Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), de abril de 2024, "a população brasileira foi estimada em 203,1 milhões de pessoas em 2022, sendo 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens, ou seja, 94 homens para cada 100 mulheres" (p.12). No quesito raça/cor, 56% da população brasileira autodeclara-se como negra. "A população feminina do país mostra que 44,8% das mulheres se declaravam de cor parda em 2022, 44,4% de cor branca, 9,7% de cor preta e 1,0% de outra cor ou raça (indígena ou amarela)" (p. 14). Somos um país feminino e majoritariamente negro (Brasil, 2024).

Iremos apresentar alguns indicadores como: saúde, violência, mercado de trabalho, renda, pobreza e desigualdade, que explicitam as desigualdades em nosso país, temos um caminho percorrer a fim de alcançar a equidade racial e de gênero.

No quesito saúde da população negra, duas informações são relevantes. Conforme dados do último Censo de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que a população negra equivale a 55,5% da população

brasileira[14] (a população do Brasil é, portanto, negra). O público atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é majoritariamente negro. Segundo Rodrigues, Pfaffenbach e Zanatta (2021), esse grupo populacional apresenta os piores indicadores em saúde, educação, emprego e trabalho, renda e acesso à informação, serviços, qualidade do atendimento e assistência prestada nos serviços de saúde, mortalidade infantil, mortalidade adulta, mortalidade materna, dor evitável e morte precoce. Também estão majoritariamente inseridos em relações de trabalho precarizadas, com menor acesso a bens e serviços, desigualdades que produzem pobreza material e simbólica, isolamento e restrições espaciais e sociais, originadas pelo racismo estrutural[15] enraizado na constituição do país.

A prática do racismo na saúde afeta desde a invisibilidade de doenças mais prevalentes neste grupo populacional até a não inclusão da questão racial nos aparelhos de formação. A qualidade da atenção à saúde e os insumos determinam diferenças relevantes sobre os perfis de mortalidade entre negros e brancos (Kalckmann *et al.*, 2007).

As mulheres negras sofrem dupla discriminação, pois vivem em condições de desigualdade de gênero e em uma sociedade que perpetua as desigualdades étnico-raciais, no acesso a direitos sexuais e reprodutivos. O acesso insuficiente e precário às políticas públicas básicas, como educação, trabalho e segurança alimentar, impede a liberdade e a autonomia das mulheres negras sobre suas escolhas reprodutivas[16].

Segundo as autoras, ser mulher negra é estar suscetível a inúmeras violações e opressões dentro de uma matriz de subordinação estrutural que precariza a vida dessas mulheres, seja pela insegurança alimentar e fome, pela falta de saneamento básico, trabalho e renda, acesso precário à saúde e educação, maior exposição às

[14] O IBGE considera o conjunto de pessoas que se autodeclaram como pretas e pardas.

[15] Segundo Almeida (2019), é da própria estrutura social que decorrem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, como parte de um processo social. O racismo, como processo histórico e político, cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Compreender que o racismo é estrutural — e não um ato isolado de um indivíduo ou grupo — é reconhecer que ele faz parte da própria estrutura social.

[16] As mulheres negras apresentam os piores resultados no acesso aos serviços de saúde e na qualidade do cuidado ofertado, principalmente no acompanhamento de procedimentos de pré-natal e parto; recebem menor analgesia no trabalho de parto e na episiotomia; alto índice de mortalidade materna, nas violências e situações de aborto, o cenário de violência obstétrica apresenta índices expressivos: 65,9% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras. Infecções sexualmente transmissíveis e casos de HIV são mais frequentes entre pretos e pardos (51,5%) e, na categoria sexo, 55,9% dos casos ocorrem entre mulheres negras (Ong Criola, 2021; Rodrigues; Pfaffenbach; Zanatta, 2021; Oliveira; Kubiak,2019).

violências e à violação de direitos por parte do Estado, conforme os dados mencionados.

Não foi diferente no período pandêmico, durante o qual as desigualdades raciais, de classe, de gênero e de território foram aprofundadas. Soma-se a isso a negligência e a ineficiência do Estado brasileiro, que culminou na morte de mais de meio milhão de brasileiros por Covid-19[17] (ONG Criola, 2021).

3.1.1 Violência letal

A violência constitui uma forma de violação dos direitos humanos, atingindo o direito à vida, à saúde e à integridade física, compromete o Bem Viver e o futuro da nação. Lamentavelmente, os dados são alarmantes. O Atlas da Violência de 2023, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta um panorama no contexto brasileiro: historicamente, as pessoas negras são os principais alvos — as maiores vítimas da violência no país, e são homens jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, que estão em risco de serem vítimas de homicídios.

Segundo o IPEA (2023), a violência letal é mais prevalente contra as mulheres negras. Em 2021, 2.601 mulheres negras foram assassinadas. Os pesquisadores consideram o racismo estrutural como responsável pelos índices elevados de morte de jovens negros, visto que é um grupo específico, racialmente identificado, sendo vitimizado de forma sistemática, ou seja, a violência contra pessoas negras é um fenômeno histórico-social e cultural do país.

3.1.2 Renda, pobreza e desigualdade

No Brasil, a pobreza tem cor: ela é negra. Segundo o último relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), a sociedade brasileira reproduz a

[17] A pandemia da Covid-19 atualiza as dívidas históricas do passado em uma contemporaneidade conjuntural, cujo cerne é o racismo em suas diferentes dimensões. Soma-se a isso a precariedade do registro de raça/cor/etnia nos sistemas e relatórios de informação em saúde. Essa falta de informação por raça/cor/etnia representa não só um grande problema à implementação de políticas públicas de saúde, como também caracteriza a baixa adesão à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no território brasileiro. Enquanto cerca de 54,8% da população brasileira é composta por negros, entre os que morreram por Covid-19 e tiveram a raça/cor/ etnia identificada como pardos e pretos, esse percentual chegou a 61%. No Norte, o percentual de óbitos por essa doença entre negros foi de 86%, sendo a composição populacional para essa região em torno de 76%. No Nordeste, o percentual de mortos negros foi de 82%, sendo que estes representam 70% da população, segundo o IBGE (Araújo *et al.*, 2020, p.199-200).

pobreza quando restringe o acesso a direitos básicos como saneamento básico, moradia, renda, acesso a serviços públicos de baixa qualidade e/ou cobertura, como saúde, educação, creche e mercado de trabalho — considerando que esse grupo populacional recebe os menores salários.

Osório (2021) evidencia as extremas desigualdades no Brasil ao revelar que as mulheres negras são as mais afetadas, desde a busca por trabalho a melhores rendimentos, saúde, moradia digna, saneamento básico, educação e luz. A população negra (homens e mulheres negros) compõe 80% das pessoas mais pobres em nosso país. Independente da definição de pobreza utilizada, as populações negra e indígena são a maioria nos grupos de baixa renda, e a pandemia aumentou as desigualdades raciais, assim como as taxas de pobreza no país (Osório, 2021).

No quesito desemprego e informalidade, no documento Retrato das desigualdades de raça e gênero de IPEA (2024), o marcador é expressivo ao representar a face da informalidade: pessoas negras do gênero feminino, a interseccionalidade de gênero e raça importantes para compreender as taxas elevadas de desocupação referentes às mulheres negras, que são as mais vulnerabilizadas.

3.1.3 Mercado de trabalho

No mercado de trabalho, as mulheres negras estão concentradas em alguns grupos de atividades, como administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, serviços domésticos, informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, além da indústria.

Os dados indicam que apesar de não ser o setor que mais ocupa as mulheres, o serviço doméstico é predominantemente feminino e negro: das 5,7 milhões de pessoas ocupadas em 2022 nesse setor, 5,3 milhões eram mulheres, e 67,1% das trabalhadoras domésticas se declaravam pretas ou pardas (Brasil, 2024).

Em 2022, mais de quatro milhões de mulheres chefiavam domicílios, sobretudo as pretas ou pardas (65,8%), o que já indica a sobrecarga com o trabalho reprodutivo (Brasil, 2024). Historicamente, as mulheres tiveram sua “formação” voltada para atividades de prestação de serviços domésticos e para a educação dos filhos, o que demonstra a disparidade de gênero em nossa sociedade, já que o mesmo não ocorre

com os homens. Diante de tantos desafios, ainda persiste a diferença salarial, que, segundo Oliveira (2022), está alicerçada na desigualdade de gênero e raça, sendo o trabalho da mulher negra o mais desvalorizado..

Martins (2024) aponta desde o período colonial as questões de gênero eram definidas pelos tipos de trabalho que as mulheres eram forçadas a realizar: trabalho doméstico, cuidado com os filhos de seus senhores, abusos sexuais e estupros que sofriam. Num contexto em que, especificamente, as mulheres negras e pobres foram educadas e tratadas para servir e trabalhar. As tarefas domésticas vinham em primeiro lugar. Em sua maioria, essas mulheres ocupam vagas de serviços braçais, consequência dos séculos de escravização e da ausência de políticas públicas voltadas à população negra após o fim da escravidão.

Lélia Gonzalez no livro *Por uma feminismo afro-latino-americano* (2020) já afirmava a divisão sexual e racial do trabalho, sobre a tríplice discriminação sofrida pelas mulheres negras (raça, classe, gênero), visto que os estereótipos gerados pela racismo e sexismo as colocam no nível mais alto de opressão, as mulheres estão na prestação de serviço doméstico. “Não é casual, portanto, o fato de a força de trabalho negra permanecer confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração” (p.96).

Gonçalves (2018) corrobora com Lélia Gonzalez, e complementa ao dizer que os degraus inferiores da sociedade é reservado as mulheres negras, confirmando uma divisão racial do trabalho camuflada sob o mito da democracia racial; na divisão racial do trabalho, “a mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta [...] quando conseguem romper as barreiras raciais, com frequência, são lembradas de que estão fora de seus lugares” (p. 362).

Cida Bento (2022) afirma “a população negra trabalha duas horas a mais do que a branca, em qualquer lugar do Brasil e ganha menos em todos os estados brasileiros (p.32),

Os dados revelam condições complexas e históricas desigualdades, sociais, raciais e econômicas que afetam a vida e o acesso aos direitos básicos da população negra, expressas na educação, renda, trabalho, mobilidade social, saúde, violências e mortes prematuras entre jovens negros. As desigualdades estão explícitas em diversas esferas da vida cotidiana da população negra e apontam para a subalternização da vida, principalmente das mulheres negras.

É necessário lançar nossos olhares e sentidos, para reverenciar as mulheres Sankofas, que apesar das “vozes torturadas, línguas interrompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos falar com nossas vozes” no período colonial foram resistência(Kilomba, 2020,p.27).

Para reverenciar essas mulheres, evocamos a memória e a história de Isabella Baumfree, conhecida como Sojourner Truth, nascida em 1797, em Swartekill, Nova York. Ela foi escritora, abolicionista afro-americana, ativista dos direitos humanos e das mulheres. Proferiu um discurso imortal intitulado *E não sou eu uma mulher?* (no original, *Ain’t I a Woman?*), na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, em 1857. Destacamos o trecho a seguir:

> aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subirem numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar? E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Ribeiro, 2018, p. 51-52).

Trazemos esse trecho para corroborar que, há séculos, as mulheres negras resistem e lutam contra discursos hegemônicos, por direitos, reconhecimento e visibilidade — tanto antes do período escravocrata quanto, posteriormente, com as feministas negras (Ribeiro, 2017). Dessa forma, Truth nos ensina sobre transgressão e intelectualidade negra: “as intelectualidades de sujeitos subalternizados é constatar silêncios, mas também de mapear as falas insurgentes”, e continua, “as mulheres negras desempenharam papéis importantes como professoras, pensadoras críticas e teóricas da vida negra” (Almeida, 2020, p.43).

As mulheres negras estão a construir outras existências, protagonizando espaços de resistência nos quais contam suas histórias, restituem as humanidades negadas e valorizam suas produções e existências ao falarem sobre si na primeira pessoa do singular — criando e superando a imagem construída no processo histórico e diaspórico (Xavier, 2022; Sebastião, 2010). Ainda assim, seus escritos chegaram até nós para mostrar que a insubmissão também se fazia presente (Almeida, 2020).

As mulheres que ainda hoje são impedidas de se expressar impõem a nós o dever de trazer à tona o indizível, por meio das escrevivências. Ao compartilharem

suas histórias, escritas em primeira pessoa, elas desempenham um papel decisivo na descolonização dos pensamentos e no reconhecimento de suas subjetividades (Lima; Lima; Oliveira, 2022, p. 69).

hooks (2023) nos indica o caminho:

> as mulheres negras desafiaram coletivamente o racismo, sexismo que não apenas moldam a forma como as pessoas interagem conosco. Nós resistimos a desvalorização contínua ao descolonizar nossas mentes, ao combater os estereótipos dominantes, em nossa direção e que prevalecem no patriarcado. Aqui a descolonização refere-se ao rompimento com as formas pelas quais nossa realidade é definida e moldada pela cultura dominante, afirmando nosso entendimento dessa realidade e de nossa própria experiência (hooks, 2023, p. 5- 6).

Estamos em autorrecuperação, conhecendo a nós mesmas e lutando por um mundo que assegure a dignidade e presença da mulheridade negra, no ato de contar nossas histórias, nomear as dores, sofrimentos e buscar a cura (hooks,2023).

3.1 Movimento de Mulheres Negras: pelo Bem Viver[18],Futuridade e Sankofa

"Nossos passos vêm de longe"

Jurema Werneck

As mulheres negras são porta-vozes da amefricanidade. O início da década de 1980 foi um marco com o surgimento de diversos movimentos sociais e organizações na sociedade civil, principalmente pela participação das mulheres negras nestes espaços nas lutas populares e pela democratização do país. O protagonismo feminino nas lutas por creches, pela descriminalização do aborto, anistia, entre outros temas, inclui discussões sobre o feminismo negro (Sebastião, 2010).

O feminismo negro é compreendido como um "movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometida com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas" (Sebastião, 2010, p. 66), movimento arduamente construído na luta diária e contínua por reconhecimento das

[18] Bem Viver é uma oportunidade para construir um mundo diferente que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo somente será possível se for organizado, pensado comunitariamente, a partir dos Direitos Humanos — políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais dos indivíduos e famílias — e dos Direitos da Natureza, inspirado na reciprocidade e solidariedade (Acosta,2022,p.32-33).

especificidades deste grupo, para a construção de outras imagens sobre mulheres negras no imaginário coletivo brasileiro e afrodiaspórico, onde a luta feminista tradicional não abarcava integralmente as necessidades das mulheres afrodescendentes. “ O feminismo negro possui uma diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada na experiência histórica comum” (Gonzalez, 2020).

Trazemos o termo apresentado por Sueli Carneiro, enegrecendo o feminismo:

> a expressão utilizada para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais [...]afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição especifica de ser mulher, negra e, em geral pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (Carneiro, 2003, p.118).

As lutas e a organização das mulheres negras foram essenciais para ações de resistência à escravização durante os séculos da colonização. Houve participação expressiva de mulheres de diferentes posições, devido à capacidade de articulação com diferentes grupos. As revoltas urbanas e nas fazendas lideradas por africanos e afro-brasileiros, as tantas ações cotidianas de confronto entre senhores e escravos, as fugas individuais e coletivas, e os assassinatos (justiçamentos) de escravocratas — mulheres e homens — marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX (Werneck, 200?; Cisne; Leal, 2022).

Guimarães, Corrêa e Alves (2022) apresentam eventos marcantes, como o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado na cidade de Bertioga, São Paulo, em 1985. Esse processo formativo contou com atividades e manifestações culturais, oficinas, comemorações, performances e plenárias. Os temas discutidos foram: autogestão, violências, comunicação e arte, racismo, relações de trabalho, aborto, trabalho sexual, lesbianidade e financiamento, abordando discussões sobre as condições da mulher negra no país. Momento histórico onde passaram a se definir como um NÓS, uma identidade coletiva própria, forjada pelas violências e desigualdades de classe, raça e gênero. Desejavam tornar-se suas próprias porta-vozes (Rodrigues; Prado, 2010).

Nesse mesmo ano surgem os Coletivos de Mulheres Negras, concomitantes com os encontros estaduais e nacionais, que buscavam demandas específicas e

necessárias para visibilizar as agendas dentro do movimento feminista. Ribeiro (2008) enfatiza

> as mulheres negras em seu processo formativo político, compreenderam que não nasceram para perpetuar a imagem de "mãe preta", e as desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que são mediadas pela classe social, produzem exclusões [...] são situações reproduzidas historicamente impulsionam o movimento feminista em busca de tratamento das questões vinculadas à vida privada. Na luta por direitos, as mulheres buscam romper com a indiferença em torno de questões cotidianas (p.988-989).

Em 1987, no IX Encontro Nacional Feminista, na cidade de Garanhuns – PE, as mulheres expõem, mais uma vez, a insatisfação por suas pautas não serem reconhecidas e contempladas no evento, denunciando a ausência e exclusão das discussões voltadas para as questões raciais. Alegam autoritarismo e universalização do sujeito mulher por parte do movimento feminista hegemônico, e saem do Encontro articuladas para construir o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 2001 (Costa, 2001).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em dezembro de 1988, na cidade de Valença - Rio de Janeiro, contou com a presença de mais de 400 mulheres negras vindas de 19 estados diferentes. Tal fato deve-se ao empenho e mobilização contínua, debates e discussões de agenda; antes do primeiro encontro, houve movimentações de outras regiões, estados e localidades (Costa, 2001).

Após o encontro, iniciativas sobre a formulação de políticas públicas foram inseridas nas agendas social e política em âmbito nacional e internacional, como pode ser constatado no processo organizativo da V Conferência Mundial sobre as Mulheres, com o tema central *Ação para Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*, realizada em Beijing, China, em 1995, e na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatas, em Durban, África do Sul, em 2001. Nesses eventos, foram discutidos o racismo e a necessidade de políticas públicas de enfrentamento e reparação. Após a Conferência de Durban, várias ações interministeriais foram iniciadas, como a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002 (Lopéz, 2012; Ribeiro, 2001).

Lemos (2017) menciona que o movimento de mulheres negras, seja junto ao feminismo ou ao movimento negro, organizações não governamentais (ONGs) como

Geledés, Criola, Odara, movimentos estudantis, de ocupações urbanas, políticos e coletivos — muitos organizados, outros autônomos e anônimos em busca de fomentar debates — estão na labuta, por meio de diversas resistências contra o racismo, o sexismo, questões de classe, LGBTQIAPN+, moradia, saúde e direitos humanos. Trata-se de uma longa tradição de estratégias vinculadas à saúde da população negra, espaços de autodefinição onde as mulheres rompem com o silenciamento, erguendo suas vozes. A ocupação desses espaços por pessoas negras é sempre política (Lemos, 2017).

O trabalho coletivo realizado por mulheres negras em âmbito nacional pode ser acompanhado e visto em Brasília, em 2015, a primeira Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e pelo Bem Viver, quando levaram uma carta com reivindicações relacionadas ao direito à vida e à liberdade, ao Bem Viver, à educação, à terra, à justiça, entre outras. O evento aglutinou mulheres de todo o país, resgatando a participação e a organização política coletiva (Lemos, 2017). A segunda Marcha acontecerá em novembro de 2025, em Brasília, apresentamos um trecho do documento analítico e da declaração, que explicita o Bem Viver, Futuridade e ancestralidade:

> Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório [...] Não temos dúvida de que a adoção desse paradigma instaura, a uma só vez reconstrução de utopias onde as diferenças são compreendidas como um valor humano (Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, 2020, s.p.).

E continua:

> A nossa trajetória nos autoriza a propor outros modos de vida regidos por um pacto civilizatório, onde a pluralidade do humano, o ecossistema dos saberes e fazeres dialoguem com as várias dimensões da nossa existência. Do **Bem Viver** emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade. Buscamos fundamentos nas concepções milenares de **Bem Viver** que fundam e constituem as formas do social e do político a partir de princípios plurais que englobam novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza (política ambiental) e da cultura, enfim das formas que dão sentido e valor à nossa existência, calcada em uma visão utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). Nossa concepção **de Bem Viver** é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida

> a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas) (Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, 2020, s.p., grifo nosso).

Segundo Lima, Lima e Oliveira (2022), **FUTURIDADE** os permite construir outras formas de estar e pertencer no mundo, de conjurar novas formas de convivência e vida na plenitude do que pode ser. Pensar num futuro pode significar o reinício da humanidade, mas também nos obriga a pensar e planejar o presente, num contexto cotidiano desafiador, mas também de ressignificação e fortalecimento.

É uma história escrita por pessoas negras, que ainda seguem sub-representadas nos espaços de poder, para demarcar e evidenciar outras vozes, semelhante ao adinkra **SANKOFA,** que significa:

> SANKOFA (Sanko-voltar; Fa – buscar, trazer), origina-se de um provérbio tradicional dos povos da língua Akan da África Ocidental em Gana, Togo e Costa do Marfim, que pode ser traduzido como **não é tabu, voltar atrás e buscar o que esqueceu,** que transmite vários aprendizados. Sankofa nos ensina sobre a possibilidade de voltar atrás, as nossas raízes, para poder realizar o nosso potencial para avançar. O que quer que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, preservado ou perpetrado. Simboliza uma compreensão do destino individual e coletivo e da identidade coletiva cultural. É parte dos conhecimentos dos povos africanos, expressando a busca por sabedoria em aprender com o passado para entender o futuro e moldar o futuro (Veridiano, 2024, grifo nosso).

A África, em toda a sua diversidade, nos presenteia com sua resistência e saberes por meio dos engenhosos mecanismos de sobrevivência da herança ancestral e do direito à memória que foram trasladados para o território brasileiro. O pássaro Sankofa traz sentido às histórias que foram apagadas e invisibilizadas; é a nossa oportunidade de recriar e recontar a narrativa do presente e do futuro. Os adinkras são um modo de escrita, transmissão de conhecimento e comunicação gráfica, onde os povos em diáspora do continente africano, apesar dos séculos de violências e silenciamento, continuaram a transmitir suas culturas, valores e saberes.

Semelhante ao pássaro Sankofa, cabe retornar ao passado, para instaurar esse movimento de resgatar os nomes, histórias, contribuições das mulheres negras na Terapia Ocupacional: **Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza**

Rodrigues dos Santos, Marta Costa Cabral, Rita de Cassia Barcellos Bittencourt e Gilma Corrêa Coutinho, para escreviver no hoje na Terapia Ocupacional. Há séculos, estamos a conjurar futuros possíveis que permitam existir/existências, expressão de identidades e subjetivação com toda a comunidade negra, na busca coletiva e ancestral por vida, Bem Viver e Futuridade.

Assim como afirma a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2019):

> As histórias importam, por muito tempo foram utilizadas para espoliar, caluniar, porém, podem ser utilizadas para humanizar e empoderar. Podem destruir e despedaçar a dignidade de um povo, mas podem reparar a dignidade despedaçada (p.32).

Inúmeras histórias nos compõem e nos formam; insistir e simplificar apenas nas histórias negativas é superficializar as experiências complexas e plurais. O não olhar para as muitas outras histórias é negligenciar todas as demais. Histórias únicas criam estereótipos, retiram a dignidade das pessoas e dificultam o reconhecimento da humanidade comunitária e compartilhada. Quando rejeitamos uma história única, compreendemos que não há em lugar nenhum apenas uma história única. Todas as histórias importam e podem ser utilizadas para humanizar, ressignificar, restaurar e reparar a dignidade despedaçada (Adichie, 2019).

Reis (2020) corrobora ao apontar que autoras e autores silenciados pelas narrativas históricas são essenciais para a construção de outras memórias e que ao "conceber as narrativas de sujeitos silenciados pelo 'não lugar' em que afro-brasileiros foram colocados na história do ocidente pode apontar para uma forma de reorganizar esses sujeitos na produção de um saber sobre si" (p.11).

O processo está em curso. Apresentar outras histórias escreviventes sob a perspectiva negra feminina foi e é relevante para a produção de saberes e conhecimentos que hoje chegam às nossas mãos e permeiam a escrita desta produção, que visa a valorização étnico-racial, o saber emancipatório daquelas que antecederam e incentiva que o povo negro reivindique a importância e o reconhecimento da própria história para promoção da consciência de si, preservação da memória cultural e ancestral de sua existência (Costa *et al.*, 2023).

Que as construções propostas nesta pesquisa possam tecer e construir espaços para existências, sabedorias orgânicas e tecnologias ancestrais, que

potencializem a vida, o estar no mundo e nos encantem no cotidiano. Segundo Adilbênia Machado (2023) encantamento é

> a implicação com a vida de forma ética, justa, sensível, harmoniosa, cuidadosa, amorosa, inclusiva, política, ancestral [...] é descolonização de corpo inteiro, não apenas de conhecimento, mas de nossos corpos que são produtores desses saberes (p.65).

Para resgatar e honrar as mulheres ancestrais, para escreviver o presente e outros futuros possíveis, aglutinado com as produções da terapia ocupacional que segue engajada e comprometida na construção de práticas éticas e alinhadas com uma sociedade mais justa e equitativa.

3.2 Racismo cotidiano

"Minha resposta ao racismo é a raiva
Eu vivi boa parte da minha vida com essa raiva,
Ignorando-a, me alimentando dela,
Aprendendo a usar antes que jogasse minhas visões no lixo,
Uma vez fiz isso em silêncio, com medo do peso.
Meu medo da raiva não me ensinou nada.
O seu medo dessa raiva também não vai te ensinar nada"

Audre Lorde

Segundo a Grada Kilomba (2020) racismo cotidiano:

> refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações, olhares, que colocam o sujeito negro com a/o outra/o. O termo "cotidiano" refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um "ataque único" ou um "evento discreto", mas sim uma constelação de experiências de vida, uma "exposição constante ao perigo", "um padrão contínuo de abuso" que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém, no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (p.78).

Historicamente ser negra e mulher são condições inscritas numa ordem hierárquica, que serve para fomentar a dominação, desrespeito, desumanização em todas as esferas da vida; raça e gênero são conceitos construídos socialmente que estruturam desigualdades estabelecidas, ao serem naturalizadas, potencializam as opressões as mulheres negras. O racismo é um ato violento que atinge a dignidade humana.

Inúmeros estereótipos seguem presentes no imaginário social brasileiro ao falar sobre mulheres negras, reflexos deletérios da escravização no Brasil. Seja nas instituições públicas ou privadas, explícitos ou não, esses estereótipos dificultam a presença e a permanência das pessoas negras nesses espaços, devido aos obstáculos formais presentes nas relações sociais (Gonçalves,2018).

Compreende-se que este passado repercute na vida cotidiana atual das pessoas negras, principalmente das mulheres negras, mas também ressalta as potencialidades existentes e os modos de sobrevivência para lidar com dificuldades e obstáculos enfrentados (Santos, 2009).

Não é ao acaso que são as mulheres negras que ocupam as posições inferiores no mercado de trabalho e os piores indicadores em saúde (Queiroz; Santos, 2016; Barbosa; Oliveira; Corrêa, 2022). As mulheres negras são a base da pirâmide salarial, para obterem o salário do homem branco (topo da pirâmide) trabalham quase o dobro do tempo. As mulheres negras ainda são a maioria das empregadas domésticas e as que apresentam maior vulnerabilidade social (Ribeiro, 2017).

> Numa sociedade como a brasileira de herança escravocrata, pessoas negras vão experenciar o racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades. Ao reivindicar que a história da escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu [...] estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza essas narrativas (Ribeiro, 2017, p.86).

Com pontua Kilomba (2020) “a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização” (p.85).

Renata Gonçalves (2018) no artigo *A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior,* afirma que é na educação um dos lugares de invisibilidade das mulheres negras, e destaca as ações do movimento negro por ações afirmativas, educação superior e mercado de trabalho.

A autora informa sobre as práticas concretas das universidades brasileiras, na “produção de mecanismos segregacionistas no meio acadêmico e sobre seus impactos no cotidiano universitário”(p.360); neste espaço as mulheres negras seguem sub-

representadas, em decorrência “das representações sociais construídas sobre a mulher em geral e sobre as mulheres negras em particular”(Goncalves,2018,p.360).

Acessar e permanecer na academia, é lidar com desafios e atravessamentos de diversas ordem como: a ausência de corpos negros na universidade, a reprodução e manutenção da invisibilidade destes corpos, violências institucionais e racismos cotidianos. Não podemos esquecer que o racismo é uma realidade violenta que não descansa, é uma luta contínua e permanente (Carneiro, 2023;Kilomba,2020).

Estar no ensino superior para as mulheres negras, segundo Queiroz e Santos (2016) implica num “esforço cotidiano que exige confronto com uma realidade que insiste em excluir e desqualificar, realidade que insiste em querer lhes fazer crer que esse não é o seu lugar”(p.86). As mulheres negras no Brasil, lidam com transposição de lugares pré-definidos socialmente, adentrar no campo acadêmico é ultrapassar fronteiras simbólicas e materiais (Almeida, 2020).

A permanência no espaço acadêmico para as terapeutas colaboradoras desta pesquisa, foi permeado pela noção de aquilombamento: espaço de fortalecimento, compartilhamento de afeto e acolhimento. Segundo Beatriz Nascimento (2021), é um movimento político, cultural e histórico que resgata e valoriza saberes ancestrais na resistência e sobrevivência do povo negro, uma forma de coletivizar histórias, narrativas, amores, dores e vozes. É um espaço de entrecruzamento de saberes e possibilidades.

É na alegria do encontro, no sentido de pertencimento por estar entre os iguais, que o cuidado de si, se realiza no cuidado do outro e juntos seguem na busca coletiva por emancipação (Carneiro,2023).

Santos (2011) e Mbandy (2017) fornecem pistas valiosas sobre como modificar as representações sociais referentes à população negra. Desde a Lei 10.639 de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, no ensino fundamental ao médio; a produção de conhecimentos por intelectuais negros e negras, como já citamos neste trabalho; até as políticas afirmativas no Ensino Superior e na pós-graduação, são alguns exemplos. “Sentir-se negro, assumir se como tal, valorizar sua ancestralidade africana, são atitudes essenciais para a promoção da ressignificação e da alteração do imaginário social sobre ser negro” (Santos, 2011, p.74-75).

Porto e Silva, no artigo *A branquitude e as dimensões do não-dito na/da terapia ocupacional* (2023), expõem que são “nós mesmas, mulheres cis brancas, maioria na terapia ocupacional que engendram as relações do/no campo” (p. 3) e continuam ao afirmar que a “produção epistemológica da terapia ocupacional no Brasil está ligada em trazer à cena os diversos privilégios raciais das pesquisadoras do campo, em sua maioria mulheres brancas” (p.11).

A formação, as práticas profissionais e a produção de conhecimento, segundo Costa, Bukola e Santos (2023), indicam a não ou baixa priorização da epistemologia, dos saberes e fazeres ancestrais negros. As universidades são espaços de poder e de conhecimento. Gaia (2022) afirma que “a estrutura racista educativa básica e superior é pensada para selecionar o branco que goza dos privilégios da branquitude” (p.370) e continua, ao afirmar que “são espaços compostos por sujeitos majoritariamente brancos e de classe média/alta” (p.369).

Sueli Carneiro (2023) nos indica os caminhos possíveis, que foram traçados pelas/os nossas/os ancestrais: as resistências negras, o testemunho insurgentes contra a subordinação, a força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletiva que extrai a seiva da resistência e declara “a saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na emancipação”(p.14).

4 HISTÓRIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL: TRANSFORMANDO O INVISÍVEL – VISÍVEL

4.1 Terapia Ocupacional: uma profissão predominantemente feminina

> A terapia ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e na esfera social, reunindo tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia de pessoas que, por razões ligadas à problemática específica, físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais apresentam temporariamente ou definitivamente dificuldade da inserção e participação na vida social (FMUSP, 1997 *apud* Othero, 2008, p. 456-464).

As histórias da Terapia Ocupacional estão em construção, e as produções contemporâneas ampliam esta profissão centenária com novos elementos. Vamos enfatizar a narrativa que apresenta o protagonismo e a relevância das mulheres na

construção da profissão, destacando a afirmativa de que a terapia ocupacional é predominantemente feminina. Queremos expandir, por meio das narrativas dissidentes das mulheres, uma diversidade epistêmica. Como apontam Córdoba e as demais autores (2024) na recente produção *Historiografías en Terapia Ocupacional desde América del Sur,* "as histórias oficiais*,* assim como aquelas não escritas e em sua dimensão coletiva, são condição para os questionamentos críticos e possíveis direcionamentos das ações terapêutico-ocupacionais" (Córdoba *et al.*, 2024, p. 35; Lima, 2021; Monzeli; Morrison; Lopes, 2019; Morrison, 2016).

De acordo com Monzeli (2021):

> antes de apresentar uma visão "alternativa", que eu prefiro denominar "silenciada", da história da terapia ocupacional, é importante compreender quais têm sido as histórias "oficiais" e quais os atores centrais dessas histórias [...] Um ponto comum nas diferentes narrativas em torno das histórias do surgimento da terapia ocupacional nos Estados Unidos da América são as intervenções realizadas por mulheres com diferentes formações profissionais sob tutela de homens, principalmente médicos, que, de modo geral, acabam sendo os autores dessas narrativas (p.71- 72).

Monzeli, Morrison e Lopes (2019) apresentam uma narrativa ampliada a partir das mulheres, que sempre estiveram na luta cotidiana da/pela profissão, tantas vezes ocultadas e não prestigiadas por suas contribuições. Morrison (2016) afirma que, se somos uma profissão composta por mais de 80% de mulheres, por que as referências tendem a ser homens? Devemos questionar e problematizar as situações hierárquicas e opressoras. A Terapia Ocupacional tem um papel político e implica que as nossas produções estejam alinhadas nessa lógica: estar atentos, conscientes e críticos para não reproduzir, em práticas, discursos e produções, os modelos sexistas, mas considerar a proposta feminista para transformar e construir uma terapia ocupacional coerente, contextualizada e latino-americana.

A história das origens da profissão, com ênfase no protagonismo feminino, está relacionada à inserção de mulheres brancas e de elites urbanas (pois as mulheres pobres, negras, indígenas e imigrantes sempre trabalharam) além do espaço doméstico, nas universidades, instituições de ensino, de caridade e de caráter religioso, devido às demandas do mercado de trabalho, ainda que nunca em situações igualitárias aos homens do mesmo espaço (Monzeli; Morrison; Lopes, 2019).

Nesse contexto de transformação do capital no contexto americano, as mulheres refutaram o matrimônio como única forma de existência social, exerceram

outras funções relacionadas ao ensino, ao trabalho social e ao cuidado em saúde, e as casadas pertenciam a grupos e legiões de caridade. A inserção e ampliação de outros espaços sociais distintos permitiram o surgimento/criação de outras referências femininas em esferas públicas diversas (Monzeli, 2021; Morrison, 2016).

Dando continuidade ao protagonismo feminino, na década de 1920, nos Estados Unidos, as mulheres estavam presentes e engajadas no movimento do sufrágio universal, nas lutas sociais pelos direitos das pessoas excluídas, e na busca pelo enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e de saúde dos imigrantes e grupos minoritários, à procura de formas de atuação que marcariam a terapia ocupacional. Essas mulheres reivindicaram políticas públicas de saúde, educação, moradia, trabalho e segurança no trabalho (Monzeli; Morrison; Lopes, 2019; Lima, 2021).

Jane Addams e Ellen Gates Starr são as fundadoras da Hull House, em Chicago, em 1889, um centro de programas sociais, educacionais, culturais e artísticos nos Estados Unidos. Compreendia um complexo que desenvolvia atividades de convivência e intercâmbio cultural, onde os moradores do bairro e imigrantes obtinham o suporte e a assistência necessários para viver no novo país. Foi um abrigo fundamental para o movimento de mulheres, que contribuiu para a formação política, laboral e profissional (Lima, 2021; Monzeli; Morrison; Lopes,2019).

A Hull House foi um espaço relevante para o movimento de mulheres e, além de oferecer lar temporário e apoio a imigrantes e famílias, também funcionava como centro de debates, estudos e pesquisas sobre economia doméstica, cuidados pós-parto, tuberculose, coleta de lixo, entre outros temas (Monzeli, 2021).

Foi na Hull House que o Movimento de Artes e Ofícios foi experimentado. Esse movimento, derivado do Romantismo, surgiu na metade do século XIX na Europa como oposição à Revolução Industrial e como crítica ao capitalismo, resgatando o trabalho artesanal, que reconfigura o cotidiano e reorganiza a sociedade por meio de comunidades solidárias e harmoniosas de trabalhadores em atividades coletivas e colaborativas. Nelas, cada pessoa cria e desenvolve suas técnicas, sendo a experiência estética vista como uma atividade essencialmente humana, ontológica e, por isso, indispensável à existência (Lima,2021; Monzeli, 2021).

Almeida e Costa (2019) destacam que o Movimento de Artes e Ofícios buscou maneiras de organizar a vida e o mundo, ampliando novos sentidos para a existência nos campos da economia, medicina, política, filosofia, artes e ciência. Segundo

Monzeli (2021), o movimento incentivava o trabalho humanizado e as atividades significativas e produtivas realizadas pelos trabalhadores, prevenindo a alienação. Foi um movimento importante para o desenvolvimento da terapia ocupacional, por suas ações políticas e contribuições.

Julia Lathrop e Eleanor Clarke Slagle foram as primeiras mulheres responsáveis pelas ações na Hull House, vindo posteriormente a compor a profissão de Terapia Ocupacional. As primeiras mulheres consideradas terapeutas ocupacionais foram as estadunidenses Slagle, Susan Elizabeth Tracy e Susan Cox Johnson (Morrison, 2016).

> Eleanor Clarke Slagle (1870-1942) era assistente social contribuiu para o desenvolvimento dos fundamentos epistemológicos do início da profissão, auxiliando para o posicionamento da terapia ocupacional como profissão no início do século. Em conjunto com Susan Elizabeth Tracy (1878-1928) era enfermeira, uma das pioneiras no uso das ocupações como tratamento e uma das primeiras a sistematizar suas reflexões. Susan Cox Johnson (1876-1932) era professora com formação bastante influenciada pelo movimento de artes e ofícios (Morrison, 2016, p.106-109).

A terapia ocupacional, desde seu início, foi considerada uma profissão de mulheres. Para alcançar a legitimação profissional, buscou articulações com a medicina. Um exemplo foi quando Adolf Meyer se uniu a essas mulheres desbravadoras para propor um tratamento com viés científico, devido a críticas da época sobre o tratamento ofertado às pessoas com sofrimento mental. Meyer solicita ajuda a Julia Lathrop para a indicação de uma assistente social para atuar no Hospital Johns Hopkins com pessoas em sofrimento mental. Lathrop indica Slagle, que aceita a proposta. Após dois anos nesse trabalho, Slagle se destacou como a principal referência para o serviço de terapia ocupacional, segundo Meyer. Com o término da experiência, Slagle retorna a Chicago e funda a primeira escola de terapia ocupacional em 1913 (Monzeli, 2021; Monzeli; Morrison; Lopes,2019).

No ano seguinte, teve início a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Monzeli (2021) aponta que tal fato impulsionou a criação da profissão, especialmente após a entrada dos Estados Unidos na guerra em 1917. Neste cenário, há o desenvolvimento e a expansão da profissão, principalmente após o desfecho da Guerra, com o retorno dos soldados e marinheiros com deficiência e lesões e que necessitavam de serviços de enfermagem, médicos, vocacionais e educacionais para retornar para uma vida produtiva. A terapia ocupacional participou efetivamente nos processos de

reabilitação, as profissionais sendo consideradas “auxiliares da reconstrução”, junto com outras profissões (Monzeli; Morrison; Lopes,2019).

Bezerra, Reis e Lopez (2024) apontam que, no Brasil, a terapia ocupacional não se desenvolve a partir de práticas sociais, como ocorreu nos Estados Unidos da América, mas que “toda profissão surge para atender as necessidades sociais do seu processo histórico” (p. 159).

A profissão segue em expansão nas primeiras décadas do século XX e, nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, chega à América Latina como parte importante de acordos internacionais para o desenvolvimento, criados entre agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (Monzeli, 2021; Monzeli; Morrison; Lopes, 2019).

4.2 Terapia Ocupacional no Brasil e na América Latina

Apresentaremos alguns marcos históricos da profissão no país, como a epidemia de poliomielite, o tratamento moral e o Movimento Internacional de Cooperação de Reabilitação — este último também presente em outros países da América Latina (Chile, Colômbia, Argentina).

A história da loucura e as epidemias de poliomielite são histórias comuns da profissão nos países da América Latina. Durante séculos, a poliomielite foi uma das principais causas de invalidez e de elevados índices de mortalidade infantil. Até a década de 50, devido às consequências da doença, incentivou-se a criação e ampliação dos centros de reabilitação física e hospitais infantis, como o Hospital Infantil do México (1943), o Centro de Reabilitação Infantil no Chile (1947), a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (1954), dentre outros centros e associações de reabilitação, que receberam suporte financeiro e investimentos nacionais.

Segundo Soares (1991), as primeiras instituições brasileiras destinadas a pessoas com deficiência e em sofrimento mental são da segunda metade do século retrasado: o Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro (1854, antigamente conhecido como Imperial Instituto dos Meninos Cegos), o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (1857, conhecido anteriormente como Imperial Instituto dos

Surdos-Mudos). Além dessas instituições, em São Paulo, houve a fundação de hospitais para tratamento da hanseníase.

Para as pessoas com sofrimento mental, havia, no Rio de Janeiro, o Hospital D. Pedro II, em 1852, com a intenção de tratamento humanitário – moral, com as seguintes oficinas: alfaiataria, marcenaria, sapataria, flores e desfiação de estopa, todas atividades contextualizadas aos trabalhos urbanos referentes aos setores da economia brasileira. Em São Paulo, no mesmo ano, foi inaugurado o Asilo Provisório de Alienados e, em 1898, o Hospital de Juqueri, mantido pelo governo estadual, onde se introduz o tratamento pelo trabalho – praxiterapia (Soares, 1991). Posteriormente, foram fundadas a Colônia Juliano Moreira (masculina) e o Centro Psiquiátrico Nacional (feminino), em 1911; em Pernambuco, em 1931, a Assistência ao Psicopata, o primeiro ambulatório público do país, de nível preventivo de higiene mental, com ações comunitárias extra-hospitalares, a fim de integrar a "atenção preventiva, curativa e de reabilitação" (Soares, 1991, p. 105).

A ocupação terapêutica nos hospitais psiquiátricos foi uma prática difundida no período associado ao tratamento moral até as primeiras décadas do século XX, segundo Soares (1991), para a manutenção da ordem e das tarefas básicas para o funcionamento dessas instituições. A discussão sobre o uso da atividade e do trabalho como tratamento existe desde meados dos séculos XVII e XVIII, quando o tratamento moral utilizava a atividade como recurso terapêutico para o tratamento do louco (Shimoguiri; Costa-Rosa, 2017).

O Tratamento Moral proposto por Philippe Pinel (1745–1826) consistia na modificação e/ou correção de hábitos de vida por meio do uso do trabalho mecânico (braçal) como recurso terapêutico – a laborterapia –, visando à garantia e manutenção da saúde e permitindo à pessoa em sofrimento psíquico restabelecer hábitos saudáveis, racionalidade e comportamento.

> Acreditava-se que a laborterapia desempenhava uma função corretiva e disciplinar, sendo o principal recurso para a organização e manutenção do ambiente asilar, porque contrapunha-se ao ócio desorganizador *(*Shimoguiri; Costa-Rosa, 2017, p.846).

O movimento de cooperação internacional, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), visava à

implementação de cursos voltados à reabilitação decorrente de acidentes de trabalho, epidemias de poliomielite e outras causas.

Segundo Soares (1991), na segunda metade do século XX, devido às Guerras Mundiais, o projeto de cooperação internacional na América Latina passou a receber assessoria de consultores da ONU, por meio de articulação com a OMS e a OIT, para a realização e implementação de cursos de capacitação em terapia ocupacional e outras áreas profissionais (enfermagem, fisioterapia, medicina), voltados a programas de reabilitação física, seja por poliomielite, acidentes de trabalho ou sequelas da guerra.

Na década de 1950, houve uma expansão de tecnologias na área da saúde, com programas de ensino inovadores e a formação de novas categorias profissionais impulsionadas por esse contexto, como a Terapia Ocupacional. A ONU enviou emissários à América Latina para identificar locais para a instalação de um centro de reabilitação em São Paulo. O local selecionado foi o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, já reconhecido internacionalmente, assim como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR),ambas assessoradas para iniciar uma prática especializada em reabilitação física (Monzeli, 2019; Soares,1991).

Para viabilizar o projeto de instaurar um centro de reabilitação no Brasil, com financiamento da OMS, algumas profissionais brasileiras foram enviadas aos Estados Unidos para se especializarem, como a enfermeira e assistente social Neyde Tosetti Hauck, que foi estudar terapia ocupacional na New York University. Monzeli (2019) relata que os projetos de cooperação internacional nas décadas de 1940, 1950 e 1960 tinham como objetivo a vinda de especialistas e técnicos dos países do Norte para a formação de recursos humanos na América Latina, sob uma determinada perspectiva de formação.

> A partir da década de 1960, quando já se começa a ter um número mais de terapeutas ocupacionais latino-americanas formadas em seus próprios países, tem início um movimento de cooperação entre os próprios países da América Latina, que começam a contribuir para a expansão da terapia ocupacional em outros países latino-americanos (Monzeli, 2019, p.103).

Monzeli (2019) aponta que, até recentemente, as instituições de Ensino Superior não eram espaços acessíveis às mulheres, constituindo ambientes privilegiados de reprodução das desigualdades de gênero e da divisão sexual do

trabalho. As mulheres eram limitadas ao espaço privado e invisibilizadas no contexto educacional.

4.3 Terapia Ocupacional: a institucionalização da profissão

O início da profissão na América Latina remonta à década de 1950. No Brasil, ocorreu em 1956, no Rio de Janeiro, com a criação de um curso técnico em reabilitação de dois anos na Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), uma escola localizada na Zona Sul, com perfil elitista, turma reduzida e mensalidade paga em dólar. A Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro (ERRJ) deliberou, em 1958, a ampliação do curso para três anos, sendo reconhecida apenas em 1965. Posteriormente, em São Paulo, o Instituto Nacional de Reabilitação (INAR) passou a se chamar Instituto de Reabilitação (IR), em conformidade com a Lei nº 5.029, de 1958, que estabelecia suas obrigações assistenciais e educacionais. Nesse mesmo ano, teve início o primeiro curso técnico de Terapia Ocupacional, com duração de dois anos, no Instituto de Reabilitação (Reis; Lopes, 2018).

Na década de 1960, outros dois cursos técnicos foram implantados em Recife – PE, no Instituto Universitário de Reabilitação (IUR), atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), inicialmente com duração de apenas 75 dias. No entanto, Ruy Neves Batista solicitou a criação dos cursos técnicos de Terapia Ocupacional e Fisioterapia com duração de dois anos, iniciados em 1962, em instituição privada e com ingresso por processo seletivo anual.

Em Belo Horizonte (MG), os cursos foram estabelecidos por meio de convênios com a Fundação Arapiara e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, em 1961, com as primeiras turmas em 1962 (Reis; Lopes, 2018).

Pelo Decreto-Lei nº 938 de 13 de outubro de 1969, a profissão é reconhecida como sendo de nível superior. Nas décadas seguintes, continua a criação dos cursos de terapia ocupacional no país: na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), em 1972 (instituição privada), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1972, na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) em 1973 (em instituição privada e com duração de três anos). Na região Sudeste e no Estado de São Paulo: na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP, universidade privada), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC, também privada) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na metade da década de 70. No Rio de Janeiro, na

Faculdade de Reabilitação da Associação de Solidariedade à Criança Excepcional (FRASCE) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na década de 80, na Faculdade Salesianas de Lins, em São Paulo (também uma instituição privada). Na região Sul, no Instituto de Porto Alegre (ITA) e na Faculdade de Tuiuti em Curitiba, em 1981 (Reis; Lopes, 2018).

Galheigo *et al.* (2018) relatam que a formação vigente dos terapeutas ocupacionais na década de 1950 tinha origem nos países anglo-saxões. Na perspectiva difundida no período, havia "uma incorporação e reprodução de práticas profissionais sob a égide da reabilitação de caráter eminentemente técnico e consoante com o modelo biomédico hegemônico" (p.727). As autoras referem que os cursos de terapia ocupacional eram locais de "formação técnica e não de produção cientifica" (p. 728), visto que os docentes eram profissionais com formação técnica especializada e deveriam transmitir conhecimentos de caráter prático.

Na década de 1960, outras influências passaram a configurar a prática da terapia ocupacional, provenientes da psiquiatria social. A partir do uso de abordagens como grupo operativo, grupo com famílias, atividades de ateliês e oficinas, marca-se a entrada da perspectiva humanista na profissão. Destacam-se, nesse contexto, a produção de Jô Benetton, em São Paulo, que em 1972 iniciou supervisões de casos clínicos para terapeutas ocupacionais, fundando o Centro de Especialidades em Terapia Ocupacional (CETO) e, posteriormente, o Método Terapia Ocupacional Dinâmica (MTOD), bem como a contribuição de Rui Chamone, em Minas Gerais, com a criação do Método Crítico–Laborativo das Relações Humanas (Galheigo *et al.*, 2018).

Na década de 1970, surge o pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira, com a institucionalização da profissão nesse período. Devido à crescente ampliação dos cursos de TO no país, inúmeras terapeutas ocupacionais ingressaram em diferentes programas de pós-graduação stricto sensu, impulsionando o desenvolvimento de pesquisas e a produção de conhecimento na área.

Ambrósio e Silva (2022), referem que o período da década de 70 e 80 foi de suma relevância a terapia ocupacional brasileira, com a constituição de perspectivas críticas, através das mobilizações e lutas sociais pelo direito à moradia, creche, de pessoas com deficiência e redemocratização em consonância com outros fatos históricos do país como a Constituição de 1988, Reforma Psiquiátrica e a 8º Conferência Nacional de Saúde (Galheigo *et al.*, 2018).

4.4 Terapia Ocupacional Social e produções plurais relacionadas as temáticas étnico-raciais

> A terapia ocupacional espelha
> o que seus profissionais pensam e produzem
>
> (Lopes; Silva 2007, p.158)

No fim da década de 1990, surge a terapia ocupacional social, exatamente em 1998, como resultado de um contexto que reuniu terapeutas ocupacionais, pesquisadoras, profissionais e docentes em torno da temática social. Segundo Lopes e Malfitano (2023), desde o final da década de 1970 e início dos anos 1980, estava em voga a discussão sobre uma terapia ocupacional politicamente comprometida com a população atendida, influenciada por diversos autores. Em um cenário neoliberal, marcado pelo aumento das vulnerabilidades de grupos e indivíduos, pelas transformações no mundo do trabalho, pela exploração e degradação dos sistemas de proteção e pela modificação das regras sociais, surgiram sujeitos sobrantes e inválidos conjunturais, que sofrem desqualificação, invalidação social, déficits de integração, dissolução de vínculos e exclusão (Lopes, 2023).

> Fomentando o questionamento sobre a função social do profissional, assinalando a relevância dos contextos, da presença ou ausência de direitos, da justiça e injustiça social como elementos inerentes à prática em terapia ocupacional. Configura-se, então desde essa época, na terapia ocupacional brasileira o reconhecimento de que o "social" deveria ser parte do trabalho de todo e qualquer terapeuta ocupacional, em diferentes níveis de centralidade, a depender de sua ação (Lopes; Malfitano, 2023, p.16).

A terapia ocupacional social no Brasil apresenta duas perspectivas teóricas. A primeira surge com o fim da ditadura imposta pelo Golpe Militar de 1964, no final dos anos 1970 até meados da década de 1980 — um período de democratização e abertura política, marcado também por profundas demandas da questão social no país. Com a articulação democrática dos movimentos sociais, esse processo impactou a profissão e seus profissionais, que passaram a discutir sua responsabilidade na formação de valores sociais e a exercer um papel político, consciente e crítico em sua prática e na participação nas lutas por hegemonia.

A segunda perspectiva parte da crítica ao discurso disciplinador do saber médico-psicológico e jurídico, que impunha formas reducionistas de compreender e lidar com os fenômenos saúde-doença, baseadas em valores dominantes voltados ao

controle e à supressão da liberdade de sujeitos, tanto individuais quanto coletivos. Diante disso, evidencia-se a necessidade de ampliar os conhecimentos socioantropológicos na terapia ocupacional e de investir em ações individuais e coletivas que transitem por perspectivas transdisciplinares, intersetoriais e interprofissionais — o que passou a ser denominado como atuação no campo social ou terapia ocupacional social. Esse campo foi oficialmente criado em 1998 com o Projeto Metuia[19] — palavra de uma língua nativa indígena brasileira, da etnia Bororo, que significa "amigo", "companheiro" — idealizado por docentes da área de terapia ocupacional do estado de São Paulo.

> A população a ser assistida pela terapia ocupacional social:
> I — Aqueles que sofrem processos de exclusão social que justifique sua institucionalização, para sua recuperação, educação e/ou repressão. Envolve entre outros: a) os que povoaram e continuam povoando os espaços fechados e isolados da comunidade como hospitais psiquiátricos, ditas comunidades terapêuticas, asilos, instituições para pessoas com deficiência, prisões; b) a infância e a juventude pobre; c) idosos asilados e destituídos de direitos.
> II — Grupos que, devido as transformações sociais, estão expostos diretamente a precarização do trabalho, a vulnerabilidade relacional e, portanto, a ficarem nas margens e a ruptura das redes sociais. Para estes, o déficit de integração está vinculado a degradação do mundo do trabalho e suas consequências na qualidade de vida: moradia, educação, sociabilidade, cultura, levando a processos de desfiliação (p.47).

Destacamos duas terapeutas ocupacionais alinhadas ao referencial da terapia ocupacional social que tiveram significativa contribuição das discussões étnico-racial: Denise Dias Barros e Samira Lima Costa. Relembramos aqui, as produções pioneiras de duas docentes do campo social com a temática étnico-racial: **Denise Dias Barros** com sua tese intitulada "*Itinerários de uma dor emissária: loucura em territórios dogon (África do Oeste)*"em1999. E **Samira Lima Costa** com a produção "Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a Povos e

[19] METUIA/UFSCar – Núcleo da UFSCar da Rede Metuia, vinculado ao Programa de Extensão METUIA-Terapia Ocupacional Social e ao Laboratório METUIA, do Departamento de Terapia Ocupacional e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Terapia Ocupacional da UFSCar. O trabalho de ensino e pesquisa deu origem à linha de pesquisa "Redes Sociais e Vulnerabilidades", no primeiro programa de pós-graduação stricto sensu em Terapia Ocupacional da América do Sul, iniciado em 2009 com o mestrado e ampliado em 2015 com o doutorado. Essa linha tem como objetos de estudo as intervenções de terapia ocupacional com populações em situação de vulnerabilidade social e o desenvolvimento de tecnologias sociais de inclusão, participação e autonomia, dialogando com temáticas sociais, tais como: pobreza, políticas sociais, ocupação e circulação no espaço urbano, identidade cultural, acesso a serviços sociais, inserção no trabalho e outras correlatas (Lopes; Malfitano, 2023, p.20).

Comunidades Tradicionais" (2012) sobre as vivencias marcadas pela diversidade e resistência.

Neste contexto é possível afirmar que a terapia ocupacional social sempre esteve presente nos processos de luta e participação social, com o objetivo de contribuir e fomentar a atuação de sujeitos, grupos e populações vulnerabilizadas na garantia de direitos, cidadania, emancipação e autonomia (Lopes, 2023), sendo que no Brasil, essa população é majoritariamente formada por pretos e pardos, que constitui a população negra.

De toda forma, a terapia ocupacional apresenta uma diversidade de ações em diversos campos de atuação — como educação, social, cultural, hospitalar, trabalho, direitos humanos, territorial, comunitário e justiça —, demonstrando empenho e engajamento para lidar com os desafios da sociedade brasileira, é composta pela pluralidade de práticas e saberes, comprometidos com os processos históricos, sociais e políticos das desigualdades e exclusões (Farias; Lopes, 2022; Barreiro; Borba; Malfitano, 2020). Trata-se, portanto, de reconhecer que as perspectivas, referências, modelos e abordagens utilizados expressam modos de entendimento e ação da terapia ocupacional em consonância com sua época, que podem ou não ter continuidade no curso histórico da profissão (Galheigo *et al.*, 2018, p.724).

É possível afirmar que, com a abertura do primeiro Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) do Brasil, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) iniciado em 2009 com o mestrado e em 2015, com o doutorado (ambos acadêmicos), através das pesquisas foi possível atualizar e recontar a história da profissão, acrescentando novos elementos ao contexto brasileiro.

A terapia ocupacional brasileira apresenta produções plurais, modos distintos de fazer/pensar TO, que se relacionam com o contexto político e histórico, ampliando as discussões com parcerias por meio de movimentos de cooperação internacional com países da América Latina, assim como referenciais teóricos das epistemologias do Sul (Silva *et al.*, 2022; Monzeli; Morrison; Lopes, 2019).

Dentre estas, as epistemologias do Sul, segundo Santos *et al*. (2016), "surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico" (p.18). Costa e Alves (2017) reafirmam o papel da terapia ocupacional, na introdução/ampliação de referenciais teóricos para

descolonizar a universidade, os currículos e as produções acadêmicas. Silva *et al.* (2022) afirmam que as terapias ocupacionais do Sul

> pressupõem uma desobediência epistêmica ao criar rotas, abandonando as histórias únicas ou mesmo consumindo de outras latitudes [...]as terapias ocupacionais do sul assumem uma postura crítica ante a história, enxergando no sistema capitalista/colonial a raiz do sofrimento, regulando as ocupações/atividades nas dimensões da autonomia, participação e inclusão. Referenciar-se pelas terapias ocupacionais do sul exige legitimar o plural e reconhecer a diversidade de epistemes, sobretudo aquelas apagadas pelo discurso das ausências. Um passo importante nesse sentido é a superação do campo da saúde como único campo de conhecimento e prática. Isso implica enxergar as ocupações/atividades humanas a partir de outras categorias, como justiça, dignidade, reconhecimento, proteção social, opressão, luta, estética, liberdade, entre outras (p.3).

Outras perspectivas que tem ganhado espaço na terapia ocupacional brasileira se referem as perspectivas afrobrasileira, afrorreferenciada e afrodiaspórica, podem difundir e produzir expressividade cultural e possibilidades diversas de existência conforme a realidade social (Costa *et al*, 2023).

Farias, Leite Junior e Amorim (2020) citam as diversas produções oriundas a partir da Barros (1999) como: a situação dos imigrantes africanos nos albergues de São Paulo, valorização dos africanos/as no Brasil, pesquisas focadas na compreensão da vida cotidiana de mulheres africanas no Brasil e as possibilidades de ações terapêutica-ocupacionais sociais que envolvem diversidade sociocultural, direitos humanos, mobilidade, gênero e vida econômica na migração. Estudos sobre preconceito, racismo e a desqualificação social da população negra imigrante.

E Samira Lima Costa com a produção “Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a Povos e Comunidades Tradicionais” (2012) sobre as vivencias marcadas pela diversidade e resistência. Costa (2012) localiza a terapia ocupacional social “a serviço das reflexões e práticas que se apoiam nas lutas sociais pela garantia de direito” no conceito de ocupação pautado e que promovam a garantia de direitos neste recorte específico, com base na complexidade das trocas sociais e dos contextos sócio-históricos.

E apresenta um caminho promissor pra profissão ao apontar “o trabalho do terapeuta ocupacional social com povos e comunidades tradicionais parte do princípio de que a ocupação, entendida como direito social, é aquela que, coletivamente, significa e produz significado social” (p.44).

Corroboramos com Farias e Martins (2023) ao afirmar que

> sem deixar de reconhecer produções pioneiras sobre as questões étnico-raciais, como os trabalhos articulados pela autora Denise Dias Barros (Barros, 2002), que, embora não utilizem da categoria analítica raça/racismo com centralidade no processo de produção do conhecimento, é embrionária na agenda política da terapia ocupacional em pautar África, é possível identificar que um período de grande mobilização foi vivenciado nessa conjuntura, que ressoam diretamente no campo da produção de conhecimentos, de práticas e de formação da terapia ocupacional (p.5).

Há algumas aproximações entre TO e negritude, como o Grupo Dona Ivone Lara-Estudos e Pesquisa em Terapia Ocupacional[20], o Grupo AFETO (Africanidades, Feminismos, Educação e Terapia Ocupacional[21]) e o Grupo de Estudos Terapia Ocupacional e Afroperspectivas, na UFSCar.

Na produção de Farias e colaboradores (2024) *Debates on race/ethnicity among social occupational therapists: The need for a historically situated dialogue* publicado no Jornal de Ciência Ocupacional, apresenta um panorama histórico da terapia ocupacional social com a temática étnico-racial, ampliando a discussão e "parâmetros teóricos dentro dos debates sobre raça, etnia e racismo que são intrínsecos à compreensão da desigualdade social estrutural, com suas especificidades a partir dos contextos envolvidos" (p.1).

Os autores expõem que historicamente a temática étnico-racial tem sido considerada pela terapia ocupacional social, com "compromisso técnico, ético e político no enfrentamento das diferenças étnico-raciais, racismo e desigualdade racial"(Nunes *et al.*, 2024, p.2,tradução nossa) e na "construção de uma prática profissional que evidencie os impactos da desigualdade racial e do racismo no cotidiano e trajetórias dos sujeitos negros e não-negros", estes estudos contribuem para diálogos, confrontos e transformações na sociedade.

Dando segmento, a Federação Mundial de Terapia Ocupacional (WFOT) segue implicada na discussão étnico-racial, conclamado todas as 101 associações de terapia ocupacional ao redor do mundo para a responsabilidade de unificar e propagar a voz coletiva para promoção da equidade e inclusão. Em junho de 2020, lança a Declaração sobre o Racismo Epistêmico e afirma:

---

[20] Coletivo de terapeutas ocupacionais de diferentes regiões do Brasil interessados em se aprofundar no debate de temáticas que envolvem os sujeitos negros (Leite Junior; Farias; Martins, 2021, p.2).

[21] Grupo idealizado por Clau Fragelli e Alekin Ambrósio em 2018, a partir do encontro de mulheres pretas, amigas e do desejo de reunir-se, de se encontrar e de se cuidar coletivamente (https://grupodeestudosafeto.blogspot.com).

> O racismo estrutural existe. O racismo estrutural é um abuso dos direitos humanos e as ações precisam ser mais altas do que palavras. Condenar o racismo não é suficiente, o racismo estrutural deve ser tratado como uma prioridade global. Terapeutas ocupacionais, assistentes e estudantes devem estar comprometidos com a liberdade e a justiça em suas próprias comunidades e como cidadãos profissionais globais [...] Você, nós, temos a responsabilidade de defender e advogar por mudanças. É necessário que terapeutas ocupacionais abordem discriminação, opressão e injustiças sistêmicas que ainda perseveram na saúde e em serviços sociais ao redor do mundo. É necessário promover ações para abordar os Determinantes Sociais da Saúde que frequentemente impedem a justiça e a equidade. Estes determinantes incluem racismo, pobreza, restrições econômicas, discriminação, desalojamento, doenças, conflitos e sistemas historicamente opressivos (p.1).

Onde condena o racismo estrutural, se compromete na luta pelos direitos humanos e solidariza com o Movimento Vida Negras importam (*Black Lives Matter*). Compreendemos que a terapia ocupacional social, nas últimas duas décadas está a produzir sobre diversas temáticas que afetam a vida de sujeitos, grupos e/ou populações vulnerabilizadas no país, com utilização de referencial específico para ampliar as discussões e possibilidades de intervenção. Relembramos a frase deste capítulo de duas docentes da Terapia Ocupacional Roseli Esquerdo Lopes e Carla Regina Silva (vide p.78) “A terapia ocupacional espelha o que seus profissionais pensam e produzem “ e do compromisso da terapia ocupacional social na sua origem com as demandas contemporâneas.

No entanto, ainda há lacunas históricas a serem preenchidas, revisitadas e (re)conhecidas, como a participação das mulheres negras na história da profissão, podemos constatar a ínfima publicação de artigos sobre as mulheres negras na Terapia Ocupacional, seguimos numa proposta desafiadora e inovadora de produzir conhecimento por e com mulheres negras na profissão.

Como pontua Kilomba (2020) “fazer pesquisa entre as iguais, tem sido fortemente encorajado por feministas, por apresentar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadores e colaboradoras[22], ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática ”(p.82-83).

[22] Kilomba (2020) utiliza o termo informantes, no entanto aqui utilizaremos o termo condizente com a pesquisa- colaboradas.

Nesse sentido, nossa pesquisa terá com fio condutor as mulheres negras na Terapia Ocupacional, que estão a produzir práticas e conhecimento na profissão. Enfatizar a relevância das mulheres negras e escreviver suas histórias é fortalecer, nomear, honrar e visibilizar suas contribuições. Iniciamos o resgate ancestral com a história de Yvonne da Silva Lara e de Maria Margarida Trindade para compor este trabalho, fazendo parte deste movimento do adinkra sankofa.

4.4.1 Yvonne da Silva Lara[23]

> "O que usufruí e usufruo até a data presente
> é porque eu quis e fiz por onde"
>
> (Yvonne Lara)

Nascida em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1921, Yvonne era a primeira filha do casal Emerentina Bento da Silva (costureira e cantora de ranchos carnavalescos tradicionais do Rio) e João da Silva Lara (mecânico de bicicletas e violonista de sete cordas que desfilava no Bloco dos Africanos), em uma família composta por muitos músicos. Compôs seu primeiro samba aos 12 anos (Padilha; Peres; Aperibense, 2022).

Infelizmente, aos três anos de idade, seu pai faleceu repentinamente e, aos doze, sua mãe,[24] vítima de infarto agudo do miocárdio. Após o falecimento de sua mãe, Yvonne e seus três irmãos foram morar com sua tia materna, Maria de Souza, no Morro da Serrinha, em Madureira.

A condição da família, com quatro filhos, era difícil, e por isso se mudaram para o bairro da Tijuca, onde ficava um internato público mantido pela prefeitura – a Escola Municipal Orsina da Fonseca. Havia interesse e procura por parte de famílias abastadas da cidade, pois a escola apresentava boa reputação, rigor na formação das estudantes e ótima qualidade de ensino. Tratava-se de um internato destinado à formação de meninas de classes sociais pobres, com o objetivo de torná-las "mulheres ideais com boa educação, preparadas para o casamento e para o trabalho fora de casa" (p.3). A família de Yvonne compreendeu que o internato seria o lugar mais

[23] O nome de batismo e de profissional de saúde. Dona Ivone Lara era o nome artístico.
[24] D. Emerentina casa-se novamente com Venino José, com quem teve outros dois filhos homens (Padilha, Peres, Aperibense,2022).

apropriado. Assim, ela permanecia durante a semana no internato e, quinzenalmente, passava os fins de semana na casa da tia Maria, de tradição cultural negra e periférica.

Yvonne conta: “minha mãe morreu, ninguém ficou tomando conta de mim. Com a idade de 12 anos, eu que resolvia tudo, me guiava. Foi muito bom, porque me fez ser como sou hoje. Tudo o que fiz a partir daí foi por decisão própria” (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p. 3).

Nesses finais de semana com a família e parentes sambistas, aprendeu a tocar cavaquinho com seu tio Dionísio Bento da Silva e já se destacava nas aulas de canto, participando de festas, encontros musicais e rodas de samba. O aprendizado no internato, para uma garota negra, pobre e órfã na década de 1930, permitiu a Yvonne diversos acessos. Ela afirma: “fui seguindo os regimes do colégio interno, que era bem rígido. E foi ótimo para mim. Porque se eu fosse criada aqui fora eu não ia ter estudado tanto” (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.3; Passos; Moraes, 2021).

Segundo Leite Junior, Farias e Martins (2021), durante o período no internato, Yvonne teve a oportunidade de ter aulas com Dona Lucília Villa-Lobos (esposa do maestro Heitor Villa-Lobos) e com Zaira de Oliveira (cantora negra brasileira). Ao completar a maioridade, deixou o internato e passou a residir com a tia Maria e o tio Dionísio, motorista de ambulância no serviço público. Ao longo de toda a sua infância, a música se fez presente, como mostra o seguinte trecho:

> Graças a Deus, sempre tivemos um ambiente musical. Tio Dionísio Bento da Silva era muito amigo de Pixinguinha, Jacob do Bandolim... Ele tocava trombone. Era chorão. Quando chegava nos dias de ensaio, a gente assistia ao pessoal cantar, tocar. De vez em quando a gente também fazia parte. Aprendíamos a cantar. Principalmente quando ele estava compondo, ele fazia questão que nós aprendêssemos para ele não esquecer (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.3).

Com a conclusão do internato, retorna a residir com a tia materna Maria. Com o aumento das despesas e sem recursos financeiros, estes eram alguns dos caminhos possíveis: dona de casa, costureira como sua mãe, trabalhar em fábricas de tecidos ou como empregada doméstica.

> A condição das mulheres negras no Brasil recebe influência do degradante regime de escravidão, quando a elas se atribuíam sentidos de objeto sexual, reprodutora de mão de obra escrava, ama de leite, entre outros. Na década de 1930, Yvonne Lara sabia que socialmente recaía sobre ela uma dupla desvantagem, que não seria minimizada por seu talento de compositora. Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres musicistas, especialmente dedicadas ao piano, eram respeitadas, contudo, as compositoras tinham que

> ocultar esse talento ou dispensá-lo para continuar em seu papel de esposa e mãe dedicada. Uma das poucas exceções foi Chiquinha Gonzaga. Após a morte dessa compositora foi registrado um vazio de mulheres na composição só quebrado por Maysa nos anos 1950. Assim, os trabalhos reservados para mulheres nos anos 1930 quase não lhes davam opções diferenciadas. Mas, ao nosso ver, Yvonne da Silva Lara, não era uma mulher comum e conformada com a sorte que lhe era destinada, ela acreditava no estudo e no seu direito de fazer escolhas *(*Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.3).

Outras possibilidades foram encontradas. A insubmissão de Yvonne já se fazia presente, “resistente a seguir o destino das pessoas ao seu redor e buscando outras ambições para a vida” (Leite Junior; Farias; Martins, 2021, p.5). Ela recusava a função de operária. Seu tio já lhe havia informado que arranjaria um emprego numa fábrica de tecidos Nova América, em Vila Isabel. O rumo de sua vida já estava quase encaminhado.

Certo dia, ao ler o jornal, encontrou uma oportunidade que transformaria sua vida: a abertura de um concurso para a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência ao Alienados — Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, a primeira escola de enfermagem do país, fundada em 1890 no Rio de Janeiro pelo Decreto nº 79, junto à Assistência aos Alienados. O curso era gratuito, e as alunas recebiam uma gratificação mensal de 60 mil réis pelos serviços prestados no hospital, além de alimentação e moradia (Padilha; Peres; Aperibense, 2022; Passos; Moraes, 2021; Burns, 2006).

Yvonne se inscreveu no processo seletivo e ficou entre as dez primeiras colocadas. As condições para efetuar a matrícula eram: ter mais de dezenove anos, possuir instrução elementar, ser vacinada, apresentar atestado de bons costumes, não sofrer de doenças contagiosas e ter saúde regular. Na época, Yvonne tinha apenas dezessete anos, mas, por ter cursado o internato Orsina da Fonseca — reconhecido pelo padrão de qualidade no ensino —, conseguiu efetuar a matrícula, apesar de não atender à idade mínima exigida pelo decreto[25] (Padilha; Peres; Aperibense, 2022; Leite Junior; Farias; Martins, 2021).

O curso de enfermagem tinha duração de dois anos, e as aulas eram ministradas por médicos psiquiatras em duas seções do Hospício Nacional de Alienados (HNA). Após a conclusão da formação, as alunas recebiam o diploma de enfermeira. Entretanto, as estudantes escolhidas como as melhores da turma — “em termos de instrução, educação, equilíbrio emocional, moral e social” — fariam mais

[25] Decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927, que norteava as condições básicas para efetuação da matrícula.

um ano de formação como visitadoras sociais, com disciplinas indispensáveis à educação médico-assistencial das enfermeiras, considerada uma especialização (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p. 5).

Segundo Yvonne, sobre a escolha da enfermagem:

> O curso de enfermagem era o único de graça, então escolhi, não tive muita opção [...] meu tio repetiu que, se eu não passasse, faria qualquer outra coisa. Yvonne passou em terceiro lugar – posição que lhe rendeu direito a uma ajuda de custo de 60 mil-réis (“*Muito dinheiro”).* Eu dava tudo o que recebia para minha tia, que comprova meus sapatos e cobria as despesas de casa”. Muita gente fazia enfermagem. Eu mesma trabalhei com uma porção de pessoas do meio do samba nos hospitais. O pessoal que morava na zona norte, que não tinha muito dinheiro, via nisso a chance de mudar de vida. Trabalhei com a mãe de Paulinho da Viola, mulher do seu Paulo Faria, que já era conhecido como músico. Mas ela mantinha o emprego estável. Era importante e mais seguro ter alguém com salário fixo (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.4).

A enfermeira visitadora social apresenta uma prática profissional ampliada: além do ambiente hospitalar, onde realizava atendimentos às pessoas em sofrimento mental e seus familiares, também atuava nas residências e na comunidade. Foi nesse papel de enfermeira visitadora oficial que Dona Yvonne pôde escolher o caminho a seguir em sua trajetória profissional:

> [...]a visitadora social não é supervisora, ela já não trabalha em prol do doente, atendendo a necessidades do doente, e da família do doente. Agora, sendo depois, com o Serviço Social, ele se expandiu mais, a gente fez mais coisas, foi aonde eu tive que fazer a pós-graduação e que era para poder ter outros conhecimentos e fazer jus ao meu diploma de assistente social. Quando terminei o curso, o meu diretor me chamou e perguntou “*Como é Dona Yvonne, você quer continuar como enfermeira, ou você quer ser transferida para a carreira de Assistente Social*”? Eu já estava toda influenciada como Assistente Social, então eu quis ser Assistente Social. Eu já não dava plantão, e essas coisas todas, e como enfermeira eu dei muito plantão. Eu trabalhava só a noite (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.5).

Durante a formação, já atuava como plantonista na Colônia Gustavo Riedel em 1940, permanecendo como enfermeira por seis anos até ingressar no curso de Serviço Social. Yvonne relata:

> Quando me formei (enfermeira), tive a felicidade também de ficar bem colocada e aí fui admitida no Serviço Nacional de Doenças Mentais. Quer dizer, minha opção foi essa (enfermagem) por causa disso (questões financeiras). Eu não tinha dinheiro para continuar fazendo outras coisas aqui fora, ou escolher o que eu quisesse (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.5).

Audaciosa, Yvonne decide lançar-se em outra formação: escolhe o Serviço Social, integrando a primeira turma do curso em 1945, com duração de dois anos na Escola Ana Neri. As autoras inferem que seus motivos foram a busca por maior autonomia profissional, reconhecimento, status, liberdade, melhor remuneração e a tão sonhada estabilidade, além da garantia de emprego ao término da formação. Em 1947, foi admitida no Serviço Nacional de Doenças Mentais do Instituto de Psiquiatria do Engenho de Dentro, onde permaneceu até se aposentar em 1977, aos 56 anos de idade (Padilha; Peres; Aperibense, 2022; Burns, 2006).

A história de uma mulher negra, mãe, sambista, compositora, enfermeira, assistente social e técnica em terapia ocupacional deixa sua contribuição como profissional de saúde mental, atuante na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial. Passos e Moraes (2021) afirmam que “não é simples resgatar o protagonismo invisibilizado dessa mulher, negra, periférica, que foi lembrada pelo campo e profissões pouco antes do seu falecimento em 2018” (p.75), reconhecida sobretudo na área musical pela potência vocal – a Dama do Samba.

Atuou por mais de três décadas no Instituto de Psiquiatria do Engenho de Dentro até sua aposentadoria, sob a supervisão de Nise da Silveira. Nesse período, também fez a especialização em terapia ocupacional — a formação elementar de terapêutica ocupacional —, já que, na década de 1950, a terapia ocupacional não era reconhecida como profissão de ensino técnico ou superior (Passos; Moraes, 2021; Leite Junior; Farias; Martins, 2021). Na sua prática profissional como assistente social e especialista em terapia ocupacional, Yvonne utilizou atividades artísticas, culturais, recreativas e lúdicas, além de seu vasto repertório musical, o que lhe permitiu criar outros espaços para o outro existir. As práticas realizadas por Yvonne indicam outras formas de cuidado às pessoas em sofrimento psíquico, concomitantes com as atribuições de elaboração de relatórios e articulação extramuros entre pacientes, família e comunidade (Leite Junior; Farias; Martins, 2021).

Yvonne Lara vivenciou a música e a utilizou como repertório em sua prática profissional, como intervenção pautada na cultura popular, na ampliação dos modos de cuidar, incluindo os processos de desinstitucionalização e a articulação extramuros com pacientes, família e comunidade. São propostas inovadoras por inserir as histórias de vida e a subjetividade das pessoas em sofrimento mental, rompendo com atividades e práticas esvaziadas e alienantes comuns às instituições da época (Leite

Junior, Farias; Martins, 2021). O trecho abaixo faz menção às práticas realizadas por Yvonne:

> trabalhando com a Dra. Nise eu tive a oportunidade de descobrir muito músico doente mental, catatônico, esquizofrênico...Gente que não tinha contato com o mundo, mas que, quando via um instrumento, volta e meia contava uma história ligada a música: pertencia a tal banda, toquei em tal orquestra...todo aniversário do hospital tinha festa e os músicos éramos todos nós: enfermeiros e doentes. Tinha o Ribamar, que era catatônico. Vivia lá, esquecido pela família, quase sem falar. Um dia, estávamos ouvindo uma outra doente tocar piano e comecei a cantar. Ele prestou atenção e ficou admirado...Até que me disse que era músico. Depois, vim a saber que tinha sido clarinetista da Orquestra Tabajara. E passou a tocar nas festas do hospital. Melhorou de um dia para o outro. Fui a casa dele para conversar com os familiares, que passaram a visitá-lo. E ele ficou curado. Dali a um tempo, saiu de lá bonzinho (Padilha; Peres; Aperibense, 2022, p.7).

As contribuições de Yvone Lara na terapia ocupacional, ainda que com limites, são criativas e inovadoras, baseadas na proposta de estar com o outro e realizar experimentações da vida por meio da arte, da criação, da cidadania, e do incentivo e promoção da autonomia. Essa abordagem “possibilitou a geração de um repertório de recursos e intervenções que puderam inclusive, ampliar o conjunto de ações que temos como referência” (Leite Junior; Farias; Martins, 2021, p.9). Passos e Moraes (2021) afirmam a relevância do protagonismo de Yvone Lara em seu tempo histórico, especialmente nas rupturas por ela realizadas.

> o uso da música articulada aos saberes e a cultura popular, oriunda da resistência negra, torna- se possível trabalhar com a perspectiva de aquilombamento, o que significa a adoção de um acolhimento originário das estratégias de resistência protagonizadas pela população negra brasileira [...] nesse sentido uma prática que vem sendo estimulada para rompermos com o aparato manicomial e se faz urgente produzirmos novas estratégias de cuidado em saúde mental (p.82).

É fundamental reconhecer e resgatar a trajetória de vida dela e de tantas outras mulheres negras que colaboraram para a terapia ocupacional, bem como a atuação de Yvonne Lara na saúde mental por meio de recursos e intervenções em uma prática pioneira e transgressora em seu contexto histórico. Como afirmam Leite Junior, Farias e Martins (2021), “a história de Yvonne Lara para a terapia ocupacional é um manifesto pelo reconhecimento e resgate das memorias negras- de diversas mulheres negras que colaboraram para a consolidação de práticas que deram a vida à profissão” (p. 11).

4.4.2 Maria Margarida Trindade

Nas buscas realizadas na pesquisa, surge o nome de Maria Margarida Trindade; no entanto, há uma falta de documentação histórica sobre a vida e trajetória desta mulher negra pernambucana. Quase todas as buscas a mencionam como esposa do poeta brasileiro Solano Trindade, como coreógrafa e terapeuta ocupacional, sem nenhuma outra informação.

A fim de acessar outros documentos sobre a vida de Maria Margarida, realizamos contato com a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, já que alguns trechos a mencionam como nascida nesse estado. No entanto, não obtivemos resposta efetiva. Outra via foi realizar contato com a Família Trindade. O encontro aconteceu no primeiro semestre de 2024, quando Victor e Elis Trindade realizaram uma formação teórico-prática no Sesc Santos, intitulada “Saúde e Axé – Música, Dança e Ancestralidade”, ocasião em que compartilharam um telefone para contato posterior. No entanto, não houve resposta. De qualquer forma, é crucial continuar a busca de dados. Conforme Costa, Bukola, Santos (2023):

> a história de Margarida também precisa ser contada. A gente sabe que Ivone Lara encarregava as propostas de levar grupos de samba para dentro do Engenho de Dentro para pacientes psiquiátricos da época terem essas experiências com o samba. Logo, queremos também saber sobre Margarida Trindade, o que ela levava como proposta de cultura, se levava ou não levava e afins (p. 11).

Iremos continuar a busca de informações sobre Margarida. Reconhecemos o lugar singular desta produção ao apresentar as nove escrevivências das terapeutas ocupacionais negras formadas no período de 1958 – 2000, anterior às políticas de ações afirmativas, residentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Sergipe. Ressaltamos sua relevância para a memória e a história da profissão, refletindo sobre as práticas discursivas acerca das mulheres negras na terapia ocupacional. As discussões centrais se darão a partir da experiência de nomear e viver enquanto mulher negra e terapeuta ocupacional, sob o viés dos referenciais da negritude e das mulheres negras no reconhecimento de seus saberes na construção do conhecimento.

Destacar, apresentar, visibilizar as experiências de mulheres negras é parte de uma escolha política e coletiva, cujo desejo é torná-las visíveis, num contexto que

frequentemente coloca seus corpos, saberes e vida em risco. Segundo hooks (2019), as três dimensões fundantes nos projetos feministas articulam-se com o corpo (voz), prática (coragem) e ética (compromisso com a dignidade humana), sendo que a escrita/escrever integra o processo de autorrecuperação — quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar a nossa história. É também erguer voz contra todas as mazelas e desigualdades que ferem os direitos humanos e o Bem Viver das mulheres negras e da população negra brasileira, como o feminicídio, o genocídio da juventude negra, o encarceramento e todas as violências que comprometem o pacto civilizatório.

Os esforços cotidianos das mulheres negras revelam que nosso trabalho serve para demarcar tanto nossa presença quanto nossa ausência (hooks, 2019).

Fazer o resgate histórico daquelas que nos antecederam, que não tiveram seus nomes escritos e/ou re(conhecidos) na luta contra todas as formas de racismo, pelos direitos humanos, pela diversidade, educação, mobilizações e movimentos sociais, iniciados desde o processo de colonização no Brasil, é honrar suas trajetórias de vida e memória, é imortalizá-las.

Apresentamos, a seguir, o movimento atual da nomenclatura utilizada pelas terapeutas ocupacionais negras – TERAPRETAS.

4.5 Terapretas: tornar-se negra[26]

Utilizamos o termo **Terapretas,** para referir-se as terapeutas ocupacionais negras; termo cunhado pela terapeuta ocupacional negra Marlete Oliveira (doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar e docente da UFBA). O uso nesta produção é para demarcar nosso compromisso com os saberes afrobrasileiros, de valorização e ressignificação da negritude.

Souza (1983; 2021) no livro *Tornar-se negro*, afirma:

> Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (p.46).

[26] O título se refere ao livro *Tornar-se negro* ou *As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, da intelectual negra Neusa Santos Souza (1983;2021).

> Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se (p.115, grifo nosso).

A intelectual nos apresenta os antecedentes históricos da ascensão social do negro. Diz: “a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco instituíram o paralelismo entre cor negra e a posição social inferior” (p.48). Em sociedades racistas, como é o caso do Brasil, a categoria racial exerce funções simbólicas e possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, com o objetivo de manter o espaço de participação social dos negros nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social (Souza, 2021). Utilizamos o termo da autora supracitada para compor as perguntas norteadoras da entrevista e as escrevivências.

> Para nos amarmos e a nossa negritude, nós devemos estar constantemente vigilantes, trabalhando para resistir ao pensamento supremacista branco e ao racismo internalizado [...]isso significa buscar pessoas negras descolonizadoras que, pela forma como vivem e trabalham, demonstram amor pela negritude e autocuidado. Nosso amor pela negritude é fortalecido por sua presença. Isso significa cultivar pessoas aliadas não negras que têm trabalhado para desaprender seu racismo (hooks, 2023, p.115).

Bianca Santana, autora do livro *Quando me descobri negra* (2018), relata sua experiência de negritude e afirmação: “tenho 30 anos, mas sou negra há dez. Antes, era morena” (p.13). Ela compartilha os processos coletivos e individuais de um caminho doloroso, porém libertador, de assumir a negritude e valorizá-la.

Souza (2021) assegura que assumir a identidade negra é resgatar a própria história e a do povo negro. Construir essa identidade é uma tarefa política, “fundada em seus interesses, transformadora da história — individual e coletiva, social e psicológica” (p.116). Ser negro é tomar posse.

Nas escrevivências as colaboradoras mencionam uma característica comum que está associada ao processo de tornar-se negra: o **cabelo**. Gomes (2020) fala sobre os processos emancipatórios e libertadores relacionados ao corpo, à estética e à beleza negra: “os cabelos crespos, penteados afros transmitem uma ancestralidade africana recriada e ressignificada no Brasil”. A temática, segundo Nilma Lima Gomes (2020), vem ganhando espaço, desde os anos 2000, nas produções acadêmicas e na

politização da relação das pessoas negras com o mundo. Gomes (2020) afirma que, para as pessoas negras, expressar sua negritude é ser reconhecido, “percebido socialmente como uma expressão da cultura e da afirmação da identidade” (94-95). A autora continua ao dizer que, no seio da comunidade negra, surge “um movimento externo de valorização da estética e da corporeidade negra no plano social e cultural” (p.95) e afirma que “o corpo negro nos conta uma história de resistência constituída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização” (p 95).

Vemos resistência, valorização, autoestima e autoaceitação da identidade racial: as mulheres negras utilizam estratégias de manipulação dos cabelos e de continuidade dos elementos africanos ressignificados em solo brasileiro, a fim de modificar representações negativas e estereotipadas, transformando-as em símbolos de orgulho negro. O cabelo crespo é um dos elementos de afirmação identitária, símbolo representativo dos desafios enfrentados pelas pessoas negras em uma sociedade na qual prevalecem os padrões de beleza europeus. O cabelo e o corpo negro são símbolos da identidade negra brasileira, possibilitando a construção política, ideológica, social e cultural de uma expressão originada na comunidade negra: a beleza negra (Gomes;-Duque-Arrazola, 2019).

Deve-se ao Movimento Negro Unificado o incentivo para que negras e negros brasileiros assumissem sua condição étnico-racial, despojando o termo "negro" de sua conotação negativa e pejorativa, e passando a utilizá-lo oficialmente para nomear e qualificar todas e todos os descendentes de africanas/os escravizados no país (Gonçalves, 2018).

Conforme hooks (2023), nossa linhagem ancestral estava implicada com a vida. Amar a negritude como resistência política é uma ferramenta no processo de cura e uma estratégia de resistência.

Kilomba (2019) relembra que, historicamente, o cabelo das pessoas negras sempre foi desvalorizado como estigma da negritude, tanto quanto a cor da pele: “o cabelo tornou-se a marca poderosa de servidão durante o período de escravização” *(*p.127), sendo considerado símbolo de primitividade, não-civilização, desordem, inferioridade, sujeira e rotulado como “cabelo ruim”. Eliminar os sinais visíveis da negritude é também apagar os traços evidentes da identidade étnico-racial e exercer controle sobre os corpos negros.

hooks (2023) também menciona que a textura do cabelo é uma das questões que afetam a identidade das mulheres negras. O cabelo transformou-se em um dos

instrumentos mais importantes de consciência política entre pessoas negras na diáspora: tranças nagôs, box braids, dreadlocks, rasta, “black” e outros penteados africanos transmitem uma mensagem política de identidade e fortalecimento racial, funcionando também como protesto contra a opressão racial. Ao redefinir os padrões dominantes de beleza, tornam-se sinais de independência e de descolonização das normas brancas (Kilomba, 2019). Cada vez mais mulheres negras usam seu cabelo natural, criando formas e penteados que expressam autocuidado, autovalorização e apreciação de si mesmas.

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS:

5.1 A trilha proposta: escrevivência como método

> **“**A nossa **escrevivência** não pode ser lida
> como histórias para ninar os da casa grande e sim
> para incomodá-los em seus sonos injustos”
>
> (Conceição Evaristo)

Para honrar a existência desta intelectual negra, apresentaremos um breve relato de sua trajetória de vida até o termo por ela cunhado, **escrevivência**, que utilizaremos nesta pesquisa com o objetivo de descolonizar o fazer científico.

Maria da Conceição Evaristo Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946, em uma família de origem simples. É filha de Joana Josefina Evaristo, lavadeira. Conceição cresceu rodeada pelo mundo das palavras e, nesse contexto, mantinha um diário no qual registrava as dificuldades cotidianas que enfrentava. Aos oito anos, teve seu primeiro emprego como doméstica e, com o tempo, surgiram outros. Trocava horas de trabalho doméstico nas casas de professores por aulas particulares. Em 1958, ganhou seu primeiro prêmio de literatura no concurso de redação escolar “Por que me orgulho de ser brasileira”.

Precisou conciliar o trabalho como empregada doméstica com os estudos, até concluir o ensino em 1971, aos vinte e cinco anos. Migrou para o Rio de Janeiro, graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e passou a atuar como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É mestre em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É uma participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra no país. Atualmente, é considerada uma grande expoente da literatura afro-brasileira e brasileira, escritora e intelectual negra de projeção internacional, além de participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra (Almeida, 2020).

Em suas produções, Conceição Evaristo apresenta reflexões sobre questões de raça e gênero, com o objetivo de denunciar e revelar as desigualdades presentes em nossa sociedade. A intelectual cunhou o termo **escrevivência**, que se refere a narrativas construídas a partir do lugar de fala da escrita em primeira pessoa: “o termo

presente nas narrativas de histórias de vida de sujeitos silenciados e subalternizados pela história oficial" *(*Oliveira; Sampaio, 2022, p.278)

Utilizaremos esta ferramenta metodológica, situada no campo do compromisso ético e político com a população negra, sobretudo as mulheres negras. Segundo Silva (2024), vivências, narrativas e protagonismo demarcam "o lugar da mulher negra e, a partir disso, vão desbravando as possibilidades de narrativas que compõem as vivências coletivas de mulheres negras" (p. 41). Silva (2024) afirma que a escrita de Conceição Evaristo parte de seu lugar de mulher negra, atravessado por diversos marcadores sociais, em que a junção entre escrita e escuta visa expor, por meio de múltiplas linguagens, "a vida das mulheres negras, das que estão em situações de subalternizações e das mulheres que precisam e devem contar suas histórias, com suas próprias vozes, sem interlocutores distorcendo e invisibilizando-as" (p. 41).

Alencar (2021) apresenta a escrevivência como um "ato de escrita das mulheres negras, escrevivência é a reinserção deste corpo-voz na escrita de mulheres negras que performatizam sua potência em formas de libertação" (p. 619), em contraposição a um passado em que os corpos dessas mulheres foram submetidos a violências, opressões e à desumanização do período colonial. **Escreviver** significa

> contar histórias particulares, que remetem a outras experiências coletivas (coletivizadas), uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas [...] Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si (Soares; Machado, 2017, p.206).

Bispo (2023), apresenta a escrevivência como um dispositivo de pesquisa, que permite lidar com vários desafios, tais como:

> a) trazer para o primeiro plano as temáticas do racismo e do sexismo; b) efetuar esse movimento de forma contextualizada geopoliticamente; c) contrapor-se à objetificação das pessoas negras, especialmente das mulheres, com espaços de produção de saber por elas sustentados; d) resgatar vozes e memórias silenciadas, recalcadas pelos discursos dominantes; e) escutar as experiências vividas e as subversões subjetivas e políticas do inconsciente, que se contrapõem aos enquadres coloniais do saber e do ser (p.2).

Como ferramenta epistemo-metodológica na produção oral-escrita de mulheres negras, a escrevivência apresenta pontos fundamentais no ato de escrever e no

processo de vir a tornar-se, construindo uma história singular, em que o encontro entre mulheres negras constitui um corpo de conhecimentos (Lima; Lima; Oliveira, 2022).

Castro e Mayorga (2019) apresentam pesquisas narrativas (auto)biográficas sob uma perspectiva decolonial, como parte do movimento epistêmico-político decolonial. Os autores afirmam que

> É urgente que a experiência humana está circunscrita a um lugar social e epistêmico [...] trata-se, portanto, de tornar visíveis os mecanismos pelos quais certos discursos parecem essencialmente embebidos em autoridade, enquanto outros permanecem relegados ao descrédito e à desvalorização de suas vozes/demandas/propostas no campo democrático (Castro; Mayorga, 2019, p.11).

A proposta metodológica desta pesquisa baseia-se em uma escrita que compõe as experiências e vivências de nove terapeutas ocupacionais negras colaboradoras, a fim de visibilizar suas escrevivências, suas trajetórias e legados, cujos caminhos foram traçados com coragem, empenho, ousadia e perseverança para acessar e permanecer no Ensino Superior. Escutá-las nos mobiliza a esperançar novos tempos. Corroboramos com Silva (2024):

> As escrevivências enquanto parte do esboço das epistemologias e metodologias antirracistas e feministas, podem ser ferramentas categóricas para formulações e análises de estudos que tem grupos sociais historicamente em condições de vulnerabilidades sociais, raciais e de gênero e sexualidade enquanto interlocutoras/es, além de focalizar a presença atuante das mulheres negras, latinas e indígenas em pesquisas acadêmicas, na qual tem a possibilidade de traçar novas trajetórias e discursos sobre suas experiências, passando de objeto de estudo para protagonistas dos saberes produzidos e compartilhados (p.42).

5.2 Itinerário I: os caminhos possíveis

Após a delimitação da pesquisa, realizamos alguns movimentos na tentativa de alcançar entre dezesseis (16) e vinte (20) terapeutas ocupacionais negras, seguindo os critérios estipulados (autodeclarar-se negra e ter se formado até o ano 2000). No segundo semestre de 2023, buscou-se orientação com a biblioteca da UNIFESP acerca da possibilidade de solicitar as informações sobre raça/cor do período de 1958 a 2000 em Universidades do Estado de São Paulo que apresentavam o curso de terapia ocupacional em funcionamento, utilizando como referência o estudo de Reis e Lopes (2017) sobre a institucionalização da Terapia Ocupacional no Brasil. O estudo

em questão apresenta os primeiros cursos no país, aqui selecionados no estado de São Paulo: Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas da USP, em 1958; Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), em 1977; e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 1978. No entanto, as três instituições foram categóricas em afirmar que não dispunham da informação. A UFSCar indicou um documento sobre o quesito raça/cor apenas após a implementação das Políticas de Ações Afirmativas; a Universidade de São Paulo (USP) enviou um link para o anuário estatístico que compreende o período de 1989 a 2023; já a PUC-Campinas não respondeu.

A ausência dessas informações reflete as desigualdades históricas enfrentadas pela população negra brasileira e provavelmente corrobora pesquisas recentes sobre o acesso e a permanência de pessoas negras no Ensino Superior, sendo que esse grupo segue em desvantagem nos espaços acadêmicos. Gaia (2021) aponta que o "negro é minoria no ambiente acadêmico e em todos os espaços de poder" (p. 370).

No entanto, na área da saúde a portaria nº 344 de 1º de fevereiro de 2017, tornou obrigatório o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Essa prática é central para o enfrentamento do racismo, já que as informações coletadas fomentam dados epidemiológicos e políticas públicas, além de visibilizar e permitir a análise das iniquidades em saúde (Silveira *et al.*, 2021).

Seguimos, então, compreendendo que não teríamos acesso a essas informações para compor a pesquisa. Para encontrar as preciosas terapeutas ocupacionais negras do período, recorreríamos à disciplina História e Fundamentos da Terapia Ocupacional, cursada no segundo semestre de 2023 na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com a professora e orientadora desta pesquisa, Patrícia Leme de Oliveira Borba.

5.3 Itinerário II: Programa de Estágio Supervisionado De Capacitação Docente (PESCD) como estratégia de pesquisa

O Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD) foi realizado na disciplina História e Fundamentos da Terapia Ocupacional, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. O propósito de cursar a disciplina de História e Fundamentos da Terapia Ocupacional (HFTO) é permeado por dois aspectos: I. a pertinência e o alinhamento com o projeto

de pesquisa de mestrado da pesquisadora em formação, visando à ampliação das histórias sobre a profissão; e II. a colaboração das alunas da graduação da turma 018 na tarefa de levantar os nomes das terapeutas ocupacionais negras formadas antes do ano 2000, conforme os critérios estipulados na pesquisa, e auxiliar no projeto, que estava em processo de readequação.

A disciplina faz parte das unidades curriculares obrigatórias e fixas do segundo termo do curso de graduação em Terapia Ocupacional (TO), com carga horária de 80 horas. A ementa da disciplina propõe apresentar o contexto histórico, as diferentes perspectivas teórico-metodológicas até a institucionalização da profissão, bem como as autoras relevantes do período (Projeto Político do Curso, 2023). A divisão do cronograma do módulo de História e Fundamentos da Terapia Ocupacional (HFTO) abordou temas como a institucionalização da Terapia Ocupacional nos EUA e na América Latina, a perspectiva crítica da TO brasileira, a história e as funções das principais entidades associativas da Terapia Ocupacional, as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em TO, as histórias invisibilizadas na Terapia Ocupacional, a Semana da Consciência Negra e situações-problema.

Esse movimento contemporâneo da Terapia Ocupacional, de apresentar e ampliar a visibilidade de outras mulheres relevantes na história da profissão, permite evidenciar nomes, contribuições e produções que passaram despercebidas e não foram valorizadas. Esse resgate bibliográfico, em constante expansão, nos mostra que a história é viva e dinâmica. Sendo assim, esse enlace com a disciplina possibilita o resgate das histórias de mulheres negras, seus nomes, para escreviver outras histórias da Terapia Ocupacional.

Já iniciada (em agosto de 2023) a disciplina supracitada, a universidade lançou, em setembro de 2023, o edital de chamamento para a Semana da Consciência Negra (SCN) UNIFESP — *Os 20 anos da lei 10.639: os desafios da educação antirracista*, nos dias 21 a 24 de novembro de 2023. O evento contava com uma proposta unificada, convocando toda a comunidade acadêmica para participação, devido à transversalidade da temática, o que repercute na formação de todas/os alunas/os de todos os cursos da instituição de ensino supracitada. Incentivada pela profa. docente-orientadora, a participação na Semana da Consciência Negra poderia ser uma oportunidade frutífera e relevante de agregar ao projeto de mestrado, na formação

das graduandas[27] para a Terapia Ocupacional. Havia, afinal, possibilidades de construir outras histórias/narrativas que viabilizem as pessoas negras:

> querer- ser- pertencer no contexto acadêmico brasileiro [...] as experiências nesses espaços vinculados ao poder e ao conhecimento deixou evidente que a academia brasileira e muitos acadêmicos não compreenderam o quão libertador é para pesquisadoras/es negras/os a oportunidade de falar sobre suas pautas e problemas [...] nos importa tratar dessas questões de forma racializada, sem imposição de replicar o velho modelo de cópia e cola tradicionalmente utilizado pela pedagogia ocidental, isto é, presos dentro de um academicismo europeizado (Gaia, 2021, p.389).

Conforme Oliveira (2013), o sentimento de pertencimento, de fazer parte do grupo étnico-racial que busca valorização e reconhecimento, quando construído, permite que o sujeito se veja como agente histórico da sociedade: ele sai da invisibilidade e se sente fortalecido como pessoa, por meio da conscientização de seu valor no mundo e pelo direito de existir. Apresentar outras referências negras amplia as visibilidades e visões de mundo que historicamente foram apagadas (Ribeiro, 2017).

A inscrição para a participação da Semana da Consciência Negra foi disponibilizada por meio de um link com um questionário no Google Forms. Propusemos uma exposição intitulada: *Histórias invisibilizadas na terapia ocupacional: as contribuições das mulheres negras para construção da profissão*, com a seguinte ementa: a ação proposta é uma exposição por meio de imagética e poética, como parte integrante da disciplina História e Fundamentos da Terapia Ocupacional da graduação em Terapia Ocupacional. A exposição visa evidenciar e valorizar as mulheres negras na Terapia Ocupacional, desde o início da profissão no contexto brasileiro, a fim de apresentar outras histórias e resgatar o discurso sobre si, envolvendo resistências, ressignificação, pertencimento e coletividade.

Para um evento desta magnitude, foi formada uma Comissão Geral da Semana da Consciência Negra (SCN) da UNIFESP – Santos, liderada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). As reuniões quinzenais presenciais ocorreram no edifício central da UNIFESP, na sala do NEAB, no período da tarde/noite, de setembro a novembro de 2023, com a participação das/os proponentes das atividades. A fim de

[27] A terapia ocupacional é uma profissão feminina (Lima, 2021) e, como a turma 018 é majoritariamente feminina, iremos nos referir a ela no feminino.

facilitar a comunicação, foi criado um grupo no aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp para repasse dos informes e orientações.

Seguindo o cronograma, após a oitava aula seria realizado o levantamento dos nomes, bem como a divisão e formação das duplas de graduandos para a pesquisa. A princípio, a ideia central era que a turma 018 realizasse a pesquisa e o levantamento dos nomes, seguindo os seguintes critérios: ser terapeuta ocupacional, do gênero feminino, autodeclarada negra e formada entre 1958 e 2000. No entanto, por inúmeros imprevistos ao longo do percurso (como a dificuldade de encontrar TOs que atendessem aos critérios, interferências no cronograma e feriados), seguimos da forma que foi possível naquele momento. Algumas mensagens foram enviadas em diversos grupos de WhatsApp de Terapia Ocupacional e, a partir das contribuições das Queridas[28] surgiram três nomes.

Houve uma conversa com a docente coordenadora do podcast Comunidade de Práticas (CoP), descrito como "um espaço de aprendizagem colaborativa, constituída a partir do engajamento mútuo de pessoas em um empreendimento articulado, pautado na troca de informações e no conhecimento em torno de um repertório comum de saberes" (Marcolino *et al*, 2016, p.734). Após uma breve explicação sobre a pesquisa de mestrado, a professora prontamente indicou uma terapeuta ocupacional, pertencente à sua rede de amigos no Facebook, que se encaixaria nos critérios de inclusão. Após localizar a pessoa indicada, enviei uma mensagem e aguardei a resposta, que, no entanto, não chegou a tempo[29] de compor a Exposição.

Foi uma proposta audaciosa e desafiadora buscar nomes que atendessem aos critérios estabelecidos. Como não alcançamos o número previamente estipulado de dezoito a vinte quatro para compor a exposição, optamos por incluir a geração contemporânea negra da Terapia Ocupacional, que vem produzindo sobre a temática étnico-racial no Brasil e no mundo, além de terapeutas ocupacionais egressas da UNIFESP que atuam como servidoras no município de Santos e pós-graduandas negras do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da

[28] Refiro-me, aqui, ao grupo Queridas, formado pelas mestrandas negras do PPGTO, no ano de 2023.
[29] Após enviar uma mensagem através da rede social Facebook, obtive resposta apenas em 2025. Ainda assim, pudemos trocar telefones e fiz o convite para a participação da pesquisa, convite esse que foi aceito e, agora, a profissional em questão faz parte das terapeutas ocupacionais entrevistadas.

UFSCar. Finalizamos com vinte e quatro nomes que compuseram a Exposição na semana da consciência negra.

No mês de novembro, as últimas reuniões da Comissão Geral – NEAB foram destinadas a acertos finais, organização e repasse de informes. A todas/os proponentes foi encaminhado o cronograma oficial de atividades, com a data de abertura e início da Semana da Consciência Negra, prevista para o mesmo dia, incluindo mesa de abertura, roda de conversa e apresentação cultural do grupo de maracatu. A exposição permaneceu disponível entre os dias 21 e 24 de novembro. Durante esse período, todas as pessoas que transitaram pelo corredor frontal do pátio central da UNIFESP de Santos puderam conhecer os rostos, nomes, trajetórias e contribuições das mulheres negras na Terapia Ocupacional.

Até aquele momento, já havíamos identificado alguns nomes de terapeutas ocupacionais que atendiam aos critérios estabelecidos nesta pesquisa e finalizamos com nove colaboradoras.

5.4 Itinerário III: tecendo redes

Na busca por outras terapeutas, utilizamos o método de amostragem por bola de neve, em que as participantes iniciais indicaram outras terapeutas ocupacionais (TOs) que poderiam participar. No espírito da construção comunitária do "tecer", também entramos em contato com terapeutas ocupacionais atuantes em órgãos representativos de classe, solicitando a indicação de possíveis nomes. Agradecemos a disponibilidade e as indicações de Patrícia Rodrigues Rocha, vice-presidenta do CREFITO-3, e de Derivan Brito, presidente da ABRATO. Concomitantemente a esse movimento, o convite também foi compartilhado em grupos de Terapia Ocupacional no aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp e nas redes sociais, como o Instagram. Colegas, ex-alunas do PPGTO e docentes contribuíram com o compartilhamento, inclusive nas páginas dos Diretórios e Centros Acadêmicos de Terapia Ocupacional (DATO – UFSM, Comunidade de Práticas da Terapia Ocupacional – UNIFESP, ATOERJ, DATO – UFPE, CATO – UFPEL, DATO – UNCISAL, DATO – UFTM, CATO – FMABC, aquilombamenTO, CATO – UECE, RENETO, ABRATO – ES, ABRATO – MS, ABRATO – DF, ABRATP – PR, ATOPE – PE, ABRATO nacional, ABRATO – CE, CATO – UFS, CATO – PUC Campinas, e ATLÉTICA da USP – Ribeirão Preto). Não obtivemos retorno de todos os centros e

diretórios acadêmicos e, entre os que responderam ao pedido de divulgação, não houve nenhuma nova semente para compor a pesquisa.

Com base nas participantes-semente (onde uma colaboradora indica outra pessoa), chegamos a mais dez nomes de terapeutas ocupacionais que atendiam os critérios estipulados, com as quais fizemos contato por e-mail, WhatsApp e Instagram, recebemos a devolutiva da maioria, no qual finalizamos com dez mulheres negras que aceitaram participar da pesquisa.

6 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS

A técnica utilizada foi a da entrevista:

> Técnica individual ou coletiva em que o investigador formula uma pergunta introdutória ou lhe sugere temas, com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. Inicia-se a entrevista fazendo-se a apresentação do entrevistador, expondo-se os motivos da investigação, justificando-se a escolha do(s) entrevistado(s) e informando-se o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ressaltando a garantia do anonimato (Andrade; Pontes; Theobald, 2020, p.168).

Utilizamos a entrevista não estruturada: as informações são obtidas a partir do livre discurso do entrevistado, tendo como ponto de partida uma questão previamente delineada pelo entrevistador, no qual foi elaborado um roteiro para guiar a entrevista (Andrade; Pontes; Theobald,2020).

O convite foi realizado individualmente a cada terapeuta, por aplicativo de mensagem (WhatsApp) e/ou e-mail. Em seguida, combinamos o dia da entrevista. Em todas as entrevistas, explicamos o objetivo da pesquisa, a participação voluntária, os riscos e os benefícios. Não houve qualquer desistência. Antes de seguirmos para a próxima etapa — a entrevista —, fizemos uma breve contextualização da pesquisa até aquele momento. Utilizamos o aplicativo de vídeo Google Meet para a realização das entrevistas, que duraram de 55 minutos a 3 horas e 46 minutos. Posteriormente, foram transcritas pelo aplicativo TurboScribe e revisadas para eventuais correções. Houve alguns problemas de conexão (instabilidade), mas eles não impediram o transcorrer das entrevistas. Seguimos sem nenhuma intercorrência técnica ou pessoal grave que tornasse necessário interrompê-las.

6.1 Seleção das colaboradoras pela amostragem bola de neve

O método de amostragem bola de neve é útil para estudar determinadas temáticas privadas e grupos de difícil acesso, sendo utilizado em pesquisas qualitativas que optam por amostras não probabilísticas. Seu objetivo é compreender melhor um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo e desenvolver os métodos a serem empregados em estudos ou fases subsequentes (Bockorni; Gomes, 2021; Vinuto, 2014).

As etapas consistem em: documentos ou redes de referência e indicação, denominados “sementes”, por meio dos quais se localizam pessoas com o perfil da pesquisa dentro da população geral. A semente pode, inclusive, ser um dos participantes. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas apontem novos contatos com as características desejadas, utilizando sua rede pessoal, e assim sucessivamente. O quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014).

> Sobre as sementes, afirma que podem ser recrutadas tanto pelos próprios pesquisadores, quanto pelos indivíduos que potencialmente serão pesquisados ou por sujeitos que possuem um conhecimento da comunidade/ fenômeno a ser investigado. Nesse momento, também denominado de onda zero, segue-se até que haja saturação na amostra (Bockorni; Gomes, 2021, p.108).

O ponto de saturação acontece com o alcance dos objetivos da pesquisa ou quando os novos nomes não trazem informações novas ou relevantes ao estudo (Bockorni; Gomes, 2021).

O passo seguinte da pesquisa foi buscar intencionalmente mulheres negras que atendam aos critérios estipulados: ser terapeuta ocupacional formada até o ano 2000, se autodeclarar negra conforme a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a denominação étnico-racial das pessoas no Brasil, e residir em estados brasileiros, com uma amostra de 16 a 20 terapeutas.

O convite foi feito por meio de e-mails, aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp) e redes sociais (Instagram) das associações de representação de classe, como: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais (ABRATO), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) e diretórios e centros acadêmicos de Terapia Ocupacional.

A seleção dos estados refere-se à institucionalização da Terapia Ocupacional no Brasil, por meio dos primeiros cursos no país. Podemos citar, por exemplo: no Rio de Janeiro, o primeiro curso em 1956; em São Paulo, em 1958; na década de 1960, em Recife (PE), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e em Belo Horizonte (MG), na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Já na década de 1970, na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, na Bahia; na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Campinas; e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos; além da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1980, o Instituto Porto Alegre (IPA), a Faculdade Tuiuti, entre outras (Reis; Lopes, 2018)

6.2 Procedimentos éticos

Todas as etapas supracitadas ocorreram mediante aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), conforme as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, de modo a garantir as orientações feitas no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para pesquisas em ambientes virtuais no contexto pós-pandêmico, todos os dados sensíveis obtidos por meio do formulário online seguiram a Lei nº 13.709, de 2018 (BRASIL, 2018), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo utilizados apenas para as finalidades descritas nesta pesquisa.

Segundo a Resolução nº 510, de 2016, sobre a pesquisa em ciências humanas e sociais, essas pesquisas possuem concepções e práticas diversas, pois prevalece uma acepção pluralista de ciência, da qual decorrem inúmeras perspectivas teórico-metodológicas. Além disso, lidam com atribuições de significados, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, e apresentam natureza e grau de risco específicos. O artigo primeiro refere-se aos procedimentos metodológicos que envolvam a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes ou de informações identificáveis, como é o caso desta pesquisa, considerando o não anonimato das participantes, o que, no entanto, não isenta o cumprimento de todos os processos e procedimentos éticos já informados.

Justificamos que apresentar os nomes das colaboradoras desta pesquisa é um ato de ruptura com as invisibilizações, silenciamentos e negações históricas, além de

representar uma ação prática de reparação histórica no Brasil e na Terapia Ocupacional.

Na construção de um mundo onde coexistam outras possibilidades de existência e saber, é necessário restituir humanidades negadas, conforme enfatiza a Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, com o objetivo de resgatar as contribuições da população negra e indígena para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. Essa ação também corrobora o Estatuto da Igualdade Racial (2021), na seção sobre Educação, ao “resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra” (Brasil, 2021. p. 25). Apresentar os nomes das nove terapeutas ocupacionais colaboradoras é uma forma de visibilizar mulheres negras em espaços historicamente considerados inalcançáveis. Trata-se de um compromisso ético e político da Terapia Ocupacional, que visa “reconhecer e resgatar memórias negras de diversas mulheres negras que colaboraram para a consolidação das práticas deram a vida a profissão” (Leite Junior; Farias; Martins,2021).

7 ESCREVIVÊNCIAS: AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS PARA CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO

As nove entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro de 2024, de forma remota, utilizando o aplicativo Google Meet. Posteriormente, foram transcritas e receberam correções pontuais. A duração média foi de 1 hora e 10 minutos, sendo a mais curta de 55 minutos e a mais longa de 3 horas e 46 minutos.

Antes de iniciar as entrevistas, foi feita uma breve apresentação do percurso da pesquisa, desde a entrada da pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, passando pela pesquisa inicial de ingresso no programa, até as mudanças ocorridas até a submissão ao Comitê de Ética. Foi enfatizado, a todas as terapeutas ocupacionais colaboradoras desta pesquisa, o marco de a turma de mestrado da UFSCar de 2023 ser majoritariamente composta por pessoas autodeclaradas negras.

Como introdução às entrevistas e como forma de nos conhecermos, mencionei meu encantamento com o símbolo adinkra Sankofa, que representa o retorno ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro. Também compartilhei meu processo de me tornar pesquisadora e o próprio ato de pesquisar, assim como os encontros ao longo da vida: nos congressos, nas sugestões recebidas durante as aulas das disciplinas e nas trocas que atravessaram esse percurso. Ao apresentar o desenho inicial da pesquisa de entrada no Programa de Pós-Graduação até o projeto final, assim como as mudanças ocorridas desde então, vivenciamos coincidências — ou talvez as linhas ancestrais que nos conectam — que prepararam esses encontros, movidos pela colaboração e pelo compartilhar, na construção de outras histórias na Terapia Ocupacional brasileira.

Nosso intuito não é analisar, categorizar e/ou explicar as escrevivências que são constituídas pelos eixos temáticos do: Conhecendo a profissão, Trajetória profissional, Terapretas: tornar-se negra e Contribuições, mas evidenciar, revelar as contribuições destas mulheres negras na construção da profissão. Duas escrevivências estão ampliadas por contar sobre a abertura do curso de terapia ocupacional em dois estados brasileiros – Rio de Janeiro e Espírito Santo e o desdobramentos na área acadêmica.

Neste processo colaborativo, foram enviadas às terapeutas ocupacionais as escrevivências, com o objetivo de que se sentissem à vontade para modificar,

acrescentar ou retirar o que considerassem pertinente e solicitado que enviasse uma foto para compor o trabalho. Apenas quatro colaboradoras nos deram devolutiva, deste modo para compor as demais, foram feitas imagens a partir da entrevista gravada e/ou redes sociais delas; todas as escrevivências contam com provérbios africanos.

Uma colaboradora solicitou sua retirada da pesquisa, de modo que seguimos com nove colaboradoras. A apresentação das escrevivências segue a ordem cronológica das entrevistas

A primeira entrevista foi realizada com a terapeuta ocupacional colaboradora Marta Soares. Depois de eu mencionar o símbolo Sankofa, ela perguntou se poderia me mostrar um adereço de cabeça com o adinkra Sankofa, utilizado na Semana da Luta Antimanicomial, e disse:

> No 18 de maio do ano passado [2023], nós levamos a história. Levando como conceito, o sankofa. Levando como conceito a sankofa, assim, sabe? E ela então aparece depois, em outro momento, quando esse centro de convivência, né, onde eu trabalho, completou 30 anos, cê enxerga o 30 lá embaixo, né? Então, é isso. Isso aqui é um adereço de cabeça. Assim, frente e verso, tá vendo? Aí, na mesma coisa. Não resisti, desculpa, fui lá buscar o Sankofa (Trecho da entrevista com Marta Soares).

Assim, iniciamos a primeira entrevista desta pesquisa, as **escrevivências**. Os trechos a seguir são falas das terapeutas ocupacionais colaboradoras entrevistadas, exceto quando entre colchetes e exceto, também, a subseção 7.1.4.

7.1 Terapeuta Ocupacional Marta Soares

"Quando as teias de aranha se juntam, elas
podem amarrar um leão"
(Provérbio Africano)

(Arquivo pessoal, fotografia que compôs a Exposição da Semana na Consciência Negra UNIFESP, 2023).

7.1.1 Conhecendo a profissão

Nasci na área rural de Ouro Preto (Minas Gerais). Cheguei depois na universidade, depois que passei pelo magistério, dava aulas numa escola especial da APAE, aí vim pra Belo Horizonte, saí do interior e vim pra Belo Horizonte, não muito longe daqui, vim pra Belo Horizonte pra entender mais sobre a questão da deficiência mental.

Meu trabalho com crianças especiais, quando a gente vai esgotando, tem que ter mais coisas, né? Vamos atrás. Uma conhecida do interior veio para Belo Horizonte para fazer esse curso[30], nesse momento fico sabendo da existência do curso e tudo mais.

Então me matriculo e faço um ano de cursinho, passo no primeiro semestre de 1989 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no curso de Terapia Ocupacional. Na turma havia três alunas negras (incluindo eu). A entrada na universidade foi um dos momentos mais interessantes, mais intensos, mais importantes da minha vida, que foi chegar numa escola e ter possibilidades de pensar, de acessar algumas coisas que eu nem nunca imaginava. E que mais? É isso. E aí, de descobrir mesmo muitas coisas.

A história tá muito viva porque eu acabei de falar dela.[31] aí, um dos alunos pergunta pra mim assim: “Mas Marta, por que a saúde mental?” Eu achei essa pergunta ótima, porque é outra história, né? A gente tem que contar a história. Eu vou dizer pra eles que, na primeira aula de saúde mental que eu tive, com uma TO psicanalista, ela começa a falar umas coisas, eu olhei pra cara dela e falei assim: “O quê? Isso existe?” Ela olhou pra mim assim, deu um sorriso bonito: “Isso existe!” Aí pronto, eu mudei: “Eu não quero saber de criança, não quero saber de coisa nenhuma, essa é a minha praia.” Foi assim que eu escolhi, sabe? Em 1993, tive o meu filho; no ano seguinte, eu passo no concurso da Prefeitura de Belo Horizonte e escolhi o cargo na saúde mental. Escolhi mesmo, assim: não quero trabalhar com criança, não quero

[30] A colaboradora refere-se ao curso de Terapia Ocupacional.
[31] O local de trabalho da terapeuta ocupacional supracitada tem convênio/parceria com a UFMG, sendo campo de estágio.

trabalhar com a reabilitação, eu quero trabalhar na saúde mental. E aí eu cheguei aqui nesse lugar que eu estou até hoje.

Cheguei pra dar suporte pra uma TO que estava aqui coordenando o serviço. Quando ela sai, me indica pro lugar dela e fala assim: “Marta, você fica.” Aí a minha chefia, referência da coordenação, não topou. Falava assim: “Não é assim que faz.” E a Isabel me bancou. Depois, quando o nível central não topou, a Isabel cutuca o nível regional. E o regional falou assim: “Marta, é você, é você.” Aí eu fiquei, fui ficando, ficando e inventando, porque o serviço estava recente também, era o comecinho das experiências dos serviços substitutivos; os hospitais psiquiátricos... então a gente nadou de braçada nas invenções, sabe? Nós nadamos de braçada, mas muito, assim, de inventar coisas: desfilar, produzir samba, produzir CD, produzimos um tanto de coisas. O que mais que a gente fez de produção? Um material, tem um documentário quando o Centro de Convivência completou 10 anos. Aí pronto, fizemos um documentário, lançado num teatro bacana na cidade. Sabe essas coisas? É lugar de inventar moda mesmo, sabe? Com as pessoas, a partir delas, não é na nossa cabeça.

Então, isso foi uma possibilidade de abrir campos para a gente chegar. E estamos aqui, então, até hoje, em parceria ainda com a UFMG, que está aqui desde quando abriu o serviço. Então, temos parcerias com o projeto de extensão e o curso de Terapia Ocupacional da UFMG. A gente caminha junto, muda currículo, muda não sei o quê. A gente está acompanhando, porque os alunos permanecem no começo com estágio curricular, e agora com dois projetos de extensão, um deles em parceria com a rádio UFMG: o programa de rádio Centro de Convivência São Paulo Louca Sintonia. Vejo a UFMG como um respiro, sabe?

Os meninos que chegaram com os alunos aqui ontem, aquelas carinhas boas, eu falei assim: “Bem-vindo, futuro, bem-vindos.” É muito legal poder receber, poder compartilhar, né? Foi um momento muito rico, aqui tem dessas coisas assim, né? Dessas vivências, experiências, acréscimos, né? A gente aprende muito, o tempo todo.

Foi através da Associação Suricato e indicações de colegas que fui indicada para participar de um projeto na cidade de Trieste – Itália, que discutia trabalho, arte e cuidado em saúde mental, em parceria entre a Universidade de Bolonha e a UFMG, que previu o financiamento para a formação naquela cidade para quatro profissionais, onde fiz minha primeira viagem internacional.

O Espaço Cultural Suricato foi uma referência importante no Brasil e fora dele, né? E construído ali, passo a passo, dia a dia, com as pessoas. Inclusive a própria conexão que a gente inventou. A própria conexão foi a partir de uma provocação, de uma pergunta de um dos empreendedores, usuários, proprietários, associados daquele coletivo de trabalho.

É aquilo que nos move, sabe? É aquilo que nos impulsiona e a gente vai. E não tem limite, não. Sai da frente que nós vamos passar. É uma coisa, assim, vai arrastando, mas chega, porque as pessoas querem, elas pedem, elas contribuem. Aliás, elas fazem. E a gente vai de secretária atrás, marcando isso, marcando aquilo. "Essa fala, essa ideia, e essa voz, como é que é isso? Vamos lá". Então a gente está entrando num campo que a gente não conhece, mas estamos aí em parceria com a Rádio Popular, que é interessante, a Rádio Favela, em parceria com a própria UFMG, e nós mesmos, se organizando, nos juntando, e ampliando, ampliando também o grupo.

7.1.2 Terapreta: tornar-se negra

Ah, menina. Essa pergunta é ótima. Adoro. Como eu me reconheci negra? A gente vai crescendo assim… Eu sou de um tempo onde isso quase não se dizia, vamos falar assim, quase não era tratado, e a gente vai crescendo naquele lugar, do menos, do menor, do feio, do impotente. Aquela coisa, aquela coisa horrorosa, para nós mulheres, então, eu vejo isso muito mais complexo, muito mais difícil, assim. Engraçado, né? Que coisa, né? Essa possibilidade do nosso encontro.

A primeira que eu escutei, eu caí de cima das pernas. A primeira vez que eu escutei que eu era diferente das outras pessoas foi quando eu tinha 14 anos e tinha mudado para uma cidadezinha. Eu morava na zona rural, tá? Eu sou do mato, eu morava na zona rural, e meu pai botou na cabeça que "meus meninos não vão crescer que nem eu não, eu não tenho nada para deixar para os filhos, mas uma coisa que a gente deixa é que ninguém vai roubar". Aquilo fica dentro da cabeça. "Então vocês vão estudar, é assim, quero meus meninos estudados, principalmente as minhas meninas, não quero filha minha sofrendo na mão de homem." Era esse o caso, sabe? Maravilhoso!

Somos em nove irmãos. Sou a primeira filha do segundo casamento do meu pai. No primeiro casamento, eles tinham uma filha, a Graça; depois, quando ele

encontra minha mãe, eu sou a primeira filha. E ele sempre viu muito longe, assim. É um homem que nunca saiu de Minas, nunca. E ele falava assim: “minhas meninas vão para as Europa, minhas meninas vão”. Ele era um visionário. Ele nunca teve uma professora, nunca sentou numa sala de aula, lia, escrevia, fazia cálculo. Nunca perguntamos pra ele como é que foi isso.

Meu pai foi uma referência importante pra toda a família. Para que os filhos e filhas tivessem outras oportunidades, optou por mudar da região rural para a cidade para que os filhos pudessem estudar. Tinha ali pra nós esse legado, sabe? Não dá pra parar. Não dá. Ele deixou isso para todos, a terceira geração dele. A primeira geração são os filhos, né? A segunda geração está toda na universidade, toda. O caçula está terminando o colégio técnico na UFMG e brilha. Então, é isso. Tem uma história que é a base de onde a gente veio. E quando você pergunta, aí fui lá por causa disso, nesse momento da história.

Quando você pergunta quando eu me percebo negra, um dia aos 14 anos, eu escutei a frase: “é a preta mais feia e a mais saliente da turma”, quando eu passava perto de uma oficina onde estava um garotinho que eu estava interessada nele, né, eu quase morri. Eu chorei tanto que saía sangue do meu nariz. Eu não sabia o que era aquilo, nessa cidadezinha onde a gente foi fazer o ensino, inclusive o ensino médio, né, fiz magistério. Então, foi a primeira vez que eu me dei conta: “então, eu sou diferente”. Sabe essa coisa que o povo chamava de complexo de inferioridade? Eu achava que eu não era capaz, que eu não podia. Então, andava de cabeça baixa ou quando saía, era a roupa mais bonita. Essa coisa de se autoafirmar. Só que a gente vai crescendo, né!

7.1.3 Racismo cotidianos

Quando estou no sétimo período do curso de Terapia Ocupacional, no dia 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra, escutei um cara falando, fiquei assim olhando pra cara dele: “o que é que ele está falando mesmo? O quê que esse homem está falando mesmo? Espera aí,‘sabe quando cai a ficha? Gente do céu, eu estou começando a entender”, foi aí que eu me dei conta de um tanto de coisas, né?

Então, passo a frequentar o Movimento Negro Unificado. Muito pensamento, muito embate. Aquilo abre e continua abrindo para mim até hoje, me dando conta. E quando você faz essa pergunta, quando você faz a proposta, eu falei: “Eu quero ver

isso, eu quero sentir isso, sabe? Eu quero amarrar isso com algumas das outras coisas.” Então, quando você fala mulher negra, hoje eu fico me vendo, puxando a história, a trajetória, quantas coisas a gente perdeu, quantas coisas não nos foram oportunizadas, quantas e quantas. E até hoje, né? Continuam os olhos que condenam, assim, excluem, o olhar que fere, enfim, mas hoje isso só fortalece. Eu tô dizendo que quanto tempo perdido. E quantas dores evitáveis. Não precisava ser tão violento. E quando eu vou lincar essa história enquanto mulher, essa história enquanto profissional e esse empurrão pra fora da roda, é a mesma coisa: “Não te pertence, não é pra você.” E aí a gente, só de pirraça, fica. A gente está no mundo. Hoje eu vejo a história, a nossa história, como a história de lutas e muitas lutas. Ninguém desistiu.

Na universidade, a gente se sentia o bicho estranho. E na minha turma éramos três (Eli, Vanilza e eu). Então, dava uma equilibrada, e por coincidência a gente ficava junto, né? Nós éramos a marginália. E tinha mais gente na marginália, né? Então, pronto, a gente sabe, né, onde é o lugar pra gente poder sustentar, e a gente sustentava.

7.1.4 Contribuições

Então, eu fico pensando que tem a ver esse meu jeito de estar no mundo. De que tem um modo de fazer que é aberto. É o que aparece, o que acontece, o que a gente vai amarrando, com o que foi de ontem, com o que vai ser amanhã. Então, assim, isso é um modo de abrir. Pra que as pessoas caibam. Isso é um modo de abrir pra que as pessoas se reconheçam. Tenho vontade, inclusive, de desenhar alguma coisa nesse sentido, escrever alguma coisa, mas deixa eu dar tempo ali. Mas, assim, eu acho que de invenções assertivas, que promovam e produzam deslocamentos. Acho que isso é um jeito, que é uma contribuição, é um jeito de fazer. É um jeito de observar, é um jeito de estar no mundo, buscando, criando as oportunidades. É isso. Acho que uma contribuição é isso. Porque a gente não escuta muito isso. A gente não sabe escutar, eu levo na brincadeira, distorço. Finjo que não vi. Mas é muito bom ouvir isso. É muito bom. Porque a gente ouviu muito pouco.

[A colaboradora menciona autoras e autores negras/os para discutir o racismo à brasileira.]

Tem um jeito de ser racista no Brasil, um modo de ser racista no Brasil, e por causa disso a gente foi mergulhando na Izildinha, na Virgínia Bicudo, na Neuzinha Santos, e vamos caçando essa mulherada toda: Lélia Gonzalez, Carolina de Jesus, vamos atrás da mulherada, vamos atrás dos homens também. Descobrimos o Juliano Moreira, que é um gênio, um cara escondido, esquecido. A gente chama de Juju, é íntimo. (risos) Juliano Moreira que fez a recepção ao Einstein, ninguém nunca contou isso. Juliano Moreira.

O Juju, aos 15 ou 16, já estava na UFBA. Foi ele que trouxe a psiquiatria pro Brasil, foi ele que trouxe a psicanálise pro Brasil. Ôh, linda, vai nele, ele é lindo, adoro. Então, o Juju, uma das pessoas mais inteligentes que eu conheci, trouxe uma contribuição muito interessante. Ele é descendente direto de escravizados; ele vai trazendo questões muito importantes, tinha gente que o enfrentava, ele foi disputar isso no campo do pensamento. E, quando ele vem dirigir uma instituição de saúde mental no Rio, ele vai separar adultos de crianças. Vai mandar tirar todas as grades da janela. Olha o cara: todas as grades da janela! Ele vai ser contra o tratamento violento. Então, assim, o Juju, pra mim, é um pioneiro. E um outro que a gente descobriu, e que agora a gente está amando de paixão, é o Frantz Fanon, de *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Ele mexe no coração da gente. Ele vai longe, ele vai fundo, ele é muito legal, gosto muito dele. Pena que morreu tão cedo, mas deixou um tanto de coisa pronta. Então, que a gente debruce sobre isso que ele fala, do sofrimento psíquico, desse adoecimento, disso que está em nós, por causa da colonização, do tráfico, da violência, do que aconteceu, do que foi feito e do que ainda, às vezes, precisamos fazer pra caber em alguns lugares. Enfim, a consciência de mulher negra hoje passa por essa coisa de Fanon, de pensar muito isso que ele traz, enfim, e dizer que nós estamos juntos e que tem muito o que fazer, simples assim.

7.1.5 Sobre a Terapeuta ocupacional colaboradora

Marta Soares é referência para política de inclusão produtiva em Belo Horizonte. É impossível não mencionar e referenciar sua relevância como colaboradora, incentivadora e participante da Associação de Trabalho e Produção Solidária (Suricato), que acompanhou até 2018. Norteado, em sua concepção, pelos princípios da economia solidária, o trabalho é um valor e se produz o que dá prazer.

A associação é formada por pessoas com sofrimento psíquico que utilizam a Rede de Atendimento Psicossocial (RAPS) de Belo Horizonte, que se sustenta nos princípios da Reforma Psiquiátrica, desde a década de 90. Partindo de uma ideia que põe em diálogo estética e funcionalidade, a Suricato propõe irreverência e beleza em sua produção genuína nas quatro áreas onde atua: Costura e Bordado, Culinária, Marcenaria e Mosaico. O resultado do trabalho nas áreas relacionadas responde aos desafios da inclusão social digna e do resgate do trabalho como suporte identitário, com vistas a ampliar a sua rede de ação cultural, social e econômica. Mais informações podem ser encontradas no site da associação[32].

7.2 Terapeuta Ocupacional Eliana Maria de Moraes

" Enquanto reza, vá fazendo"
(Provérbio africano)

(Imagem retirada das redes sociais)

7.2.1 Conhecendo a profissão

Nasci na cidade de São João de Manteninha – Minas Gerais. Eu gostava muito de biologia, fui tentando fazer Ciências Biológicas, tentei várias vezes, só na Universidade Federal, porque não tinha ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) naquele tempo. Veio com o governo do Lula: era pagar ou a universidade pública; você tinha um vestibular por ano, você passava ou não passava, daí mais um ano. Então, eu tentei várias Ciências Biológicas, até que uma amiga minha, que queria

[32] https://www.suricato.org.br/

Medicina, tentou Terapia Ocupacional. E aí ela falou assim: “Eu vou pra Medicina, mas eu acho que Terapia Ocupacional é a sua cara. Eu acho que você entra nela, se não gostar, vai pra Ciências Biológicas, porque eu vou pra Medicina.” E foi aí que eu tentei pra Terapia Ocupacional, não passei no primeiro, tentei no outro. E aí fui lendo, lendo sobre a Terapia Ocupacional, a história, fui me apaixonando. E aí, pronto: passei no segundo ano, falei, “eu vou fazer isso mesmo”. Passei em 1994, me formei em 1999 — eram cinco anos de formação.

Ninguém nem sabia o que era Terapia Ocupacional por onde passava. A gente tinha que sair com uma respostinha pronta, assim, porque todo mundo perguntava: “O que é isso?”

Durante a graduação, fui bolsista da FUMP e fiz projeto de extensão na Saúde Mental. Após formada trabalhava como professora das disciplinas de biologia e química, na rede pública de ensino, dando aula para alunos do ensino médio, onde foi fundamental para meu sustento (durante e) pós formada até o ano de 2001-2002.

7.2.2 Terapreta: tornar-se negra

Foi no movimento social. Porque eu entrei na saúde mental, trabalhando, e em Belo Horizonte a gente teve vários movimentos muito fortes, né? E o Fórum Mineiro era um desses movimentos. E a coordenadora de Ribeirão das Neves, onde eu entrei, falou assim: “A gente tem que participar das discussões, para conhecer as discussões dos usuários.” E eu fui numa reunião, fiquei muito encantada com o empoderamento dos usuários, das falas dos usuários. E aí construímos o 18 de Maio, que é belíssimo. Então, a gente ia nas discussões, que é uma discussão política ampla, né? E aí começaram a falar o quanto que a saúde mental é atravessada, o sofrimento mental é atravessado por várias questões, inclusive raça. E essas discussões foram aumentando, fui tomando conta, assim, consciência, né, de que pessoa que eu era. Falei assim: “Olha, vocês são também negros. Realmente, eu sou uma mulher negra.” E então fui tomando essa consciência a partir das discussões no movimento social, no Fórum Mineiro de Saúde Mental.

Quando cheguei ao Fórum Mineiro de Saúde Mental: “Eu só tô visitando.” E aí fui me apaixonando de tal forma que agora eu sou do Fórum Mineiro, sou militante do Fórum. Já fui coordenadora dele numa época — sempre circula. De dois em dois anos e meio, circula a coordenação. Então, eu já fui coordenadora duas vezes, né? Sou

frequente, assim. A gente encontrava, antes da pandemia, mensalmente. Agora a gente encontra bimestral, virtual, com todo o grupo. E o grupo menor, pra pensar, alinhar as pautas, levar discussões — que eu faço parte — a gente encontra quinzenalmente. Então, hoje eu sou militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

7.2.3 Racismo cotidianos

Então, é muito interessante, porque na universidade eu não me reconheci, assim, nesse sentido. Não, não é assim... Que é isso, né? A gente sabe que é negro. Mas esses atravessamentos, os preconceitos... porque a gente vivia numa sociedade que falava: "Não tem preconceito, é uma ou outra pessoa." Então, eu tinha esse pensamento. Pode até ser que eu tenha vivido, mas eu não tenha percebido. Então, eu não me lembro de situação, na universidade, que eu possa ter vivenciado alguma coisa ao ponto de eu tomar consciência e cobrar alguma postura. É muito interessante, por exemplo: concursos, todos os concursos que eu fazia, eu não usava as cotas[33]. Mesmo depois que veio a lei, até que uma amiga minha, branca, que me chama de Lili, falou: "Ô Lili, mas você é negra, você pode usar as cotas. Que bom que você passa nos concursos todos, mas você pode usar." Eu acho que um dos que eu usei foi em Contagem (MG), e eu passei também. Mas eu não usava. Ela que me falou pela primeira vez. Ela falou assim: "Lili, você vê quantos TOs negros têm? Conta." Na nossa sala tinha duas: eu e mais uma (qual o nome?). Ela falou assim: "Olha, você já prestou atenção nisso?" Eu não tinha prestado atenção nisso. Então, é o que eu disse: me abre os olhos pra isso. "Olha, é um direito." E aí passei a usar.

7.2.4 Contribuições

Acho que no trabalho é importante, porque vou ter um olhar diferenciado para aquele que sofre, que é negro; porque o sofrimento dele tem algo que é dele, enquanto sujeito, mas tem algo que veio junto com todo esse preconceito que ele viveu. Então, saber isso, sim, ter essa consciência agora de quanto que a cor é atravessada pelo racismo.

[33] Refere-se a cotas étnico-raciais nos concursos públicos. Mais especificamente, à lei n º 12.990 de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos.

Contribuir de forma que eu não repita o que a sociedade repete. “Ah, sofreu”, “ah, dá um remédio”, “dá não sei o quê”. Não. É dar escuta, é pensar estratégias de saídas no território, ajudar ele com instrumentos de luta, né? Assim eu contribuo. Eu acho que, a partir dessa consciência, estou — acho que estou contribuindo. Porque todo mundo tem chamado pra falar, eu tenho falado. Porque é isso, né? Se a gente não registrar, é um apagamento mesmo da nossa história, né? Porque “nunca existiam TOs negros, né?” (risos) Eu comecei a existir em dois mil e pouco? Não. A gente já existia, né? Então a gente estava lá na resistência, assim, mesmo sem saber. Então, eu acho que é isso.

Nesses 25 anos de formada, a terapia ocupacional contribuiu muito mesmo, para entender o sujeito e esse sistema capitalista que a gente vive. Então, o quanto que é importante. A atividade humana, mas ela não quanto para produção. Às vezes, por exemplo, me incomoda muito como algumas terapeutas ocupacionais aceitam trabalhar em lugares em que esse fazer é como produção, né? Ou senão, é como mudança de sujeito, todo mundo igual, né, e não é! Então, é algo, é um processo, porque eu já cheguei a achar que a terapia ocupacional cabia lá e já cheguei a achar que era um lugar bacana. Até eu conviver com os usuários e ver que não é isso, né?

E como que a terapia ocupacional pode contribuir nesse sentido, do sujeito se reconhecer. Como o sujeito de produção da sua vida mesmo. Então, eu acho muito bacana, e os últimos anos, depois do movimento social, essa questão do atravessamento da raça. É que todas as lutas cabem na saúde mental. É uma luta de todos, por moradia, por cidadania, da LGBTQIAPN+. Eu acho que a terapia ocupacional, ela me ajudou muito nisso, junto com o movimento. Até porque é isso, todas as profissões, e dentro da saúde mental, elas têm um papel. Mas eu acho que a terapia ocupacional foi muito importante nesse sentido. De ver o sujeito, tanto que ele constrói sua vida, constrói o mundo. Eu agradeço pela oportunidade também. Porque, cada vez que a gente fala, a gente também reflete, né. Então, acho que é muito bacana, assim. Também eu tenho uma contribuição pra mim também. Eu ganho também.

Tenho muito a agradecer também, pelo fato de a gente também ter esse histórico na terapia ocupacional de não registrar, do não registro. Então, assim, agradecer muito, de pessoas como você, que se disponibilizou a fazer esse exercício, porque não é fácil mesmo não. Você sentar, você ler, você escrever, você pegar um tanto de história e você fazer algo dali. Então, assim, é de uma riqueza que também

não tem como agradecer também. Assim, não tem palavras, não tem o que fazer pra agradecer, porque, assim, eu fico muito feliz, assim, de ter alguém como você que se dispôs a falar da nossa história. Não tem palavras, eu fico muito feliz.

7.3 Terapeuta Ocupacional Dalila Ribeiro Alves Vilella

"A água sempre descobre um meio"
(Provérbio Africano)

(Arquivo pessoal, fotografia enviada pela colaborada)

Dalila ribeiro Alves Vilella é natural e residente de Belo Horizonte (MG).

7.3.1 Conhecendo a profissão

O meu padrinho era funcionário da UFMG. E ele tinha uma amiga que tinha cursado terapia ocupacional e tinha passado num concurso da saúde da Aeronáutica. Tinha ido pro Rio, ela era apaixonada pela TO. E aí, ele comentou. Eu sempre quis um curso da área da saúde. Sempre quis trabalhar com pessoas, mas que não fosse a medicina, até porque eu não gostava muito de estudar e não gostava dessa coisa de mexer com sangue. Então, eu pensei na fisioterapia. E aí, meu tio me apresentou na época, aquele almanaque do estudante, que falava um pouquinho das profissões, né? Aí, eu dei uma olhada e eu fiz. Prestei vestibular para terapia ocupacional na

Federal e para fisioterapia nas Ciências Médicas. Aí, eu passei na Federal, né. Foi o primeiro vestibular que eu fiz. E aí, passei. Entrei, sabe!

7.3.2 Trajetória profissional

Cursei terapia ocupacional na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entrei em 1992 e formei em 1998, fui aluna irregular. Na minha turma de 1992 eu era a única negra, e com a turma que me formei nós éramos duas (qual o nome?).

Eram duas turmas que formavam anualmente. Uma no primeiro semestre, mas entravam 40 pessoas por ano. Eram turmas pequenas, eu acredito, não sei se hoje o número aumentou, mas naquela época eram só 20. Na época, eu dava aula à noite de Ciências na região metropolitana, era regente auxiliar numa escola estadual pública de periferia. Morava em Belo Horizonte e dava aula numa cidade pertinho, que chamava Sabará.

E aí, repeti algumas disciplinas e tinha a questão do trabalho. Morei em São Paulo por três anos, então fiz uma pós-graduação na USP no Instituto de Psiquiatria (IPQ) de Terapia Ocupacional e Saúde Mental. Lembro que eu passei em segundo lugar, na verdade, a TO que passou em primeiro lugar, não sei por qual motivo, ela acabou não indo. E aí eu entrei e fui a primeira aprimoranda de Minas, né? E até da UFMG, sabe.

Na época, eu lembro que elas tinham muito interesse, as TOs, pela teoria do Rui Chamone. Então, elas queriam muito saber um pouquinho sobre o Rui Chamone. E é engraçado, Roberta, porque eu trabalhava numa clínica pequena, então eu era a única TO, não tinha muito contato com outros pares. Então, foi a primeira vez também que eu tive contato com um departamento de terapia ocupacional, com outras TOs, com ambulatórios de especialidades. Foi bem interessante, sabe. Fiquei um ano lá.

Há duas correntes, o pessoal da Federal é mais psicanálise e o pessoal das Ciências Médicas era mais “Chamoniano”, sabe? Tanto assim, que, como eu me formei pela Federal, a gente via muito pouco, quase nada do Rui Chamone. Então, o pessoal que formava nas Ciências Médicas é que estudava mais a teoria dele. Mas a gente ouvia falar um pouco, lia alguma coisa. Mas, assim, a teoria mesmo, a gente não tinha.

Sempre trabalhei na saúde mental, mas em alguns momentos, transitando, teve uma época em que eu trabalhei no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família),

trabalhei por três anos. No NASF, você acaba recebendo a demanda que chega de tudo, né. Então, foi a única vez que eu transitei na saúde mental e em outras áreas, sabe? Mas quando eu prestei vestibular, Roberta, na verdade, eu queria trabalhar com criança na área de neuropediatria, com criança com necessidades especiais. Eu tinha, nossa, morria de medo de portador de sofrimento mental. E aí, quando eu comecei a fazer as disciplinas da psiquiatria, eu acho que aqui era o quarto, quinto período. Aí, eu me apaixonei. E já direcionei a minha formação. Então, tudo que tinha de saúde mental, eu tentava fazer. Teve uma época que, na faculdade de medicina, tinha um sábado de educação continuada. Os psiquiatras davam aula de esquizofrenia, de transtorno afetivo bipolar. Então, eu assistia e fiz. E fui direcionando os estágios também para essa área, sabe? Mas, assim, quando eu pensei na TO, não foi para trabalhar na saúde mental.

Desde que eu formei, fiz 26 anos de formada, sempre na saúde mental. Eu sou funcionária pública estadual. Trabalho num hospital psiquiátrico, né. De atendimento à crise. É o Instituto Raul Soares. É um hospital de formação, ele tem a residência médica de psiquiatria e a residência multiprofissional.

Trabalho nesse hospital, numa enfermaria feminina. E, no período da tarde, eu atendo na área da gerontologia, trabalho com estimulação e reabilitação cognitiva, com idosos com demência, com declínio cognitivo e idosos ativos. Então, eu tô agora nessas duas áreas, sabe. Tenho investido atualmente mais na geronto. Porque faltam sete ou oito anos pra eu me aposentar. Então, um projeto que eu tenho é quando ter o tempo pra aposentar, ficar só na geronto. Que é uma área também que eu gosto muito.

Realmente, tanto que, após a pandemia, não tenho nem agenda e horário. Foi um boom! Depois da pandemia, acho que o isolamento social acelerou muito o adoecimento dos idosos, então o público tem aumentado bastante.

7.3.3 Terapreta: tornar-se negra

Na verdade, acho que eu sempre me reconheci, porque sou de uma família de pessoas negras, embora uma família muito racista. São negros, principalmente a minha família materna, sabe? São negros de pele mais clara, porque na minha família paterna são negros de pele escura. Então, a minha família materna é de negros de pele mais clara e de cabelo liso, né? Muitos tinham cabelo liso. Então, uma família

que sempre denegria, né? Sempre tinha racismo, às vezes velado ou verbalizado, sempre denegrindo a cor negra, e eu achava aquilo um absurdo. Eu falava: “Gente, mas como assim? Não somos nós, né? Estão falando da gente?” Eu nunca entendia muito, né?

Sou de origem humilde, mas estudei o ensino fundamental numa escola pública elitizada, era uma escola de primeiro grau que ficava dentro da UFMG. Então, era para pessoas ricas, né? Eram pessoas ricas. Então, às vezes eu era a única negra. Tinha alguns pobres e tenho certeza que, talvez, eu era a mais pobre. Então, eu nunca me identifiquei com aquelas pessoas. Sempre me percebi enquanto diferente. E morava também na periferia. E sempre tinha muitos vizinhos brancos, mas tinha muitos vizinhos negros. Eu sempre me reconheci enquanto negra, sabe? Assim.

Eu gosto muito da cor da minha pele, eu sou daquelas negras que gostam de tomar sol, gostam de ficar bem bronzeadas, né? E a minha avó materna falava assim: “Gente, mas não entendo por que vocês vão pra praia? Como assim? Preto vai pra praia?” E eu adorava.

A dificuldade era a questão do cabelo. Eu devo ser bem mais velha que você, então, assim, a gente tinha que alisar os cabelos. Alisava, passava velim. Até porque não existia no mercado produtos para cabelo crespo. Eu tinha muito cabelo, com muito volume, vivia com o cabelo trançado, sempre gostei dele cacheado, mas com poucas oportunidades. Usava sempre mais alisado, depois de uns anos pra cá que eu parei. Mas essa coisa do cabelo era sempre algo que era um pouco mais difícil. Porque você não via pessoas. Ou era aquele cabelo tipo pixaim. Peguei uma fase, quando eu era menina, do ferro quente, tinha uns vizinhos que eram mais humildes, eles esquentavam aquela chapa e passavam aquele pente. E era isso. Era um sofrimento pra cuidar do cabelo. Minha mãe fazia as tranças que até esticavam a testa. De colocar bobs. Eu, menina, colocava rolinho pra domar esse cabelo.

Minha mãe tem cabelo liso, porque o que eles contam é que a minha bisavó era índia, e o pai da minha avó era português. Então, assim, ela até falava que era “índia que foi pega no laço”. Então, assim, a minha avó tinha o cabelo liso, e a minha mãe também tem o cabelo liso. Eu tenho algumas tias que têm o cabelo mais grosso, mas, assim, não é crespo como o meu e o das minhas irmãs. Então, atualmente, a minha mãe tem Alzheimer, sabe?

Então, às vezes, ela já não tem mais esse filtro. Então, o que vem na cabeça, ela fala. E outro dia ela veio aqui na minha casa e falou assim: “Nossa, mas deve fazer

um mês que você não penteia o cabelo?" Eu aceitei, mas foi um pouco difícil me adaptar e entender. A minha família sempre foi uma família muito crítica. E agora, como ela não tem mais nenhum moderador, ela fala o que vem.

7.3.4 Racismo cotidianos

Não, no período da graduação, pós-graduação e da minha atuação profissional, nunca me deparei com nenhuma situação constrangedora, sabe? Com nenhuma demonstração de racismo. Isso acontecia no ensino fundamental. Agora, na graduação, não. O que acontecia era uma não identificação, porque eu sempre era a única negra ou tinha mais uma. E depois de formada também, quer dizer, onde eu atuava, às vezes eu era a única negra da equipe. Hoje tem até uma assistente social linda, uma menina negra muito bonita, que chegou agora. Mas é sempre assim: ou sou a única ou tem mais uma, né? Então, há uns dois anos atrás, eu até fiquei surpresa porque a filha de uma cliente me ligou querendo contratar uma terapeuta ocupacional para a mãe, e ela queria uma terapeuta ocupacional negra.

Ela é muito engajada nessas questões e falou que gostaria, se possível, de dar oportunidade para um público que tem mais dificuldade de acesso profissional. Achei interessante, sabe? Mas assim, eu não sei se foi algo velado, talvez não tenha percebido, não lembro, sabe? O que eu já sofri, às vezes, é de pacientes em crise, sabe? Às vezes o paciente em crise. Paciente psicótico, aí já. Ou "não gosto da pessoa negra", sabe assim? Isso já. E às vezes, por mais que você saiba que aquele sujeito está em crise, está com o juízo comprometido, dói. É difícil. Mas depois que passa a crise, eu entendo também que são pessoas, que existe aí um racismo estrutural também.

E em 2000 e... sei lá, 2015, não sei, entrou um psiquiatra lá no serviço, ele era negro, o André. Eu achava aquilo o máximo. Ah, e uma outra psiquiatra também. Então, aí, nesse momento, consegui me identificar. Olha, eu vi o quanto eles sofriam preconceito dos pacientes. Pacientes negros que às vezes não queriam ser atendidos por eles. Era muito difícil.

7.3.5 Contribuições

Enquanto TO, eu tento sempre respeitar ao máximo a minha clientela. Então, tento sempre valorizar muito, até porque eu trabalho num hospital público; tento sempre e atendo sempre mulheres, porque eu sempre trabalhei em uma ala feminina. Então, eu tento sempre escutar a história das minhas clientes, sempre valorizá-las enquanto mulheres, enquanto mulheres pobres, enquanto mulheres carentes, em sofrimento. Então, eu tenho sempre esse olhar com bastante cuidado. Pensando ali em como posso fazer pra ajudá-las, primeiro, como terapeuta ocupacional, mas também como mulher, como cidadã. Acho que tento contribuir dessa maneira. Então, eu tô sempre atenta às dificuldades que elas têm. Às vezes, é uma calcinha que tá faltando, um creme de cabelo, um sutiã, um vestido; uma ligação pro filho. Sempre estou bem atenta a essas questões. E a minha clientela do hospital, tem fases em que é quase 100% de pessoas negras.

O que eu percebo é que a nossa clientela, às vezes, tá mais suscetível à violência, até dos trabalhadores de saúde. Dos técnicos de enfermagem, então fico muito atenta, porque são mulheres, mulheres negras, mulheres pobres. Então, eu fico muito atenta a isso. Fico mais atenta às negras do que às brancas, sabe. Porque eu acho que a branca vai ter mais pessoas pra defender.

7.4 Terapeuta Ocupacional Vanilza Rodrigues dos Santos

" Mesmo que a árvore caia, se a raiz estiver viva, brotará"
(Provérbio Africano)

(Imagem retirada da entrevista)

7.4.1 Conhecendo a profissão

Nascida na cidade de Belo Horizonte e vivo em Belo Horizonte. Sempre vivi em Belo Horizonte. [...] Menina, não sei. Você sabe que foi muito louco isso. Estava no ensino médio, quando a gente tá no segundo, terceiro ano do ensino médio, a escola já vai dando… estudava numa escola pública que pedia pra gente fazer a opção, se a gente queria ciências biológicas, ciências exatas e ciências humanas. Eu gostava muito das ciências biológicas, aí eu já me direcionei dentro do ensino médio pra essa área. Naquela coisa de estudar sobre as profissões, não sei o quê, quando eu li sobre o TO eu fiquei, "olha, esse trem", eu não tinha uma clareza, eu só sabia que tinha que ser alguma coisa da saúde. E quando eu li sobre a TO, falei, "nossa, que legal, eu acho que eu quero esse trem". E aí eu fui estudando, lendo um pouco, naquela época a gente nem tinha acesso a muito material, porque não tinha internet, não tinha nada disso, eu fui reunindo materiais na biblioteca, do que podia saber, e aí chegou a hora de fazer inscrição pra vestibular na época.

Eu tinha machucado o meu joelho, tava de atestado em casa e tinha que preencher a papelada para inscrição do vestibular, que era tudo manual. Na hora, eu fiquei assim, "qual profissão?" Tinha que escolher a profissão, né, "eu vou nesse trem de TO mesmo, é isso que eu quero" (risos). E aí marquei esse trem lá e fui, menina, e fiquei. E aí me apaixonei pelo curso, assim, logo de cara. Era isso mesmo, "que bom que eu acertei". Eu acho que, sei lá, fui intuída de alguma forma, porque a gente sabia muito pouco, né, sobre a TO naquela época. Deu certo (risos).

Entrei muito jovem pra universidade, com 17 anos. Quando eu estava com os meus 18 pra 19, na primeira metade do curso, eu já conseguia me identificar como uma trabalhadora da política pública, sabe, eu já tinha decidido isso. Cursei terapia ocupacional na UFMG, entrei em 89 e terminei em 93. Me formei em 93. Na minha turma havia mais duas mulheres negras: Marta Soares[34] e a Edi, éramos nós três.

Fiz uma pós-graduação também na UFMG, que é na área de saúde mental, e uma outra pós-graduação, aí já na iniciativa privada, na área de álcool e outras drogas. Minha trajetória foi toda na Saúde Pública de Belo Horizonte. Na verdade, eu comecei a minha trajetória no hospital da Rede Estadual, da Rede FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais). É um hospital psiquiátrico, que atualmente já é fechado, esse hospital não existe mais, mas eu trabalhei por lá. Assim que eu formei, eu fiz alguns concursos públicos, e o meu interesse era trabalhar no SUS, na Saúde

[34] Colaboradora desta pesquisa.

Pública. Então, eu fiz alguns concursos, aí eu passei no concurso do Estado e no concurso da Prefeitura de Belo Horizonte. Só que eu fui nomeada primeiro no Estado, e uns dois anos depois eu comecei na Prefeitura. Eu fiquei nos dois durante um tempo, mas depois optei por ficar só na Prefeitura, e aí eu dobrei a minha jornada de trabalho. Então, na verdade, o meu percurso profissional sempre foi na saúde mental, desde o início.

Desde a graduação eu já tinha essa clareza, sabe? Que eu queria trabalhar com saúde pública. E aí eu trabalhei em Centros de Saúde, né? Aí eu circulei pela rede de Belo Horizonte, sabe? Assim, em alguns espaços.

Na verdade, como eu fui fazendo essa trajetória, né? Centros de Saúde, trabalhei na desospitalização, né? Projeto de desospitalização de Belo Horizonte. Trabalhei em residências terapêuticas, no projeto que eu não sei se você já ouviu falar, com criança e adolescente, que chama “Arte da Saúde para Crianças e Adolescentes”. É uma coisa bem de Belo Horizonte mesmo, é como se fosse um centro de convivência mirim, sabe? Assim, para a galerinha. Aí eu trabalhei também nesse projeto da Prefeitura de Belo Horizonte.

E por fim, nos últimos 12 anos, eu assumi a função de referência técnica da saúde mental, porque você vai circulando por vários pontos da rede, você vai acumulando alguma coisa, e aí, né? Essa função, ela nem existia com muita presença na rede de Belo Horizonte, mas isso tomou uma outra proporção, porque Belo Horizonte é dividida em nove regionais. E aí a gente tem a Secretaria Municipal de Saúde, que é quem dá a diretriz do trabalho ali, da política, e em cada distrito, em cada regional, a gente tem esse profissional que é referência técnica de saúde mental daquele território. Que é uma função de coordenação da política de saúde mental naquele território, naquela regional. Então, nos últimos 12 anos, eu assumi essa função, sabe, de referência técnica de saúde mental da Regional Norte, que é uma das nove regionais de Belo Horizonte.

Muito trabalho, muito mesmo. Eu trabalhei muito, eu sou muito intensa, sabe, no que eu faço. E aí é isso, né? A gente que é preto, a exigência pra gente também é um pouco dobrada. É como se a gente tivesse que provar o tempo todo que você pode estar naquela função. É uma função de destaque, né? É uma função gerencial, apesar de eu não receber como gerente, eu assumi uma função gerencial de uma política muito densa. Belo Horizonte tem uma rede densa, complexa, não sei se você conhece.

É uma capital, dividida em nove regionais, mas ela é uma grande metrópole, então tem o nível primário de atenção, que são os Centros de Saúde, as Unidades Básicas de Saúde, aí a gente tem os CAPS, que aqui a gente chama de CERSAM (Centro de Referência em Saúde Mental), tem o CAPS-AD, tem o CAPS de adulto e o CAPS infantil, tem a intersetorialidade, os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) com quem a gente precisa fazer interface o tempo inteiro, educação, assistência social, e as complexidades dos casos nos territórios também nos exigem muito. E aí você tem que construir mesmo essa função de referência técnica que o povo tem expectativa de que você vai ter resposta pra tudo. E a gente não tem. Na saúde mental a gente não tem resposta.

A gente precisa construir caminhos, processos. Era uma função muito desafiadora, mas que eu fazia com muito prazer, foram 12 anos muito intensos, porque é um chamado que é feito o tempo inteiro, você assumir uma referência pra quem tá na força, na lida do dia a dia, do processo de trabalho, dos casos, que você precisa ajudar a pessoa a construir e não desistir de ir de novo. Tinha muita complexidade. É uma função complexa. É prazeroso, eu gostava muito do que eu fazia, mas muito desafiador pra gente, muito desafiador. Eu acabei de me aposentar, faz três meses.

7.4.2 Terapreta: tornar-se negra

Eu acho que essa identidade eu trago comigo desde a minha infância, sabe? Porque é isso, né? Desde a infância a gente passa pela questão do racismo. A gente é destituído enquanto nossa humanidade, o tempo inteiro. Então, assim, aquela coisa, que antigamente não chamava, mas que hoje nomeamos de bullying. O racismo era muito presente na escola. Nas brigas de meninas, os xingamentos: “Macaca”, “Cabelo Bombril” e tal. Eram ofensas, como se isso desumanizasse a gente.

Eu lembro de voltar pra casa, depois desses momentos, muito entristecida. Um sentimento de inferioridade mesmo, eu chorava. E a minha mãe, que é sempre, e foi, uma mulher muito forte, assim, sabe? E ela falava assim: “Ah, por que você tá chorando?” “Ah, porque me chamou de preta, e não sei o quê.” “Ah, mas você é! Mas você é. E você é linda! E a gente aqui em casa, todo mundo é preto. E nós somos lindos.” E aí ela trazia uma outra forma da gente se identificar. Mas ela falava assim, “vocês são”. Quando ela falava dos filhos: “Vocês são filhos, vocês são lindos, vocês

vão estudar, vocês são inteligentes, entendeu?" Então ela trazia aqui, dentro do ambiente de proteção, uma afirmação da identidade, da nossa identidade. Então eu fui construindo isso desde a minha infância. De dizer que a gente pode estar em qualquer lugar.

Meu pai era o principal responsável pelo sustento da nossa família. Quando ele morreu, a gente ficou muito desprotegido. A gente morava num bairro que foi se construindo como de classe média, só que minha mãe, viúva, ficou muito pobre, a gente ficou muito pobre.

Minha mãe precisou voltar a trabalhar, só que tinha cinco meninos pequenos, não tinha com quem deixar. Minha avó teve que vir morar com a gente pra poder cuidar dos meninos pequenos enquanto ela trabalhava, pra prover o sustento da família. Porque meu pai tinha deixado uma pensão, mas era uma pensão insuficiente, não dava.

Nosso destino, nossa sentença, era ir para a favela. A gente não tinha dinheiro, era uma pobreza, quase perder a casa que era financiada. Nosso destino era esse, mas minha mãe falou assim: "Eu vou ficar aqui, eu tenho que caber, eu vou ficar. Eu não vou com vocês pra favela. Eu vou ficar aqui. E eu vou dar meu jeito". E ela foi dando mesmo, ela foi indo, outras mazelas que ela foi passando, a gente foi passando junto com ela, mas que foi possível a gente se sustentar nesse bairro que é de "classe média", que as pessoas acham. Por que eu tô te falando isso? Porque foi trazendo conceitos que ela nem sabia, minha mãe nem tinha estudado, entendeu? Mas foi trazendo conceitos assim do feminismo. Ela era uma feminista sem saber que era, uma militante dos direitos sociais sem saber que era, porque ela lutava pra garantir vaga nas escolas para os filhos todos. Porque ela dizia pra gente que a gente precisava caber em qualquer lugar. Se a sociedade dizia que uma família preta não pode caber em qualquer lugar, ela vinha e destruía isso.

A minha identidade como mulher preta, ela foi sendo construída desde a infância, quando ela falava assim: "Você é preta mesmo. Não chora porque você é preta. Você tem que enfrentar esse povo que te coloca pra baixo. Você vai dizer que não. Você vai dizer que você é preta, sim. Você vai honrar com a sua pele, o cabelo, o sorriso que você tem, entendeu? Você vai honrar isso. Você vai ter lugar no mundo como mulher preta". Eu venho construindo a identidade, vai sendo construída a cada dia, né?

Hoje eu me vejo em alguns espaços, sou casada com um homem preto, e às vezes a gente vai em lugares como teatros, alguns territórios que, teoricamente, você só vê brancos, a gente assusta, a gente tá lá, sabe? Tem um lugar que a gente vai sempre, quando tem alguma coisa, tipo Palácio das Artes, por exemplo, um lugar muito elitizado. Mas a gente vai, chega lá, a gente é minoria, a gente fica triste com isso, por saber que, apesar de sermos a maioria de pretos nesse país, a maioria não está em todos os lugares. Muitas pessoas pretas não têm nem coragem de ir. Acham que lá realmente não é um lugar pra estar. É desconfortável mesmo, porque a gente vê os olhares, as pessoas estranham a presença de pretos em alguns lugares. Mas eu vou, enquanto cidadã, acho que eu preciso caber em qualquer lugar.

[Vanilza relata o episódio ocorrido no teatro]

A gente foi ver um espetáculo de teatro essa semana, foi muito legal, porque no meio da cena o grupo era muito interativo com o público, então, às vezes, eles interrompiam o texto pra conversar com o público, pra explicar pro público o que estava acontecendo na cena, muito legal. E aí teve um momento em que eles interrompem e pedem ao rapaz da iluminação: “Acende a luz na plateia”. Na hora que acendeu a luz, a atriz era preta, fala assim: “Quantos pretos tem aqui? Quantos pretos tem aqui nessa plateia? O texto que a gente vai falar a seguir vai falar disso, vai falar do lugar dos pretos na sociedade”. A plateia estava cheia, éramos dez! O teatro estava lotado, tinham dez pessoas pretas. Aí ela falou: “É sobre isso que nós vamos falar”. Então, ela deu um recado. Falei: Nossa, é a primeira vez que eu vejo um povo branco constrangido.

Então, é isso, eu acho que a minha identidade de mulher preta, ela é construída desde a infância e acho que eu vou construindo ela a cada dia, um pouco mais, me reafirmando enquanto cidadã, enquanto alguém pertencente a uma cultura, que construiu esse país, enfim, é isso.

7.4.3 Racismo cotidianos

Nossa! Foram vários episódios de racismo dentro da universidade na minha vida, vários. Não sei como é que está a universidade hoje, assim, porque hoje a gente

já tem uma população de estudantes negros muito maior, né. Na minha época não tinha, na década de 90, início dos anos 90, não tinha.

Então, foram vários episódios, fui confundida com faxineira da biblioteca, da escola, porque a gente tinha algumas disciplinas dentro da escola de medicina, o povo mandava limpar o chão, sabe?! Na época dos estágios curriculares, lembro que fazia o estágio em neuropediatria, a gente atendia as crianças com sequelas neurológicas e tudo, era confundida e reconhecida como a babá da criança, não era reconhecida como terapeuta. Foram vários episódios de racismo na época, não reportei à universidade, fiquei com a dor da violência. É muito difícil reagir, né?! Naquela época, eu acho que a gente não estava tão... eu silenciei. Comentava entre meus pares e tudo, mas eu não reportei isso institucionalmente, então, nada aconteceu, nem sei se aconteceria, enfim. Isso foi acontecendo ao longo da minha formação e, depois que me formei, no trabalho também, isso aconteceu muitas vezes. E muito engraçado, colocar a mulher preta no lugar de faxineira. Eu era muito faxineira, eu fui muito faxineira várias vezes. É muito doido isso.

Eu falei da época de estudante, agora, enquanto profissional também. Assim, teve uma cena que consegui falar disso. Nos últimos anos, eu venho conseguindo falar disso institucionalmente, sabe? Eu amadureci nesse sentido, porque a gente vai se fortalecendo, né? A gente vai aprendendo que dá pra falar disso nos espaços institucionais, que é preciso falar disso nos espaços institucionais. Então, teve uma cena no meu ambiente de trabalho, trabalhava na Regional Norte, onde lá acontecia tudo; como se fosse uma subsecretaria, uma subprefeitura, a Saúde estava lá, a Educação, a Assistência Social, o Conselho Tutelar, estava todo mundo ali no complexo de atividades, de políticas. E aí eu cheguei de manhã, deixei minha bolsa na minha sala e fui ao banheiro, era um banheiro coletivo, tinha na frente um espelhão, eu saí e fui lavar minhas mãos, como eu estava sozinha, não tinha mais ninguém no banheiro, fiquei me olhando no espelho, fui ajeitar o meu cabelo, mulher preta ajeitar cabelo em público não é uma coisa simples; entrou uma mulher branca, loura, cabelo louro liso, ela me viu ajeitar o cabelo, eu acho que ela se sentiu… sei lá, o que passou na cabeça dela, tipo assim, quem, né?

Deve ter perguntado assim: “Como assim ela ajeitando o cabelo? Isso é nosso, né? Isso é da mulher branca, a mulher preta não pode ajeitar cabelo em público”. E aí eu ajeitei o meu cabelo, eu não conhecia ela, eu acho que ela era uma pessoa que estava em visita lá na regional, não reconheci ela como colega de trabalho, depois eu

vim saber que ela era da Educação. E aí, ela me vendo, estava só nós duas no banheiro, ela me vendo ajeitar o cabelo, ela falou assim: “Deus foi muito bom comigo, porque eu não tenho nenhum trabalho com o meu cabelo”. Desse jeito. A sensação que eu tive, de que eu estava andando na rua e que alguém veio e me deu um soco na cara, eu não estava esperando, não consegui reagir naquele momento, eu fiquei assustada. Fiquei em estado de choque na hora, saí e não respondi nada. Ela saiu do banheiro antes de mim, eu me refiz, respirei e falei: “Gente, essa mulher me agrediu”. Quando eu saí, já não a vi mais, mas vi umas outras pessoas que estavam me aguardando pra gente ter uma reunião, as pessoas me viram, acho que eu estava empalidecida, assim, tão assustada.

Falei, eu quero contar pra vocês o que aconteceu, entrei pra sala, estavam todos meus colegas, meus dois gestores, estavam lá, fiquei de pé na sala e contei pra todo mundo o que tinha acontecido. Eu acho que todo mundo precisava saber, aquele momento eu achei que todo mundo precisava saber, eu contei pra todo mundo. E meus gestores, todo mundo ficou muito assustado com aquilo, eu falei assim, “eu tô falando isso pra vocês, pra vocês entenderem que o racismo existe”.

Tá aqui, vivo isso cotidianamente. Todo mundo ficou muito chocado, os meus gestores me perguntaram quem foi, eu não sabia dizer, porque eu fiquei tão assustada com a cena, não identifiquei a pessoa. Eles ficaram alguns dias insistindo pra mim, de eu tentar recordar quem era, porque eles não queriam puni-la, ela cometeu um crime. A gente não queria, a nossa intenção não é puni-la, a gente queria chamar pra uma conversa. A gente queria que ela entendesse o ato dela, a agressividade, a violência que ela tinha cometido. Como ela foi brutal. Mas, eu não identifiquei, acho que era uma pessoa que tava em visita lá mesmo. Me senti apoiada pelas pessoas naquele momento, foi muito bom e muito importante pra mim. Porque ninguém me falou assim, porque geralmente quando você fala de uma situação de racismo, as pessoas falam assim “não, você tá doida”.

Todo mundo começa a tentar achar uma justificativa pra aquilo. Ninguém buscou uma justificativa. Eu relatei o fato, igual contei pra vocês, todo mundo ficou assim “não é possível que ela fez isso”. Todo mundo foi muito solidário comigo naquele momento. Depois o meu gestor me chamou na sala dele e falou, “Vanilza, isso é inconcebível, isso não pode acontecer dentro do espaço público, preciso muito que você identifique quem foi, porque a gente precisa tomar providência”. Ele queria tomar uma atitude mesmo, eu senti. Eu fui muito acolhida, mas de fato eu não

identifiquei, então o assunto não foi adiante. Mas foi uma coisa que eu pude falar. Isso foi muito importante porque eu trouxe pra pauta no dia, a questão do racismo institucional ali.

E depois disso, todas as vezes eu reportava alguma situação, por exemplo: eu passei por um processo seletivo pra ocupar o cargo de gerência, e eu não passei, obviamente, né? Uma mulher branca passou. E todo mundo que me conhece tinha certeza de que eu passaria, sabe? Falou, “nós vamos te perder, Vanilza, que pena”. Pelo percurso que eu tinha, pela forma como eu trabalhava, pelo acúmulo. Eu reunia condições de ocupar a função de fato, sabe assim? Mas aí eu não passei no processo seletivo, recebi um e-mail da banca, dizendo que o meu processo seletivo tinha sido brilhante, foi essa palavra, “você foi brilhante no seu processo seletivo, mas você não passou”. Entendeu? E aí, meus dois gestores que estavam na banca me chamaram depois para conversar, e falei assim: “eu não passei porque vocês foram racistas, o critério de vocês foi esse.”

O mais impressionante de tudo é que eles não se defenderam, eles se calaram. Se alguém chega pra você e fala assim, “Roberta, você foi racista”, você vai dar um pulo dessa cadeira, vai falar assim: “Em qual momento… O quê que foi que eu falei?”, porque eu estou te acusando de um crime! Eu estou te acusando de um crime, você vai se defender de um crime. Então, você vai se defender de uma acusação. Eu acusei os meus gestores de racismo, “Vocês foram racistas. Esse foi o critério.” E aí, a conversa acabou, eles abaixaram a cabeça, eles não tinham argumento, eles não se defenderam. Eu estava chamando os meus gestores.

Mas isso me alivia muito, sabe? De eu ter podido falar disso, de trazer pra pauta da instituição BBH, naquele espaço onde eu estava, dizendo que sim, existe uma questão. Nós não temos... Aí eu falei pra eles, “nós não temos gestores pretos nessa BBH. Nós não temos gestores pretos.” Não ia ser eu a primeira.

Não seria eu a primeira. E eles silenciaram. Me aposentei recentemente, eles fizeram uma festa de despedida pra mim, foi muito legal, porque eles trazem isso, sabe? Eu consegui falar tanto disso nos últimos tempos, que eles trazem isso num texto, numa carta de despedida que eles fizeram para mim, dizendo do meu lugar de mulher preta, tanto que eu pude ocupar esse lugar, me reafirmar num lugar de gestão, de poder, que é um lugar de poder, de referência, o tanto que eu pude construir isso e o tempo todo me reafirmando enquanto uma mulher preta e vivendo isso. Porque

não foi, outros gestores tentavam me deslocar desse lugar, sabe? Não reconhecia, sabe?

Um boicote, exatamente. E aí eu falava isso em reuniões “vocês estão sendo racistas”, pude falar, sabe, foi muito bom.

Nossa, é cansativo. Por isso, quando deu tempo de eu me aposentar, falei assim, “Eu vou me aposentar, porque tem sido muito…” Não, porque assim... eu fiquei cansada, sabe? Eu vou continuar fazendo esses enfrentamentos em outros lugares, na vida. Mas ali eu acho que eu já tinha deixado o meu recado, sabe? Eu já tinha plantado isso lá, e esse desconforto eu comecei a dizer... é de vocês agora!

7.4.4 Contribuições

Nossa, é isso. Eu acho que eu consegui contribuir porque, assim, eu peguei um SUS neném começando, né, 30 anos atrás. Eu acho que eu consegui contribuir com a construção da política de saúde mental de Belo Horizonte. Eu acho que eu trouxe contribuições, e as pessoas me dão esse feedback com muita clareza, sabe? Nessa carta que o povo escreveu pra mim, eu falei, “Eu vou guardar ela com muito carinho, assim”. Porque é uma carta muito afetuosa, em que eles traduzem isso, sabe, assim, da contribuição que eu deixo pra política de saúde mental de Belo Horizonte. Reconhecimento, sabe? “Você deixou um legado”, eles falam.

Muito bonito: “Você deixou um legado, você plantou uma semente. E essa semente hoje, ela é uma árvore de vários galhos, e que a gente precisa dessas árvores, essas metáforas bonitas, de que a gente precisa continuar esse plantio, assim, né?” E eles me falam, com os depoimentos: “Hoje eu fico em algumas reuniões, eu fico pensando assim: ‘O que Vanilza falaria nessa reunião?’ Eu fico pensando nos casos: ‘O que a Vanilza falaria pra ajudar na condução desse caso?’” Gente, que retorno importante! Porque, como eu sempre quis a política pública, essa era a minha intenção: de ajudar a construir, de deixar alguma coisa, das pessoas entenderem o lugar que elas ocupam como profissionais do SUS. A gente precisa de salário, no final do mês, pagar as nossas contas. A gente precisa ser bem remunerado, a gente faz greve, a gente faz essa confusão toda.

Mas o que é mais importante é a decisão de trabalhar com a política pública, que é muito além de um salário, de um contracheque no final do mês. É um compromisso ético com a política pública, com a cidade, com as pessoas, com os

cidadãos, com a gente mesma, sabe, do lugar de onde a gente também veio. Então, eu acho que eu deixei essa contribuição, sabe? “Honrem o lugar que vocês ocupam na política pública, tá?! Sim, vocês têm compromisso ético com esse lugar que vocês estão ocupando. Vocês têm que construir política, vocês têm que consolidar o SUS, vocês têm que brigar pelo SUS”, sabe? É isso. Eu acho que foi essa contribuição que eu deixei!

Quando estava na faculdade, brigava com os professores da UFMG, porque naquela época a gente não tinha estágios em serviços públicos, sabe? Eram clínicas, LBAs, esses trem. E o SUS tava incipiente, Centro de Saúde começando, né, bem no comecinho. Eu falava assim, “A gente precisa ir pra Centro de Saúde, a gente precisa ir pros territórios”, eu nem sabia o conceito disso ainda direito, mas intuitivamente acho que eu já queria estar lá, sabe? E aí eu me formei e eu fui por esse caminho, eu queria continuar na política pública. Eu estudei em escola pública, eu estudei em universidade pública, eu queria trabalhar com a política pública, sabe? E eu fui fazendo essa trajetória e eu acho que deu certo, sabe? Eu me aposento com essa satisfação, de ter conseguido honrar isso, até o fim.

Já tinha anunciado que ia me aposentar e tal, a minha gerente falava comigo assim: “Vanilza do céu, você é intensa demais, você tem que parar, você tá inventando coisa. Aí, depois que você for embora, a gente vai ter que continuar”. A gente tava muito na discussão do matriciamento, sabe? E aí eu comecei a fazer oficinas de matriciamento com o povo e tal. Eu falei, “Denise, vamos fazer uma oficina de matriciamento com atenção primária, Júlio Conceição e tal”. Ela falava assim, “Meu Deus, Vanilza, você não para, porque depois a gente vai ter que dar continuidade a isso, você ainda vai deixar serviço pra mim?” “Mas é isso mesmo que eu quero, eu não quero que acabe.” Muito trabalho, fiquei muito feliz de ter podido construir, essa reflexão que eu faço, sabe, e que tem tudo a ver com isso, de ser uma mulher preta, de ter essa identidade, assim, a identidade da construção, do coletivo.

7.5 Terapeuta Ocupacional Maria Bernadete da Silva Roque Faria[35]

"Uma chama não perde nada ao acender outra chama"
Provérbio africano

(Arquivo pessoal, foto enviada pela colaboradora)

7.5.1 Vida em movimento: introdução

Invisibilizadas, confesso que o título me incomodou a princípio, aceitei o convite porque fiquei muito curiosa. Eu pensei comigo, "Eu quero conhecer essa pessoa que está querendo me entrevistar? Como ela me descobriu, com que interesse ela escreve? A que raça pertence?" A falta de oportunidades e preconceitos, aos negros, pretos mesmos, marcou um longo período de nossa história. Por exemplo, eu não tive essa oportunidade que você teve de entrar em uma faculdade por uma cota racial, isso resultou de muita luta até se chegar às políticas afirmativas. Você está falando com uma pessoa que foi delegada na Constituição de 1988. E foi nesta Constituição, considerada cidadã, que o ensino se tornou universal. Eu não tive privilégios para estudar.

Nasci em 1950, me formei em 1979, com 29 anos. Por que eu me formei com 29 anos? Porque a minha caminhada de estudo não foi facilitada. Eu tive que conquistar cada passo que sonhei.

[35] Após o envio da escrevivência para a colaboradora, a mesma a nomeia como Vida em Movimento.

Nasci no interior, sexta filha de uma família de 12 irmãos. Vim do Vale do Jequitinhonha com minha família para Belo Horizonte aos 9 anos de idade. BH é minha cidade, desde então. Meu pai era padeiro, com instrução primária, e minha mãe também. Assim, o meu pai sabia fazer pão. E a minha mãe sabia ser doméstica, cuidar de filhos. Mas, ela tinha uma irmã que já tinha vindo anteriormente para Belo Horizonte e fez auxiliar de enfermagem. As oportunidades de trabalho para o povo pobre na época eram na saúde, principalmente para mulheres, onde não se fazia distinção de cor. Comércio não admitia negros, se admitia, não era o que queríamos. Tínhamos um status bom onde a gente morava, mas o meu pai entrou na política, se candidatou e perdeu. Ele era dono de padaria e restaurante, sofreu perseguição política e faliu. Viemos com uma família grande, com um pai com uma profissão, mas, na cidade grande, uma não qualificação. E é interessante falar disso, porque meu pai, preto, nascido em 1920, minha mãe nascida em 1922, chegaram a ter casa própria, padaria e um restaurante numa cidade pequena. Nunca havia me preocupado com estas questões de origem antes. Exatamente porque a minha família herdou terras dos meus avós, sei lá, do trabalho de fazenda? Apesar da falta de oportunidade, eu ainda tive esse amparo da minha família ter tido terras, do meu pai ter tido status até um certo momento de minha infância. Morávamos em casa própria e tínhamos terras. Meu pai vendeu padaria, casa, terras e veio para BH. O dinheiro que trouxe deu para pagar seis meses de aluguel adiantado, como foi exigido. Tivemos condição, pelo menos, de alugar uma casa em um bairro onde vivemos por 17 anos até conseguir um lugar próprio.

Meu pai, de fabricante, passou a revender pão de porta em porta. Em sua lida de revender o pão, um dia caiu e quebrou a perna. Ficamos numa condição de pobres, paupérrimos. Eu lutei pela vida, como todos os filhos de pretos pobres. Minha mãe lavando e passando roupa para fora, as filhas cuidando de irmãos. Trabalhei na casa da minha tia aos 12 anos para ela ir trabalhar, essa que era enfermeira. Trabalhei com ela, mas mantinha comigo essa necessidade, essa vontade de estudar. Quando terminei o primário, e agora, como continuar? Tinha uma “tal de admissão” para entrar no ginasial, o que hoje equivale ao ensino fundamental. E aí eu fiquei quatro anos sem estudar. Exatamente quatro anos. Quando eu estava com 15 anos, eu falei com meu irmão que não queria ser doméstica, que é o que sobrava para mulheres negras. Então, fui na diretora do grupo escolar que eu tinha me formado e pedi para ela: “será que eu e um dos irmãos podíamos fazer o quarto ano aí de novo? Por quê?” Eu disse

a ela que: “eu queria estudar, eu não posso pagar admissão”, entendeu? Para fazer a prova do ginasial na época era igual ao vestibular hoje. Era esse o gargalo. Agora temos, além da garantia do fundamental e médio, ENEM, FIES, cotas. Antes não tinha isso não, foi na força de vontade, na luta, porque não havia ambiente e condições propícios na época.

Então, ela nos deixou, eu e o meu irmão, assistir às aulas como “ouvintes”. Fizemos a prova de admissão ao ginasial, passamos. Depois que terminei o ginasial, tinha que mudar de escola e enfrentar outra prova. Fiz inscrição na escola municipal. Você fazia uma prova, se passasse, só entrava com uma nota muito boa, porque primeiro entravam todos do sistema municipal. Terminado o ginasial, as opções eram contabilidade, magistério ou científico. Optei pelo científico, não sabia como, mas almejava algo além do técnico.

O que estou te contando não pertence só à minha história. A universalização do ensino público e gratuito só foi garantida para todos na Constituição de 1988. Nesse meio tempo, a minha mãe (mulher forte e sábia) me diz: “Você vai fazer o curso da sua tia, você precisa trabalhar, precisa ganhar dinheiro, tem que ajudar.” Eu fui ajudar. Ela fez a escolha por mim, me matriculou na escola de enfermagem. Fiz o curso de auxiliar de enfermagem na época para poder garantir a continuidade dos estudos, entendeu? Comecei a trabalhar e, paralelamente, estava fazendo o segundo grau e o finalizei. Formada, eu saí de Belo Horizonte, fui para uma faculdade do interior para trabalhar, precisava ganhar dinheiro para ajudar a construir nossa casa própria, terreno conquistado às custas do trabalho dos outros irmãos mais velhos e do meu pai. Ganhava muito bem na época. Fiquei lá uns dois, três anos. Voltei para Belo Horizonte para continuar os meus estudos e porque eu não queria morar longe de minha família. O que me sustentou foi o desejo de estudar, de me formar, ter uma profissão melhor. Voltei para BH, fiz provas de um concurso federal e estadual, passei nos dois.

Optei pelo emprego federal e pude vislumbrar como pagar os meus estudos em uma faculdade. Eu sabia que dificilmente iria conseguir a federal, sempre estudei em escola pública, à noite e trabalhando. Mesmo assim, fui lá, fiz a prova. Tentei medicina, não passei. Passei no curso de Fisioterapia na Faculdade de Ciências Médicas de Belo Horizonte.

7.5.2 Conhecendo a profissão

A T.O eu realmente não conhecia, mas me senti atraída por descobrir a promessa por trás do nome. Como trabalhava na área da Saúde, eu sabia da fisioterapia e da medicina. Eu queria medicina, mas sabia que não tinha condição, nem de pensar. Arrisquei. Não deu. Mas, passei no vestibular para Fisio, não tinha ainda vestibular para TO Estudávamos as matérias comuns aos dois cursos, juntos, no primeiro ano. No segundo, você optava por T.O ou Fisio. Eu não gostava muito da Fisio, pensava: eu não quero esse "trem mecânico" pra minha vida, cruzes! Entendi mais tarde que não é bem assim, a Fisio também tem espaços para criação. Você sabe quantos TOs formavam antes de mim? Dois terapeutas por ano, a T.O era pouco conhecida. Minha turma, ainda não definida, participou de um seminário organizado por um ex-aluno de T.O e um de Fisio, onde cada um mostrou o que pensava do futuro da Fisio e da TO Tenho uma pegada, vamos dizer assim, tipo investigador. Eu gostava da arqueologia, de descobrir coisas, da antropologia, me fascinava os mistérios da mente humana. Nesse dia, fizemos nossa escolha: dez alunos escolheram a TO Foi a primeira e maior turma formada até então. Foi um marco, a minha turma foi uma virada. Depois da minha turma, depois do Rui Chamone — falo de Minas — é que começou a aumentar o número de TOs. Na minha turma, só eu era preta, mais duas miscigenadas.

Entrei no curso em 1975, me formei em 1979, no curso noturno, trabalhava durante o dia. No início tive bolsa, recorri ao Diretório Acadêmico. Distribuíam algumas bolsas, segundo sua condição financeira. Ganhei seis meses de bolsa e, durante esses seis meses, eu fui guardando dinheiro para depois bancar integralmente as mensalidades.

Me graduei em Terapia Ocupacional. Fui feliz na minha profissão. Como você falou: "o universo conspira". Eu tinha feito um curso de Estimulação Precoce com uma TO americana nas Ciências Médicas. Ela escolheu cinco de nós para o intercâmbio estudantil nos Estados Unidos, em continuidade aos estudos, com possibilidade do doutorado. Estive no meio das escolhidas, mas eu não podia ir. Não tinha como me bancar sem trabalhar. Também, na época, eu estava noiva, com o casamento marcado. Foi muito confuso, preferi não ir, fiquei. As minhas colegas, todas que foram, voltaram doutoras. O que aconteceu comigo? Trabalhar, ter filhos. Quando terminei a faculdade, tinha clínicas contratando. A antiga LBA (Legião Brasileira de Assistência)

deu um *up* no atendimento às crianças com paralisia cerebral. Em 1980, saiu uma resolução em que as clínicas que atendiam crianças com “Paralisia Cerebral e outras deficiências” — eram as denominações naquele momento — deveriam contratar uma terapeuta ocupacional. Então, como tinha poucas terapeutas ocupacionais formadas, as clínicas aceitavam que você trabalhasse poucas horas. Outro grande ganho foi ter conhecido Rui Chamone Jorge, professor e amigo.

7.5.3 Trajetória profissional

Embora iniciasse meu trabalho no atendimento com crianças, foi na clínica da saúde mental que me senti realmente realizada, onde me lancei totalmente em estudos e pesquisas. Em 1984, fui admitida na FHEMIG na área da Saúde Mental. Na década de 90, estava no auge a luta antimanicomial e o estado investiu na formação dos trabalhadores da Saúde Mental em três áreas: na Clínica, na Gerência dos novos equipamentos de Saúde Mental (Hospital-dia, Centros de Convivência, ambulatórios) e uma terceira área que nem me lembro mais. Foi outra batalha, queriam os terapeutas ocupacionais na Gerência dos Centros de Convivência. Mas, eu queria continuar atuando na clínica, que é onde me preparei e me realizo. Então, levei dois anos para conseguir entrar no curso de especialização. No primeiro ano, minha inscrição não foi aceita. No segundo ano, consegui ter a inscrição aceita, mas no dia da prova, eu estava no hospital ganhando meu terceiro filho. No terceiro e último ano de oferta do curso, eu comuniquei para a entrevistadora que, caso me reprovasse, eu gostaria de saber o porquê.

Fiz, afinal, a especialização na clínica da Saúde Mental, depois fiz uma especialização em “Temas Filosóficos” na FAFICH de Minas Gerais, e em 2016, cursei a especialização em “Educação, Pobreza e Vulnerabilidades Sociais” na Faculdade de Educação da Federal de Minas Gerais, em função do trabalho numa Organização Não Governamental, ONG ou OSC, voltada à capacitação profissional de jovens em vulnerabilidade social. A capacitação em educação foi oferecida pelo Ministério da Educação, executado pela FAE (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais). Minha trajetória acadêmica é essa, tenho três especializações, não cheguei ao mestrado, nem ao doutorado, embora eu tenha desejado trilhar esse caminho. À época que eu deveria estar fazendo isso, estava trabalhando, cuidando de filho, cuidando de subsistir na vida.

Fui professora substituta na Faculdade de Ciências Médicas na área da Terapia Ocupacional e professora de estágio clínico da Federal. Formei vários alunos da Federal na clínica. Dei aula na Universidade de Lafaiete (teórica e supervisão de estágio clínico). Em um dado momento, se exigiu que o professor universitário tivesse mestrado ou doutorado. Me aposentei no ano 2000 como terapeuta ocupacional da FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais). Trabalhei na clínica da saúde mental pública: na internação, em ambulatório de Saúde Mental e em consultório particular clínico, atuação que durou 25 anos.

7.5.4 Terapreta: tornar-se negra

Meu processo de me reconhecer? Eu nunca tive conflito comigo mesma de ser negra. Nasci numa família de negros, doze. Todo mundo bonito, sabe? Uma gente bonita, você precisa ver. Em momento algum nos sentimos inferiores.

Obstáculos, lógico que sim, quando eu e meu irmão saímos para tentar um trabalho, buscamos no comércio. Aí, sentimos um pouco a questão, mas na minha família, nunca sentimos nenhum conflito dos meus pais em relação à cor da pele, ou de condição financeira. Aprendi com eles a lutar pela vida e acreditar que todo trabalho é digno e, em algum momento, tudo passa.

Na faculdade, não sei. A minha turma era muito tranquila. Eu tenho bons amigos nela. Quando fizemos 40 anos de formados, a turma toda se reuniu, fomos para um sítio. Deixa-me ver, que eu me lembre, que me afetasse? Não, eu era a mais velha da turma e trabalhava. Não tinha muito tempo para socializações extraclasse.

7.5.5 Contribuições

O Rui Chamone Jorge foi um dos meus professores e o “professor” na Terapia Ocupacional, depois que me formei, montamos um grupo de estudo chamado “GES.TO”. No GES.TO fui de tudo: sócia fundadora, diretora, secretária, tesoureira, supervisora e escritora apaixonada por pesquisa, escrita e criação. Tem vários escritos meus nos cadernos do “GES.TO”. Por 12 anos estive à frente do GES.TO. Nesse grupo, publicamos, fomos a congressos, promovemos seminários, ajudamos o prof. Rui a organizar o Museu Didático de Imagens Livres (registro das produções dos

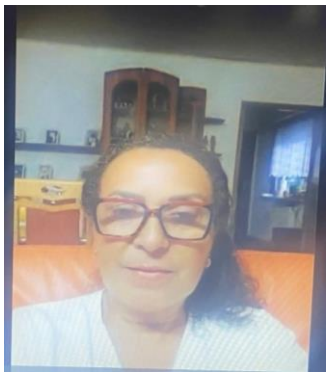
clientes atendidos na Clínica do Chamone e de integrantes do GES.TO), ajudamos muita gente a se formar e em suas produções acadêmicas.

Tem uma relação bacana entre meu trabalho clínico e a teoria registrada no "GES.TO[36]". Tudo que eu produzi e publiquei nos Cadernos de TO, eu produzi em relação à clínica da Saúde Mental, numa clínica emergente e em desenvolvimento. Durante 12 anos, travamos um embate constante entre teoria e prática. Creio que deixei alguns legados importantes para a TO Minha última publicação está no livro Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática, da Galvão e da Alessandra. Alessandra Cavalcanti foi uma das minhas estagiárias da clínica curricular da Federal. Estou no capítulo 26, p. 257 da segunda edição, onde falo da teoria do Rui Chamone. Sou grata por ter feito parte da história dela e de tantos outros.

É isto.

7.6 Terapeuta Ocupacional Haydeé Monteiro

" Quando uma árvore cai, nós ouvimos.
Quando a floresta cresce não ouvimos
nenhum som"
(Provérbio africano)



(Imagem retirada da entrevista)

Em minha família somos em seis mulheres e um homem, nasci em Araras, interior de São Paulo, e moro no Guarujá.

[36]Grupo de Estudo, financiado pelos seus próprios integrantes, formado por terapeutas ocupacionais e outros profissionais, interessados em estudar, pesquisar e divulgar o uso de atividades como recurso terapêutico na reabilitação de pessoas.

7.6.1 Conhecendo a profissão

Entrei no curso de TO na PUC Campinas em 1977 e formei em 1980, sou da primeira turma da PUC. Nós éramos três pessoas negras numa sala de 70 alunos. Eram 70 ingressantes, o curso terminou, acho que com 51, 52 pessoas, foi um número muito grande. O curso era período integral, com duração de quatro anos. O curso foi um laboratório para muitos professores, porque alguns de São Carlos, São Paulo, então foram juntando professores para compor esse curso. Então nós fomos uma turma de laboratório mesmo, acho que as três, quatro primeiras turmas foram bem nessa linha.

Quando eu fui fazer terapia ocupacional, a minha irmã (Raquel) prestou enfermagem em Alfenas e entrou, ela falou: “Haydée, você vai para o meu lugar na república para fazer cursinho, mas você pode fazer e prestar o vestibular para ver, como é o vestibular para conhecer.” Aí fui, prestei e dei sorte de eu entrar. Então foi muito legal, porque fiz uma pontuação boa, daria até para ter cursado odonto, mas eu nem sabia direito o que era terapia ocupacional, eu li e falei: “Raquel, gostei desse, eu achei legal. Porque falava sobre reabilitação física, falava um pouco do social e juntei tudo e falei: ‘eu acho que vou prestar esse curso’”. Prestei e acabei entrando. No primeiro ano eu viajei, porque eu era muito nova, meu pai não deixava morar em Campinas, então eu viajei durante um ano.

Eu morava em Araras, a Campinas dava mais ou menos 80 quilômetros, então eu saía de casa às 5:35 da manhã para chegar às 7:30 até a PUC. O primeiro ano era no campus da área médica, então tem todos os cursos da área médica nesse campus. No segundo ano, nós mudamos do campus, que era um campus muito distante, para esse núcleo das áreas médicas. E aí meu pai acabou deixando, eu tinha 17 anos e ele arrumou um lugar para eu ficar em Campinas. E aí foi muito gostoso, foi muito bom, o curso foi muito legal, me identifiquei muito com as disciplinas da área médica, tanto que anatomia, fisiologia, histologia, biofísica, bioquímica, eu amava. No terceiro ano eu pensei: ah, eu acho que eu quero fazer medicina. E aí eu falei: “Puxa, meu pai, já tô no terceiro ano, minha irmã em Minas, a minha outra irmã em Ribeirão Preto, não vai dar.” Resolvi terminar o curso.

E fiz, mas terapia ocupacional sempre foi muito difícil. Da nossa turma se deram bem as pessoas que foram para Brasília, para o Sarah Kubitschek. Algumas saíram do Brasil, foram para a Itália, mas era uma bolsa malufista e eu absolutamente não

iria. Eu até tive a oportunidade de ganhar bolsa, mas na época eu falei: “De jeito nenhum, mas nunca!” Era uma bolsa que o Maluf propiciou, eu sempre fui de esquerda, então de forma alguma iria aceitar participar de um projeto do Maluf. Mas foram cinco meninas da minha turma para a Itália, me chamaram até, mas eu não quis ir por conta disso. E algumas foram para o Rio, para a ABBR, São Paulo. Acabei ficando em Campinas, fui para uma ONG do terceiro setor, trabalhar com doentes pulmonares.

7.6.2 Trajetória profissional

Era uma Organização Não Governamental que atendia doentes/pessoas com tuberculose era bem legal. Tinha uma equipe: assistente social, fisioterapeuta, TO, alguns monitores. O trabalho era fantástico, naquela época nós fizemos uma horta comunitária, o trabalho da TO era bem legal, porque nós tínhamos alguns voluntários muito qualificados, que ajudavam muito na TO. Então, uma amiga assistente social me falou, “Haydée, eu sei que você gosta, que você tem competência para isso, vamos lá para a SEASA”. Eu falei: “mas tem terapia ocupacional?” “Não, não é terapia ocupacional, qualquer coisa na área social, vamos embora”

Fui chamada para trabalhar na CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.) num projeto; tinha muitas crianças pegando restos de comida e alimentos, famílias todas, muita prostituição, prostituição infantil. A CEASA é um universo. Tinha área social, um setor de serviço social; foi pouco tempo, fiquei um ano e meio lá, mas também foi muito, muito, muito legal. As coisas que nós conseguimos fazer na CEASA: grupos com funcionários, trabalhar a questão do alcoolismo, muitos funcionários que são informais. Hoje, eles já são mais legalizados, mas, na época, os carregadores, aquele pessoal que carrega com carrinhos, eram todos informais. Tinha muita droga, muito álcool, muito tudo, prostituição lá dentro. E nós criamos projetos para isso e foi super bacana. Nessa época, acabei casando e prestei um concurso.

Um concurso que talvez também não se lembre: existia uma secretaria estadual que era a Secretaria do Menor; essa secretaria depois se transformou em Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, alguma coisa assim. Alda Marco Antônio era a secretária. Na época do governo Quércia, ele criou projetos enormes em todo o estado de São Paulo para crianças em situação de rua, para profissionalização de jovens. Não que ele fosse bonzinho, né? Porque o Brasil tinha uma dívida ativa, uma

dívida muito grande com a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Tinha crianças no trabalho com carvão, na cana-de-açúcar. Então, as estatais foram obrigadas a investir: Eletropaulo, Comgás. Era concursada da CPFL, trabalhei e fiquei 12 anos; não contratava como terapeuta ocupacional, mas responsável por um trabalho com crianças e jovens dentro da empresa. Então, minha trajetória é meio louca assim, né? É de desbravar mesmo, porque ninguém contratava como terapeuta ocupacional.

Então, tinha que criar alguma coisa que contemplasse, e eu tinha que me adequar a isso. Eu também não sofria muito por isso, não. Eu queria trabalhar e fiz vários trabalhos, gostei do que eu fiz. Acabei saindo da CPFL em 1999, 2000. A empresa foi privatizada na época, ficou parada, a gente fica meio perdido.

Trabalhei bastante em consultorias, elaboração, desenvolvimento e gestão de projetos. Fui uma TO para área socioeducativa, educativa, sabe? Comunitária. Eu trabalhei em grandes projetos para Petrobras, Votorantim, Braskem. Ah, trabalhei depois em uma escola profissionalizante, cuidando de projetos para comunidades, organizando qualificação profissional para pessoas dessas regiões. Fiz pós-graduação em pedagogia empresarial, gestão de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, uma pós maravilhosa na Unicamp. Trabalhei bastante depois com desenvolvimento comunitário por conta dessa pós. Mas uma coisa interessante: o título de terapeuta ocupacional eu só tive no primeiro emprego.

Não tinha muitos terapeutas ocupacionais, e não tinha muitos cargos para terapeutas ocupacionais, pelo menos em Campinas, onde eu estava, onde eu morava. O mais terapeuta ocupacional ganhava muito, muito mal. O salário do TO era um salário tão baixo que, quando saí da CPFL, arrumei, acho que uns 3, 4 empregos de TO, eu não tive condições de assumir, porque eu ganhava 5 vezes mais. Então, não dava para você ir para uma ONG. Eu vou dar um exemplo: então, vamos dizer que eu ganhava, na época, 8 mil reais. Então, se eu fosse para um desses empregos, eu ia ganhar 1.800 reais, entendeu? 2 mil reais no máximo. Então, não valia a pena trabalhar só pelo título. Então, eu ia para trabalhos que me realizassem. Eu sempre gostei de trabalhar e sempre trabalhei em coisas legais que eu acredito. Isso é uma coisa que eu nunca abri mão, nunca fiz nada assim que eu não gostasse.

7.6.3 Terapreta: tornar-se negra

É interessante, muito interessante isso, né? Que a gente vai amadurecendo. Sempre fui muito lenta até para perceber as coisas, sabe? Na CPFL, virei coordenadora pelo trabalho mesmo, acho que muito pelo meu jeito de fazer mediação, acho que uma facilidade para mediar, para facilitar as coisas. Então, eu virei coordenadora do projeto, e, como coordenadora, eu tive, sim, vários problemas de colegas mesmo que trabalhavam, né, trabalhavam por trás mesmo para que eu saísse. Eu não percebia isso. Quando eu percebia, alguém me falava: “Haydée, você não está percebendo, fulano está falando”, eu falava: “Mas por quê? Mas quando? Como?”. Eu achava que estava tudo bem. Então, tem muita competitividade e muita crueldade. Então, eu senti na pele, claro, né?

A questão racial, algumas vezes, com próprias colegas de trabalho, colegas poucas, mas com algumas colegas de trabalho, mas eu sempre me posicionava, sempre me posicionei, mas sempre procurei ignorar isso, porque, como eu trabalhava numa empresa muito quadrada e muito machista, uma empresa difícil, né? Então, eu tinha uma responsabilidade muito grande, gastava muita energia no trabalho ali com os jovens, com as ONGs. Eu tinha que relacionar com 30, 40 ONGs diferentes. Então, era assim, era bastante trabalho, era muito gostoso, mas é óbvio que acontecia, sim, então eu tinha sempre que me posicionar, né? E como eu nunca fui de confrontar, hoje sou mais combativa, mas na época eu era mais tranquila. A maturidade faz também você aprender, mas eu não deixava de me posicionar.

7.6.4 Racismo cotidianos

É, lembro de um fato marcante, acho que foi o único fato marcante. Eu comprei um livro de anatomia, um atlas de anatomia, caríssimo na época. Paguei, acho que em dez vezes, né, que eles faziam em tantas vezes. Meu pai pagou e tal, e roubaram o meu atlas dentro da sala. Embaixo da minha carteira, fui na secretaria da faculdade: “Pergunta para seus colegas, pode ser algum colega pegou emprestado”, eu falei, “não, eu acabei de pagar faz pouco tempo”. Nossa, fiquei revoltadíssima com o descaso, sabe? Então, isso é uma coisa que eu achei absurda pelo atendimento da pessoa e o descaso, isso é uma coisa marcante. Nós éramos uma turma de 90%

mulheres, eu tinha essa amizade com todo mundo, conversava com todo mundo, mas não era uma turma unida.

Eu acho que só teve esse episódio. Me lembro que cheguei em Campinas, o movimento negro era muito forte e era começo dos anos 80. O que acontece é você era meio que cooptada, você tinha que participar. Eu tinha medo porque eu era muito, muito meninota. E aí o movimento negro era muito forte, e eu lembro que, tanto eu quanto a Gloria, que era essa minha outra amiga negra, nós sentíamos sim um pouco de dificuldade, assim, porque eles chegavam, pegavam pesado, queriam que a gente participasse, algumas coisas assim. A gente não tinha estrutura, a gente não tinha cabeça, não tínhamos maturidade para entender o que era aquilo e fazer parte de uma forma legal, então era uma insegurança participar, mas era bem forte no começo dos anos 1980, 81, 82, né, era bem legal.

7.6.4 Contribuições

Eu acho que o trabalho com o jovem, acho que é o mais importante, trabalhar o protagonismo, que é uma forma de empoderamento, você mostrar para o jovem que ele pode, que ele pode pensar, que ele pode sugerir, que ele pode construir, assim, colocar as ideias dele ali, para que dali saia algum projeto, alguma contribuição, então o trabalho de protagonismo juvenil acho que foi o trabalho mais marcante para mim. Eu acho que o grande lance do protagonismo é esse, e eu aprendi isso muito cedo, então eu, em todos os projetos, sempre trabalhei muito com protagonismo juvenil.

Acho que a terapia ocupacional precisa de mais visibilidade, sabe? Até há pouco tempo, tem uma série na Netflix que a Juliana Paes faz a TO É preciso que as pessoas entendam melhor essa profissão. Eu não sei como o CREFITO nunca conseguiu trabalhar para que a terapia ocupacional fosse mais, chegasse mais perto das pessoas, parece que é algo distante. Eu gosto muito… Eu não tive experiência com a terapia ocupacional na saúde mental, eu não tive essa experiência, e alguns amigos, alguns colegas tiveram, e eu acho uma área fantástica também, mas no que eu fiz, que eu considero tudo terapia ocupacional, sem ter a titulação de terapeuta ocupacional, na área social, para mim foi muito, muito bom, foi muito de, sabe, de promover mesmo, de promoção humana.

7.7 Terapeuta Ocupacional Gilma Corrêa Coutinho

"Um cavalo pode levá-lo a um campo de batalha,
mas não lutará por você
(Provérbio africano)

(Imagem retirada das redes sociais)

Achei interessante, eu falei assim: "Olha que tema interessante, 'ah não, por que não contribuir, né?' Eu sou a maior contribuidora de pesquisa." (risos) Dificilmente eu não participo. Chega muita coisa, mas sempre que chega pesquisa de: "ah, tô no mestrado, tô fazendo…", qualquer nível assim do pessoal da terapia ocupacional, eu tô sempre participando. Mas eu achei bem interessante o seu tema. Eu achei: "olha que legal. Por que não contribuir?" Jamais deixaria de contribuir.

7.7.1 Introdução

Nasci no Rio de Janeiro, atualmente estou em Vitória, no Espírito Santo. Mas eu já estou aqui desde que me formei, em 1981. Conheci o Espírito Santo uns seis meses antes de me formar. Estive aqui pra de férias, a convite do meu falecido marido. Então, eu o conheci no Rio e ele já estava pronto pra vir pra Vitória, ele era capixaba; vim justamente nas férias pra passear, pra ver, pra conhecer, e por uma grande coincidência, no município onde eu vim, passeando, encontrei um Centro de Reabilitação Física, que era a área inclusive que eu estava muito disposta a trabalhar, depois de formada. Fiquei passeando, vi o centro de reabilitação. Voltei, entrei e fui conhecer, aquelas coisas realmente que o universo te direciona, sabe? Fui conhecer, fiquei apaixonada, encantada, falei: "pronto, eu venho realmente pra cá". E assim foi, fiz os contatos enquanto eu estive aqui de férias.

E deu certo, fiquei sabendo como é que era, né, conversei com a pessoa responsável, eu falei: “eu não sou formada, daqui a seis meses é que eu me formo”. Ela disse: “então tá, não tem ninguém mesmo de terapeuta ocupacional aqui no Centro de Reabilitação. Então, quando você se formar, você nos procura, me procura, vamos ver o que a gente consegue”. E assim eu fiz, né? Voltei, terminei o curso em 81; em fevereiro de 81 colei grau; já fui colar grau com as coisas tudo arrumadas pra poder viajar e vir embora pra cá. E foi dessa forma que eu cheguei aqui, colei grau e vim pra Vitória. Desde lá tô aqui, foi bastante importante pra mim ter feito isso, ter feito essa escolha, ter vindo pra cá, sabe? E aí foi isso, tenho esse tempo aí de formada, quase sei lá 40 e poucos anos que eu tenho de formada.

7.7.2 Conhecendo a profissão

Então, eu conheci no Rio. Tenho uma sobrinha que ela tem esquizofrenia e fazia tratamento, nós éramos próximas, ela era bem mais nova e de vez em quando acompanhava ela nos tratamentos, nas terapias no Centro de Reabilitação e no Centro Psicossocial da Pestalozzi, que tinha na época. Foi onde eu conheci a terapia ocupacional. E onde ela fazia, ela gostava muito, era o ambiente onde ela se sentia bem, era o ambiente onde ela se identificava. Eu via que aquilo tinha significado pra ela, ela conseguia ficar bem ali, e eu achei muito interessante, muito interessante isso, né? Aí eu comecei aquela coisa, quando você tem o instinto de pesquisador, de interesse, eu achava que eu era interesseira, de investigar, saber como é que é isso, o quê que é, como é que não é. Eu estava já fazendo como hoje seria o ensino médio, né.

E já assim, meio querendo me direcionar pra alguma coisa, pra fazer alguma coisa. Então eu vi, e comecei a pesquisar o que era, como é que era essa profissão, aonde que tinha pra trabalhar, aonde que tinha curso, e eu peguei, descobri isso, né. Vi que tinha no Rio, não tinha curso em universidade pública, só tinha em particular, né? Então eu fiz um vestibular pra uma faculdade particular no Rio de Janeiro na época, porque me interessei; não quis fazer mais nenhum teste pra nenhuma outra profissão. Eu queria mesmo, aí depois que eu entendi, não entendi bem, mas eu sabia que aquilo me chamou atenção. Não sabia muito bem o que que era não, mas eu achei interessante, me identifiquei, fiz o vestibular e passei, e aí comecei a estudar, foi isso em 1979.

7.7.3 Trajetória profissional

Eu estudei na FRASCE (Faculdade de Reabilitação da Associação de Solidariedade à Criança Excepcional) de 1979 e formei em 1981. Era uma associação que tinha um potencial, era filantrópica, e tinha cursos superiores de terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. Fiz nessa faculdade, dois anos depois, tentei ir para a SUAM, que era uma outra universidade, era uma outra faculdade particular, mas aí não deu certo, fiquei mesmo na FRASCE, me formei por lá mesmo.

A FRASCE era muito voltada para a reabilitação física e mental, eram as duas que tinham nessa época, as áreas que a gente podia trabalhar. Só que aí eu fui mais, me identifiquei mais com a área da reabilitação física, e no Rio tinha uma outra, a ABBR, fui fazer estágio, fiz internato, me identifiquei tanto, fiquei por lá quase dois anos assim de estágio, aí depois tinha estágio remunerado, eu fiz estágio remunerado, fui ficando.

Praticamente uma residência. Depois teve internato, teve uma prova no último ano, de ficar mais um ano, fiz, passei e fiquei na ABBR. Conheci tudo da ABBR, era uma escola, uma instituição muito potente no Rio de Janeiro naquela época. E acho que foi por isso que quando eu passei em Vitória, em Vila Velha, que eu vi esse Centro de Reabilitação, a característica dele era um pouco semelhante com a da ABBR, não com a potência que a ABBR tinha, que tinha hospital e tinha toda a parte de ambulatório e tudo mais.

O Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo (CREFES) não tem leitos, não tem cirurgias, nada disso, é só reabilitação mesmo. É bem grande, uma instituição grande que eu conheci. Me identifiquei, eu falei assim, “então eu venho, quero trabalhar aqui.” Então foi um pouco assim, enquanto eu estava fazendo toda a minha prática na ABBR e terminando a parte do curso, quando eu terminei fiquei acho que uns três meses para encerrar o internato, faltava isso. Mas, encerrei e vim para cá, formei, colei grau e terminou, eu acabei vindo para cá. E foi bastante interessante, que aí no outro dia eu já estava com as minhas coisas e tudo, meu esposo já estava, a gente já tinha inclusive apartamento aqui, porque ele ficou aqui e eu fiquei no Rio para terminar o curso, porque não tinha aqui em Vitória. Eu falei assim: “não vou largar o curso, vou ficar aqui”, a gente não tinha filhos. A gente já era casado há um ano, mas aí nessa coisa, falei, “eu vou terminar o curso e aí eu venho definitivamente para cá.” Então foi assim que fiz, por isso que quando fiz esse contato com seis meses antes,

isso foi importante, quando eu vim, fiz novamente, retomei o contato no Centro de Reabilitação e a pessoa, na realidade era o secretário de assistência social do Estado que tinha todo o gerenciamento do Centro de Reabilitação, era ligado a essa Secretaria de Assistência Social.

Na época que eu conheci, me falaram que tinha que ser uma conversa, essa pessoa — o secretário, eu fiz isso. Tentei, marquei, consegui uma conversa com ele, falei do meu interesse no Centro de Reabilitação. Tinha uma diretoria, mas eles não tinham autonomia para nada, eles falaram: “não, legal, que bom, mas …” aí eu vi que para que eu pudesse trabalhar lá, eu teria que passar por essa via — via secretário. Mas como eu havia conseguido, foi ele que falou comigo: “olha, quando você se formar, você volta aqui”. Acho que ele achou que eu não ia voltar. (risos)

Eu voltei, marquei de novo, quando cheguei, deixei as coisas, acho que uns dois dias depois, eu consegui ir lá. Não era tão difícil também de conversar com ele, de marcar audiência, fui e me apresentei, falei assim: “olha, formei, tá aqui, agora eu quero trabalhar no Centro de Reabilitação.” Aí ele falou: “Tá, tudo bem, pode ir, você tem que dar um tempo pra gente poder preparar a contratação, porque é um contrato e tudo mais, mas se você quiser ir lá, ir conhecendo, se familiarizando, por mim tudo bem, eu vou conversar com a direção de lá e falo que já conversamos, pra você poder ir ficando lá, até que a gente consiga fazer o seu contrato.” Falei: “tá bom, obrigado, eu vou”! E aí foi assim, cheguei no Centro de Reabilitação, era na enfermaria, tinha uma sala, tipo um consultório, que tinha a plaquinha “Terapia Ocupacional”, só a placa, a sala vazia. (risos)

7.7.4 Implantação do Serviço de Terapia Ocupacional

Fui a primeira TO do Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo (CREFES), já tinha uma TO (Elva) no estado que trabalhava na reabilitação profissional no INSS. Ela veio transferida da Bahia, porque o esposo veio transferido, tinha uma coisa assim, então ela já trabalhava, ela foi a primeira. Agora, no Centro de Reabilitação do estado, eu fui a primeira. E trouxe um bocado de coisa do Rio de Janeiro, as coisas todas de TO que a gente anda carregada: livros, materiais, fui assim, aquilo que eu podia ir colocando nesse consultório, para ir atendendo, eu levei. Levei meu material, meus recursos que tinha.

Conversei com a equipe também: os fisioterapeutas, a psicóloga, enfermeiro, me receberam super bem, eles começaram a encaminhar, direcionar pacientes para mim, para essa enfermaria, essa salinha que eu tinha. E assim eu comecei, fui começando, e chega um ponto, a demanda era maior do que a gente conseguia dar conta, na fisioterapia muitos pacientes de sequela neurológica, muitos casos de sequela de AVC, traumatismos, muita criança com paralisia cerebral. Comecei atendendo assim, “ah, foi extremamente difícil”, eu digo que não foi, porque sempre falo isso, a experiência que eu tive na ABBR, para mim foi fundamental, pude trazer essa experiência para esse lugar.

Então, o que eu comecei a fazer, a atender, muito foi do que aprendi lá, do que eu trouxe de lá, foi uma bagagem muito boa, e foi dando certo, depois de três meses, levou uns três meses, aí fizeram um contrato, me efetivaram como contratada do Centro de Reabilitação, trabalhando seis horas, não houve nenhuma exigência de 40 horas, foi 30 horas mesmo. Então, estava assim, as coisas deram certo nesse sentido. E depois de um tempo, acho que depois de praticamente quase um ano, a sala já não comportava mais.

Não tinha mais espaço para atender. Me deram um outro espaço maior, uma sala bem maior, e aí montaram, viram mais ou menos o que eu precisava de mobiliário para poder atender, e me deram um outro espaço maior e eu passei para esse espaço. E com isso foi crescendo, atendendo, esse lugar da enfermaria, porque tem 20 leitos, até hoje tem isso. São 20 leitos de pacientes que são, que saem do hospital, são grandes lesados que são internados. Sai e vai direto para lá, sequelas de AVC, trauma raquimedular, amputados, acidentes, os casos mais incapacitados, que não moram na grande vitória, são internados no CREFES. Então eu acabava atendendo esses pacientes e atendia também pacientes do ambulatório que o pessoal me encaminhava. Dali, comecei a atender dessa forma, com a equipe eu tinha um bom relacionamento na época, assim, bom mais ou menos.

As únicas rusgas eram mais com fisiatra, naquela época, quando eu cheguei, eles se achavam o rei da cocada preta, os que sabiam tudo, era tudo eles que mandavam, que prescreviam, eram acostumados com a fisioterapia de ser aquele papel de auxiliar deles, praticamente.

Então, eles achavam que deveria ser assim também na terapia ocupacional, e tive alguns embates nesse sentido disso, de :“ah, você vai fazer 20 sessões, são 15 sessões”, e aí dava alta ao paciente sem comunicar, sem nada; às vezes, algumas

coisas que eu queria fazer, mas aí não podia, tinha que pedir autorização. Então era muito diferente do que eu vi na ABBR, falei: “poxa, isso não era assim”. E quando tinha as reuniões de equipe, que tinha para discutir os casos clínicos, eu comecei a me posicionar no sentido de colocar, que eu não achava interessante, tinha paciente que estava sob atendimento da terapia ocupacional, tinha alta, mas ele não estava em alta da terapia ocupacional. Não havia uma conversa, que achava que isso prejudicava o paciente, e essas coisas, eu não fazia o que eles mandavam, eu fazia o que achava que tinha que ser feito dentro da terapia ocupacional, os procedimentos de terapia ocupacional, e não o que eles determinavam que tinha que ser feito. Porque eles estavam muito acostumados com a fisioterapia, de determinar: ultrassom, exercício, cinesio, essas coisas assim malucas, as receitas de bolo...

Aquilo tudo para o mesmo caso, mesmo diagnóstico, aquelas coisas repetitivas. Eu não fazia isso, comecei a perceber e via que não era isso, eu fazia o que a terapia ocupacional, fazia as minhas coisas. Então, tive alguns embates com fisiatras, acho que uns três, era um embate muito de: “porque não pode… eu mandei… você não fez… não sei o que”, eu falei: “não fiz, não vou fazer, isso não é terapia ocupacional, por isso, por isso, por isso. Então, eu fiz desse jeito e deu certo, eu fiz o que eu achava que tinha que fazer, dentro do aspecto do paciente, e é o que deu certo, é o que tem que ser feito”. Então, eles ficavam com raiva, eles não queriam mais que mandar os pacientes para fazer terapia ocupacional. Só que, eu sempre falo isso muito com meus alunos: “gente, o paciente é seu aliado, a maneira com que você faz a sua interlocução, a sua relação terapeuta-paciente, é o que vai fazer o seu paciente se engajar no tratamento, e fazer com que ele inclusive entenda o que é terapia ocupacional e ele vai defender a terapia ocupacional”.

Então, foi nessa linha que fui, que eu sempre trabalhei, trabalhei muito, ouvindo muito o paciente, ouvindo a família, orientando, mostrando, valorizando tudo que nós fazíamos e o que as conquistas que os pacientes tinham mesmo dentro de um quadro neurológico. Enfim, dentro do que fosse. E foi isso que fez com que os fisiatras não conseguissem, vou dizer: me boicotar. Eles não conseguiram, até porque eu tinha no meu lado, além dos pacientes, os fisioterapeutas que ficaram super amigos, que entendiam e as parcerias com fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, assistentes sociais, esses profissionais entendiam no meu embate com os fisiatras na época.

Em algumas situações, quando não encaminhavam, não deixavam ou cortavam a terapia ocupacional do tratamento do paciente, eu falava isso “quem vai perder são vocês”. Eu falava para a família: “olha, quem vai perder é ele, eu acho que eu estou, o meu plano de tratamento eu faço porque quem sabe de terapia ocupacional sou eu e não o fisiatra. Ele não estudou terapia ocupacional, estudou fisiatria, medicina, que eu respeito, mas a terapia ocupacional ele não estudou, então ele não sabe disso”.

Sempre trabalhei assim, é claro que eles mudavam, eles saíram do Centro de Reabilitação, eu fiquei e outros vieram, com uma cabeça mais flexível, nós conseguíamos conversar, entenderam e entendiam a dinâmica e todo o trabalho que a gente fazia ali, eu conseguia trabalhar melhor e as coisas evoluíram muito. Então, daquela sala chegaram outras equipes, porque era tudo junto, adulto, criança e tudo mais. “Olha, a gente precisa montar um setor só de infância “ eu falei, “eu concordo, precisa mesmo”. Então, foi montado um outro espaço só para atender criança, tinha fisioterapia, fono, terapia ocupacional, então, para atender, ajudei a estruturar esse espaço que tinha essas salas, porque o Centro era muito grande, então tinha espaço para isso. Não foi rápido, mas isso conseguiu acontecer, a gente conseguia separar o atendimento adulto e infantil. Então isso conseguia estruturar os atendimentos na enfermaria.

Eu trabalhei nesse lugar de 1981, trabalhando mesmo de carteira e tudo mais até 2009, foi quando eu saí. Quando eu saí para ir para a universidade, aí não dava mais para ficar. Mais de 30 anos: “ah, eu fiquei sozinha?” Não. Várias terapeutas vieram. Passaram, faziam do Espírito Santo ou vinham de passagem porque o marido foi transferido, não sei o quê… poucas ficaram, durante muito tempo, poucas ficaram. E eu fui ficando, porque eu morando aqui, eu fui ficando, e depois outras chegaram e as que ficaram nós éramos muito poucas, muito, muito poucas aqui. Aquelas coisas, né, de iniciar a terapia ocupacional num lugar, você sempre tem poucos profissionais.

7.7.5 Reabilitação Física

Então foi assim, depois fui construindo outras coisas, outros espaços, outros espaços foram surgindo e fui trabalhando nisso. Esse grupo, por exemplo, de fisioterapeutas, nós nos tornamos muitos amigos, então, acho que em 1983, nós montamos uma clínica, uma clínica particular que era fisioterapia e terapia

ocupacional. Fiz parte da sociedade dessa clínica durante 17 anos. Então eu trabalhava de manhã no CREFES e à tarde trabalhava na clínica particular, fazia terapia ocupacional na clínica particular. Qual era a minha dificuldade em termos de estudos: de estudar, de conversar com meus pares, conversar com terapeutas ocupacionais que eu não tinha, tudo que eu tinha que fazer era tudo fora, congresso, seminário, palestra, não sei o quê, cursos, sabe? Eu ficava assim, transitando Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, ficava transitando para poder estudar.

Por exemplo, trabalhar com criança com paralisia cerebral. Meu primeiro paciente particular foi uma criança com paralisia cerebral, eu achava que nunca ia atender, eu falei assim: “eu não vou atender criança, vou atender mais adulto”. Primeiro paciente particular para atender tipo *home care* foi uma criança com paralisia cerebral que todo mundo indicou “faz contato com ela, que ela atende”…

Então durante muito tempo atendi essa criança particular. Eles indicavam, é aquela coisa do boca a boca. Mas, mandavam para a clínica, porque eu falava assim: “eu não tenho condição, eu tenho minha vida”. Mas, trabalhei bastante, sabe? Trabalhei muito nesse esquema, fazendo cursos para atender, como tinha muita criança com paralisia cerebral, fui fazer o BOBATH no Rio de Janeiro, o CREFES me ajudou à beça, no sentido de liberar, de manter meu pagamento, porque o BOBATH na época era um absurdo de caro, sempre foi, né?!

Sempre foi, era assim, três meses você tem que ficar estudando, afastada, tendo que ir para lá estudar, então tudo isso eu fiz, porque eu me sentia, eu falava assim: “eu preciso estudar mais, ter mais mão para atender criança com paralisia cerebral. E foi muito bom, foi um curso de aperfeiçoamento, excelente, que me deu bagagem para atender as crianças. Depois tinha as atualizações do BabyCourse, para trabalhar com os bebês de alto risco.

Depois, na clínica, os fisios falaram assim: “vai abrir um curso, vai de terapia da mão”, era muita reabilitação de mão que tinha na clínica; “um curso na USP de reabilitação de mão, de terapia da mão”, aí me diziam assim: “Gilma, você não quer ir fazer?” Falei, “vou, né, vamos organizar”. É claro, fiz uma organização de vida e fui também fazer o curso na Faculdade de Medicina da USP durante um ano e seis meses. Fui da primeira turma também desse curso de terapia da mão. Quer dizer, todas as TOs antigas, foi muito engraçado, a primeira turma, as minhas referências estavam todas nessa turma.

Todo mundo fazendo terapia da mão na USP. As TOs mais antigas e que eu ouvia falar e tudo mais, estavam nessa turma. Éramos acho que 12 terapeutas de diversos lugares, e foi muito legal, foi excelente. Fiz o curso de especialização, era aquela coisa de uma vez por mês, ia lá e fazia o curso, concluímos e quando formei, voltei para o CREFES; no CREFES conversei, falei assim: “olha gente, usei, praticamente vocês pagaram meu salário, me ajudaram na passagem, então eu tenho a obrigação de devolver isso em serviço para cá”.

Tem algumas coisas que a gente precisa mudar aqui “na terapia ocupacional em termos de organizar o espaço, de organizar material”, fiz vários cursos de órteses, teve um colega do Rio que estudou comigo, estava nesse curso de terapia da mão, ele já fazia no Rio, ele era do Instituto de Ortopedia, e ele fazia muito órtese, dava muito curso, então ele me ajudou bastante, falou assim: “não tem jeito, a gente vai ter que fazer órtese, tem que fazer, porque não tem jeito, como é que você vai fazer reabilitação sem ter essa habilidade, sem ter essa competência, e é uma forma também de você ganhar dinheiro em Vitória, vai ser bom”. Menina, isso tudo acontecendo, eu marquei com ele um fim de semana para ele vir pra minha casa e me ensinar todos os tipos de órtese que ele sabia; comprei material, placa e tal, ele ficou na minha casa, nós ficamos acho que dois dias fazendo órtese, eu fiz um intensivo.

Depois, fui fazendo outros cursos também, pra aperfeiçoar, porque o recurso da órtese servia pra tudo, né, pra todos os tipos de condição de saúde que é dentro da área da reabilitação física. Foi muito bom, foi um diferencial, foi extremamente bom pra clínica, tanto pra clínica como Centro de Reabilitação, que até então não fazia, e aí eu passei a fazer. Eles entenderam, compraram material, montaram uma sala pra fazer órteses e isso deu super certo no CREFES. Aí viram que podia, por ser um Centro de Reabilitação do Estado, atendimento pelo SUS, credenciaram pra poder receber, fazer, ter essa concessão das órteses e receber por isso, né. É um valor alto dos procedimentos que é feito, que tem, até hoje. Então isso foi, acho que foi a coisa que mais incentivou dentro do Centro de Reabilitação, de realmente apoiar pra que isso acontecesse. E na clínica particular, pra mim, foi o diferencial porque aí eu tive, foi onde eu pude ter uma renda muito maior. Ter os atendimentos, além disso fazer as órteses, que mesmo que a clínica tinha os planos de saúde, mas o plano de saúde não cobre, né? Então eles tinham que fazer particular, tinham que pagar e depois que recebiam lá, tinha o reembolso. Então assim, eu digo que foi a minha época de ouro.

7.7.6 Associação Capixaba de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Durante muito tempo, eu transitava em vários espaços, como eu te falei. Montaram a Associação Capixaba de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, a única terapeuta ocupacional era eu, mas formamos, porque a gente era um grupo muito interessante que queria estudar. E aí a gente não tinha onde. Então vamos montar uma associação, reunimos aquela meia dúzia de colegas e a gente discutia casos, fazíamos o que era possível em termos de evento científico, palestra, chamava um colega de fora pra vir fazer uma palestra, pra dar o curso, a gente fazia isso nessa associação. Por muito tempo, não tive uma colega que se fixasse aqui no Espírito Santo. Era muito rotativo.

Depois, eu não sei dizer nem de quanto tempo é que uma colega ficou, essa que era do INSS, ela não topava fazer nada, ela queria só fazer aquele trabalho. Ela chegou um dia e falou assim: “ah, não, Gilma, sinceramente, acho a terapia ocupacional muito elitista, é um tratamento muito elitista”. Eu falei: “credo! Onde você ouviu isso? Onde você tirou isso? Vamos estudar, vamos fazer acontecer”, mas ela não queria fazer nada. Acho que, sei lá, uns 10 anos ou 5 anos, é que teve uma colega de Belo Horizonte que veio e montou consultório e começou a trabalhar mais em Vitória, na capital, mas que gostava. Aí, sim, nós tivemos intercâmbio de estudar, de troca de ideias, mas até então, era tudo muito rotativo. Praticamente é isso, depois de algum tempo é que começaram a chegar algumas que ficaram morando no Espírito Santo.

Abriu o concurso para o Centro de Reabilitação, foi concurso público estadual e que entraram quatro colegas. Isso foi bem legal, foi ótimo. Ficaram durante algum tempo, depois entraram outras, o concurso que entraram mais quatro, aí formamos oito, nove lá no Centro de Reabilitação, que ficaram morando aqui.

Participei do SindSaúde, que é o Sindicato de Saúde do Espírito Santo, dos servidores da saúde do Espírito Santo. O sindicato era muito forte e tinha colegas que participavam, acabei participando do sindicato, da diretoria do sindicato, durante uns quatro anos. Depois, a gente tinha muita necessidade da política, da criação. É aquele negócio, você começa a trabalhar, e aquelas coisas de ingerência de outras pessoas, achando que estavam fazendo terapia ocupacional sem ser terapia ocupacional, essas coisas que tem. Aí eu conversava isso muito com o CREFITO no Rio; era uma regional Rio–Espírito Santo, que tinha na época, hoje já não é assim. Aí montaram,

eles chamavam de delegacia aqui no Estado, para cuidar, para ter essa vigilância profissional, essa fiscalização profissional, e além de outras coisas; eu me propus a ajudar e acabei participando muito do CREFITO como delegada, depois fui eleita delegada regional aqui no Estado do CREFITO, fiquei seis anos nessa luta.

7.7.7 Aberturas dos cursos de Terapia Ocupacional no Espírito Santo

O meu interesse era abrir espaços para terapia ocupacional, respeitando a Fisio, que tinha também seus problemas, mas era muito de abrir espaço para terapia ocupacional. Então, ia conversar na Secretaria Estadual de Saúde, nas secretarias municipais, falando da terapia ocupacional, da importância de abrir concurso, de ajudar nesse contexto de abrir, mostrar a necessidade da população, das pessoas, principalmente as pessoas que tinham necessidade de ter esse tratamento, de serem assistidas. E aí, um pouco disso foi dando frutos, foi dando resultados em termos de abertura de concursos municipais, de vagas para terapeutas ocupacionais, não muitos, mas conseguimos alguma coisa. E do ponto de vista particular, isso tudo fui fazendo assim, né, tudo paralelo, tudo acontecendo.

Foi uma época do governo de Fernando Henrique Cardoso, a gente acompanhando muita política, foi a época da abertura dos cursos de graduação, qualquer instituição podia abrir cursos de graduação. Eu não lembro o ano, mas foi na época do governo dele, que então começou uma abertura de curso de graduação. Eu digo assim, de fisioterapia abria em todo lugar, todas as faculdades abriam curso de fisioterapia, curso de fonoaudiologia, de psicologia. Então, foi aquela abertura, uma coisa assim, o MEC facilitou demais para que autorizasse os cursos abrirem. E o que que eu via? Eu falei assim: “Gente…”, eu falei um dia para a minha amiga: “Ana, do céu, a gente vai ter que fazer alguma coisa, porque senão nós vamos sucumbir no meio desse curso, se a gente não fizer nada, nós temos que fazer alguma coisa”. Ela disse: “Mas o que você pensa em fazer?”, eu falei: “Vamos abrir um curso de terapia ocupacional”. “Cê tá maluca? Como é que nós vamos fazer isso?”. Eu disse: “Não, nós sozinhas não vamos fazer não, mas vamos conversar com o CREFITO, vamos ver as instâncias onde é que a gente pode conversar da possibilidade de abrir um curso de terapia ocupacional aqui. Como é que é isso? Como é que são esses caminhos?”. E assim nós fizemos, conversamos com o CREFITO, mas aí não deram

muita bola, só falaram assim: “Ah, tem que montar um projeto do curso e tudo mais”, deram mais ou menos as diretrizes.

Nós fizemos, a Ane era também muito preocupada com a profissão e tinha uma atuação muito boa, e ela veio da UFMG. Ela pegou e conversou na UFMG, que foi professora dela, nos deram uma assessoria de montar um projeto. Adriana Valadão nos ajudou a escrever um projeto de um curso de terapia, um projeto de graduação em terapia ocupacional. E aí nós, quando estava pronto, eu fui oferecer nas faculdades particulares. “Vocês estão interessados em montar o curso de terapia ocupacional? Assim, assim.” Fazia aquela reunião, mostrando a necessidade, a importância e tal, apresentando o curso. Levamos um monte de não, um monte que eu digo, umas quatro que nós fomos, que eram grandes faculdades aqui no estado, não se interessaram, quer dizer, eram umas cinco. Aí, uma quinta se interessou.

7.7.8 FAESA (Faculdade Integrada São Pedro)

A FAESA se interessou pelo curso, procurou, é claro, pesquisou e identificou como é que era, se interessou e começamos a conversar, como é que seria, qual era o interesse, os caminhos, nos ajudaram a estruturar o projeto pedagógico, botar nas normas do MEC, essas coisas todas, e abriram o curso de TO em 2000. Abriu, é claro, que falei: “agora o que a gente tem que fazer?”. Primeiro a gente tem que fazer um concurso, é claro, tudo orientado com uma assessoria dentro da FAESA, é um Centro Universitário particular que abraçou o projeto. As pessoas que eu conheci, nos ajudaram em abrir o curso, em promover os concursos para poder montar o corpo docente e espaço físico, tudo que precisou.

O vestibular para a primeira turma, tudo isso foi acontecendo, aí falaram assim: “agora precisa de um coordenador”. Eu fui coordenadora, porque não tinha mais ninguém para ser coordenador. A Ane falou assim: “jamais, você já foi longe demais com esse negócio, no máximo eu posso te ajudar a estudar para poder dar aula de terapia ocupacional, mas coordenar o curso, jamais. Não vou assim não”. Aí, menina, falei assim: “Gente, que doideira, olha onde é que eu tô. O que é que eu vou fazer? Eu não entendo nada de coordenação, de administrar. O mais engraçado, a gente acha que não sabe.

A minha trajetória no CREFES, fui chefe de setor, a minha experiência na clínica particular, já era uma experiência administrativa, porque eu tinha que gerenciar

todo o serviço, né? Então, eu achava que eu não sabia, mas já tinha um pouco dessas vivências e, claro, que isso ajudou bastante. Mas, mesmo assim, fui fazer um curso de administração hospitalar que eu achava que ia me dar bagagem para poder me ajudar na coordenação de um curso de terapia. Terminou, não tinha nada a ver. Eu fui fazer, fiz, mas vi: “gente, isso não tem nada a ver com nada”. O curso ficou 10 anos na FAESA.

Durante os dez anos do curso, tivemos curso de especialização em terapia de mão, nós formamos duas turmas. Em parceria com o pessoal da USP, aqueles que foram meus professores, eu chamei: “vamos, me ajuda aqui”, e vieram. Foi possível nós fazermos isso, de dar aula aqui, nas duas turmas. E duas turmas no curso de saúde mental. Conheci o Paulo Amarante, não lembro como é que eu tive contato com o Paulo Amarante, eu sei que tive, ficamos amigos e falei, “Paulo, vamos abrir um curso de especialização em saúde mental aqui, eu não entendo nada, mas já que você é você, você faz a parte pedagógica e eu fico na administrativa”. Ele topou e a gente conseguiu fazer dois cursos de especialização em saúde mental aqui na FAESA, durante esse período que eu tive lá.

Então eu tinha o CREFES, a FAESA e clínica particular, abri mão da clínica particular, não dava pra ficar nos três, lógico. Eu fiquei mais na FAESA porque o curso te absorve muito; a coordenação, a gestão. E o que que eu falo: a FAESA, com o curso, teve a oportunidade de abrir emprego para os terapeutas ocupacionais de outros estados, porque abriu concurso pra professor com isso, a cada tempo que o curso foi avançando. Então nós tínhamos, acho que mais de dez, uns dez professores, docentes, vieram, fizeram o concurso, vieram de fora, porque aqui em Vitória não tinha mesmo. Acabaram vindo pra cá e estão aqui até hoje.

Fiquei um pouco no CREFITO, depois saí, houve eleição, e os fisios assumiram. Engraçado, fiquei seis anos, claro que tinha que ter eleição; mas nenhum fisio tinha interesse no CREFITO, mas quando eu cheguei, vi que eu já não conseguia ficar mais, foi onde acabou tendo uma diretoria mais de fisioterapeuta, aí já tinha outros colegas que também da TO ficaram como vice, e eu saí. Eu saí, fiquei com o CREFES e com a FAESA. Aí veio 2007, 2008, começou curso.

7.7.9 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Em 2007, 2008, no governo Lula, veio a abertura, a reformulação e revitalização das universidades, com a abertura de cursos novos. Aqui no Espírito Santo só tem a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Então, eu falei assim: “bom, então nós vamos”; um movimento dos meus colegas da Fisio para abrir o curso de fisioterapia na UFES. Eu falei: “ah, mas vai abrir o da TO também. E nós vamos”. Fui ao CREFITO, ainda era no Rio. Conversei: “gente, abertura dos cursos, a universidade está procurando cursos, pra reforma universitária”, porque as universidades estavam com essa leva do Fernando Henrique de abrir cursos particulares, as universidades ficaram sucateadas. E quando muda pra Lula, volta a revitalizar as universidades públicas. Conversando com o CREFITO, a Sandra Pacheco, na época era vice-presidente do CREFITO II, no Rio, abraçou a causa com a gente. É claro, com mais experiência, nós escrevemos, juntei com ela, com a Ane, com outros colegas que estavam na FAESA; escondidos, a gente escreveu o projeto.

Porque nós éramos funcionários de uma faculdade particular, falei assim: “ah, gente, mas a causa é maior, então vamos fazer isso”. E nós estruturamos o projeto pedagógico, começamos a conversar na UFES, com os diretores do Centro de Ciências da Saúde, eles foram super receptivos, e nós fomos estruturando um projeto pedagógico, fomos em reuniões, conversas em 2007. Em 2008 já estava pronto, eles submeteram ao MEC o projeto e foi autorizado para começar em 2009: fisioterapia e terapia ocupacional. Foi autorizado e abriu o concurso para docentes da universidade. É claro que eu fiz, prestei o concurso, passei e não podia ficar nem no CREFES e nem na FAESA, porque era dedicação exclusiva. Eu falei: “não tem problema, tá tudo bem”. Mas aí eu já tinha feito mestrado, estava de olho no doutorado. Só dei um tempo porque veio a UFES, todo esse processo, quando a gente entrou, saí da FAESA e pedi aposentadoria do CREFES.

Eu tinha tempo de serviço, porque como eu trabalhei no Rio, durante algum tempo, e mais o tempo do CREFES, mais o meu tempo de INSS, que eu pagava devido à clínica, então, quando juntou, fiquei espantada que eu fui ver como é que eu podia sair. Sair do CREFES sem nada, porque era concursada do Estado, tinha que pedir exoneração; pedir exoneração, você sai com a mão na frente e outra atrás. Serviço público é assim.

Fui no INSS, alguém me falou assim: “mas vê como é que está a contagem do seu tempo de serviço, do seu tempo de contribuição, e pode ser que você consiga se aposentar”. Conversei, dei sorte de ser bem atendida no INSS, a pessoa se interessou

em fazer o meu processo, foi muito rápido, de fazer toda a contagem de tempo, e falou: “a senhora tem tempo de contribuição, não tem de idade, não receberia o que recebe hoje do Estado, acho que é 70%, sei lá”, eu falei assim: “ah, mas pelo menos é alguma coisa, porque senão, se eu fosse pedir exoneração, ia sair sem nada”. E assim eu fiz, consegui.

Saí em 2009, porque eu tinha que começar na universidade, eu não podia ter vínculo com nada, eles fazem todo um levantamento, então eu fiquei só esperando sair a resposta da aposentadoria, saiu, acho que um mês depois. A FAESA, conversei, falei: “olha, o pessoal era excelente comigo, conversei muito com eles. Um colega ficou coordenando, e eu fui para a UFES, estou até hoje. Depois, em 2012, fiz meu doutorado, no início, quando entrei, coordenei o curso, entrou eu e uma colega só, eu e a Terezinha, só nós duas, o concurso foi para dois professores, você imagina.

Então demos aula, menina, mais ou menos assim, nós demos aula de todas as disciplinas, ela é da saúde mental, eu da saúde física, então nós dávamos todas as aulas específicas. O básico tinha os cursos, mas as aulas específicas, nós demos bastante aula; até que tivesse o outro concurso que entrou mais. Acho que ficamos uns dois anos, exatamente, quatro semestres, dando aula direto. Depois é que houve os outros concursos, foram entrando mais professores, e a coisa foi estruturando. Coordenei o curso acho que uns quatro anos, já tinha outros professores. Veio a época de estágio, de ter campo de estágio para os alunos fazerem estágio. Como eu era mais conhecida, todo mundo: “não, você que é mais conhecida, não sei o quê, para abrir campo tem que ser você, você ser a coordenadora de estágio”.

Fui ser coordenadora de estágio, falei: “gente, foi a pior época para mim”, foi horrível, não desejo para ninguém ser coordenadora de estágio. Porque, claro, abrimos campo, conversei em todas as instituições possíveis, municipais, estaduais, filantrópicas, para poder abrir, para ter vaga de estágio, e a dificuldade porque não tinha muito terapeuta ocupacional nos locais, e a gente acabava indo para poder fazer, até que a gente conseguiu. Quando formava as turmas da FAESA, ajudou um pouco, porque já tinha terapeuta mesmo em alguns campos, e foi onde a gente conseguiu ir estruturando o campo, o mercado de trabalho. E uma coisa que legal que aconteceu: foram poucas as terapeutas que formaram, por exemplo, na FAESA, as primeiras turmas não deram muito crédito, não tiveram muito interesse em trabalhar, mas as demais tiveram, sabe, foram batalhando, foram nas instituições. E aí, como foram abrindo concurso também nas prefeituras, nos municípios, então isso deu abertura

para emprego para os terapeutas ocupacionais, é onde a gente tinha campo para fazer os estágios da universidade. Hoje, eu vejo assim, elas saem do curso empregadas, não fica ninguém desempregado.

7.7.10 Trajetória profissional

A minha área é reabilitação física, desde que me formei, atuei na área da reabilitação física. Hoje, sempre com essas características de pessoas com essas condições de saúde neurológicas, trauma-ortopédicas, reumáticas, de todas as faixas etárias. Só não faço saúde mental, porque não tenho competência para isso, não estudei. E hoje, essa coisa do recurso da tecnologia assistiva, que foi se aprimorando, evoluindo, fui estudando, cursos. O último curso de especialização que fiz, terminei no ano passado, de gestão de serviços e recursos de tecnologia assistiva. Foi um curso de especialização pela Universidade do Rio Grande do Sul, foi particular, mas foi maravilhoso, porque é o meu campo de estudo, meu campo de pesquisa, de produção. É o que eu gosto de fazer, de estudar e de passar isso, esse conhecimento para os alunos.

Como eu trabalhei muito tempo com as questões de recursos de tecnologia assistiva, de órteses, adaptações, na época que eu tinha a clínica, fiz contato muito com o cirurgião de mão daqui do estado, então eu era referência, eles mandavam os pacientes para mim, isso que eu digo para o pessoal: “foi onde eu tive um retorno financeiro muito interessante”, porque me dediquei a isso. Então, eles referenciavam os pacientes para mim e eu pude ter um recurso muito interessante, um retorno financeiro muito interessante nesse aspecto. Valorizo, eu hoje, na universidade, na minha área de pesquisa: “ah, eu quero ter orientação de TCC, iniciação científica”, então “vamos estudar alguns recursos de tecnologia assistiva”. E tem uma colega muito legal que veio da UFSCar, a maioria dos nossos colegas, docentes, formaram na UFSCar.

Temos o LAFATec (Laboratório de Análise Funcional e Ajudas Técnicas) da UFES, o laboratório de tecnologia assistiva, que eu coordeno, e o outro laboratório de tecnologia assistiva mais voltado para impressora 3D. Começamos a estudar isso por interesse de um médico daqui do Hospital das Clínicas, que trabalhava muito com impressora 3D, que nos procurou. Ele queria fazer órtese com a impressora 3D.

Fiz mestrado aqui na UFES, na Ciências Fisiológicas. Já o doutorado em Ciências da Educação, no Chile, em 2012. Vários cursos de especialização, aperfeiçoamento, fui fazendo também, pra poder me dar a base pra trabalhar, que eu achava necessidade de fazer. E deu certo, eu consegui fazer, deu tudo certo.

7.7.11 Terapreta: tornar-se negra

Olha, acho que desde sempre. Sempre eu me via. Eu vivia num mundo de brancos, lógico, apesar de eu vir de uma família de negros, de pretos. A minha mãe era branca, meu pai era preto, minha avó era preta, meus tios eram pretos. Mas sempre estudei, meus pais sempre tiveram a preocupação da educação, era eu e meu irmão; sempre teve a preocupação da educação, de nos dar, sabe, trabalhar pra nos dar educação, sempre. Nunca estudei numa escola pública, sempre estudei em escolas particulares, era um mundo de pessoas brancas. A única negra de cabelo duro, não era única, mas a grande maioria das vezes era isso. Menina, eu não sei em que momento que vou dizer se: “ah, isso te desafiou”, se foi um motivo pra desafiar, provavelmente foi, que me incentivou a estudar, a não ficar pra trás, que eu tinha que acompanhar a turma, o grupo, o meu grupo de constituição de colegas, de amigos, eu tinha que acompanhar, tudo isso me fez. Me incentivava em relação ao estudo, de estudar, em me formar, em ter um emprego.

Eu lembro que quando eu estava fazendo, hoje o ensino médio, foi o científico que eu fiz, eu nunca fiquei reprovada em nada, eu sempre consegui isso. Então eu fui do infantil ao científico direto assim, sem reprovar. Eu lembro, o que tem muito na minha vivência é isso, sempre muitos colegas, pouquíssimos colegas negros, pouquíssimos, eram mais brancos mesmo. No científico eu tinha que estudar, que aí já não tinha aquela coisa de meus pais, chegou um ponto que não conseguia pagar pra mim e pro meu irmão, então como ele era homem, ele era a prioridade de estudar, eu podia não estudar, porque eu podia fazer outra coisa, ficar em casa, tomar conta de casa, essas coisas assim. Mas eu falei, “jamais eu vou fazer isso” (risos) Eu falei um dia pra minha avó, “jamais”, e quando elas falaram: “olha, não vai dar, esse ano não vai dar”, eu já tinha completado, eu ia entrar pro científico: “mas não vai dar pra pagar a escola pra vocês dois, eu tenho que pagar pra ele e tal, não vai dar.” Aí eu falei: “eu vou trabalhar”, eu falava pra ela e pros meus pais: “mas vai trabalhar onde?”, eu falei: “não sei, vamos dar um jeito”.

Eu falei que meus pais trabalhavam fora, eu ficava com a minha avó, falei**:** “você deve conhecer um monte de gente aí que pode, sei lá, me botar pra algum lugar”. E foi um pouco assim, sabe, de que ela falasse com alguém, alguém precisava de uma secretária; fui trabalhar de secretária e no mesmo tempo fazendo científico à noite, trabalhava de dia. Pra poder me formar, fiz isso, e aí depois veio a questão do interesse de fazer o curso de terapia ocupacional já no científico, onde eu já tava nessa fase, me identificando. Lembro que meus patrões diziam assim, onde trabalhei como secretária: “você é uma excelente secretária, você deve se dedicar a isso, você se destaca”. Gente, eu lembro disso assim, como se fosse hoje, “você se destaca muito, você fala muito bem, você trabalha com muita responsabilidade”. Aí eu ficava assim: “mas eu não quero isso pra minha vida”.

Dá pra ser muito mais. Engraçado que eu me via nisso, com vontade de não ser só isso, de querer estudar pra fazer mais coisas. Foi quando passei na faculdade e trabalhava pra poder manter e pagar a faculdade, que era particular. E essa coisa da raça, sempre eu via isso, os lugares que eu estava, no meu ambiente, meus grupos, eram muito pouco. As pessoas negras, eram muito poucas. Eu não vou falar destaque não, eu era um ponto fora da curva, vamos dizer assim.

Quando fiz a faculdade, quando entrei pra ABBR, que tudo era por prova, né? E eu falei assim: “nossa, vai ser difícil, mas eu vou tentar”. E consegui passar, consegui receber por isso, tipo uma residência lá dentro, nossa, eu valorizei muito isso, muito, muito, muito, muito. Então foi muita dedicação, lembro que no último ano que eu estava fazendo a residência na ABBR, eu já estava casada. Eu decidi, conversei com meu marido, falei assim: “eu não posso largar isso tudo. Se eu vir pra cá, se eu largar, eu vou vir pra cá, eu vou fazer o quê? Vou ter que arrumar um outro emprego, vou trabalhar aqui com o quê? Não conheço ninguém, vai ser mais difícil, né?” Na minha cabeça ficava assim, vai ser mais difícil. Então, ele entendeu, falou: “não, tudo bem, vamos lá, faz e a gente vai segurando as pontas aqui”. Então foi importantíssimo eu ter feito isso, porque uma coisa que talvez eu nunca percebi, talvez como hoje é muito forte a questão de se falar do racismo, de se firmar isso, da discriminação, né? Então, eu não lembro, ou talvez eu não tenha percebido se eu tive alguma discriminação em relação à minha cor.

7.7.12 Racismo cotidianos

Menina, eu não me senti, não percebi, se teve, eu não percebi, de alguma situação que tivesse me discriminado. Não sei se eu dei sorte, não sei se eu não percebia ou as coisas eram muito veladas, sei lá, eu não percebia, mas eu nunca tive uma lembrança de que eu fui ofendida por conta da minha cor, eu não tive. Na realidade, eu não tive isso. Aliás, quando cheguei aqui, fui indicada para trabalhar, para atender uma criança de uma família de um nível social alto, mora numa ilha aqui. A gente chama de Ilha do Boi. É um lugar que é uma ilha mesmo e que tem um pessoal que tem um nível social maior, é o povo branco, uma ilha branca. E eles não tiveram nenhum problema com isso, assim, me indicaram, não sei também se quem me indicou, me indicou, sabe: “não, é ela, tem que ser, só tem ela”, não sei também se foi isso, mas na realidade, se foi, eles não deixaram perceber, não me deixaram perceber, mas eu acho que não, eu não me senti discriminada, diminuída, isso realmente eu não percebo, não tenho nenhuma lembrança de ter sofrido isso.

Acho também, não sei, se foi, eu vim para esse lugar, numa situação em que não tinha ninguém, era uma profissão e eu fui trabalhando, mostrando a terapia ocupacional e que as pessoas não podiam, não tinham o que dizer de, de negar alguma coisa, a não ser os fisiatras que eu encontrei lá no CREFES, mas não era por conta da cor, eles tinham uma postura por conta de não conhecer a terapia ocupacional e achar que conhecia, sabe? Mas não tive nenhum problema em relação a isso de discriminação, eu não tive. A única, vamos dizer assim, a única passagem que eu tive, eu lembro, foi um dia na minha casa; eu morava numa casa grande e tal, de quintal, e aí um dia passa um vendedor, me chamou, bateu no portão e eu fui até o portão para atender a pessoa e aí a pessoa falou assim: “eu queria falar com a sua patroa, ela está aí?”

Mas foi a única lembrança que eu tenho, o resto não tive mesmo. Hoje vejo o quanto que mudou, quanto que as pessoas provavelmente hoje não seriam assim, não. Eu acho que hoje, pelo que a gente vê aí no comércio, nos locais, nos ambientes, algumas coisas das pessoas não acreditarem que você tenha um nível de instrução ou que você tenha um nível social para estar ocupando aquele lugar, para estar naquele lugar. Hoje isso está muito mais forte, eu acho assim, sabe? Que é uma pena, né? Mas eu não tive, não.

Profissionalmente, não tive nenhuma experiência, vivência ou episódio de racismo durante a trajetória de estudante ou profissional, não mesmo, com alguma discriminação por eu ser uma mulher negra, eu não tive. Realmente, assim, não tive.

Se tivesse, seria isso, ficaria marcado: “não vou te dar essa oportunidade por você ser negra”, não tive.

7.7.13 Contribuições

Então, eu acho que a minha grande contribuição... eu tive momentos muito marcantes na minha carreira profissional, espaços que eu fui de construção mesmo, porque pra onde eu escolhi viver profissionalmente, não havia nada. Eu vejo que o meu grande legado profissional, vou dizer assim, foi formar terapeutas ocupacionais. Então, eu tenho mais, eu diria, mais de duzentos (200) profissionais que passaram, que eu ajudei a formar, que eu não fiz sozinha, foi um grupo de colegas, mas isso não tem preço, isso pra mim não tem preço, e eu fico muito confortável de me aposentar, de sair.

Eu acho que o que eu queria, eu consegui fazer. Eu olho pra trás e vejo a construção, sabe, o caminho que foi construído em vários segmentos, então tô tranquila com isso (risos). Pra mim, isso tem sido bem legal, sou muito grata e satisfeita por ter conseguido construir isso. Não é fácil, não foi um caminho de flores, não foi mesmo, foi difícil, mas foi possível. Falei isso essa semana na supervisão de estágio da turma que vai se formar praticamente agora. Na supervisão de estágio, aquelas reclamações do lugar, do colega, do colega preceptor, a forma como conduz, como trata o aluno no estágio, umas condutas de o aluno falar: “nessa área eu não quero, eu não vou mesmo trabalhar nessa área”, mas aí é muito por conta da postura do colega lá. Falei: “pois é, gente, tudo é aprendizado. Por que que não dá certo? Por que essas pessoas têm essa postura? Por que quê em determinado lugar vocês não têm uma visão tão deturpada da terapia ocupacional?” Porque aí eles observam que outros colegas não valorizam, outros profissionais acabam não valorizando a terapia ocupacional porque a TO está lá tendo uma postura inadequada. Então falei assim: “olha, tenham uma coisa na cabeça de vocês: existem profissionais e profissionais, existem terapeutas ocupacionais e terapeutas ocupacionais. Então não sejam terapeutas ocupacionais, sejam a terapeuta ocupacional. Eu quero que vocês sejam referência, e vocês só vão poder ser referência, a gente só vai poder ser referência quando a gente tem consciência do que a gente é, que a gente tem consciência do que a terapia ocupacional representa para o outro, para aquelas pessoas que dependem de nós, tanto do ponto de vista das pessoas que dependem de nós, quanto

das pessoas, dos colegas, dos profissionais nos espaços em que a gente for trabalhar.”

É isso. Quem sabe de terapia ocupacional somos nós. Temos que saber, temos que ter consciência e competência para ser terapeuta ocupacional, porque só ser terapeuta ocupacional não resolve. Você tem que ter competência para aquilo que você quer fazer, para aquilo que você quer construir, e isso só se faz estudando e com postura. Se você não tiver isso, realmente… as pessoas vão te notar, ainda mais a gente que é negra, a gente que é preta. Se você não fizer isso, é o que vai acontecer, não vão valorizar”.

Vejo que essas pessoas ainda vão existir, né? Infelizmente, vão existir. É uma utopia. É claro que vão ter essas pessoas também, aí a diversidade faz isso. Mas eu acho que a gente deve tentar valorizar e ser realmente competente no que a gente faz. E eu espero que você seja muito. Eu acho que vai ser maravilhoso. Eu quero ver esse seu trabalho, quero ver o resultado da sua pesquisa, pra gente marcar mais um ponto aí nesse universo de pessoas, nesse universo onde a gente circula, que a grande maioria não é da nossa cor, não é. Parece que a gente não pertence a esse espaço.

Então é isso mesmo. Eu tenho muita consciência daquilo que eu preciso fazer, do que eu quero fazer. Às vezes eu não consigo, mas eu espero um pouquinho, dou um passo atrás pra poder dar dois lá na frente. Eu sempre faço isso: “não, agora não dá”, tá bom, então eu vou recuar. Aí fico esperando e fazendo as minhas estratégias, mas daqui a pouco eu dou dois passos, sabe? Eu sempre fiz isso, sempre fui… foi um pouco assim na minha vida profissional, como pessoa. Fui fazendo isso, tanto profissional como pessoal, fui um pouco, trabalhando, vivendo dessa forma pra poder me sentir bem e ser feliz. Digo: “eu sou feliz, eu fiz isso, isso, isso”, tô bem tranquila. Então eu acho que tem que ser assim, né? Não tem problemas? Tem, lógico que eu tenho, sou humana, né? Se eu não tivesse, seria assim: Deus me livre, “você é de Marte” — não, não sou (risos), sou da Terra e tenho problemas, sim. Mas no outro lado que eu vou, meu lado profissional é, é de uma forma diferente de lidar, de viver, de conviver. Eu preciso passar isso, ainda mais no campo que eu estou, que é o campo acadêmico. Preciso estar conversando disso com as pessoas, para aquelas pessoas que eu quero justamente formar enquanto profissionais, mostrar como é que deve ser. Então é dessa forma.

7.8 Terapeuta Ocupacional Rita de Cássia Barcellos Bittencourt

" A mais escura da noite inaugura a manhã"
(Provérbio africano)

(Arquivo pessoal: foto retirada no término da entrevista, quando a Profa. Rita termina de declamar a Poesia Onírica TO e diz que precisamos registrar este momento).

7.8.1 Introdução

Eu trabalhei na Colônia Juliano Moreira (RJ) como terapeuta ocupacional concursada federal do Ministério da Saúde. É uma categoria que nem existe mais hoje em dia, porque é tudo municipal. Éramos 18 terapeutas ocupacionais atuando dentro da Colônia Juliano Moreira, promovendo a reforma psiquiátrica. Eu não dou aula sobre reforma psiquiátrica a partir dos livros, eu dou aula a partir do que eu vivi e construí.

Na época que surgiu o curso de terapia ocupacional na UFRJ, se eu fizesse o concurso na época, eu já estava já no final de carreira em termos de salário no Ministério da Saúde, faltava pouco até para o meu tempo de serviço solicitar aposentadoria especial, porque eu trabalhava com insalubridade, eu perderia. Trabalhei por vinte e cinco anos; fui estagiária, bolsista, fui tudo da Colônia, depois eu fiz concurso, passei, e fui terapeuta. O que aconteceu na época, teria que abrir mão desse tempo de serviço, daquele salário para ir para um salário muito lá embaixo que estava o salário dos docentes no início.

Essa escolha foi pensando também nos usuários, eu tinha um compromisso com aquelas pessoas. Elas se automutilavam, eram pessoas com transtorno mental grave, e eu tinha tirado elas desse lugar. E de repente eu ia embora, tchau, e deixava elas ali, em plena travessia, eu não me sentia... Dentro de mim, o meu éthos não

permitiu fazer isso. De alguma forma, foi muito difícil para mim essa escolha. Mas são aquelas escolhas que a gente tem que fazer na vida. A minha saída seria danosa a eles.

Então, foi uma escolha pessoal e profissional, foram os dois motivos que eu não fui para a UFRJ. Em 2012, quando eu estava já na última etapa do meu doutorado, que foi no Chile, apareceu o concurso para a Universidade Federal de Santa Maria, foi aí que eu fui, consegui me aposentar do Serviço Público do Rio de Janeiro e ingressar novamente no Serviço Público, porque são ministérios diferentes. E existe uma legislação que permite que você tenha duas matrículas públicas, exatamente quando você é de uma área e vai ser professor daquela área. Então, eu sou terapeuta ocupacional da saúde mental e fiz concurso para professor da saúde mental na Universidade Federal de Santa Maria. Eu nem sabia disso, mas eu sou uma pessoa de sorte.

Eu nasci no Rio de Janeiro, em Jacarepaguá, sou carioca da gema. Nasci ali, perto do Projac. Meu destino é ser *star*. (risos) Hoje estou residindo em Sergipe, moro no interior de Sergipe, docente na Universidade Federal de Sergipe, Campus Lagarto.

7.8.2 Trajetória Profissional

Cursei Terapia Ocupacional no Rio de Janeiro, na FRASCE – Faculdade de Reabilitação da Associação Solidariedade da Criança Excepcional no Rio de Janeiro. Foi em 1980. Só que minha turma se formou em 1984, eu tive que trancar a faculdade no oitavo período, voltei e me formei em 1987. Tranquei por questões financeiras e voltei. Então, sou da turma de 1980, mas concluí em 87. Minha pós-graduação, a primeira que eu fiz foi a especialização na Fiocruz em 1988 e concluí em 1989. Depois o mestrado concluí, em 2001. Aí passei um bom tempo, achava que não ia mais mexer com isso. Depois, fui fazer o doutorado em educação no Chile e concluí em 2012. Dentro da terapia ocupacional, atuo na militância do campo da saúde mental.

7.8.3 Conhecendo a profissão

Minha história de amor com a TO é assim, eu estava fazendo formação em outra área, e aí eu fui fazer um trabalho para essa outra área, eu tinha que conhecer a reabilitação. Eu estava envolvida com a formação da enfermagem, e fui conhecer a

reabilitação, que na época os nomes eram assim: logopedia, praxiterapia, eram os nomes assim. Fui nessa associação, entrei para encontrar os profissionais dessas áreas com esses nomes tão estranhos, e aí alguém disse assim: “não chama mais assim não, agora é fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional”.

A primeira sala que eu fui, foi da fisio, e encontrei uma pessoa que estava fazendo uma tração cervical, eu tomei um susto com aquilo, porque a aparência da tração é horrível, a pessoa está com uma coisa enforcando aqui assim, e falei assim: “Deus me defenda”. Aí saí daquela sala, fui para outra sala, era uma sala da fono, aí tinha uma criança que estava assim, com uma espécie de um pirulito, mas era um pirulito com uma bola, que era como se fosse uma bola de gude, era um pirulito de vidro, sei lá o quê, e estava assim na boca, e a criança estava tendo que pronunciar alguns fonemas com aquilo na boca. É, eu falei: “estou até com medo da terceira profissão”, que era o tal de TO, que ficava numa salinha lá no finalzinho. Mas eu sempre digo isso para os meus alunos, que foi o encontro com o amor da minha vida. O amor da minha vida se chama terapia ocupacional. Foi um encontro marcado mesmo, porque estou formada há tantos anos e eu nunca esqueço desse momento.

Eu entrei e a pessoa estava com um avental, um guarda-pó, como se fosse um jaleco, mas ele estava respingadinho de tinta, os dedinhos dela estavam sujos de tinta, e ela disse que estava fazendo pintura com a mão, com as crianças, fazendo estimulação sensorial com as crianças, e aí, trabalhando dessensibilização e essas coisas. E aí ela disse assim: você quer vir para ver? Aí eu fui, e ela estava lá com as crianças, sabe? Assim, as crianças riam, ela ria, eles experimentavam coisas, era uma coisa, assim, tudo com muita cor, com muita luz. O ambiente era iluminado, meus olhos brilharam.

Cheguei em casa, minha mãe era enfermeira, e eu estava me preparando para me formar em enfermagem, eu falei para ela, “mãe, eu não vou prosseguir, eu vou para a terapia ocupacional”. Ela, “tera o quê?” (risos) Minha mãe não conseguia falar o nome, ela achava tão esquisito. Ela só fez assim: “ah, meu Deus, vou ter que te sustentar para o resto da vida”, ela só pensou isso. Falou como uma sentença: “Fazer um raio de uma profissão com um nome que ninguém conhece direito, vai morrer de fome, eu já sei, vou ter uma filha aqui enfiada dentro de casa que eu vou ter que sustentar para o resto da vida, com o meu salário de enfermeira“.

Foi interessante, porque assim que eu concluí minha graduação, fiz o concurso para o Ministério da Saúde, passei, e meu salário era maior que o da minha mãe.

Depois ela passou a ser assim, a embaixatriz da terapia ocupacional, ela descrevia a TO melhor do que qualquer pessoa para qualquer um, ela tinha orgulho da filha, ela dizia assim: “minha filha não tem uma profissão comum, minha filha tem uma profissão muito diferenciada, entendeu?” Porque ela viu o quanto aquilo ali transformou a minha vida. Eu digo para você assim, que a terapia ocupacional me desenvolveu uma segunda natureza. Eu tenho a minha natureza de Rita de Cássia, e a terapia ocupacional desenvolveu a natureza de terapeuta ocupacional, que é uma natureza que foi criada, foi construída, mas eu digo para você que é excelente essa natureza criada, essa segunda natureza que a TO me cria, entendeu? Ela traz o melhor para mim, o melhor de mim. Eu gosto de ser terapeuta ocupacional, eu faço uma coisa que amo e ainda sou paga por isso. É sensacional!

Eu já fiz trinta e sete anos de formada, e eu falo dessa profissão com esse brilho. Enquanto a maioria das pessoas diz, “ai, não vejo a hora de me aposentar, acabar logo com isso”. Eu falo dela com essa paixão toda.

Sempre atuei na saúde mental, em 1988, bem recém-formada; eu me formaria em 84, 85, teve esse problema que eu não consegui concluir; estava no oitavo período, tive que sair porque não conseguia pagar. Quando voltei, os professores todos me conheciam, eu tinha sido monitora de todos eles. Embora recém-formada, as pessoas me conheciam, me achavam uma excelente estudante. Então, eu voltei, fiz o meu último ano e rapidamente, em 88, eu recebi um convite para dar aula, como auxiliar de ensino.

Em 88, eu tinha um ano de formada. Comecei a dar aula, uma professora estava tendo problemas de saúde e aí ela estava faltando muito e eles me chamaram para substituí-la. Eu fui professora substituta primeiro, auxiliar de ensino, era para ir embora, depois que a professora voltasse, só que os alunos gostaram tanto das minhas aulas e fizeram uma abaixo-assinado para eu ficar.

Eu assumi aquela turma, fiquei professora dando aula no curso por um ano, a outra professora que foi para outra turma. O curso extinguiu muitos anos depois, mas fiquei dando aula até o último momento, porque teve uma rota de extinção de curso de TO muito grande nos anos 90, por conta da questão socioeconômica e tal, daquele plano cruzado, plano real, plano não sei o quê. Os cursos de TO, a maioria eram privados, quase não tinha nas universidades públicas, então os cursos fechavam ao sabor da economia, né. E aí foi, a minha vida acadêmica se construiu a partir de 88 com duas áreas principais: Fundamentos da terapia ocupacional e Terapia

Ocupacional e Psiquiatria, na época nem em saúde mental; na época a formação era assim, depois que passou para terapia ocupacional em saúde mental, mas sempre nesse campo, nessa militância. Mais recentemente, quando eu estava na Universidade Federal de Santa Maria, comecei a trabalhar já com TCC e com ética, mas eu gosto mesmo de trabalhar é com Fundamentos e Saúde Mental, é minha paixão, adoro fundamentos de TO. Recentemente a questão quilombola é um trabalho que eu desenvolvo com pesquisa, na pesquisa e na extensão. A gente criou um observatório de ações afirmativas para a população quilombola na universidade**;** esse observatório não passou em branco na gestão, o reitor chamou, me chamou, e aí eu estou fazendo parte de um grupo que está criando observatórios para a universidade de combate ao racismo e fortalecimento das ações afirmativas. Eu sou uma defensora árdua, porque eu sei o que que eu tive que enfrentar por não as ter.

7.8.4 Terapreta: tornar-se negra

Então, é uma trajetória interessante, porque eu sempre me soube negra. Sempre. Mas não do jeito que a sociedade espera. Eu nunca me vi como excluída, como vítima, como menor, como sem acesso. Eu nunca me vi assim, entendeu? Se acontecia qualquer coisa que me levasse para esse caminho, o meu entendimento era que o erro estava naquela situação, naquelas pessoas, não em mim. Entendeu? Eu sempre me vi assim. Eu adoro a cor da minha pele. Meu Deus! Eu gosto da versatilidade do meu cabelo, que ele fica liso, que ele fica cacheado, que ele fica crespinho, que ele fica espetado, que ele fica... Eu gosto dessa versatilidade. Eu não tenho problema algum com isso. Eu gosto dos meus lábios enormes, mesmo quando não era moda.

Eu sou do tempo que a moda era não ter. Eu sempre achei bonito. Então, quer dizer, os meus traços pretos, eu gosto deles e estou em paz com eles. Então, estando com as pessoas, eu não me via diferente delas. Eu sempre me vi negra, mas aquela história do bípede pensante, sempre assim. O ser negra é uma condição de humanidade minha, não é uma condição à parte que me inferioriza, ou que me… sabe? Eu entraria na fila novamente sem problema, entendeu? Eu entrava nessa fila novamente. Mas dessa pretitude, eu entrava de novo, sem problema algum. Ser negro é um desafio, porque às vezes, falo para as pessoas assim: “por que que quando tem várias pessoas num ambiente, você diz assim ‘aquele negro’, ou ‘aquela negra’? E

por que você não diz, e aquela branca, e aquela não sei o quê?" Entendeu? Então, quer dizer, por que que essa minha condição de humanidade, ela tem sempre que ser trazida à tona, né? Um grupo que tem outras pessoas com outras condições humanas. Então, a minha condição é tão humana quanto de qualquer um. Agora, eu sei, é claro, que o racismo existe, eu não sou ingênua de achar que não existe, mas eu gosto de desconfortar o racismo.

Eu gosto de desconfortar o racismo, sabe? Eu não gosto de pactuar, eu não quero que eles se sintam confortáveis em me humilhar. Eles podem até tentar, mas o êxito não cabe a eles, cabe a mim. Vou trazer o desconforto para a arena, essa é a minha metodologia. Não cabe a mim!

Você falou agora do reconhecimento, tem uma coisa a terapia ocupacional brasileira, saiu do Rio de Janeiro de cabeça baixa, porque a escola de reabilitação do Rio de Janeiro fracassou, era uma instituição privada (ABBR), e a USP foi criando os cursos, a maioria com incentivo migrou. E aí foi migrando para São Paulo. Eu me lembro de ter ido a um evento, acho que foi o primeiro ou segundo encontro de docentes do Brasil, se não me engano, foi em Porto Alegre; eu me lembro de uma coisa que as pessoas diziam assim, "as terapeutas ocupacionais de São Paulo vão esmagar você". Aí eu falei, "por quê?" Mas por que vai me esmagar? "Não, porque nós somos de outro estado, não tem vez quando as paulistas chegam". Eu falei assim: "olha, pelo menos não me lembro de ter nenhuma palavra extra no meu diploma, tá escrito bacharel em terapia ocupacional, não botou terapia ocupacional menor, terapia ocupacional. O que está escrito no título é o mesmo". E aí eu falei: "ah, porque quem vem de escola privada, quem não sei o quê". Foi um falatório. "Olha, vou continuar sendo a profissional que eu sou, vou continuar fazendo as coisas que eu faço", levei muito tempo assim ouvindo essa narrativa de que quem é de instituição privada é docente menor".

Quando eu fui para a Pública, ainda tinha essa narrativa, tanto que uma vez me perguntaram: "mas por que que você não foi para o Rio de Janeiro?" E aí as pessoas não sabiam que eu era servidora federal. As pessoas achavam que eu não tive coragem de fazer para o Rio e fui fazer para Santa Maria, entendeu. E não foi nada disso, foi uma questão de percurso mesmo, né. Eu tinha que garantir aquilo ali, eu já tinha tempo de serviço, foi logo que me formei em 87, entrei no Serviço Público, tudo ao mesmo tempo. E aí eu não queria perder aquele tempo de serviço, porque não acumula o que vem do Ministério da Saúde e com o Ministério da Educação,

ministérios diferentes, cargos diferentes, não acumula. Se fosse no mesmo Ministério, eu cheguei a investigar isso, que eu até faria e depois puxava. Eu ia perder todo aquele tempo, imagina.

7.8.5 Racismo cotidianos

Não houve. Eu sempre fui CDF e eu tinha um professor preto de Física. Ele era um muso de todo mundo. Todo mundo era doido por ele. E, realmente, não sofri nenhum racismo dentro da universidade, até porque você vê, fui indicada para ser professora depois, logo depois. Hoje estava pensando nisso, na hora que eu falei: eu vou falar da entrevista, houve um momento que não é que tenha sido, assim, e foi proferido. Foi a hora que eu vi o preto da história. Nós estávamos na foto. Sabe aquelas fotos de formatura? Eu tinha mais duas colegas pretas na turma (Sueli e ?). E aí, nós fomos enfileirar para fazer a foto e, na hora, por obra do acaso, nós três nos enfileiramos, as três pretas. E partiu de uma colega preta o pedido de que a gente se separasse para não botar tanto preto junto.

Partiu dela, “não, precisa branquear mais a foto, se não fica muito preto nesse canto”. Porque a gente estava, assim, do meio da foto pra cá, digamos assim, para o lado direito, a gente estava um pouquinho mais na ponta. Estávamos as três assim e ela me falou isso. Naquele momento, eu senti o peso do racismo e vindo de uma colega que era preta, quer dizer, desconfortável. Porque a mim, sabe, eu estava super tranquila, eu estava entre colegas, entre pares. Mas a ela afetou muito. E eu era toda boazuda. Sabe? Toda bonitona de corpo, toda bem arrumada, sempre fui muito bem arrumada. Quer dizer, não era nem que dissesse que eu estava meia... Estava de salto alto, estava toda bonitona, o meu cabelo bem arrumado. Sempre toda diva. E aí, tipo, em casa estou sempre de batom. São manias, né? Então, eu gosto de divar. (risos) E aí, eu olhei e falei assim: “Nossa, mas não briguei com ela, mas eu conversei. Isso eu nunca esqueci, foi com a Sueli, uma colega minha.

Porque eu tinha visto assim, o quanto que essa pessoa é atingida. Aquilo me marcou, não a mim. Assim, eu não me senti mal por aquilo. Eu, Rita. A empatia em mim mexeu, de ver o tanto que aquela pessoa, que é preta, não se sentia bem perto de outros pretos, precisava branquear ao redor dela para ela se sentir melhor vista. Entendeu? E aquilo... Eu olhei, falei: “nossa, Su, que coisa triste você acabou de dizer”. Ela “não, você até que é arrumadinha. Aí, olhou para a outra que era mais com

uma aparência mais pobre, Entendeu? Porque tem também uma coisa interessante que é as dificuldades, elas também têm dígito de conta bancária também. Porque eu acredito também que eu sofri menos, porque minha mãe era enfermeira e meu pai era polícia federal, entendeu? Exatamente, tive mais acesso. Eu sofri menos por isso. Quer dizer, não é que não teve. Teve. Mas não era... Mas os dígitos.

Faz diferença. Nosso país tem os colorismos, que é o tom da pele. Quanto mais preto, mais sofre. Quanto mais claro, sofre menos. Eu já ouvi pessoas dizer assim, “não, você não é bem preta”. Entendeu? Eu já fui clareada em algumas situações, né...

Eu já fui clareada: “Não, você não é exatamente preta.” Eu falei: “como assim? Mas, de acordo com a situação, é interessante isso, né? Mas tem um outro lado, assim, que é muito rico, que não é da minha formação, que é do momento atual que eu estou passando, que é fazer parte da banca de heteroidentificação. Essa experiência é sensacional, entendeu? Dura, dura. Porque a gente vê pessoas se fazendo passar por negro, não sendo.

As pessoas não sentem desconforto nenhum, elas acham que isso é um plus. Nunca entenderam que é uma reparação, elas nunca entenderam que é uma reparação. Elas acham que é um plus. Assim: “ah, eu quero tirar essa vantagem”, entendeu? Já ouvi narrativas assim: “você não precisou e está aqui”. Aí eu falei assim: “pois é, eu defendo as cotas exatamente porque eu não vivenciei o período de cotas, e eu sei as travessias que eu fiz. E eu acho que as pessoas não merecem essas travessias. Elas têm o direito de estar em outro lugar, de estar mais bem colocadas na vida!”

Percalços, os critérios. Mas foi interessante porque eu estudei mais sobre a minha etnia. Foi legal também desse lado. Estudei mais, né? Me autoconheci, me autorreconheci mais. Foi interessante também.

Como profissional aconteceu também um episódio interessante. Eu era terapeuta ocupacional do Ministério da Saúde, e sou “niseriana”, né? Sigo o ideário de Nise da Silveira. Eu assumi um ateliê chamado Ateliê Gaia, que na época era Ateliê Nise da Silveira; a gente mudou por causa do ateliê lá do Engenho de Dentro, para não dar confusão, a gente mudou para Gaia. Na época, o Museu Bispo do Rosário, que se chamava Museu Nise da Silveira; na época, lembro que tinha o diretor técnico, o diretor de museu e a direção técnica do museu, a coordenação técnica do museu. E aí as pessoas lá usavam muito essa coisa do título, que era doutor, doutora, não sei

o quê. Então tinha a doutora Rita Bittencourt, que era a diretora técnica da parte terapêutica do museu, o outro que era do acervo, e tinha a parte técnica, que era eu. É interessante porque na sala tinham duas pessoas, uma mesa ao fundo, que era a minha, e ao meio, ao lado da minha, tinha uma mesa menorzinha, um pouquinho, que era a mesa da secretária. As pessoas se dirigiam à secretária que era loura, e as pessoas se dirigiam a ela, “é a senhora doutora Rita?” E aí a minha secretária olhava e dizia assim: “doutora Rita, eles querem falar com a senhora”. E eu sempre notava uma certa surpresa.”

Nunca me aborreci com isso, no fundo, para te falar a verdade, eu me divertia com a cara das pessoas. (risos) Eu me divertia com a cara das pessoas, porque elas não sabiam onde colocar as mãos quando isso acontecia, entendeu? Porque algumas pessoas entravam e diziam assim: eu vim aqui para falar com a doutora Rita. E aí a secretária dizia: “está ali, não sei o quê”. Outros iam para ela, quer dizer, tinham duas pessoas na sala, uma era a preta e a outra era a loura. Então, obviamente que a doutora Rita é a loura. E aí direto a ela: “oi, doutora Rita, é a senhora, não sei o quê”. Eu convivi com isso, mas eu acho que ficava muito desconfortável para ela, para a secretária. E aí a Beth mandou fazer uma tabuinha de madeira (risos) e botou lá “coordenadora do serviço” e botou em cima da mesa e botou de “secretária”.

Porque ela sempre tinha que estar explicando, volta e meia aparecia um incauto. Mas eu sei que isso vem de um lugar do racismo, que a pessoa, quando vai procurar a doutora, ele vai procurar uma pessoa de uma tez mais clara e nunca uma pessoa de uma tez mais escura. Mas graças a Deus que isso está mudando e eu quero que preteja bastante os lugares onde os doutores estão.

7.8.6 Contribuições

Bom, por ter sido a primeira pessoa a construir um ateliê terapêutico ocupacional dentro do Ministério da Saúde, que foi dentro da Colônia Juliano Moreira. O ateliê terapêutico Gaia existe até hoje, e eu fui a fundadora desse ateliê. Me aposentei, mas ele permanece lá, graças a Deus. Acho que a terapia ocupacional deve me agradecer por dois feitos importantes. É importante que as pessoas saibam desses feitos: fui a terapeuta ocupacional responsável pela inclusão da terapia ocupacional no Sistema Único da Assistência Social.

Porque eu era conselheira federal na época, gestão 2008-2012. E aí, tínhamos nós duas da saúde mental, eu e Carlene Borges quando a gente estava montando as especialidades. Eles me pediram para ficar com a área social, porque, como eu transitava muito por essa questão étnico-racial, sempre vivi algumas coisas, território, essa coisa, e ela era mais terapeuta ocupacional de consultório de saúde mental e também tinha sido gestora de saúde mental. Então, ela ficou com a saúde mental, e eu fiquei com a assistência social. Aí, eu fiquei com a TO social. E aí, naquele período, eu convidei colegas como: Denise Dias Barros, por exemplo, uma parceirona minha, amiga, organizei todas as visitas das terapeutas ocupacionais brasileiras, para participarem das discussões da criação do Sistema Único de Assistência Social, criação das profissões do Sistema Único de Assistência Social. Então, a terapia ocupacional está dentre essas profissões, graças a esse esforço da conselheira federal Rita Bittencourt.

Eu tenho orgulho disso. E a outra coisa é que se existem especialidades em terapia ocupacional, foram resultado do meu trabalho, Carlene Borges, Mário Batiste, Iremar Capellini e da Roberta Barbosa. E colegas do Rio Grande do Sul também. Nós criamos o GT Nacional para estudar as especialidades da terapia ocupacional. E fizemos um enfrentamento eu, Carlene Borges e Mário Batiste, fizemos um enfrentamento da fisioterapia. Eram seis conselheiros de fisioterapia contra três da terapia ocupacional. E nós fizemos um enfrentamento para conseguir garantir as especialidades. As pessoas podem ter crítica com as especialidades, mas elas não sabem a travessia que a gente fez para criar as especialidades.

A luta por detrás disso é muito grande, isso é feito oficial. E a outra, oficial também, que eu tenho muito orgulho, nós fizemos um pedido ao CREFITO que está arquivado, mas ele está lá feito, que foi um pedido para fazer a análise da separação do conselho. Fizemos um pedido por escrito, formalizado. Eu tenho esse documento, eu tenho uma cópia desse documento aqui nos meus documentos, eu posso até mandar para você. Foi um pedido de estudo da viabilidade da separação do COFFITO, ficar o CFTO, já tem até nome, CFTO, e o deles.

Então, também é uma coisa que eu tenho muito orgulho é de ser professora de terapia ocupacional. Eu fico sempre pensando, na hora que eu chegar diante do grande júri, depois que eu fizer a passagem, tiver algum grande júri, “o que que você fez na vida?”.

Eu digo: “eu fui professora”. Eu acho que as portas se abrem. (risos) Porque eu acredito, que para cada aluno preto que me viu naquele podium ali, naquele lugar, eu acho que eu fiz a diferença, eu sei que eu fiz. E além de tudo, de ser a preta e de ser a chiquetésima. Sem recalques, entendeu? De boa. Porque não tem aquela narrativa de drama.

Fora do lugar da dor e fora do lugar da infelicidade, numa outra construção teórica, numa outra construção da cientificidade, né. Ah, eu esqueci de dizer também, no momento da minha vida profissional. Esse ano é o segundo, publiquei três livros: esse da dissertação de mestrado: “Representações Corporais de Doentes Mentais Institucionalizados: Um Olhar em Terapia Ocupacional”; em 2016 “Delicadas Tessituras: a Construção de uma Rede de Saúde Mental”, fiz com meus alunos. E mais recentemente esse “Entre Fitas, Rezas e Zabumbas: Recorte da Cultura Popular Lagartês”, da cultura popular, só com desenhos a gente fez com os colegas do Conselho Municipal de Cultura e lançamos agora esse livro, concorri à lei Paulo Gustavo, conseguiu o recurso, fizemos o livro. Será distribuído para as escolas municipais de Lagarto. As escolas vão receber esses livros e as crianças vão utilizar como livro didático.

Bom, meu coração se enche de esperança quando eu olho para você, né? Porque eu espero que um dia você esteja nesse lugar de docente, contando narrativas para outras pessoas. Eu fico muito emocionada quando eu vejo o futuro da minha profissão diante de mim. Então, eu só tenho a te agradecer. Eu quero que você faça um print disso agora, pra não esquecer deste momento.

7.8.7 Poesia Onírica TO

Há mais de 30 anos, quando desperto, tenho a saborosa sensação de estar construindo a história da minha profissão.

E como uma escafandrista, mergulho nas profundas águas desse oceano do ser terapeuta ocupacional.

Faço isso por nós, por mim, por todas e todos que virão, pelos que virão.

Como parte desse exuberante cortejo, sou tocada por uma grinalda de eras, onde sinto que cada uma das primeiras pensadoras e praticantes da terapia ocupacional na história mundial e nacional deslizam sinuosa e delicadamente, dançando sobre a minha cabeça, sussurrando estratégias, sugerindo paletas de cores e matizes, enfeitando com tons o meu cotidiano, num transbordamento de ideias, inventividades, genialidades, amores e tremores.

Assim como uma deusa aquática, a terapia ocupacional, ah sim, eu sei, ela é uma mulher que navega, cavalga e flutua, pousa no ar sobre os meus ombros e, num rodopio estonteante, acontece o estanque mágico do cuidado ocupacional. Sim, é assim que acontece.

Sou terapeuta ocupacional por escolha, sou terapeuta ocupacional por paixão, sou terapeuta ocupacional sem prestidigitação.

Sou terapeuta ocupacional porque essa é a minha digital no mundo, porque esse é o grande mirante por onde os meus grandes olhos vislumbram cada pôr do sol, cada centelha de luar, cada alvorecer na linha do horizonte.

7.9 Terapeuta Ocupacional Marcia Cabral Da Costa

"Quem cruza o rio é pra se molhar"
Provérbio africano

(Imagem retirada das redes sociais)

7.9.1 Ancestralidade

Nasci e vivo no Rio de Janeiro. É fundamental deixar viva a ancestralidade. Nenhum ser se torna um ancestral se a gente não preservar a memória, a trajetória. Aí é isso, morre e realmente morre, esquece, né? Então, para que não morra, a gente precisa realmente fazer esse processo de preservação da memória, da história, para eternizar, eternizar uma passagem na vida, no planeta, né. Diferente das concepções universais, não é uma ancestralidade reduzida no individual, é um aglomerado de seres que vieram antes e que vão, às vezes, focando naquela existência, mas essa existência é um composto de muitos outros ancestrais que nos antecederam. Isso é fundamental mesmo para nós. O que a gente vai ver são só rostos brancos na terapia ocupacional, só nomes brancos, né. Então, é fundamental mesmo a gente fazer esse trabalho de não deixar que morra.

7.9.2 Conhecendo a profissão

Bom, então me formei numa universidade particular, Castelo Branco, em 1997 em T.O, quase dois anos depois de ter formado em fisioterapia. A universidade fica numa região mais periférica, zona oeste aqui do Rio de Janeiro, que é uma região mais pobre. Fiz primeiro fisioterapia, no processo de graduação em fisioterapia, comecei a fazer projeto junto com colegas de terapia ocupacional, que a gente fazia algumas disciplinas, como de anatomia, essas disciplinas comuns.

Mas foi na experiência de projeto que eu fui me encantando pela terapia ocupacional. No meu último período de fisioterapia, comecei a puxar disciplinas de

terapia ocupacional, e um ano e meio após concluir a fisioterapia, eu concluí a terapia ocupacional. Eram mais algumas disciplinas de estágio, e algumas outras mais específicas. Então, era uma faculdade particular, eu vou para a pós-graduação, eu busco a universidade pública. Acho que vale dizer que a universidade pública, para o meu contexto familiar, que era pobre, não tinha essa referência; tipo, de educar para o filho entrar na universidade, então, o máximo foi pensar nessa faculdade particular, que era perto da minha casa, que na época não era ProUni, na época era crédito educativo. Era o programa do governo pela Caixa Econômica Federal, então a gente pagava mensalmente um valor menor. E aí, me formo, no meu processo de estágio sempre foi em serviço público, a minha trajetória foi no campo da saúde mental, embora, venho da fisioterapia (risos), me formo pela saúde mental, me apaixono pela TO social, e paro de trabalhar com reabilitação física, né.

7.9.3 Trajetória Profissional

Minha experiência num serviço de saúde mental público, começo a entrar em contato, eu fazia um estágio integrado em saúde mental que são diversas áreas, como se fosse uma residência multiprofissional, só que em nível de graduação aqui no Rio de Janeiro. É na experiência de estágio que eu começo a também vislumbrar uma formação de pós-graduação em universidade pública. Em contato com os colegas de estágio, porque também no Rio de Janeiro a gente não tinha universidade pública, a gente só passa a ter uma instituição pública em 2009. Então, é nesse estágio que eu trabalhei no Instituto Nise da Silveira, que era o antigo CPII- Pedro Segundo (está correto?) trabalhei no Estado, que era o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro, nessas duas instituições de saúde mental.

Então, a gente sempre teve curso particular em três faculdades no Rio de Janeiro, que era a SUAM e acabou, ficou a Castelo Branco no subúrbio do Rio em Realengo e a Pestalozzi em Niterói, em cidades diferentes. E aí eu então começo a me interessar, não tinha na minha época esse boom da residência multiprofissional; me interesso na verdade, saio sem perspectiva de fazer especialização, mestrado, doutorado, isso não estava no meu campo, e começo a trabalhar.

Começo a trabalhar, o meu primeiro trabalho informal, a partir da experiência de extensão num projeto com o nome Ser Menina, que era um projeto voltado para adolescentes, uma perspectiva de se pensar estratégias de prevenção de gravidez

precoce, enfim. Então, é nesse projeto, inclusive, que eu realmente me apaixono pela terapia ocupacional, porque eu era extensionista da fisioterapia. As adolescentes, ninguém queria vir para terapia, porque era uma coisa chata. Tá entendendo? Aquela coisa assim: “vamos avaliar a postura”.

Muito mecanicista, né? Eu via as adolescentes assim super empolgadas para ir para o grupo com a terapia ocupacional, para fazer sabonete, aí eu falei “ai, gente, eu não quero mais isso” (risos), mas eu concluí a fisioterapia e fui puxando a terapia ocupacional.

Na formação ainda de terapia ocupacional, um projeto de extensão também, chamado Microescola, era também com adolescentes que tinham dificuldades de comportamento, de aprendizagem, transtornos de comportamento, nem tinha esse nome—TDAH, não tinha nada disso naquela época. A gente trabalhava também junto com o serviço social, fazendo grupos de atividades. No ano seguinte, no final desse projeto, a coordenadora do projeto cria um outro projeto com financiamento (não lembro qual era a fonte do financiamento), ela me contrata como terapeuta ocupacional porque eu me formei, era um projeto de fotografia para adolescentes também. E no ano seguinte, eu escrevo e participo, era Economia Solidária.

No ano seguinte escrevo um projeto de informática em parceria com uma ONG, começo a coordenar esse projeto e contrato uma terapeuta ocupacional para trabalhar nessa mesma pegada, de fazer grupos com os adolescentes, e no ano seguinte, escrevo um outro projeto de agentes culturais da cultura hip-hop. E aí a gente contrata os professores de hip-hop e sempre com um grupo de serviço social e terapia ocupacional para abordar as questões das adolescências, né. Então, eu começo a trabalhar de modo informal; no ano seguinte começo a trabalhar num programa de Reabilitação Baseado em Comunidade (RBC), em Vigário Geral, numa comunidade que na época tinha uma história da chacina de Vigário Geral. Então, foi criada uma ONG - a Casa da Paz; essa ONG começa a contratar equipes, na época não era da Secretaria da Pessoa com Deficiência, que hoje é mais recente. No Rio de Janeiro era da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A gente começa a fazer todo esse trabalho na comunidade, então fico durante uns dois anos, primeiro em Vigário Geral, Parada de Lucas, depois eu mudo de equipe, venho para o centro da cidade do Rio de Janeiro, e começo a coordenar uma equipe de RBC também, na região do Estácio, no centro da cidade. Meu trabalho sempre foi nessa interface com a arte, com a cultura, com a experimentação de

atividades, sempre foi essa pegada. Eu fico durante um tempo, aí começa a mudar a prefeitura e pedir para que as equipes comecem a fazer campanha pra prefeito, e aí eu falo: “não, não tenho como ficar”, peço para sair. Um mês fora desse serviço, as pessoas que eram da presidência da FUNAR, que gerenciava o programa de reabilitação baseada na comunidade, ficou sabendo que eu tinha pedido para sair exatamente porque não estava de acordo com a atual política da instituição, aí falou, “vem para cá”. Então fui trabalhar na Fundação Leão 13, que era um projeto social também, de trabalho de mapeamento das famílias em situações de vulnerabilidade, era um “programa do leite”, que era uma proposta de mapear as vulnerabilidades e pensar um apoio com dispensação de leite. E aí eu fiquei uns três meses na Fundação Leão 13.

Nunca fiquei desempregada, nunca. Sempre consegui estar num trabalho muito alinhado à minha ética. Falei: “não, eu não vou trabalhar de um jeito, que eu vou ser contra aquilo que eu acredito”.

Enfim, três meses depois que eu estava na Fundação Leão 13, sou chamada por um concurso que eu tinha feito do município. É quando vou para o Nise da Silveira, eu fui trabalhar no ambulatório Nise da Silveira, dentro de uma oficina de artes, fico acho que durante um ano e meio, quando sou chamada por um outro serviço do hospital, que hoje não é mais como era; era um complexo de saúde mental, sou chamada para um serviço de Hospital Dia. Na época nem era CAPS, era Hospital Dia ainda. A diretora vai na oficina, porque eu comecei a fazer um trabalho com os usuários de participação na cidade.

Então fazia todo um projeto terapêutico, porque eles queriam ficar todos os dias na oficina, eu falei: “cara, vamos pensar assim pela cidade”. Aí era do lado de um SESC. A gente começou a ver cinema no SESC, aquelas coisas, várias atividades no SESC, até que o SESC pergunta se a gente não gostaria de fazer uma exposição dos trabalhos que eles desenvolviam, aí a gente fez uma exposição de arte com a produção deles, e isso ganha uma repercussão no território e no próprio hospital, aí a diretora desse Hospital Dia vai lá e fala: “quero você lá no nosso serviço, nosso serviço está muito engessado, que não sei o que”. Aí eu vou para esse serviço e, ao mesmo tempo, sou chamada para trabalhar no CPRJ, do concurso do Estado. Aí eu vou trabalhar no CPRJ, na enfermaria de crise e começo esse trabalho na enfermaria de crise, gerando cor naquela enfermaria, que era muito branca.

Então começa a movimentar e dali a gente começa a fazer algumas ações fora da enfermaria, construindo ações culturais de ciranda, de Movimento da Luta Antimanicomial, a gente fazia umas cirandas, ensaiavam dentro da enfermaria e conversava com os médicos: “quem pode sair e tal”. Ia para a rua com a equipe, com eles. Então o diretor foi se encantando e me chamou para coordenar as ações de atividades, e nisso faço a seleção para o mestrado em psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Eu tinha feito antes a especialização na UFF, num programa de psicologia, então eu faço a especialização; quando entro na especialização levo aquele choque, porque a minha realidade era de faculdade particular. E aquela sensação que hoje, com as nossas discussões racializadas e tal, eu entendo que era efeito do racismo, porque eu me sentia burra, eu não me achava competente.

Não vou conseguir terminar, aquela experiência de sofrimento absurdo na especialização. Faço a especialização, ainda estava na FUNLAR, no RBC. Quando sou chamada para o Estado, também vejo que fui aprovada no mestrado da UFF, de psicologia. Aí eu falei: “e agora, o que que eu vou fazer?” Porque eu tinha feito concurso para o município, tinha sido chamada pelo Estado e aprovada no mestrado, tudo público, os dois vínculos estatutários, não era temporário. Eu falei, “não tenho como dizer vou largar o trabalho X para fazer o mestrado”. Não era essa a minha realidade, já tinha filhos e tal, então era outra dinâmica, né. Então, vou conversar, com o diretor do Estado, tinha uma fama de ogro, porque ele exigia que trabalhasse quatro dias, não adiantava quatro turnos, tipo dois dias inteiros, tinha que ser quatro dias, né. Chego para ele e falo: “olha, eu vim aqui conversar, eu passei no mestrado, mas também tenho o Nise da Silveira e eu gostaria muito de trabalhar aqui, não gostaria de abrir mão de nada e nem do meu mestrado. Eu me disponibilizo a sentar com os terapeutas ocupacionais, com os outros trabalhadores que lidam com as atividades, musicoterapeuta, educador físico e outras áreas ligadas às atividades, da gente fazer grupo de estudos e tal”. E aí ele topa “quanto tempo que você precisa?”. Aí eu falei, não lembro na época quanto que faltava, ele falou: “não, vai, faz o seu mestrado tranquilo e tal”.

Com isso, cara, eu botei o hospital lá em cima, porque eu sou uma pessoa muito grata. Quando as pessoas me dão a mão, me dão oportunidade, me auxiliam, então eu sou muito grata. E a minha forma de agradecer é dizer o seguinte: “tu vai ficar muito feliz porque você me ajudou” (risos), aí, cara, eu botei o hospital lá em

cima. O hospital ficou assim, conhecido pelas ações que a gente fazia. Ficou uma referência. Aí eu termino o meu mestrado, a gente continua trabalhando.

7.9.4 Terapreta: tornar-se negra

Bem difícil e muito tardio, pela coloração da minha pele você já deve perceber que eu sou fruto de uma relação interracial, né. Meu pai preto e minha mãe branca, meu pai preto, conhecido como um preto de alma branca. Porque era um preto muito educado, que tinha uma linguagem rebuscada, embora de origem social desfavorecida. Mas meu pai era muito inteligente, muito trabalhador e muito cortês, muito permissivo para os racistas. Por não fazer nenhum tipo de enfrentamento, ele era “um preto de alma branca”, né, com uma fala racista.

Eu sou a filha mais velha de três filhos. A discussão sobre a questão de negritude, identidade negra, não era uma questão na minha família, só vou, na verdade, me identificar como mulher negra quando estava no doutorado, acho que foi em 2010 para 2011. Começo a me aproximar, de pessoas falando da cultura negra, da identidade negra e tal, e essa coisa de relacionamento interracial, então vou muito devagarzinho, acho que a partir de 2010 me aproximando sobre isso, mas sem muita consistência. Eu acho que foi mais depois, em 2015, que começo a me aproximar um pouquinho mais, porque como diz Neusa Souza Santos, é um “tornar-se negra”, né, não “é acordei negra”! Então, começo me aproximar mais dessas discussões, a procurar mais, a estar mais em espaços que tinham pessoas com debates sobre as questões raciais e tal*, vou me interessando, por isso acho que quando eu crio o laboratório em 2018, que eu acho que aí sim.

Eu entro com força, entro com tudo. Começo a ver inclusive algumas dificuldades de sustentar algumas relações de amizade, de proximidade no meu campo de trabalho, porque eu vou começando a identificar o racismo, né. Vou vendo também os racismos que aconteciam desde a infância, quando me comparavam com a minha avó, a mãe do meu pai, que hoje pra mim é motivo de orgulho, sabe.

Eu experimentava de uma forma muito negativa, porque quando eles queriam chamar minha atenção, eles me chamavam pelo nome da minha avó: “ah, velha Beatriz”, eu tinha essa experiência, de vivenciar muitas vezes essas situações de racismo, tanto do meu pai, quanto comigo no sentido de tentar prender o cabelo, né,

então a minha tia que fazia de tudo pra que eu ficasse com coque lisinho, né e tal. Isso sem considerar a dor na cabeça da criança, e ai de mim que eu reclamasse.

Depois, vou retomando as memórias e vendo várias situações de racismo dentro da família, mas esse processo de me nomear mulher negra, ele veio de forma muito tardia, talvez mais em torno de 2015, sabe? Aí eu começo realmente a afirmar os meus traços, né? Não alisar mais cabelo, né? Que até então era alisado ou mesmo deixo de alisar. Mas aí começo a não deixar, jamais ficaria solto, volumoso, então molha, molha, molha e prende, né? Sempre esses processos de apagamento, né? Dos traços, dos fenótipos, então acho que foi bem tardinho mesmo.

7.9.5 Racismo cotidianos

Tinha até comentado da minha experiência de me sentir burra, tanto na especialização quanto no mestrado, né? Foi uma experiência muito forte, uma experiência de pessoas muito próximas de mim, que me chamavam de burra, sabe? Tipo, “amigos”. Me chamavam de burra, mas eu não entendia isso como racismo, entende? Eu entendia isso como um desconforto, eu entendia isso como lugar de burra, porque eu me sentia burra mesmo, me sentia burra. E não tinha nenhum suporte, não tinha na instituição, né, não existia isso. Aí eu fui fazer terapia, fiz terapia com vários terapeutas brancos e eu só fui mesmo conseguir identificar que os terapeutas brancos não davam conta, porque eu trazia questões que eles não consideravam quando eu já estava no doutorado. Aí sim, aí eu mudo de terapeuta e aí faz toda a diferença. É isso, né? Se fortalecer mais mesmo, sabe, não que as questões tenham acabado, né? Continuam, a gente cada hora leva um tombo achando que, “pô, não, esse deve ser o último”. “Pô, a porrada foi tão grande, não, não vai ter outra grande desse tamanho, não. É a última, é a última…”

Pra mim, é muito importante esse espaço de acolhimento, mas que hoje é isso, sou eu que pago a partir dos meus recursos, não enquanto instituição que identifica a importância de criar essas estratégias, de acolhimento, das situações de racismo. Não, isso nunca eu vivi, pelo contrário.

A gente não é porque a gente não teve, que a gente não vai criar, né? Então, eu acho que tem muito isso, por isso tenho um carinho imenso, sabe, que eu tenho para o próprio laboratório, que sempre foi também esse espaço de acolhimento dos estudantes negros, sabe? Porque eles sempre falavam: “ah, eu me sinto aqui tão

protegido e tal". E é um desafio, porque também é um laboratório acadêmico, então ninguém pode esquecer que é um laboratório acadêmico também, porque senão ele pode virar apenas um espaço de acolhimento.

7.9.6 Contribuições

Em 2018, crio o laboratório Isé, muito fruto do trabalho que eu vinha desenvolvendo em sala de aula, racializando as discussões dentro das disciplinas obrigatórias, então ministro disciplina de "Terapia ocupacional, Antropologia e Sociologia", trago as questões da população negra, das populações indígenas, LGBTQIAPN+ e começo também a desenvolver um trabalho de acolhimento de estudantes negros que começam também a se identificar pelas discussões, muitos ainda nem com a tomada de consciência racial, sabe, e começam a ficar incomodados e querendo conversar sobre essas questões, não em sala de aula.

Abro um grupo, que é um grupo de acolhimento a partir da experimentação de atividades, com essa proposta da gente buscar atividades de perspectivas negras e a gente vai caminhando, vai tendo um espaço para fazer discussão de textos também, para além daqueles que eu trabalhava em sala de aula; desse movimento acabo entendendo que a gente precisava criar um laboratório, e aí a gente constrói, a partir do apoio da Anna Carolina[37], que na época era essa estudante também. Então hoje a gente tem o laboratório, que tem eu e ela como cofundadora; enquanto na época estudante, a gente cria esse laboratório que tem ações de ensino, pesquisa e extensão ligadas às perspectivas negras. Atividades de ensino, crio duas disciplinas optativas que é a AAAFroNTO Atividades Afrorreferenciadas e Afroacessibilidade Cultural, Negritude e Terapia Ocupacional, é uma linha de pesquisa do grupo de pesquisa do AHTO, da professora Carla Regina Silva.

A gente não pode perder o compromisso de produzir uma ciência afrorreferenciada. Então, quando falo de ciência afrorreferenciada, é para TOs, mas não só. Porque no laboratório não tenho só estudantes de terapia ocupacional, não tenho só terapeutas ocupacionais, tenho outras áreas, tem psicologia, tem ciências sociais, musicoterapia, que no meu entendimento, o estudo das atividades

[37] Terapeuta ocupacional, Mestra em Terapia Ocupacional pela UFSCar, doutoranda e Cofundadora do Laboratório de Estudos Africanos Ligados às Atividades e à Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

afrorreferenciadas, elas são fundamentais para todos os profissionais que trabalham com a população negra. Então, o meu compromisso é com a população negra, entende? E a terapia ocupacional é um campo de conhecimento, de formação dos estudos das atividades humanas, que sempre falam que tem que ser singularizada. E quando eu pergunto, “quais são as atividades afrorreferenciadas que vocês conhecem? O que que vocês propõem?” E aí eu falo: “nada contra a tinta guache, papel, lapiseira, nada contra”. Mas não dá para ser só isso, gente.

A Carla Silva tem esse grupo de pesquisa -AHTO, e a gente criou uma linha de pesquisa com esse nome, “AAAfroNTO”, mas antes dessa linha de pesquisa, eu tinha criado a disciplina optativa, que é Atividade, afroreferenciadas, negritude e terapia ocupacional (AAfroNTO), a segunda que é “laboratório de atividades afrorreferencidas”, então a “AAfroNTO”, tem um caráter mais teórico e menos prático e o LAB afro ao contrário, tem mais prática e carga horária menor de teoria. Pré-requisito: a primeira de sessenta horas e a segunda de quarenta e cinco horas, então é uma atividade de ensino que é algo que eu venho problematizando na formação, porque a gente precisa ter na formação, disciplinas obrigatórias com essa especificidade, sabe? “Ah, mas o tema tem que ser transversal”, beleza, tem que ser transversal, mas a gente também tem que ter disciplinas que façam um aprofundamento sobre as epistemologias negras, porque a gente está falando inclusive de uma formação de terapeutas ocupacionais que precisam conhecer as atividades afrorreferenciadas e aí, a partir desse laboratório, a gente vai criando essas disciplinas, projetos de extensão, que foi o “Identidades Aberta”, que era um projeto voltado para o público infantil.

Para crianças negras e não negras, com e sem deficiência, a gente trabalhava no Museu de História e Cultura Afro-Brasileira, que é um museu que fica aqui na pequena África, uma região do Cais do Valongo, que é o maior porto que importou africanos e escravizou no Rio de Janeiro, então é um circuito reconhecido pelo IPHAN, é um circuito histórico da herança africana, e aí a gente trabalhava com as crianças desse território, que em sua maioria eram crianças negras, então sempre com atividades negras, a gente chegou nesse museu que tinha uma biblioteca e quando a gente chegou, a gente via as crianças, a maioria negra, lendo Branca de Neve, Frozen, histórias brancas, né, e aí não dá, a gente começa a construir umas atividades, oficinas de contação de histórias africanas. E aí a gente começa a trabalhar com essas

contações de histórias e de experimentação, há que pensar dinamizando, experimentando, dramatiza, constrói figurinos a partir dos personagens negros.

7.9.7 Projeto Troca de Isè

Quando começa a pandemia, a gente suspende esse projeto e a gente cria o "troca de Isé". Isé é uma palavra em iorubá-africano que quer dizer "atividade", "trabalho", "ocupação", que são os termos da terapia ocupaaaacional, porque quando a gente fez a leitura do Molefi Kete Asante, que fala da afrocentricidade, ele fala que para se construir um projeto afrocêntrico é fundamental cuidarmos dos signos, dos termos, porque as palavras, por exemplo, foi a primeira coisa que o colonizador fez, tirar os nomes africanos e batizar com os nomes brancos, né. Então, para reconstruirmos uma subjetividade negra, como você estava falando de Sankofa, a gente precisa fazer esse caminho de volta, e um deles é retomar os termos, os signos, as palavras, e foi quando a gente pensou: "bom, a gente não tem como fazer com que a terapia ocupacional ela seja essencialmente negra, porque, não é, mas a gente pode produzir processos, né. De incitação de reconstrução ancestral, existencial negra, a partir do nosso objeto de estudo que são as atividades humanas.

Então se é isso, não dá para eu falar sobre simplesmente atividades, a gente então vai utilizar a palavra em iorubá Isé"; o laboratório Isé tem esse termo nesse movimento de se pensar essa retomada; a gente constrói o projeto de extensão "Troca de Isé", que foi pensado na pandemia, que a gente falou: "caramba, e agora o que que a gente vai fazer com o nosso povo, né? São eles que estão aí na linha de frente, todo mundo que tem melhores condições e privilégios estão dentro de casa preservado, mas a gente sabe que tem as empregadas domésticas, o segurança, o público em sua maioria negra que está na rua, então o que que a gente pode fazer?", Foi quando a gente começou a pensar, foi o boom das lives, lembra?

A gente pensou esse projeto exatamente com uma proposta de oferecer um espaço de experimentação de atividades afrorreferenciadas, a gente começou a convidar pessoas que tinham experiência, a gente foi fazendo um mapeamento de possíveis parceiros como: aula de yoga africano, aula de alimentação africana, sobre racismo alimentar, sempre um texto para incitar essa aproximação ao tema, mas a ideia principal era experimentar. A gente fazia essas trocas de saberes ancestrais negros, para que a gente compartilhasse essas experiências, que minimizassem os

nossos sofrimentos, aumentasse completamente a nossa imunidade, eram propostas de experimentação na modalidade remota. Com o retorno às atividades presenciais, a gente retomou o projeto “Identidades abertas” com as crianças e o “Troca de Isé” no presencial.

Então a gente começou com o “Troca de Isé” num centro de referência da mulher da UFRJ, que trabalha com mulheres que vivenciam situações de violência doméstica, então a proposta foi da gente a partir da experimentação, de práticas do autocuidado. Essa coisa da gente ir trocando esses saberes ancestrais.

Depois começamos a fazer uma parceria com um terreiro em Pedra de Guaratiba, eu sou filha desse terreiro. E aí a gente começa uma parceria com esse terreiro, com a proposta de experimentação de atividade, também a princípio para mulheres negras e não negras com experiência de violência, só que aí o que que a gente encontra indo para o território? A questão que não sei se você já ouviu falar que a gente vivencia aqui no Rio de Janeiro, que é o problema do racismo religioso a partir das milícias. Tem uns territórios aqui que por exemplo, não existe mais terreiro, eles foram destruídos, pelo um suposto “exército de Deus de Israel”, o “exército de Israel”, é esse o nome. Então, constituído pelos grupos religiosos neopentecostais, e que as pessoas que moram nesses territórios, por exemplo, não podem usar branco numa sexta-feira. Muitos terreiros foram destruídos, então tem locais que não têm.

Então a gente fez uma parceria com um centro cultural, e começamos a desenvolver esse trabalho com o Centro Cultural, dali a gente foi fazendo parceria com um serviço de saúde mental, tem um nome aqui no Rio de Janeiro, que é um serviço de saúde mental territorial, não é um CAPS, é Deambulatório.

A proposta é diferente do ambulatório, é aquela coisa, todo mundo nas suas salas atendendo, mas o Deambulatório é essa proposta de deambular no território, buscando essas parcerias com os Centros Culturais, Igrejas, para pensar o cuidado em saúde mental. Então hoje, a gente tem trabalhado numa instituição que desenvolve trabalhos sociais também, que é a instituição Angélica Goulart, em Pedra de Guaratiba, junto com esse serviço de saúde mental. Então hoje a gente tem o “Identidades abertas” para as crianças, que são oriundas desse serviço de saúde mental, e a gente constrói o trabalho junto com as equipes de saúde mental e com adultos.

A gente não fechou só para mulheres, agora é homens e mulheres negros e não negros, com uma proposta de experimentação de atividades afrorreferenciadas

ligadas às perspectivas de terreiro. Quando a gente fala de ‘perspectivas de terreiro’, é numa concepção mais ontológica, filosófica e não religiosa, porque a gente sabe que o candomblé, ele foi criado como um sistema social para que os africanos que foram libertos, pudessem vivenciar a sua cultura que perdeu; desde que foram sequestrados para o Brasil, então eles criam esse ambiente para ritualizar o seu cotidiano. O candomblé é esse espaço de preservação, é aquilo que a gente fala: “se não fossem esses saberes das erveiras, das benzedeiras, dessas matriarcas, não teríamos hoje 56%, mais de 56% da população negra no Brasil, isso é porque o projeto não deu certo, que era de nos eliminar, né, mas a gente conseguiu ... “não morrer”, como diz Conceição Evaristo.

As contribuições: a criação do Laboratório Isé, a gente também tem um capítulo de livro intitulado “Terapia Ocupacional Afrorreferenciada”, que fala exatamente de como constituir uma terapia ocupacional orientada para um Brasil constituído com mais de 56% da população negra. Então, se a gente não tiver essas discussões no processo de formação, como é que a gente vai construir práticas de saúde, de educação, de cultura, assistência social, sabe, singularizada, como a gente fala dentro da TO. Não vai ter como, e não ter isso é ter que se reconhecer enquanto um reprodutor do racismo, do racismo epistêmico, de racismo institucional. Então, para mim, o Lab Isé tem cumprido essa função de formar, de incitar grupos de estudos, é por conta do Lab Isé que hoje eu estou na superintendência de saberes tradicionais, exatamente por essa parceria de trabalho, como eu estava falando- Troca de Isé, de chamar pessoas com experiência nesses saberes ancestrais negros.

E hoje na superintendência, estou com esse compromisso de construir uma política de inclusão dos povos tradicionais, mas a partir desse protagonismo, porque geralmente se discute, mas é o branco falando do quilombo, é o branco falando… tá entendendo? Não, a partir do protagonismo! Acho que o Lab Isé foi esse dispositivo que se mantém vivo e se desdobrando. Hoje nesse lugar da superintendência, estou com um projeto junto do Ministério da Igualdade Racial, que é um projeto de mapeamento dos terreiros que foram afetados pelo racismo religioso e ambiental.

E a gente tem o Rio Grande do Sul, que viveu agora há pouco tempo essa devastação. E é isso, é um projeto em que a gente vai estar trabalhando com as lideranças de terreiro, pensando na elaboração do edital, para a gente pensar quais são os critérios que serão essenciais para que cada responsável por esses terreiros que foram violentados possa inscrever, porque esse edital vai contemplar 50 terreiros

com uma bolsa, um recurso para dar uma possibilidade de reparar alguma coisa, de consertar, de comprar outra. Então, é um valor baixo, mas é uma troca, porque na nossa perspectiva negra, tudo tem que ser troca. Não dá para só eu te dar e nem só você me dar. Então, é uma pesquisa? Eles vão oferecer esses dados para que a gente possa fomentar políticas públicas para os povos de terreiro? mas também diante do reconhecimento de uma calamidade, de um processo de devastação, de violência, sabe. Então: “toma aqui um dinheiro para começar”. E, quem sabe, projetos futuros para aumentar esse recurso, criar outras estratégias. Então, é sobre isso. E, nesse projeto com o Ministério, a gente também vai estar junto com essas lideranças, criando um curso de educação ambiental a partir dos saberes de terreiro.

Onde os próprios mestres e povos de terreiro, que vão dar esse curso para outros povos, outras comunidades de terreiro, para as pessoas interessadas nessa problemática que a gente vive hoje em dia, da efervescência climática; e a organização de um evento de jovens de terreiro, para apresentar de que forma essa juventude tem multiplicado esses saberes nessa direção, por exemplo, do meio ambiente, de como esses saberes ancestrais podem fazer um enfrentamento, nessa crise climática que a gente vai vivenciar. É o Laboratório Isé.

7.9.8 Conceito de Afroacessibilidade Cultural

Esse conceito de ‘afroacessibilidade cultural’, foi criado por uma terapeuta ocupacional, que é minha irmã biológica, inclusive a Juli Costa. Ela criou esse conceito quando ela estava fazendo a especialização em acessibilidade cultural na UFRJ. E ela começou a trabalhar no projeto “Identidades Abertas” como voluntária, no Museu de História e Cultura Afro-Brasileira. Essa especialização, ela visa formar profissionais para pensar acessibilidade dos equipamentos culturais, né? Que não são acessíveis para pessoas com deficiência. Só que foi se identificando? Que, “ok, se constrói toda uma questão de acessibilidade, mas para pessoas negras, elas vão acessar a cultura branca”. E aí, esse conceito dela, não é só para pessoas negras com deficiência, é também para pessoas negras sem deficiência. Por quê? Essa história do Sankofa.

Tenho uma tatuagem da Sankofa, a primeira coisa que eu fiz (risos). Esse processo de retomada, tem uma antropóloga, filósofa, que é a Marimba Ani. A gente sempre trabalha, fala dela nos nossos textos. Ela fala o seguinte: “a cultura africana é o sistema imunológico do negro”. Exatamente, pelo processo de branqueamento, de

alienação racial, a gente foi se afastando da nossa cultura. Aí, lembrando das matriarcas que criaram o Candomblé. Para quê? Aumentar o seu sistema imunológico. E é nesse sentido, aumentar o sistema imunológico para não morrer enquanto pessoa negra, porque uma pessoa negra embranquecida, ela é uma pessoa (in)convalescente, ou mesmo morta.

Está doente ou morta, quando ela começa a experimentar o processo do auto-ódio, como Fanon vai dizer: “eu não suporto ser negro”, eu começo então a odiar aquele que é o meu espelho, os meus. Começo então a reproduzir práticas racistas, que é aquilo que a gente fala: “o negro não é racista, ele reproduz a prática racista”. Então, ela fala sobre esse conceito, no quanto que é importante acessibilizar, ou seja, oferecer cada vez mais acesso às atividades de base africana para pessoas negras, inclusive sem deficiência.

7.9.9 Curso de terapia ocupacional no Instituto Federal no Rio de Janeiro

Em 2006 abre-se o primeiro concurso para professor de curso de terapia ocupacional no Instituto Federal; para criar o projeto político-pedagógico e a planta da instituição, porque não tinha, só tinha o terreno, então a gente começa a trabalhar, quando eu fiz o concurso, não era nem instituto federal, era CEFET. O CEFET Química. Então a gente ainda não tinha a unidade, a gente ia para um outro campus, em Nilópolis, que também é uma região da Baixada aqui, e a gente passa dois anos no processo de elaboração do projeto político-pedagógico, de estruturação do que a gente sonhava com a planta e tal. E aí, não diferente do que você vivenciava, que era uma terapeuta ocupacional para 20 mil fisioterapeutas[38], né, eram duas professoras de terapia ocupacional para três de fisioterapia, ok.

A princípio parece que não é muita diferença e tal, só que não é só isso, a questão era o tratamento, né. Quando a gente reivindicava um laboratório “assim, assim, assado”, o diretor não concordava, porque achava que não precisava, porque a fisioterapia iria realmente atrair bastante aluno; a terapia ocupacional a gente não sabia, eu tinha que matar um leão a cada dia para provar que a gente precisava daqueles espaços. Foi um momento de muita dor, porque eu estava vivendo esse

[38] Na entrevista com a TO colaboradora Marcia Cabral da Costa, a pesquisadora compartilha a experiência de ser a única TO em um hospital em Santos, numa equipe com mais de cem fisioterapeutas.

período de reconhecimento, tanto nesse hospital estadual quanto municipal, aí ficava cada diretor assim: “ah, traz sua matrícula para cá, que não sei o quê”.

Vou para o diretor que falava que eu tinha que matar um leão a cada dia para provar que o curso de terapia ocupacional teria direito de ter um laboratório X, Y, Z. Isso foi um baque para mim, mas a gente estava num processo de construção de uma matriz curricular integrada, menos fragmentada, e aí quando a gente apresenta os dois projetos, de fisio e TO, esse diretor não concordava e tira do conselho e pede para a gente fragmentar tudo, botar tudo em caixinha. Isso foi um baque também para fisioterapia, eu acho que nesse momento, aquela coisa que às vezes só se une na dor, a gente consegue então construir uma relação mais equilibrada, deles mesmos falarem da importância de ter determinados espaços e tal. Então saio então da assistência, porque lá, eles sugeriam na verdade, que a gente ficasse como dedicação exclusiva e eu já estava cansada dessa coisa, de ir pra um lugar e outro e outro.

Eu sou dessa intensidade, então você imagina, intensidade aqui, intensidade ali, ia concentrar tudo que era, para a construção do curso de terapia ocupacional, o primeiro curso de terapia ocupacional público no Rio de Janeiro.

Então eu ia ter que arregaçar a manga e trabalhar para caramba. Pedi dedicação exclusiva, fiquei trabalhando de 2006 a 2008 lá em Nilópolis com essa construção do projeto político, a gente viajava, analisava várias propostas de perfil de egressos do campo, na época a gente estava muito nessa coisa do campo da saúde, né. Então as matrizes curriculares, as metodologias de ensino e aprendizagem, metodologias ativas e tal. A gente constrói esse projeto, constrói cursos de formação e extensão, enquanto a unidade não ficava pronta. Em 2008 abre-se pelo REUNI, na UFRJ, a discussão da abertura do curso de terapia ocupacional na UFRJ. E aí em 2009.1 começa a primeira turma de TO no IFRJ e em 2009.2 começa a primeira turma de terapia ocupacional na UFRJ.

No Rio a gente brinca “qual é o primeiro curso de TO público do Rio de Janeiro”? Mas o fato é que a Universidade Pública de TO só começa aqui no Rio de Janeiro em 2009. Então eu fico de 2009 ao final de 2010 no IFRJ, quando no fim de 2010, faço o concurso para UFRJ, e entro na UFRJ em 2011.

Entro na UFRJ, com dois, três meses de posse, assumo a coordenação, porque já tinha sido pedido na entrevista, na defesa do memorial eles me falaram “porque o curso de TO na UFRJ estava começando e como eu tinha experiência da coordenação do curso pelo IFRJ porque tinha construído o projeto político-pedagógico”, que o curso

de TO da UFRJ precisava de um coordenador, porque quando foi criado, foi criado com o Marcos, que já era professor de dança pela UFRJ.

Ele que criou o curso, deu as primeiras aulas, foi fazendo os concursos e chamando os outros. Só que ele era cedido da dança, e foi um acordo que ele fez: “deixa eu criar esse curso, fazer o concurso e depois eu volto”. Então, quando eu cheguei já vieram com essa encomenda: “a gente quer que você assuma a coordenação”, nessa época eu não tinha doutorado ainda, eu estava na expectativa de ir para UFRJ para fazer doutorado, porque no IFRJ foi só trabalho braçal.

Muita construção, eu chegava às sete horas da manhã e saia dez horas da noite de lá, pra você ter noção, era muito, muito trabalho. Falo do meu desejo de fazer o doutorado, porque me perguntaram: “a gente está vendo aqui, você quer trabalhar no UFRJ, mas você não tem doutorado”, “não tenho doutorado, mas eu produzi o projeto político-pedagógico; “a gente gostaria de te ouvir se você assumiria, porque a UFRJ está precisando de um coordenador com experiência”, aí eu falo: “Tá” (risos).

Eu volto de novo, a mesma coisa, trabalhava também direto, chegava às oito também saia às dez horas, porque a gente estava preparando para a visita do MEC, então é muita burocracia, muita documentação e tal. Na época não tínhamos chefia de departamento, então a coordenação de curso, era coordenação e chefia de departamento, a mesma coisa, né. A TO é dentro da faculdade de medicina da UFRJ, que tem só de professores da medicina são duzentos.

Então na hora de pensar vaga para o curso de TO. “Não, porque a gente precisa dali”, foi uma briga danada, já estava para o MEC chegar, a gente não tinha material nenhum, não tinha equipamento, nada, nada, nada, né. Foi aquela coisa de ir lá na Pró-Reitora dizer: “olha, eu não vou responder o MEC sozinha”, quero a Pró-Reitoria de graduação aqui comigo, não tenho equipamento, não tenho material de prática, não tenho nada, não tenho laboratório, não tenho professores, só temos 10 professores para todas essas disciplinas. Foi quando a gente conseguiu mais 14 vagas, então foram muitas conquistas.

Hoje nós somos mais de 24. Agora, desde final de 2022, dou aula na TO, mas a minha atividade central é na Superintendência de Saberes Tradicionais do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, estou nesse cargo de gestão, arregaçando as mangas novamente, acho que essa é a minha natureza, né. Pensar a inclusão dos saberes tradicionais na UFRJ, mas a partir do protagonismo dos mestres e mestras

quilombolas, indígenas, de terreiro, pescadores, benzedeiras, enfim… os povos e comunidades tradicionais.

Então esse é o meu local de trabalho de maior peso, mas na terapia ocupacional eu fiquei de 2011 a 2013 na coordenação. Quando veio o MEC e tal, aí eu: “bom, meu compromisso com vocês está cumprido, agora eu vou buscar fazer o meu doutorado”, foi quando entrei no doutorado de psicologia no mesmo programa que eu fiz a especialização e o mestrado, no estudo da subjetividade; então eu entro no doutorado em 2013 e concluo em 2017. Pedi um ano de licença para concluir o doutorado, quando eu estou retornando, já me ligam: “você poderia assumir a coordenação?” (risos). Aí eu entro de novo nessa história. Fico de 2018 a 2020, e saio exatamente no período que a gente começa com a pandemia.

7.9.10 Finalização

Por isso que eu achei muito importante, realmente eu tô vivendo uma temporalidade que não cabe nas 24 horas, mas eu achei muito importante assim, é contribuir com a tua pesquisa, sabe, é uma TO preta, então assim, o que eu puder fazer pra fortalecer, eu vou fazer. Então que bom que a gente conseguiu hoje (risos).

E mais desejar que a sua pesquisa, ela seja também esse dispositivo que alguém possa um dia perguntar para você, né? “O que que na sua trajetória você também reconhece como, aquilo que disparou tantas coisas…” e que a sua pesquisa possa ser também essa referência de multiplicação daquilo que a nossa população negra tanto precisa, acho que é isso.

8 TRIBUTO ÀS MULHERES NEGRAS: ENTRELAÇAMENTO DAS HISTÓRIAS

Pesquisar algo que nos mobiliza, nos toca e transpassa a nossa existência é, ao mesmo tempo, incrivelmente potente e doloroso: fortalece nossas trajetórias e nos inspira a sonhar com a futuridade e com o Bem Viver. Em todo o percurso desta pesquisa, não há dúvidas de que aquelas e aqueles que me/nos antecederam foram indicando possibilidades. Neste processo de dois anos e meio, desbravamos caminhos, criamos outras rotas, escavamos pistas, mapeamos nomes, escutamos histórias de vida, compartilhamos experiências e construímos outras histórias na e da Terapia Ocupacional. A pesquisadora que finaliza esta pesquisa foi radicalmente modificada pelo encontro com as colaboradoras.

Confiantes no processo, seguimos firmes e encontramos nove raras e preciosas terapeutas ocupacionais que aceitaram participar, confiaram e compartilharam conosco seu tempo de vida e suas histórias. Com generosidade, deram-me a mão, apoio e incentivo. Realmente, não tenho palavras para expressar minha gratidão a vocês. Sinto-me honrada pela oportunidade de conhecê-las e escutá-las. Os afetos, risos e lágrimas desses encontros proporcionados por esta pesquisa compõem está escrita.

Nesta produção, há sin**TO**nia entre pesquisadora e colaboradoras. Ao nos identificarmos e reconhecermos enquanto mulheres negras, compartilhamos experiências comuns e coletivas sobre o que significa ser mulher negra neste país. Todas nós carregamos o compromisso ancestral, ético, político e de luta antirracista, na vida e na Terapia Ocupacional. Não há neutralidade: somos aquelas que não possuem os privilégios sociais da branquitude. Como diz Abdias Nascimento: “não posso e não me interessa transcender a mim mesmo [...] quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural que pertenço” (2017, p.47).

Uma das premissas deste trabalho foi tornar o invisível -visível, ao apresentar e dar visibilidade às mulheres negras na Terapia Ocupacional. O objetivo é transformar, restituir e reparar humanidades negadas e vozes silenciadas, mas, principalmente, nomear, reescrever, recuperar e reivindicar o discurso sobre si. Trata-se de uma ação-resistência: “para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão do poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político, que desafia políticas de dominação que conservam anônimas e mudas” (hooks, 2019, p.28). Nem

mesmo os atravessamentos cruéis das opressões de raça, gênero, classe social e localização geográfica as impediram de criar formas cotidianas de insurgência na vida e/ou na profissão.

A fim de ampliar as histórias da profissão, evidenciamos memórias, nomes, produções, legados e contribuições de cada trajetória singular nas escrevivências das terapeutas ocupacionais colaboradoras desta pesquisa. A vida dessas nove mulheres atualiza a frase de Jurema Werneck: “nossos passos vêm de longe”. Elas estão implicadas nos processos de resistência, na vida, no Bem Viver e na Futuridade.

As terapeutas ocupacionais colaboradoras desta pesquisa — Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Marcia Cabral da Costa, Rita de Cassia Barcellos Bittencourt e Gilma Corrêa Coutinho — são intelectuais em seus campos de prática e saber: na saúde mental, na área da reabilitação física, área social no fortalecimento do SUS, nas políticas públicas de forma mais ampla e na docência. Elas enegrecem os espaços que traçaram e cruzaram — majoritariamente brancos — com uma intelectualidade compreendida sob a ótica negra feminina, “aquela que une pensamento a prática, para entender sua realidade concreta” (Ribeiro, 2017, p. 28). Eis o que vêm fazendo na Terapia Ocupacional há algumas décadas.

As escrevivências se confluem ao falarem sobre o incentivo e o suporte que tiveram para acessar a educação, compreendida como prioridade e como uma via de mobilidade social por suas famílias. A fim de que pudessem escrever outras histórias, esse estímulo também provinha do contexto social e político dos anos 1970 e 1980. Nesse período, as ações dos setores progressistas da sociedade civil e dos múltiplos movimentos sociais impulsionavam a luta por cidadania e democracia. Com o término da ditadura militar, “comunidade negra começa a perceber, cada vez mais, para ser considerado um cidadão de direitos o negro deveria reivindicar o reconhecimento de sua história e da sua cultura. Isso significa uma demanda social mais ampla e a especificidade étnico-racial” (Gomes, 2021, p. 103-104). Já no fim da década de 1990, observa-se uma maior inserção de mulheres negras em outras esferas da sociedade. Nesse contexto, as famílias das colaboradoras desta pesquisa foram peças centrais na valorização étnico-racial e na aceitação da negritude.

Almeida e Alves (2011) apontam que a impossibilidade de prosseguir nos estudos constitui parte da realidade brasileira — a realidade dos não acessos, dos

desconfortos e dos esforços cotidianos para realizar o desejo de estudar. As políticas públicas destinadas à escolarização formal têm papel essencial na vida das pessoas e, portanto, da sociedade como um todo. Por um lado, elas são fundamentais; por outro, a ausência de políticas dessa ordem deve ser compreendida como um dos fatores determinantes da exclusão educacional vivenciada por determinados grupos, como as mulheres negras.

É nesse cenário que as demandas por acesso à educação básica, à universidade, ao mercado de trabalho, por não violência, participação política, direito à saúde e igualdade social permeiam as famílias e as trajetórias de vida aqui reconstituídas. A educação foi a escolha central na transformação de realidades, permitindo a construção de trajetórias únicas, distintas e desbravadoras em uma profissão “pouco conhecida” e incipiente naquele período: a Terapia Ocupacional (Gomes, 2021).

Outro ponto confluente nas escrevivências diz respeito à rememoração de episódios de racismo cotidianos que aparecem de forma sutil, pouco evidente ou até não percebida. Uma de nossas hipóteses é que falar sobre traumas e sofrimento exige uma vinculação mais profunda — algo que talvez uma única entrevista não seja capaz de abarcar, dada a complexidade do fenômeno e seus desdobramentos. Ainda que esse tema tenha sido o interesse inicial da pesquisa, ele acabou surgindo de maneira mais lateral. O fato de as terapeutas ocupacionais não relatarem terem “vivido, sentido ou percebido” atos ou episódios de racismo não significa ausência de opressão. A opressão racista está presente. O racismo, como estrutura, faz parte das relações sociais — é um sistema que nega direitos, gera desigualdades e abismos. “Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante” (Ribeiro, 2019, p.12), como também afirma Silvio de Almeida (2019):

> consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável certamente o silencio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (p.52).

Portanto, como identificar e nomear a violência sofrida após atos brutais que desumanizam, inferiorizam e ferem o sujeito em toda a sua complexidade? O que se expressa é dor. O contexto histórico em cena é marcado pela ditadura militar e pelo mito da democracia racial, que sustentava a falácia de que negros e brancos viviam

em harmonia — romantizando, assim, as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial. Naquele período, prevalecia fortemente o discurso da inexistência do racismo na sociedade brasileira. Somente em 2001, na Conferência de Durban, o país assumiu publicamente a presença do racismo e das iniquidades dele provenientes. Reconhecer as violências advindas do racismo, impostas à população negra — e, portanto, a si mesma — é uma virada de chave para pensar coletivamente ações antirracistas (Silva, 2024).

Outra confluência nas escrevivências é a ausência de corpos negros na universidade — os lugares e não-lugares que reproduzem e promovem a manutenção da invisibilidade. Nesse contexto, as colaboradoras também falam sobre a noção de aquilombamento: espaço de fortalecimento, de compartilhamento de afeto e de acolhimento. Segundo Beatriz Nascimento (2021), trata-se de um movimento político, cultural e histórico que resgata e valoriza saberes ancestrais na resistência e sobrevivência do povo negro. É uma forma de coletivizar histórias, narrativas, amores, dores e vozes — um espaço de entrecruzamento de saberes e possibilidades.

Queiroz e Santos (2016) afirmam que, historicamente, ser negra e mulher são condições inscritas numa ordem hierárquica que serve para fomentar a dominação, o desrespeito e a desumanização em todas as esferas da vida. Raça e gênero são conceitos socialmente construídos que estruturam desigualdades estabelecidas e, por serem naturalizados, potencializam as opressões sofridas pelas mulheres negras. Não é por acaso que são justamente elas que ocupam as posições mais inferiores no mercado de trabalho e apresentam os piores indicadores em saúde (Barbosa; Oliveira; Corrêa, 2022).

Estar no Ensino Superior, para as mulheres negras, segundo Queiroz e Santos (2016), implica um “esforço cotidiano que exige confronto com uma realidade que insiste em excluir e as desqualifica, realidade que insiste em querer lhes fazer crer que esse não é o seu lugar” (p.86).

Outra confluência das escrevivências é o papel exercido pelas famílias, na identificação positiva com a negritude, valorizando as características das mulheres, e um elemento comum entre as histórias: a valorização dos seus cabelos, em uma sociedade que alisa sistematicamente o cabelo crespo e o nomeia de “cabelo ruim” em oposição ao cabelo liso que carrega a adjetivação do “cabelo bom”.

Isto se deve ao período colonial que foi uma marca poderosa de servidão durante a escravização, segundo Kilomba (2020) inúmeras pessoas negras foram

pressionadas a alisar os cabelos, uma ação de controle e apagamento dos sinais da negritude. Como relembra Lélia Gonzalez (2021) um modelo estético ocidental, que foi imposto, a ser atingido.

Na contramão da estética eurocêntrica, associamos que a presença potente do Movimento Negro Unificado com o período da pesquisa (1958-2000), que podem ter contribuído para esta referência no ambiente domiciliar: na década de 60 estava em voga para os negros americanos "negro é belo"(*Black is beautiful)*, e no Brasil chega a Bahia bloco Ilê Aiyê de Salvador, inicia o processo de subversão cultural e resgata os valores estéticos da afro-brasileiro, com o concurso – Noite da Beleza Negra que chegou a outros estados, "onde refere-se especialmente a valorização da mulher negra" (Gonzalez, 2020,p.243).

Posteriormente, após a década de 70, os cabelos são uma declaração política do fortalecimento racial, no qual redefine os padrões de beleza dominante, num protesto contra a opressão racial.

Gomes (2020) complementa ao afirmar o lugar central do movimento negro

> a)ao destacar a trajetória do negro no Brasil produz saberes, dentre eles, os políticos, identitários e estético-corpóreos; b) quando esse movimento socializa e destaca a presença do negro na história e atribui significado político (e não exótico ou erótico) a corporeidade negra. Contra a regulação política e social que retira o negro da beleza e, no limite da humanidade, o Movimento Negro constrói na nacional e internacionalmente a expressão " beleza negra", politizando a estética (p.100).

Ou seja, o contexto sócio-histórico do país pode ter influenciado diversas famílias negras brasileiras, ao construir uma imagem positiva da negritude, no fortalecimento da autoestima e subjetividade.

As escrevivências se entrelaçam nas conquistas pessoais, nas experiências da vida docente (com inovações através da abertura de linhas de pesquisa e novos temas); na luta pela criação de cursos de Terapia Ocupacional nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; na atuação em saúde mental e em equipamentos substitutivos; no Centro de Convivência, que segue produzindo cuidado e protagonismo do sujeito; na área social, no trabalho junto com populações vulnerabilizadas e na luta pela inserção da profissão no Sistema Único de Assistência Social; e na reabilitação física, com a implementação do primeiro centro de reabilitação física do Espírito Santo.

Os percursos e percalços enfrentados pelas terapeutas ocupacionais evidenciam os obstáculos vivenciados para seguirem estudando — desde a conciliação com a dupla jornada de ser estudante e trabalhadora até situações como o trancamento do curso. Também nos presenteiam com exemplos de perseverança, empenho e dedicação ao rever e renovar a prática profissional, atentas às demandas contemporâneas. Seja na introdução de intelectuais e saberes negros/as nos coletivos e nos processos formativos, essas experiências indicam que a Terapia Ocupacional segue viva e dinâmica em seus saberes e produções.

As escrevivências se entrelaçam nas experiências cotidianas do ser negra no Brasil. Como diz Silva (2024), em sua tese de doutorado:

> as escrevivências estão conectadas com memórias de outras mulheres negras e homens negros, com construção de projetos coletivos, com os entrelaçamentos de vida e memória do povo negro e indígena. A escrita negra tem raízes nas sementes das vidas negras. Todas as questões que envolvem os grupos vulnerabilizados e explorados estão dentro da luta política das mulheres negras, pois o pertencimento à comunidade é parte integrante e indissociável da construção de qualquer agenda política (p. 234).

A escrevivência nos guiou: escreviver com e sobre mulheres negras na Terapia Ocupacional, referenciar nossa ancestralidade e tornar visíveis os nomes das terapeutas ocupacionais é potencializar e honrar as “existências de mulheres construtoras de um mundo novo” (Silva, 2024, p.231), rompendo com o destino organizado pelo racismo. Corroboramos com Silva (2024) as escrevivências foram combustíveis para seguir a escrita com propósito e sentido.

> Além de possibilitar a análise da realidade social a partir da história de vida das escreviventes, resgatou uma sensibilidade aos discursos das mulheres negras, assim ela forneceu uma compreensão mais aprofundada das subjetividades, da cultura, da experiência que foi silenciada pela ciência hegemônica e colonial, ofereceu caminhos para o protagonismo das escreviventes. As Escrevivências aqui contadas marcam territórios de lutas, histórias, potências, existências e corpos que ainda resistem apesar de toda adversidade, e resistem porque há circularidade, há coletivo, há refúgios e estratégias de sobrevivência necessárias para existir nesse mundo (p.232).

As colaboradoras, terapeutas ocupacionais negras da presente pesquisa, nos enriquecem ao compartilhar suas histórias de décadas dedicadas à profissão. Seguem na construção diária e prática com os sujeitos/pacientes/clientes, na produção de um cuidado com sentido, emancipatório, comprometido com a garantia de direitos e com a luta antirracista. Nossa pesquisa contou com a participação de três

docentes, de estados diferentes (Espírito Santo, Sergipe e Rio de Janeiro), que formaram milhares de terapeutas ocupacionais no Brasil afora e tiveram como referência docentes negras em Terapia Ocupacional.

Apresentam com modéstia seus legados e lutas na construção da profissão. É impossível falar de Terapia Ocupacional ao falar do estado do Espírito Santo sem reverenciar o pioneirismo de Gilma Coutinho, uma das primeiras terapeutas ocupacionais no estado; falar do Rio de Janeiro sem mencionar Márcia Cabral da Costa, com a linha de pesquisa AFRONTTO e o Lab Isè; e falar do Rio Grande do Sul e de Sergipe (atualmente) sem reverenciar Rita de Cássia Barcellos, com práticas voltadas a comunidades quilombolas e questões étnico-raciais. Também se destacam as terapeutas ocupacionais mineiras da saúde mental — Marta Soares, Dalila Ribeiro, Vanilza Rodrigues, Eliana Moraes e Maria Bernadete — que estão (ou estiveram) implicadas no cuidado a pessoas em sofrimento mental e na luta diária por direitos, produzindo cuidado, mobilizando potências e, em sua prática, construindo afeto e atividades emancipatórias, comunitárias e territoriais. Nessas trajetórias, estudantes de graduação podem construir identidades positivas ao encontrar terapeutas ocupacionais negras. Destaca-se ainda Haydée, pioneira em uma trajetória de consultoria e projetos para empresas como a Petrobrás, Votorantim, entre outras. Uma “TO da área socioeducativa, comunitária”, como ela mesma se identifica.

Essas terapeutas ocupacionais negras expressam o legado da ancestralidade em trajetórias que evocam audácia, transformação, liberdade, responsabilidade e empenho. Galgaram caminhos, foram desbravadoras e demarcaram espaços. É impossível escutá-las narrar suas escrevivências e não se emocionar. Suas palavras nos preenchem de alegria, afetos, fôlego e esperança pelo Bem Viver e pela futuridade. Como afirma hooks (2023), “as mulheres negras têm o potencial de ser uma comunidade de fé que age coletivamente para transformar o mundo” (p.221).

As escrevivências nos contemplam com a diversidade. Inúmeras histórias nos compõem e nos formam. Insistir em simplificar apenas pelas histórias negativas é superficializar experiências complexas e plurais. Ignorar as muitas outras histórias é negligenciar todas as demais. Histórias únicas criam estereótipos, retiram a dignidade das pessoas e dificultam o reconhecimento da humanidade comunitária e compartilhada. Quando rejeitamos a história única, compreendemos que não há, em lugar nenhum, apenas uma narrativa. Todas as histórias importam e podem ser

utilizadas para humanizar, ressignificar, restaurar e reparar a dignidade despedaçada (Adichie, 2019).

Estamos construindo outras histórias da profissão e valorizando a diversidade nas narrativas da Terapia Ocupacional, que não é única nem hegemônica. Trata-se de um movimento de Terapias Ocupacionais críticas, engajadas no compromisso ético e político diante das circunstâncias da vida, que se relacionam com o sofrimento e a injustiça, por uma sociedade equânime e justa, atenta a compreender os desafios, as práticas de transformação e resistência (Silva *et al*., 2019).

Ao trazer para este espaço, que em tantos momentos inviabiliza a presença de pessoas negras, a evidência das Mulheres Negras na Terapia Ocupacional, permite-se que a sujeita negra discuta seu lugar no mundo e na profissão.

Lima, Lima e Oliveira (2022) dizem:

> as vozes das mulheres negras, o compartilhamento de suas histórias, sua escrita, poder e o dizer-se em primeira pessoa tem um papel decisivo na descolonização dos pensamentos e no reconhecimento de seus saberes como construção de conhecimento. Esse movimento da escrita traz as mulheres negras para o epicentro da vida em direção à criação de um novo mundo (2022, p. 69).

Este trabalho rompe com a invisibilidade na escrita feminina negra ao apresentar as vozes, os nomes e a produção das mulheres negras na Terapia Ocupacional que compõem esta pesquisa. Somos a encarnação ancestral da intelectualidade negra viva e ativa, que transcende o tempo, onde “reivindicar o direito voz é reivindicar o direito a própria vida” (Ribeiro, 2017, p.43).

Refletimos: quem tem autoridade para escrever, pensar e teorizar? Como a intelectualidade é atravessada pelas interseccionalidades de raça, gênero, classe e localização geográfica?

São esses os nossos questionamentos e os de Almeida (2020) no texto *Em legítima defesa: a escrita feminina negra como enfrentamento e transgressão,* em uma produção que, embasada por intelectuais negras, indica “as nuances da invisibilidade do pensamento negro feminista e do afastamento construído historicamente entre mulheres negras e o campo intelectual” (p.39). Ou seja, precisamos lidar e enfrentar diversas forças estruturais que nos impedem de acessar tais espaços.

Almeida (2020) aponta que as mulheres negras intelectuais no Brasil lidam com a transposição de lugares pré-definidos socialmente, e que o “racismo estrutural no

cerne da invisibilidade da intelectualidade negra, pois os efeitos da hegemonia branca no imaginário social atuam sobre a acepção do que é ser mulher negra, agente de produção intelectual" (p.41). Adentrar o campo acadêmico é ultrapassar fronteiras simbólicas e materiais. De que forma seria o discurso de resistência das mulheres negras intelectuais neste contexto que demarca seu lugar?

Afinal,

> o lugar de excelência da intelectualidade, é transgredir espaços e agir em legítima defesa. Reafirmo, portanto, a importância, de refletir sobre os modos estruturais como sexismo e o racismo atuam na promoção da invisibilidade do pensamento de mulheres negras no campo intelectual e feminista (Almeida, 2020, p.47).

A condição de marginalidade acadêmica é utilizada pelas mulheres negras de modo criativo para produzir conhecimento. A postura crítica é essencial para gerar pontos de vista diferentes e questionar os lugares e não lugares que ocupamos. O compromisso das intelectuais negras é articulado a um projeto amplo de sociedade democrática, diversa e justa (Almeida, 2020).

Parafraseando hooks (1995): que a vida intelectual não nos separe da comunidade, mas que nos capacite para uma participação plena no século XXI. Os líderes negros sabiam que o trabalho intelectual faz parte da luta pela libertação de todas as pessoas exploradas e/ou oprimidas, que passam do lugar de objeto para sujeito. O intelectual é alguém que lida com ideias, transgredindo fronteiras discursivas, porque é necessário fazê-lo: "intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla" (p.468).

Nós, Terapretas, carregamos em nossos corpos a marca da negritude, o compromisso ancestral, a experiência que ultrapassa o espaço acadêmico, implicadas em desbravar novos caminhos do ofício de produzir conhecimento sob perspectiva negra feminina. Demarcamos a negritude da/na Terapia Ocupacional que está produzindo cuidados e práticas antirracistas, coletivizadas, comunitárias e emancipatórias nos territórios e na vida cotidiana. Reconhecer e apresentar a imagética negra é construir imagens autoafirmativas no espaço acadêmico, é resgatar nomes e sobrenomes, é protagonizar a própria existência. Suas escrevivências, carregam o encantamento das sabedorias ancestrais e reinventam a vida, pois desde sempre estão mobilizadas na luta pelo Bem Viver.

Algumas lacunas permanecem: outras mulheres negras que não participaram devido ao prazo, assim como todas aquelas que não conseguimos acessar; também porque este foi um período marcado pela ausência de políticas reparatórias, em que acessar o Ensino Superior, em um curso novo e pouco conhecido, era um ato de ousadia.

Reconhecemos que cada história narrada é legítima e corresponde a um ponto de vista a partir do seu lugar social, território, classe, raça, gênero e experiências. Não nos cabe averiguar — não sendo esta nossa intenção ou objetivo — realizar uma análise do conteúdo, mas sim permitir que as histórias escreviventes de cada terapeuta ocupacional negra colaboradora desta pesquisa possam emergir, a fim de ampliar e compor as histórias da/na Terapia Ocupacional. De todo modo, compreendemos que o trabalho arqueológico de "escavação dos nomes" está muito distante do fim. Acreditamos que há muitos nomes a serem revelados, assim como aqueles mencionados pelas colaboradoras durante as entrevistas, mas que não compuseram esta pesquisa.

A proposta segue com o objetivo de sensibilizar, mobilizar e afetar as futuras colegas de profissão, para ampliar a construção da Terapia Ocupacional condizente com seu tempo histórico, comprometida com ações práticas e concretas antirracistas, na luta por justiça social e emancipação de todas/os sujeitas/os, principalmente os mais vulnerabilizadas/os.

Escrevo este último trecho em primeira pessoa do singular. Nesse processo de tornar-me pesquisadora, os itinerários vividos entre 2023 e 2025 foram intensos, desafiadores e concretizaram alguns sonhos, como acessar a pós-graduação; o retorno à Unifesp após dez anos (fui da turma 08 e retorno na turma 018), na disciplina de História e Fundamentos da Terapia Ocupacional da UNIFESP, e constatar a atualização do referencial teórico da disciplina é afirmar que a História da Terapia Ocupacional é viva.

Neste período de estágio, pude experimentar e viver de perto a rotina e o empenho do que é ser professora, a responsabilidade de formar novas gerações de terapeutas ocupacionais. Sigo encantada. Esse encantamento, como Machado (2023) apresenta, é implicação com a vida de forma ética, justa, sensível, harmoniosa, cuidadosa, amorosa, inclusiva, política e ancestral.

A reverberação desta produção me encoraja a continuar na pós-graduação, na expectativa de que este tema possa se tornar uma linha de pesquisa futuramente,

afinal, ainda temos tantas coisas a explorar e desvendar. Por muito tempo, acreditei que acessar a pós-graduação era algo restrito a um grupo específico: seleto e repleto de genialidade, inacessível para pessoas como eu.

Que bom que não desisti, que bom que evoquei a memória da minha mãe, do meu tio e de tantas outras pessoas que me incentivaram a estudar. Se hoje finalizo esta dissertação, é uma vitória compartilhada: por acessar o Ensino Superior, a especialização *lato sensu* e a pós-graduação *stricto sensu*, graças às ações afirmativas — reflexo da luta incansável dos movimentos negros. Elas me permitiram escrever uma narrativa singular e sonhar sonhos nunca sonhados, agora concretizados! Minha gratidão para aquele curso da UNIFESP, em 2018 (Abdias Nascimento), no qual pude ressignificar o espaço acadêmico, ao me reconhecer neste ambiente, a ponto de também anexar a minha escrevivência nesta pesquisa.

Esta pesquisa me presenteou com um percurso cheio de afeto, gentilezas, mãos dadas e encontros que me inspiram no Bem Viver, na futuridade, na negritude e nas práticas cotidianas emancipatórias; seja nas aulas com as turmas 018 e 019, nos convites para coorientação de trabalhos de conclusão de curso da UNIFESP, no encontro com o Coletivo Negro D. Ivone Lara (UNIFESP) e nas Exposições da Semana da Consciência Negra. Fui agraciada e nutrida abundantemente pelos aprendizados e por este modo de produzir conhecimento, ressaltando a importância da valorização das histórias e das contribuições das mulheres negras no campo profissional em questão.

Enfim, ao autorrecuperar a minha história e a dos meus ancestrais, finalizo com o provérbio africano que permeou minha jornada na pós-graduação: **“quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens**”. Esse provérbio não me permitiu esquecer meu comprometimento pessoal com o adinkra Sankofa e meu papel como guardiã das memórias das mulheres negras colaboradoras desta pesquisa.

UBUNTU!!!

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem vive**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADICHIE, C.N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCAR, C. N. "A escritura a escrevivência a invenção a poema" Performances e decolonialidades nas gramáticas culturais das coletivas de poetas periféricas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 3, p. 612–625, nov. 2021.

ALMEIDA, G. E. S. História da educação escolar de mulheres negras: as políticas públicas que não vieram. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação — UFMS, v. 15, n. 30, 2009. Educação Especial: Temas Contemporâneos em Questão. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2465. Acesso 08.jan.2024.

ALMEIDA, G. E. S.; ALVES, C. M. C. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas... **Revista Educação em Questão**, *[S. l.]*, v. 41, n. 27, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4003. Acesso em: 08 jan. 2024.

ALMEIDA, M. L. Em legítima defesa: a escrita feminina negra como enfrentamento e transgressão. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 38-49, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49738.

ALMEIDA, M.V.M.; COSTA, M. C. Atividades Humanas e Terapia Ocupacional: saber-fazer, cultura, políticas e outras resistências. *In*: SILVA, C. R. (org.). **Movimento de Artes e Ofícios**: perspectiva ética-política-estética de constituição da terapia ocupacional. Cidade: editora, 2019. p. 25-42.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén,2019.

AMBROSIO, A; SILVA, C. R . Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 30, p. e3150, 2022. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3150. Acesso em: 25 ago. 2024.

AMORIM S.G. *et al.* "Asfixias sociais" da população negra e questões para a Terapia Ocupacional. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 719-733, 2020. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto36913. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/36144. Acesso em 08 jun. 2023

ANCESTRALIDADES. **Assassinato de Robson Silveira**. *[S.l.]*: Ancestralidades, 2023. Disponível em: https://www.ancestralidades.org.br/marcos-historicos/assassinato-de-robson-silveira. Acesso em 09 jun. 2025.

ANDRADE, S. M. O.; PONTES, E. R. J. C.; THEOBALD, M. R. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados. *In*: ANDRADE, S. M. O.; PEGOLO, G. E. (org.). **A pesquisa científica em saúde**: concepção, execução e apresentação. 2.ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2020. p.158-183.

AQUINO, M. A. A construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica de ensino superior. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), *[S. l.]*, v. 7, n. 15, p. 136–160, 2015. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/118. Acesso em: 24 nov. 2024.

ARAÚJO, E. M. *et al.* Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe4, p. 191-205, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042020E412. Acesso em 03 dez.2024.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015**. Salvador: AMNB, 18 nov. 2020. Disponível em: https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/. Acesso em 09 jun. 2025.

AUAD, D.; CORDEIRO, A. L. A. A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior. **EccoS**: Revista Científica, *[S. l.]*, n. 45, p. 191–207, 2018. DOI: 10.5585/eccos.n45.7959. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7959. Acesso em: 28 out. 2024.

BARBOSA, A. C.; OLIVEIRA, R. G.; CORRÊA, R. M. Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 9, p. 2469–2477, set. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.13312022. Acesso em 13.fev.2024.

BARREIRO, R. G.; BORBA, P. L. O.; MALFITANO, A. P. S. Revisitando o materialismo histórico em terapia ocupacional: o papel técnico, ético e político na contemporaneidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 4, p. 1311–1321, out. 2020. Disponível em https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1950. Acesso em 16.out.23.

BARROS, S. P. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educ. Pesqui**., v. 42, n. 3, jul-sep 2016. Disponível em https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039. Acesso em 12.out.2024.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, W. C; REIS, S. C. C. A. G. R; LOPES, R. E. Dos caminhos postos aos caminhos feitos: a trajetória sócio-histórica da terapia ocupacional no Brasil. *In*: Autora/organizadora, etc. (org./ed./etc.) **Historiografias em terapia ocupacional desde a América do Sul**. Cidade: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2024. p. 65-96.

BISPO, F. S. Escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. **Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica, v. 26, p. e273037, 2023. Disponível em< https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-016. Acesso em 17 out. 2024.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. Disponível em: https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346/4111. Acesso em 04jun.2023.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Plano Juventude Negra Viva**. *[S.l.]*, 2024. Disponível em https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva. Acesso em 06.out.2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024.

BRETON, H. L'enquete narrative: entre description du vecu et Configuration biographique. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 178, p. 1138–1158, out. 2020. Disponível em https://doi.org/10.1590/198053147185. Acesso 08 jun. 2023.

CAMPOS, L. A.; CÂNDIDO, M. R. Desigualdades Raciais na Ciência Brasileira. **Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA)**. Rio de Janeiro, 29 nov. 2023. Disponível em: https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/. Acesso em 10.nov.2024.

CARDOSO, L. D. P. R. Quando me descobri negra: mulheres negras e a construção da identidade no livro de Bianca Santana. **Revista do Sell**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 171–188, 2022. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/6775. Acesso em: 24 nov. 2024.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar,2023.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, *[S.l.]*, v. 17, n. 49, p. 117–133, set. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008. Acesso em 05.ago.2024.

CASTRO, R. D de; MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei , v. 14, n. 3, p. 1-18, set. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 dez. 2023.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023

CISNE, M.; IANAEL, F. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 191–201, maio 2022. Disponível em https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84661. Acesso em 15 jun. 2024.

CONCEIÇÃO, C. C. S.; XAVIER, C. C. Representatividade de mulheres negras na ciência e ações afirmativas: estudo no instituto federal de educação em Salvador-Bahia. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v. 15, n. 43, jan/fev 2024. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1410. Acesso em 19 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 44-46, 24 mai. 2016.

CÓRDOBA, A. G *et al*. **Historiografias em terapia ocupacional desde a América do Sul**. Cidade: Editorial Universidad de Santiago de Chile,2024.

COSTA, S. L. da. Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a Povos e Comunidades Tradicionais / Social Occupational Therapy: matters and action possibilities with Traditional Peoples and Communities. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 20, n. 1, 2012. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/547. Acesso em: 01 ago. 2025.

COSTA, A. L. Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e254899, 2022.
Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.254899. Acesso em 16 mar. 2024.

COSTA, M. C.; *et al*.; Laboratório ISẸ́: construções de estratégias para restituição histórica e existencial de pessoas negras. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2020. v.4(5):734-741. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto36913. Acesso em 01 ago. 2023.

COSTA, M. C.; BUKOLA, A. F.; SANTOS, A. C. Pesquisa ISẸ́: contribuições da terapia ocupacional afrorreferenciada nos processos de formação e restituição das subjetividades negras. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 31, p. e3435, 2023. DOI: 10.1590/2526-8910.ctoAO263234351. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3435. Acesso em: 08 dez. 2024.

COSTA, S. L.; ALVES, H. C. Diálogos interepistêmicos: por uma terapia ocupacional de base alargada. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 527-532, 2017. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto13459. Acesso em 18 nov.23.

DAUBERMANN, N. C. Narrativas e memórias de mulheres negras em suas escrituras. In: **VIII Jornadas do Pensamento de Rodolfo Kusch**, 2019, Porto Alegre/RS. O

Pensamento de Rodolfo Kusch: movimentos e seminais na América profunda. Porto Alegre/RS: CirKula, 2019.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: pretos e pardos são maioria na Enfermagem. **Conselho Federal de Enfermagem**. *[S.l.]*: Cofen, 20 nov. 2023. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/dia-da-consciencia-negra-pretos-e-pardos-sao-maioria-na-enfermagem. Acesso em 01 dez.2024.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.12, n. 23, 2007. Disponível em https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007. Acesso em 19 de out.2024.

EDUARDO, D. A.; NETO, C. E. S. O projeto de embranquecimento da população brasileira e os efeitos sociais da utilização do direito como instrumento de segregação racial. **Diké** – Revista Jurídica, Ilhéus, v. 22, n. 24, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.36113/dike.24.2023.3961. Acesso em 27 out.2024.

FANON, F. Racismo e cultura. **Revista Convergência Crítica**, Campos dos Goytacazes, n. 13, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512. Acesso em 13 de maio 2024.

FARIAS, M. N.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social, antiopressão e liberdade: considerações sobre a revolução da/na vida cotidiana. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, n. spe, 2022.Disponível em: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN234531001. Acesso em 08 set. 2023.

FARIAS, M. N; LEITE JUNIOR J. D; COSTA, I. R. B. B. Terapia Ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018. Disponível em https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto12712. Acesso em 14 abr. 2023.

FELIPE, D.; SILVA, V. Os Feitos e os Efeitos das Cotas Raciais no Brasil: avanços, desafios e possibilidades. **Escritas do Tempo**, v. 4, n. 10, p. 4-9, 2022. Disponível em https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1869. Acesso em 08 jun. 2023.

FELIPE, D. A.; CARVALHO, L. A. Cotas para a população negra na Universidade Estadual de Maringá: mobilizações, implementação e desafios. **Revista da ABPN**, *[S.l.]*, v. 13, ed. especial, p. 11-37, 30 abr. 2021. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/download/1234/1108. Acesso em: 8 jun. 2023.

FERREIRA, L. S. A contribuição da sociologia de Florestan Fernandes para a compreensão da questão racial no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), *[S. l.]*, v. 6, n. 14, p. 276–288, 2014. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/143. Acesso em: 27 out. 2024.

GAIA, R. S. P. O negro-acadêmico e as tensões entre o querer-ser-pertencer em espaços excludentes. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 13, n. 35, p. 366–386, 2021. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/906. Acesso em: 26 out. 2024.

GALHEIGO, S. M. *et al*. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 26, n. 4, p. 723–738, 2018. DOI: 10.4322/2526-8910.ctoAO1773. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2302. Acesso em: 3 dez. 2023.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA; CFEMEA – CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Guia de enfrentamento ao racismo institucional**. *[s.l.]*: *[s.n.]*, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/48a-reuniao/palestra-7-guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

GIL, N. L.; ANTUNES, C. P. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, *[S.l.]*, v. 21, n. 1, p. e174, 17 fev. 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/53793. Acesso em: 27 out. 2024.

GOMES, C.; DUQUE-ARRAZOLA, L. S. Consumo e identidade: o cabelo afro como símbolo de resistência. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 11, n. 27, p. 184–205, 2019. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/496. Acesso em: 24 nov. 2024.

GOMES, F. S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L. M. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. *In:* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropólis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 360–371, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49715. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49715. Acesso em: 09 out. 2024.

GOMES, N. L. *et al*. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, *[S.l.]*, v. 42, p. e258226, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.258226. Acesso em: 12 set. 2024.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **POIÉSIS**, Tubarão, v. 12, n. 22, p. 350–367, jun./dez. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.19177/prppge.v12e222018350-367. Acesso em: 01 dez. 2024.

GUIMARÃES, C. F.; CORRÊA, L. J. L.; ALVES, C. O. Nossos próprios passos: a organização das mulheres negras brasileiras ontem e hoje. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 14, n. 41, p. 287–305, 2022. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1300. Acesso em: 26 maio 2024.

ROMÃO, J. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**.Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

hooks. b. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, b. **Irmãs do Inhame**: mulheres negras e autorrecuperação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE (COORD.). **Identificação e Abordagem do Racismo Institucional**. *[S.l.]*: Editora CRI, 2006.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: *[s,n,]*, 2008.

JESUS, S. O negro na educação brasileira. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmicas, Diamantina, n. 1, 2012. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/O-Negro-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Brasileira.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE JUNIOR, J. D.; FARIAS, M. N.; MARTINS, S. Dona Ivone Lara e terapia ocupacional: devir-negro da história da profissão. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 29, p. e2171, 2021. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2875. Acesso em: 09 dez. 2023.

LAURIS, E. **Racismo, violência e Estado**: três faces, uma única estrutura de dominação articulada — abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Criola, 2022.

LIMA, E. M. F. de A. Terapia ocupacional: uma profissão feminina ou feminista? **Saúde em Debate**, *[S.l.]*, v. 45, n. spe1, p. 154–167, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042021E112. Acesso em: 30 set. 2023.

LIMA, L. L. A.; LIMA, F.; OLIVERA, L. R. de. Mulheres negras, subjetivação e trauma colonial: bem viver e futuridade. **Periódico**, cidade, v. X, n. X, ano. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1444. Acesso em: 25 fev. 2024.

LOPES, R.E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil . **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 3, p. 158–164, 2007. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v18i3p158-164. Disponível em: https://revistas.usp.br/rto/article/view/14020.. Acesso em: 18 ago. 2025.

LOPES, R.E.; MALFITANO, A.P.S.; Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. 2ed. São Carlos: EdUFSCar,2023.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, *[S.l.]*, v. 16, n. 40, p. 121–134, jan./mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

MACHADO, A. F. Pedagogias da ancestralidade: perspectivas para ensino de filosofias africanas no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 17, ed. esp., p. 63–72, 2023. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1668. Acesso em: 26 maio 2024.

MACHADO, A. F. Filosofia africana desde saberes ancestrais femininos: bordando perspectivas de descolonização do ser-tão que há em nós. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 12, n. 31, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/835. Acesso em: 2 abr. 2024.

MARCOLINO, T. Q. *et al*. Comunidade de prática em terapia ocupacional para o cuidado em saúde mental na atenção básica em saúde: expectativas e impactos. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 24, n. 4, p. 733–741, 2016. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0788. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1507. Acesso em: 16 dez. 2023.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó,2021.

MARTINS, M. T. S. L.; TAQUETTE, S. R. O racismo e o sexismo na trajetória das estudantes de Medicina negras: uma revisão integrativa. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 28, p. e230343, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.230343. Acesso em: 18 jun. 2024.

MARTINS, S.; MAGALHÃES, L. Vai arrumar este cabelo, neguinha!: mapeamento corporal narrado por Gabriela, mãe negra. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200824, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.200824. Acesso em: 30 abr. 2023.

MATTA, B. A. R.; MACHADO, R. de C. F. A intelectualidade negra e a produção científica: um olhar decolonial. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 33–44, 2021. DOI: 10.11606/issn.1517-0128.v39i2p33-44. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/191686. Acesso em: 2 nov. 2024.

MINAYO, M.C. de S.(org.) DESLANDES, SF; GOMES,R. Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade. 28 ed.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

MONZELI, G. A. **Histórias da terapia ocupacional na América Latina**: a criação dos primeiros programas de formação profissional. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

MONZELI, G. A.; MORRISON, R.; LOPES, R. E.. Histórias da terapia ocupacional na América Latina: a primeira década de criação dos programas de formação profissional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 235–250, abr. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1631. Acesso em 19.out.24.

MORRISON JARA, R. Los comienzos de la terapia ocupacional en Estados Unidos: una perspectiva feminista desde los estudios de Ciencia, Tecnología y Género (siglos XIX y XX). **História Crítica**, *[S. l.]*, v. 1, n. 62, p. 97–117, 2016. DOI: 10.7440/histcrit62.2016.05. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hiscrit/article/view/4491. Acesso em: 29 set. 2024.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Carta de princípios**. *[S.l.]*: *[s.n.]*, *[s.d.]*. Disponível em: https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf. Acesso em 19 nov.2024.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Home**. *[S.l.]*: Movimento Negro Unificado, 2020. Disponível em: https://mnu.org.br/. Acesso em 09 jun. 2025.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO – PENESB, 2003, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2007. DOI: 10.5216/sec.v4i2.515. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515. Acesso em: 09 jun. 2024.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processos deum racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva,2017.

NOGUERA, R. UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: ELEMENTOS GERAIS PARA UMA ÉTICA AFROPERSPECTIVA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 3, n. 6, p. 147–150, 2012. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358. Acesso em: 25 ago. 2025.

Formatado: Português (Brasil)

Formatado: Espanhol (América Latina)

NOTA OFICIAL: A Enfermagem tem cor, cara, coragem e posição firme contra os crimes de racismo e injúria racial no Brasil. **Conselho Federal de Enfermagem**. *[S.l.]*: Cofen, 07 jun. 2024. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/a-enfermagem-tem-cor-cara-coragem-e-posicao-firme-contra-os-crimes-de-racismo-e-injuria-racial-no-brasil/#:~:text=De%20cada%2010%20profissionais%20de,Brasil%20(Cofen%2FFiocruz). Acesso em? 01 dez.2024.

NUNES, T. S.; JUNIOR, W. R. P. Luta antirracista e democracia racial no século XX: o legado do jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S.l.]*, v. 12, ed. esp., p. 694–710, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/955. Acesso em: 27 out. 2024.

NUNES,M. F.; MELO, K.M.M. de.; BARREIO, R.G.; BRAGA,I.F.; MALFITANO,A.P.S.; LOPES, R.E. Debates on race/ethnicity among social occupational therapists: The need for a historically situated dialogue**. Journal of Occupational Science**. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14427591.2024.2409265. Acesso em 08 ago.2025.

OLIVEIRA, A. S. **Sankofa**: a circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, D. A. **A mulher negra, educação e trabalho**: uma realidade desigual na sociedade brasileira. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69994. Acesso em: 17 set. 2024.

OLIVEIRA, J. A. N. **Estudantes negros ingressantes na universidade por meio de reserva de vagas**: um estudo sobre processos educativos de construção de identidade negra e pertencimento étnico-racial no ensino superior. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

OLIVEIRA, R. J.; OLIVEIRA, R. M. S. Origens da segregação racial no Brasil. **Les Cahiers ALHIM**, n. 29, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4000/alhim.5191. Acesso em: 26 out. 2024.

ONG CRIOLA. **Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: https://criola.org.br/multiversidade/. Acesso em 21 out.2024.

ONG CRIOLA. **Relatório impacto da violência produzida pelas polícias brasileiras contra as mulheres negras cis e tran**s. Rio de Janeiro: mar. 2024. Disponível em: https://criola.org.br/multiversidade/. Acesso em: 27 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Guia de orientação das Nações Unidas no Brasil para denúncias de discriminação étnico-racial**. Brasília:

2011. Disponível em: https://nacoesunidas.org/onu-lanca-guia-paradenuncias-de-discriminacao-etnico-racial/. Acesso em: 15 jun. 2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Vidas negras pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil**. *[S.l.]*, 2017. Disponível em: http://vidasnegras.nacoesunidas.org/. Acesso em 19 de set.2024.

OTHERO, M. B. Terapia Ocupacional em Oncologia. *In*: CARVALHO, V. A., MACIEIRA, R. C., LIBERATO, R. P., VEIT, M. T., KOVACS, M. J., GOMES, M. J. B., FRANCO, M. H. P., BARROS, L. H. C. (org.? ed.?). **Temas em psicooncologia**. São Paulo: Summus Editorial, 2008. p. 456-464

PADILHA, M. I.; PERES, M. A. A.; APERIBENSE, P. G. G. S. Dona Yvonne Lara e o compasso entre a arte e a ciência. **Escola Anna Nery**, *[S.l.]*, v. 26, p. e20210470, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0470pt. Acesso em: 18 nov. 2024.

PESSANHA, E. A. M.; NASCIMENTO, W. F. Necropolítica: estratégias de extermínio do corpo negro. **ODEERE**, *[S. l.]*, v. 3, n. 6, p. 149–176, 2018. DOI: 10.22481/odeere.v3i6.4327. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4327. Acesso em: 28 out. 2024.

PRESTES, C. R. S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras**: resiliência em mulheres negras, transmissão psíquica e pertencimentos. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-31012014-091149/ptbr.php. Acesso em: 10 abr. 2024.

PRESTES, C. R. dos S.; VASCONCELLOS, E. G. Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo. **Pambazuka News**, n. 63, 29 nov. 2013. Disponível em: http://pambazuka.org/pt/category/features/89826. Acesso em: 15 mar. 2024.

PORTO, R. M.; Silva, C. R. A branquitude e as dimensões do não-dito na/da terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 31, p. e3531, 2023. DOI: 10.1590/2526-8910.ctoARF270735311. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3531. Acesso em: 04 mai. 2024.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, C. M. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, *[S. l.]*, v. 25, n. 45, p. 71–87, 2016. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n45.p71-87. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2286. Acesso em: 26 mai. 2024.

RASCKE, K.; SANTOS, J.; ALENCAR, M. C. O programa de apoio ao estudante quilombola (PAEQUI) como política de permanência numa universidade na Amazônia (UNIFESSPA-PA). **Escritas do Tempo**, v. 3, n. 7, p. 124–146, 2021. DOI:

10.47694/issn.2674-7758.v3.i7.2021.124146. Disponível em: https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/citationstylelanguage/get/harvard-cite-them-right?submissionId=1547. Acesso em: 09 jun. 2023.

RIBEIRO. D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, M. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, *[S.l.]*, v. 16, n. 3, p. 987–1004, set. 2008. DOI: 10.1590/S0104-026X2008000300017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300017. Acesso em: 5 mar. 2024.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, *[S.l.]*, v. 22, n. 3, p. 445–456, set. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300005. Acesso em: 18 nov. 2024.

SANTOS, A. B. **Relação com a ancestralidade**. Piauí, 03 dez. 2023. Instagram: @rocadequilombo. Disponível em: https://www.instagram.com/reels/audio/2337693476431949?igsh=OG1ncGRibjF2c2Zy. Acesso em: 16 set. 2024.

SANTOS, H. S. dos; SANTOS, L. L. do N.; QUADROS, L. C. de T.; TSALLIS, A. C. Corp(o)ralidade como metodologia: composições possíveis entre escrevivência e filosofia Ubuntu. **Psicologia & Sociedade**, *[S.l.]*, v. 35, e277081, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277081. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, M. A. O. **O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, S. P. Movimento de mulheres negras no Brasil: rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 1–22, 2020. DOI: 10.35699/2525-8036.2020.24506. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/24506. Acesso em: 1 nov. 2024.

SANTANA, B. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP, 2015.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 1, 2024, Brasília. **Caderno de Textos Básicos**, Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

SILVA, C.; JARA, R.; DEL CAMPO, Y.; KRONENBERG, F. Terapias ocupacionais do Sul: demandas atuais a partir de uma perspectiva sócio-histórica. **REVISBRATO**, *[S.l.]*, v. 3, n. 2, p. 172–178, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto24867. Acesso em: 9 nov. 2024.

SILVA, C. G. A.; MINHOTO, M. A. P. (org.). **A mudança do perfil estudantil nas instituições federais de educação superior**: uma análise a partir da Lei 12.711/2012. São Paulo: SoU_Ciências; Unifesp; Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência, 2023.

SILVA, G. S. **"Aquilombada resisto. Forjemos um mundo novo!":** escrevivências de mulheres negras ativistas do campo da saúde da população negra da Bahia. 2024. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SILVA, M. A. B. Desigualdades educacionais da população negra do Brasil: um contexto sócio-histórico. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 836–856, dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p836-856. Acesso em: 24 mar. 2024.

SILVA, M. A. B. Racismo institucional: pontos para reflexão. **Laplage em Revista**, *[S.l.]*, v. 3, n. 1, p. 127–136, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731223p.127-136. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, M. A. B. Relatos de uma mulher negra na pós-graduação: trajetória educacional. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 13, n. 1, p. 1–19, 2017. DOI: 10.5216/rir.v13i1.40402. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/40402. Acesso em: 9 dez. 2024.

SILVA, V. A.; ARRUDA, D. O. O mito da democracia racial e seus reflexos na percepção social sobre as políticas públicas de ações afirmativas no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** Boa Vista, v. 16, n. 48, p. 681–701, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10449608. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2978. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVEIRA, R; ROSA, R.; FOGAÇA, G.; Santos, L.; NARDI, H.; ALVES, M.; BAIRROS, F. Reflexões sobre a coleta do quesito raça/cor na Atenção Básica (SUS) no Sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2021.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203–219, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 19–47.

UNIFESP – Consciência Negra – Estudantes negros na Unifesp refletem realidade social. **Andifes**: Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino

Superior. *[S.l.]*, 20 nov. 2018. Disponível https://www.andifes.org.br/2018/11/20/unifesp-consciencia-negra-estudantes-negros-na-unifesp-reflete-realidade-social. Acesso em 19 mar.2024

VALÉRIO, A. C. O. *et al*. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S.l.]*, v. 29, p. e3007, 2021.Disponível em https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2278. Acesso em 08 jun.2023.

VERIDIANO, M. G. **5 Provérbios Africanos Que Precisamos Aprender**. *[S.l.]*, 01 set. 2024. Instagram: @descolonize.educa.Disponível em: https://www.instagram.com/descolonize.educa/profilecard/?igsh=Y2llNzl6b3B3Z29z Acesso em 05 out.2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 9 jun. 2023.

WERNECK, J. Racismo institucional e a saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535–549, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902016000300535&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 fev. 2018.

APENDICÊ A:ROBERTA DOS SANTOS SOUZA

ENCANTAMENTO

Sou Roberta, mulher negra, nascida em Santos -SP, residente no Guarujá, filha de Maria da Conceição dos Santos e Erivaldo Balbino de Souza, somos em três irmãos, e sou gemelar com o Rudson, meu irmão mais velho chama-se Robson. Aos nove nos de idade, nossa mãe faleceu e dentro de todo o caos, fomos morar com

A nossa avó (Maria Helena) e tio (Marquinho), ambos da família materna; eu e o Rudson, meu irmão mais velho foi morar com nosso pai; foi período complicado e difícil pra todos nós, e que bom que eles nos deram - nossa família materna o que era necessário para seguir.

Minha vida encontra outras possibilidades, através da indicação do cursinho Pré-vestibular Educafro indicado pela orientadora pedagógica Vandira Rabelo e Profa. Vânia Lacerda por sua generosidade e incentivo em me doar as coleções de livro do cursinho Objetivo, a ação concreta associada com as palavras de incentivo, *"elas me viram, me sonharam no ensino médio*"; a Educafro me proporcionou muito mais que conteúdo didático, foi espaço de cidadania, reconhecimento, parcerias e ampliação de sonhos. Foi através da Educafro que pude sonhar em acessar o ensino superior público e gratuito; frequentar feiras de profissões, estar por dentro dos calendários dos vestibulares no estado de SP, taxas de inscrição, vestibulares.

I. CONHECENDO A PROFISSÃO

Minha trajetória até a Terapia Ocupacional, inicia naquele final de semana do ano de 2006, quando fui capturada pela profissão, numa Feira de Profissões na UNIMONTE(hoje chama-se São Judas), fui capturada! Recordo quando me aproximei do stand e dos recursos de tecnologia assistiva para Atividades de Vida Diária (AVDs)- para pentear os cabelos, fiquei maravilhada! Houve uma conexão, e partir de então busquei informações em revistas de profissões sobre a TO Na busca pela profissão, foi nesse mesmo ano que conheci a UNIFESP e soube que tinha o curso.

Na tentativa de economizar o pouco dinheiro que minha família tinha, minha avó me acompanhou até a UNIFESP, para solicitar a isenção da taxa do vestibular e

foi a mesma que pagou a taxa, quando não fui contemplada com a isenção. Não fui aprovada no vestibular daquele ano, mas segui, sabendo que voltaria, era um sonho estudar na universidade pública... e voltei sete anos depois: terminei a graduação em enfermagem em 2010 e continuei a estudar, conciliando com a jornada dupla de trabalhos informais (babá, monitora de festa infantil, diarista com as mulheres da minha família), estava decidida a continuar.

Ao escreviver sobre esse episódio, recordo o quanto desejei cursar a graduação no ensino superior numa instituição de ensino pública; o começo do sonho inicia-se em 2013, foi uma conquista e celebração coletiva para mim, fruto da Educafro e da minha perseverança. Claro que inúmeros desafios surgiram: ser a primeira pessoa da família a cursar a segunda graduação numa universidade federal em período integral, é uma realidade inimaginável para o contexto que nasci! Como uma pessoa adulta ao invés de trabalhar, irá estudar o dia todo? Como vai se manter? Que faculdade é essa? muitas dúvidas se fizeram presente e o tempo rei-mestre e senhor foi auxiliando nessa caminhada, de compreender e respeitar as minhas escolhas.

Antes de iniciar o ano letivo da graduação em 2013, que iniciou em maio (devido à greve), com o suporte do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) tive acesso ao auxílio estudantil durante toda a graduação, que garantiu minha permanência na universidade e depois a bolsa de extensão. Não tenho palavras para descrever o quanto fui radicalmente transformada, minha visão de mundo foi ampliada, assim como repertórios, saberes, possibilidades e de vida, a Roberta que entrou em 2013, não foi a mesma que se graduou em 2016.

Nem seria possível ser a mesma, em novembro de 2014, meu primo-irmão **Netinho**, parceiro dos cafés da tarde, faleceu tragicamente num acidente de moto aos dezoito anos... não há nada mais brutal e chocante, que aguardar o retorno de alguém e ele infelizmente não retornar, como implorei que as leis da física não se aplicassem ao seu corpo frágil... vivi períodos de intensa tristeza, dias nublados e luto, mas foi também neste momento crucial de tamanha dor, que fui capturada. No dia que a ausência do Netinho gritou em mim, e só me restava chorar pela sua morte prematura; para espairecer, resolvi dar uma volta de bicicleta e ir até o cemitério até porque nada parecia real, a ficha não tinha caído.

Eis que no percurso, ao olhar pra uma praça que estava repleta de entulhos, a natureza mostrava-se soberana, onde aparentemente não havia nada a não ser lixo e restos de materiais de construção, ali havia um belo girassol. Meus Deus, fui

impactada, aquele sinal em meio a dor, ao encontrar a beleza imponente do girassol, foi fundamental para ressignificar a perda, e desde então o girassol tem um significado muito especial na minha vida, pois num dos dias mais dilacerantes, me deu fôlego e o tenho tatuado em mim. Assim como a indicação da leitura " Ostra feliz não produz pérolas" de Rubens Alves e Ano do pensamento mágico.

Segui na graduação, e em 2016, no último semestre algumas angústias pairavam no ar: será que teria trabalho para mim na minha cidade? As minhas referências eram reduzidas, visto que naquele momento só conhecia as instituições filantrópicas e do terceiro setor que tinha terapeuta ocupacional no Guarujá e outros locais na cidade vizinha (Santos); no entanto, houve uma conversa de ex- egressas da TO, falando sobre suas atuações profissionais e possibilidades como: residência multiprofissional, aprimoramento, mestrado, doutorado e alguns locais de trabalho, foi uma experiencia frutífera, foi a partir daquela conversa que comecei a pesquisar sobre aprimoramento e residências multiprofissionais, no qual prestei para ambas e fui aprovada, escolhendo a residência da prefeitura de São Paulo, no campo de saúde mental.

Trajetória

Cursei a graduação em enfermagem de 2007-2010 na UNAERP-Guarujá, Terapia Ocupacional em 2013-2016; Pós- graduação Lato sensu: residência multiprofissional em Saúde Mental (2017-2019) e pós em Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce no Modelo centrado na família (2021-2023); e finalizando o mestrado no PPGTO (2023-2025). Atualmente terapeuta ocupacional concursada na Prefeitura Municipal do Guarujá no CAPS IJ.

TERAPRETA: Tornar-se negra

Parece óbvio que a gente se reconheça preta desde a infância, mas não tá dado. Venho de uma família negra composta de diversas tonalidades, mas é claro que desejava ser branca, a questão étnico-racial nunca foi um assunto na minha família, muito pelo contrário, os meus viveram a experiência do auto ódio, falas racistas, preconceitos, como construir uma imagem positiva de negritude, quando ao redor é marcado por violências, ausências e racismos.

No ensino médio já me reconhecia como diferente *"Morena escura*"; recordo de uma aula de biologia que fazia menção a hipersexualização da mulher negra e aquele

olhar, como fiquei constrangida com fala do professor... e em outros momentos numa visão reducionista e cheia de estereótipos negativos. A autoafirmação de mulher negra somente quando adentro na Educafro e foi se fortalecendo com o passar dos anos.

Lembro do episódio na UNIFESP, no dia de efetuar a matrícula, precisei fazer uma declaração e reconhecer firma de autodeclaração de pessoa negra, visto que acessei a vaga pelas cotas raciais, um documento para afirmar a negritude.

Hoje posso afirmar, naquele período eu provavelmente não tinha o repertório, não sabia nomear, identificar práticas racistas, mas o racismo sempre esteve presente. Me sentia inadequada, inferior àquele lugar, apesar de dedicação ao estudo, isso não se traduzia nas minhas notas no eixo biológico e reforçava essa sensação/sentimento de incapacidade, eu só queria ficar invisível nas disciplinas do eixo biológico, diante apreensão que sentia nas aulas do modulo.

Lembro da aula do eixo -Inserção Social (IS) que nos dividimos num seminário para falar sobre os as políticas públicas destinadas a grupos vulnerabilizados como população negra, indígena, com deficiências, LGBTQUIAPN+; enquanto estava no preparação do seminário, aconteceu um episódio: ao retornar para casa no ônibus municipal, houve uma fala que por dias fique processando pra saber se aquilo foi real, e quando compartilhei o fato ocorrido na sala, fiquei arrasada; a fala no ônibus foi "*a pessoa fede igual a preto"* foi chocante, fiquei sem reação.

Na residência multiprofissional em São Bernardo foi o lugar mobilizador, foi onde mais me aprofundei na temática racial e onde sofri racismo. Foi tema de trabalho de conclusão de residência e discussões. Claro, também foi o lugar onde fui vítima de inúmeras falas racistas como: ser associada a paciente, familiares de pacientes ou mesmo da limpeza; de me chamarem de "Bahiana" por usar turbantes; de ser ofendida enquanto pessoa negra por pacientes, foi ali que pertenci, junto aos outros residentes negros, me tornei mais consciente e critica, que pude iniciar o processo de nomear, identificar ações, situações, falas, olhares de cunhos racista. Hoje, com mais repertório, consigo trazer para arena o desconforto causado, de pontuar e discutir, mas as vezes nos falta o ar de tamanha violência.

A inserção em espaços enegrecidos contribuiu para me dar "corpo", repertório e suporte, como o curso já mencionado anteriormente de formação Pré- Acadêmica Abdias Nascimento, leituras de autoras e autores negros e as redes de amizade.

II. Ancestralidade

No ano de 2018-2019, afetada pelas inquietações no curso de Abdias Nascimento, surge o interesse em buscar a minha origem ancestral antes do processo de colonização e apesar de controvérsia realizo um exame de DNA, desde então estou em busca, nas leituras, filmes, livros, series, artistas, músicas, espaços culturais, de lazer e nas produções cientifica.

As coisas de alguma forma culminam, no ano de 2023 quando adentro o PPGTO numa turma feminina e majoritariamente negra, vai trazendo tantos novos elementos e possibilidades, que influenciam na construção desta pesquisa; as pessoas que cruzaram a minha vida, as indicações, sugestões compõem este processo de olhar para trás neste resgate ancestral, semelhante ao SANKOFA.

E algumas coincidências nesses encontros foram dando os outros contornos, de olhar para minha história, com carinho, cuidado, valorizando- a.

Contribuições

É muito difícil pensar no que estou contribuindo para a Terapia Ocupacional nestes nove anos de formada, quando fiz estas mesmas pergunta as terapeutas ocupacionais colaboradoras desta pesquisa, que tem décadas de formação. Mas compartilho duas coisas: a primeira acredito que seja esta pesquisa, ter a oportunidade de ter pessoas que caminharam comigo, de torná-la possível, é um ato de esperançar a Terapia Ocupacional e minha trajetória profissional. Escreviver, visibilizar as mulheres negras que estão na Terapia Ocupacional há mais de duas, três décadas, e são apaixonadas pela profissão é bonito demais. Escuta-las foi um prazer, aprendizado e inspiração. É deixar este pedacinho meu-nosso no mundo; Um outro momento que entendo que seja uma contribuição começou em 2018, quando houve um concurso público no Guarujá tão esperado e não houve o cargo de TO, apesar de o último concurso ter sido realizado no ano 2000. Então houve uma mobilização de três TOs: eu, Barbara Bilarrubia e Mariana Fornos todas nós da turma 08 da UNIFESP, começamos um movimento de articulação com o CREFITO, RENETO, ABRATO, UNIFESP, CMAG(Confederação de Associações de Bairros de

Guarujá) de conversas com vereador do município, secretário da administração pública, prefeito a fim de que pudesse ter um retificação do edital com a inclusão do cargo, também abrirmos um processo na prefeitura com a solicitação de vagas, e muitas conversas, no entanto saímos com a promessa que no próximo concurso público teríamos o cargo; e outras movimentações foram feitas com representantes do CREFITO, TOs do município, em 2022 com levantamento dos equipamentos e da atual quadro de terapeutas ocupacionais da prefeitura do Guarujá e já pensando nas articulações para seguirmos.

Então em 2023 o tão sonhado concurso público saiu com vagas para TO e logo depois um processo seletivo temporário, foi uma alegria para nós, afinal já fazia 23 anos do último concurso com o cargo. Nos três prestamos o concurso e fomos classificadas, então só restava aguardar a convocação. Em março de 2024, fui convocada do processo seletivo e fui lotada no Caps IJ e aguardava as esperas da convocação do concurso, e finalmente no dia 15 de março de 2025 fui convocada e no dia 02 de abril nomeada, tomando posse no dia 08 de abril como funcionária pública da Prefeitura de Guarujá, celebrando com festa esse momento tão esperado e desejado. Uma luta coletiva que foi semeada, hoje vamos colhendo os frutos.

(Arquivo pessoal, 08 de abril de 2025)

Posse do cargo público.

APENDICÊ B: CARTA DE AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer imensamente as terapeutas colaboradoras desta pesquisa, sem a presença de vocês, não teríamos esta produção.
Não há palavras que expresse a generosidade, disponibilidade de cada uma, pelo compartilhamento de suas escrevivências e alegria de tê-las conhecido.
Espero que saibam: esta pesquisa existe porque vocês aceitaram fazer esta jornada comigo, me deram a mão, sorrisos, incentivo, apoio e seu tempo de vida.
Reverencio – as Sankofas da Terapia Ocupacional.
Reverencio às Baobás: Maria Bernardete da Silva Roque de Faria, Dalila Ribeiro Alves Vilella, Eliana Maria de Moraes, Marta Soares, Haydée Monteiro, Vanilza Rodrigues dos Santos, Marcia Cabral Costa, Rita de Cássia Barcellos Bittencourt, and Gilma Corrêa Coutinho

Minha gratidão!

ANEXO A — ROTEIRO DE ENCONTROS E ENTREVISTA

Segunda Fase de Coleta de Dados

Qual a trajetória acadêmica e as contribuições das terapeutas ocupacionais negras?

- Apresentação dos objetivos e desenho da pesquisa e do TCLE 2;
- Proposição de consentimento verbal;
- Introduzir a conversa a partir das informações iniciais obtidas na primeira fase da pesquisa (levantamento dos nomes)

1. **Dados Pessoais**
   Nome completo, Idade, cidade de nascimento e atual.

2. **Trajetória Acadêmica**

   Onde cursou a graduação, pós-graduação.
   Quais foram/são as áreas de atuação e acadêmica.

3. **Reconhecer-se negra**

   Você poderia nos relatar como foi seu processo de reconhecer-se negra?
   Houve algum evento marcante? No período da graduação, houve algum tipo de suporte institucional da Universidade?
   Na sua percepção, ser uma mulher negra (estudante/profissional) houve algum episódio/ fato que repercutiu no seu cotidiano e/ou na trajetória profissional?

4. **Contribuição para a Terapia Ocupacional**

   Rememorando a sua trajetória, qual (quais) você considera sua principal contribuição?
   Diante das perguntas, você gostaria de compartilhar conosco mais alguma informação?

ANEXO B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

Histórias invisibilizadas na Terapia Ocupacional: as contribuições das mulheres negras na construção da profissão

Pesquisadora Responsável: ROBERTA DOS SANTOS SOUZA.

Orientadora: Profa. Dra. PATRICIA LEME DE OLIVEIRA BORBA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CAAE: 77485024.6.0000.5504
Número do Parecer:7.083.645

A Senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento a senhora irá decidir se deseja participar e preencher o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), e se deseja desistir da participação durante ou após preenchimento, poderá retirar seu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é Escreviver as histórias das terapeutas ocupacionais negras do período de 1958 ao ano 2000; quando e como as terapeutas ocupacionais se reconheceram negra e as repercussões cotidianas; e as contribuições das terapeutas ocupacionais para a profissão e/ou na sua prática profissional, e tem como justificativa: a terapia ocupacional apresenta uma produção

diversa e relevante sobre a temática étnico-racial, no entanto não temos ainda produções brasileiras que façam o resgate histórico da/na perspectiva negra por meio de terapeutas ocupacionais negras.

Um dado relevante que embasa o pioneirismo desta pesquisa, ao realizar contato informal via e-mail com as Universidades do Estado de São Paulo, que possuiu o curso de Terapia Ocupacional, com mais de quarenta anos a fim de acessar futuramente tais informações, seguindo todos os procedimentos éticos e legais, assim como a lei de proteção de dados, todas foram categóricas ao informar não ter esta informação sobre raça/cor nos questionários de matrícula dos egressos do período solicitado (1958-2000).

Diante desta informação, entende-se que a autodeclaração étnico-racial nas matrículas é recente, associado após o período de implementação das políticas de ações afirmativas.

A senhora ao clicar em "Aceito participar da pesquisa" irá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa Histórias invisibilizadas na Terapia Ocupacional: as contribuições das mulheres negras na construção da profissão, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual poderá ser impresso ou solicitado ao pesquisador via endereço de Email fornecido, se assim o desejar. Caso desista de participar antes, durante ou após a entrevista seus dados não serão gravados, enviados e nem recebidos pelo pesquisador e serão apagados ao se fechar a página do navegador. Se a Sra. aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos serão os seguintes:

I. Acessar dados documentais das Instituições de Ensino Superior, que tenham ou tiveram o curso de graduação em Terapia Ocupacional no período informado (1958-2000);

II. A seleção das participantes pela amostragem de bola de neve (ou seja, uma pessoa indica a outra e assim sucessivamente, que atendam os critérios estipulados da pesquisa);

III. Será enviado carta convite individualmente por meio eletrônico (e-mail) as participantes da pesquisa que manifestaram interesse, e para seguimento, apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

IV. Será feito a leitura do TCLE, esclarecidas as dúvidas que surgirem, assim com a anuência das participantes para prosseguimento na participação da pesquisa.

V. Após sanadas as dúvidas, colhida a assinatura das participantes, que poderá ser assinatura digital, conforme a legislação brasileira na lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, sobre uso das assinaturas eletrônicas.

VI. Será enviado e-mail individualmente e mensagem via aplicativo de mensagem (WhatsApp) com as instruções de acesso, e envio do link para a entrevista conforme data combinada. Duração de 60 a 120 minutos, com no máximo duas entrevistas.

VII. Diante de algum problema técnico que dificulte na qualidade do vídeo e áudio, como instabilidade da conexão, falta de energia entre outros, será enviado e-mail e mensagem
pelo aplicativo WhatsApp, para remarcar a entrevista.

VIII. Toda a entrevista será gravada, vídeo e áudio por meio da própria ferramenta de comunicação utilizada (Zoom, Facetime, Google Meet e WhatsApp) e a gravação enviada posteriormente a cada participante da pesquisa que desejar, através do e-mail individualmente, em arquivo específico do TCLE.

IX. As participantes de pesquisa terão acesso às perguntas da entrevista, somente após o consentimento nos termos supracitados (TCLE).

X. Após a finalização da coleta de dados, todo o material será salvo, armazenado no computador e na nuvem da pesquisadora responsável, assim como o download do material, armazenado em pasta no computador da pesquisadora responsável.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco, neste sentido, a técnica utilizada não oferece risco grave a nenhuma participante da pesquisa. No entanto, algumas perguntas norteadoras podem ocasionar desconfortos e sentimentos como angústia, choro, inquietação, mal estar, tristeza pelo acesso a evocação das memórias e situações vividas. Diante de qualquer sinal apresentado, as participantes podem suspender e /ou interromper a entrevista e sua participação na pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Neste sentido as pesquisadoras se comprometem a prestar assistência através da escuta qualificada e acolhimento, caso seja necessário, realizará articulação com a rede de saúde, assistência, educação para devidos encaminhamentos conforme a oferta do município. Todos os dados sensíveis obtidos desta pesquisa seguirão a Lei no 13.709, de 2018 (BRASIL, 2018), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de modo que serão utilizados somente para as finalidades descritas nesta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo e confidencialidade.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são a produção acadêmica na área de terapia ocupacional, na temática étnico-racial. Acredita-se que os resultados obtidos da pesquisa, possa apresentar, reconhecer, ampliar os nomes das terapeutas ocupacionais negras que contribuíram para a construção da profissão no Brasil, além da ampliar a discussão sobre a história da profissão, temática étnico-racial, mulheres negras e população negra, através da divulgação e propagação da produção proveniente deste estudo, em eventos científicos e publicações na área.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso a Sra decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e a Sra. não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos, porém, poderá receber por despesas decorrentes de sua participação. Essas despesas serão pagas pelo orçamento da pesquisa e/ou pela pesquisadora responsável.

Caso ocorra algum problema ou dano com a Sra., resultante de sua participação na pesquisa, a Sra. receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e

garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sra., o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que a Sra., queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso a Sra. tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ROBERTA DOS SANTOS Souza, telefone (13) 99773 22 92, endereço: Rua Edvaldo Pires, 269; Jd. B. Esperança, nos horários das 8h00 às 19h00 (preferencialmente) e/ou pelo e-mail: robertasansou@yahoo.com.br, sob orientação da Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma da Sra. e a outra para da pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: Histórias invisibilizadas na Terapia ocupacional: as contribuições das mulheres negras para construção da profissão. Você poderá imprimir uma via deste termo, ou se desejar, o pesquisador poderá encaminhar uma via assinada por email ou da maneira como preferir.

_____ Nome do participante _____ Assinatura do participante	Data: _____/_____/_____

Eu, Roberta dos Santos Souza, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: _____/_____/_____

ANEXO C — ENTREVISTAS

MARIA BERNADETE DA SILVA ROQUE FARIAS

R: Roberta
B: Bernadete

R: Oi, Bernadete.

B: Oi, olá!

R: Boa tarde.

B: Boa tarde. Roberta.

R: Como vai?

B: Tudo bem e você?

R: Eu vou bem.

B: Então tá.

R: Na vida corrida, Bernadete?

B: Bastante.

R: A gente nunca para, né?

B: É, eu não paro, não.

R: Eu falo pra minha avó assim, se eu parar é porque eu tô doente, ou eu vou morrer. Então a vida é esse movimento, a gente quase nunca para, né?

B: É isso aí. Eu já tô com sete quatro e não parei.

R: Jura?

B: Juro.

R: Nossa, que beleza!

(risos)

B: É isso aí.

R: Que coisa maravilhosa! Eu vou explicar pra você, né? Porque aí também não tomo muito tempo do seu tempo, na verdade, né? Eu sou também TO, né? Então eu estudei aqui na UNIFESP em Santos.
B: Sim.

R: Me formei em 2016.

B: 2016.

R: Aí depois eu fui fazer residência em saúde mental em São Bernardo do Campo. Até 2019, depois eu voltei aqui pro Guarujá. É que eu sou do Guarujá.

B: Pois é, você tá falando que formou em 2016. Eu formei em 79.

R: Nossa. Tá vendo? Um tempão, né?

B: É… um tempinho, né?

R: É. E aí eu formei e voltei aqui pro Guarujá. Até então, quando eu tava na graduação, parece que TO não tinha muito, né? No período que eu estudei.

B: 2016? Não tinha muito?

R: É, aqui no Guarujá tinha pouquíssimas, pouquíssimas. E aí as que tinham eram aqueles serviços assistenciais, sabe? Tipo APAE, algumas ONGs aqui no município que tem há muitos anos. Tem 40, 50 anos.

B: Sim, sim.

R : Aí eu achei que não ia ter trabalho. Se não vai ter trabalho, então eu vou ter que ir pra outro lugar. E aí o universo conspirou que um desses lugares onde eu fiz estágio, eu fui chamada. Aí eu fiquei trabalhando lá, que era um serviço de reabilitação neurológico, mas muito numa pegada tipo ONG, tipo APAE né?

B: Sim, sim.

R: Então tem 60 anos esse lugar, que é voltado pra criança com paralisia cerebral, síndromes, né? Malformações. Trabalhei um tempão por ali e tal. E aí a ideia do mestrado tava ali viva, né? Foi mobilizada de muitas formas, e aí eu tentei fazer pra Unifesp Santos, que é aqui do lado de casa, do lado, na cidade vizinha. E aí não passei. E aí eu falei assim, bom, então eu vou deixar a vida seguir, no momento oportuno eu tento de novo, né? Que a vida é assim. E aí chegou COVID. Aí eu falei assim, eu nem sei se eu vou estar viva, quer que eu vou ficar tentando de estudar alguma coisa, né?

B: Podia ter aproveitado.

R: É, eu falei assim, eu vou bem ficar na minha, porque aí depois se eu sobreviver, o que passar, a gente tenta alguma coisa. E aí, infelizmente, o meu tio com quem eu morava faleceu por COVID.

B: Sim.

R: E aí, durante esse mesmo ano, meu tio faleceu em 2021. Então foi um ano turbulento e tal. E aí em 2022 eu tava pensando, podia tentar, né? Mas a ideia tava tão longe, nem parecia ser muito próxima. E aí me mandaram edital lá da UFSCar. E aí quando eu mandei, me mandaram, tava ali que a data de inscrição se encerrava naquela semana. Eu falei assim, ah, não é possível arrumar um trabalho, organizar tudo em cinco dias. Não é viável, né? (risos) Não é possível. Então penso pro ano seguinte. E aí, Deuses, Deus, o universo conspirou a meu favor e a data foi prorrogada.

B: Ah, que bom, né?

R: Foi bem assim. E aí eu me inscrevi. E aí eu tive problema na inscrição. Aí faz esse rolo todo. Enfim, mas aí eu fui aprovada, entrei na turma no ano passado. Então o programa é desde 2009 lá, que é voltado para pós-graduação em terapia ocupacional. Então o programa é desde 2009. Depois em 2015 que teve início o doutorado. Eu entro no ano passado pelas ações afirmativas, que o programa tem uma política de cotas que é bem recente. E aí a minha turma é a primeira turma desde o início do programa que foi a maior entrada de alunos negros.

B: Sim, sim.

R: Alunas negras, né, na verdade.

B: Certo.

R: Então foi ano passado. E aí a linha de pesquisa na qual eu estou é a redes sociais e vulnerabilidade. Dentre essas eu pesquiso história e memória da terapia ocupacional. E aí isso surgiu por inúmeras questões. Acho que no processo de pensar o que era o trabalho, eu tinha me inscrito, quando eu submeti o projeto para o processo seletivo, eu escrevi uma coisa. E aí no decorrer das aulas, em conversa com uma colega que ia fazer a defesa do doutorado, ela falou assim, olha, podia ser uma boa a gente pensar quem veio antes de nós, né? A gente honrar as que veio antes de nós, porque a gente não conhece muito. A gente sabe pouquíssimas, né? A gente conhece algumas, mas que estão principalmente na graduação, que são docentes. Outras a gente não conhece muito. E aí aquilo me capturou de um jeito. Eu falei assim, gostei, vou tentar. (risos) Acho que vai ser extremamente desafiador, mas vou fazer a tentativa. E aí no semestre seguinte, que foi ano passado, eu estava na disciplina de “Histórias e Fundamentos” (da TO) com a minha orientadora. E aí eu acho que foi um momento importante, porque ali, né, para saber como a gente vir a ser professor, né, as tarefas que a gente faz. E aí culminou que ano passado, na semana da consciência negra da Unifesp, a gente pensou em fazer uma exposição com essas mulheres negras, né, quem eu conhecia, quem eu conheci, com algumas pesquisas que os alunos fizeram. Então, durante a semana da consciência negra, a gente fez uma exposição das mulheres negras na terapia ocupacional. Das que a gente conhecia, que naquele período eram pouquíssimas, né, a gente conhecia mais algumas docentes. E a gente fez uma exposição que foi muito positiva, na verdade. E a partir daí também foi levantando alguns nomes, né, a gente vai procurando, é um processo

meio de arqueologia. Procura, alguém indica, alguém procura, alguém indica, e assim eu tenho ido. Aí eu conversei já com algumas, e aí o seu nome me chegou, porque eu perguntei para a Patrícia, do Crefito. Aí ela falou assim, eu acho que são pouquíssimas. Eu falei assim, eu também não tenho dúvida. Mas quem você conseguir, puder me dizer o nome, eu converso, eu explico, para que a gente, que eu consiga chegar, e quanto mais pessoas eu conseguir entrevistar, melhor. E aí foi assim que seu nome chegou a mim. Através da Patrícia.

B: Eu achei muito interessante, foi o título, o primeiro título. O segundo não me causou muita coceira não, mas o primeiro, Vidas Invisibilizadas, me chamou a atenção. Inviabilizadas, né?

R: Invisibilizadas.

B: Como?

R: Invisibilizadas. É quase um palavrão. (risos)

B: Invisibilizadas. Vamos dizer assim, porque pensando nessas oportunidades, do pessoal, de nós negros, pretos mesmo. A gente, durante esse período de história, nós sofremos imensos preconceitos e poucas oportunidades. Por exemplo, eu não tive essa oportunidade que você teve de entrar por uma cota racial. Você está falando com uma pessoa que foi delegada na Constituição de 1988. E foi na Constituição de 1988 que o ensino se tornou universal. Então, assim, nenhum desses privilégios eu tive para estudar, certo? Tanto é que eu tenho hoje 74 anos, eu me formei em 79, por que? Eu nasci em 1950. Por que eu me formei em 79? Porque a minha caminhada de estudo não foi facilitada nem um pingo. Eu tive que conquistar cada passo que eu dei, certo? Então, assim, eu venho de uma família de 12 irmãos.

R: Nossa!

B: E saem migrantes do Vale do Jequitinhonha, que vai para Belo Horizonte, certo? E que o pai era padeiro na família, na vida dele. O meu pai só tinha o primário e minha mãe também. Então, assim, o meu pai sabia da profissão de fazer pão. E a minha mãe sabia ser doméstica, cuidar de filhos. Mas ela tinha uma irmã que já tinha vindo anteriormente para Belo Horizonte e fez auxiliar de enfermagem, que é o que pegava o povo pobre na época, as oportunidades de trabalho, era saúde… Comércio não admitia negro de jeito nenhum.

R: Raríssimos poucos, né? Raríssimos, né, Bernadette?

B: Raríssimos. Então, assim, a gente vem com uma família grande, com um pai com uma profissão, uma subprofissão, né, porque assim, gente tinha até um status bom onde a gente morava, mas o meu pai entrou na política, ele se candidatou e perdeu, então ele começou a ter perseguição política e o lugar é muito pequeno. Ele era dono de padaria, de restaurante. Então, assim, fizeram uma perseguição e nós... E é interessante falar disso, porque assim… a minha mãe é de 1922.

R: Nossa!

B: Certo? E assim, por que meu pai tinha padaria? Por que meu pai chegou a ter um restaurante numa cidade pequena? Exatamente porque a minha família, né? Ela herdou terras, sei lá, do trabalho de fazenda e tal, ela herdou terras. Então, a gente tinha terras, né, lá onde a gente morava. Então, assim, apesar da falta de oportunidade, eu ainda tive esse amparo da minha família ter tido terras, do meu pai ter tido postos até um certo momento. Depois, quando a gente veio para Belo Horizonte, a gente perdeu tudo, porque ele tinha perdido tudo lá com a política.

R: Nossa…

B: Ele teve que vender padaria, vendeu tudo e veio para cá sem profissão. O dinheiro que trouxe só deu para pagar seis meses de aluguel que a gente veio. Morava em casa própria lá, tinha terreno lá, né? Mas aí a gente veio para cá numa condição de pobre, paupérrimo, né? (risos)

R: Nossa!

B: E aí eu lutei pela vida, como todo mundo. Minha mãe lavando roupa para fora… passando, cuidando de irmãos e tal, trabalhando na casa da minha tia. Aos 12 anos eu trabalhava com a minha tia para ela ir trabalhar, essa que era enfermeira. Entendeu? Trabalhei com ela e eu, com uma necessidade, uma vontade de estudar, terminei o primário. Não tinha como… porque a gente não tinha passagem direta para a continuidade de estudos. Você não tinha acesso, certo? Na época, tinha que fazer uma tal de admissão para entrar no ginasial para depois prosseguir os estudos. E aí eu fiquei quatro anos sem estudar. Exatamente quatro anos.

R: E quantos anos você tinha na época?

B: Olha, na época, quando eu saí da escola, eu tinha 10 anos.

R: Ah, tá.

B: Então eu fiquei quatro anos sem estudar. Quando eu estava fazendo 15 anos eu falei com meu irmão, eu e meu irmão, ah não, eu não queria ser doméstica. (risos) Que é o que sobrava.

R: Mas Bernadete, vou dizer para você...

B: Eu já tinha uma irmã que era doméstica.

R: Mas vou dizer para você, eu estou agora com 36. Eu sempre me perco aí na idade. Mas todas as mulheres da minha família, inclusive eu, enquanto eu estudava, foram diaristas. A minha mãe morreu com a minha idade, na verdade. Então eu era criança quando a minha mãe morreu. Mas a vida toda a minha mãe foi diarista. E agora eu moro com a minha avó. Minha avó tem 90. Mas eu acho que mais de 80 anos, que ela começou quando era criança com 9, então, acho que quase 70 anos da vida dela ela foi diarista, empregada doméstica

B: Sim.

R: Era uma coisa que parece que nos estava dada, né?

B: Sim. Mas não estava no meu universo de pretensão.

R: Nem no meu, ainda bem. (risos)

B: Então o que eu fiz para eu retomar os estudos? Eu fui na diretora do grupo escolar que eu tinha formado e pedi para ela, “será que eu podia fazer o quarto ano aí de novo?”. Ela deixou. Por quê? Eu falei, “eu queria estudar, eu não posso pagar admissão”, entendeu? Para fazer a prova do ginasial era igual o vestibular.

R: Tinha que pagar?

B: Tinha que pagar. Era igual o vestibular, você tinha que preparar, fazer a prova, se você passasse, porque eram poucos locais educandários gratuitos, e eles eram dirigidos principalmente para filhos de funcionários públicos. Depois que entrasse os filhos de funcionário público e sobrasse vaga, aí distribuía para quem tinha tirado as melhores notas na prova de seleção. Entendeu?

R: Entendi…

B: Era esse o gargalo para entrar. Era igual o vestibular, agora não, que agora tem até cotas. Antes não tinha isso não, era a meritocracia pura, né. Então, ela deixou eu fazer, eu e o meu irmão, a gente fez, a gente passou direto na prova, fizemos a prova do ginasial, passamos, aí que eu retomei os estudos. Depois que eu terminei o ginásio, o ginasial, tinha que mudar de escola, né. Aí eu fui na escola municipal e fiz a inscrição. Você fazia uma prova, se você passasse, você tinha que tirar muito boa nota, porque primeiro entrava todos, era uma escola municipal, quando eu fui fazer o científico, optei pelo científico. Você fazia contabilidade, magistério ou científico. Eu queria fazer o científico, eu queria estudar. Para a frente, eu não queria parar, nem no magistério, nem... (risos)

R: Eu não sabia de nada disso, tá? Então eu estou até anotando.

B: Pois é, minha filha, era desse jeito, só para você ver. Estou te contando aqui, a prova viva do que eu passei. Essa história não está nos meus anais não, viu?

R: É, então…. Porque eu acho que assim, né, eu estava estudando um pouco da história como a gente, enquanto pessoa preta, teve acesso à educação e nunca… a gente não teve, né. Só depois, na década de 60, 70, e olhe lá...

B: Não, foi em 1988, pode voltar, na Constituição de 1988, que teve a universalização do ensino médio. Pode pesquisar o que você vai achar lá. Está na Constituição. Só foi garantida a educação para todos na Constituição de 1988. Eu trabalhei nele...

R: No ensino público, né? (falas meio sobrepostas)

B: Hein?

R: No ensino público e gratuito.

B: É, público e gratuito. Porque antes, pobre não conseguia entrar em escola particular não. Eles nem aceitavam um pobre preto.

R: É. Não tinha acesso, né?

B: Não tinha acesso não, fia.

R: A nada.

B: Não, não tinha acesso não. E aí foi que eu... Nesse meio de tempo, a minha mãe me fez... "Você vai fazer o curso da sua tia, que você precisa trabalhar, você precisa ganhar dinheiro, tem que ajudar." E eu fui ajudar, né. Me matriculou a contra gosto na escola de enfermagem. E aí eu fiz o auxiliar de enfermagem na época para poder garantir que eu poderia continuar estudando, entendeu? E aí eu entrei por esse caminho. Eu fiz o auxiliar de enfermagem, comecei a trabalhar e, paralelamente, eu estava fazendo o segundo grau, hoje que se chama o segundo grau, finalizei o segundo grau. Eu saí daqui de Belo Horizonte, fui para a faculdade de Uberlândia trabalhar, trabalhar, que eu precisava ganhar dinheiro, né? Enquanto... Aí fiquei lá uns dois, três anos. Enquanto eu estava lá, eu estava finalizando o ensino... o segundo grau

R: O ensino médio…

B: Aí eu falei, não, agora eu vou voltar para Belo Horizonte, que eu quero continuar os meus estudos e é lá que eu quero morar, "não quero morar em Uberlândia". E o que me sustentou a vida de estudo foi isso mesmo. Eu voltei, eu fiz prova, saiu um concurso do INAMPS como auxiliar de enfermagem, eu fiz, passei em primeiro lugar.

R: Nossa, você é boa, hein, Bernadete?

B: Fazer o quê? Fazer o quê? Na época foram dois concursos, estadual e federal. Eu passei nos dois, em todos dois no primeiro lugar. E aí eu optei pelo federal e aí eu pude vislumbrar eu pagar os meus estudos, né? Porque eu sabia que eu... dificilmente eu ia passar na federal. Eu sempre estudei em escola pública, à noite, trabalhando… Mesmo assim eu ainda inventei, fui lá, fiz a prova. Na época eu fiz pra medicina, não passei. E passei no curso de terapia ocupacional nas ciências médicas de Belo Horizonte. Por sinal, no primeiro lugar.

R: Ah!

B: É, só isso. (risos)

R: A mulher dos primeiros, hein?

B: A mulher dos primeiros, sabe? E aí eu fiz o curso de terapia ocupacional e assim, eu não fui... eu fui feliz, como você falou assim, o universo conspira, né? Quando eu terminei, se você quiser pesquisar, você pode pesquisar, quando eu terminei o curso em 1979, a LBA, acho que era antiga LBA, ela estava dando um *boom* no atendimento às crianças com, acho que, paralisia cerebral, isso, paralisia cerebral. E eu tinha feito

um curso com uma americana, ela veio dos Estados Unidos lá nas Ciências Médicas, deu um curso pra gente, né? E ela escolheu cinco pessoas que ela gostaria de levar pros Estados Unidos pra fazer, continuar os estudos lá e fazer o doutorado. Só que eu não podia ir, não tinha como me bancar, ela me escolheu, mas eu não podia ir. Eu não tinha como bancar e na época também eu estava noiva, já com o casamento marcado, aí foi muito confuso, eu preferi não ir, fiquei. Fiquei, mas não fui infeliz não. (risos)

R: Você foi escolhida entre...

B: As minhas colegas todas que foram, voltaram doutoras, estão aí, não sei se você conhece, uma TO chamada Lívia Magalhães, da Federal.

R: Conheço. É daqui da UFSCar, né?

B: A Lívia?

R: Não, peraí, eu conheço a... Como é que é o nome dela? Não é Lívia, mas é... Mas é Magalhães também, que estava no Canadá.

B: Ah, pode ser. Eu não sei, a Lívia, ela não é da UFSCar não, ela é da Federal, aqui de Minas.

R: Ah, então estou confundindo.

B: A Marta, foram... Eu sei que foram... Nós só éramos cinco, ela levou quatro. E elas voltaram doutoras de lá. E aí, o que aconteceu comigo, né? Trabalhar, ter filhos, eu... Mas assim, quando eu saí da faculdade, tinha clínicas contratando, estavam buscando a gente em casa, para trabalhar.

R: Sério?

B: Sério, porque saiu uma resolução naquele ano, 1980, é… 80, que as clínicas todas deveriam ter terapia ocupacional, um terapeuta ocupacional, certo? Então, como tinha poucos terapeutas formados, elas aceitavam que você trabalhasse poucas horas, que você assinasse, eu não quis assinar sem trabalhar, nunca foi a minha, né? Muita gente que embarcou nessa, ia lá, assinava, como se tivesse o terapeuta. É, mas houve isso na época, sabe? Mas assim, então não faltou serviço, de jeito nenhum. E eu tive a grata satisfação de conhecer o Rui Chamone Jorge, já ouviu falar dele?

R: Sim. Ele é muito forte. Não sei, você é de BH agora?

B: Sou de BH.

R: Eu só ouvi uma vez, a primeira vez na aula do mestrado, eu falei assim, gente, eu não sei quem é esse moço não, (risos) porque é isso, né? Não sei se por causa que eu sou aqui do Litoral, Baixada, a gente não ouve falar. Aí me parece que era uma coisa muito forte das pessoas de Minas, que outras pessoas que eu entrevistei também falaram muito dele.

B: Isso. Então, assim, o Rui Chamone Jorge, ele foi meu professor na terapia ocupacional , e depois que eu me formei, a gente montou um grupo de estudo chamado “Ges.TO”, não sei se já ouviu falar.

R: Já ouvi falar.

B: Então, no “Ges.TO”, eu fui de tudo, diretora, secretária, tesoureira, supervisora, e escritora. (risos) Tem vários escritos meus nos cadernos do “Ges.TO”, certo? Eu tenho várias publicações, eu tenho uma publicação no... já ouviu falar do livro da Galvão e da Alexandra?

R: Sei qual é.

B: Então, tem uma publicação minha no livro.

R: Uau!

B: Nós já estamos na segunda edição do livro. Certo? Então, assim, por 12 anos, eu estive à frente desse grupo, a gente publicou, a gente ajudou muita gente a se formar, eu supervisionei muitos mestrandos, até doutorandos mesmo, candidatos a doutores. Só que eu mesma não cheguei a fazer essa... eu tenho três especializações, mas não tenho nem mestrado nem doutorado, porque eu não tive oportunidade. A época que eu deveria estar fazendo isso, estava cuidando de filho, cuidando da minha vida. Eu tive que sustentar a minha vida até aqui, entendeu?

R: Mas acho assim, não é que são escolhas, às vezes são as oportunidades, não é, Bernadete? Às vezes foi um período que não se tinha tantas oportunidades como se tem hoje.

B: Não tinha mesmo, elas chegaram depois, né?

R: É, então, eu posso dizer que eu sou filha das cotas, tá? Porque eu fiz a graduação, eu fiz especialização e agora estou no mestrado. Entrei em alguns concursos também por ações afirmativas. Então, isso reflete numa política de cotas, né? Então, isso é uma realidade muito recente, muito recente.

B: Eu tive que cavar o meu espaço a duras penas, né? Eu cheguei a dar aula, eu fui professora em ciências médicas, na terapia ocupacional, mas professora do substituta, fui professora também de estágio clínico da Federal.

R: Que da hora!

B: Formei vários alunos da Federal na clínica. Dei aula na Universidade de Lafaiete também, né? É. Mas depois chegou um momento que eles estavam exigindo que o professor tivesse mestrado ou doutorado. E aí eu não tinha como responder ao mestrado e ao doutorado, certo?

R: Entendi.

B: É isso, a minha história.

R: Eu tenho as perguntas aqui. Você já disse bastante coisa, mas eu... Porque assim eu também não me perco, porque eu sou uma ótima pessoa para ouvir as histórias, eu adoro ouvir histórias. Você já falou bastante, mas eu faço as perguntas porque eu acho que boa parte do que eu vou perguntar a você já respondeu, mas também eu acho que aí você complementa do jeito que você achar melhor. A primeira parte seria os dados pessoais, que é o nome, a idade, você falou que é 74, é a cidade onde você nasceu e a cidade onde você está agora.

B: Eu nasci em Sabinópolis, eu te falei que eu vim do Vale de Jequitinhonha, né? Migrante para BH.

R: E aí está agora em BH.

B: Sim, sim. Desde os 9 anos de idade. Então BH é minha cidade.

R: Agora você está com 74, né, Bernadette?

B: Sim.

R: Aí a segunda pergunta...

B: Aí outra, trabalho. Ah, não te falei. Eu me aposentei no ano 2000 como terapeuta ocupacional da FEMIG.

R: FEMIG?

B: FEMIG.

R: O que é FEMIG?

B: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.

R: É um hospital?

B: É uma fundação, é uma rede de hospitais. A fundação é uma rede de hospitais, né? Agora, o hospital que eu trabalhava era o Galbo Veloso, de saúde mental. Ah, pois é, tem uma história bacana aí, porque eu trabalhei, quando eu trabalhei no “Ges.TO” e tudo que eu produzi, eu produzi em relação à clínica da saúde mental.

R: É que a outra pergunta seria sobre isso, está vendo? Sobre sua trajetória acadêmica e trabalho aí. Eu vou perguntar e aí você já segue no rumo.

B: Então fala
R: Você falou onde você cursou… É assim, a trajetória acadêmica, onde você cursou a graduação e se você fez pós-graduação. E quais foram, quais são as suas áreas de atuação e qual foi sua área acadêmica? Então, acho que você falou um pouco, mas pode complementar agora.

B: Então, eu trabalhei na clínica da saúde mental, eu tenho especialização em saúde mental clínica. Aí foi outra luta, porque da época eles queriam, estavam naquele boom do 1993, da queda dos manicômios, né? E eles queriam os terapeutas ocupacionais para dirigir centros de convivência. Eu queria trabalhar na clínica e eles queriam… Foi uma oportunidade que surgiu do hospital para formar terapeutas ocupacionais para os centros de convivência. Mas eu queria continuar atuando na clínica, que é onde me faz bem, né? Então, eu levei dois anos para conseguir entrar no curso de especialização. No primeiro ano, não sei porque, não me deixaram entrar. No segundo ano, eu estava, marcou a prova, eu estava no hospital ganhando neném (risos). No terceiro ano, eu falei assim, aí eu cheguei lá e falei assim, agora eu quero ver o que vocês vão fazer para me reprovar. (risos) Falei mesmo, “quero saber onde é que vocês estão me reprovando.”

R: E deu certo dessa vez?

B: Aí deu certo. Aí eu fiz a especialização na clínica, certo? Aí depois eu fiz uma especialização em termos filosóficos e mais recentemente, 2016, é, 2016, eu fiz uma especialização em “educação, pobreza e“... “educação, pobreza e”... minha nossa, esqueci, são três questões, não sei o que social. Ah, “vulnerabilidades sociais”. Que eu comecei a trabalhar numa ONG, né, com capacitação de jovens, profissional de jovens, então eu fiz essa capacitação pelo Ministério de Educação, pela Escola de Educação da Federal. Então, minha trajetória acadêmica é essa, eu tenho três especializações, eu trabalhei na clínica da saúde mental o tempo todo, trabalhei em consultório clínico, junto com a clínica do Rui Chamone, eu trabalhei na clínica durante uns 25 anos. E atendimento clínico, certo?

R: Bernadete, você se formou em 79, você entrou em 76?

B: 75.

R: Já eram 4 anos?

B: 4 anos. 75 ou 4? Não, 75, eram 4 anos.

R: Então foi em 1975. Era integral?

B: A bolsa?

R: Não, o curso era integral? Ou era período noturno?

B: Não, era à noite. Foi possível porque eu estava trabalhando e o curso era noite, aí foi possível. Porque boa parte das pessoas que eu conheci, e ainda é majoritariamente, na terapia ocupacional, é um curso de período integral, são poucas universidades que oferecem o curso ou o período da manhã ou o período da noite. Por isso que era...

B: Mas a gente tinha algumas aulas durante o dia também, aí eu tinha que fazer trocas do trabalho, teve uma época que eu tinha que trabalhar à noite, para fazer estágio de manhã, era um negócio assim meio híbrido.

R: Era uma loucura, né?

B: Uma loucura, é, loucura, loucura. Você tinha que se virar nos 30, vamos dizer assim.

R: Enquanto você fazia o curso de TO, você continuava sendo servidora federal no INAMPS?

B: Sim, sim, sim. Foi o que possibilitou, porque eu pagava a faculdade.

R: Era muito caro na época?

B: Bastante caro. Eu tive, no início, eu tive bolsa, eu recorria ao chamado… era DA na época, Diretório Acadêmico, né? Eles distribuíam algumas bolsas, viam a sua condição financeira, distribuíam bolsas, e eu ganhei seis meses de bolsa pela condição da minha família, e aí durante esses seis meses eu fui guardando dinheiro pra bancar depois a faculdade integral. É isso.

R: Agora a pergunta que não quer calar, que eu sempre pergunto, como você conheceu a TO?

B: A TO realmente assim, eu não conhecia a TO de início, eu sabia da Físio e sabia da Medicina. Eu queria Medicina, mas eu não podia fazer Medicina, não tinha condição, nem de pensar Medicina. Então, mas mesmo assim eu tentei, de atrevida fui lá e tentei. (risos) Mas aí eu passei pela Fisio e lá na… pra Fisio. Eu fiz pra Fisio. Na época a faculdade fazia o seguinte… como a TO era pouco conhecida, você sabe quantos TOs formavam antes de mim?

R: Dez a doze?

B: Dois, dois TOs. Dois terapeutas por ano.

R: Juraa???

B: Quando eu entrei, a minha turma foi a que formou mais terapeutas ocupacionais.

R: E quantos formou na sua turma?

B: Dez, dez a minha. Por quê? Mas olha só o que acontece, aí a faculdade, ela fez o seguinte, ela colocava todo mundo dentro do curso de Fisioterapia e no segundo ano você podia fazer a opção por TO, continuar TO, a gente fazia as matérias comuns juntos, né? E depois no segundo ano você fazia ou TO ou Fisio. Eu não gostava muito da Fisio, falei, “eu não quero esse trem mecânico pra minha vida, cruzes!” (risos) Se bem que não é bem assim também, não, a Físio também dá uns espaços para criação, mas eu achava que não dava.
R: É muito “estica e puxa”, não era?

B: Achava que não, e eu tinha um quê assim, eu tenho uma pega criativa, né, eu tenho, e eu sou que nem, vamos dizer assim, tipo, investigador, né? Eu gostava da arqueologia, de descobrir coisas, da antropologia, de não sei o quê, eu falei “ah, não,

essa Físio vai me matar!" (risos) Aí foi um dos alunos formados das turmas anteriores de TO foi fazer uma palestra pra gente. Aí eles queriam mostrar, eles mostraram tanto o futuro da Fisio quanto o futuro da TO, né? E nesse dia a gente fez escolha, dez alunos escolheram. Foi a maior turma formada, primeira e maior turma formada nas ciências médicas, antes eram dois apenas.

R: Então foi um marco, né?

B: Foi um marco, a minha turma foi uma virada. Depois da minha turma, depois do Rui Chamone aqui em Minas, é que começou a aumentar o número de TOs, é que a gente foi formando mais TOs. Sabe? Então minha turma foi uma virada.

R: Na sua turma tinha outras pessoas pretas?

B: Só eu.

R: E tinha algum homem?

B: Homem tinha, homem tinha. Só eu de preta, lá no meio. E eu sei de uma TO, era uma, só conheci uma também de turma, antes da minha, que era negra. Mas eu não conheço ela, só vi, só vi o retrato lá e tal, mas não conheço. Nem sei o nome, se me perguntar, não sei não.

R: Mas pra perceber, né, como era poucos, né, Bernadete?

B: Muito poucos.

R: Muito poucos.

B: Eu abro o meu coisa de formatura e faço "ó aqui, ó" .

R: Você tem fotografia? Na sua universidade tem fotografia?

B: Tem, ué.

R: Uai. Sabe por que eu falo isso? Porque eu mandei e-mail para as universidades… não mandei para a faculdade de ciências médicas… Eu mandei para a UFSCar, eu mandei para a USP e eu mandei para a PUC. Perguntando se tinha algum álbum de fotografia, algumas coisas, os primeiros cursos, eles me disseram que não tinha. Olha que interessante.

B: Assim, negra, negra mesmo, pretinha só eu. Acho que tinha mais uma, mas era da Fisio, não era da TO não. A Valéria, que era escurinha. Tinha mais uma outra também, mas era da Fisio.

R: Mas eram poucos, né?

B: Só eu mesma. Então, vamos lá?

R: A terceira pergunta, que é esse terceiro bloco, é o processo de reconhecer-se enquanto pessoa negra. Se você poderia relatar como foi esse seu processo de reconhecer-se enquanto uma mulher negra.

B: Meu processo me reconhecer? Eu nunca tive conflito comigo mesma de ser negra não. Eu nasci numa família de negros, doze. (risos) Uma família imensa de negros. Todo mundo bonito, sabe? Uma gente bonita, você precisa de ver...

R: Não tenho dúvida, você é bem muito bonita.

B: Na vida, nunca tive esse problema, não. Lógico que, assim, quando eu era bem mais novinha, quando eu tentei, eu e meu irmão saímos para tentar um trabalho, a gente foi buscar no comércio, né? Aí, a gente sentiu um pouco a questão da pele, mas não... Na minha família, nunca teve essas coisas, não, sabe? Meus pais nunca falaram com a gente essas questões. Em momento algum a gente se sentiu inferior não, sabe?

R: A outra pergunta é se, durante esse processo, ou para você não foi o processo, porque você já se reconhecia, já se percebia pessoa negra.

B: Sim.

R: Se houve algum evento marcante no período da graduação e se houve algum suporte institucional da universidade.

B: Não. Na minha faculdade, eu sempre... Não sei. A minha turma era muito legal. Assim, a gente não teve esse processo, não. Eu tenho bons amigos, né? Quando fizemos 40 anos de formado, a gente reuniu a turma toda, fomos para um sítio... (risos)

R: Que bonito!

B: Eles vieram aqui na minha casa, fizemos uma festança.

R: Que da hora! Na sua percepção enquanto uma mulher negra, enquanto estudante ou profissional, acho que é mais profissional, né? Houve algum episódio ou fato que repercutiu no seu cotidiano, na sua trajetória profissional?

B: Deixa eu ver. Que eu me lembre, assim, que me afetasse, não, sabe? Eu sentia um pouco de preconceito com a Federal. Quando eu fui fazer a prova, eu era a mais qualificada naquele momento. O currículo que tinha ganhado nota 100.

R: Uau! Foi um processo do que que você fez, Bernadete? Professora da Federal.

B: E aí entra uma pessoa recém-formada, por quê? Porque na época eu era ‘chamoniana’, eles queriam um psicanalista. A psicanálise… preconceito, preconceito nunca eu senti, não. Mas dentro da saúde mental, sim, um preconceito muito grande ideológico. Muito grande, sabe? São correntes que dominam e que não aceitam e que afastam e que não tem diálogo. Você deve ter visto aí, enquanto história da terapia ocupacional, essa virada da psiquiatria, psicanálise, né? Chega a psicanálise desbancando a psiquiatria e colocando a psiquiatria para um lado e se dizendo, então, ela fala que a psiquiatria tinha o poder, mas a psicanálise vem bancar o poder que

antes era da psiquiatria. Então, existia sim, entre os profissionais, esse tipo de preconceito ideológico, muito grande mesmo. Enquanto pessoa eu nunca sofri nenhuma discriminação, não, mas enquanto conhecimento, sim.

PARTE SUPRIMIDA A PEDIDO DE BERNADETE.

R: É que eu acho que não tem como a gente passar por uma trajetória sem a gente se posicionar, né, Bernadete?

B: Não, claro, mas eu me posicionei escrevendo. Tudo que me vinha na cabeça, que eu discordava, eu escrevia, entendeu? Mas, assim, eu não quero comprar nenhuma polêmica com ninguém, não.

R: Não, fique tranquila. Agora, a última parte, a gente está pensando, assim, contribuições para a terapia ocupacional. Rememorando a sua trajetória, qual ou quais você considera a sua principal contribuição?

B: Ué… (risos) Eu acho que eu deixei bastante legados aí para a TO, né? Para quem quiser me ler, para quem quiser acreditar, está aí. No livro da Galvão e da…, lê lá o capítulo que eu falo da teoria do Rui Chamone, eu escrevo a partir do Chamoni, certo? Só um minutinho que eu vou te mostrar o livro.

R: Tá bom.

B: Essa aqui é a segunda edição, segunda edição do livro. Está dando pra você ler?

R: Não.

B: Não?

R: Agora vi, agora vi.

B: Viu, viu? Pois é. Eu estou aqui, viu?

R: Ah… é o novo que saiu ano passado?

B: Isso. Eu estou aqui, se quiser me conhecer mais, eu não sei se ainda existem os cadernos do Ges.TO, porque tem muito tempo que eu me afastei, eu me afastei do Ges.TO no ano 2000.

R: O que significa Ges.TO? Porque tem um significado, não tem a palavra Ges.TO?

B: Grupos de estudos profundos de terapia ocupacional. É porque o Rui, ele escreveu Ges.TO e entre G-E-S tem um pontinho, T-O, Ges.TO.

R: Ah! Ô Bernadete, eu queria fazer a pergunta assim, porque eu não conheço nada do Rui Chamone, porque não é uma coisa que chega pra gente aqui, né? São Paulo e tal.

B: Sim, sim, eu entendo. Eu li muitos cadernos da UFSCar também na época, debati algumas ideias com algumas pessoas.

R: Mas quem é?

B: Eu conheço os escritores daí.

R: E assim, eu nem me considero uma UFSCar, muito pelo contrário, eu me considero uma unifespiana. Eu acho que eu estou neste momento fazendo mestrado lá, mas não me considero. Não sei, eu não me sinto pertencente ao UFSCar não. Acho que faz mais sentido a Unifesp onde eu estudei. Mas assim, qual é a perspectiva do Rui Chamone? Porque eu não conheço.

B: A perspectiva do Chamone?

R: Porque assim, vocês, enquanto mineiras, vocês seguem a linha do Rui Chamone.

B: Não, nem todos. O pessoal do Ges… eu estou te falando que a Federal não aceita. Tanto é que eu não consegui entrar na Federal. Eu não era psicanalista na época, eu era 'chamoniana'.

R: Ser 'chamoniana' significa o quê?

B: Quem segue o pensamento do Rui Chamone, (risos) entende?

R: Entendi

B: Porque a gente estava construindo, nós construímos uma teoria para a terapia ocupacional. Uma linha de pensamento para a terapia ocupacional. Principalmente o TO de saúde mental, mas não só. Um TO que tivesse uma visão completa do homem, de saúde do homem, de saúde total do homem. E que vencesse um pouco aquela dicotomia das especializações, sabe? Que você pudesse olhar para a pessoa como uma pessoa inteira.

R: Entendi.

B: Vencendo também a dicotomia saúde-doença. Saúde para nós era você conseguir fazer dentro do seu potencial o melhor que você conseguisse. Era estar saudável. Não saúde, bem-estar, gerar total... Entendi. A gente pensava dentro de um novo conceito de saúde e doença e pensávamos na totalidade do ser humano. Sem pensar a coisa muito dicotomizada, né. Assim, a TO o braço e a Fisio da cintura para baixo.

R: Que é assim. Por incrível que pareça, ainda hoje, tem umas tretas dessas.

B: Não, pois é. A gente não gostava muito dessa ideia não, então o povo não aceitava muito isso, não.

R: Porque é uma coisa bem inovadora, né, eu acho que talvez esse pensamento do Rui...

B: Muito inovador. Porque o Rui pensava um reabilitador, a função da terapia ocupacional como um reabilitador. Aquela pessoa que poderia se especializar ou na reabilitação física, falando do físico, ou de braços para cima ou de perna para baixo. Mas ele teria que conhecer o ser humano, o funcionamento do ser humano e que também não separasse esse cara da saúde mental dele.

R:Entendi.

B: Então ele queria uma visão de reabilitação nesse sentido.

R: Bem ampliado, né?

B: Bem ampliado. E o povo mais queria mais era dicotomizar tudo, especializar tudo.

R: Que ainda hoje acontece, né. É uma pena, né?

B: É uma pena. É uma pena que a gente perdeu o médico de família, né, a gente perdeu. O clínico geral que poderia conseguir resolver uma série de problemas. Aí a gente tem o médico “ao, ao ao”...

R: Tem o médico do ombro, tem o médico de mão…

B: Ao laboratório, à radiologia, ao especialista X, ao especialista assado. Um cara que só fica pegando o que os outros estão mandando para ele concluir alguma coisa. É isso.

R: Oh, e se diante dessas perguntas você gostaria de compartilhar mais alguma coisa? Porque é muito tempo hein.

B: Eu espero que seja muito feliz nessa pesquisa, que alguém possa contribuir, talvez um pouco mais. Eu não sei se eu contribuí aí com você.

R: Bernadete, eu acho que assim, você não tem ideia da alegria, de como é para mim muito importante conhecer uma terapeuta ocupacional que tem 74 anos e que é uma pessoa preta. Você, de todas as pessoas, é a mais experiente. Você é a primeira que passou dos 70. Então, isso é raríssimo. É uma raridade. Então, eu vejo como uma grande dádiva e um presente.

B: Eu acho que é raro mesmo.

R: É raríssimo.

B: Como eu te falei, apesar de negra e de família pobre, eu ainda tinha uma condição melhor do que muitas das pessoas que migraram, por exemplo, para Belo Horizonte, tiveram que ir para as favelas. Eu não morei em favela, eu nunca morei. A gente teve condição pelo menos de alugar uma casa e depois os filhos crescerem, contribuírem e continuamos morando de aluguel até a gente poder construir uma casa. Comprar e construir uma casa. A gente fez isso. A gente deu uma casa para os nossos pais e depois fomos fazer a nossa vida.

R: Isso é raro demais, né?

B: Isso é raro. Sem precisar ir para os aglomerados e sofrer todo tipo de vulnerabilidade possível e violência, né?

R: Sim...

B: Que a gente sabe que existe.

R: Sim. Eu não tenho nem palavras para agradecer a sua doação e a sua partilha comigo nesse dia de hoje. Por você ter doado o seu tempo de vida. Eu sempre falo assim, esses encontros são a doação de um tempo de vida. É um tempo que não volta. É um tempo que você compartilhou comigo e que me afeta e me deixa muito feliz e realizada porque é muito difícil a gente pensar em fazer pesquisa, mas principalmente quando a gente quer coisas muito específicas, como é isso que eu quero pesquisar, que são coisas muito específicas.

B: Eu só vim mesmo porque eu fiquei muito curiosa. Eu falei assim, “eu quero conhecer essa pessoa que está querendo me entrevistar”. Se for branca, eu vou jogar um copo nela. (risos)

R: Fico feliz, tá vendo? (risos) Que bom que eu sou bem pretinha. Porque eu conheci uma outra pessoa aí do BH e eu falei para ela assim que eu estou muito nesse movimento do Adinkra Sankofa, sabe? Aquele pássaro africano que tem os pezinhos para trás e a cabecinha para frente, que ele disse que nunca é tarde para a gente voltar atrás e apanhar o que ficou, como um símbolo de sabedoria, de maturidade, de a gente tentar melhorar o presente e reescrever um outro futuro. E aí eu acho que isso para mim é tão importante que eu falei assim, a gente vê agora as TOs mais contemporâneas, então conheço mais TOs jovens, muito jovens, mas eu falei assim “e as que vieram antes de mim? quem são, por onde estão?” Porque elas tiveram outras vivências que nós não tivemos. Enfrentaram desafios outros. Então eu agradeço a Deus, aos orixás, seja lá qual que for, a energia de poder contemplar este momento com você, de agradecer a sua vida, sua existência nessa terra, para que também possa honrar o seu legado. Porque eu achei que quando você compartilha ele não morre, você se torna uma imortal. Porque eu vou escrever também a partir disso. Então um pedaço seu já está na imortalidade pelas suas produções no Ges.TO, e no livro da terapia ocupacional.

B: Eu tenho um pé de jabuticaba que eu plantei. Então assim, eu tenho livro, tenho árvore plantada, tenho filhos, tenho netos. Ô beleza, vou deixar muita coisa.

R: Imortal. Então, eu só de fato realmente quero muito agradecer, porque você contribui e contribuiu muito para uma formação de terapeutas ocupacionais.

B: É, isso eu contribuí mesmo, formei muita gente, muita gente mesmo. Já me buscou para fazer supervisão de trabalho, de orientação, isso aí eu tenho de contribuição.

R: E eu acho que é isso também, da pesquisa poder fazer a gente repensar, porque a gente fala assim, que contribuição? Quando a gente fala assim, uma pessoa que tem mais de 40 anos de uma trajetória, significa quanta coisa ela viveu. Então assim,

é uma referência, é uma contribuição você estar viva, ter participado do Ges.TO, sua existência, né. Quantas outras TOs também viram em você e contribuíram através da sua leitura, das suas produções, como você formou outras profissionais, e outros profissionais, né, então, isso é o mais bonito, porque tem um pedacinho de Bernadete em muitas outras pessoas por aí, né.

B: Com certeza, isso eu levo. (risos)

R: Então, acho que isso é muito bonito, então eu fico muito feliz de ter dado certo da sua doação, e de que se você conhecer outras TOs também que se formaram antes do ano 2000, eu estou à disposição também de escutá-las, de a gente escrever, de eu poder ouvir um pouco também.

B: Eu, sinceramente assim, não sei mesmo, porque quando eu me formei, eu era única na turma, né? Eu me lembro que tinha uma pessoa antes, mas eu não sei nem o nome dela, sabe? E a minha turma foi a… porque antes do curso da Federal, era o curso das Ciências Médicas, e ele tinha formado pouca gente, eram dois TOs a cada ano, acho que o primeiro curso foi em 1960.

R: Nossa!

B: Foi. Primeiro curso, acho que foi, foi o curso onde o Chamone fez.

R: Chamone era TO também, né?

B: Era TO, um homem formado nas Ciências Médicas.

R: Nossa, que legal!

B: 1960 parece… que ele formou. Ele foi da primeira turma.

R: É isso que eu ia dizer.

B: Carmen Tereza, você conhece, né?

R: Como?

B:Carmen Tereza Cos… acho que é Costa...

R: Não.

B: Gente, ela é um marco da história também. Tá bom, mas é de Minas, né? Vocês não conhecem ninguém de Minas, não?

R: É uma coisa de Paulista, né? Eu sou Caiçara, sou da Baixada, da Santos.

B: Eu tô falando assim porque eu fui a muitos congressos, a gente participou de muitos. A Carmen foi da Abrato, da Associação Brasileira de Terapia Ocupacional.

R: É Carmen o quê?

B: Carmen Tereza. Eu não sei se é Costa.. Não lembro mais o sobrenome, mas acho que é Carmen Tereza Costa...

R: Eu vou dar uma pesquisada.

B: Dá uma pesquisada pra você ver. A Carmen e o Rui foram os primeiros TOs das Ciências Médicas, aqui em Minas. Da primeira turma, os dois, me parece. E eu fui da primeira turma que formou 10. Depois que eu me formei, que a Federal abriu o curso.

R: Olha só que interessante.

B: E a TO começou a ficar mais conhecida e veio também essa... Em 1980 veio essa resolução da LBA, exigindo já TO, na reabilitação, porque a pressão... Os Estados Unidos fez muita pressão da reabilitação aqui. Primeiro em São Paulo e aí depois em Minas. E aí saiu essa resolução que tinha que ter TO para tratar dos... A gente fazia… qual que é... Esqueci agora o nome... Terapia de... Não sei o quê do tronco. Esqueci o nome. É muito, muito, muito tempo. Eu não tinha nada para falar com você. E essa é a minha história de TO. Eu enterrei desde o ano 2000.

R: Mas eu vou procurar os cadernos lá do Ges.TO.

B: Agora eu sou educadora.

R: E o que você faz agora que está aposentada? Está curtindo?

B: Calma uai. Eu não estou falando com você que eu estou trabalhando ainda? Eu sou educadora agora. Educadora não. Eu sou assessora de projetos de uma ONG.

R: Uau!

B: Entendeu?

R: Tem energia hein, Bernadete?

B: Um pouquinho ainda.

R: Não, eu quero ser assim. Quando eu crescer, chegar assim.

B: Dá para gastar muito tempo.

R: Tem gás, tem energia para gastar. Então isso é ótimo.

B: É isso aí.

R: Está vivíssima e está aí no movimento.

B: Está bom. Então deixa eu desligar, que eu parei minha aula de inglês e eu tenho que voltar. (risos)

R: Tchau. Obrigada, Bernadete. Uma boa semana!

B: Tchau

R: Tchau

DALILA RIBEIRO ALVES VILELA

R: Roberta
D: Dalila

R: Olá, boa tarde.

D: Oi, boa tarde.

R: Como vai, Dalila?

D: Tudo bem, e você?

R: Eu vou bem também.

D: Você está me vendo e ouvindo bem, Roberta?

R: Agora estou te vendo, antes não estava. (risos)

D: Ah, então tá bom. Eu atrasei um pouquinho que eu acabei de chegar, aí eu fui comer alguma coisa antes de nós começarmos.

R: Fique tranquila, eu cheguei era quatro e pouquinha, aí eu moro com uma senhorinha de 90 anos. E aí ela inventou de fazer bolo, entendeu? Então a cozinha estava de pernas para o ar e não bastante, ela derrubou, quebrou o vidro de azeite.

D: Nossa!

R: Aí eu fui esquentar a água, lavar o chão, assim, entendeu? Porque essa é a vida, então tá tudo bem.

D: Não, tranquilo.

R: Eu, antes de mais nada, eu quero muito, muito agradecer a sua disponibilidade, a sua disposição, colaborar comigo, porque eu sei que o nosso dia a dia é sempre muito cheio de coisas, né? Então agradeço muito de antemão.

D: Por nada, é um prazer, espero poder contribuir, né?

R: Não é uma entrevista longa, é uma entrevista rápida, tá? Eu acho que eu sempre deixo aí que a pesquisa é uma... Meu Deus, esqueci a palavra. É voluntária a participação da pessoa, então em qualquer momento que ela sinta desconfortável, ou não queira mais também não participar, a pessoa pode não fazer mais participação da pesquisa. Eu sou uma pessoa muito atrapalhada, e eu sou devagar. Então, durante esse processo do mestrado, eu troquei o tema da minha pesquisa...

D: Certo.

R: Mas aí eu conto um pouquinho pra você também desse breve período até onde eu cheguei no dia de hoje, né? Então eu entrei no mestrado ano passado, na UFSCar. Sou da turma da Jamile.

D: Ah, sim!

R: Então a gente é a primeira turma majoritariamente negra desde o início do programa. Desde 2009, ano passado, foi a primeira turma.

D: Sim.

R: E aí a minha ideia, a princípio, era entrevistar terapeutas ocupacionais e pensar racismo e cotidiano.

D: Certo.

R: E aí uma colega que já estava no doutorado, acho que fez uma pesquisa muito semelhante. E aí uma coisa que ela me fez refletir, ela falou assim, a gente não tem muitas informações das outras TOs, porque a gente tem uma publicação de TO pensando uma pesquisa mais antirracista, com as questões étnico-raciais, muito mais recente, de 2016 pra cá. Então antes disso a gente também não tem. Ou talvez tinha, mas talvez não com esse tema, com esse nome.

D: Certo.

R: E aí nessa coisa, eu fale assim, “bom, eu gosto de pensar no passado, eu acho que é importante a gente trazer pessoas, nomes e histórias que contribuíram e que contribuem para o nosso processo formativo”... porque eu acho que é importante a gente nomear, ter o direito à memória, as pessoas, né?

D: Sim.

R: E aí durante esse processo de maturar a pesquisa, eu fiquei como apoio na disciplina de Histórias e Fundamentos de Terapia Ocupacional aqui em Santos, que eu sou do litoral de São Paulo.

D: Sim.

R: E aí nesse processo, acho que a gente fechou na ideia de tentar buscar terapeutas ocupacionais que se autodeclaram negras e que se formaram até o ano 2000. Porque a gente não conhece muitas, né? Na verdade.

D: Sim…

R: E aí a ideia é muito mais a gente escrever a história dessas mulheres e pensar como elas contribuíram e como contribuem para a prática profissional.

D: Sim.

R: Então a minha pesquisa é pensando um pouco disso, mas também pensando nessa perspectiva da sankofa, né, daquele pássaro africano que tem o pezinho para trás, a cabeça para frente, que nunca é tarde para alcançar e buscar as coisas. Então eu tenho pensado muito nessa perspectiva de trazer as coisas para o presente e depois a gente pensar outras coisas para a terapia ocupacional.

D: Certo. Então, Roberta, eu não sou... Mas assim, você vai fazer a entrevista, né? Eu não sou uma pessoa muito engajada, sabe assim, nessas reflexões, na leitura, sabe? Até por uma questão, eu acho, de talvez falta de oportunidade, sabe? Então tem pouco tempo que eu tenho ouvido um pouco mais, me interessado um pouco, mas eu não sou realmente uma pessoa engajada, sou péssima com nomes, sabe? (risos) De autores, então assim, sou péssima, sabe? Mas mesmo assim espero conseguir te ajudar em alguma coisa, sabe?

R: Eu acho que na minha pesquisa o objetivo nem é esse.

D: Sim.

R: Porque o meu maior interesse é ouvir a história de vocês.

D: Sim.

R: Então, independente de autor, não é isso, acho que é de como a gente consegue, como eu posso ouvir e como… acho que a trajetória de vocês, eu acho que fortalece a minha.

D: Sim.

R: E vai fortalecer as que virão. Então acho que esse é o mais importante, tá? Fique despreocupada.

D: Tá.

R: A entrevista é rápida e aí eu vou fazendo as perguntas, porque eu tô com a minha cola, né? Eu sou uma pessoa que escreve, né? Então a minha colinha sempre tá por aqui. Nessa primeira parte, ô Dalila, é muito mais para eu perguntar os dados pessoais, que seria o seu nome completo, idade, a cidade de nascimento e a cidade atual onde você mora.

D: Tá. Dalila Ribeiro Alves Villela, com dois Ls no Lé. Eu tenho 54 anos. Eu sou natural e residente em Belo Horizonte.

R: Aí agora, segunda, é mais para a gente pensar a sua trajetória acadêmica, né? É. Onde você cursou a graduação e se você fez alguma pós-graduação.

D: Eu sou graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais e eu tenho uma pós-graduação da USP. Eu morei em São Paulo por três anos, então eu fiz um aprimoramento de terapia ocupacional e saúde mental pela USP. Lá no Instituto de Psiquiatria, né? No IPQ.

R: Era para público geral ou era para um público específico?

D: Não, era para público geral e era uma vaga. Eu lembro que eu passei em segundo lugar, na verdade, e aí a menina que passou, a TO que passou em primeiro lugar, eu não sei por qual motivo ela acabou não indo. E aí eu entrei e eu fui a primeira aprimoranda de Minas, né? E até da UFMG, sabe?

R: Uau!

D: É. Então, na época, eu lembro que elas tinham muito interesse, as TOs, pela teoria do Rui Chamone, né? Então, elas queriam muito saber um pouquinho sobre o Rui Chamone, né? E é engraçado, Roberta, assim, porque eu trabalhava numa clínica pequena, então eu era a única TO, não tinha muito contato com outros pares. Então foi a primeira vez também que eu tive contato com um departamento de terapia ocupacional, com outras TOs, com ambulatórios de especialidades. Foi bem interessante, sabe? Fiquei um ano lá.

R: Legal! Eu tenho que dizer para você que eu nem pesquisei, viu, Dalila? Só fui saber quem era o Rui Chamone, ano passado, porque eu nunca nem tinha ouvido falar. Alguém, em alguma aula do mestrado, falou. Eu bem assim... “Gente! Ou eu sou muito paulistana, nem me considero, sou mais caiçara. Eu nunca nem ouvi falar do Rui Chamone.” E as meninas diziam que BH é muito forte, né?

D: É. Apesar que tem duas correntes, sabe? O pessoal da Federal é mais ‘chamoniano’. Aliás, o pessoal da Federal é mais da psicanálise. E o Rui Chamone era das Ciências Médicas. Então, o pessoal das Ciências Médicas que era mais ‘chamoniano’, sabe? Tanto assim, que como eu me formei pela Federal, a gente via muito pouco, quase nada do Rui Chamone. Então, o pessoal que formava nas Ciências Médicas é que estudava mais a teoria dele. Mas a gente tinha, assim, ouvia falar um pouco, lia alguma coisa, né? Mas, assim, a teoria mesmo, a gente não tinha... não era repassado pelos nossos professores. Ah, tá.

R: Qual foi o ano que você entrou e o ano que você se formou?

D: Eu entrei em 1992 e formei em 1998. Eu fui aluna irregular, sabe? E aí, na época, eu dava aula de... Eu era regente auxiliar... Dava aula de Ciências na região metropolitana. Eu morava em Belo Horizonte e dava aula numa cidade pertinho, que chamava Sabará. Então, eu dava aula à noite. E aí, eu repeti algumas disciplinas, e tinha a questão do trabalho. Então eu fui uma aluna irregular, sabe?

R: Uhum. Como é que você conheceu a TO?

D: O meu padrinho, ele era funcionário da UFMG. E ele tinha uma amiga que ela tinha feito terapia ocupacional e tinha passado num concurso da saúde da aeronáutica. Tinha ido pro Rio.

R: Que raro, né?

D: Ela era apaixonada pela TO. E aí, ele comentou. Eu sempre quis um curso da área da saúde. Eu sempre quis trabalhar com pessoas, mas que não fosse a medicina, até

porque eu não gostava muito de estudar e não gostava dessa coisa de mexer com sangue, né? Então eu pensei na fisioterapia. E aí, meu tio me apresentou… Na época, tinha aquele almanaque do estudante, que aí falava um pouquinho das profissões, né? Aí, eu dei uma olhada e eu fiz. Prestei vestibular para terapia ocupacional na Federal e para fisioterapia nas ciências médicas. Aí, eu passei na Federal, né? Foi o primeiro vestibular que eu fiz. E aí, passei. Entrei, sabe?

R: Nossa, que interessante. Eu também conheci o TO numa dessas feiras de estudante aqui na Baixada.

D: Sim.

R: Porque antes, ninguém nem sabia o que era. Porque ainda assim falam, "É tipo psicologia? Tipo fisioterapia?"

D: "Tipo fisioterapia, né?"

R: Muito comum. E aí, depois que você se formou, você sempre trabalhou na área da saúde mental ou você transitou por outras áreas de atuação?

D: Assim, eu sempre trabalhei na saúde mental, mas em alguns momentos, transitando, teve uma época em que eu trabalhei no NASF. Eu não sei se São Paulo, que é o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, né? Trabalhei por três anos. Então, no NASF, você acaba recebendo a demanda que chega de tudo, né? Então, foi a única vez que eu transitei na saúde mental e em outras áreas, sabe? Mas quando eu prestei vestibular, Roberta, na verdade, eu queria trabalhar com criança na área de neuropediatria, com criança, com necessidades especiais. Eu tinha, nossa, morria de medo de portador de sofrimento mental. E aí, quando eu comecei a fazer as disciplinas da psiquiatria, eu acho que aqui era o quarto, quinto período, né? Aí, eu me apaixonei. E aí, eu já direcionei a minha formação. Então, tudo que tinha de saúde mental, eu tentava fazer. Teve uma época que, na faculdade de medicina, tinha um sábado de educação continuada, sabe? Os psiquiatras davam aula de esquizofrenia, de transtorno afetivo bipolar. Então, eu assistia e fiz. E aí, fui direcionando os estágios também para essa área, sabe? Mas, assim, não foi assim… Quando eu pensei na TO, não foi, sabe? Para trabalhar na saúde mental.

R: Mas a saúde mental te atravessou, né?

D: É, me atravessou. E desde que eu formei, quer dizer, eu tenho... Fiz 26 anos, né? De formada. Sempre na saúde mental, né?

R: Caramba! Agora, ainda você trabalha? Você está atuando? É, atuo. Eu sou funcionária pública estadual. Eu trabalho num hospital psiquiátrico, né? De atendimento à crise, né? Até é um instituto, na verdade. Ele chama-se Instituto Raul Soares. É um hospital de formação. Ele tem a residência médica, residência psiquiátrica, e uma residência multi. Que a Jamile... Acho que até a Jamile fez residência nesse instituto onde eu trabalho.

R: Olha, que interessante. Eu fiz residência também.

D: É, porque a Jamile que você conhece é a Jamile Mineira, né? De Belo Horizonte.

R: Isso.

D: Isso, então. Isso mesmo. Ela fez residência nesse instituto onde eu trabalho. Então, eu trabalho nesse hospital, né? Trabalho numa enfermaria feminina. E à tarde, eu atendo a área da gerontologia. Então, à tarde, eu trabalho com reabilitação cognitiva, estimulação cognitiva, sabe? Idosos com demência ou idosos com declínio cognitivo, idosos ativos, sabe? Então, eu tô agora nessas duas áreas, sabe?

R: Uau! Que daora. Gostei. É diferente, né? São públicos bem diferentes, né?

D; Então, eu tenho até investido atualmente, Roberta, mas na geronto, sabe? Porque eu já estou, assim, faltam sete anos, não sei, oito anos, né? Pra eu me aposentar. Então, um projeto que eu tenho é, tendo tempo pra aposentar, ficar só na geronto, sabe? Que é uma área também que eu gosto muito, sabe?

R: E que tá em expansão, né?

D; Sim, tá muito em expansão, né? Então, eu gosto, assim, realmente, tanto que após a pandemia, eu não tenho, assim, nem agenda, horário na agenda, né? Então, assim, foi um boom, né? Depois da pandemia, acho que essa... o isolamento social, né? Então, acho que acelerou muito, aí, o adoecimento dos idosos, né? Então, o público tem aumentado bastante, né?

R: E tem bastante gente com sequela, né? Com uma questão cognitiva pós-Covid, né?

D; É, até que os idosos que eu atendo, não, são demências mesmo, mas tem muitos, até pessoas jovens, né? Com questão de declínio devido ao Covid, né?

R: Bom, aí agora a gente vai pra uma outra parte, né? Que a gente pensa, assim, quanto se reconhecer enquanto pessoa negra. Eu acho... A nossa pergunta é se você poderia relatar como foi esse processo de se reconhecer enquanto uma pessoa negra? Enquanto uma mulher negra?

D: Sim... É... Na verdade, Roberta, acho que eu sempre me reconheci, porque eu sou de uma família, né? De pessoas negras, embora… uma família muito racista, sabe? São negros, principalmente a minha família materna, sabe? É... Então, assim, são negros de pele mais clara, né? Porque a minha família paterna são negros de pele escura. Então, a minha família materna negros de pele mais clara e de cabelo liso, né? Muitos tinham cabelo liso. Então, uma família que sempre denegria, né? Sempre tinha um racismo, às vezes, velado ou verbalizado, sempre denegrindo, né? A cor negra, e eu achava aquilo um absurdo. Eu falava, “gente, mas como assim, né? Não somos nós, né? Estão falando da gente?” Eu nunca entendia muito, né? E eu sou de origem humilde, mas eu estudava, estudei o ensino... o ensino fundamental, né, numa escola pública, mas era uma escola pública elitizada, era uma escola de primeiro grau que ficava dentro da UFMG. Então, era para pessoas ricas, né? Eram pessoas ricas. Então, eu era, às vezes, a única negra, né? Tinha alguns pobres e, tenho certeza, que talvez a mais pobre. Então, assim, eu nunca me identifiquei com aquelas pessoas,

né? Sempre me percebi enquanto diferente, né? E morava também na periferia, né? E que sempre tinha vizinhos, né? Tinha muitos vizinhos brancos, mas tinha muitos vizinhos negros, né? Então, eu sempre me, sabe assim, sempre me reconheci enquanto negra, sabe assim?

R: O que você vai comentando…

D: Eu gosto muito, eu gosto muito da cor da minha pele, sabe? Então, eu sou daquelas negras que ainda que gostam de tomar sol, gostam de ficar bem bronzeada, né? (risos) E a minha avó, a minha avó materna, ela falava assim, “gente, mas não entendo por que vocês vão pra praia? Como assim? Preto vai pra praia, né?” (risos)... e eu adorava.

R: É comum, né?

D: É… A dificuldade era a questão do cabelo, né? Na minha, né… Eu devo ser bem mais velha que você, então, assim, a gente, né, tinha que alisar os cabelos, né? Então, alisava, passava (produto de alisar o cabelo*)*, né? Até porque não existia no mercado produtos pra cabelo crespo, né? E o cabelo, eu tinha muito cabelo, com muito volume, então, vivia com o cabelo trançado, né? Então, assim, sempre, sempre gostei dele, cacheado, mas com poucas oportunidades. Usava sempre mais alisado. Aí, depois de uns anos pra cá que eu parei, sabe? Mas essa coisa do cabelo era sempre algo assim que era um pouco mais difícil, assim, sabe? Porque você falava assim, gente, você não via pessoas, né? Ou era aquele cabelo tipo pixaim, né? Que as mulheres... Eu peguei uma fase, quando eu era menina, do ferro quente, né? Eu tinha uns vizinhos que eles eram mais humildes, que eles tinham, esquentava aquela chapa e passava, né? Aquele pente. E era isso, né? Era um sofrimento pra cuidar do cabelo pra, né? Minha mãe fazia as tranças que até esticava a testa, né?

R: Até inflamava, né?

D: É… De colocar bobs, né? Eu, menina, colocava rolinho, né? E era isso, né? Pra domar esse cabelo, né?

R: Eu lembro, Dalila, eu sou um pouco mais jovem, nem tanto assim. Mas você falando da família, eu não conheci os meus avós, né? Porque na minha família parece que os homens morrem mais cedo, mas também os jovens. E aí, a minha avó conta, minha avó tem 90 anos, né? E aí, a minha avó conta, que o meu avô falava, ela disse assim pra mim, “o seu avô ia gostar de você.” Aí eu bem assim, “óbvio, né? Eu sou boa gente!” Aí ela bem assim, “não tô falando disso, sua boba, é porque pra ele, você aparentemente não seria uma pessoa preta”, eu assim, “vó, olha pra mim, olha a minha cor”. Mas pra ele não tava relacionado à cor, tava relacionado às características, então nariz e lábio. Então ela falava assim, “ele chamava as pessoas de negro preto.”

D: Ah, negro preto, é. É, na minha família também, essa expressão é negro preto.

R: É, e aí ela fala até hoje, né? Que eu também alisei, né? E agora ela vê os cabelos assim, já faz mais de 10 anos. Não, é, 14 anos, né? Que eu não passo nada. Ela

falava assim, “mas ficava tão bonita, aquele cabelo lisinho”, porque ainda traz isso, né?

D: Sim.

R: Cabelo totalmente esticado, muito liso, e ela fala, né? O cabelo dela é bem cacheadinho, e ela fala assim, “não quero alisar, não quero ficar fazendo nada no meu cabelo não”. Bem nesse naipe, né? Mas entendo que também são gerações muito diferentes, né?

D: É.

R: É uma coisa muito geracional, né? Muito diferente.

D: Muito. E a minha mãe tem cabelo liso, sabe? Minha mãe tem o cabelo liso, porque o que eles contam é que a minha bisavó era índia.

R: Uhum.

D: E o pai da minha avó era português, sabe? Então assim, ela até falava que era “índia que foi pega no laço”. Então assim, a minha avó tinha o cabelo liso, a minha mãe também tem o cabelo liso. Eu tenho algumas tias que têm o cabelo, não assim, não é também cacheado, mas é um cabelo mais grosso, mas assim, não é crespo como o meu e das minhas irmãs. Então, atualmente, Roberta, a minha mãe, ela tem Alzheimer, sabe? Então às vezes, ela já não tem mais agora esse filtro, né? Então o que vem na cabeça, ela fala, né? E aí às vezes, o outro dia, ela veio aqui na minha casa e ela falou assim, “nossa, mas deve ter um mês que você não penteia o cabelo, né?” (risos) E assim, pra ela, como assim? E ela vê, né? Ela vê na novela o quanto que ela fala hoje, né? Ela fala, nossa, mas que cabelo feio, que pessoa feia, que pessoa... Então assim, hoje, e assim, como que eu estou, assim, tendo que me adaptar a essa nova mãe, né? Que, na verdade, só critica, só fala o que ela não gosta, né? No outro. E às vezes eu falo, “mãe, mas tá na moda, olha que bonita”. Ela fala assim, “não, mas o cabelo, que isso? A menina tem um rosto tão bonito, mas esse cabelo alto, a gente não dá pra ver”. Então assim, eu aceito, mas foi um pouco difícil, sabe? Assim, de me adaptar e de entender, né? Assim, que é isso, né? Que a minha família sempre foi uma família muito crítica, né? E agora, como ela não tem nenhum moderador mais, né? Ela fala o que vem, né?

R: Fica mesmo meio sem crítica, né? E vai falando assim, né?

D: Vai, né?

R: Olha, a outra pergunta é se, assim, se houve algum evento marcante no período da graduação e se houve algum suporte institucional da universidade.

D: Não. No período da graduação, da pós-graduação e da minha atuação profissional, Roberta, eu nunca me deparei com nenhuma situação constrangedora, sabe? Com nenhuma demonstração de racismo. Isso acontecia na... no ensino fundamental, sabe? No ensino fundamental, sim. Agora, na graduação, não. O que acontecia era, assim, uma não identificação, porque eu sempre... ou eu era a única negra ou tinha

mais uma, né? E depois de formada também, quer dizer, eu... onde eu atuava, às vezes eu era a única negra da equipe, né? Como até... hoje não. Hoje tem até uma assistente social linda, uma menina negra muito bonita, que chegou agora. Mas é sempre assim, né? Ou eu sou a única ou tem mais uma, né? Então... né? E há uns dois anos atrás, eu até fiquei surpresa porque a filha de uma cliente, uma pessoa, me ligou querendo contratar uma terapeuta ocupacional pra mãe e ela queria uma terapeuta ocupacional negra, sabe?

R: Interessante, né?

D: Porque ela, né? Ela falou que, né? Ela é muito engajada nessas questões e aí ela falou que gostaria, se era possível, ela gostaria, então, de dar oportunidade pra um público que tem mais dificuldade de acesso, né? Profissional. E aí eu achei interessante, sabe? Mas assim, eu não... Se foi algo velado, que eu talvez não tenha percebido, sabe? Mas assim, não tenho nenhuma... Não me lembro, sabe? O que eu já sofri, às vezes, é de pacientes em crise, sabe? Às vezes o paciente em crise...

R: Ah, eu já fui chamada de santa pra baixo.

D: Aí psicótica, aí já. Aí já, né? Ou “não gosto da pessoa negra” ou... Sabe assim? Isso já, sabe? E às vezes, por mais que você saiba que aquele sujeito está em crise, tá com o juízo ali comprometido, dói, né? É difícil.

R: Dói…

D: Mas depois que passa a crise, né? E eu entendo também que são pessoas que, às vezes, têm... Existe aí um racismo estrutural também, né?

R: Sim.

D: Então, mas assim, de paciente eu já sofri, sabe?

R: Acho que você falando, ô Dalila, lembra que eu fiz residência também em saúde mental e eu fiz em São Bernardo.

D: Sim.

R: E aí eu... Eu era TO, então também foi a primeira vez que a turma dos residentes era mais enegrecida, né? Então tinha eu, assistente social, duas assistentes sociais negras e o psicólogo, né?

D: Sim.

R: E aí, eu acho que foi uma coisa muito marcante pra mim em São Bernardo, porque era 2017 pra 2018. E aí, naquele lugar, as pessoas falaram assim pra mim, “você é a primeira TO preta que eu conheço”. E aquilo pra mim foi muito chocante, porque a gente já tava em 2018, né? E eu falei assim, “como assim?” E aí você contando dos pacientes, eu fiz residência num serviço de saúde mental que era muito referência. Muito, muito, muito em São Bernardo. E aquilo me doeu muito, porque depois eu levei

pra supervisão assim, eu preferia que ele me chamasse de piranha, de vagabunda, me xingasse, me ofendesse enquanto mulher. (risos)

D: Sim.

R: Mas não enquanto... Nossa, aquilo doeu muito, nossa senhora. Porque eu acho que foi assim, ó, foi muito... foi muito... Nossa, foi muito dolorido pra mim, né? Eu vi o xingamento dele enquanto eu, enquanto pessoa negra. Porque ele podia me chamar... Porque é isso, as outras pessoas ele chama... xingava enquanto mulher.

D: Sim, sim.

R: A minha não. E aí aquilo foi um fato bem doído, né? Mas enfim... Foi também pra ter mais maturidade também, né? Pra lidar com as situações que vão acontecendo, dependendo do contexto, né?

D: É... Na verdade, escutando você falando, Roberta, eu lembro... Não foi enquanto profissional, mas enquanto mulher. Eu sou casada com um homem branco, branco de olhos claros. E aí, um dia, acho que ele foi no hospital me buscar. E aí um amigo também, que era negro, ele falou assim, ó, Dalila, é engraçado, eu achei que o seu marido era um negão, né? (risos) Então, é... E aí, isso também eu tenho. Eu sempre acho, embora eu transito com o meu esposo de forma bem tranquila e bem natural, eu sempre acho que as pessoas imaginam que ele tem uma mulher branca como imaginam que eu tenho um marido negro, né? Então, isso… eu tenho esse imaginário, sabe? Nunca aconteceu nada, mas eu tenho essa impressão, sabe? Isso fica pra mim, sabe? E a minha filha também, né? Eu tenho uma filha clara, de pele clara, cabelo bem anelado, cabelo bem bonito. Então, é... Enquanto mãe, porque eu tenho minhas primas maternas, pele mais negra de pele clara, mas que tinha um filho claro, né? Então, o que as pessoas achariam, “é a babá?”, né? Então, assim, eu com a minha filha, a Júlia, nunca teve uma situação. Mas às vezes você imagina as pessoas olhando assim, né? “Será que é a babá? Será que é a mãe?” Né?

R: É que as nossas famílias são muito miscigenadas, né?

D: Muito, muito, né? Eu acho que não tem como... Nós somos cinco filhos, então, assim, cinco peles, cinco negros de pele, tons diferentes, né? Traços diferentes, cabelos diferentes, né? Então, é muita, é muita miscigenação.

R: Bom, nessa outra pergunta, acho que você bem que já falou se na sua percepção por ser uma mulher negra ou enquanto estudante ou quanto profissional, se houve algum episódio ou fato que repercutiu no seu cotidiano ou na sua trajetória profissional?

D: Não, né? Que tenha repercutido, não, sabe?

R: E aí, a gente vai para as finalizações, pensando contribuições de uma TO, você, né, lembra em sua trajetória, qual ou quais você considera a sua contribuição enquanto TO?

D: Enquanto TO, assim, eu tento sempre, Roberta, respeitar ao máximo, sabe, a minha clientela. Então, eu tento sempre valorizar muito, até porque eu trabalho num hospital público, né? Então, eu tento sempre e atendo sempre mulheres, porque eu sempre trabalhei em uma ala feminina, sabe? Então, eu tento sempre escutar ali a história das minhas clientes, sempre valorizá-las enquanto mulheres, enquanto mulheres pobres, enquanto mulheres carentes, em sofrimento. Então, eu tenho sempre esse olhar com bastante cuidado, sabe? Pensando ali em o que eu posso fazer para ajudá-las, primeiro, como terapeuta ocupacional, mas também como mulher, como cidadã, né? Então, isso, eu acho que eu tento contribuir dessa maneira, sabe? Então, eu tô sempre atenta às dificuldades que elas têm. Às vezes, é uma calcinha que tá faltando, um creme de cabelo, né? Um sutiã, um vestido, né? Uma ligação pro filho, né? Então, assim, eu sempre estou bem atenta a essas questões, sabe? E a minha clientela, do nosso hospital, tem, assim, não é a maioria, né? Mas tem fases em que é quase 100% de negros, né?

R: É porque eu também fico pensando, né? Que se a gente for pensar o SUS, né? E os serviços públicos, né? Os documentos dizem que as pessoas que mais dependem do serviço são pessoas negras, né? Então, elas vão ficar nesses nossos serviços, né? Eu sou trabalhadora agora, faz pouquíssimo tempo, três meses, num CAPS infantil. Olha! Então, também, as crianças que chegam das áreas mais, é isso, mais vulnerabilizadas aqui da minha cidade, são crianças predominantemente pretas, né? Periféricas, muito pobres, de acesso a quase nada, nem, às vezes, à alimentação, né? Então, é uma prática, né? Que a gente vai fazendo ali com muita delicadeza, né?

D: Sim, sim, com certeza, né?

R: Com muito cuidado, nesse sentido. E aí, eu acho que, diante dessas perguntas, se você queria compartilhar mais alguma coisa, porque agora tá aberto.

D: É... Não, assim, o que eu percebo, às vezes, é que a nossa clientela, às vezes, ela tá mais suscetível à violência, até, dos trabalhadores de saúde, né? Dos técnicos de enfermagem, né? Então, eu fico muito atenta, né? Porque são mulheres, né? Mulheres negras, mulheres pobres. Então, eu fico muito atenta a isso, sabe? Então, às vezes, eu fico mais atenta às negras do que às brancas, sabe? Porque eu acho que a branca vai ter mais pessoas pra defender. Então, eu, sabe, assim, isso, Roberta, não é só, né? Assim, eu vejo quando é um mendigo também, né? Então, um mendigo que é negro, que se aproxima, então, eu tento dar mais atenção, eu converso, eu pergunto o nome, né? Então, eu exerço um certo racismo aí, um pouco estrutural, mas eu sempre falo com o meu esposo, que eu falo assim, ah, “porque o outro, eu sei que vai ganhar a moeda de outra pessoa. Esse aqui, eu não sei se ele vai ganhar.” Então, eu tento fazer a minha parte, né? Então, eu tô sempre, assim, atenta a essa clientela, não só essas pessoas, não apenas no meu trabalho, né? Então, na rua, né?

R: Em todos os lugares, né?

D: Em todos os lugares, é.

R: Eu nem penso, viu, Dalila, que eu acho que o racismo tá tão empenhado na nossa vida. Eu acho que a gente, enquanto pessoa negra, também, às vezes, é racista, né? Eu tenho isso pra mim. Eu tento, cada dia, desconstruir os meus preconceitos de todas

as formas, né? Mas eu acho que quando você vai contando isso, eu penso assim, isso é uma prática antirracista, porque a gente também sabe que as pessoas negras são as que mais têm violado os seus direitos, né?

D: Sim.

R: Então, eu fico pensando nas crianças que eu atendo, o sofrimento delas, muitas vezes, não é percebido, não é tão valorizado, quanto uma outra criança.

D: Sim.

R: Então assim, ah, “ele é o trombadinha, ele é um…” daí pra baixo, né? Como se fosse um desvio de caráter, mas que pra uma outra criança, a gente teria um outro olhar.

D: Sim.

R: Então, assim, às vezes a gente precisa de fato ter esse olhar um pouco mais apurado, porque eu acho que a gente tá tentando fazer uma prática equitativa, né?

D: Sim, é verdade.

R: Igualdade… não dá pra ser igual, porque as pessoas são diferentes, mas ofertar mais a quem mais precisa, pra que assim a gente possa ter uma igualdade no serviço, nas nossas práticas de acesso aos serviços de saúde, mas que eu acho que diariamente a gente sempre vai ficando muito atento, né? Porque eu penso que as pessoas que têm algum sofrimento psíquico, às vezes os direitos mais básicos, né? Estão violados com muita com muita brutalidade, né?

D: Sim.

R: Desde o seu corpo, desde as vezes eu atendi umas crianças que vinham com o cabelo cortado, porque tinha que cortar uma coisa assim, meio absurda, né? Aquele uniforme que tira o seu nome, né? E é isso, “você tem que comer isso, tem que ser desse jeito”, e a gente… o outro não tem o poder de poder escolher o mínimo sobre a sua vida, né?

D: Sim, é verdade. E é como se isso fosse natural, né? É algo que passa a ser ali tão natural, né? Que é como se tivesse que funcionar dessa maneira, né? Eu lembro quando eu dava aula também, eu dava aula à noite numa escola estadual pública, né? De periferia, e os meninos, a maioria tinham muitos negros, e era isso, né? Eu via que eram os mais necessitados, os mais vulneráveis, tinham mais dificuldade de aprendizagem, né? Então também desde aquela época eu tentava ali… oferecer ali uma atenção diferenciada, né? Porque é os que tinham mais dificuldade, né? Então às vezes eu tentava explicar mais de uma vez, tentava ver o que a gente podia fazer para ajudá-los, né? Tentar se equilibrar ali um pouquinho naquela turma, né? Acompanhar um pouco a turma, né?

R: Sim. Acho que a gente, só para finalizar, só queria fazer uma pergunta. Durante a sua turma que você entrou em 92, quantas pessoas negras tinham?

D: Só uma, só eu. E eu passei por várias turmas, né?

R: Foi acompanhando.

D: É, em muitas eu era a única negra, e com a turma que eu formei nós éramos duas.

R: Uau.

D: Eram só duas, é.

R: Pequeno, né?

D: É, pequeno, né?

R: A sua turma também era grandona? Porque me disseram…

D: Não, 20, 20 pessoas.

R: Nossa, pequenininha…

R: É… eram duas turmas que formavam, né? Anualmente. Uma no primeiro semestre, mas entravam 40 pessoas, né? Por ano. Então eram turmas pequenas, e eu acredito, não sei se hoje o número aumentou, né? Mas naquela época eram só 20. E em 2000 e... sei lá, 2015, não sei, entrou um psiquiatra pra minha... lá no serviço, que ele era negro, o André. E aí eu achava aquilo o máximo. Ah, e uma outra psiquiatra também. Então, assim, aí nesse momento, né? Eu consegui me identificar. Olha, e eu vi o quanto que eles sofriam preconceito dos pacientes, né? Pacientes negros. É, pacientes negros que às vezes não queriam ser atendidos por eles, sabe? Então era muito, assim, difícil, né? Engraçado, né?

R: É...

D: É... É muito complicado, né?

R: É complexo, né? Porque a gente pensa que a questão do racismo, desde que o Brasil é Brasil, né? Assim, desde que ele foi descoberto, não, né? Porque ele já existia antes, né? Mas desde o seu início, com a chegada do colonizador, a gente sofre com o racismo, né? Então, ainda que a abolição, né, mais ou menos… ainda não tem nem todos esses anos, né? A gente é um povo… Faz pouco tempo ainda que somos um povo livre, né? Então, vai repercutindo, né? No nosso dia a dia, né? Ainda.

D: Sim, vai repercutindo muito, né? É igual, assim, fazendo comparações mais diferentes, quando eu era menina, que eu via uma mulher dirigindo, né? Você falava assim, “gente, olha, uma mulher dirigindo”. Como que aquilo era fora do comum, né? Aí você falava, “Nossa…”

R: É. Acho que eu sou um ser humano de muita esperança, viu? Então, eu sou uma otimista nata, então eu falo assim, “as coisas já mudaram, muita coisa ainda pode mudar”, é que às vezes é um outro tempo, né, Dalila? Não é rápido.

D: É, não.

R: Leva anos, anos anos e anos, né, pra gente transformar algumas realidades, mas eu acho que eu fico pensando agora, né, e que você me contou enquanto trabalhadora também da saúde mental, que eu acho que a cada encontro, a cada paciente que a gente encontra, né, nessa prática nossa, a gente muda o mundo, né?

D: Sim.

R: Eu acho que é o mais bonito, né, de ver que num momento de fragilidade e tal, acho que pôde contar com a nossa intervenção nesse momento e que a gente foi capaz de provocar uma mudança. Acho que, assim, é muito mais positiva, nesse sentido.

D: Sim, sim. Isso mesmo, né? Já é um começo, né? Um comecinho, né?

R: É. E a gente vai estar aí pra ver uns belos futuros que terão, né?

D: Sim. Espero. Eu também sou muito otimista e eu percebo que as coisas já melhoraram muito, né? E ainda vão avançar, né? Precisam avançar, né? Com toda certeza.

R: É. Ó, nós terminamos. Eu acho que eu quero mais uma vez agradecer, assim, infinitamente a sua disposição de doar o seu tempo, de compartilhar, porque eu sempre penso assim, é o nosso tempo de vida. Então, você ter doado o seu tempo de vida comigo, nesse dia, neste ano, nesse momento e me poder ajudar de ser e estar pesquisadora neste momento. Então, agradeço muito, muito, muito. E também faço o convite que se você conhecer alguma outra TO negra que se formou até o ano 2000, e se ela tiver interesse, de poder compartilhar o meu contato, que eu tô ainda, né? Nessa busca de encontrar pessoas.

D: Ah, sim. Eu conheço algumas, eu não sei, eu vou procurar saber, sabe, Roberta. Uma é negra, ela tá até morando nos Estados Unidos e dando aula numa faculdade lá, sabe? Ela fez um mestrado aqui e fez um doutorado lá, sabe? Nos Estados Unidos. Uma pessoa extremamente engajada. E a outra, as duas, eu só não sei se elas formaram até 2000, mas eu vou procurar saber, tá? São as duas que eu conheço… e a Gisiane também. Eu vou procurar saber e te falo, tá? Tá bom. Mas eu acho que não, acho que elas formaram depois de 2000.

R: É difícil, né? (risos)

D: É…

R: É difícil, porque eu falo assim, aí mando contato pra uma e a pessoa fala, ah, “me formei em 2005.” Aí eu falo com a outra, “ah, me formei em 2004”. Aí eu tenho mandado muitas mensagens, eu estou na espera de que vá surgindo pessoas também.

D: É, não, essas duas também, acho que é isso, deve ser 2008, 2010, elas devem ter uns 15, uns 14 anos de formada, por aí. É, não, são bem mais jovens do que eu. Mas se eu lembrar de alguém, eu te falo, tá?

R: Tá bom. Tá bom, muito obrigada.

D: Eu que agradeço. Uma boas férias pra você, né? Acho que você estava de férias, né?

D: Então... Não, já voltei, já voltei a trabalhar. (risos)

R: Então, muito obrigada e uma boa noite.

D: Eu agradeço, né? E que você consiga, né, assim, fazer aí um mapeamento bem interessante, né? De acordo com a sua proposta, né, de trabalho.

R: Muito obrigada.

D: Por nada.

R: Tchau.

D:
Tchau.

ELIANA MARIA DE MORAES

R - Roberta
E - Eliana

R: Olá, boa tarde Eliana, como vai?

E: Boa tarde, tudo bem e você?

R: Eu vou bem também. Que bom que deu certo.

E: Não é? Deu certo (risos)

R: Finalmente a gente conseguiu alinhar, né?

E: Pois é, menina… a agenda cheia, corrida, né? Aí nas férias a gente consegue. (risos)

R: Nossa mulher, eu fiquei pensando assim, é sempre um alinhamento a gente tentar conversar com as pessoas, tentar fazer pesquisa, né? Depende do dia da disponibilidade, depende de vários fatores para dar certo, né? Mas fico feliz que deu muito certo. Antes de mais nada eu quero muito, muito, muito agradecer a sua disposição. Eu não tenho nem palavras para agradecer a disponibilidade sua de contribuir, impagável mesmo. Eu vou apresentar um pouco, eu vou dizer para você que vai estar sendo gravado, porque em alguns momentos eu vou ter que transcrever, tá? Então vou te dar um pouco de um panorama até o que eu cheguei aqui, porque já digo, até porque eu sou uma pessoa muito atrasada, então eu estou muito atrasada no mestrado, mas estou perseverando porque eu acho que é isso também. Tive muitos contratempos, mas estou aqui para perseverar, que essa era a ideia. Então eu também sou terapeuta ocupacional e aí eu me formei em 2016 e logo depois eu entrei na residência. Eu sou do Guarujá, litoral de São Paulo. E aí eu entro na residência em saúde mental e aí eu falei assim, acho que aqui no Guarujá não tem muito trabalho, só tinha aquelas ONGs filantrópicas, sabe? Para pessoas com deficiência. Aí, por incrível que pareça, esse lugar onde eu fiz estágio me chamou para trabalhar e aí eu fui trabalhando aqui na área de reabilitação neurológica infantil, né? Criança com paralisia cerebral e tal. E aí eu continuei, depois eu fui para um duplo vínculo, para um lugar aqui muito próximo, também aqui na cidade vizinha de Santos, e aí eu fiquei uns dois, três anos, mais ou menos. E aí chegou covid, né? E aí se as coisas já estavam muito difíceis, ficou muito pior, porque eu moro com a minha avó. Minha avó tem 90 anos agora. E a gente perdeu o meu tio com quem a gente morava aqui, por Covid. Enfim, aí durante esse processo, antes eu tinha tentado mestrado aqui em Santos mesmo e aí não passei, e aí eu falei, “esse projeto ficou ali adormecido”. E aí nesse processo aí de luto, na terapia e etc., assim, “por que não tenta, né? Vai que dá certo e tal.” Enfim, o universo conspirou, porque muitas coisas deram errado. Tive que fazer carta, próprio punho, para retificar matrícula, etc. Enfim, deu certo. Entrei ano passado, na turma com a Jamile. Eu sempre faço muita questão de reforçar que foi a primeira turma majoritariamente negra do programa, desde 2009. Então foi a primeira turma…

E: Bacana

R: E eu acho que isso foi um momento muito importante. E aí quando eu entro no mestrado, a minha ideia era pesquisar terapeutas ocupacionais negras e pensar ali cotidiano, prática, né, a questão sobre racismo. E aí eu fui conversar com uma colega que já estava para defender o doutorado e foi exatamente muito semelhante ao que ela estava pesquisando. E aí eu "bom, assim, então eu acho que agora vou ter que repensar aí uma outra coisa." E aí eu acho que durante o ano passado eu fui tendo alguns encontros pela vida, que eu acho foram eu encaminhando as coisas para uma outra perspectiva. E aí eu participei também da aula de História e Fundamentos aqui na graduação daqui em Santos. E aí eu acho que o universo, de fato, alinhou as coisas assim, sabe, e aí eu reescrevi outro projeto, então, o que era um, virou outro, então isso também ocupou um pouco de tempo. E a ideia foi que a gente pudesse falar sobre a história e memória de terapeutas ocupacionais negras que se formaram até o ano 2000. Porque de 2000 para cá a gente tem muito mais TOs negras por causa das ações de políticas de ações afirmativas, mas no período anterior foi muito difícil, é muito difícil. Aqui na Baixada Santista e tal, não conheço nenhuma. A minha orientadora que tem conversado, pedindo indicação para auxiliar. E aí eu acho que foi muito nessa proposta de a gente conseguir ouvir essas TOs negras nesse período. Eu acho que nada mais bonito, porque eu sou uma pessoa que também está se aprofundando ali, tentando conhecer um pouco da filosofia africana. E eu gosto muito do adinkra, sankofa, eu falo que eu estou buscando as mulheres sankofas, as que vieram antes, as aqui do presente e as que virão. Então, é mais bonito a gente ouvir a história daquelas que passaram e estão. Então é muito essa perspectiva do trabalho, sabe? De eu poder escutar a sua história, escreviver, e a gente pensar que terapia ocupacional é essa, acho, principalmente. Eu vou mandar para você também depois as perguntas, né, que é o roteiro de perguntas. Eu vou perguntando e a gente vai conversando. E aí, se você quiser, eu mando por escrito. É uma pesquisa, então a sua participação é voluntária, se em algum momento você sentir algum desconforto, alguma coisa, acho que fica disponível, se quiser encerrar, acho que é assim também. Acho que às vezes a gente fala e pode sentir algum desconforto, né? Então acho que isso também é da sua disposição, o quanto você se sente bem, para a gente conversar.

E: Tá bom, ok.

R: Se quiser perguntar mais alguma coisa, fica à vontade, a gente conversa.

E: Se tiver alguma dúvida, alguma coisa, se quiser saber, eu pergunto. Agora eu tô tranquila.

R: Então a gente começa, eu pergunto o seu nome completo e a sua idade.

E: Eliana Maria de Moraes, Moraes é com E. Eu tenho 55 anos.

R: E a sua cidade natal e a cidade que você nasceu e a cidade onde você está agora, se é a mesma, na cidade de nascimento e atual?

E: Eu nasci em São João do Manteninha.

R: São João…

E: do Manteninha.
R: Monteninha…?

E: Manteninha, de mantena, mantém.

R: Manteninha.

E: Manteninha, é, que é Minas Gerais. E eu estou agora em Belo Horizonte. Ah, eu tenho 56, errei o cálculo, 56 anos. (risos) Eu nasci em 68, é o que eu fiz a conta, e quando eu estava falando, eu falei, não, eu tenho 56.

R: Eu sempre erro a minha, então isso já virou um... (risos)

E: Pois é. E aí moro em Belo Horizonte, é isso.
R: Eu acho que tem algumas etapas, mas é uma entrevista rápida, tá? Então depois eu disponibilizo também para você. Essa segunda pergunta, a gente vai pensar muito mais a trajetória acadêmica. Onde você cursou, é uma pergunta, onde você cursou a graduação e se você fez alguma pós-graduação e também qual o lugar que foi esse?

E: Então, eu fiz graduação na UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. E eu fiz uma pós na faculdade em terapia ocupacional aplicada à neurologia. Mas São Paulo é muito amplo, eu falo em neurologia, mas atende assim, né, todas as áreas. E eu fiz uma, é, que tem o peso de uma pós, na UFMG, que é na linha de redução de danos, álcool e drogas.

R: Que legal. Eu tenho estudado redução de danos.

E: É, muito bacana.

R: Em qual turma você se formou na UFMG?

E: Em qual...

R: Qual ano?

E: Qual ano? Eu me formei em 99, julho de 99.

R: Quais foram as suas áreas de atuação e a sua área acadêmica com que você foi seguindo?

E: Sempre na linha da saúde mental, né, desde que eu entrei, eu já tinha, assim, essa paixão por essa área. Então, eu fiz, eu fiz extensão, né, lá na... tava graduando ainda, nos últimos períodos, então eu fiz, eu tive uma bolsa de extensão na área da saúde mental. E aí, formei, e aí já fui logo, quando se forma, né, assim, a gente não tem, né, o campo, é difícil pra todo mundo. Ainda mais a gente, né, que é pobre, que não tem ninguém que banca nada, né, então, e aí eu fui dar aula e trabalhava numa clínica, tipo, quase que pagava pra trabalhar, só pra eu não sair da área. Eu me sustentava com a aula, assim, aula de química e biologia, e aí fui trabalhar.

R: Você foi professora, então?

E: Sim, de química e biologia, durante dois anos.

R: Uau, você também é professora?

E: Por causa da faculdade, né, porque me dava direito de dar aula de biologia e de química

R: Nossa, que legal

E: É, segundo grau, de escolas estaduais, né, que não tem professor formado e tal, então, quem tem faculdade nessa área, eles podem dar aula, então, eu dava aula no estado, de biologia e de química.

R: Uau!

E: Dois anos, dando aula. E aí, formei, fiquei 2000, 2001, 2002, aí eu passei no concurso, em Ribeirão das Neves, e aí, era minha área mesmo, né, eu fui o sexto lugar, do primeiro ao quinto, foi pra educação, do sexto pra lá, foi pra saúde. Então, é saúde, eu entrei na saúde mental, foi pra saúde mental. Então, eu entrei na saúde mental. Entrei em BH, aí eu fui, passei no concurso em BH, em 2000, mas o concurso anterior entrou na justiça, teve vários embargos, e aí não me chamaram, mas quando foi em 2003, eles me chamaram para contrato. Chamaram assim, chamaram várias pessoas, quem aceitou, fizeram uma entrevista, e aí eu passei, e eu fiquei no contrato até 2011, quando o concurso, quando a justiça deu ganha a causa pra todo mundo que tinha entrado, então, todo mundo entrou, ainda entrou a gente, e eles tiveram que fazer um novo concurso, ficaram 11 anos sem concurso, né?

R: Nossa…

E: E aí, eu já fiquei no mesmo lugar também, porque eu já estava há um tempo, que é com a saúde mental. Então, minha trajetória toda, ela foi desde a acadêmica, foi saúde mental. E aí, saúde mental adulto, criança, e eu tô com criança há 20 anos, porque eu fiquei em Belo Horizonte, 19 anos em Belo Horizonte. Agora, em Ribeirão das Neves, que é outra cidade que eu trabalho, lá eu passei por vários lugares, passei por CAPS, passei por serviços territoriais, acompanhar usuários em associação, e desde 2016 que eu tô também com criança, que é uma serviço de urgência lá.

R: Esse é um CAPS que atende?

E: É um CAPS.

R: Eu tô num CAPSi também.

E: Ah, é? Que legal. Isso, é um CAPS, um CAPSi.

R: Mas tô super nova. Quatro meses? Não, entrei em maio, vai fazer quatro meses.

E: Ah, que bom. Ah, se apaixonar, não sai mais, não, tá igual eu.

R: Não, eu acho que tem uma coisa que é da saúde mental, não acha não, Eliana? Não sei, eu acho que é um jeito de fazer saúde e cuidado que eu acho que não existe em outro lugar.

E: É, é um lugar, assim, e é amplo, né, porque a gente acaba assim, né, pegando várias lutas, vários passos. Não dá só pra ser um trabalhador de lá e fazer, né? E isso que é bacana, assim, né? A gente é mais do que só um trabalhador, assim, é muito bacana.

R: E como é que você conheceu a TO?

E: Então, eu comecei a fazer, eu gostava muito de biologia, e eu fui fazendo Ciências Biológicas. Tentei várias vezes, e só na Universidade Federal, porque não tinha ENEM, não tinha isso, né, que veio, né, com o governo do Lula, não tinha. Era, ou pagava, ou a Universidade Pública, você tinha um vestibular no ano, você passava ou não passava, daí mais um ano. Então, eu tentei várias Ciências Biológicas, até que uma amiga minha, que queria Medicina, tentou Terapia Ocupacional. E aí, ela falou assim, “eu vou pra Medicina, mas eu acho que Terapia Ocupacional é a sua cara. Eu acho que você entra nela, se cê não gostar, cê vai pra Ciências Biológicas, porque eu vou pra Medicina, mas eu acho…”, e foi, aí eu tentei uma Terapia Ocupacional, não passei no primeiro, tentei no outro. E aí, fui lendo, fui lendo sobre a Terapia Ocupacional, e a história, fui me apaixonando. E aí, aí pronto, passei no segundo, falei, “eu vou fazer isso mesmo”. Aí, passei no segundo, que foi em 95, 94, né, que formei em 99, em 94 que eu entrei, só eram cinco anos.

R: E nesse período, né, Eliana, não era uma profissão muito comum, né, muito conhecida?

E: Não, não era. Ninguém nem sabia o que era, por onde passava.

R: Acho que ainda hoje o povo pergunta, né, mas acho que na década de 90 era pior ainda, né?

E: Pior ainda, verdade, pior ainda.

R: Eu escuto no trabalho, fala assim, “é tipo psicólogo?” (risos)

E: Aham (risos)

R: Assim, “é tipo fisio com psicólogo?”

E: É, desse jeito. A gente tinha que sair com uma respostinha pronta, assim, porque todo mundo perguntava, “o que é isso?”

R: É bem muito semelhante, né, acho que independente da região, essa coisa do que é ser TO, né, e as perguntas que as pessoas nos fazem é muito comum.

E: Exatamente.

R: E essa segunda pergunta é muito mais nesse processo da gente pensar em como se reconhecer enquanto pessoa negra, né? Então, se você poderia muito mais compartilhar com a gente, quando foi, ou como foi esse processo de se reconhecer enquanto uma mulher negra, uma pessoa negra?

E: Então, foi no movimento social. Porque eu entrei na saúde mental, trabalhando, e a gente, em Belo Horizonte, a gente teve vários movimentos muito fortes, né? E aí o Fórum Mineiro era um desses movimentos, e a gente… a coordenadora de Ribeirão das Neves, onde eu entrei, falou assim, "gente, tem que participar das discussões, para conhecer as discussões dos usuários", e eu fui numa reunião, e aí, fiquei muito encantada, assim, com o empoderamento dos usuários, né? Das falas dos usuários, assim, e aí construímos o 18 de maio, né? Que é belíssimo, assim, então a gente ia lá nas discussões, que é uma discussão política ampla, né? E aí lá, começaram a falar, né? Aí, falando disso, né, o quanto que a saúde mental é atravessada, o sofrimento mental é atravessado por várias questões, né? E aí, inclusive da raça, né? E aí essas discussões foram, assim, aumentando, e aí eu fui tomando conta, assim, consciência, né, de que pessoa que eu era, né? Falei assim, olha, vocês que são também, né? Realmente, eu sou uma mulher negra, né? E aí, então, isso que eu fui tomando essa consciência a partir das discussões no movimento social, o Fórum Mineiro de Saúde Mental.

R: Fórum Mineiro. Ainda tem?

E: Sim, sim, nós somos atuantes, assim. E aí, eu até falei isso pra Jamile em entrevista, né? Porque quando eu cheguei, então, "eu só tô visitando". E aí, assim, fui me apaixonando de tal forma que agora eu sou do Fórum Mineiro, eu sou militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, eu já fui coordenadora em alguma época, eu já fui coordenadora dele, né? Sempre circula, né? De dois anos a dois anos e meio circula a coordenação. Então, eu já fui coordenadora duas vezes, né? Sou frequente, assim. A gente encontra... Antes da pandemia, mensalmente, agora, a gente encontra bimestral, virtual, com todo o grupo. E o grupo menor, pra pensar, alinhar as pausas, levar discussões, que eu faço parte, a gente encontra quinzenalmente. Então, hoje eu sou militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

R: Que da ora! Ó, Eliana, houve algum evento marcante, acho que no período da graduação, que foi interferido pela questão de raça, ou racismo, e se houve algum suporte institucional da universidade?

E: Então, assim, é muito interessante, porque na universidade, eu não me reconheci, assim, nesse sentido. Não, não é assim… Que é isso, né? A gente sabe que é negro, né, mas, assim, esses atravessamentos, os preconceitos, porque a gente vivia numa sociedade que falava, "não tem preconceito, é uma ou outras pessoas". Então, eu tinha esse pensamento. Então, pode até ser que eu tenha vivido, mas eu não tenha percebido. Então eu não me lembro de situação na universidade que eu possa ter vivenciado alguma coisa, ao ponto de eu tomar consciência e cobrar alguma postura. Então, não me lembro. Mas, por isso, assim.

R: Na sua percepção, enquanto uma estudante negra, uma profissional negra, houve algum episódio ou fato que repercutiu no seu cotidiano, na sua trajetória profissional?

E: Então, acho que é a mesma coisa, assim. Não me lembro, assim. E é muito interessante, por exemplo, concursos, todos os concursos que eu fazia, eu não usava essa… Aí já, mesmo depois que veio a lei.

R: Você não usava a cota para afro-descendentes?

E: Não, até que uma amiga minha, branca, falou assim, ela me chama de Lili. “Ô, Lili, mas você é negra, você pode usar a cotas. Que bom que você passa nos concursos, tudo, mas você pode usar, vai ficar até mais…, né?” E eu acho que um dos que eu usei foi até em Contagem, e eu passei também. Mas eu não usava. Ela que me falou pela primeira vez, ela falou assim, “Lili, você vê que… quantos TOs negros tem? Conta.” Na nossa sala tinha duas, eu e mais uma. Ela falou assim, “olha, você já prestou atenção nisso?” Eu não tinha prestado atenção nisso. Então, é o que eu disse, me abre os olhos para isso. Olha, né… que é um direito, e aí passei a usar.

R: Acho que faz toda a diferença para que a gente possa ter mais profissionais negros, independente de qualquer área, em serviços, em instituições públicas.

R: Sim, com certeza. Porque, né, a gente era uma leu branca, assim.

R: Exato. E aí, pensando agora na terapia ocupacional, acho que para você, eu acho que eu também penso assim, que é para cada pessoa, o que seria uma contribuição sua para a terapia ocupacional?

E: (risos) Eu…? Para a profissão ou no trabalho, assim? Eu como terapeuta ocupacional…?

R: Como você preferir, pode ser as duas formas.

E: Então, assim, eu acho que no trabalho é importante, porque eu vou ter um olhar diferenciado para aquele que sofre, que é negro, né, porque o sofrimento dele, tem algo que é dele mesmo, do sujeito, mas tem algo que veio junto com todo esse preconceito que ele viveu. Então, saber isso, sim, ter essa consciência agora de quanto que a cor é atravessada pelo racismo, também vai ajudar eu... Contribuir para que forma que... Que eu não repita o que a sociedade… o que a gente repete. “Ah, sofreu”, ah “dá um remédio, dá não sei o que”, não. É dar uma escuta, é pensar estratégias de saídas no território, né, ajudar ele com instrumentos de lutas, né. Então, assim, eu contribuo. E eu acho que... A partir dessa consciência, eu acho que estou contribuindo, porque todo mundo tem chamado para falar, eu tenho falado. Porque é isso, né? Se a gente não registrar... É um apagamento mesmo da nossa história, né? Porque, “nunca existiam TOs negros, né?” (risos) Eu comecei a existir em dois mil e pouco. Não, a gente já existia, né? Então, a gente estava lá na resistência, assim, mesmo sem saber a gente, né? Então, eu acho que é isso.

R: Quando as pessoas... Eu só entrevistei, até o momento de hoje, duas pessoas. E aí, eu falei assim para uma delas, sabe? Eu fui estudar um pouco do início da profissão, e era uma coisa tão elitizada, tão elitizada, tão elitizada, que você falava assim, “gente, mas não era possível mesmo que as pessoas pobres fossem fazer uma faculdade dessa, né?” Era inviável. E aí, você contando, Eliana, eu lembro que eu fiz residência lá em São Bernardo do Campo. Tipo, era uma cidade, uma das melhores

cidades para pensar saúde mental, de muito investimento que teve, né? E aí, isso foi em 2017, 2018. E aí, um dos residentes falou assim para mim, e eu nunca esqueci, porque eu acho que é o que eu vivi lá em São Bernardo, foram coisas que me mobilizaram tanto, que foi acho que a partir daí também que eu comecei a pensar racismo e tal. Porque, até então, eu estava vivendo. E aí, uma pessoa falou assim, “você sabia? Você é a primeira TO negra que eu conheço.” E aquilo, para mim, foi de um escândalo, porque assim, “a gente está em 2018.”

E: Aham.

R: 2018, então, assim, parece ser muito tempo, mas é muito recente o ingresso de pessoas negras, pobres, com deficiência no ensino superior, né? Então, acho que a ideia, eu sempre falo assim, né? A gente está aqui para honrar as pessoas, né? Então, de falar as suas histórias, que eu acho que a gente constrói coisas a partir daquilo, né? Daquilo que os outros deixaram.

E: Sim.

R: Eu entendo que o Fórum Mineiro, a região aí de Minas, tem pessoas extremamente importantes, assim como você, que está contribuindo para a saúde mental do estado, né? E desse lugar onde você está. E aí, acho que uma das últimas perguntas, é assim, diante disso que a gente conversou, se você gostaria de compartilhar mais alguma coisa, acho que da sua experiência, da sua vivência, enquanto TO no Fórum Mineiro, enquanto profissional de CAPS, de CAPS, da saúde mental, enquanto pessoa negra, né? Porque eu acho que em qualquer lugar que a gente vai, independente de qual seja a nossa profissão, né, as pessoas são diferentes. Acho que dessa sua vivência, acho que tem uns 20 anos? Quantos anos você tem de formada?

E: Isso, eu tenho 20... 99, né? 20... Tenho que ver a conta. Achei que eu já fiz 25 esse ano. É... Acho que foi isso mesmo, 25, né? Porque 2009... 10 anos. 2019, 20 anos.

R: 25?

E: É... 25 anos, isso mesmo.

R: Caramba! Então, durante esses 25 anos de TO, o que é que tem ficado aí para você, enquanto pessoa negra, mas enquanto profissional mesmo, de saúde mental?

E: Então, assim, acho que... Enquanto profissional, né? Acho que a terapia ocupacional, assim, ela contribuiu muito mesmo, para entender o sujeito e esse sistema capitalista que a gente vive, né? Então, assim... O quanto que é importante, assim... Você, né? A atividade humana, mas ela não quanto... para produção, né? Ou para profissional, né? E aí eu... E às vezes, por exemplo, me incomoda muito, mais muito tempo da saúde mental, né? Como algumas terapeutas ocupacionais aceitam trabalhar em lugares em que esse fazer é como produção, né? Ou senão é como mudança de sujeito, todo mundo igual, né, e não é, né? Cada um tem... Então, assim... Então, por exemplo, assim, da terapeuta, assim... Então, assim, é algo... Mas é um processo, porque eu já cheguei a achar que a terapia profissional cabia lá e já cheguei a achar que era um lugar bacana. Até eu conviver com os usuários e ver que não é isso, né? E como que a terapia profissional pode contribuir nesse sentido, assim, né?

Do sujeito se reconhecer, né? Como o sujeito de produção da sua vida mesmo, né? Então... Eu acho muito bacana, assim. E... E o resto... E os últimos anos, depois do movimento social, também essa questão do atravessamento também, assim, né? Da raça. E... E bacana, assim, que todas as lutas na saúde mental... Por isso que eu falo na saúde mental, né? Todas elas cabem, né?

R: Cabem.

E: Eu acho que é uma luta de todos. Todas elas cabem, né? Então, assim, que é uma luta de todos, né? Por moradia, por cidadania, né? É... É o... LGBTQI+, né?

R: É que é longa... É longa a sigla, né LGBTQIAPN+, né?

E: Isso! Exatamente! Então, assim, cabem, né? Todas as lutas cabem, né? Então, eu acho que a terapia ocupacional, né, ela me ajudou muito nisso, assim, de… junto com o movimento…. Até porque é isso... Todas as profissões, né, e dentro da saúde mental, elas têm um papel lá. Mas eu acho que a terapia ocupacional foi muito importante nesse sentido, assim, né? De ver o sujeito... Tanto que ele constrói sua vida, constrói o mundo, né?

R: Sim.

E: É isso.

R: Bom, acho que era isso.

E: Roberta, muito obrigada.

R: Magina.

E: Eu agradeço, né? Pela oportunidade também. Porque, cada vez que a gente fala, a gente também reflete, né? Então, acho que é muito bacana, assim. Também eu tenho uma contribuição pra mim também. Eu ganho também.

R: Eu acho que o mais bonito... Eu acho que eu sempre fico muito insegura. Porque eu tenho achado que eu sou uma... Eu falo que eu sou uma jovem senhora, tá? (risos) Mas eu ando me sentindo meio uma guardiã. Porque... O outro compartilhar sua história comigo, eu entendo que é uma coisa muito sagrada. É muito única. Porque é isso, só a Eliana sabe da sua história, da sua vivência. Então, compartilhar esse momento comigo, eu acho que é uma das coisas que mais tem feito sentido, eu acho, no momento que eu me ponho nessa posição de escuta. Porque eu também me vejo na sua fala. E eu me reconheço nisso. Então, acho que esses momentos de entrevista têm sido um processo muito bonito, acho assim, de curar e de pensar em outras coisas, né? Do que a gente pode construir em conjunto. Então, eu não tenho nem palavras para agradecer a sua contribuição, a sua existência, a sua vida, este momento que nós podemos nos encontrar. Que eu acho assim, tem uma diferença de idade, de estado, mas que bom que neste momento a gente pôde se encontrar e você ter compartilhado o seu tempo comigo. Porque eu acho que é um tempo, mas é um tempo que é vida, né? Então, você compartilhar este momento da sua vida comigo. Então, eu só tenho muito a agradecer.

E: Roberta, eu tenho muito a agradecer também, né, porque o fato de… porque a gente também tem esse histórico na terapia ocupacional de não registrar, de não registro, né, e aí, então assim, agradecer muito, né, de pessoas como você, que se disponibilizou a fazer esse exercício, né, porque não é fácil mesmo não

R: Não.

E: Você sentar, você ler, você escrever, você pegar um tanto de história e você fazer algo dali, então assim, é de um riqueza que também não tem como agradecer também, né, assim, não tem palavras, não tem o que fazer pra agradecer, porque assim, eu fico muito feliz assim, de ter alguém como você que se dispôs a falar da nossa história, né, não tem palavras, eu fico muito feliz.

R: Acho que um lema que eu ouvi, ô, Eliana, eu não sei se era das pessoas com deficiência ou se era da saúde mental, porque às vezes eu me confundo, que é assim "nada de nós sem nós"

E: Aham

R: Então assim, nessa perspectiva, independente do contexto, né, nada da pessoa sem ela, né

E: Isso, é. Verdade. A saúde mental fala muito

R: Né, então acho que é muito nessa ideia de que a gente possa construir em conjunto. Então é isso, eu vou mandar pra você também depois o documento pra assinar, porque o meu ainda está em tramitação , mas eu vou mandar as perguntas, o roteiro também pra você ver e a gravação

E: Tá bom. E precisando pode chamar, e é isso, a gente arranja um horário e se encaixa e agente consegue

R: E eu faço o convite, se você conhecer alguma TO negra que se formou até o ano 2000 e que tenha interesse, que ela aceitar compartilhar também a história dela comigo, eu agradeço. Qualquer lugar desse país, via online é possível, né (risos)

E: Isso, agora é, agora é, vamo tentar…

R: E se você puder pensar em alguém, também agradeço

E: Tá. Tem a que se formou comigo, que é uma, né. Tem a Marta Soares, que é outra

R: Conheci a Marta Soares e entrevistei (risos)

E: Ah, então pronto, é, Marta Soares, fantástica. Ela foi uma que já estava no Fórum e já tinha essa consciência

R: Que da ora

E: Que me ajudou muito nisso. Ela já estava no Fórum uma caminhada quando eu entrei. É, então eu vou tentar lembrar. Tem essa que se formou comigo, eu tenho ela no Instagram, eu vou ver se eu consigo falar com ela. Que eu tô me lembrando agora é só essas duas, aí eu dou seu contato e falo, tá bom?

R: Tá bom então. Muitíssimo obrigada, uma boa tarde

E: Obrigada

R: E até um momento

E: Tá bom (risos). E quando concluir lá, fazer, manda pra eu ver

R: Com toda certeza, com toda certeza

E: Tá bom? (risos)

R: Tchau

E: Tchau.

MARTA SOARES

R: Roberta (entrevistadora)
M: Marta Soares (entrevistada)

M: Prontinho.

R: Eu mando para você também, se você quiser, as perguntas que eu vou fazer eu posso mandar para você também, aí depois a gente vai conversar, que é a mesma pergunta, mas se você quiser eu também mando para você, tá bom? E as perguntas que aí se você quiser acrescentar, escrever, acho que você pode ficar à vontade. Acho que é uma pesquisa...

M: Na verdade o papel é para eu não perder a linha de pensamento quando eu estiver falando, entendeu, porque eu tô cansada demais, então vai lá e volta, um Deus nos acuda, você vai ver como é que é esquisito, mas paciência, paciência. (risos)

R: Olha, à vontade, eu acho que esse tempo é nosso, porque eu entendo que é mais uma conversa, né, viu, Marta? Então acho que pode ficar tranquilo com relação a isso. Acho que a gente fala muito desse rigor da pesquisa, mas eu entendo que é uma conversa, uma aproximação, porque eu também estou sendo pesquisadora, não sei o que era vir a ser, né? Então também tô conhecendo e tô aprendendo, batendo cabeça, extremamente atrasada em relação a todos os prazos possíveis, mas aqui estamos. Eu vou dar uma introduzida aí um pouco para você, para você saber mais ou menos qual foi a ideia, né? Eu entrei no programa passado, né, em 2023, aí eu acho que é sempre muito importante enfatizar que a turma de 2023 do programa de pós-graduação da UFSCar foi primeira turma majoritariamente negra, acho que mais, quase 10 anos, é a primeira vez que foi a turma majoritariamente negra, de mulheres negras. Então acho que isso foi um marco muito importante

M: Isso é histórico

R: Histórico, e é um marco extremamente importante para o programa. E durante o processo das disciplinas obrigatórias e tal, eu tinha pensado um projeto que era entrevistar terapeutas ocupacionais, e terapeutas ocupacionais que se auto declarassem negras, para pensar aí um pouco do seu cotidiano, da sua prática, racismo. Aí eu conversei com a doutoranda, que na verdade ela tinha feito exatamente a mesma coisa. E aí eu falei assim, “bom, então vamos ter que pensar uma outra estratégia.” E aí eu acho que eu fui muito mobilizada durante esse processo… Oi? Não, eu tô ouvindo, se você falar para continuar.

M: Oi?

R: Eu tô te ouvindo, Marta.

M: Você tá me ouvindo? Eu não sei se ouvi alguns instantes assim, você descrevendo, né? O que você falou da turma majoritariamente, né, de pessoas negras. E a pergunta, como que você começou, e aí foi quicando a fala…

R: Perdeu?

M: Aí eu perdi. Então, a princípio, Marta, eu tinha pensado em pesquisar terapeutas ocupacionais que se auto declarassem negras, e que tivessem se formado até o período de 2000, até o ano 2000, para a gente pensar um pouco mais na prática, cotidiano,racismo né? Memória. E aí havia uma outra colega, doutoranda do programa, que defendeu ano passado, se eu não tô enganado, ou foi o comecinho desse ano, que era uma coisa muito semelhante. E aí eu falei assim, “ah, então acho que é possível a gente repensar”, e eu conversei com ela. E aí eu tava muito nessa questão de, sabe? Do adinkra sankofa, do pássaro, né? Que tem a cabecinha para trás e os pés para frente.

M: Uhum

R: E aí eu acho que eu fui muito, muito assim, acho que eu literalmente fui muito capturada por essa proposta. E aí...

M: Posso te mostrar uma?

R: Ai, não acredito! Olha aí, tá vendo?

M: Isso aqui é um adereço de cabeça, que a gente foi no 18 de maio do ano passado, nós levamos a história, né? Levando como conceito a sankofa, assim, sabe? E ela então aparece depois, em outro momento, quando esse centro de convivência, né, onde eu trabalho, completou 30 anos, cê enxerga o 30 lá embaixo, né? Então, é isso. Isso aqui é um adereço de cabeça. Assim, frente e verso, tá vendo? Aí, na mesma coisa. Não resisti, desculpa, fui lá buscar o sankofa.

R: Eu acho que é isso, eu acho que eu vivenciei o segundo semestre com muitas coisas falando assim, muitos desafios gigantescos que me fizeram repensar se eu devia continuar ou não. E aí eu mudei de fato todo projeto, então eu escrevi um outro projeto. E aí, óbvio que isso me levou muito tempo, então óbvio que eu estou muito atrasada em relação a quase tudo do mestrado. E aí a minha proposta, então, foi pensar, tipo, essas mulheres negras, que eu penso muito nas, sabe… As mulheres negras sankofas, as que se formaram antes do ano 2000, porque até então a gente não tinha as políticas de ações afirmativas, né? Que é uma coisa muito mais recente, tem 12 anos. Muito mais de compreender esse processo delas, como é que foi a história, como é que foi adentrar na universidade, como elas se reconheceram negras. E aí a gente pensar de relembrar, de nomear, eu acho que de dar nomes, né, para tantas mulheres que a gente pouco conhece na terapia ocupacional, que é negra, né? Que se formaram antes do ano 2000. São raras, na verdade.

M: Na minha turma éramos duas. Das retintas éramos duas. Três, éramos três. A Edi, a Vanilza e eu. Éramos três.

R: Onde você se formou, Marta?

M: Na UFMG.

R: De que turma você é?

M: Eu sou da turma do primeiro semestre de 89. É, primeiro semestre de 89. Formei em 93, final de 93.

R: Você tem o quê, 30 anos de formada de TO?

M: Tô chegando nos 30. É, tô chegando nos 30 de TO de formada.

R: Nossa, que lindo! Que bonito!

M: Menina! É um negócio… Enfim, enfim.

R: Eu acho que a gente pode conversar disso mesmo. Quando você escolhe a terapia ocupacional, até o dia de hoje, porque as perguntas eu vou lendo pra você, mas é muito mais pra gente saber o nome, a idade, a cidade de nascimento, se é a cidade atual onde você mora e depois eu faço as outras perguntas pra você.

M: Tá. Objetivamente, então, nome, nome completo, cidade de nascimento...

R: E a idade

M: A idade? Tem que fazer as contas. Acho que eu tô com 65.

R: Uau!

M: É, 65. Eu cheguei depois, na universidade, depois que eu passei pelo magistério, dava aulas numa escola especial de APAE, aí vim pra Belo Horizonte, saí do interior e vim pra Belo Horizonte, não muito longe daqui, vim pra Belo Horizonte pra entender mais sobre a questão da deficiência mental, retardo mental, aquela coisa toda, porque tinha uma contemporânea que tinha vindo pra Belo Horizonte fazer esse curso, sabe? Uma contemporânea lá do interior também, e aí fiquei sabendo que existia esse curso e tudo mais. Então, eu me matriculo… a gente faz um ano de cursinho, depois a gente faz a... a gente passa, né, no primeiro semestre de 89, isso mesmo. Primeiro semestre de 89. E aí veio, né, assim, um dos momentos mais interessantes da minha vida, mais intensos da minha vida, mais importantes da minha vida, que foi chegar, né, numa escola e ter possibilidades de... de pensar, né, de acessar, né, algumas coisas que eu nem nunca imaginava, nem nunca imaginava, e que mais? É isso. E aí de descobrir mesmo muitas coisas. Ontem mesmo, por exemplo, ontem? Não, anteontem. Eu recebi aqui no Centro de Convivência, mas eu vim na parte da UFMG, porque tinha uma agenda com os alunos da medicina da UFMG. Eles me perguntam, “por que a terapia ocupacional?”. Aí eu contei esse começo dessa historinha que eu contei pra você, né, do meu trabalho com crianças especiais, quando a gente vai esgotando, assim, gente, não, tem que ter mais coisas, tem que ter mais coisas, né? Vamos atrás, vamos atrás. E aí contei isso pra eles, né? E aí tá muito viva a história porque eu acabei de falar dela. E aí um dos alunos, né, pergunta pra mim assim, “mas Marta, por que a saúde mental?” Aí eu achei essa pergunta ótima, porque é outra história, né, a gente tem que contar a história. Eu vou dizer pra eles que na primeira aula de saúde mental que eu tive, com uma TO psicanalista, na primeira aula, né, e ela começa a falar umas coisas, eu olhei pra cara dela e falei assim, “o quê? Isso existe?” Ela olhou pra mim assim, deu um sorriso bonito, “isso existe?” Aí pronto, aí eu mudei,

“eu não quero saber de criança, não quero saber de coisa nenhuma, essa é a minha praia.” Foi assim que eu escolhi, sabe? E no ano de 90, em 93, quando eu tive o meu filho, então no ano seguinte, eu passo no concurso da Prefeitura de Belo Horizonte e aí escolhi a saúde mental. Escolhi mesmo, assim, não quero trabalhar com criança, não quero trabalhar com a reabilitação, eu quero trabalhar na saúde mental. E aí eu cheguei aqui nesse lugar que eu estou até hoje. Cheguei pra dar suporte pra uma TO que estava aqui coordenando o serviço, na época era coordenação, e depois, aí quando ela sai, ela me indica pro lugar dela e fala assim, “Marta, você fica.” Aí a minha, a chefia, referência lá da coordenação, não topou. Falava assim, “não, não é assim, não é assim que faz”. E a Isabel me bancou, e depois, quando o nível central não topou, a Isabel cutuca o nível regional. E aí o regional falou assim, “Marta, é você, é você.” Aí eu fiquei, e fui ficando e ficando e inventando, porque o serviço estava recente também, era o comecinho das experiências dos serviços substitutivos, os hospitais psiquiátricos, então a gente nadou de braçada, assim, nas invenções, sabe? Nós nadamos de braçada, mas muito, assim, de inventar coisas, nossa, mas, fazer, nossa, mas, desfilar, produzir samba, produzir CD, produzimos um tanto de coisas. O que mais que a gente fez a produção? Um material, tem um documentário, quando o Centro de Convivência completou 10 anos, aí pronto, fizemos um documentário, lançado num teatro bacana na cidade. Sabe essas coisas, é lugar de inventar moda mesmo, sabe? Com as pessoas, a partir delas, não é na nossa cabeça. Então, isso deu... Isso foi uma possibilidade de abrir campo, abrir campos para a gente chegar. E estamos aqui, então, ainda, até hoje, em parceria ainda com a UFMG, que está aqui desde quando abriu o serviço. Então, temos parcerias com o projeto de extensão e a terapia ocupacional da UFMG, então, a gente caminha junto, muda currículo, muda não sei o quê. A gente está acompanhando, porque os alunos permanecem, no começo, com estágio, com estágio curricular, e agora, com dois trajetos de extensão, um deles em parceria com a rádio UFMG, o programa de rádio Centro de Convivência São Paulo Louca Sintonia, é assim que a gente liga. E vamos tocar o barco, né? Então, eu vejo a UFMG como um respiro, sabe? Assim, os meninos que chegam, com os alunos que chegaram aqui antes de ontem, a hora que eles chegaram, aquelas carinhas boas, aí eu falei assim, “bem-vindo, futuro, bem-vindos.” Aí, assim, muito legal, muito legal poder receber, poder compartilhar, né? Foi um momento muito rico. Então, aqui tem dessas coisas assim, né? Dessas vivências, experiências, acréscimos, né? A gente aprende muito, o tempo todo. Estou falando separado, né?

R: Não, imagina, porque eu sou boa para escutar a história, viu, Marta? Então, desde que você se formou, você está na saúde mental?

M: Sim. Sim.

R: Uau.

M: Desde que eu cheguei, desde que eu cheguei.

R: E sempre nesse centro de convivência?

M: Sempre nesse centro de convivência. Sempre nesse centro de convivência. Já andamos aí para alguns lugares no Brasil, né? Vendo coisas, participando do movimento. Não, é, inventando moda. A última das modas se deu a partir da construção de um empreendimento de economia criativa e solidária. A partir da

construção desse empreendimento, né? Chamado suricato. Olha o nome do bichinho bonitinho. Escolhido pelas pessoas, né? A partir dessa... De aprofundamento mesmo, né? Na história do trabalho, né? Nas condições de trabalho, né? O advento do capitalismo, alienação. Isso a gente adora, né? Então, a gente foi construindo isso através dos cursos de qualificação profissional nas áreas que as pessoas escolheram. E a formação... Além da formação técnica, né? A formação conceitual e política. Então, nadamos de braçada nisso. Aprendemos muito, todos nós, sabe? Aprendemos muito E, então, foi criada a Associação de Trabalho e Produção Solidária Suricato, que a gente acompanhou até 2018. 2018. Aí fizemos a grande levadeza, chamo de levadeza mesmo. Nós nos organizamos a partir... Nós, assim, empreendedores da Suricato, apoiadores da Suricato, a comunidade italiana na cidade, o consulado italiano, mais os italianos lá de longe, lá do país, nos organizamos e fizemos uma conexão com as cooperativas sociais lá. Então, mergulhamos nas redes de três cidades, Bolonha, Ancona e Trieste, e chegamos de lá com a cabeça, assim, num vento, assim, de tanta coisa. Mas, quando você fala de invisibilização, né? Quando a gente volta, a coisa já não era a mesma, tá? A Suricato foi estruturada em... Foi formalizada em 2004 e no ano de 2018... Na passagem de 2018 para 2019, né? Nós fomos convidados a sair e a gente nunca entendeu o porquê. Agora a gente entende. Agora a gente entende. Mas, na época, foi muito sofrimento, Alberto. Foi muito sofrimento, que a gente não conseguia localizar o que foi, onde está o erro, o que aconteceu, né? E depois a gente foi descobrindo, né? Ao longo de um tempo, né? De muito sofrimento, muito sofrimento mesmo. Não só nós, né? Assim... Estávamos na referência para o projeto, né? Mas também os intercambistas, né? Os conviventes, os usuários. Não gosto dessa palavra. Mas os que foram conosco, né? Foram sete usuários, dois psicólogos, um que já estava lá na Itália e outro que foi conosco aqui, a minha irmã que foi junto conosco porque ela dava o suporte, né, e era parceira e voluntária também, e sócia, tinha um nome lá, uma classificação para o cargo ou para a função dela ou para o lugar dela, né? O que mais? E aí, quando a gente retorna, a casa não estava mais, né? O Espaço Cultural Suricato, que foi uma referência importante no Brasil e fora dele, né? E construído ali, par e passo, dia a dia, com as pessoas. Inclusive a própria conexão que a gente inventou. A própria conexão foi a partir de uma provocação, de uma pergunta de um dos empreendedores, usuários, proprietários, associados daquele coletivo de trabalho. Um deles me provoca. Porque eu estive em Bolonha para representar centros de convivência, e aí as pessoas me fizeram encomendas, né? “Ó, Marta, traz uma lembrancinha, não sei o que, não sei o que”, “Tá, vamos ver o que eu acho.” Não achei nada.

R: Ô, Marta, foi sua primeira viagem internacional?

M: Quando eu fui para Itália, sim. A primeira vez, foi. Foi a primeira internacional. Foi a primeira. Aí, bancada pela Universidade de Bolonha, né? A gente foi para poder... Para o retorno de uma pesquisa entre a UFMG e a Universidade de Bolonha. Então, a UFMG e a Psicologia, né, fazendo uma parceria. E aí as colegas de centros de convivência me indicaram, “vai você, Marta.” Então fui. E fiquei lá, né, assim, alguns dias. Foi muito interessante. Junto com mais três pessoas aqui do Brasil. Né? Num projeto que discutia o trabalho, que discutia a arte no cuidado e saúde mental. Um projeto muito legal. Quando eu volto dessa experiência, um dos empreendedores, o Arnaldo Juliano... “Marta, você trouxe os presentes para nós.” As pessoas, né? Guardando em volta de uma mesa. Lá no local de trabalho deles, lá no bar, era um Bar Casa Cultural. Eles lá na mesa, aguardando a minha chegada, e perguntam

assim, “Marta, você trouxe os nossos presentinhos?” Eu falei, “eu não, não achei nada que tinha cara de cada um, por que eu vou trazer presente assim?” Aí, “o que você trouxe?”, “Um tanto de moedas, centavos de euros.” Aí o de chocolate, que é o Arnaldo, ele vira para mim e fala assim, “Mas é só você que pode? Só você que pode ir lá?” Eu falei, “não”, “nós não podemos…?”, “Por que não? O que a gente precisa?”, perguntei para ele, ele falou, “dinheiro”. Aí o grupo todo, “dinheiro”, “E o que mais?”, “Um tanto de coisa, a gente tem que aprender sobre a Itália, a gente tem que aprender a língua.” Pronto. Tinha dado *start*, pronto, começamos. Trabalhamos para conseguir cada tostão, para viajar conosco, 11 pessoas.

R: Uau!

M: 11 pessoas. A décima segunda foi um cineasta, que o Conselho Regional de Psicologia bancou para poder registrar tudo que a gente fazia, tudo que a gente fez durante os 10 dias que passamos por lá. Essa foi a grande loucura da história e que custou muito caro para a nossa saúde, de alguma forma, porque foi tudo muito violento, tudo muito violento, sem compreensão do que tinha acontecido, sem a compreensão do projeto. Lá, a Itália entendeu, nos receberam… Só faltaram carregar água na peneira para a gente. Em Trieste, as duas referências da residência, da residência em saúde mental, comentando, assim, que eles souberam que nós havíamos vendido torta e muita coisa para conseguir o dinheiro para ir. E falamos que, “sim, conseguimos”, não entramos no detalhe, mas isso chegou lá para eles. Não sabemos quem foi que contou para os dois, para o Roberto Colla Pietro e para a Isabel Marim. E aí o Roberto vai dizer assim, “torta, torta, torta”. E vai dizer, “vocês venderam muitas tortas e vocês fizeram ciência. Vocês fizeram ciência e o Estado às vezes é estúpido”. Essa frase a gente não entendeu na época, “do que ele estava falando?”, que a gente não sabia. Depois a gente foi descobrir que tinha uma posição ruim de um certo segmento dentro da estrutura pública que não entendeu, mas não entendeu porque ela escutou uma outra narrativa, ela não nos perguntou, e aí o sofrimento começa aí. Então eu fui afastada do projeto, um projeto que a gente começou junto com as pessoas, em 99, só pra você ter uma ideia, tanto que a gente foi curtindo, foi maturando, foi fazendo acontecer um tanto de coisas para um grupo se autogerir, com toda clareza, com toda beleza. Cujo primeiro princípio era ter o trabalho como valor, escuta isso, TO, ter o trabalho como valor produzindo prazer. O quê que é isso, sô? Isso não é para qualquer um não, não é. Então isso... Isso foi muito revolucionário. Isso foi muito forte. Mas, enfim, das coisas que disseram a respeito, que motivaram a minha saída, a corregedoria não encontrou nada do que foi dito, nada do que foi falado. Nada. Vasculharam tudo.

R: Abriram um processo contra você, Marta? Instauraram..?

M: Eles... Primeiro conversaram. Não chegaram a instaurar, não. Mas não chegaram a instaurar, porque antes aconteceram várias conversas. E foram buscando dados e referências, números, etc. E aí não foi localizado nada. Nada. Nada. Nada. Absolutamente nada. A não ser a frase. De que... “Não tem nada que desabone a nossa servidora.” Pronto. Pronto. Fui. Fui. Fui. Isso ainda tem rescaldos. Dessa experiência que foi muito dolorosa. Foi muito difícil. Dividiu o grupo, o grupo ficou segmentado. E o coletivo que viajou, hoje está junto, estamos juntos e produzindo separadamente. Fazendo coisas, que as pessoas querem e precisam fazer, elas falam disso, elas precisam disso. Então estamos construindo uma web rádio, chamada

Companhia Girassol. Então hoje é um sábado, estou aqui de férias, no Centro de Convivência, porque as pessoas estavam até pouquinho aqui, sabe? Para poder... Para gente poder pensar o seminário, que vai acontecer no próximo sábado, que é uma devolutiva para a Fundação Municipal de Cultura, que é a devolutiva de um edital que a gente ganhou, que a gente conseguiu passar. E aí o evento vai ser a história contada, pela primeira vez sobre essa experiência. Nós vamos contar essa experiência pela primeira vez, e o título é, “Do trem de doido…”. Em Minas tinha um trem de doido. “Do trem de doido ao voo dos livres”, pronto, aí nós vamos fazer isso, no próximo sábado, para poder elaborar, tratar, resolver, curar. Porque nesse grupo a grande maioria, foi a grande maioria para Trieste, Bolonha, Ancona, foi de beneficiários da política ou usuários, na Companhia Girassol é a mesma proporção, são eles, envolvidos, escolheram esse nome, porque quando os girassóis estão em uma situação muito complicada, eles se voltam uns para os outros e se protegem, essa é a ideia.

R: Olha, Marta…

M: Falei, falei, falei. Diga…

R: Eu tenho que dizer que eu acho que o universo preparou esse momento para que a gente pudesse se encontrar, viu? (risos) Não tenho dúvida. Não tenho dúvida, viu? Porque você falou do girassol, você falou de sankofa, você falou da saúde mental. Eu estou no momento trabalhando na saúde mental.

M: Ah, que ótimo.

R: Então, eu fico muito feliz. Eu acho… que esse momento que vai acontecer no sábado possa ser um espaço de ressignificação para todo o grupo, para todos vocês. Eu acho que quando a gente… Eu acho que é mais do que uma ideia, eu acho que a gente faz porque acredita, porque a gente acredita na potência do sujeito, naquilo do encontro.

M: Sim. Não é outra coisa.

R: De produzir…

M: Não é outra coisa, Roberta, não é outra coisa. É aquilo que nos move, sabe? É aquilo que nos impulsiona e a gente vai. E não tem limite, não. Sai da frente que nós vamos passar. É uma coisa, assim, vai arrastando, mas chega, porque as pessoas querem, elas querem, elas pedem, elas contribuem. Aliás, elas fazem. E a gente vai de secretária atrás, marcando isso, marcando aquilo. “Essa fala, essa ideia, e essa voz, como é que é isso? Vamos lá”. Então a gente está entrando num campo que a gente não conhece, mas estamos aí em parceria com a Rádio Popular, que é interessante, a Rádio Favela, em parceria com a própria UFMG, e nós mesmos, se organizando, nos juntando, e ampliando, ampliando também o grupo. Tem outras pessoas chegando.

R: Nossa, que bonito. Muito bonito. Ô, Marta. Acho que essa primeira parte da sua trajetória acadêmica foi super contemplada com essa sua narrativa até Trieste. E aí a

segunda pergunta era quando você se reconheceu negra? Como é que foi esse seu processo?

M: Ah, menina. Essa pergunta é ótima. Adoro. Como eu me reconheci negra? A gente vai crescendo assim… Eu sou de um tempo onde isso quase não se dizia, vamos falar assim, quase não era tratado, e a gente vai crescendo naquele lugar, do menos, do menor, do feio, do impotente. Aquela coisa, aquela coisa horrorosa, para nós mulheres, então, eu vejo isso muito mais complexo. Muito mais complexo, muito mais difícil, assim. Engraçado, né? Que coisa, né? Essa possibilidade do nosso encontro.

R: Travou aqui.

M: Hoje de manhã, … minha gente. Deixa eu pensar aqui. A respeito do meu... Travou?

R: Agora voltou.

M: Olha, a primeira...

R: Voltou.

M: A primeira coisa que me aconteceu... Voltou? Voltou?

R: Voltou, voltou. Sim.

M: Voltou? A primeira... A primeira vez que eu escutei, que eu caí de cima das pernas. A primeira vez que eu escutei que eu era diferente das outras pessoas foi quando eu tinha 14 anos e tinha mudado para uma cidadezinha. Eu morava na zona rural, tá? Eu sou do mato, eu morava na zona rural, e meu pai botou na cabeça que, “meus meninos não vão crescer que nem eu não, eu não tenho nada para deixar para os filhos, mas uma coisa que a gente deixa é que ninguém vai roubar”. Aquilo fica dentro da cabeça. “Então vocês vão estudar, é assim, quero meus meninos estudados, principalmente as minhas meninas, não quero filha minha sofrendo na mão de homem.” Era esse o caso, sabe? Maravilhoso

R: Quantos irmãos?

M: Oito. Oito irmãos. Eu sou a primeira filha do segundo casamento dele, então ao todo éramos nove, né? No primeiro casamento eles tinham uma filha, a Graça, e depois quando ele encontra minha mãe, eu sou a primeira filha. E aí ele sempre viu muito longe, assim. É um homem que nunca saiu de Minas, nunca, nunca. E ele falava assim, “minhas menina vão para as Europa, minhas meninas vão”. Era assim, ele era um visionário. Ele nunca teve uma professora, nunca teve. Nunca sentou numa sala de aula, lia, escrevia, fazia cálculo. Nunca perguntamos pra ele como é que foi isso.

R: Era um homem sábio, né.

M: Era um sábio. Ele via muito à frente do tempo. Pena que ele morreu tão cedo, assim, sabe? Morreu muito cedo, foi embora muito cedo, mas com aquela carinha de que…

R: Muito jovem?

M: É, ele morreu muito mais novo que eu. Morreu com 56 só, um negócio assim. Não chegou aos 60, não.

R: Muito jovem, né?

M: Muito jovem. E aí eu saio de Ouro Preto, região rural de Ouro Preto, venho para uma cidadezinha próxima para a gente poder estudar. Então, saímos de lá, viemos todos, né? Veio a família inteira, nas condições possíveis, a casa nem estava pronta ainda, “mas vai enfiando lá para dentro porque as meninas precisam estudar”, era mais ou menos isso. E aí, tinha ali pra nós esse legado, sabe? “Não dá para parar.” Não dá, não dá. Ele deixou isso pra todos. A terceira geração dele. A terceira? A primeira geração são os filhos, né? A segunda geração. A segunda geração dele está toda na universidade. Toda. Toda. O caçula está terminando o colégio técnico na UFMG. O menino brilha, brilha, chama Gabriel. Então, assim, é isso. Tem uma história que é a base de onde a gente veio. E quando você pergunta, aí fui lá por causa disso, nesse momento da história. Estou no quintal do centro de convivência. Aí, quando você pergunta quando eu me percebo negra, um dia, quando, aos 14 anos, eu escutei a frase, “a preta é a mais feia e a mais saliente da turma”, quando eu passava perto de uma oficina onde estava um garotinho que eu estava interessada nele, né, eu quase morri. Eu chorei tanto que saía sangue do meu nariz. Eu não sabia o que era aquilo, nessa cidadezinha onde a gente foi fazer o ensino… inclusive o ensino médio, né, fiz magistério. Então, foi a primeira vez que eu me dei... “Então, eu sou diferente”. Então, eu começo... Sabe essa coisa que o povo chamava de complexo, de inferioridade? Eu achava que eu não era, que eu não podia. Então, assim, andava de cabeça baixa, ou quando saía era a roupa mais bonita. Essa coisa de se autoafirmar. Só que a gente vai crescendo, né?

R: Sim.

M: Aí eu venho para Belo Horizonte e quando eu estou na... Era no sétimo período? Eu já estava lá na frente. Eu vou conhecer uma figura numa fala lá no interior, quando ele foi falar no... No dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, eu escutei o cara falando, fiquei assim olhando pra cara dele, “o que é que ele está falando mesmo? O quê que esse homem está falando mesmo? Espera aí, espera aí”. Sabe quando cai a ficha?

R: Sim.

M: Eu falei “Gente do céu, eu estou começando a entender”. Foi aí que eu me dei conta de um tanto de coisas, né? De um tanto de coisas. Aí me... Passei a frequentar as... Eu dormia lá e vinha para Belo Horizonte. Até quando não deu mais, né? Aí passei a ficar só em Belo Horizonte mesmo. Belo Horizonte não é muito longe daqui, né? E... Fiquei, né? Passei a ficar mais em Belo Horizonte. Então passo a frequentar o movimento negro unificado, né? Pesado, né? Muito pensamento, muito embate. Aquilo abre, abre, e continua abrindo para mim até hoje, assim, me dando conta. E quando você faz essa pergunta, quando você faz a proposta, eu falei, eu quero ver, eu quero ver isso, eu quero sentir isso, sabe? Eu quero amarrar isso com algumas

das outras coisas, né? Algumas das outras coisas, e nesse encontro aí com esse, com essa liderança e um intelectual, né? Ele é um intelectual, esse moço, né? A gente acabou namorando, eu tenho o filho dele (risos), maravilhoso, que se chama Samora, em homenagem ao Samora Machel. É assim que o povo dança. Sabe? É assim que o povo dança. A gente não tem uma convivência, né? Fiz uma opção. Isso é outra história, mas esse menino está no mundo. Já esteve em Moçambique, esteve lá na casa do Machel, está aí no mundo. Está aí no mundo, produzindo, está terminando o mestrado, então assim, sabe quando vai? Precisa ir, né? Precisa ir. E é sangue no olho, sabe? É sangue no olho.

R: Que bom! Que bom!

M: É sangue no olho.

R: Que bom, Marta.

M: É sangue no olho esse menino, é maravilhoso, adoro ele.

R: Que bonito.

M: Então quando você fala “mulher negra”, hoje, assim, eu fico me vendo, puxando a história, a trajetória, quantas coisas a gente perdeu, quantas coisas não nos foram oportunizadas, quantas, e quantas, e quantas, e quantas. E até hoje, né? Continuam os olhos que condenam, assim, excluem, o olhar que fere, enfim, mas hoje isso só fortalece.

R: Eu acho que travou agora, hein, Marta.

M: Quanto tempo perdido ou quanta dor evitável, né, quantas dores evitáveis ali. Oi?

R: Tinha travado.

M: Eu tô dizendo que quanto tempo perdido. Melhorou? E quantas dores evitáveis.

R: Melhorou.

M: Tô mudando aqui. Evitáveis, né? Não precisava ser tão violento, não precisava ser tão violento. E aí quando eu vou linkar essa história, né, essa história enquanto mulher, essa história enquanto profissional e esse empurrão pra fora da roda, é a mesma coisa, “não te pertence, não é, não é pra você”. E aí a gente só de pirraça fica.

R: (risos) Eu acho que isso é uma característica nossa, né Marta?

M: Acho, acho sim.

R: Acho que com o tempo a gente vai levando tanto esporro, tantas coisas, que de um jeito ou de outro a gente vai se fortalecendo nos encontros e a gente também vai ressignificando. E quando eu acho que eu penso nas mulheres negras… porque eu falei pra minha orientadora que eu queria escrever uma outra história. Eu me recuso, e aí eu achei o Roberto enquanto pessoa, eu me recuso a escrever só sobre

escravidão. Eu me recuso só à narrativa da dor, da miséria, de passividade, que não é essa.

M: Não é.

R: Não é essa.

M: Concordo com você

R: Então assim, a minha proposta de trabalho é uma outra narrativa. Imagina, não é essa.

M: Sim, sim.

R: E aí quando você diz isso, eu acho que a gente está falando de um povo que foi ferido até a alma mas ainda assim persistiu.

M: Menina.

R: E quando não tinha esperança, eles continuaram. E a gente está aqui, né, o seu filho está no mundo, eu estou aqui.

M: Uhum. E uma coisa interessante quando você traz isso é como que a gente está no mundo, porque que a gente está, e hoje eu vejo a história, a nossa história, como a história de lutas e muitas lutas. Ninguém desistiu.

R: Ninguém.

M: Ninguém desistiu. Ninguém. E por causa dessa web rádio a gente está pesquisando temas, mergulhando em temas e um deles é a questão racial. O título do grupo de programas que vão tratar disso é “Racismo à Brasileira”. É um prato. “Racismo à Brasileira”, é um prato. Tem um jeito de ser racista no Brasil, em um modo de ser racista no Brasil. E por causa disso a gente foi mergulhando, na Izildinha, na Virgínia Bicudo, na Neuzinha Santos, e vamos caçando essa mulherada toda, Lélia Gonzalez, Carolina de Jesus, vamos atrás da mulherada, vamos atrás dos homens também. Descobrimos o Juliano Moreira, que é um gênio, um cara escondido, esquecido. A gente chama de Juju, é íntimo. (risos) Juliano Moreira que fez a recepção ao Einstein, ninguém nunca contou isso. Juliano Moreira.

R: Eu não sabia.

M: O Juju, aos 16 anos, 15 ou 16, já estava na UFBA. Foi ele que trouxe a psiquiatria pro Brasil, foi ele que trouxe a psicanálise pro Brasil. Ô, linda, vai nele, ele é lindo, adoro. Então o Juju, uma das pessoas mais inteligentes que eu conheci, trouxe uma contribuição muito interessante, mas ele tinha, ele é descendente direto de escravizados, né, ele traz, ele vai fazendo questões muito importantes, tinha gente que o enfrentava, e ele foi lá, foi disputar isso no campo do pensamento. E quando ele vem dirigir uma instituição de saúde mental no Rio, ele vai separar adultos de crianças, vai abolir, vai mandar tirar todas as grades da janela, olha o cara, todas as grades da janela, ele vai ser contra o tratamento violento. Então assim, o Juju pra mim

é um pioneiro. E um outro que a gente descobriu e que agora a gente está amando de paixão, é o Frantz Fanon, do Pele Branca… “Pele Negra, Máscaras Brancas”, que aí ele mexe no coração da gente, né. Ele vai longe, ele vai fundo, fundo, fundo, ele é muito legal, eu gosto muito dele. Pena que morreu tão cedo, mas deixou um tanto de coisa pronta. Então, que a gente debruce sobre isso que ele fala, do sofrimento psíquico, desse adoecimento, disso que está em nós, por causa, por causa da colonização, do tráfico, da violência, do que aconteceu, do que foi feito, e o que ainda, às vezes, precisamos fazer pra caber em alguns lugares. Enfim, a consciência de mulher negra hoje passa por essa coisa de Fanon, de pensar muito isso que ele traz, enfim, e dizer que nós estamos juntos e que tem muito o que fazer, simples assim. Tem pensadores aí, tem outras figuras aí, né?

R: Sim, muito boas. Acho que a gente está conhecendo muitas pessoas que parecem que ficaram aí escondidos, né? E a gente está trazendo à tona muitos pensadores, né?

M: Muitos, muitos.

R: Muita gente que eu acho que não tem essa coisa, esse ar acadêmico de estar na academia, mas que produziu muita coisa, muita coisa. E que eu acho que é isso, né? A ciência, o que é científico, não necessariamente só é a academia que produz, né, que está na universidade

M: Não, não, não.

R: É fora dela, né

M: Aí é o elitismo.

R: Exatamente.

M: Aí é o elitismo. É pra dizer que aquele não serve, aquele não dá, “olha que bagunça que virou essa universidade, só tem cota, só tem cotista, percebe?” É isso, né? E tá chegando, tá chegando.

R: Tá chegando. Oh, vou continuando pra não tomar muito do seu tempo. Durante a graduação, teve algum evento marcante? Houve algum suporte institucional da universidade?

M: Não, nem aparecia.

R: Referente a você ser uma mulher negra no curso de terapia ocupacional?

M: Não, não. A gente só chamava, a gente se sentia o bicho estranho, mas assim, mas não não tinha nada assim que... E não éramos, na minha turma eram três, éramos três. Então dava uma equilibrada, então… e por coincidência a gente ficava junto, né? Nós éramos a marginália. E tinha mais gente na marginália, né? Então pronto, a gente sabe, né, onde é o lugar pra gente poder sustentar, e a gente sustentava.

R: Ô, Marta, na sua percepção enquanto uma mulher negra, estudante, profissional, acho que… houve algum episódio ou fato que repercutiu no seu cotidiano ou na sua trajetória profissional?

M: Em relação ao racismo?

R: Sim. Ou que na época você também não via como um racismo.

M: Eu comecei... Sim, sim. Claro que a gente vai desconfiando de tudo, né, assim, a gente vai desconfiando de tudo, né, mas esse episódio que eu descrevi, né, por causa da... Logo após... Logo que chegamos, né? Da conexão…

R: De Trieste?

M: Aquilo... Não tem explicação. Não tem. Não tem nada, nada plausível, nada... Tem um certo constrangimento, sabe? Tem um certo constrangimento, porque, "cadê? o quê que foi?" Né? E foi muito violento, foi tudo de uma forma extremamente violenta, extremamente violenta, assim. Que... Sabe, assim, foi de abandono, foi…

R: Travou, Marta.

M: Oi.

R: Travou.

M: Eu tô te ouvindo.

R: Você estava falando que foi constrangedor, violento.

M: Foi constrangedor, foi violento. Que destituiu, né? Destituiu. Marcou uma história, maculou uma história, sabe, assim? De construção, juntou... De construção junto com, com os, né… aqueles que se dispuseram ao trabalho livre e circulante. E na época, eu ocupava, eu estava aqui no centro de convivência, né? E dando suporte também lá na experiência, né? Na experiência da associação de trabalho de solidário. É... E aí veio uma pessoa pra me ajudar, tinha uma pessoa que me dava suporte, né, para as minhas saídas, então, assim, eu andava mais que todo mundo, assim, né? Mas consegui ficar no mesmo lugar, né? Assim, sustentar aqui e dar conta da outra tarefa. E... E que foi muito... Que marcou, marcou uma cidade, né? Porque foi um corte muito importante, assim. Foi um encontro mesmo. Encontro da... Encontro da loucura com a cidade. É uma frase de Nilsa, uma negra baixinha, maravilhosa, semi-analfabeta, e que vai dizer assim... Depois de um evento chamado Loucura Gastronômica, quando a gente vendia as mesas, né, no espaço, no local de arte e cultura, pra servir pratos inusitados, né, e as pessoas chegavam, né, as damas, madames não sei das quantas, né? Quem a gente avaliava, os intelectuais, tudo mais. E aí ela fala, quando a gente terminou essa fase, né, do projeto, ela vai dizer assim, "olha que riqueza, aquelas mulheres com aqueles cabelos cheirosos, aquelas roupas lindas, indo pra abraçar a gente, e abraçava de verdade, coisa impressionante, a cidade nos abraçou, e nós abraçamos a cidade". Quando a gente escuta essa frase da Nilsa, veja, "agora não podemos parar, agora nós temos que ir embora. Agora temos que continuar." E a escolha, a continuidade, foi através disso. Então, isso que vem da fala das pessoas,

das inferências e das formulações delas, né? E ser desconstruído, pra mim, é o ápice da violência, assim, sabe? Principalmente com os mais fragilizados, assim, né? Com os mais frágeis, mas que tem uma força incrível, incrível.

R: Ó, e aí a gente vai caminhando pra pensar, assim, contribuição para a terapia ocupacional. Pensando aí a sua trajetória, quais ou qual você considera a sua principal contribuição, pensando você enquanto TO mineira? E se diante dessas perguntas, você gostaria de compartilhar mais alguma coisa?

M: Enquanto TO mineira? Contribuição? Então, eu fico pensando, Roberta, que tem a ver esse meu jeito de estar no mundo, né, de que, e acho que é, assim, e tem um modo de fazer que é aberto, tá? É o que aparece, o que acontece, o que a gente vai amarrando, com o que foi de ontem, com o que vai ser amanhã. Então, assim, isso é um modo de abrir, né? Pra que as pessoas caibam. Isso é um modo de abrir pra que as pessoas se reconheçam, né? Tenho vontade, inclusive, de desenhar alguma coisa nesse sentido, escrever alguma coisa, mas deixa eu dar tempo ali, né? Mas, assim, eu acho que de... de invenções, né, assim, de invenções assertivas, né, que promovem, que produzem deslocamentos, que produzem deslocamentos... Acho que isso é um jeito que é uma contribuição, é um jeito de fazer, né? É um jeito de observar, é um jeito de estar no mundo, né, buscando, criando as oportunidades. É isso. Acho que uma contribuição é isso.

R: Que ser bonito que você é, hein, Marta?

M: Olha, papai achava que sim, mas como é que... Ele é muito lindo, saudade dele. Né, assim, ele... Quando eu falo isso é meio pra brincar, sabe, Roberta? Porque a gente não escuta muito isso, né? A gente não sabe escutar, aí eu levo na brincadeira, distorço, né? Distorço assim, né? Finjo que não vi, né? Mas é muito bom ouvir isso. É muito bom. Porque a gente ouviu muito pouco.

R: Porque eu também entendo, né, Marta, eu acho que você aí, pela sua trajetória, uma mulher já de 65 anos, você viveu muito, passou por muitas experiências. Então eu entendo de você ser uma referência aí no centro de convivência há mais de 30 anos. E eu acho que não é dar o sangue, eu acho que é fazer uma coisa que você se identifica, né, que acho que é de produzir saúde de um jeito muito ampliado, de um cuidado muito aberto, né, um cuidado muito transversal... É de a gente também aceitar... Ah, eu acho que é isso, me parece que as pessoas negras poucas vezes também aceitam os elogios, então é de valorizar a sua existência, honrar a sua história. Eu acho que a ideia é honrar a sua história, a sua contribuição e ser uma das TO, tipo, de 30 anos, Marta. Onde ainda a terapia ocupacional era uma coisa tão elitizada. E olha o que onde você chegou e o que você tem contribuído, né, então assim, é honrar a sua existência. Acho que cada pessoa, cada sujeito que você encontrou… e você faz uma TO que é pra todos. Então eu acho que isso pra mim é muito bonito, eu fico muito feliz dessa conversa em 2024 acontecer, de poder conhecê-la, de ver tanto empenho, de ver um jeito muito bonito de construir enquanto pessoa, enquanto profissional, que acho que anda junto, né, o pessoal como profissional anda junto, né? Então, muito feliz, muito feliz acho por conhecer uma pessoa que tem contribuído muito pra nossa profissão enquanto pessoa, pro mundo, pra gente ampliar.

M: Uhum. Ah, obrigada, Roberta, obrigada mesmo. E quem sabe um dia a gente se vê por aí, sem ser online, né? O mundo é pequenininho mesmo, a gente descobriu que é pequenininho. Quem sabe a gente inventa umas modas, né? Evento de São Paulo, aí vai todo mundo pra São Paulo....

R: Então, me diga, qual é a cidade que tem esse centro de convivência?

M: Aqui em Minas ou fora?

R: Não, aí onde você trabalha.

M: Aqui onde eu trabalho? Onde na cidade? É na regional nordeste, Regional nordeste de Belo Horizonte.

R: Ah, é dividido?

M: Cada regional tem um, tem um centro de convivência. São nove regionais, esse foi o primeiro que Belo Horizonte abriu. Então tem essa coisa de ser o primeiro. Então a gente sai puxando, né? Quando a gente chegou já tinha um tempo, mas a gente tomou. Tomou pra si, tomou pra si a ideia, né? E aí foi acrescentando, foi acrescentando, abrindo, acrescentando, né? Ano passado nós fizemos uma festa de 30 anos, convocando a rede, a RAPS. Porque assim, é o primeiro centro de convivência e o primeiro CAPS. Fica bem longe daqui, sabe? E aí nós convocamos a rede assim, com o título do evento, 30 somos todos nós. Uh! Porque não é um, não é? A gente trabalha em rede. A gente dialoga com o outro, com o outro, com o outro, o que vem, o que vai, né? Então é um trabalho, né, pra ser melhor ou mais bem sucedido, né, ele precisa ser junto. Então nós convocamos a rede e fizemos um evento lá na Faculdade de Direito, no Auditório da Faculdade de Direito da UFMG, é? Um auditório pra quinhentas e poucas pessoas, tinha gente sentada no chão.

R: Que bonito!

M: Tinha gente sentada no chão. Foi lindo! E a gente convida então pra uma das mesas, e foi a grande surpresa, foi um artista negro que a gente conhece desde o tempo do Espaço Cultural Basilicato, Sérgio Pererê, porque é uma figura, assim, que a gente conhece e se reconhece, né? E ele vai, né? Ele aceita uma mesa, né? Uma mesa. A última mesa do evento e, né, uma pessoa da periferia, assim, periférico, né, assim, que superou, imagina, assim, milhões de situações. Hoje um artista reconhecido e ele vai pra mesa e dá o recado. Ele vai pra mesa, assim, aflito porque a pessoa que o antecedeu, uma doutora da USP, uma TO, né, não parava, não parava, e o tempo passando e a mesa cortando, a organização falando, “não, pera, né?” E aí ele vai e vem de uma vez só. Ele entra de uma vez só, cantando que “eu tentei compreender a costura da vida, mas me enrolei... Como é que eu vou fazer?” Ele tá falando da vida, ele tá falando dos problemas, ele tá falando do sujeito, ele tá falando do inconsciente. O cara deu uma aula, aplaudido em pé. Nossa! E foi uma indicação nossa. Adorei. Virou a nossa cara. Virou a nossa cara. Ficou um evento de preto.

R: Representou bem.

M: Um evento de preto. Muito bem. Nossa, nossa, nossa. Muito bem, muito bem. Amo de paixão ele. Mó respeito, sabe? Mó respeito por ele. Porque entendeu. Ele entendeu. Ele fala assim, “ô Marta, quando você me falou, eu não tava entendendo muito bem o que você queria, não. Mas aí eu fui. E quando a gente tava lá, eu olhava pra você e falei assim, nossa, nós estamos sintonizados. De por onde que eu vou?” E a gente tava numa sintonia mesmo, sabe? E ele, pronto, chegou arrasando. Arrasou. A ponto… teve gente de ficar assim, olhando, “o quê que é isso? O quê que foi aquilo?” Depois da avaliação, né? Na avaliação. Assim, figura resolvida, né? Resolvida. Congadeiro. Tem isso, né? Tem o pé na coisa, tem o pé na coisa, sensível. Então, pronto, a gente tem essas coisas todas, mas tem ótimas companhias também, né, pessoas muito antenadas, ligadas, né, preocupadas, né? Tem sintonias aí, tem comunicações, que só entre nós a gente sabe, né, Roberta? Tem umas coisas que a gente sabe o que é que o outro tá dizendo, né, entre nós tem uma linguagem que é outra. Isso é muito bom. Eu tô em casa aqui com você, entendeu? Isso é muito legal, isso é muito importante, né, então a gente não pode se perder, né? A gente tem que ir colando aos poucos, eu tô aprendendo isso, sabe? Colando, colando.

R: É uma história que tem muitas parcerias, né, Marta?

M: É, e se não for as parcerias, a gente não saía do lugar não, sairia do lugar não. Porque, né, a gente não teria lugar, né? Não é sair do lugar, a gente não teria lugar, né? Então, quando a gente chega, né, com uma pessoa que vem da perifa e foi invadindo a cena, assim, e fechou com a chave de ouro aplaudido de pé. De pé. De pé. Nossa, que alegria, que orgulho, que coisa mais linda, é isso. Então, fizemos 30 anos na faculdade de direito, chamando uma rede, lotada, né? O auditório lotado, né? E pudemos, e pudemos fazer ali, trazer ali o nosso pensar negro. Prevaleceu, prevaleceu sim. A palavra final foi a dele sim, sabe? Foi muito rico, muito rico.

R: Que bonito. Dá pra assistir? Tá salvo em algum lugar, Marta?

M: Que eu saiba não, sei se a secretaria disponibilizou. Eu tenho um áudio, que quando a gente entra, porque nós entramos fazendo uma homenagem aos históricos da nossa história, fizemos os totens, aqui o centro de convivência, né, nós produzimos uns totens, onde tínhamos Arthur Bispo do Rosário, Juliano Murira, Frantz Fanon, o Nietzsche, o Foucault, o Profeta Gentileza, a Stela do Patrocínio, quem mais? Nós fomos trazendo… O Geraldo Francisco, o primeiro presidente da Associação de Usuários, um negro da periferia. Depois com coordenador da Suricato. Então a gente fez um... E no final, a Rosemeire Silva, grande referência em saúde mental em Belo Horizonte, uma negra que veio a falecer alguns anos atrás, uma perda imensa. Então, assim, tinha mais preto que branco, né, dentro dos históricos da nossa história, que a gente está falando da história da saúde mental.

R: Que bom.

M: Mas aí, quem faz a diferença? Trouxemos a Nise da Silveira e Dona Ivone Lara. E aí os totens entrando. E aí a Dona Ivone é que convoca, “foram me chamar, eu estou aqui, o que é? Eu vim de lá, eu vim de lá pequenininha”, a gente entrou cantando isso. “Mas eu vim de lá pequenininha, alguém me avisou para eu pisar no chão devagarinho”. Ô, menina, até arrepia. O que eu vi de gente chorando… Porque foi muito emocionante, pessoas conhecidas, referências nacionais, como, por exemplo,

Marcos Matraga, né, os filósofos lá, os que ajudaram a pensar essa situação, da liberdade e tudo mais. E aí Ivone Lara, entra com o berreiro maravilhoso dela, maravilhoso. E aí, pronto, fechamos, os 30 anos completamente pretos, pretos, pretos, de pretos, de pretos. Então é uma marca, um jeito que está chegando de fazer coisas. São conquistas, né? Conquistas do nosso povo. Estou pensando nisso agora, não tinha pensado não. São nossos caminhos. Estamos chegando.

R: Tem um pioneirismo de vocês, acho que você vai contando. Eu fiquei pensando assim… Tem um pioneirismo de pensar saúde mental, de um trabalho, de um lugar. E tem resistido, né? Num tempo que ainda a gente nem tinha lei de saúde mental, que a gente, bem depois que a gente foi pensar os modelos de saúde mental substitutivos. E aí você está falando de um serviço que foi pioneiro, que resiste. Então acho que isso é muito bonito, né?

M: Sim, sim. Está de pé. A duras penas. Está de pé, a duras penas. E tem umas brigas institucionais, as dificuldades. Tem umas coisas aqui que não cabem aqui nessa conversa nossa. Mas tem, quando fala da invisibilização, né? Quando fala de... É o primeiro, é o pioneiro, mas é o que está... Onde o próprio, a própria instituição, o seu ponto mais próximo, ou a instituição como um todo, assim, não faz, às vezes, a situação, às vezes não responde, né? Talvez porque, sei lá por quê, né? Que a gente tem um bico muito grande, então sai inventando coisas, né? Mas aí a gente está reconhecendo que isso é um problema, isso é um erro. “Se você resolve tudo, para que você precisa de mim?” Mais ou menos assim, né? Eu estou fazendo essa leitura e aí a gente está recuando e deixando o furo aparecer, sabe? Para eles se darem conta, né, que precisa cuidar melhor.

R: Isso é fato. Olha, Marta, que encontro bonito, acho, né, nesse sábado.

M: Eu adorei.

R: Feliz por ter dado muito certo. Feliz por ter dado muito certo, no início das suas férias, no lugar que eu acho que é o seu aconchego também, a sua referência, e você ter compartilhado um pouco da sua trajetória comigo. Sabe, muito obrigada mesmo. Porque eu acho que é um momento que a gente vai sendo um pouquinho o guardiã, né? Da história daquela que me antecedeu e que está comigo também aqui no hoje. Então foi… eu agradeço demais, demais, demais, viu?

M: Eu também agradeço a oportunidade, tá?

R: E eu quero conhecer Minas. Eu quero conhecer muito então ainda aí, e até agora na saúde…. Conhecer esse serviço que é referência. Eu estou aqui, eu sou do Guarujá, né, Marta? Do litoral de São Paulo. E aqui a gente não tem centro de convivência.

M: Sabemos disso. Sabemos disso, e a inspiração foi Santos, né? Santos inspirou Belo Horizonte. Lá tinha, né? Foi a pioneira, então assim, Belo Horizonte foi lá. As pessoas estiveram lá, né? Voltaram. Um deles virou secretário municipal de saúde. Então as coisas foram mudando, né? Fortalece o movimento aqui. Então é isso, né? Então, toda a reverência, né?

R: É. Marta, muitíssimo obrigado pela sua disponibilidade. Eu mando pra você também a gravação, mando também as perguntas, se você quiser acrescentar alguma coisa, mando o que você precisar. Agradeço de antemão sua disponibilidade pro dia de hoje. Caso precise, caso também tenha alguma outra TO que queira indicar, e aí, se ela tiver interesse, eu também posso entrevistar, porque é isso também, viu? Acho que eu não falei, mas nessas andanças foram pouquíssimas TOs que eu encontrei. Poucas, poucas, poucas, né, que conseguiam se enquadrar aí nos critérios da pesquisa que tenham se formado antes do ano 2000. Então, se quiser passar o convite pra alguém, aí se a pessoa tiver disponibilidade, eu faço contato também. Mas, desde já, eu agradeço muito, muito, muito.

M: Tá bom. Tá, eu vou ver se eu consigo o contato e passo pra você.

R: Obrigada, boas férias.

M: Obrigada. Bom trabalho pra você, viu? Bom trabalho.

R: Obrigada.

M: Beijo.

R: Tchau, até uma próxima.

M: Tchau, até uma próxima. Deixa eu ir aqui pra luz, né? Porque lá não tem… Porque lá no portão, a rede é ruim, né? Mas, então, até, viu? Agradeço também.

R: Até, Marta.

M: Até, até.

R: Tchau.

M: Até.

VANILZA RODRIGUES DOS SANTOS

R:Roberta(entrevistadora)
V: Vanilza (entrevistada)

R: Olá! Boa tarde

V: Olá, tudo bem?

R: Eu vou bem...

V: Tudo certo!

R: Você está bem?

V: Estou bem, e você, Roberta? Prazer te conhecer.

R: Prazer também, Vanilza. Antes de mais nada, eu queria bem pedir desculpa, porque eu devo ter me embolado muito, né? (risos)

V: Não, não, de jeito nenhum. Tranquila.

R: Acho que inicialmente, eu queria muito agradecer a sua disposição.

V: Imagina, estamos à disposição!

R: De você compartilhar o seu tempo de vida comigo neste momento.

V: Maravilha!

R: Para eu poder fazer a pesquisa, né? Então, acho que desde já eu lhe agradeço grandiosamente pela sua doação. Eu vou fazer uma introdução para explicar um pouquinho onde é que eu estou, e aí a gente conversa, porque eu entendo que é mais uma conversa.

V: Tudo bem.

R: Eu sou TO também, e aí eu sou daqui do litoral de São Paulo, sou do Guarujá.

V: Sim.

R: E aí, ano passado, eu entrei no mestrado lá na UFSCar. E aí eu estou na linha de pesquisa redes sociais e vulnerabilidade, né? Então, a minha ideia era compreender um pouquinho mais sobre história e memória na terapia ocupacional.

V: Sim.

R: E aí eu submeti um projeto, né, para entrar no programa, e no fim eu fui modificando e fiz, no fim fiz outra coisa.

V: Entendi, é assim mesmo. Começa com uma coisa e dá outra. Dá um tanto de coisa e chega em outro lugar, né?

R: É, o mundo me convocou para ir para um outro tipo de lugar. Na verdade, acho que foi mais interessante, mas também extremamente mais desafiador.

V: Sim.

R: Então, eu estou agora estudando histórias invisibilizadas na terapia ocupacional, pensando as histórias das mulheres negras na TO, mas principalmente das TOs que se formaram antes do ano 2000.

V: Entendi. Vamos lá.

R: É raridade, eu falo assim, cada mulher que eu encontro é um grande diamante.

V: É, porque era a época que não tinha política pública, né, Roberta? A gente quase não entrava na universidade, ainda mais mulheres negras.

R: Então, exatamente. Então, eu falei ainda assim para a minha orientadora, eu estou achando que ao mesmo tempo que é um trabalho, que eu tenho me mobilizado bastante, porque tem feito muito sentido, é extremamente desafiador. Porque aí você conversa com alguém, que alguém indica alguém, que aí também tem a disposição do outro em aceitar ou não, para a gente ir construindo esse projeto.

R: É uma pesquisa, então, como tal, é voluntário. Então, em qualquer momento, você pode falar que não quer mais participar, se tiver algum desconforto também.

V: Entendi.

R: “Assim, Roberta, eu acho que por hoje não quero mais, não quero mais participar.” Então, fique à vontade.

V: Tá. Ok.

R: Tá bom? Então, não é uma entrevista longa, tá? Porque eu entendo que é mais uma conversa. Eu falei que nesse momento eu sou um pouco da guardiã de história.

V: Entendi, vamos lá.

R: Eu estou nessa proposta de ser a guardiã da história que vocês vão narrar sobre a própria vida.

V: Tá.

R: Nessa perspectiva. E aí eu sou das pessoas que escrevem, entendeu? Eu tenho várias coisas anotadas, mas eu sou ainda que escreve.

V: Entendi, vamos lá. Nós estamos dessa época mesmo.

R: Então, essa primeira parte, Vanilza, é os dados pessoais. Seu nome, idade, a cidade que você nasceu e a cidade atual.

V: Tá. Meu nome, então, é Vanilza Rodrigues dos Santos. Eu tenho 53 anos, nasci em Belo Horizonte e vivo em Belo Horizonte. Sempre vivi em Belo Horizonte.

R: E aí essa segunda pergunta, a gente vai pensar sobre a trajetória acadêmica.

V: Tá.

R: Onde você cursou a graduação e se você fez alguma pós-graduação.

V: Tá. Eu fiz o curso de terapia ocupacional na UFMG. Fiz uma pós-graduação também na UFMG, que é na área de saúde mental. E fiz também uma outra pós-graduação, aí já na iniciativa privada, na área de álcool e outras drogas.

R: Que legal. Qual foi a turma que você... O ano que você entrou na graduação e o ano que você finalizou?

V: Eu entrei em 89 e terminei em 93. Me formei em 93.

R: Na sua turma tinha outras mulheres negras?

V: Tinha mais duas. A Marta,

R: Conheci.

V: …que foi quem me intermediou o contato com você. E a Edi, que na época... Eu até não tenho muito contato com a Edi mais, mas eu acho que ela até já se aposentou. Eu falo com ela de vez em quando, assim, pelas redes sociais. Só nós três. Da turma, da mesma turma.

R: E agora, Vanilza, quais foram ou quais são as suas áreas de atuação? Por onde você percorreu durante quase… mais de 30 anos, né?

V: Na verdade, eu acabei de me aposentar, viu, Roberta?

R: Uau! É um prazer conhecer alguém que se aposenta.

V: Não é raro? Acabei de me aposentar. Eu me aposentei há três meses.

R: Nossa, recente!

V: Super recente. Ainda estou, assim, estranhando minha vida nova de aposentada. Mas a minha trajetória foi toda na Saúde Pública de Belo Horizonte. Na verdade, eu comecei a minha trajetória no Hospital da Rede Estadual, da Rede FEMIG.

R: É um hospital leito geral ou é de saúde mental?

V: É um hospital psiquiátrico, que atualmente já é fechado, esse hospital existe mais, mas eu trabalhei por lá. Assim que eu formei, eu fiz alguns concursos públicos, e o meu interesse era trabalhar no SUS, na Saúde Pública. Então eu fiz alguns concursos, aí eu passei no concurso do Estado e no concurso da Prefeitura de Belo Horizonte, só que eu fui nomeada primeiro no Estado e uns dois anos depois eu comecei na Prefeitura. E aí eu optei… Eu fiquei nos dois durante um tempo, mas depois optei por ficar só na Prefeitura, e aí eu dobrei a minha jornada de trabalho. Então, na verdade, o meu percurso profissional sempre foi na saúde mental, desde o início.

R: Uau. Eu estou na saúde mental também agora.

V: É? Pois é, que legal. É uma cachaça, né? (risos)

R: Menina! Eu fiz residência na saúde mental voltada para adulto, CAPS III e tal. E aí, ano passado, eu tinha sido convocada para um concurso numa cidade próxima daqui. E aí, digo para você, Vanilza, que eu exonerei. Porque foram os seis meses mais tenebrosos que eu já vivi na vida, foi muito ruim mesmo, muito ruim mesmo. Acho que institucionalmente, a Prefeitura e a coordenação da saúde mental desse município foram de assédio e todas as outras questões, bem ruim. Mas eu fiquei num CAPS AD e eu tinha muito medo, porque eu tive uma experiência ruim na residência, mas foi fundamental para eu conseguir ressignificar muita, muita coisa.

V: Não… A saúde mental, se a gente não trata o outro, pelo menos a gente sai diferente, né?

R: Exato! Então eu fui ressignificada lá e agora estou num CAPS infantil.

V: Ah, que legal! Muito legal.

R: Então também, aí eu falo assim, eu acho que eu fiz que nem você. Eu sempre pensei que o meu desejo, ainda bem que o universo tem conspirado neste momento, de ser trabalhadora de serviço público, de política pública, porque é isso que faz o meu coração pulsar e vibrar.

V: É, nossa, minha... Desde a graduação eu já tinha essa clareza, sabe? Que eu queria trabalhar com saúde pública. E aí eu trabalhei em centros de saúde, né? Aí eu circulei pela rede de Belo Horizonte, sabe? Assim, em alguns espaços.

R: Esse último lugar que você se aposentou, que serviço era?

V: Era... Então, na verdade, como eu fui fazendo essa trajetória, né? Centros de saúde, trabalhei na desospitalização, né? Projeto de desospitalização de Belo Horizonte. Então eu trabalhei em residências terapêuticas, no projeto que eu não sei se você já ouviu falar, com criança e adolescente, que chama Arte da Saúde, para crianças e adolescentes. É uma coisa bem de Belo Horizonte mesmo, é como se fosse um centro de convivência mirim, sabe? Assim, para a galerinha. Aí eu trabalhei também nesse projeto da PBH. E por fim, nos últimos 12 anos, né, eu assumi a função de referência técnica da saúde mental, porque você vai circulando por vários pontos da rede, você vai acumulando alguma coisa, e aí, né? Essa função, ela nem existia com muita... Com muita presença, assim, na rede de Belo Horizonte, mas isso tomou

uma outra proporção, porque Belo Horizonte é dividido em nove regionais. E aí a gente tem a Secretaria Municipal de Saúde, que é que dá a diretriz, né, do trabalho ali, da política, e em cada distrito, em cada regional, a gente tem esse profissional que é referência técnica de saúde mental daquele território. Que é uma função de coordenação, né? Assim, da política de saúde mental naquele território, naquela regional. Então, nos últimos 12 anos, eu assumi essa função, sabe, de referência técnica de saúde mental da Regional Norte, que é uma das nove regionais de Belo Horizonte.

R: Uau! Entendi. Haja trabalho, né?

V: Nossa! Muito trabalho. Muito mesmo, Roberta. Eu trabalhei muito, eu sou muito intensa, sabe, no que eu faço. E aí é isso, né? A gente que é preto, assim... A exigência pra gente também é um pouco dobrada.

R: É outro nível, né?

V: É como se a gente tivesse que provar o tempo todo que você pode estar naquela função. É uma função de destaque, né? É uma função gerencial, apesar de eu não receber como gerente, eu assumi uma função gerencial de uma política muito densa. Belo Horizonte tem uma rede densa, complexa, não sei se você conhece, mas…

R: Não conheço nada, Vanilza.

V: A rede de saúde mental de Belo Horizonte é muito complexa, né. É uma capita, ela é dividida em nove regionais, mas ela é uma grande metrópole, né, então tem lá o nível primário de atenção, que são os centros de saúde, as unidades básicas de saúde, aí a gente tem os CAPS, que aqui a gente chama de CERSAM. Aí tem o CAPS-AD, tem o CAPS de adulto e tem o CAPS infantil, e tem a intersetorialidade, os CRAS, com quem a gente precisa fazer interface o tempo inteiro, educação, assistência social… e a complexidade dos casos nos territórios também nos exige muito. E aí você tem que construir mesmo essa função de referência técnica que o povo tem expectativa de que você vai ter resposta, sabe, pra tudo. (risos) E a gente não tem, né? Na saúde mental a gente não tem resposta.

R: Não tem.

V: A gente precisa construir caminhos, processos. Era uma função muito desafiadora, mas que eu fazia com muito prazer de fazer, sabe, então foram 12 anos muito intensos, porque é um chamado que é feito o tempo inteiro. É um chamado que é feito o tempo inteiro, você assumir uma referência pra quem tá na força, na lida do dia a dia, do processo de trabalho, dos casos, que você precisa ajudar a pessoa a construir e não desistir de ir de novo. Tinha muita complexidade.

R: Muita.

V: E as pessoas costumavam falar assim, “não tem mais jeito, eu já fiz de tudo, Vanilza, não tem mais o que fazer”. Fecha o boteco... (risos) Então… Fecha o boteco. (...) A gente não pode desistir, “vambora”, assim. Então, é uma função complexa. É

prazeroso, eu gostava muito do que eu fazia, mas muito desafiador pra gente, muito desafiador.

R: Eu penso que ser trabalhadora de CAPS na saúde mental é a gente lidar com desafios cotidianos de inúmeras ordens, né?

V: É, exatamente.

R: E acho que agora eu estou na perspectiva da infância, né?

V: Nossa. Que é muito mais desafiador.

R: É educação, é CRAS, é CREAS, é Conselho, né, é.... E aí falaram assim pra mim, “mas o que a gente vai fazer?” Eu bem assim... “Uai, gente, mas eu também não sei”. (risos)

V: “Eu também não sei.”, exatamente (risos)

R: Eu tô vindo aqui pra gente pensar junto, né? Eu acho que às vezes as pessoas nem sabem de fato o que é o CAPS, mas vem com uma história assim, “não, mas você não vai acompanhar ele todo dia? Ele tem que vir aqui todo dia?” Eu falo assim, “não, imagina”, também não é isso, né, que a gente quer pra criança, né? É outra forma de cuidado, mas que é nessa perspectiva que o desafio é tão cotidiano.

V: É todo dia, é todo dia.

R: De tantas ordens, né? Que você às vezes fala assim, “tá, o que é prioridade?”

V: É... É muito complexo. Muito complexo. Mas é isso, a gente gosta.

R: Eu gosto, eu gosto. Eu falei assim, “nesse momento eu pude escolher ir pra saúde mental”, então eu estou muito realizada.

V: É muito bom.

R: Aí, agora, nessa terceira pergunta, é esse processo de se reconhecer enquanto uma mulher negra. Eu acho que... Eu pergunto pras pessoas, pras mulheres, assim, quando foi ou como você se reconheceu enquanto uma mulher negra?

V: Quando foi? Ai, Roberta, eu acho que essa identidade eu trago comigo desde a minha infância, sabe? Porque... É isso, né? Desde a infância a gente passa pela questão do racismo, né? A gente é destituído enquanto… da nossa humanidade, assim, o tempo inteiro, né? Então, assim, aquela coisa, né, que antigamente não chamava, mas que hoje, no meio, de bullying, né? O racismo era muito presente, assim, na escola, né? Nas brigas de menino, então, os xingamentos, né? “Macaca”, “cabelo bombril”, e tal, né? Então, era uma coisa, assim, ofensas, né? Como se isso desumanizasse a gente, né?

R: Sim.

V: E eu lembro de voltar pra casa, assim, depois desses momentos, assim, muito entristecida, né? Um sentimento de inferioridade mesmo, eu chorava. E a minha mãe, que era... Ela sempre foi uma mulher muito forte, assim, sabe? E ela falava assim, “ah, por que você tá chorando?”, “Ah, porque me chamou de preta, e não sei o que”, “Ah, mas você é”.

R: Não era isso que a gente queria, né?

V: “Mas você é. E você é linda. E a gente aqui em casa, todo mundo é preto. E nós somos lindos.” E aí ela trazia uma outra forma da gente se identificar, né? Mas ela falava assim, “vocês são…”, Quando ela falava dos filhos, “vocês são os filhos, vocês são lindos, vocês vão estudar, vocês são inteligentes, entendeu?” Então ela trazia aqui, dentro do ambiente de proteção, uma afirmação da identidade, da nossa identidade. Então... Então eu fui construindo isso desde a minha infância, né? De dizer que a gente pode estar em qualquer lugar, a gente... Minha mãe ficou viúva e a gente morava num bairro que foi se construindo, assim, como de classe média, sabe, só que ela ficou muito pobre, a gente ficou muito pobre. E... Nosso destino era ir pra favela, a gente não tinha dinheiro, era uma pobreza. A gente estava até conversando isso outro dia, a pobreza de antigamente era muito diferente da pobreza de hoje, porque a pobreza de hoje tem um amparo social, ainda que a gente ache que a gente precisa avançar muito nas políticas sociais, mas existe política social, né?

R: Sim, antes não, né?

V: Existe CRAS, existe Bolsa Família, existe educação para todos, né? Os meninos têm que estar na escola, se não, o Conselho Tutelar vai lá e fala, “por que que não tá?”, né? Então, assim, ser pobre hoje com política pública e amparo social é uma coisa. Ser pobre antigamente, a gente não tinha nada disso, não tinha SUS, não tinha negócio de CRAS, não tinha negócio de Bolsa Família, não tinha nada disso.

R: Uhum. Não tinha nada.

V: Nada. Então, a gente ficou pobre, assim, entendeu? Quando meu pai morreu, a gente ficou muito... desprotegido.

R: Seu pai era o provedor principal da família?

V: Sim, sim, sim. Então, minha mãe precisou voltar a trabalhar, só que tinha cinco meninos pequenos, não tinha com quem deixar, e minha avó teve que vir morar com a gente pra poder cuidar dos meninos pequenos enquanto ela trabalhava, pra prover, né, o sustento da família. Porque meu pai tinha deixado uma pensão, mas era uma pensão insuficiente, não dava. Então, a gente... Nosso destino, né, nossa sentença era ir pra favela, perder a casa, quase perdê-la, que era financiada, que era confissão. Então, nosso destino era esse, mas minha mãe falou assim, “eu vou ficar aqui, eu tenho que caber, eu vou ficar. Eu não vou com vocês pra favela. Eu vou ficar aqui. E eu vou dar meu jeito”. E ela foi dando mesmo, ela foi indo, ela... Enfim. Ela... Daí, são outras mazelas que ela foi passando, que a gente foi passando junto com ela, mas que foi possível a gente se sustentar nesse bairro que é de “classe média”, que as pessoas acham que, né... E aí, assim, ela foi... Por que eu tô te falando isso? Porque ela foi construindo essa… esse conceito pra gente, porque, assim, eu acho que ela foi

trazendo conceitos que ela nem sabia, minha mãe nem tinha estudado, entendeu? Mas foi trazendo conceitos assim do feminismo, sabe? Ela era uma feminista sem saber que era, sabe? Ela... Ela era uma militante dos direitos sociais sem saber que era, porque ela lutava pra garantir vaga nas escolas para os filhos tudo. Porque ela dizia pra gente que a gente precisava caber em qualquer lugar. Se a sociedade dizia que uma família preta não pode caber em qualquer lugar, ela vinha e destruía isso, ela destruía.

R: Que bom exemplo, hein?

V: É. Nossa! Fantástica, fantástica. Ela é a minha... minha orientadora, assim

R: Referência, né?

V: É, sim. E aí, eu fui aprendendo que eu posso estar em qualquer lugar. Então, a minha identidade como mulher preta, ela foi sendo construída, sabe? Desde a infância, quando ela falava assim, “você é preta mesmo, não chora porque você é preta, você tem que enfrentar esse povo que te... que te coloca pra baixo. Você vai dizer que não, você vai dizer que você é preta sim, e que você vai honrar com a sua pele, o cabelo que você tem, o sorriso que você tem, entendeu? Você vai honrar isso, você vai ter lugar no mundo como mulher preta, né?” E aí, eu venho... A gente vem construindo, a identidade da gente vai sendo construída a cada dia, né?

R: Exato.

V: E hoje eu me vejo, assim, em alguns espaços… Eu sou casada, tenho meu marido que também é homem preto, e às vezes a gente vai em lugares, assim, teatros, alguns territórios que... teoricamente você só vê brancos, a gente... Quando a gente assusta, a gente tá lá, sabe? Tem um lugar que a gente vai sempre, quando tem alguma coisa, sabe? Tipo Palácio das Artes, por exemplo, um lugar, assim, elitizado, sabe? Muito elitizado. Mas a gente vai, sabe? A gente vai. Chega lá, a gente é minoria, a gente fica triste com isso, por saber que, apesar de termos a maioria de pretos nesse país, a maioria não está em todos os lugares.

R: Não…

V: As pessoas não... Muitas pessoas pretas não têm nem coragem de ir. Acham que lá realmente não é um lugar pra estar.

R: Sim.

V: Fica desconfortável, né, em alguns lugares. É desconfortável mesmo, porque a gente vê os olhares, assim, as pessoas estranham a presença de pretos em alguns lugares. Mas eu vou, sabe? Porque, enquanto cidadã, eu acho que eu preciso caber em qualquer lugar, sabe?

R: Eu acho que não tem um lugar que a gente não caiba, né, é que contaram essa história pra nós por muitos e muitos séculos, né?

V: É, exatamente. A gente foi ver um espetáculo de teatro essa semana, e foi muito legal, porque no meio da cena lá, o grupo era muito interativo com o público, então, às vezes, eles interrompiam o texto pra conversar com o público, pra explicar pro público o que estava acontecendo na cena, muito legal. E aí teve um momento em que eles interrompem e pedem ao cara da iluminação, “acende a luz, luz na plateia”. Aí, na hora que acendeu a luz, a atriz, a atriz era preta, ela fala assim, “quantos pretos tem aqui? Quantos pretos tem aqui nessa plateia? O texto agora, que a gente vai falar a seguir, vai falar disso, vai falar do lugar dos pretos na sociedade. Quantos pretos tem aqui? A plateia estava cheia, eramos dez.”

R: Dez?

V: Dez. Numa plateia cheia, o teatro estava lotado, tinham dez pessoas pretas. Aí ela falou, “é sobre isso que nós vamos falar. É sobre isso que nós vamos falar”. Então, assim, ela deu um recado, sabe? E aí eu falei assim, nossa, é a primeira vez que eu vejo um povo branco constrangido, sabe? (risos)

R: Ele abriu o seu papel, né?

V: Foi muito interessante, assim, sabe. Eu falei, “isso, constranja, sabe? Esse povo que acha que a gente não pode estar em qualquer lugar”. Então, é isso, eu acho que a minha identidade de mulher preta, ela é construída desde a infância e eu acho que eu vou construindo ela a cada dia, um pouco mais, assim, me reafirmando enquanto cidadã, enquanto alguém pertencente a uma cultura, quem construiu esse país, enfim, é isso, assim.

R: Sobre… acho que agora, assim, pensando enquanto uma mulher negra numa universidade pública, né? Quando você adentra a graduação, se houve algum evento marcante na graduação que você, agora, né, ou no período, você identificou como racismo e se teve algum suporte institucional?

V: Nossa! Foram vários episódios de racismo dentro da universidade na minha vida, vários. Não sei como é que está a universidade hoje, assim, porque hoje a gente já tem uma população de estudantes negros muito maior, né?

R: Uma população mais diversificada de estudantes, né? Graças a...

V: Graças a Deus. Mas, assim, na minha época não tinha, né? Na época, década de 90, início dos anos 90, não tinha.

R: Mas Vanilza, na minha turma… eu fui a primeira turma cotista.

V: Ah!

R: Éramos 3.

V: Nossa!

R: Em 2013.

V: 2013.

R: Onze anos atrás, então, olha isso.

V: É isso. Então, assim, foram vários episódios, assim, eu fui confundida com faxineira da biblioteca, sabe, faxineira da escola, porque a gente tinha algumas disciplinas dentro da escola de medicina.

R: Nossa! Lugar mais elitizado, né?

V: Mais ainda, né? Então, dentro da escola de medicina, o povo mandava limpar o chão.

R: Nossa!

V: Mandava limpar o chão, sabe? Foram vários. Na época do estágio, quando começaram os estágios curriculares e tal, aí eu lembro que eu fazia, quando eu estava fazendo o estágio em neuropediatria, a gente atendia as crianças, né, sequelas neurológicas e tudo. E aí eu era confundida com a babá da criança, sabe, não como terapeuta, não era reconhecida como terapeuta, mas era reconhecida como babá da criança. Então foram vários episódios de racismo na época, que, naquela época, eu não reportei, eu não reportei à univerdidade, sabe? Eu fiquei com a dor da violência. É muito difícil reagir, né? E naquela época, eu acho que a gente não estava tão... Eu silenciei, sabe? Eu comentava entre meus pares ali e tudo, mas eu não reportei isso institucionalmente, então, nada aconteceu, nem sei se aconteceria, enfim. Agora, enquanto... Isso foi acontecendo ao longo da minha formação, né, e depois que eu formei, no trabalho também, isso aconteceu muitas vezes, assim. E aí teve... É muito engraçado, né, colocar a mulher preta no lugar de faxineira. Eu era muito faxineira, eu fui muito faxineira várias vezes. (risos) É muito doido isso, né, enfim.

R: E é muito comum.

V: Muito comum. A gente é faxineira, Roberta. Doido.

R: Vou dizer pra você assim, você vai contando de uma experiência de 30 anos atrás, mas isso se reatualiza constantemente, né? Eu lembro que eu fiz residência de saúde mental. E aí eu fiz no município de São Bernardo, ali do ABC de São Paulo. E aí, quando eu chego lá em 2017, de 2017 a 2019, e aí eu cheguei numa reunião pra ficar, conhecer o serviço do CAPSi. Porque São Bernardo era super referência em saúde mental, quando eu chego nesse CAPSi, assim… era uma cidade que tinha um investimento muito grande em saúde mental, então, as equipes eram gigantescas, 30 pessoas, muito grande. Só tinha eu de preto, quando eu fui conhecer, e tinha menino do administrativo. E aí, eu cheguei, eu falei assim, “oi e tal”, e eu fiquei lá, aí o rapaz veio e falou assim, pra sentar perto dele, ele falou assim, “que bom que você tá aqui, que eu não sou o único preto desse lugar”.

V: Nossa

R: E aquilo me pegou de um jeito, porque naquele mesmo ano, em 2018, uma psicóloga preta de São Bernardo falou assim pra mim, “você é a primeira TO preta que eu conheço”.

V: Nossa!

R: Em 2018.

V: Nossa! Outro dia!

R: E aquela cidade me mobilizou de tanto jeito, de tantas formas, porque assim, é muito comum, é muito comum. Eu estava no CAPS AD, ninguém dizia que eu era TO.

V: Não falam, é, não falam.

R: Eu fui acompanhar um usuário, a mulher pensou que eu era esposa dele, ela não me reconheceu, e eu estava com crachá, tá?

V: É, não, você pode estar vestida do jeito que você quiser, de crachá, de jaleco, de qualquer coisa.

R: Nossa, e aí eu achei isso interessante, porque assim, é muito naturalizado. Mas que bom também, que eu acho que agora eu estou muito mais fortalecida, né?

V: Exatamente.

R: Passou, inúmeras violências, né, agora eu estou mais fortalecida.

V: É, é.

R: E aí, a pessoa fala assim, “ah, cadê a TO?” Aí eu assim, “sou eu”, aí alguém fala assim, “ah, mas eu pensei que era outra coisa.”, “Provavelmente você pensou branco”. (risos)

V: É, nossa!

R: Né, assim…TO. “TO é uma mulher branca!“

V: “Ah, é você?”

R: E na neuro, eu acho que era um lugar muito louco, porque quando eu saí da saúde mental, Vanilza, para a reabilitação neurológica, e eu fui fazer um curso. E aí, naquela época, eu não achei que foi racista, mas hoje...

V: Hoje você tem certeza.

R: Absoluta! A mulher falou assim pra mim, a TO que estava dando um curso de órtese e bandagem, ela falou assim pra mim, “nossa, mas você tem tanto perfil daquelas TOs que trabalham na saúde mental.”

V: Nossa!

R: Assim. Assim. E aí, eu bem assim, “qual é o perfil?” Hoje, né, que eu me pergunto, qual que seria esse perfil?

V: Qual que é o perfil?

R: Na neuro, óbvio, tá? As mulheres…

V: Tudo branca.

R: No trauma, terapia de mão…

V: Todas brancas. É, exatamente, exatamente.

R: Então, é muito recente, é muito recente.

V: E eu acho que a gente tem muita coisa pra construir ainda, né, Roberta, muita coisa.

R: Muito, muito, muito.

V: Nada, não. Isso aí é... São muitos anos ainda de luta, né?

R: A gente passou mais de 300 anos sendo escravizado, né?

V: Exatamente. Não vamos mudar isso agora, não vamos, a cultura é escravocrata, né? Então, por isso a gente é comparado a pessoas que estão em funções mais braçais, subalternas, né? Por isso a gente é identificado nesse lugar, né? É isso, é triste, mas é isso.

R: Eu acho que você já bem já comentou, acho, nessa sua fala. A outra pergunta é se na sua percepção enquanto uma mulher negra estudante, profissional, houve algum episódio ou fato que repercutiu no seu cotidiano ou sua trajetória profissional?

V: Ah, sim. Não, muito, né? Eu falei da época de estudante, agora, enquanto profissional também. Aí, assim, teve uma cena, assim, que eu consegui falar disso. Nos últimos anos eu venho conseguindo falar disso institucionalmente, sabe? Eu amadureci nesse sentido, porque a gente vai se fortalecendo, né? A gente vai aprendendo que dá pra falar disso nos espaços institucionais, que é preciso falar disso, né, nos espaços institucionais. Então, teve uma cena no meu ambiente de trabalho, eu trabalhava na Regional Norte, onde lá acontecia tudo, né? Como se fosse uma subsecretaria, uma subprefeitura, então, a saúde estava lá, a Educação, a Assistência Social, o Conselho de Tutelar, tava todo mundo ali no complexo ali de atividades, né, de políticas. E aí eu cheguei de manhã, deixei minha bolsa na minha sala e fui ao banheiro, era um banheiro coletivo, né, tinha um espelhão assim, na frente tinha um espelho, e aí eu saí e fui lavar minhas mãos… e como eu estava sozinha, não tinha mais ninguém no banheiro, eu estava lá no banheiro, lavei minhas mãos, fiquei me olhando no espelho, fui ajeitar o meu cabelo, coisa que assim, ajeitar cabelo, mulher preta ajeitar cabelo em público não é uma coisa simples, né, ajeitar cabelo em público, uma mulher preta ajeitando cabelo no espelho e aí entrou uma

mulher loura, branca, louro de cabelo, louro liso. E aí ela me viu ajeitar o cabelo, eu acho que ela se sentiu… sei lá, o que passou na cabeça dela, tipo assim, quem, né? Deve ter perguntado assim, “como assim ela ajeitando o cabelo? Isso é nosso, né? Isso é da mulher branca, a mulher preta não pode ajeitar cabelo em público”. E aí eu ajeitei o meu cabelo, eu não conhecia ela, eu acho que ela era uma pessoa que estava em visita lá na regional, não reconheci ela como colega de trabalho, depois eu vim saber que ela era da educação. E aí ela me vendo, estava só nós dois, nós duas no banheiro, e aí ela me vendo ajeitar o cabelo, ela falou assim, “Deus foi muito bom comigo, porque eu não tenho nenhum trabalho com o meu cabelo”.

R: Nossa.

V: Desse jeito. Aí, sabe assim, a sensação que eu tive, de que eu estava andando na rua e que alguém veio e me deu um soco na cara, que eu não estava esperando, e eu não consegui reagir naquele momento, eu fiquei assustada. E... Oi, mãe, estou terminando uma reunião aqui, tá?

R: Prazer, senhora!

V: Essa é a minha mãe. Aí, eu fiquei em estado de choque, assim, na hora, e saí, assim, não respondi nada. Ela saiu do banheiro antes de mim, aí eu me refiz, assim, respirei e falei, “gente, essa mulher me agrediu”. Quando eu saí, eu já não a vi mais, mas vi umas outras pessoas que estavam me aguardando pra gente ter uma reunião, e aí as pessoas me viram, assim, eu acho que eu estava empalidecida, assim, tão assustada.

R: É que fica visível, né

V: É, assim. Aí eu falei, “eu quero contar pra vocês o que aconteceu”, e aí eu entrei pra sala, estavam todos meus colegas, meus gestores, estavam lá, meus dois gestores, estavam lá, e aí eu fiquei de pé, na sala, e contei pra todo mundo o que tinha acontecido. Eu acho que todo mundo precisava saber, aquele momento eu achei que todo mundo precisava saber, e eu contei pra todo mundo. E aí os meus gestores, todo mundo ficou muito, né, assim, assustado com aquilo, assim, eu falei assim, “eu tô falando isso pra vocês, pra vocês entenderem que o racismo existe”.

R: “Ele tá aqui entre a gente.”

V: “Tá aqui, e eu vivo isso cotidianamente”. Aí todo mundo ficou muito chocado, aí os meus gestores me perguntaram quem foi, e eu não sabia dizer, porque eu fiquei tão assustada com a cena, e eu não identifiquei a pessoa. E aí eles ficaram alguns dias insistindo pra mim, de eu tentar recordar quem era, porque eles queriam, eles falaram assim, “não é que a gente queira, queira puni-la, porque ela, ela cometeu um crime. A gente não queria, a nossa intenção não é puni-la, a gente queria chamar pra uma conversa. A gente queria que ela entendesse o ato dela, a agressividade, a violência que ela tinha cometido”.

R: Como ela foi brutal, né?

V: Como ela foi brutal. Mas eu não identifiquei, eu acho que era uma pessoa que tava em visita lá mesmo, e aí não deu pra identificar, sabe. Mas eu me senti apoiada, sabe, assim, pelas pessoas naquele momento, foi muito bom, foi muito importante pra mim. Porque ninguém me falou assim, porque geralmente quando você fala de uma situação de racismo, as pessoas falam assim, “não, você tá doida”.

R: “É coisa da sua cabeça.”

V: “Foi isso que ela quis dizer…”, sabe? Todo mundo começa a tentar achar uma justificativa pra aquilo. Ninguém buscou uma justificativa. Eu relatei o fato, igual eu contei pra vocês. Aí todo mundo ficou assim, “não é possível que ela fez isso”, sabe? Então todo mundo foi muito solidário, sabe, assim, comigo naquele momento. Depois o meu gestor me chamou na sala dele, falou, “Vanilza, isso é inconcebível, isso não pode acontecer dentro do espaço público, eu preciso muito que você identifique quem foi, porque a gente precisa tomar providência.” Então ele queria tomar uma atitude mesmo, sabe, eu senti. Eu fui muito acolhida, mas de fato eu não identifiquei, então o assunto não foi adiante, né? Mas foi uma coisa que eu pude falar. Isso foi muito importante porque eu trouxe pra pauta no dia, a questão do racismo institucional ali, né? E depois disso, todas as vezes eu reportava alguma situação, sabe? Por exemplo, eu passei por um processo seletivo pra ocupar o cargo de gerência, e aí eu não passei, obviamente, né? Uma mulher branca passou. E todo mundo que me conhece tinha certeza que eu passaria, sabe? Falou, “Nó, Vanilza, nós vamos te perder, que pena”.

R:Já estava dado, né?

V: Já estava dado.

R: Por causa da qualidade.

V: Exatamente. Pelo percurso que eu tinha, pela forma como eu trabalhava, pelo acúmulo, né? Eu reunia condições de ocupar a função de fato, sabe, assim? Mas aí eu não passei no processo seletivo, recebi um e-mail da banca, dizendo que o meu processo seletivo tinha sido brilhante, foi essa palavra, você foi brilhante no seu processo seletivo, mas você não passou. Entendeu?

R: É um contraditório, né?

V: E aí, meus dois gestores, que estavam na banca, me chamaram depois para conversar, e eu falei assim, “isso… eu não passei porque vocês foram racistas, o critério de vocês foi esse…”

R: Era critério racial, né?

V: É. E aí, o mais impressionante de tudo é que eles não se defenderam, eles se calaram.

R: O silêncio, né, Vanilza?

V: Eles silenciaram, Roberta, muito doido isso, porque assim…

R: É de fato assumir…

V: Se alguém chega para você e fala assim, “Roberta, você foi racista”, você vai dar um pulo dessa cadeira, vai falar assim, “Em qual momento… O quê que foi que eu falei?”, porque eu estou te acusando de um crime!

R: Exato.

V: Eu estou te acusando de um crime, você vai se defender de um crime. É a mesma coisa que falar assim, “aquela pessoa que está morta ali fora, foi você que matou, Roberta”. Você vai falar, “Como que você fala que eu matei? Por que você acha que eu matei? Eu não matei”. Né, assim?

R: Sim.

V: Então, você vai se defender de uma acusação. Eu acusei os meus gestores de racismo, “Vocês foram racistas. Esse foi o critério.” E aí, eles... A conversa acabou, eles abaixaram a cabeça, eles não tinham argumento, eles não se defenderam, calculava… Eu estava chamando os meus gestores. Eu…

R: Podia ter ali uma represália, né?

V: Represália… Nenhuma veio, entendeu. Então... Mas isso me alivia muito, sabe? De eu ter podido falar disso, de eu ter podido trazer pra pauta da instituição BBH, naquele espaço onde eu estava, dizendo que sim, existe uma questão. Nós não temos... Aí eu falei pra eles, “nós não temos gestores pretos nessa BBH. Nós não temos gestores pretos.” Não ia ser eu a primeira.

R: Ainda uma mulher negra, né?

V: É. Não seria eu a primeira. E eles silenciaram. E aí, isso aí... Eu me aposentei, agora recente, eles fizeram uma despedida, uma festa de despedida pra mim, tal, e aí foi muito legal, porque eles trazem isso, sabe? Eu consegui falar tanto disso nos últimos tempos, que eles trazem isso num texto, numa carta de despedida que eles fazem pra mim, dizendo assim, né, do meu lugar de mulher preta, tanto que eu pude ocupar esse lugar, me reafirmar num lugar de gestão, de poder, que é um lugar de poder, assim, né? Um lugar de referência, o tanto que eu pude construir isso e eu não... E o tempo todo me reafirmando enquanto uma mulher preta e vivendo isso, né? Porque não foi... Outros gestores me... tentavam me deslocar desse lugar, sabe? Não reconhecia, sabe?

R: Um boicote?

V: Um boicote, um boicote. Exatamente, exatamente. E aí eu falava disso, “vocês estão sendo racistas”, eu falava em reuniões, eu pude falar, sabe, foi muito bom, assim.

R: É bom, não é?

V: É bom. “Vocês estão sendo racistas”, em reuniões, “vocês estão sendo racistas, vocês são racistas”.

R: Eu acho que a gente traz uma coisa porque nos… perpassa a nossa existência, né?

V: Exatamente.

R: É desde uma coisa mais básica, né, à coisa mais complexa, né?

V: É. Desde a padaria, do supermercado, até esses lugares que você ocupa profissionalmente, né? É muito sério, em qualquer instância.

R: É, e eu acho que quando a gente traz a temática racismo pra arena, pra discussão, eu acho que aí a gente também já quebra esse jogo, porque a gente vai... Eu falo pra minha terapeuta assim, “pois agora eu vou dar o desconforto pra quem merece”.

V: Exatamente. Exatamente.

R: Eu vou sair plena, ela assim, “Roberta, levanta a cabeça, hein? Não é pra baixar a cabeça. Vou jogar, mas levanta a cabeça.” Mas você traz o desconforto pra arena.

V: Isso.

R: Não é seu.

V: Não é.

R: É eles que tem que discutir, é eles que tem que achar… Eu? “Mas…” Foi

V: É isso mesmo. Esse desconforto tem que ser da sociedade.

R: Exato. Pra gente pensar políticas, pra gente pensar ações antirracistas de fato, né? Pra gente pensar ações concretas.

V: Exatamente.

R: Porque se não, assim, “eu sou antirracista”, mas na prática com sujeitos….

V: Exatamente. No dia a dia nas relações ali, né?

R: Não. Então precisa a gente sempre fazer o desconforto e bancar, né, que eu acho que também exige muito de nós, né?

V: Exige.

R: Porque é um desgaste também.

V: Nossa, é cansativo, né? Por isso que, deu tempo de eu me aposentar, eu falei assim, “eu vou me aposentar, porque tem sido muito…” Não, porque assim... Eu fiquei

cansada, sabe? Eu vou continuar fazendo esses enfrentamentos em outros lugares, na vida. Mas ali eu acho que eu já tinha deixado o meu recado, sabe? Eu já tinha plantado isso lá, e esse desconforto eu comecei a dizer... Né, assim, sabe, “é de vocês agora”

R: Aí pensando, rememorando a sua trajetória, qual ou quais você considera a sua principal contribuição, pensando esses mais de 30 anos de TO?

V: Nossa! É isso. Eu acho que eu consegui contribuir porque assim, eu peguei um SUS neném ali, né, começando, né, 30 anos atrás. Eu acho que eu consegui contribuir, sabe, com a construção dessa política, da política de saúde mental de Belo Horizonte. Eu acho que eu trouxe contribuições, e as pessoas me dão esse feedback com muita clareza, sabe, nessa carta que o povo escreveu pra mim, eu falei, “eu vou guardar ela com muito carinho, assim”. Porque é uma carta muito afetuosa em que eles traduzem isso, sabe, assim, da contribuição que eu deixo pra política de saúde mental de Belo Horizonte, sabe?

R: Reconhecimento, né?

V: Reconhecimento, sabe? “Você deixou um legado”, eles falam.

R: Ai que coisa bonita

V: Muito bonito. Muito bonito. “Você deixou um legado, você plantou uma semente. E essa semente hoje, ela é uma árvore de vários galhos, e que a gente precisa essas árvores, essas metáforas bonitas, de que a gente precisa continuar esse plantio, assim, né?” E eles me falam, assim, eu com os depoimentos, “hoje eu fico em algumas reuniões, eu fico pensando assim, “o que Vanilza falaria, sabe, nessa reunião?” Eu fico pensando nos casos, e aí eu fico pensando assim, “Vanilza, o que Vanilza falaria pra ajudar na condução desse caso, sabe?”” E aí eu fico, “gente, que retorno importante, assim”, né? Porque como eu sempre quis a política pública, era essa a minha intenção, de ajudar a construir, de deixar alguma coisa, das pessoas entenderem o lugar que elas ocupam como profissionais do SUS. Não se trata de ter… a gente precisa de salário, né? No final do mês, pagar as nossas contas, né?

R: E Justo…

V: A gente precisa de salário, a gente precisa ser bem remunerado, a gente faz greve, a gente faz essa confusão toda. Mas o que é mais importante é a decisão de trabalhar com a política pública, que é muito para além de um salário, de um contra-cheque no final do mês.

R: Acho que é um compromisso, né, ético

V: É um compromisso...

R: Ético, político, né

V: É isso, é um compromisso ético com a política pública, com a cidade, com as pessoas, com os cidadãos, com a gente mesma, sabe, do lugar de onde a gente

também veio, sabe, então, eu acho que eu deixei essa contribuição, sabe? “Honrem o lugar que vocês ocupam na política pública, tá? Sim, vocês têm compromisso ético com esse lugar que vocês estão ocupando. Vocês têm que construir política, vocês tem que consolidar o SUS, vocês tem que brigar pelo SUS”, sabe? É isso, eu acho que foi essa contribuição que eu deixei, sabe, assim?

R: Acho que você falou disso... Eu tenho pra mim agora, você narrando, que então, agora você se tornou uma imortal. (risos) Porque você deixou um legado, porque quando a gente deixa um legado em algum lugar, a gente se torna uma imortal, porque a gente também vira referência, pros que estão conosco e os que virão. Então, virou uma imortal em BH.

V: Nossa, que legal isso, né? Olha que importante.

R: É muito bonito

V: É bonito.

R: É muito bonito, né? Porque assim, vai passar o tempo, mas Vanilza construiu e ajudou a construir isso, isso não passa.

V: Isso não vai passar.

R: E é eterno.

V: É. E é isso, assim, é pra não recuar, sabe? É pra ir em frente, é daqui pra frente, né, o que eu consegui construir até agora, é pra vocês continuarem em construindo daqui pra frente, isso é muito importante, muito importante.

R: E aí, diante dessas perguntas, se tem mais alguma coisa que você gostaria de compartilhar.

V: Eu acho que eu falei tanto, né?

R: Eu sou uma boa em escutar histórias, gosto.

V: Acho que é isso mesmo, né. Eu, quando… conversar com você é interessante, que a gente vai fazendo reflexões, assim. A trajetória da gente, é gostoso falar disso também. É bom, né? Mobiliza os afetos da gente.

R: Mobiliza. E ajuda a ressignificar, né?

V: É. E aí, eu falo disso, sabe, assim, eu, quando tava na universidade… eu entrei muito jovem pra universidade, eu entrei com 17 anos. E aí, quando eu tava lá com os meus 18 pra 19, assim, na primeira metade do curso, assim, eu já conseguia me identificar como uma trabalhadora da política pública, sabe, eu já tinha decidido isso. E eu brigava com os professores da UFMG, porque naquela época a gente não tinha estágios em serviços públicos, sabe? Era clínicas, LBAs, esses trem. E o SUS tava incipiente, Centro de Saúde começando, né, bem no iniciinho, assim. E eu falava assim, “a gente precisa ir pra centro de saúde, a gente precisa ir pros territórios”, eu

nem sabia o conceito disso ainda direito, mas intuitivamente, eu acho que eu já queria estar lá, sabe? E aí eu me formei e eu fui por esse caminho, eu queria continuar na política pública. Eu estudei em escola pública, eu estudei em universidade pública, eu queria trabalhar com a política pública, sabe? E eu fui fazendo essa trajetória e eu acho que deu certo, sabe? Eu me aposento com essa satisfação, de ter…

R: Parece um dever cumprido, né?

V: É. De ter conseguido honrar isso, sabe, assim, até o fim, assim. A minha gerente falava assim, no meu último ano, que eu já tinha anunciado que ia aposentar e tal, a minha gerente falava comigo assim, “Vanilza do céu, você é intensa demais, você tem que parar, você tá inventando coisa. Aí, depois que você for embora, a gente vai ter que continuar”. (risos) A gente tava muito na discussão do matriciamento, sabe? E aí eu comecei a fazer oficinas de matriciamento com o povo e tal. Eu falei, “Denise, vamos fazer uma oficina de matriciamento com atenção primária, Julio Conceição e tal”. Ela falava assim, “meu Deus, Vanilza, você não para, porque depois a gente vai ter que dar continuidade a isso que está (...), você ainda vai deixar serviço pra mim?” (risos), eu falei, “Mas é isso mesmo que eu quero, eu não quero que acabe.”

R: É o legado.

V: E aí eu acho que eu honrei, sabe, isso até o último dia. Muito trabalho e eu fiquei muito feliz de ter podido construir, eu acho que é isso, essa reflexão que eu faço, sabe, e que tem tudo a ver com isso, de ser uma mulher preta, de ter essa identidade, assim, a identidade da construção, do coletivo.

R: Do coletivo.

V: É isso.

R: Sabe o que eu fiquei só curiosa, Vanilza? Como foi que você escolheu o TO na década de 80?

V: Menina. Não sei. Você sabe que foi muito louco isso?

R: Foi intuitivo?

V: A gente… é, talvez, assim, a gente tava lá no ensino médio e aí quando a gente tá no segundo, terceiro ano do ensino médio, a escola já vai dando… eu estudava numa escola pública que pedia pra gente fazer a opção, se a gente queria ciências, na época eram ciências biológicas, ciências exatas e ciências humanas. E eu gostava muito das ciências biológicas, aí eu já me direcionei dentro do ensino médio pra essa área. E aí, naquela coisa de estudar sobre as profissões, não sei o quê. Quando eu li sobre o TO eu fiquei, “olha, esse trem”, eu não tinha uma clareza, eu só sabia que tinha que ser alguma coisa da saúde. E quando eu li o TO eu falei, “nossa, que legal, eu acho que eu quero esse trem”. E aí eu fui estudando, lendo um pouco, naquela época a gente nem tinha acesso a muito material, porque não tinha internet, não tinha nada disso, eu fui reunindo materiais na biblioteca, de o que eu podia saber, e aí chegou a hora de fazer inscrição pra vestibular na época, né? E aí eu tinha me machucado, tinha machucado o meu joelho, eu tava de atestado em casa, e aí eu tinha que preencher

a papelada, que era tudo manual, assim, levava pro rei na universidade, sei lá. (risos) Eu tinha que preencher a papelada toda pra poder fazer a inscrição pro vestibular, aí na hora, assim, eu fiquei assim, “qual profissão?” Tinha que escolher a profissão, né, “eu vou nesse trem de TO mesmo, é isso que eu quero”. (risos) E aí marquei esse trem lá e fui, menina, e fiquei. E aí me apaixonei pelo curso, assim, logo de cara, né, “nossa, era isso mesmo, que bom que eu acertei”. Eu acho que, sei lá, fui intuída de alguma forma, porque a gente sabia muito pouco, né, sobre a TO naquela época. Deu certo (risos)

R: Deu certíssimo! Olha, Venilza, eu nem tenho palavras pra agradecer este momento que o universo preparou para nós, que eu sempre falo assim, “é o encontro que tinha de acontecer”, porque eu tenho entendido, eu falei isso pra minha orientadora, que assim, eu tava tão desgostosa e achando que o mestrado não era uma coisa pra mim, porque houve muitas questões, né? Mas quando eu entro no mestrado ano passado, foi a primeira turma, desde 2009, majoritariamente negra.

V: Nossa!

R: Pela primeira vez, em 2023.

V: Nossa!

R: E, eu escutar a história das TOs que se formaram de 2000 pra cá, mais de 20 anos, eu acho que me dá uma sensação de acalento, e bonito de eu me ver também nessas histórias, né, de eu pensar a minha, também, a minha trajetória. Então, eu agradeço ao universo pela sua existência, pela sua contribuição, pelo seu legado, porque ele também continua através de mim, porque você compartilha o que você sabe comigo

V: Com certeza

R: E que vai ser compartilhada também, então eu só quero muito agradecer a sua disposição, a sua possibilidade, acho que a sua vida, de estar neste mundo, então muito obrigada.

V: Obrigada, Roberta

R: À sua mãe

V: É, cê viu aqui

R: Dá uma lembrança a ela, porque, tem que ser, né, os nossos mais velhos serem as nossas referências também. Então, meu muito obrigada.

V: Ô, Roberta, eu que agradeço, é um prazer falar com você. Uma oportunidade, né, de falar da história da gente num momento de ressignificação, de reflexão, isso é muito bom, poder falar da gente, das nossas lutas, e pra alguém que entende, que é sensível a isso, porque vivencia também, né, as mesmas dificuldades nessa sociedade racista, escravocrata horrorosa que a gente tem, mas que a gente vai, a gente vai construindo, né? Obrigada pela oportunidade, eu que te agradeço, muito bom.

R: Agradeço. Também, eu sempre faço convite, assim, se conhecer alguma TO que se formou antes do ano 2000, que se declare negra e queira conversar, estou à disposição também.

V: Então tá.

R: Tá bom?

V: Eu vou atrás, se eu souber de alguém, te falo, tá?

R: Tá bom, muito obrigada, até breve.

V: Até mais, tchau.

R: Tchau.

HAYDÉE MONTEIRO

R: Roberta Souza (entrevistadora)
H: Haydée Monteiro (entrevistada)

R: Haydée, está conseguindo me escutar? Hay dée, você está conseguindo me escutar? Dá para me ouvir?

H: Melhorou? Está me ouvindo?

R: Agora sim! Estava mudo.

H: Ah, tá. Legal, legal. Tudo bom, Roberta?

R: Muito prazer.

H: O prazer é meu.

R: Que bom que a gente conseguiu conversar, né? Que ainda estou atrapalhando a sua viagem. Eu não sei se é a sua viagem ou a sua moradia aí, né?

H: Imagina, magina… Eu fiz uma pausa aqui, estou na casa da minha irmã, então esses dias tranquilos aqui. Super, super tranquilo.

R: Ai que beleza. Na verdade, eu vou falar um pouco para você, né? Assim, do meu percurso e como eu cheguei aí no seu nome. (risos)

H: Tá, tá bom.

R: Porque eu acho que, assim, indicações muito raras que a gente vai fazer nessa costura. Eu sou TO também e aí eu estudei na Unifesp aqui em Santos, né? Então, eu sou aqui no Guarujá. Você falou que era do Guarujá, estava morando aqui no Guarujá?

H: Eu me mudei para o Guarujá há um ano e meio. Morava em Campinas, né? Morava em Campinas e aí eu já tinha um apartamento aí, meu marido gosta muito daí e me convenceu a mudar. (risos) Eu não tinha certeza ainda, porque eu gosto muito de Santos, né? E o Guarujá é mais praia, aquela coisa. Mas eu tô me adaptando, tô gostando, já tô fazendo algumas coisas aí devagarinho, né? Então me integrando aos poucos.

R: E aí eu estudei em Santos, mas sou daqui do Guarujá. E aí o percurso foi que eu fui fazendo a formação em saúde mental, fiz residência, depois eu fui para a área infantil e trabalhei num serviço que tem aqui no Guarujá, que é o CRPI, não sei se você já ouviu falar.

H: Já ouvi falar.

R: Então trabalhei um tempo por ali, trabalhei também um tempo em Santos, numa associação muito semelhante para criança com deficiência e aí depois eu fui trabalhando em quase todos os campos da TO, já trabalhei, eu posso dizer assim.

H: Que legal, que legal.

R: Na saúde mental, hospital, geronto, home care e tal. E aí ano passado eu entrei no mestrado lá na UFSCar.

H: Ah, que legal.

R: E aí a minha linha de pesquisa é a linha que a gente que se denomina redes sociais e vulnerabilidade, mas eu tô na linha de história e memória da terapia ocupacional.

H: Sim.

R: E aí nesse percurso, que ainda está em percurso, né? Eu mudei algumas rodas, pensei em parar porque estava muito tumultuado com algumas questões da vida e a orientadora pegou na mão, acalentou e falou assim, “vamos que dá, né? Vamos que a gente segue junto.” E aí eu mudei novamente o projeto de linha de pesquisa. Eu tinha submetido um quando eu entrei, quando fiz a entrevista e no fim eu submeti outro no comitê de ética. Então agora eu tô pesquisando a história das mulheres negras que se formaram até o ano 2000 e é bem difícil.

H: Ai que interessante…

R: Bem difícil (risos)

H: Muito difícil.

R: Exatamente.

H: Muito difícil.

R: Muito difícil. E aí eu falei para ela assim, “eu não sei se foi uma boa ou não, mas eu tô nesse trabalho que é bem por indicação”, né? Uma pessoa indica uma, eu pergunto, converso e tal. Então quem havia mencionado o seu nome foi a Stella Nicolau.

H: Stella? A Stella é de Campinas, é da PUC?

R: Oh, ela tá como professora da Unifesp, né? Mas eu sei que ela trabalhou em São Paulo, em vários lugares, então já faz um bom tempo que ela é docente da Unifesp. E aí ela falou assim, “ah, eu conheço sim, procura lá no meu Facebook, tem sim, eu conheço”. Então foi através dela que eu cheguei ao seu nome.

H: Pois é, pelo nome eu não tô me lembrando, mas depois vou dar uma fuçada, né? Para ver se eu localizo a Stella. E é tão interessante, que na minha turma de TO, eu entrei em 77 e saí em 80.

R: Onde você estudou?

H: Na PUC.

R: Não era (risos). Eu estudei… nasci 10 anos depois.

H: Eu fiz PUC Campinas, eu sou da primeira turma da PUC.

R: Uau! Você é um diamante.

H: Ai menina, olha, a história é complexa também. Mas daí esses dias, nós éramos em três mulheres negras na sala e algumas afrodescendentes, mas assim, algo que não era muito evidente, né? Para nós na época. E aí eu era muito ligada a uma dessas dessas colegas e a outra nós tínhamos um distanciamento pelo comportamento dela. Completamente distante de nós, assim, elitizada, de São Paulo, né? Eu era do interior, a outra era de Jundiaí. E é interessante que hoje essa colega escreve sobre... ela tem um trabalho de diásporas africanas, ou a diáspora africana, e ela escreve com muita propriedade. Ela foi uma pessoa que cresceu muito dentro da TO. E aí eu falei com ela, ela tem conversado comigo, nunca fomos amigas, né? E a outra era muito minha amiga também na época, nós nos juntamos, né? E aí eu falei com ela, “interessante, na época nós não conseguimos ter amizade, né?” Aí ela me disse, “é, meu mundo era muito diferente e hoje eu entendo, né?” E assim, interessante isso, porque hoje ela escreve, luta e briga e tem um discurso maravilhoso, mas na época ela era muito distante de nós, ela não nos... assim, não se identificava conosco, né? Isso era interessante, mas eu e a outra colega, nós éramos felizes, sabe? E assim, tínhamos uma integração com todos, todas as colegas. Numa faculdade, numa universidade complexa, né? Porque não existiam quase negros dentro da universidade toda, eu acho que nem 10% eram pessoas negras.

R: Dava para contar no dedo, né?

H: Dava, né? Nós éramos três numa sala de 70, era 70.

R: Nossa! Era 70 ingressantes?

H: Era 70 ingressantes, o curso terminou com, acho que, 51, 52 pessoas. Eu preciso, posso resgatar isso para você, mas foi um número muito grande, né? No início, é. E o curso era integral, foram quatro anos, período integral e o curso que foi um laboratório, né? Para muitos professores, porque alguns até de São Carlos, de São Paulo, então foram juntando professores para compor esse curso. Então foi… nós fomos uma turma de laboratório mesmo, acho que as três, quatro primeiras turmas foram bem nessa linha, né? Tanto que quando eu me graduei, olha, no terceiro ano de terapia ocupacional, porque eu fui fazer terapia ocupacional… Eu já comecei a falar, né? (risos)
R: É, mas eu gosto disso, entendeu? Eu sou uma pessoa que gosta muito de escutar, então tá livre.

H: Quando eu fui fazer terapia ocupacional, a minha irmã prestou enfermagem em Alfenas e entrou. Ela falou, “Haydée, você vai para o meu lugar na república para fazer cursinho, mas você pode fazer um, prestar o vestibular para ver, né? Como é o

vestibular para conhecer.” Aí eu fui, prestei e deu sorte de eu entrar. Então foi muito legal, porque eu fiz uma pontuação boa, daria até para ter feito odonto, mas eu nem sabia direito o que era terapia ocupacional, eu li e falei, ”ai, Raquel, gostei desse, eu achei legal, né?” Porque falava sobre reabilitação física, falava um pouco do social e eu juntei tudo e falei, “eu acho que vou prestar esse curso”. E prestei e acabei entrando. No primeiro ano eu viajei, porque eu era muito nova, meu pai não deixaTva morar em Campinas, então eu viajei um ano.

R: Então era distante?

H: Araras, eu morava em Araras, de Campinas dava mais ou menos 80 quilômetros, então eu saía de casa 5:35 da manhã para chegar 7:30 lá e até a PUC, o primeiro ano era no campus, depois que... você conhece onde funciona a Faculdade de Terapia Ocupacional em Campinas?

R: Não conheço.

H: É um campus só da área médica, então tem todos os cursos da área médica nesse campus. Então no segundo ano que nós mudamos do campus 1, que era um campus muito distante, para esse núcleo das áreas médicas. E aí meu pai acabou deixando, né? Deixando, né, porque eu tinha 17 anos e ele me arrumou um lugar para ficar e eu fiquei em Campinas. E aí foi muito gostoso, foi muito bom, o curso foi muito legal, eu me identifiquei muito com as disciplinas da área médica, tanto que anatomia, fisiologia, histologia, biofísica, bioquímica, eu amava. No terceiro ano eu pensei, ah, eu acho que eu quero fazer medicina. E aí eu falei, “puxa, meu pai, né? Já tô no terceiro ano, minha irmã lá em Minas, a minha outra irmã em Ribeirão Preto, não vai dar”. E aí resolvi terminar o curso.

R: Uau.

H: E fiz. Mas Terapia Ocupacional sempre foi muito difícil, muito. E da nossa turma se deu bem as pessoas que foram para Brasília, lá para o Sarah Kubitschek, essas se deram bem. Algumas que saíram do Brasil, que foram para a Itália, mas era uma bolsa Malufista e eu absolutamente não iria. Eu até tive a oportunidade de ganhar bolsa, mas na época eu falei, “de jeito nenhum... mas nunca….”

R: Eu não conheço a história, Haydée, eu não conheço.

H: É, do Maluf, né? Era uma bolsa que o Maluf propiciou, o Maluf cê deve conhecer, né? Então, e assim, eu sempre fui de esquerda, então eu não, de forma alguma, eu iria aceitar participar de um projeto do Maluf, mas foram cinco meninas da minha turma para a Itália, e me chamaram até, mas eu não quis ir por conta disso. E algumas foram para o Rio, para BBR. São Paulo, né? E eu acabei ficando em Campinas e fui para uma ONG, para o terceiro setor, trabalhar com doentes pulmonares.

R: Nossa! Bem específico, né?

H: Tuberculosos mesmo. Era uma ONG, era uma ONG que atendia doentes de tuberculose e era bem legal. Tinha uma equipe, tinha assistente social, fisioterapeuta, TO, alguns monitores, era bem legal mesmo. Aí, no meu primeiro emprego, nós

denunciamos o diretor da ONG, a assistente social, que é minha grande amiga até hoje, aí ela, “Haydée, não tá certo”, aí começou a abrir comigo, eu inexperiente, eu falei, não, tô dentro, vamos denunciar, né? Vamos lá! E aí, um ano e meio de contratação, nós denunciamos para a FEAC, que é uma federação, para o Estado, para a Prefeitura, todos os lugares que ela recebia verba. E acabei perdendo o emprego, obviamente, né? Porque denunciamos. Mas era uma ONG muito legal, o trabalho era fantástico, o trabalho era fantástico. Então, naquela época, nós fizemos horta comunitária, o trabalho da TO era bem legal, porque nós tínhamos alguns voluntários muito qualificados, que ajudavam muito na TO. E aí, eu fui curtindo e fui chamada para trabalhar na SEASA, num projeto… é que a SEASA, ela tinha muitas crianças pegando restos de comida, de alimentos, famílias todas, muita prostituição, prostituição infantil. A SEASA é o universo, né? E a SEASA Campinas também. Então, uma amiga assistente social me falou, “Haydée, eu sei que você gosta, que você tem competência para isso, vamos lá para a SEASA”. Eu falei, “então, mas tem terapia ocupacional?”, “Não, não é terapia ocupacional. Qualquer coisa na área social, vamos embora.”

R: Você foi uma desbravadora.

H: É, aí tinha área social, né? Um setor de serviço social. E aí, foi pouco tempo, fiquei um ano e meio lá, mas também foi muito, muito, muito legal. As coisas que nós conseguimos fazer na SEASA, grupos com funcionários, trabalhar a questão do alcoolismo, porque lá, muitos funcionários que são informais, né? Hoje, eles já são mais legalizados, mas na época, os carregadores, aquele pessoal que carrega com carrinhos, eram todos informais. Então, tinha muita droga, muito álcool, muito tudo, né? Prostituição lá dentro. E nós criamos projetos para isso e foi super bacana. E nessa época, eu acabei casando e prestei um concurso. Um concurso que você, talvez, também não se lembre, existia uma secretaria estadual que era a Secretaria do Menor. E essa secretaria, depois, se transformou em Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, alguma coisa assim. Era Alda Marco Antônio, que era a secretária. E era na época do governo Quércia. E o Quércia, ele criou projetos enormes em todo o estado de São Paulo para crianças em situação de rua, para profissionalização de jovens. Não que ele fosse bonzinho, né? Porque o Brasil tinha uma dívida ativa, uma dívida muito grande com a OIT, que é a Organização Internacional do Trabalho. E aí, tinha crianças no carvão, crianças na cana de açúcar. Então, as estatais, elas foram obrigadas a investir. Então, Eletropaulo, Comgás. Eu trabalhava na CPFL, que é Campinas, tem em Santos também, né? Companhia Paulista de Força e Luz, que é como se fosse Electro, né? No Guarujá, a CPFL é em algumas outras cidades. Eu fiquei 12 anos lá. Não contratada como terapeuta ocupacional, mas responsável por um trabalho com crianças e jovens dentro da empresa. Então, a minha trajetória, Roberta, é meio louca, assim, né? É de desbravar mesmo, porque, sabe? Ninguém contratava como terapeuta ocupacional. A primeira contratação até foi, mas depois não tinha, assim, o cargo de terapeuta ocupacional. Então, tinha que criar alguma coisa que contemplasse e eu tinha que me adequar a isso. Eu também não sofria muito por isso, não. Eu queria trabalhar e fiz vários trabalhos, gostei do que eu fiz. Aí, eu fiquei 12 anos na CPFL, acabei saindo em 99, 2000, e fui trabalhar numa consultoria. A empresa foi privatizada, na época, mas eu era concursada. Esse processo seletivo, inclusive, foi um processo seletivo muito, muito legal e nós éramos oito educadores sociais contratados pela empresa. Pedagogos, psicólogos… As estatais, todas essas estatais, Comgás, Eletropaulo,

CPFL, elas contratavam, né? Com esse cargo. Então, eram pessoas das universidades que saíam e iam para a secretaria. E, assim, com treinamento maravilhoso, a gente teve capacitações, assim, que, nossa, marcaram a minha vida mesmo, a minha qualificação para trabalhar nesse projeto de Estado. Foi bem bacana. Com o pessoal da UNIFESP, inclusive, em São Paulo. Professor Carline, que é da parte de substâncias psicoativas. Professor Carline, professor Antônio Carlos Gomes da Costa, que é um pedagogo social fantástico que faleceu, responsável pela Fundação Telefônica Instituto Ayrton Senna, por grandes institutos e fundações no Brasil. E uma série de pessoas muito boas, profissionais muito bons. Daí, e quando eu saí da CPFL, foi por opção, né? Porque a empresa privatizou, ficou parada. E aí a gente fica meio perdido, né? E eu resolvi sair achando que era fácil depois me colocar, né? Mas não foi bem assim. E eu com dois filhos, adolescentes, aquela loucura, mas acabei indo para consultorias e trabalhei bastante em consultorias com desenvolvimento, elaboração, desenvolvimento e gestão de projetos. Eu fui uma TO para área sócio-educativa, educativa, sabe? Comunitária. Eu trabalhei em grandes projetos para Petrobras, para Votorantim, umas empresas predadoras, né? Que elas, primeiro elas depredam tudo, depois elas têm que fazer projeto para recuperar, né? Para fazer a compensação. Então trabalhei para Petrobras, Braskem, Votorantim, para algumas dessas empresas em projetos

R: Uau.

H: E há pouco tempo, uns anos atrás, eu acabei voltando para o terceiro setor. Ah, trabalhei depois em uma escola profissionalizante, cuidando de projetos para comunidades. Então pensando, né? Nas comunidades e organizando qualificação profissional para aquelas regiões, para as pessoas daquelas regiões. Isso é uma escola que tem campinas, que eu acho fantástica, já falei aí no Guarujá. Quero muito que o pessoal conheça, porque é uma escola que o aluno não paga nada e ainda tem um lanche, tem transporte e ele tem seis cursos de qualificação, seis cursos técnicos, enfermagem, meio ambiente, segurança do trabalho, né? E tem mais de 30 cursos de qualificação profissional de 30, 40, 60 horas. Então em Campinas, eu falo para o pessoal do Guarujá, não é que Campinas seja melhor, é que Campinas vivenciou coisas antes e acabou aprendendo a lidar. Por exemplo, todo ambulante em Campinas, todo carrinho, ele tem que passar por um curso de 20 horas de higiene e manipulação de alimentos. Entendeu? Todos. Então você vê o Guarujá…

R: Ah, Imagina!

H: Então eu já falei, porque a minha amiga trabalha com Toninho Salgado.

R: Sei, é um vereador, se não estou enganada, né?

H: Ele agora é candidato a vice.

R: É.

H: É. E eu gostei dele, porque eu achei ele ficha limpa, né? Porque eu falei, “primeiro eu quero conhecer, para saber como é o cara”, porque eu não vou me envolver com política, que eu já acho um negócio complicado. Mas a Luciana é uma pessoa

fantástica e aí trabalha com ele há muitos anos, ele foi vereador, acho que duas vezes gestões e agora ele entrou com o ex-prefeito, que é um que se chama Farid.

R: Sei.

H: Eu a princípio também não conheço esse Farid, mas eu gosto do Toninho do jeito dele. Então eles me chamaram para ajudar a escrever o projeto de governo.

R: Uau!

H: É. Aí a gente trabalhou assim esse tempo que eu fiquei aí, eu fiquei ajudando a fazer a parte da assistência social, né? Olhando para as regiões, se precisa de mais um CRAS, precisa de mais um CREAS, precisa… sabe? Do que precisa dentro da assistência. Depois também para a área da cultura.

R: Uau!

H: E tem uma menina muito legal que chama Kari e ela ela ficou comigo escrevendo. Nem tá pronto, mas a gente mandou tudo que tinha para eles, né? Para eles organizarem lá. E a parte da assistência social ficou legal, porque deu para ver por região onde estão os buracos, né? Não tem CREAS, só tem um CREAS no Guarujá.

R: Só, e eu tô num CAPS infantil aqui do Guarujá que é o único.

H: Ah, tá! Então CAPS eu nem sei onde fica.

R: Depois, quando você estiver aqui eu vou te apresentar, então eu te levo para conhecer. Fica na Santa Rosa.

H: Ah, na Santa Rosa! É ali perto daquela pastelaria?

R: Isso, é um pouquinho antes, atrás do Burger King.

H: Ah, tá!

R: Na Santa Rosa, passou duas quadras, é ali.

H: Tá, então, e aí eu tô assim ajudando agora um pouco de longe, né? Porque eu falei, olha, ajudo até… Eu vim para cá em final de julho, eu vou voltar agora 15 de setembro, aí eu volto, aí meu pai vai fazer 100 anos.

R: Uau. Que coisa bonita!

H: E lúcido, viu? E ele nasceu em Santos, nasceu em Santos, morou… a minha avó morava aí no Santa Rosa.

R: Ah, que legal!

H: Minha avó era de Santa Rosa, quando a gente era criança, minha avó morava aí. Ele é filho único, né? E aí ele mora em Araras e aí a gente, quando eu voltar, tem que

ajudar lá os preparativos, mas eu vou, falei que eu vou votar, né? Eu transferi meu título para o Guarujá, ver se eu consigo votar, porque eu acho que o Guarujá, eu assim, não sei, eu olho para o Guarujá, desde que eu comecei a olhar para o Guarujá, desde antes, né? Quando eu tinha apartamento só. Eu já falava, “gente, aqui dá para fazer tanta coisa, mas falta muita vontade política, né?”

R: Falta.

H: A minha irmã foi da Unaerp muitos anos.

R: Ela foi docente?

H: Ela foi coordenadora da graduação e da pós-graduação de enfermagem.

R: Qual o nome da sua irmã?

H: Raquel.

R: A Raquel que faleceu, não, né?

H: É.

R: A Raquel era sua irmã?

H: É, minha irmã. Você conheceu a Raquel?

R: Eu fiz enfermagem antes de fazer TO. Ela foi minha professora.

H: Ah, que legal!

R: Foi minha professora.

H: Olha só!

R: Que coincidência!

H: Pois é, menina. E assim, para nós também foi um choque, né? Porque ela ficou doente muito rápido. Eu nem sabia que ela tinha ido fazer uma cirurgia. Ela foi fazer a cirurgia e teve duas paradas cardíacas, então pegou todo mundo…

R: Muito repentino…

H: todo mundo muito de sopetão mesmo, né?

R: Nossa!

H: E aí meu pai ficava muito com ela e agora meu pai tá lá em Araras, né? E a gente tá tentando dar essa assistência pra ele. Tem uma irmã que tá lá com ele. Lá eu tenho três irmãs ainda.

R: O total vocês são quantas irmãs?

H: Nós somos em seis mulheres e um homem, né? Vivos, nós somos em cinco mulheres só, hoje.

R: Ah tá

H: Então, que legal! Você fez enfermagem então?

R: Fiz. (risos) Muitos caminhos também.

H: Foi antes da TO ou depois da TO?

R: Foi antes, porque olha só que coincidência. Eu falo para as pessoas assim, “no tempo antigo, né?” Porque agora o jovem, né… É outra pegada. Então antes tinha uma coisa chamada feira das profissões. Então, em 2005, 2006, em Santos tinha uma universidade chamada Unimonte e lá tinha o curso de terapia ocupacional, era uma universidade privada. E lá que eu conheci, então fiquei super interessada, falei assim “Nossa, que coisa! Acho que tem tudo a ver”, então fui ler para saber um pouco mais sobre a profissão. Isso foi em 2006, se eu não tô enganada. E aí em 2006 a UNIFESP vem para Santos, né? Que é o início dela aqui em Santos. Mas aí eu fiz o vestibular e naquela época ainda não tinha o Enem. Eu fiz o vestibular e aí não tinha passado na questão de matemática. E aí como eu fiquei super bem colocada para a questão do vestibular na UNAERP, eu ganhei bolsa 100%.

H: Ai, que legal!

R: PROUNI. E aí eu falei assim, “ah, antes eu fazer uma coisa que eu tenho 100% de certeza e depois a gente vê a vida, né?” Então eu cursei no ano de 2007 a 2010, eu graduei, finalizei.

H: Ah, então a Raquel estava lá, Raquel tava lá.

R: Estava, ela deu início desde o começo até o final do quarto ano, né? Então eu lembro muito dela nas aulas de saúde pública, de direito e tal. Então, muito, muito mesmo. Era uma referência, eu acho que foi uma referência, né? Para a gente enquanto enfermagem.

H: Tem até uma vizinha lá do condomínio, ela mudou esses dias que eu estou aqui, ela mudou, saiu do condomínio e foi para algum prédio. E aí o marido dela me falou, ah, eu sou da UNAERP, fui da UNAERP, ela foi da UNAERP. Eu falei, ah, eu tive uma irmã que deu aula lá e tal. Daí falou para ela, né, “Jane, vem aqui, adivinha de quem ela é irmã?” Aí falou, “da professora Raquel”, aí ela pôs a mão assim na cabeça, agachou a cabeça e começou a chorar. Eu falei, “nossa, a Raquel era conhecida meio mão de ferro, será que a Raquel fez alguma coisa para ela?” Meu Deus, e a mulher não parava de chorar e tal. (risos) Aí eu falei, “Jane, tudo bem?” Aí eu pus a mão nela assim e ela, “ah, eu amo a sua irmã. Ela sumiu…”, a Raquel não tinha falecido ainda. “...Ela sumiu, ela viajou e trouxe chocolate para mim e não sei o que”, sabe uma coisa assim, né? Aí eu fiquei até meio sem graça, assim, emocionada, né? Porque ela ficou muito mexida, porque ela disse que procurava a Raquel há alguns anos e ninguém

dava endereço, telefone e falava onde a Raquel estava. Porque ela saiu da UNAERP, eu acho que foi em 2019 ou 20, alguma coisa assim, não faz muito tempo. Acho que foi em 2019. Ela aposentou e pronto. E isso foi um dos fatores que eu acho que a vida dela mudou muito, sabe?

R: Muito, né?

H: Muito, muito. Alimentação, tudo. Eu acho que teve uma mudança bem radical aí.

R: Nossa, ô, Haydée,, você falando da professora Raquel, porque eu sempre falo, professora Raquel, eu nunca vou esquecer um episódio que ela contou na sala de aula, que eu lembrei, contei até para minha avó. Minha avó tem 90 anos, eu moro com a minha avó. E aí teve um episódio, vou compartilhar com você, porque eu acho que é isso, né? Família, desses encontros, coincidências, né? Ela contou um episódio na nossa turma, que eu acho que ela tinha ido para a Alemanha…. acho que era a Alemanha. E ela falou assim, "gente, lá não é que nem aqui no Brasil, que a gente, quando é domingo, a gente faz macarrão, frango assado, aquela mesa com um montão de comida. Não é assim. Quando eu fui, era macarrão, era só macarrão. Não tinha tantas coisas", ela assim, "não era esse luxo, essa coisa assim, tanta de nós brasileiros e ter muito, né? Então assim, tem aquela opção de comida, então as pessoas comem aquela opção de comida." E aí tanto que depois eu falo para a minha avó, é, avó, lembra? Tem outros países e outras culturas, né? Que não é exatamente como a nossa, mas eu lembro desse episódio que ela contou para a gente.

H: Nós somos um povo mais farto, assim, né? Eu estou na casa da minha irmã mais velha, ela mora aqui há 32 anos.

R: Aí no exterior?

H: Na Alemanha. Ela fica seis meses aqui, nos últimos oito anos, ela fica seis meses aqui, seis meses no Brasil, em Santa Catarina. Então ela fica o verão aqui, porque aqui tá verão, né? Tá muito quente. Hoje tá até meio nubladinho, mas o resto do tempo ela curte o verão no Brasil, então ela foge do frio, né? E ela mora num lugar super gostoso, que é uma montanha, sabe? Você sobe a montanha, olha aqui, dá para você ver um pouco?

R: Dá, que lindo! Que coisa bonita!

H: Cê vê que bonito, vamos ver se dá para você ver. É muito gostosa, assim, a casa que a Beth mora. Ela tem uma filha que mora na cidade, e ela mora aqui com o marido dela. Olha que bonito, tá vendo? Olha lá no fundo, você vê?

R: Tem uma montanha, né? É, tem uma montanha, aqui são as casinhas. "Hallo, Frau!" É a Frau Dóris. "Hallo, Frau Dóris!" Eu não entendo nada que ela fala, mas tudo bem, "vem aqui!" A minha irmã fala fluente, né? Meu marido até arrasta um pouquinho. "Tudo bem? Bem? Não? Bye, bye! Tchau, tchau! Tchüss! Aqui, tchüss!" Tem umas coisinhas assim que a gente arrisca, né?

R: É que é uma língua dificinho, né?

H: Muito difícil, e meu marido tá pegando bem, porque ele é mais disciplinado do que eu. Ele fez três meses antes de viajar, e aí consegue entender. Aí eu jogo um inglesinho e vou misturando, mas dá pra comunicar. E é isso mesmo, o dia que você come salsicha, é salsicha e salada de batata, só.

R: Ah!

H: Mas você toma um café da manhã maravilhoso. Muitos queijos, presunto dos mais variados, assim, pra quem come carne, sabe? Iogurtes, mas um mais gostoso que o outro. Então assim, o café da manhã é muito farto. E aí você só vai sentir fome ali duas, três horas da tarde. Então a gente entrou no ritmo aqui da Beth, né? Então agora a gente comeu umas três, meia, quatro horas. E agora, na hora de deitar, se quiser tomar um chazinho um pouquinho antes. Mas não dá fome. Muitas frutas, ela tem muitas ameixeiras aqui carregadas.

R: Uau! Que coisa bonita!

H: As macieiras aqui no bairro, a coisa mais linda do mundo. Lotadas de maçã. Então tem muitas frutas, sabe? E agora as nossas frutas, banana, manga, são caríssimas.

R: Ah, eu imagino.

H: Tudo que é caro pra nós, pra eles é fartura. E tudo que pra nós tem bastante, pra eles é caro, né?

R: Entendi.

H: O euro tá alto.

R: Alto, né?

H: Sim, mas é muito gostoso. Aí eu arrisquei, fui pra Berlim sozinha, eu e ela. Larguei o marido aqui com o marido dela. Aí fomos fazer um aventura em Berlim, super legal. Uma cidade moderna. Estamos passeando bastante. Primeiro a gente andou pela Itália, né? A gente tá com o carro. Então nós fizemos a Itália bastante. Até Cinque Terre, que são as terras lindas. É um lugar maravilhoso. Se quiser depois te mando umas fotos, porque pra mim tudo foi encantador.

R: Eu gosto de ver. Eu gosto muito de ver.

H: Foi encantador. E daí eu fui pra casa de uma amiga em Monza, que ela acabou de mudar. Faz quatro meses que ela mudou de Campinas pra Itália. Ela ficou tão feliz. Nós ficamos cinco dias na casa dela. Aí voltamos pela Suíça. E agora estamos aqui. Mas a gente vai viajar mais um pouquinho.

R: Vai curtindo, né?

H: Muito bom você estar de carro, porque você não precisa ficar dependendo. Apesar que o trem daqui é maravilhoso.

R: Eu imagino.

H: Muitos brasileiros. Olha, eu falei, “a Europa, daqui a vinte anos, ela já acabou. A miscigenação está sendo tão grande…” Tem tantos indianos, tanntos africanos. Muitos indianos. Muitos africanos. Muitos árabes. Sabe? Berlim eu fiquei assim, surpresa. Porque é uma diversidade, uma coisa louca. E é lógico, que tem os extremistas que não aceitam. Que ainda tem essa direita. Todos os países têm lá a sua referência da direita. Mas eu acredito que daqui uns vinte anos a Europa já mudou. Totalmente. Não tem mais.

R: Ainda bem, né?

H: Ainda bem, graças a Deus. Eu vejo uma coisa muito linda para a humanidade, né. Mas é isso. Eu nem sei onde eu tava mais, que eu fiquei empolgada ainda.

R: Você me contou muitas coisas. Só para não tomar muito do seu tempo. Você está se divertindo. Eu também não quero atrapalhar.

H: Não, tudo bem. Eu estou aqui assistindo um filme.

R: Boa parte do que eu vou perguntar provavelmente você já contou nessa conversa. Mas aí eu leio e acho que fica um pouco registrado para eu não me perder. Essa primeira parte, a gente fala dos dados pessoais que seria o nome completo, a sua idade, a cidade que você nasceu e a cidade onde você mora atualmente.

H: Então, 25 de junho de 1958 eu nasci em Araras e moro no Guarujá.

R: E agora, Haydée, a ideia é muito mais sobre a sua trajetória acadêmica. Você falou que cursou na PUC, na primeira turma. E se você fez alguma pós-graduação?

H: Sim, eu fiz. Eu fiz pós-graduação em pedagogia empresarial na época que eu trabalhava com formação. Você está ouvindo bem? É porque eu vim aqui para fora que meu cunhado foi na sala, acho que ele vai ligar a TV, eu vim aqui. Fiz pedagogia empresarial, eu fiz gestão de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, uma outra pós na Unicamp, uma pós maravilhosa. É uma especialização. Eu trabalhei bastante depois com desenvolvimento comunitário por conta dessa pós.

R: Uau.

H: É, bem legal mesmo. E depois eu fiz resolvi fazer pedagogia uma época

R: Ai que legal

H: Eu fiz pedagogia por conta dos projetos né, estar envolvida muito com projetos, metodologia de projetos e tal. Acabei fazendo uma pedagogia. E que mais? Nossa, fiz tanta coisa.

R: É bastante coisa, né? São mais de 30 anos de formada, né?

H: Sim. Sim, mas uma coisa interessante… o título de terapeuta ocupacional eu só tive no primeiro emprego. Eu nunca tive… eu nunca me preocupei com isso também

R: Que interessante…

H: Porque você até falou de desbravar, eu desbravava, eu ia e apresentava um projeto apresentava um sabe, um esboço de projeto era contratada e vamos fazer, entendeu? Então sempre foi assim, né? E até hoje.

R: Nossa, que interessante.

H: É. Verdade, e assim não tinha muito, muitos terapeutas ocupacionais e não tinha muitos cargos para terapeutas ocupacionais, pelo menos em Campinas onde eu estava, onde eu morava o mais terapeuta ocupacional ganhava muito mal, muito, muito mal.

R: Eu imagino

H: O salário do TO, ele era um salário tão baixo que quando eu saí da CPFL eu arrumei acho que uns 3, 4 empregos de TO eu não tive condições de assumir, porque eu ganhava 5 vezes mais, então não dava para você ir para uma ONG… Eu vou dar um exemplo, então vamos dizer que eu ganhava na época 8 mil reais então se eu fosse para um desses empregos eu ia ganhar 1.800 reais, entendeu? 2 mil reais no máximo então não valia a pena trabalhar só pelo título, então eu ia para trabalhos que me realizassem, eu sempre gostei de trabalhar e sempre trabalhei em coisas legais que eu acredito, isso é uma coisa que eu nunca abri mão, nunca fiz nada assim que eu não gostasse

R: E acho que me parece que teve uma trajetória tão diversificada, né?

H: Diversificada, mas tudo se integrava, porque quando eu saio desse trabalho com doenças pulmonares e vou para a SEASA e vejo aquele quadro social caótico eu já começo a fazer desenhos de projetos de desenvolvimento de pessoas e de comunitário, né, de alguma forma, trabalhava com as famílias lá, e depois, os projetos da CPFL também eram projetos de desenvolvimento de pessoas, era a qualificação, não, primeiro era o trabalho com crianças em situação de rua e famílias depois era a qualificação para jovens que hoje seria um programa aprendiz, mas na época era um programa de formação pessoal e social para o adolescente na empresa. Depois, tem um programa que chama Formare, que eles pegaram tudo do nosso projeto e criaram um projeto que tem hoje em muitas empresas que se chama Formare e nós fomos a inspiração do Formare da CPFL.

R: Vocês foram as pioneiras

H: As pioneiras. De inventar mesmo, nós éramos uma equipe de oito educadoras. Eu coordenei essa equipe naturalmente também. Nós formávamos 50 jovens por ano, de ONG.

R: De ONGs diversificadas?

H: Isso, ONGs lá em Campinas que trabalhavam com crianças e adolescentes. O nosso projeto, ele foi aprovado pelo CMDCA, na época o CMDCA estava sendo organizado, né, e aí foi aprovado e funcionou alguns anos. Até eu sair nós continuamos com o projeto

R: Nossa. O que eu ia perguntar para você o que significa o CEASA é: um centro? Que é uma sigla, né?

H: A CEASA é igual a CEAGESP. A CEASA é uma central de abastecimento onde chegam as mercadorias os alimentos, hortifruti de toda a região, então é uma área que tem no entorno favelas, tem submoradias no entorno todo, hoje assim, melhorou muito, na época era uma coisa absurda e as pessoas buscavam assim… você já viu Ilha das Flores? aquele filme, sabe?

R: Uhum, assisti com a sua irmã.

H: Com a Raquel? Ilha das Flores você vai buscar o alimento lá porque tem que sobreviver, então as CEASAS sempre foram assim, todas as CEASAS

R: Ah, entendi. Nessa terceira agora, a gente falou da trajetória e acho que você já tinha contado bastante no início. Nessa terceira parte a gente vai pensando assim de como a gente se reconhece enquanto pessoa negra, né, então se,... para você como foi esse processo de se reconhecer enquanto pessoa negra, enquanto uma mulher negra

H: É, é interessante, muito interessante isso, né? Que a gente vai amadurecendo, e eu sempre fui muito lenta até para perceber as coisas, sabe?

R: Eu também, viu?

H: Mas lá na CPFL, como eu virei coordenadora, pelo trabalho mesmo, eu acho que muito pelo meu jeito de fazer mediação, eu tenho acho que uma facilidade para mediar, para facilitar as coisas, então eu virei coordenadora do projeto, e como coordenadora eu tive sim vários problemas de colegas mesmo que trabalhavam, né, trabalhavam por trás mesmo para que eu saísse, eu não percebia isso, quando eu percebia alguém me falava, “Haydée, você não está percebendo, fulano está falando…”, eu falava, “mas por quê? mas quando? como?”, eu achava que estava tudo bem, então tem muita competitividade e muita crueldade, então eu senti na pele, claro, né? A questão racial algumas vezes com próprias colegas de trabalho, colegas, poucas, mas com algumas colegas de trabalho, mas eu sempre eu me posicionava, sempre me posicionei, mas eu sempre procurei ignorar isso, porque como eu trabalhava numa empresa muito quadrada e muito machista, uma empresa difícil, né? Então eu tinha uma responsabilidade muito grande, gastava muita energia no trabalho ali com os jovens, com as ONGs, né, que eu tinha que relacionar com 30, 40 ONGs diferentes. Então era assim, era bastante trabalho, era muito gostoso, mas é óbvio que acontecia sim, então eu tinha sempre que me posicionar, né? E como eu nunca fui de confrontar, né, hoje eu sou mais combativa, mas na época eu era mais tranquila. A maturidade faz também você aprender a… mas eu não deixava de me posicionar então, tanto que eu saí da empresa e o nosso diretor que inclusive encontrei com ele

no Guarujá, ele tem um apartamento ali… eu moro na Enseada bem ali atrás do Casa Grande sabe? Aquelas casinhas que tem ali, parece um morro…

R: Casa Grande Hotel?

H: É, você olha pra frente do Casa Grande, não tem umas casinhas assim que parece um pão barrosinho? Eu moro lá

R: Ai, que legal!

H: Eu moro ali, é. E eu encontrei esse meu gerente lá da CPFL e ele me pediu na época, ele falou, “Haydée, não sai, Haydée, agora a responsabilidade social nas empresas vai ser muito importante”, mas eu não aguentei ficar quatro meses sem fazer nada dentro da empresa, na época eu não tinha o EAD, não tinha nada assim que eu pudesse gastar energia, aquilo foi me deixando tão nervosa, eu falei, “não, vou sair depois eu arrumo outro emprego” e foi difícil, viu, depois pra eu me recolocar

R: Porque você é uma mulher muito ativa, né?

H: Ah, eu fui, assim, fui buscar, né? Fui buscar… e eu queria, assim, não conseguia… tanto que agora que eu me aposentei, eu fiquei muito incomodada porque eu tenho ainda muita energia produtiva, então meu marido fala, “sossega, fica quieta”, eu vou fazer o que? eu vou assistir televisão, vou ficar só lendo? Eu não quero, eu quero fazer coisa, eu tenho que sair, então eu até fui ajudar essa minha amiga Luciana Jareta que trabalha com o Toninho, por conta disso. Ela trabalhou num projeto na UNAERP que chamava Projeto Cidadão, não sei se você lembra

R: Eu não sei

H: Era ligado ao Grupo Silvio Santos, na época

R: Não, então não

H: Era o grupo dele, do hotel que investia junto com o Museu da Língua Portuguesa, eram os dois investidores e ele durou acho que uns cinco anos na UNAERP, e aí ela trabalhou lá e a Raquel me pediu uma vez pra dar uma força pra elas e eu acabei conhecendo essas meninas, e a Luciana tenho amizade até hoje, e aí ela me chamou pra ajudar no projeto aí eu falei, “não, Lu, fala o que você precisa que eu vou fazendo”, porque eu tava… a minha casa ficou em obra uns meses, aí parou a obra aí eu fiquei assim, incomodadíssima, eu falei, “e agora, o que eu vou fazer? vou ficar andando na praia?” preciso gastar energia, né? não posso… eu preciso de um trabalho voluntário. Ainda faço trabalho voluntário que a gente produz almofadas do coração

R Sério?

H: Sabe aquela almofada que a pessoa mastectomizada põe embaixo do braço? Inclusive eu fui levar na PUC há uns dois meses atrás, eu estive lá na PUC no Hospital da PUC em Campinas as meninas da TO adoraram, elas falaram que há alguns anos que ninguém entrega essas almofadas. Eu tô trabalhando com ela há 5 anos, nós

doamos cerca de 600, 800 almofadas por ano pro CAISME, que é o Hospital da Mulher da Unicamp, pra PUC e pro Hospital do Amor

R: Qual é o nome do projeto?

H: Corações Solidárias. A gente tem uma paginha na internet, então, eu passei tudo pra uma amiga, grande amiga minha, psicóloga, que chama Regina Pinheiro, e ela tá tocando, eu ainda tô ajudando de longe, mas como não tô mais em Campinas, eu passei, ela tá indo super bem. Primeiro a gente faz uma arrecadação com amigos, uma coisa de 50 reais por pessoa, daí a gente compra todo o material que é: o tecido tem que ser 100% algodão e o plumante tem que ser siliconado, virgem e siliconado, a gente compra na fábrica, hoje nós já aprendemos. E aí tem umas que cortam, outras que costuram, outras que enchem, depois embalam e, olha, dá super certo. A gente entrega, faz um evento, vamos na PUC, vamos na Unicamp, no CAISME, né. Este coração tem uma função muito legal, muito legal, e além da função afetiva, ele dá um conforto para a mulher, porque ele preenche essa lacuna de onde elas tiram uma massa grande muscular e de mame, de gânglios e tudo mais, né, então é bem legal

R: Nossa, eu não conhecia, mas nossa, que trabalho bonito.

H: É bacana sim, e no Guarujá tô querendo enxergar algum lugar pra começar a fazer um grupinho pequenininho e começar a entregar

R: Não, acho que sempre… Acho não, acho que tenho certeza que tem lugares que essa proposta ia ser muito bem-vinda, porque eu acho que a gente tá falando disso, né, do cuidado com o outro, né?

H: Isso, é o cuidado com o outro

R: Então no momento que a mulher tá muito fragilizada, né

H: E aí eu lembrei do Boff, que sempre trabalhando com crianças e adolescentes, trabalhava com as quatro dimensões do cuidado. O cuidado consigo mesmo, né, o autocuidado; o cuidado com o outro; o cuidado com o meio, né, o ecocuidado e o transcuidado que começa com o cuidado com os pensamentos, com os sentimentos com essa dimensão transcendente da vida e isso dava, assim, projetos lindos com os adolescentes, principalmente

R: nossa, que bonito

H: é legal

R: eu tenho pensado, assim, desse pouco momento aí que a gente tá conversando, que eu acho que então você marcou uma vida assim, de muitas crianças, adolescentes e adultos, né que eu acho que é isso, esse poder da educação de transformar, né. e dar possibilidades, né

H: Educação não formal, ela é maravilhosa por isso, né, eu encontro hoje alguns adolescentes que passaram pela CPFL que foram mais de 500 e eu tenho poucos que eu sei que, né, que eu soube que não deram tão certo, pouquíssimos, mas a maioria

super bem. Às vezes eu vou… no aeroporto, encontrei uma menina que eu fiz contato há pouco tempo, que a gente assim, lembrava muito dela, ela é professora, doutora da Universidade Federal do Paraná, e ela morava com a avó que foi criada pela avó, com toda dificuldade passou por lá, essa menina deu um boom, sabe

R: Que bonito

H: Então… e nós tínhamos liberdade para criar o programa, então nós… eles tinham conosco todos os dias das 8 às 10, que era o programa formativo, depois eles iam para uma área da empresa que eles gostavam, para comunicação, para engenharia, para qualquer área, né, e aí, nessas duas horas, nós desenvolvíamos trabalho de comunicação, educação cidadã, então era um monte de coisas assim legais, formativas. Então, eles dão o retorno, né, de como isso foi importante, eu, de vez em quando eu recebo esses feedbacks assim, legais

R: É que eu acho que foi isso, né, de como pôde mudar a vida, né, mudou vida, né

H: É verdade, a gente não percebe tanto, né, quando você tá fazendo, mas depois você vê que teve sim

R: que fez a diferença ali, né, para a vida da pessoa, né, então, eu sempre falo assim, “a gente tá trabalhando ali na terra, né a gente aduba, a gente cuida, a gente vai fortalecendo para eles poderem florescer”, né

H: Exatamente. E nós sempre tivemos uma coisa assim de que é possível, sabe. “eu não consigo falar em público”, sim, então hoje você segura o cartaz, aí no outro dia você vai só falar o nome do trabalho, aí no outro dia você vai falar só um pedacinho e assim, sabe, todos saíam, assim, muito fluentes, muito alegres muito, assim, já com uma visão um pouco diferente né, para a vida, para o futuro

R: Não… faz toda diferença. Ó, eu vou continuar aqui, porque eu sempre estou preocupada com o seu horário, tá? Se houve algum evento marcante no período da graduação em relação de você ser uma pessoa negra, se houve algum suporte institucional da universidade. Vou pegar minha bateria aqui do carregador do meu notebook

H: É, eu lembro de um fato marcante, acho que foi o único fato marcante. Eu comprei um livro de anatomia, um atlas de anatomia, caríssimo, na época

R: é isso que eu ia dizer (risos)

H: Paguei, acho que em dez vezes né, que eles faziam em tantas vezes, meu pai, né, pagou e tal, e aí roubaram o meu atlas dentro da sala

R: Não creio

H: Embaixo da minha carteira embaixo da minha carteira e aí eu fui na secretaria, fui fazer… e aí a faculdade, “pergunta para seus colegas, pode ser algum colega que pegou emprestado, eu falei, “não, sabe, eu acabei de pagar faz pouco tempo”, nossa, eu fiquei revoltadíssima com o descaso sabe, então isso é uma coisa que eu achei

absurda pelo atendimento da pessoa e o descaso, isso é uma coisa marcante, mas nós, assim, era uma turma de 90% mulheres e eu tinha essa amizade com todo mundo, conversava com todo mundo, mas não era uma turma unida, tanto que eu vejo as turmas se reúnem, né, passa um ano, faz o encontro da turma faz o encontro da turma, nossa, nossa turma nunca se reuniu, nunca

R: a minha também não (risos)

H: Eu falei, “gente, o que que rola, né”, não, mas é isso, né

R: a minha tem o grupinho ali das pessoas que a gente conversa ainda hoje, não é todo mundo não

H: Eu tenho, mas é mais afetivo, né, eu tenho um grupo de afeto assim, com algumas colegas mas é uma minoria. Eu acho que só teve esse episódio. Eu me lembro que eu cheguei em Campinas, o movimento negro era muito forte e era assim, nos anos, começo dos anos 80, o que acontece é, você era meio que cooptada, assim, você tinha que participar, e eu tinha medo porque eu era muito muito meninota, assim

R: Era novinha, né

H: O pessoal era muito agressivo, assim da Unicamp, sabe, eu gostava da Unicamp eu queria almoçar na Unicamp todo dia, principalmente o primeiro ano que o nosso campus era perto da Unicamp, a gente era quase todo dia almoçar na Unicamp e e assim, festas eram com o pessoal da Unicamp, então eu era muito bem relacionada com o pessoal da Unicamp, tanto que eu casei com uma pessoa da Unicamp, mas eu me vi dentro da Unicamp, muito mais do que dentro da PUC, se eu tivesse feito cursinho, absoluta certeza que eu jamais teria feito PUC e não teria feito terapia ocupacional, né, eu valorizo muito a terapia ocupacional, mas eu não teria feito se eu tivesse feito cursinho. E aí o movimento negro era muito forte e eu lembro que, tanto eu quanto a Gloria que era essa minha outra amiga negra, nós sentíamos sim um pouco de dificuldade, assim porque eles chegavam, pegavam pesado, queriam que a gente participasse, algumas coisas assim…

R: Meio grosseiro, né

H: A gente não tinha estrutura não tinha a gente não tinha cabeça, não tínhamos maturidade para entender o que era aquilo e fazer parte de uma forma legal, então era uma insegurança participar, mas era bem forte, eu me lembro que era bem forte no começo dos anos 80 80, 81, 82, né, era bem legal

R: Agora, Haydée, a gente vai pensando assim, contribuição para a TO, mas eu entendo que… eu acho assim, você é a primeira TO que eu acho que trabalhou com consultoria que eu conheço (risos), e eu acho isso maravilhoso porque eu acho que também amplia nossas possibilidades de ser profissional em qualquer outro espaço, né que não seja esse muito mais biológico, né, que a gente vai para a área da saúde, ou ser professora, ou ser docente, né

H: É, você tem que pensar projetos, né, então com a TO, social, né, você tem que pensar projetos de desenvolvimento de pessoas, desenvolvimento comunitário, então

você tem que bolar discutir, discutir com comunidades, participar de de coletivos, né, de… você tem que interagir muito, né, para poder ter um trabalho consistente, um projeto consistente, que é uma coisa difícil, principalmente trabalhando em empresa, porque a empresa acha que ela sabe tudo, ela quer, é dela o projeto né, a marca e o projeto é dela, a chancela… então ignora que existe uma comunidade, que existe um conhecimento ali naquela comunidade, que precisa ser respeitado, mas é assim, um desafio maravilhoso, é delicioso trabalhar com desenvolvimento comunitário, eu acho.

R: Nossa, que bonito. Eu acho que assim, pensando aí essa sua trajetória…. acho, de vida, pessoal, qual ou quais você considera sua principal contribuição enquanto pessoa, terapeuta ocupacional, que acho que trabalhou uma parte da vida enquanto consultor, enquanto trabalhos que foi desbravadora

H: Eu acho que o trabalho com o jovem, o trabalho com o jovem para mim é o mais, acho, que é o mais importante, o trabalhar o protagonismo, né, que é uma forma de empoderamento, você mostrar para o jovem que ele pode, que ele pode pensar, que ele pode sugerir que ele pode construir, assim, colocar as ideias dele ali, para que dali saia algum projeto, alguma contribuição, então o trabalho de protagonismo juvenil acho que foi o trabalho mais marcante para mim

R: Me parece que era uma coisa muito ousada, né, porque se a gente for parar para pensar alguns anos atrás, isso não era tão comum, né

H: É, esse cara que eu falei para você, esse cara que eu falei para você, o professor Antônio Carlos Gomes da Costa, eu considero ele o maior pedagogo social do Brasil. Infelizmente ele faleceu, ele criou mais de 300 institutos e fundações no Brasil, então o Instituto Ayrton Senna, ele ele criou o Instituto Ayrton Senna e concebeu, né, Itaú Telefônica, Fundação Telefônica, então todos os que têm projetos com jovens, o professor estava junto e sempre levando o protagonismo, entendendo esse jovem, essa família essa comunidade, trazendo esse saber para a construção de alguma coisa, não é meu para ele, é dele em conjunto conosco, né, então eu acho que o grande lance do protagonismo é esse e eu aprendi isso muito cedo, então eu em todos os projetos, sempre trabalhei muito com protagonismo juvenil

R: Nossa, que bonito. Eu acho que para finalizar, assim, se diante dessas perguntas, você gostaria de compartilhar mais alguma coisa

H: Eu acho que a terapia ocupacional, ela precisa de mais visibilidade, sabe, até há pouco tempo, tem uma série na Netflix que a Juliana Paes faz a TO

R: Primeira vez, né

H: Aí as pessoas, “eu vi a TO, agora eu entendo o que é TO, então você trabalhava com criança?”, “também”, mas assim, né, é preciso que as pessoas entendam melhor essa profissão, eu não sei como o Crefito nunca conseguiu trabalhar para que a terapia ocupacional fosse mais, chegasse mais perto das pessoas, parece que é algo distante. Eu gosto muito… eu não tive experiência com a terapia ocupacional na saúde mental, eu não tive essa experiência e alguns amigos, alguns colegas tiveram, e eu acho uma área fantástica também, mas no que eu fiz, que eu considero tudo terapia ocupacional, sem ter a titulação de terapeuta ocupacional, na área social, para mim

foi muito, muito bom, foi muito de… de sabe, de promover mesmo, de promoção humana…

R: Acho que na área social a gente fala de cidadania, de direitos, de emancipação…

H: Muito, muito, é, muito. Participação é… O protagonismo… eu vou te mandar, se você quiser, né, existe uma escada que mostra, assim, como a pessoa participa, como é a participação. Então quando você trabalha com os jovens, você fala, "olha, ah, eu estou participando lá do evento tal", "como é que você está participando?", "Ah, eu estava lá, eu fui convidado", então estava só de corpo presente, "não, eu estava lá e eu apresentei uma coisa", aí é uma outra participação, então tem níveis de participação, então você vai trabalhando no protagonismo os níveis, para ele chegar realmente no nível de participação efetiva, que aí ele começa já a elaborar, né, conceber mesmo projetos e ter uma participação totalmente ativa, proativa.

R: Não, eu quero sim, se você puder compartilhar, eu agradeço

H: É legal, eu vou até pedir para o Alfredo, que o Alfredo é o irmão do professor Antônio Carlos, é a pessoa que deu continuidade para o trabalho dele, e o Alfredo hoje ele está em Pernambuco, mas ele ainda dá consultoria para esses institutos que eu falei para você, Itaú Telefônica, Ayrton Senna, vários no estado de São Paulo, em Minas e Rio de Janeiro. Eu trabalhei num grande projeto deles que foi com a Souza Cruz.

R: A do cigarro?

H: Aquela do cigarro.

R: Olha… (risos)

H: Aí foi isso que eu perguntei, eu perguntei isso quando me chamaram, eu falei, "aquela do cigarro? Mas o que nós vamos fazer?", "Não, Haydée, tem muita criança no tabaco e a Souza Cruz ela tem uma dívida imensa porque ela tem que melhorar o índice de responsabilidade social dela na empresa". Então, elas já não é… as empresas de tabaco já não são bem vistas e quando ela tem problemas, pior ainda. Então, a Souza Cruz patrocinou um projeto que eu considero um dos projetos mais lindos que eu já vi que se chamou Programa Cuidar. Nós trabalhamos na época com acho que 2500 professores da rede estadual e particular. Programa Cuidar, e o investimento da Souza Cruz foi fantástico, sabe? Com agendas para os jovens, treinamento de professores e era puro protagonismo, era você trabalhar o professor para ele criar junto com o aluno, não para ele só levar para o aluno, não é aquela coisa bancária, educação bancária, "eu sei, você não sabe", não. Dele construir junto com o aluno, esse programa foi muito legal, ele foi de 2002 a 2006, e daí o professor ainda continuou um pouco, mas ele acabou, em São Paulo, mas foi um programa muito importante esse, o Programa Cuidar

R: Se fosse pensar todos esses lugares que você passou, qual que você fala assim, nossa, esse foi… tem um lugarzinho diferente aí no meu coração, por alguma razão

H: Eu acho que foi o programa da CPFL, que infelizmente ele acabou por conta da privatização, mas é um programa que ele facilitava ele criava um canal de acesso de inclusão do jovem muito legal, sabe? Era um espaço de inclusão extremamente importante para promover o desenvolvimento do jovem, do adolescente, esse foi. Mas todos, eu falo de um, mas na realidade eu gostei de todos

R: Que bom, né, que pode também ter uma experiência bem diversificada, em empresas diferentes

H: E eu sou consteladora familiar também

R: Uau, tá vendo, olha que mulher com várias habilidades

H: Eu fiz em 2017. Eu fiz a formação 2017 e 2018, uma das professoras era de São Vicente, a Irene Cotrim, depois eu fiquei voluntariamente no SOS Ação Mulher, com mulheres vítimas de violência, e daí comecei a me especializar em constelação individual. Eu faço, mas assim, não tenho feito não, mas eu gosto muito de fazer constelação, hoje só individual, não faço mais grupal

R: Eu nem sei do que é, tá, nem conheço

H: Ah, uma hora você vai saber, é muito interessante, hoje tá até no judiciário, a constelação familiar está sendo utilizada para fazer mediação entre membros da família, sabe?

R: Oh, Haydée, as minhas perguntas foram essas

H: Ah, legal

R: Depois eu mando também. Eu nem tenho palavras para agradecer a sua disposição, porque você é mais um diamante, assim, da minha pesquisa, então eu só tenho muito que agradecer.

H: Tá, muito obrigada. Eu também gostei, para mim é uma coisa boa de lembrar coisas boas e saber o quanto é possível, né, a gente intervir em cenários diferentes, acho que a TO tem um espectro muito grande, né, por isso que eu acho que ela precisa ser mais divulgada, melhor entendida

R: Sim.

H: Muito legal

R: Quando o dia você estiver no Guarujá

H: Ah, eu te dou um alô para a gente tomar um café

R: Combinado

H: E você se precisar de qualquer coisa, pode me acionar, tá bom?

R: Nossa, perfeito! Agradeço também se puder falar com a Glória, se ela aceitar, ou passar o meu contato, que aí poderia ser essas duas pessoas da sua turma, se aceitar

H: Olha, eu acho que eu passaria para você a Cissa, que é a outra

R: Tá. Combinado

H: O que eu sei da Glória é que ela está com uma depressão muito profunda, né, até ela fez aniversário antes de ontem e já faz alguns anos, assim, que eu estou um pouco mais distante dela, trabalhou na Unicamp, nunca trabalhou como TO, nunca. E ela esteve um pouquinho adoentada e eu acho que ela ainda está com um quadro meio complexo, tá

R: Tá bom

H: Mas eu posso te passar a Cissa Black a gente chamava ela de Cissa Black, que é essa de São Paulo. (risos) Ela não sabe, né? Eu e a Glória chamávamos ela de Cissa Black porque tinha a Cissa Loura e a Cissa Black. A gente curtia, né? Porque ela era toda empinadinha e ela falava que, “eu sou de família tradicional de São Paulo”, tipo assim, “eu não posso me misturar”. (risos) Era uma coisa assim… Por isso que eu questionei, eu falei outro dia, ela escreveu um negócio, eu falei, “Cissa, tão legal o que você está falando para os jovens, sabe? É tão importante que chegue até eles as suas reflexões”. Aí ela agradeceu, mas eu disse para ela que na época foi uma pena nós não termos convivido mais, aí ela falou, “realmente, na época eu não tinha essa compreensão”, mas é isso aí mesmo

R: Mas se ela aceitar também.

H: Legal, legal. Eu falo sim. Pode deixar, daí eu te passo

R: Tá bom, muitíssimo obrigada.

H: Pra você também

R: Uma boas férias, um bom descanso

H: Logo, logo estarei aí. Um beijo para você, tudo de bom, viu, Roberta? Tchau

GILMA CORRÊA COUTINHO

R: Roberta Souza (entrevistadora)
G: Gilma (entrevistada)

G: Oi.

R: Boa tarde, professora.

G: Boa tarde, Roberta. Tudo bem?

R: Eu vou bem, e a senhora?

G: Vou bem, graças a Deus.

R: Ah, que bom que deu, né? Prazer conhecer a senhora. E que bom que deu nesse momento também de férias, né?

G: É, a gente tá meio que no… finalizando o semestre, né? Então, tá... Aí, assim, é prova, é essa semana toda de apresentação de TCC. Aquelas coisas, aquelas correrias, assim, de final do período que parece que tem que terminar tudo em uma semana.

R: Fica uma coisa muito intensa, né?

G: É, bastante intensa. Mas vamos lá, mas deu certo.

R: Deu certo. Acho que antes de mais nada, eu queria muito agradecer a disposição da senhora e a sua participação. E aí, eu acho que eu vou introduzindo aí onde é que eu cheguei, e aí a gente vai conversando.

G: Tá bom.

R: Porque eu também não quero tomar muito tempo da senhora.

G: Não, tranquilo.

R: Eu sou TO também, eu me formei na Unifesp Santos, né? Aqui na Baixada Santista, em 2016.

G: Sim.

R: E aí, depois, eu fui fazer residência também, em saúde mental, e aí fiz outros cursos. E aí, ano passado, eu já havia tentado uma vez o mestrado na Unifesp aqui em Santos, acho que era no período de 2019, não passei. E aí, depois de 2019, 2020, foi pandemia, eu falei assim, “não sei nem se eu vou existir, então é melhor ficar na minha, né?” (risos) E assim foi. E aí, infelizmente, em 2021, eu morava com o meu tio, eu moro com a minha avó, que tem 90 anos, e o meu tio faleceu por Covid.

G: Ai, meu Deus do céu.

R: Super jovem.

G: Mais uma vítima, né?

R: Mais uma vítima

G: Quantos anos?

R: 43.

G: Nossa. Muito jovem.

R: Infelizmente, meu tio também ainda era um cara negacionista, e é isso, eu trabalhava no serviço de reabilitação, e ia pro trabalho, assim, pode ser que nós até pudéssemos ter Covid, mas então a gente foi assintomático, porque ninguém teve nenhum sintoma, mas meu tio ficou muito grave, ficou muito tempo hospitalizado, e depois, infelizmente, veio a óbito. E aí...

G: É, o meu sobrinho também, jovem. Também nessa linha, assim, de não acreditar, de não fazer nada, de... Ai, foi... Nossa, foi um choque, assim, também, pra todo mundo.

R: É muito... Foi muito cruel. É muito cruel, muito inacreditável, né? Você vê a pessoa e depois você não vê, porque você não pode ver, né? Não podia ver naquele período, né?

G: É. Exatamente.

R: Então foi um... Foram uns anos aí seguindo meio nublado, né? Ainda bem que já estava na terapia, então isso ajudou também a não adoecer, mas você já era todo período, né? E aí eu acho que nesse processo aí, terapêutico, aí é isso, muda da área de emprego, enfim. E aí, ano passado, 2022, eu recebo o edital, né, da UFSCar, do projeto de mestrado e tal. Aí eu olhei e falei assim... As meninas me mandaram, as colegas, assim... “Rô, tu não quer tentar?”, eu, “não tem chance, porque, assim, uma semana, né, pra fazer tudo, eu não vou conseguir.” Eu falei assim... “Mas vai que o universo é providente nesse momento, e ele me ajuda e prorroga.” E assim foi, professora. (risos) E assim foi, aí eu falei assim… “Bom, agora que o universo me ajudou, então agora cabe eu fazer a minha parte.”

G: A sua parte, né? (risos)

R: E aí o projeto que eu havia submetido pra UNIFESP, eu remodelei e mandei pra UFSCar, aí deu super certo, então todas aquelas etapas, enfim, fui aprovada. E aí a gente... Eu iniciei ano passado, e aí eu gosto sempre de falar pras pessoas que eu estou entrevistando, que desde 2009, quando tem o programa, essa foi a primeira turma, 2023, que a maioria das alunas fossem mulheres, né, mas principalmente eram mulheres negras, pela primeira vez do programa. A turma majoritariamente negra foi a turma que eu entrei. Então isso fez muito sentido, acho que foi um momento muito importante.

G: Aham, legal.

R: E aí nesse processo, eu entro com um projeto, que era muito mais pensar ações afirmativas e terapeutas ocupacionais, e aí eu mudei, porque essa sou eu, entendeu? Se não tivesse rolo, não seria eu, professora. (risos) Aí eu vou, converso com uma colega que estava pra fazer a defesa do doutorado, umas outras pessoas, e aí ela falou assim, “Rô, acho que tem uma coisa que a gente não sabe, ou a gente não tem muitas informações… são do período anterior. Porque até mais recente, assim, 2018 pra cá, a gente conhece mais algumas TOs negras e tal. Mas de 2000 pra lá, são pouquíssimas, que a gente consegue contar no dedo e olhe lá.” Porque assim, deve ter muitas outras, não numa quantidade grande, né? Se a gente for comparar com as outras pessoas brancas, da terapia ocupacional, mas deve ter outras. Aí eu falei assim, “ah, acho que pode ser uma boa ideia, entendeu?” E aí eu curti, mas essa história de curtir, eu não sabia que ia ser extremamente difícil, né, professora? Porque eu acho que foi disso também que eu tô falando. Enfim, e aí eu falei assim pra orientadora, “eu acho que é isso que eu quero pesquisar, acho que vai ser difícil, então bora lá”. E aí eu fiz uma disciplina como docente estagiária na Unifesp Santos, na disciplina de TO, que era de Histórias e Fundamentos. E aí, nessa disciplina, acho que a ideia, a princípio, era que os alunos da graduação me ajudassem a levantar nomes, de terapeutas ocupacionais que se enquadrassem nesse critério da pesquisa, que tenham se formado ali de 1958 até o ano 2000, e que se autodeclarasse negra, que a gente não conseguiu muitos nomes, além dos que eu já tinha. Aí eu bem assim, “bom, então é o que tem, então vamo que vamo”. E aí eu acho que foi muito importante, porque a exposição a gente conseguiu fazer junto com a Semana da Consciência Negra da Unifesp Geral. Então a gente fez a exposição, que ficou aqui na Unifesp Santos, no saguão, dessas mulheres negras da terapia ocupacional. E aí a gente propôs também fazer a exposição lá no Congresso que vai ter agora lá no Rio Grande do Sul também.

G: Ah, sim. É um encontro docente, né.

R: Então da gente também fazer essa exposição lá. E aí surgiram alguns nomes, mas não desse período que eu estava tentando pesquisar. E aí eu acho que isso tem a ver também de uma coisa que me parece que me é muito nova, né, assim, óbvio que assim que eu também sou uma recém-pesquisadora que tenho lidado com muitos embrolhos nesse percurso. Mas da dificuldade eu acho mesmo, porque não é simples de encontrar. Eu acho que eu tenho feito muito assim, alguém me indica uma pessoa, aí eu vou, bola de neve, eu vou, faço perguntas, se a pessoa tem interesse, entrevista e assim tem sido. E aí eu me pego na senhora por uma outra coincidência, porque meu trabalho é marcado pelas coincidências. Eu fui fazer a prova de proficiência lá em Sorocaba, em abril. E aí, por uma coincidência, assim, do universo, uma moça fala assim pra mim, é uma moça negra, fala assim, “você faz mestrado e tal?”, “faço”, assim, ela fala, “nossa, eu também”. E aí eu falei pra ela o que eu tava pesquisando, e ela falou assim, “você conhece a professora Gilma?”, eu falei assim, “não conheço”. Ela falou assim, “pesquisa”. Aí eu falei assim, “o universo me presenteou com o nome da senhora”. E aí eu fiz o contato mais recentemente com a Patrícia, que é a vice do Crefito aqui, do Crefito 3. E aí ela também passou o nome da senhora junto com umas outras pessoas que eu já havia conversado, e aí foi assim que eu chego no nome da senhora.

G: Ah, que legal. Que bom, que bom. Eu achei interessante quando eu vi o seu contato.

R: Deu uma travada.

G: Então, travou?

R: Travou, agora voltou.

G: Ah, aqui tá me avisando que a minha internet tá instável, mas parece que não. Talvez seja porque eu entrei com Gmail, talvez se eu entrasse com o da universidade, ele não dá problema nenhum, mas vamos lá.

R: Não, mas eu acho que tudo bem. A senhora tava falando assim, que a senhora achou interessante.

G: É, eu achei interessante. Porque eu falei assim, “olha que tema interessante”. E eu falei assim, “ah não, por que não contribuir, né?” Eu sou a maior contribuidora de pesquisa. (risos) Dificilmente eu não participo. Chega muita coisa. Não chega muita coisa, mas sempre que chega pesquisa de, “ah, tô no mestrado, tô fazendo…”, qualquer nível de… assim de pessoal da terapia ocupacional eu tô sempre participando. Mas eu achei bem interessante o seu tema. Eu achei, “olha que legal. Por que não contribuir?” Jamais deixaria de contribuir.

R: Eu já agradeço de antemão. Professora, eu posso enviar pra senhora tanto o termo de consentimento livre esclarecido, tanto via online, o termo que eu fiz online, mas também envio em PDF que eu fiz pra senhora. É uma pesquisa, então se a senhora também em algum momento não quiser mais continuar, a gente finaliza. Óbvio que eu sempre falo, né, que é uma entrevista, então pode ser que a gente fique muito afetada, porque eu sempre saio muito afetada das entrevistas. Eu acho que a gente tem umas coisas que são muito comuns, mas eu acho que esse, eu penso que é um momento que o universo proporcionou pra que a gente pudesse se encontrar. Então, eu penso que é uma conversa, e aí se em algum momento a senhora se sentir desconfortável, a gente paralisa também.

G: Tá ótimo. Não, tranquilo. Eu acho que não vai haver esse momento, não.

R: São perguntas simples, nada de extraordinário, mas também eu mando depois pra senhora as perguntas.

G: Tá, tudo bem, tudo, pode ser, do seu jeito.

R: A primeira parte, ô professora, são seus dados pessoais, seu nome, idade, a cidade que a senhora nasceu e a cidade onde a senhora está agora.

G: Tá. Meu nome é Gilma Correa Coutinho, eu tenho 69 anos, eu nasci em 17 de fevereiro de 55, no Rio de Janeiro, e atualmente eu estou em Vitória, no Espírito Santo. Mas eu já estou aqui desde que me formei, eu formei, eu graduei em 81.

R: Uau!

G: É. E eu conheci o Espírito Santo antes, uns seis meses antes. Eu estive aqui pra conhecer, de férias, e aí, a convite do meu falecido marido, hoje não está mais vivo. Então eu o conheci no Rio e ele já estava pronto pra vir pra Vitória, ele era capixaba, e aí quando… e aí assim, né, ele foi o convite de vir a Vitória, eu estava… foi seis meses antes de eu me formar, e aí eu vim justamente nas férias pra passear, pra ver, pra conhecer, e por grande coincidência no município, no bairro onde… no município onde eu vim, passeando, eu encontrei um centro de reabilitação, de reabilitação física, que era a área inclusive que eu estava muito disposta a trabalhar, depois de formada. E aí eu fiquei, passeando, passeando, me envolvi, passei, vi lá, centro de reabilitação. Voltei, entrei lá, fui conhecer, aquelas coisas realmente que o universo te direciona, sabe? Eu fui conhecer, eu fiquei apaixonada, fiquei encantada, falei, “pronto, eu venho, realmente eu venho pra cá”. E assim foi, eu fiz os contatos enquanto eu estive aqui de férias, e como é que fazia pra estar lá, como é que era, como é que eram os caminhos, e deu certo, procurei, fiquei sabendo como é que era, né, conversei com a pessoa responsável, eu falou assim, “mas eu não sou formada, daqui a seis meses é que eu me formo”. Ela disse, “então tá, não tem ninguém, não tem ninguém mesmo de terapeuta ocupacional aqui no centro de reabilitação. Então, quando você se formar, você nos procura, me procura, vamos ver o que a gente consegue”. E assim eu fiz, né? Voltei, terminei o curso em 81, foi já em fevereiro de 81 que eu colei grau, e já fui colar grau com as coisas tudo arrumadas pra poder viajar e vir embora pra cá. E foi dessa forma que eu cheguei aqui. Então eu colei grau e vim pra cá, pra Vitória. Desde lá tô aqui, e foi muito importante, foi bastante importante pra mim ter feito isso, ter feito essa escolha, ter vindo pra cá, sabe? E aí foi isso, ter esse tempo aí de formada, quase sei lá, 40 e poucos anos que eu tenho de formada.

R: Nossa, tá vendo? Eu ia perguntar pra senhora, como foi que a senhora conheceu a terapia ocupacional?

G: Então, eu conheci no Rio, né? Como eu tava te falando, eu tenho uma sobrinha que ela tem esquizofrenia, e ela era… ela fazia tratamento, fazia o tratamento, nós éramos próximas, ela era bem mais nova, era mais próxima das outras primas, e sempre eu via, assim, de vez em quando eu acompanhava ela nos tratamentos, nas terapias lá, no centro de reabilitação também, centro psicossocial que tinha na época. Era um centro psicossocial, era uma outra, tipo uma APAE assim, aliás, era a Pestalozzi. E aí foi onde eu conheci, foi onde eu conheci a terapia ocupacional. E onde ela fazia, e ela gostava muito, era o ambiente onde ela se sentia bem, era o ambiente onde ela se identificava. Eu via que aquilo tinha… ela tinha significado pra ela, ela conseguia ficar bem ali, e eu achei muito interessante, muito interessante isso, né? Aí eu comecei… aquela coisa, quando você tem o instinto de pesquisador, de interesse, eu achava que eu era interesseira, assim, né, de investigar, saber como é que é isso, o que que é, como é que não é. E eu tava já fazendo como hoje seria o ensino médio, né, e já assim, meio querendo me direcionar pra alguma coisa, pra fazer alguma coisa. Então eu vi, e aí eu comecei a pesquisar o que era, como é que era essa profissão, aonde que tinha pra trabalhar, aonde que tinha curso, e eu peguei, eu descobri isso, né, vi que tinha uma… não tinha no Rio, não tinha curso em universidade pública, só tinha em particular, né? Então eu fiz um vestibular pra uma universidade, pra uma faculdade particular, no Rio de Janeiro, na época, porque eu me interessei, eu não quis fazer mais nenhum teste pra nenhuma outra profissão. Eu queria mesmo… que

aí depois que eu entendi… eu entendi, não… não entendi bem, mas eu sabia que aquilo me chamou atenção, né? Não sabia muito bem o que que era não, mas eu achei interessante, me identifiquei, eu fiz o vestibular e passei, e aí eu comecei a estudar, foi isso, foi em 1979.

R: Onde a senhora estudou?

G: Eu estudei na FRASCE, Faculdade de Reabilitação da Associação de… Associação de… era FRASCE, Associação de Reabilitação de Crianças Excepcionais, era isso. Entendeu? Era isso, que aí era uma associação que tinha um potencial lá, era filantrópica, e que tinha cursos superiores, tinha terapia ocupacional, tinha fisioterapia, tinha fonoaudiologia, então eu fiz nessa nessa faculdade, depois, dois anos depois, eu fiz… eu tentei ir para a SUAM, que era uma outra universidade, era uma outra faculdade particular, mas aí não deu certo, eu peguei, fiquei mesmo na FRASCE, me formei por lá mesmo. E essa FRASCE, ela tinha, era isso, muito voltada para a reabilitação, mas era a reabilitação física e mental, eram as duas que tinham nessa época, as áreas que a gente podia trabalhar. Só que aí eu fui mais, me identifiquei mais com a área da reabilitação física, e aí no Rio tinha uma outra...

R: ABBR?

G: Era a ABBR, exatamente, tinha a ABBR, e aí fui fazer estágio, fiz internato, eu me identifiquei tanto, eu fiquei lá quase dois anos assim de estágio, aí depois tinha estágio que era remunerado, eu fiz estágio remunerado, eu fui ficando.

R: Uma residência, né, professora?

G: É, praticamente uma residência. Depois teve internato, teve uma prova… no último ano, tinha coisa de internato, de ficar mais um ano lá, eu fiz, passei e fiquei na BBR. Então eu conheci tudo da BBR. Então assim, era uma escola, era uma instituição muito potente no Rio de Janeiro naquela época. E acho que foi por isso que quando eu passeei em Vitória, em Vila Velha, que eu vi esse centro de reabilitação, a característica dele era um pouco semelhante, um pouco parecido com a da BBR, não com a potência que a BBR tinha, que tinha hospital e tinha toda a parte de ambulatorial e tudo mais. O Crefes não tem… tem leitos, mas não tem essa coisa de cirurgias, nada disso, é só reabilitação mesmo. E bem grande, uma instituição grande que eu conheci. E aí eu me identifiquei, eu falei assim, “então eu venho, eu quero trabalhar… Eu quero trabalhar aqui”. Então foi um pouco assim, enquanto eu estava fazendo toda a minha prática na BBR e terminando a parte do curso, quando eu terminei, eu ainda fiquei acho que uns três meses para encerrar o internato, né, faltava isso. Mas aí encerrei e vim para cá, formei, colei grau e terminou, eu acabei vindo para cá. E foi bastante interessante, que aí no outro dia eu já estava, cheguei com as minhas coisas e tudo, meu esposo já estava, a gente já tinha inclusive apartamento aqui, porque ele ficou aqui e eu fiquei no Rio para terminar o curso, porque não tinha aqui em Vitória. Eu falei assim, “não, eu não vou largar o curso, eu não vou largar o curso, você fica aqui”, a gente não tinha filhos, né, então durante… a gente já era casado há um ano, mas aí nessa coisa de… eu preferi, eu falei, “eu vou terminar o curso e aí eu venho definitivamente para cá”. Então foi assim que eu fiz, por isso que quando eu fiz esse contato com seis meses antes, isso foi importante, que quando eu vim, eu fiz novamente, retomei o contato no centro de reabilitação e a pessoa, na realidade era

um secretário, secretário de assistência social que era… a Secretaria de Assistência Social do Estado era que tinha todo o gerenciamento do centro de reabilitação, o centro de reabilitação era ligado a essa Secretaria de Assistência Social. E na época que eu conheci, que me falaram que tinha que ser uma conversa com essa pessoa, com o secretário, eu fiz isso, eu tentei, marquei, consegui uma conversa com ele, falei desse meu interesse, porque no centro de reabilitação tinha uma diretoria, mas eles não tinham autonomia pra nada, eles falaram, “não, legal, que bom, tá, mas, né…”, e aí eu vi que pra que eu pudesse trabalhar lá, eu teria que ser com uma tipo… passar por essa via aí, via secretário. Mas como eu havia conseguido, foi ele que falou comigo, não, “olha, quando você se formar, você volta aqui”. Acho que ele achou que eu não ia voltar. (risos)

R: A senhora estava decidida, né. (risos)

G: Aí eu voltei, marquei de novo, quando eu cheguei, né, voltei, deixei as coisas, acho que uns dois dias depois eu consegui ir lá. Não era tão difícil também de conversar com ele, de marcar audiência, aí fui e me apresentei, falei assim, “olha, formei, tá aqui, agora eu quero trabalhar no centro de reabilitação”. Aí ele falou, “tá, tudo bem, né, pode ir, você tem que dar um tempo pra gente poder preparar a contratação, porque é um contrato e tudo mais, mas se você quiser ir lá, ir conhecendo, se familiarizando, por mim tudo bem, eu vou conversar com a direção de lá e falo que você… já conversamos, pra você poder ir ficando lá até que a gente consiga fazer o seu contrato”. Falei, “tá bom, obrigado, eu vou”. E aí foi assim, eu cheguei no centro de reabilitação, era aquela… na enfermaria, tinha lá uma sala, tipo um consultório, que tinha lá a plaquinha, “terapia ocupacional”, só a placa, a sala vazia. (risos)

R: A senhora foi a primeira TO desse lugar?

G: Desse lugar, sim.

R: Uau

G: Do estado, não. Já tinha uma TO aqui, mas ela era funcionária do antigo INSS, ela trabalhava na reabilitação profissional.

R: Entendi.

G: Ela veio transferida da Bahia, porque o esposo veio transferido, tinha uma coisa assim, então ela já tinha, ela já trabalhava, ela foi a primeira mesmo, a Elva. E aí, agora, no centro de reabilitação, não, no centro de reabilitação, do estado, eu fui a primeira, eu entrei. E aí como eu trouxe um bocado de coisa de lá do Rio de Janeiro, as coisas todas de TO que a gente anda carregada, livros, materiais, então eu fui assim, aquilo que eu podia ir colocando lá nesse consultório, para ir atendendo, eu levei, eu levei, meu material, meus recursos que tinha, aí conversei com a equipe também de lá, os fisioterapeutas me receberam super bem, pessoal da… psicóloga, enfermeiro, me receberam super bem, e eles começaram a me encaminhar, a direcionar pacientes para mim lá, para essa enfermaria, essa salinha que eu tinha lá. E assim eu comecei, e assim eu fui começando, e aí chega um ponto, aquilo, né, a demanda era maior do que a gente conseguia dar conta (risos), na fisioterapia muitos pacientes de sequela neurológica, muitos casos de sequela de AVC, traumatismos,

né, era muito isso, muita criança com paralisia cerebral, eu comecei atendendo assim, em que assim, para mim, eu digo que, “ah, foi extremamente difícil”, eu digo que não foi, porque eu sempre falo isso, a experiência que eu tive na BBR, para mim foi fundamental, eu pude trazer essa experiência para esse lugar. Então, o que eu comecei a fazer, comecei a atender, muito foi do que eu aprendi lá, do que eu trouxe de lá, foi uma bagagem muito boa, e foi dando certo, foi dando certo, depois de três meses, levou uns três meses, aí fizeram um contrato, me efetivaram como contratada do centro de reabilitação, e trabalhando seis horas, não houve nenhuma exigência de 40 horas, foi 30 horas mesmo. Então, estava assim, as coisas deram certo nesse sentido. E depois de um tempo, acho que depois de praticamente quase um ano, a sala já não comportava mais.

R: Foi crescendo, né?

G: Não tinha mais espaço ali para atender. Aí me deram um outro espaço maior, uma sala bem maior, e aí que montaram, viram mais ou menos o que eu precisava de mobiliário para poder atender, e me deram um outro espaço maior e eu passei para esse espaço. E aí foi, e com isso foi crescendo, foi, foi atendendo, atendendo ali… esse lugar da enfermaria, porque lá tem 20 leitos, até hoje tem isso, são 20 leitos de pacientes que são, que saem do hospital, são grandes lesados que são internados lá. Sai e vai direto para lá, sequelas de AVC, TRM, amputados, acidentes, os casos mais incapacitados, que não moram na grande vitória, são internados ali. Então eu acabava atendendo esses pacientes e atendia também pacientes do ambulatório que o pessoal me encaminhava. Dali eu comecei a atender dessa forma, e aí, assim, com a equipe eu tinha um bom relacionamento, na época, assim, bom mais ou menos. (risos). A única, assim… as rusgas eram mais com fisiatra, porque aqui o fisiatra… hoje já não está tanto, hoje já melhorou muito, já mudou muito também, mudaram muitas as pessoas, então é diferente. E naquela época, quando eu cheguei, eles se achavam o rei da cocada preta, os que sabia tudo, era tudo eles que mandavam, era eles que prescreviam, era eles acostumados com a fisioterapia de ser aquele papel de auxiliar deles, praticamente, né. Então, eles achavam que deveria ser assim também na terapia ocupacional, e aí eu fui, assim… alguns embates eu tive, uns embates nesse sentido disso, de, “ah, você vai fazer… são 20 sessões, são 15 sessões”, e aí dava alta ao paciente sem comunicar, sem nada, às vezes algumas coisas que eu queria fazer, mas aí não podia, tinha que pedir autorização, então era muito diferente do que eu via na BBR, eu falei, “poxa, isso não era assim”. E quando tinha as reuniões de equipe, que aí tinha para discutir os casos clínicos, eu comecei a me posicionar no sentido de colocar, que eu não achava interessante, tinha paciente que estava sob atendimento da terapia ocupacional, tinha alta, mas ele não estava em alta da terapia ocupacional, não havia uma conversa, que achava que isso prejudicava o paciente, e essas coisas, e assim, eu não fazia o que eles mandavam, eu fazia o que achava que tinha que ser feito dentro da terapia ocupacional, os procedimentos de terapia ocupacional, e não o que eles determinavam que tinha que ser feito. Porque eles estavam muito acostumados com a fisioterapia, de determinar ultrassom, exercício, cinesio, essas coisas assim malucas, as receitas de bolo, aquilo tudo para o mesmo caso, assim, mesmo diagnóstico, aquelas coisas repetitivas, e eu não fazia isso, eu comecei a não fazer… nem é que eu não comecei, eu comecei a perceber e via que não era isso, eu fazia o que a terapia ocupacional, fazia as minhas coisas. Então, tive alguns embates com fisiatras, acho que uns três, assim, era um embate muito de “porque não pode… eu mandei… você não fez… não sei o quê…”, eu falei, “não fiz,

não vou fazer, isso não é terapia ocupacional, por isso, por isso, por isso. Então, eu fiz desse jeito e deu certo, eu fiz o que eu achava que tinha que fazer, dentro do aspecto do paciente, e é o que deu certo, é o que tem que ser feito". Então, eles ficavam com raiva (risos), eles ficavam com raiva, eles não queriam mais que mandar os pacientes para fazer terapia ocupacional não. Só que, eu sempre falo isso muito com meus alunos, "gente, o paciente é seu aliado, se você… a maneira com que você tem, você faz a sua interlocução, a sua relação terapeuta-paciente, é o que vai fazer o seu… muito… o paciente se engajar no tratamento, e fazer com que ele inclusive, ele entenda o que é terapia ocupacional e ele vai defender a terapia ocupacional". Então, foi nessa linha que eu fui, que eu sempre trabalhei, eu sempre trabalhei, muito, ouvindo muito o paciente, ouvindo a família, orientando, mostrando, valorizando tudo que nós fazíamos e o que as conquistas que os pacientes tinham mesmo dentro de um quadro neurológico, enfim, dentro do que fosse, né? E aí, foi isso que fez com que os fisiatras não conseguissem, não conseguiam… eu vou dizer, me boicotar, me boicotar, eles não conseguiram, até porque eu tinha no meu lado, além dos pacientes, os fisioterapeutas que ficaram super amigos, que entendiam e as parcerias com fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, sabe, assistentes sociais… então esses profissionais entendiam, entendiam o meu embate com os fisiatras na época. Assim, eu não tive… eu digo assim, que algumas situações, quem ficava, quando eles não encaminhavam ou não deixavam, ou cortavam a terapia ocupacional do tratamento do paciente, eu falava para eles, para os pacientes, quando eles falavam isso, quem vai perder são vocês". Eu falava para a família, "olha, quem vai perder é ele, eu acho que eu estou, o meu plano de tratamento eu faço porque quem sabe de terapia ocupacional sou eu e não o fisiatra. Ele não estudou terapia ocupacional, estudou fisiatria, medicina, que eu respeito, mas a terapia ocupacional ele não estudou, então ele não sabe disso". E aí eu sempre trabalhei assim, então, eles não conseguiram assim… é claro, né, que eles mudavam, eles saíram do centro de reabilitação, eu fiquei, e outros vieram, mas aí com uma cabeça mais flexível, que conseguiam conversar, nós conseguíamos conversar, entenderam e entendiam a dinâmica e todo o trabalho que a gente fazia ali, e aí eu conseguia trabalhar melhor, trabalhei melhor e as coisas evoluíram muito. Então, daquela sala chegaram outras equipes, e aí, "olha, a gente precisa…", porque era junto, adulto, criança e tudo mais, "a gente precisa montar um setor só de infância", eu falei, "eu concordo, precisa mesmo". Então, aí foi montado um outro espaço só para atender criança, e aí que tinha fisioterapia, fono, TO, então, para atender, ajudei a estruturar esse espaço que tinha essas salas, porque o centro era muito grande, então tinha espaço para isso. Não foi rápido, mas isso conseguiu acontecer, de ter, e aí a gente conseguia separar do atendimento adulto e infantil. Então isso conseguia estruturar, estruturar os atendimentos na enfermaria. Então, assim, eu trabalhei nesse lugar durante… de 81 a, não, de 82, foi 81, que eu entrei, mas assim, trabalhando mesmo de carteira e tudo mais, até 2009, foi quando eu saí…

R: Uau!

G: Quando eu saí para ir para a universidade, porque aí eu fui para a universidade, aí não tinha, não dava para ficar mais lá.

R: Mais de 20 anos, né, professora? Quase 30, né?

G: Mais de 30 anos, entendeu, fiquei, porque aí, assim, “ah, eu fiquei sozinha?” Não. Várias terapeutas vieram.

R: Que bom!

G: Passaram, assim, faziam do Espírito Santo como… ou vinham de passagem porque o marido foi transferido, não sei o quê… poucas ficaram, durante muito tempo, poucas ficaram. E eu fui ficando, porque eu morando aqui, eu fui ficando, e depois outras chegaram e as que ficaram nós éramos muito poucas, muito, muito poucas aqui. Aquelas coisas, né, de iniciar a terapia ocupacional num lugar, você sempre tem poucos profissionais. Então foi, foi assim, foi um pouco isso, aí depois eu fui construindo outras coisas, outros espaços, outros espaços foram surgindo e eu fui eu fui trabalhando nisso. Esse grupo, por exemplo, de fisioterapeutas, nós nos tornamos muitos amigos, então, acho que em 83, em 1983, nós montamos uma clínica, uma clínica particular que era fisioterapia e terapia ocupacional. Então nós… eu fiz parte da sociedade dessa clínica durante 17 anos a gente trabalhou numa clínica particular. Então eu trabalhava de manhã no Crefes e à tarde trabalhava na clínica, na clínica particular, fazia terapia ocupacional na clínica particular. Qual era a minha dificuldade… assim, em termos de estudo, de estudar, de conversar com meus pares, conversar com terapeutas ocupacionais que eu não tinha, tudo que eu tinha que fazer era tudo fora, congresso, seminário, palestra, não sei o quê, cursos, sabe? Eu ficava assim, transitando Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, eu ficava assim transitando para poder estudar. Trabalhar, por exemplo, com criança, criança com paralisia cerebral, meu primeiro paciente particular foi uma criança com paralisia cerebral que eu achava que eu nunca ia atender (risos), foi, eu falei assim, “eu não vou atender criança, eu vou atender mais adulto”. Primeiro paciente particular para atender tipo home care foi uma criança com paralisia cerebral que aí, assim, todo mundo indicou, “não, vai, faz contato com ela, que ela atende”.

R: “É ótima, né? Boa”!

G: Todo mundo indicando, e aí eu não podia, eu não pude dizer não, falei, “tá, eu vou atender, arrumo um espaço para atender em casa”. A gente… eu ainda não estava com a clínica, mas aí eu fui atender essa criança de uma família, de uma classe social alta daqui de Vitória, morava num lugar, num bairro também de uma classe social alta que me recebeu super bem e foi assim, durante, mesmo depois com a clínica, eles não quiseram trazer ele para a clínica, eu fazia um atendimento uma vez por semana, eu ia no sábado de manhã para atender essa criança. Então foi durante muito tempo que eu atendi essa criança particular, né? E eles indicavam assim, né? Vários, é aquela coisa do boca a boca, né? Mas aí mandavam lá para a clínica, porque eu falava assim, “eu não tenho condição, eu tenho minha vida, né?” Mas trabalhei bastante, sabe? Trabalhei muito nesse esquema, e saindo, né, fazendo cursos para atender, como tinha muita criança com paralisia cerebral, então eu fui fazer o BOBATH no Rio de Janeiro, né, aí o Crefes me ajudou à beça, no sentido de liberar, assim, de manter meu pagamento, porque o BOBATH na época era um absurdo tanto de… caro, sempre foi, né?

R: Sempre foi.

G: Mas sempre foi, e era assim, tipo, três meses você tem que ficar estudando, afastada, tendo que ir para lá estudar, então tudo isso eu fiz, porque eu me sentia, eu falava assim, “eu preciso estudar mais, ter mais mão para atender criança com paralisia cerebral, né?” E foi muito bom, foi um curso de aperfeiçoamento, assim, excelente, que me deu bagagem para atender as crianças, então fiz o BOBATH. Aí depois tinha as atualizações do BabyCourse, para trabalhar com crianças de alto risco, os bebês de alto risco, fiz também. Aí depois foi... Aí a clínica, na clínica, tem os fisios, daí falou assim, “ai, tem um curso, vai abrir um curso de terapia da mão”, era muita reabilitação de mão que tinha na clínica, né, “tem um curso, vai abrir um curso na USP, de reabilitação de mão, de terapia da mão”, aí me diziam assim, “GIlma, você não quer ir fazer?” (risos) Falei, “eu vou, né, vou, vamos organizar”, né, é claro, fiz uma organização de vida e fui também conseguir fazer o curso na Faculdade de Medicina da USP durante um ano e seis meses, eram 18 meses, isso. Então fui da primeira turma também desse curso de terapia da mão. Quer dizer, todas as TOs antigas (risos), foi muito engraçado, a primeira turma, aquelas minhas, as minhas referências estavam tudo nessa turma

R: Uau

G: Todo mundo fazendo terapia da mão na USP, assim, as TOs mais antigas e que eu ouvia falar e tudo mais, estavam nessa turma. Éramos tipo, acho que 12 terapeutas de diversos lugares, né, e foi muito legal, foi excelente. Aí fiz o curso de especialização, também assim, né, era aquela coisa que era mais, aí era mais fácil, depois era uma vez por mês que ia lá e fazia o curso e tal, concluímos, e quando eu formei, que eu colei, que eu formei, eu voltei para o Crefes, aí no Crefes eu conversei, falei assim, “olha gente, vocês… eu usei praticamente… assim, vocês pagaram meu salário, me ajudaram na passagem, então eu tenho que, eu tenho obrigação de devolver isso em serviço para cá, né, então a gente tem algumas coisas que a gente precisa mudar aqui, né, lá na terapia ocupacional em termos de organizar o espaço, de organizar material”, eu fiz vários cursos de órteses, teve um colega do Rio que estudou comigo, estava nesse curso de terapia da mão, ele já no Rio fazia, ele era do Instituto de Ortopedia, e ele fazia muito órtese, dava muito curso, então ele me ajudou bastante, falou assim, “não tem jeito, a gente vai ter que fazer órtese, tem que fazer, porque não tem jeito, como é que você vai fazer reabilitação sem ter essa habilidade, sem ter essa competência, e é uma forma também de você ganhar dinheiro lá em Vitória, vai ser bom”. Menina, nisso, isso tudo acontecendo, teve ele, eu marquei com ele, depois que eu formei, marquei com ele um fim de semana pra ele vir pra minha casa e ali ele me ensinar todos os tipos de órtese que ele sabia, eu comprei material, placa e tal, ele ficou na minha casa, nós ficamos acho que dois dias fazendo, fazendo órtese, eu fiz um intensivo.

R: Uau. (risos)

G: Mas foi, sabe, assim, incrível, eu sempre lembro disso e até hoje nós somos extremamente amigos. E aí depois eu fui fazendo outros cursos também, né, pra aperfeiçoar, porque aí o recurso da órtese servia pra tudo, né, pra todos os tipos de condição de saúde que é dentro da área da reabilitação física. Então isso foi muito bom, foi um diferencial, foi extremamente bom pra clínica, tanto pra clínica como centro de reabilitação, que até então o centro de reabilitação não fazia, e aí eu passei a fazer, eles entenderam, compraram material, montando uma sala pra fazer órteses

e isso deu super certo no Crefes. Aí viram que podia, por ser um centro de reabilitação do Estado, atendimento pelo SUS, havia… credenciaram pra poder receber, né, fazer, ter essa concessão das órteses e receber por isso, né, que é um valor alto dos procedimentos que é feito, afinal é o valor mais alto que tinha, que tem, até hoje tem isso. Então isso foi, acho que foi a coisa que mais incentivou dentro do centro de reabilitação de realmente de apoiar pra que isso acontecesse. E na clínica, na particular, pra mim, foi o diferencial porque aí eu tive, foi onde eu pude ter uma renda muito, muito, muito, muito maior. Ter os atendimentos e além disso fazer as órteses, que mesmo que a clínica tinha os planos de saúde, mas o plano de saúde não cobre, né? Então eles tinham que fazer particular, né, tinham que pagar e aí depois que recebiam lá tinha o reembolso. Então assim, eu digo que foi a minha época de ouro, que eu consegui… (risos)

R: A senhora foi, ó, pelo que eu tô entendendo, até aqui, até esse comecinho, a senhora foi a pioneira, uma das pioneiras da terapia ocupacional no Espírito Santo.

G: Foi, foi, fui. Durante muito tempo, muito tempo. Eu transitava em vários espaços, como eu te falei. Montaram a associação capixaba de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, a única terapeuta ocupacional era eu (risos), mas formamos, porque a gente era um grupo muito interessante que queria estudar. E aí a gente não tinha...

R: Não tinha onde, né?

G: É, não tinha onde. Então vamos montar uma associação, reunimos aquela meia dúzia de colegas e a gente discutia caso, fazia, fazíamos o que era possível em termos de... de evento científico, palestra, chamava um colega de fora pra vir fazer uma palestra, pra dar o curso, a gente fazia isso nessa associação. É... Assim, porque ficou muito tempo de eu não ter uma colega que se fixasse aqui no Espírito Santo.

R: Era muito rotativo?

G: Era muito rotativo. Depois, eu não sei dizer nem de quanto tempo é que uma colega ficou, essa que era do INSS, ela não topava fazer nada, ela queria só fazer aquele trabalho (risos)

R: Não dava pra contar, né, professora?

G: Não dava. Ela chegou um dia e falou assim, “ah, não, Gilma, sinceramente, eu acho a terapia emocional muito elitista, é um tratamento muito elitista”. Eu falei, “credo, onde você ouviu isso? Onde você tirou isso, criatura?” (risos) “do céu, vamos estudar, vamos fazer acontecer”, mas ela não queria fazer nada, ela não queria sair da zona de conforto dela e não saiu mesmo, ficou lá, aí depois de algum tempo, acho que, sei lá, uns 10 anos ou 5 anos, é que teve uma colega de Belo Horizonte que veio e que montou consultório e começou a trabalhar mais em Vitória, aí já na capital, mas que gostava. Aí, sim, nós tivemos intercâmbio de estudar, de fazer troca de ideias, mas até então, era tudo muito... Era muito rotativo. Praticamente é isso, depois de algum tempo é que começaram a chegar algumas que ficaram morando no Espírito Santo e que aí abriu o concurso para o centro de reabilitação. Aí foi concurso público estadual e que entraram quatro colegas, isso foi bem legal, isso foi ótimo… que ficou lá durante algum tempo, depois, entraram outras, mais umas seis, eu acho, umas oito, não, oito

não…. Um concurso que entraram mais quatro, aí formamos oito, nove, lá no centro de reabilitação, que aí ficaram ali, ficaram morando aqui. Mas aí eu passei... Então, em tempo no serviço público foi o Crefes, eu participei do SindSaúde, que é o Sindicato de Saúde do Espírito Santo, dos servidores da saúde do Espírito Santo. Então, o sindicato era muito forte e tinha colegas que participavam, eu acabei participando do sindicato, da diretoria do sindicato, durante uns quatro anos. Aí, depois, a gente tinha muita necessidade da política, da criação de... Que aí é aquele negócio, né, você começa a trabalhar, trabalhar, e aquelas coisas de ingerência de outras pessoas, achando que estavam fazendo terapia ocupacional, sem ser terapia ocupacional, essas coisas que tem. Aí eu conversava isso muito com o Crefito, no Rio, que era Rio, era uma regional, Rio - Espírito Santo, que tinha na época, hoje já não é assim. Aí montaram uma... Eles chamavam de delegacia aqui no Estado, para cuidar para ter essa vigilância profissional, essa fiscalização profissional, e além de outras coisas, né, e eu me propus a ajudar e acabei participando muito do Crefito, como delegada, depois fui eleita delegada regional aqui no Estado, do Crefito, fiquei seis anos nessa luta.

R: Uau.

G: E aí, o meu interesse muito era abrir espaços para terapia ocupacional. Tanto respeitando a fisio, né, que tinha também seus problemas, mas era muito de abrir espaço para terapia ocupacional. Então, eu ia conversar na Secretaria Estadual de Saúde, nas secretarias municipais, falando da terapia ocupacional, da importância de abrir concurso, de ajudar nesse contexto de abrir, mostrar a necessidade da população, das pessoas, principalmente as pessoas que tinham necessidade de ter esse tratamento, de serem assistidas. E aí, um pouco disso foi dando... Mais à frente foi dando frutos, foi dando resultados em termos de abertura de concursos municipais, de vagas para terapeutas ocupacionais, não muitos, mas conseguimos alguma coisa. E do ponto de vista particular, isso tudo fui fazendo assim, né, tudo paralelo, tudo acontecendo. É... Aí foi uma época, teve uma época, a época do governo de... A gente acompanhando muita política, a época de Fernando Henrique Cardoso, foi a época da abertura dos cursos de graduação, assim, qualquer instituição podia abrir cursos de graduação. Eu não lembro o ano, mas foi na época do governo dele, que então começou uma abertura de curso, de tudo, assim, de graduação. Eu digo assim, de fisioterapia abria em todo lugar, todas as faculdades abriam curso de fisioterapia, curso de fonoaudiologia, de psicologia, né? Então foi aquela abertura, uma coisa assim, o MEC facilitou demais para que autorizasse os cursos abrirem. E o que que eu via? Eu falei assim, “gente…”, eu falei um dia para a minha amiga, eu disse, “Ana, do céu, a gente vai ter que fazer alguma coisa, porque senão nós vamos sucumbir no meio desse curso, se a gente não fizer nada, nós temos que fazer alguma coisa”. Ela disse, “mas o que você pensa em fazer?”, eu falei, “vamos abrir um curso de terapia ocupacional”. (risos) “Cê tá maluca? Como é que nós vamos fazer isso?”. Eu disse, "não, nós sozinhas não vamos fazer não, mas vamos conversar com o Crefito, vamos conversar, vamos ver as instâncias onde é que a gente pode conversar da possibilidade de abrir um curso de terapia ocupacional aqui. Como é que é isso? Como é que são esses caminhos?” E assim nós fizemos, conversamos o Crefito, mas aí não deram muita bola, só falaram assim “ah, tem que montar um projeto, fazer um projeto do curso e tudo mais”, deram mais ou menos as diretrizes. E aí nós fizemos, aí a Anico era também muito preocupada com a profissão e tinha uma atuação muito boa e ela veio da UFMG, ela pegou e conversou com a... esqueci o nome dela, mas aí ela

conversou lá na UFMG, que foi professora dela, e que foi… e nos deram uma assessoria de montar um projeto… Adriana, Adriana Valadão. Adriana foi, nos ajudou a escrever um projeto de um curso de terapia, um projeto de graduação em terapia ocupacional. E aí nós, quando estava pronto, eu fui oferecer nas faculdades particulares. (risos)

R: A senhora foi divulgar. (risos)

G: É, batia na porta, "Vocês estão interessados em montar o curso de terapia ocupacional? Assim, assim." Fazia aquela reunião, mostrando a necessidade, a importância e tal, apresentando o curso. Levamos um monte de não, um monte de um monte que eu digo, umas quatro que nós fomos, que eram grandes faculdades aqui no estado, não se interessaram, quer dizer, eram umas cinco. Aí uma quinta se interessou.

R: Que legal!

G: Que foi a Faesa. Ela se interessou pelo curso, procurou, é claro, pesquisou e identificou como é que era, e aí se interessou e começamos a conversar, né, ali na Faesa, como é que seria, qual era o interesse, quais eram os caminhos, nos ajudaram a estruturar o projeto, né, o projeto pedagógico, botar nas normas do MEC, essas coisas todas, e eles se interessaram e aí abriram, em 2000… em 2000 abriu o curso de terapia ocupacional na Faesa. E aí abriu, é claro que… falei assim, "e agora o que a gente tem que fazer?". Primeiro a gente tem que fazer um concurso, é claro, tudo orientado com uma assessoria dentro da Faesa, a Faesa é muito grande aqui, hoje ela é um centro universitário, mas também era uma faculdade particular, mas que abraçou o projeto. As pessoas que eu conheci lá nos ajudou bastante em abrir o curso, em promover os concursos para poder montar o corpo docente e espaço físico, tudo que precisou. E aí, assim, vestibular para a primeira turma, então tudo isso foi acontecendo, aí falou assim, "agora precisa de um coordenador". Aí eu fui coordenadora, porque não tinha mais ninguém para ser coordenador. A Ane falou assim, "jamais, você já foi longe demais com esse negócio, no máximo eu posso te ajudar a estudar para poder dar aula de terapia ocupacional, mas coordenar o curso, jamais. Não vou assim não". Aí, menina, eu falei assim, "gente, que doideira, olha onde é que eu tô. O que é que eu vou fazer? Eu não entendo nada de coordenação, de administrar, né?" O mais engraçado, a gente acha que não sabe. A minha trajetória no Crefes até então, eu fui chefe de... me nomearam chefe de setor, e a minha experiência na clínica escola, na clínica escola, não, lá na clínica, era Clift, na minha clínica particular, já era uma experiência administrativa, porque eu tinha que gerenciar todo o serviço, né? Então, eu achava que eu não sabia, mas já tinha um pouco dessas vivências e, claro, que isso ajudou bastante. Mas, mesmo assim, eu fui fazer um curso de administração hospitalar que eu achava que ia me dar bagagem para poder me ajudar na coordenação de um curso de terapia. Terminou não tinha nada a ver. Eu fui fazer, fiz, mas eu vi, "gente, isso não tem nada a ver com nada" (risos)

R: Mas gera uma insegurança, né? Acho que dá uma insegurança, né

G: Lógico. Mas eu fui, eu sei que a coisa foi acontecendo e aí deu certo. O curso ficou 10 anos na FAESA.

R: Que legal!

G: Nós fizemos, tivemos curso de especialização. Além da graduação, né, abriu curso de especialização em terapia da mão, nós formamos duas turmas. Isso eu fazia parceria com o pessoal da USP, aqueles que foram meus professores lá, eu chamei, “vamos, me ajuda aqui”, e vieram. Foi possível nós fazermos isso, de dar aula aqui, duas turmas. E duas turmas em um curso de saúde mental, que aí eu conheci, eu conheci o Paulo Amarante e aí conversando, eu não sei porque… que eu não lembro como é que eu tive contato com o Paulo Amarante, eu sei que eu tive, ficamos amigos e aí eu falei, “Paulo, vamos abrir um curso de especialização em saúde mental aqui, eu não entendo nada, mas já que você é você, você faz a parte pedagógica e eu fico na administrativa.” E ele topou e a gente conseguiu também fazer dois cursos de especialização em saúde mental aqui na FAESA, durante esse período que eu tive lá. Então eu tinha o Crefes, tinha… aí, começou a FAESA, e aí, na clínica particular, eu abri mão da clínica particular, porque não dava pra ficar nos três, né, lógico. Então eu abri mão, uma colega ficou, uma colega ficou lá na clínica, atendendo na clínica, pra mim, durante algum tempo. E eu fiquei mais na FAESA porque, claro, que aí o curso te absorve muito, né, a coordenação, aquela coisa de gestão. E o que que eu falo? A FAESA, com o curso, teve a oportunidade de abrir emprego para os terapeutas ocupacionais de outros estados, porque abriu concurso pra professor pro curso, né, então vieram... Eu sei que com isso, assim, a cada tempo que o curso foi avançando, então nós tínhamos, acho que mais de dez, uns dez professores, docentes, vieram, fizeram o concurso, vieram de fora, porque aqui em Vitória não tinha mesmo. Acabaram vindo pra cá e estão aqui até hoje, acabaram morando, estão morando, vivendo aqui até hoje. Aí, depois, nessa transição, aí eu ainda fiquei um pouco no Crefito, depois saí, houve eleição, aí os fisios assumiram. Engraçado que eu fiquei seis anos, e tinha sempre, é claro que tinha que ter eleição, né, mas nenhum fisio tinha interesse no Crefito, e aí… mas aí quando eu cheguei… quando eu vi que eu já não conseguia ficar mais, aí foi onde acabou tendo uma diretoria mais de fisioterapeuta, aí já tinha outros colegas que também, TO ficaram como vice, e aí eu saí. Eu saí, fiquei com o CREFES e com a FAESA. Aí veio 2007, 2008, começou… aí já é governo Lula, aí veio aquela coisa, veio a abertura, a reformulação das universidades, revitalização das universidades com a abertura de cursos novos, aí aqui no Espírito Santo só tem essa Universidade Federal, a UFES, a Universidade Federal do Espírito Santo. Então, eu falei assim, “bom, então nós vamos”… a fisio, né, um movimento dos meus colegas da fisio, um movimento pra abrir o curso de fisioterapia na UFES. Eu falei “ah, mas vai abrir o da TO também. E aí nós vamos…” (risos). Já fui lá no… ainda era CREFITO no Rio, fui lá, conversei, “gente, olha, abertura dos cursos, a universidade está procurando cursos, vai abrir, que passa da reforma universitária”, né, porque as universidades estavam… com essa leva do Fernando Henrique de abrir cursos particulares, as universidades ficaram sucateadas. E aí, quando muda pra Lula, Lula volta a revitalizar as universidades públicas. E aí, conversando com… lá com o CREFITO, aí a Sandra Pacheco, que na época era vice-presidente do CREFITO II, no Rio, e ela abraçou a causa com a gente, aí, é claro, a gente com mais experiência, né, nós escrevemos, juntei com ela, juntei com a Ane, juntei com outros colegas que já estavam ali na FAESA, escondidos, a gente escreveu o projeto. (risos) Porque nós éramos funcionários de uma faculdade particular, né, falei assim, “ah, gente, mas a causa é maior, então vamos fazer isso”. E aí nós estruturamos, sabe, o projeto pedagógico, já começamos a conversar na UFES, com os diretores de lá, do Centro de Ciências da Saúde, e ele foi super receptivo, e aí nós

fomos estruturando um projeto pedagógico, fomos em reuniões, até que 2008… Isso foi, 2007 começamos a conversar, 2008 já estava pronto, eles já submeteram ao MEC o projeto, e foi autorizado para começar em 2009, fisioterapia e terapia ocupacional. Foi onde que foi autorizado e aí abriu o concurso para docentes, para esse curso, para docentes da universidade. E aí é claro que eu fiz, prestei o concurso, e aí passei e aí pronto, aí não podia ficar nem no Crefes e nem na FAESA, porque era dedicação exclusiva, que você não pode ter (...). Aí eu falei, "não tem problema não, tá tudo bem" (risos) Mas aí eu já tinha feito o quê… Sabe o quê? Porque na FAESA eles incentivavam muito a gente, eu já tinha feito mestrado, estava de olho num doutorado, e foi quando veio essa coisa, só dei um tempo porque veio a UFES, todo esse processo, abriu o concurso em 2009, foi quando a gente entrou, aí eu saí da FAESA, saí do Crefes, saí do Crefes assim, pedi aposentadoria do Crefes.

R: Uau!

G: Eu tinha tempo de serviço, porque como eu trabalhei no Rio, durante algum tempo, e mais o tempo do Crefes, tinha INSS, mais o meu tempo de INSS, que eu pagava conta da clínica, então, quando juntou, eu mesmo fiquei espantada, quando juntou, que eu fui ver como é que eu podia sair, não podia sair do Crefes sem nada, porque era concursada do Estado. Aí eu tinha que pedir exoneração, pra sair eu tinha que pedir exoneração, e pedir exoneração, você sai com a mão na frente e outra atrás, não é? Serviço público é assim.

R: Eu já pedi, esse ano (risos), não recebi nada.

G: Exatamente. Aí eu fui… eu fui no INSS… alguém me falou assim, "mas vê como é que está a contagem do seu tempo de serviço, do seu tempo de contribuição, e pode ser que você consiga se aposentar". E assim eu fiz, fui no INSS, vi, conversei, dei sorte de encontrar, de ser bem atendida no INSS, a pessoa se interessou em fazer, e o meu processo foi muito rápido, de fazer toda a contagem de tempo, e falou, "a senhora tem tempo de contribuição, não tem de idade, vai sair, e não receberia o que a senhora recebe hoje no Estado, acho que é 70%, sei lá", eu falei assim, "ah, mas pelo menos é alguma coisa, porque senão, se eu fosse pedir exoneração, não ia sair sem nada". E assim eu fiz, consegui, eu saí, em 2009 eu tinha que sair, porque eu tinha que começar na universidade, eu não podia ter vínculo com nada, eles fazem todo um levantamento, então eu fiquei só esperando sair a resposta da aposentadoria, e aí saiu, acho que um mês depois saiu, a FAESA, aí eu conversei, falei, olha, gente, o pessoal era excelente lá comigo, eu falei, conversei muito com eles. Aí um colega ainda ficou lá, coordenando, e aí eu fui para a UFES, fui para a universidade, fiquei lá até hoje. Fui, passei, e aí hoje eu fui, depois fiz, depois de 2012, fiz meu doutorado, então, no início também, quando entrei, coordenei o curso, entrou eu e uma colega só, eu e a Terezinha, só nós duas, o concurso foi para dois professores, você imagina.

R: Uau!

G: Então eu e ela entramos, passamos, e demos aula até, menina, 2012, mais ou menos assim, nós demos aula de todas as disciplinas (risos), ela é da saúde mental, eu da saúde, então nós dávamos aula, todas as aulas específicas, o básico não, o básico tinha lá os cursos, mas das aulas específicas, nós demos bastante aula, até que tivesse o outro concurso, que aí entrou mais, acho que ficamos uns dois anos,

exatamente, quatro, eu lembro de quatro semestres, a gente dando aula direto, aí depois é que houveram os outros concursos, foram entrando mais professores, e aí a coisa foi estruturando, mas aí eu fiz, coordenei o curso durante um tempo, acho que uns quatro anos, depois coordenei, aí começou a época, aí já tinha outros professores, aí veio a época, já era a época de estágio, de ter campo de estágio para os alunos fazerem estágio, aí eu fui, como eu era mais conhecida, todo mundo, “não, você que é mais conhecida, não sei o quê, para abrir campo tem que ser você, você ser a coordenadora de estágio”, fui ser coordenadora de estágio, falei, “gente, foi a pior época para mim” (risos), foi horrível, foi horrível, não desejo para ninguém ser coordenadora de estágio, foi horrível, porque aí, claro, abrimos campo, tinha que abrir, né, todos, conversei em todas as instituições possíveis, municipais, estaduais, filantrópicas, para poder abrir, para ter vaga de estágio, e a dificuldade, porque não tinha muito terapeuta ocupacional nos locais, e a gente acabava indo para poder fazer, até que a gente conseguiu, quando formava as turmas da FAESA, ajudou um pouco, porque aí já tinha um terapeuta mesmo em alguns campos, e aí foi onde a gente conseguiu ir estruturando o campo, o mercado de trabalho, e uma coisa que legal, que aconteceu, foi assim, poucas foram as terapeutas que formaram, por exemplo, na FAESA, que não… as primeiras turmas não deram muito crédito, não tiveram muito interesse em trabalhar, mas as demais tiveram, sabe, foram batalhando, foram nas instituições, e aí, como foram abrindo concurso também nas prefeituras, nos municípios, então isso deu abertura para emprego para os terapeutas ocupacionais, e aí é onde a gente tinha campo para fazer os estágios da universidade. E aí, assim, hoje, eu vejo assim, elas saem do curso empregadas, não fica ninguém desempregado.

R: Isso é verdade.

G: É impressionante, todo dia a gente recebe pedido de terapeuta ocupacional, e quem não tem porque a gente fala assim, “paga melhor, vocês não estão pagando a porcaria do salário”. As clínicas particulares, então, que querem terapeutas ocupacionais, mas não querem pagar, né, querem um salário horroroso. E aí, assim, a gente… mas hoje é bem diferente, o campo bem, que realmente a gente cada vez precisa formar mais para atender a demanda dos campos de profissão. Mas é isso, olha como eu falei, falei para caramba…

R: Eu ia perguntar, mas a senhora já disse (risos), que a segunda pergunta era trajetória acadêmica, a senhora já me disse. Pelo que eu entendi… porque essa segunda pergunta, a gente pergunta onde a pessoa cursou a graduação e se fez alguma pós-graduação, né? Então, quais foram ou quais são a sua área de atuação e acadêmica? Eu entendi que a sua área é reabilitação física.

G: Isso, a minha área é reabilitação física, toda a minha área é reabilitação física, desde que eu formei, eu atuei na área da reabilitação física. Hoje… sempre com essas características de pessoas com essas condições de saúde, neurológicas, traumatopédicas, reumáticas, de todas as faixas etárias, praticamente ela tem o que eu chamo de terapia ocupacional, terapia ocupacional mesmo, geral, só não faço saúde mental, porque não tenho competência para isso, não estudei depois de me especializar para isso, então não atuei em nada da saúde mental. E hoje, assim, essa coisa do recurso da tecnologia assistiva, que foi se aprimorando, então, cada vez mais, né, a tecnologia assistiva foi evoluindo e eu fui estudando, cursos de... O último

curso, eu fiz um curso de especialização ano passado, terminei o ano passado, de gestão de serviços e recursos de tecnologia assistiva. Foi um curso de especialização pela Universidade do Rio Grande do Sul, foi particular, mas foi maravilhoso, porque é o meu campo de estudo, meu campo de pesquisa, de produção, entendeu? É o que eu gosto de fazer, de estudar e de passar isso, esse conhecimento para os alunos. Como eu trabalhei muito tempo com as questões de recursos de tecnologia assistiva, de órteses, adaptações, na época que eu tinha a clínica, eu fiz um contato muito com o cirurgião de mão daqui do estado, então eu era referência, eles mandavam os pacientes para mim, isso que eu digo, eu falo para o pessoal, “foi onde eu tive muito, um retorno financeiro muito interessante”, porque eu me dediquei a isso. Então, eles referenciavam os pacientes para mim e eu pude ter um recurso muito interessante, um retorno financeiro muito interessante nesse aspecto, que eu falo isso, eu valorizo, e é onde eu hoje na universidade… eu falo, né, minha área de pesquisa, “ah, eu quero ter orientação de TCC, iniciação científica”, então aí eu fico catando, “vamos estudar alguns recursos de tecnologia assistiva”. E tem uma colega muito legal que veio da UFSCar, a maioria dos nossos colegas, docentes, formaram na UFSCar.

R: Olha só.

G: E ela em 2014, eu acho, foi que a Mariana fez concurso, veio também… Assim, estava se formando e veio, não, mentira minha, ela fez mestrado, aí estava lá e depois fez o concurso e passou na UFES.

R: Legal!

G: E ela também tem muito, muito, muito interesse, ela estuda muito nessa área da tecnologia assistiva, e aí nós montamos laboratórios de… eu montei laboratório de tecnologia assistiva, ela participou durante algum tempo, depois junto com a UFSCar, né, tinha o Lafatec, laboratório de ajudas técnicas, né, então com Iracema, Daniel, então essa turma, a gente fizemos vários encontros, várias combinações para a gente poder ter o Lafatec em várias universidades e eu digo assim, a única que vingou mais foi a UFES, porque a gente ficou, a gente estudou mais, a gente estudou e a gente teve muito interesse em estudar, e de fazer, de ter essa rede junto com a UFSCar, do Lafatec e da UFSCar. Mas aí a gente tem o nosso laboratório de Lafatec da UFES, e aí desse laboratório temos laboratório de tecnologia assistiva, que eu coordeno e a Mariana, abrimos o outro laboratório de tecnologia assistiva mais voltado para impressora 3D, começamos a estudar isso, por interesse de um médico daqui do Hospital das Clínicas que trabalhava muito com impressora 3D, e aí nos procurou, me procurou, porque queria fazer, como é que era fazer órtese, fazer órtese, e ele queria fazer órtese com a impressora 3D.

R: Uau!

G: Foi, foi dessa forma. E aí começamos a falar assim, “vamos ver, vamos estudar como é que faz isso, como é que nós fazemos, vamos ver”. Então a gente sabia tudo de impressora 3D, ele montava aquelas impressoras, aquelas engrenagens, ele montava as impressoras 3D, começamos lá no hospital e aí depois trouxemos para cá, para os nossos espaços, nossos laboratórios, e nós fomos evoluindo, fomos estudando, fomos crescendo, eu falei assim, “Mariana, não dá para ser tudo aqui no laboratório, no tecnologia assistiva, vamos tentar separar um pouco isso, porque não

dá para fazer tudo aqui junto". E aí, como ela é muito interessada pela impressora 3D, eu falei, "você fica com a 3D e eu fico aqui com meus termoplásticos". (risos) E assim a gente está até hoje, até a gente conseguir. O curso… 2019, abriu a Clínica Escola, que a gente já vinha lutando para a Clínica Escola na universidade, lutando, lutando, lutando, lutando. E aí 2019 ficou pronto, aliás, 2018 ficou pronto, 2019 nós entramos, invadimos a clínica que ela estava pronta e estava fechada um ano, "porque não tinha isso, faltava aquilo, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê", e aí como… assim, por que que aconteceu? Porque a gente tem o curso de fisioterapia, de terapia ocupacional, nós começamos junto, depois abriram o de fonoaudiologia e de nutrição. Logo em 2010, assim, entrou nutrição e fonoaudiologia. Então esses cursos precisavam de ter espaço para a prática de ensino. As diretrizes, a gente só falava isso para o diretor, a diretriz exige, a gente tem que ter esse espaço de treinamento aí. (risos) E tinha grana, sabe? Teve muito dinheiro rolando nesse negócio, e aí onde construíram a clínica de três andares

R: Uau

G: A clínica ficou fechada durante, é isso que eu estou te falando, ficou toda pronta e lá fechada, e a gente com equipamento, material, tudo chegando, tudo chegando, porque tinha dinheiro, e falei, "por que que não abre essa clínica?". Aí o pessoal da fisio é muito danado também, né? Muito forte, muito forte. (risos) Eles perderam alguns campos de estágio no Crefes, por exemplo, fecharam e não iam ter mais estágio lá no Crefes, porque era um grande movimento deles de estágio e aí não ia ter mais, algumas coisas no Hospital das Clínicas também não, porque o Hospital das Clínicas tem os espaços deles específicos, né? E aí e a fisio estava toda ocupando o Crefes e ocupando tanto aulas práticas e estágio. E alguns espaços, algumas salas começaram a fechar, enfim. Aí eu falei assim, "olha, precisa abrir essa clínica", e a gente também precisava, os nossos laboratórios estavam todos assim adaptados em outros lugares, a farmácia cedeu laboratórios antigos e tal, pra gente começar a fazer aula prática, mas tudo adaptado. E aí a gente foi na direção, "não, tem que abrir". Enfim, abrimos, invadimos a clínica e aí nós… assim, os laboratórios, os espaços ótimos, tudo novo, tudo construído, então, sabe? Laboratório de tudo, as salas de aulas práticas, nosso laboratório de recursos, laboratório de corpo e movimento, laboratório de tecnologia assistiva, de AVD, daquele apartamento todo adaptado, sala, quarto, cozinha, banheiro, o povo entra lá e fica assim, né, espantado.

R: Boquiaberto, né?

G: O nosso espaço… e tinha os nossos, assim, ficou, e foi isso, aquilo é construído, é térreo, onde tem a maioria dos laboratórios, aí tem o primeiro andar, que aí um lado é fisioterapia, outro lado que é a parte de estágio, fisioterapia e nutrição, e tem a parte de enfermagem, também curso de enfermagem, as salas da enfermagem, e no segundo andar é terapia ocupacional, uma ala inteira de terapia ocupacional, do outro lado fonoaudiologia. Pronto.

R: Que legal…

G: Então a gente tinha os consultórios, que é onde acontece os estágios, são sete consultórios, nós podíamos abrir, nós criamos núcleos de…. núcleo de saúde física, núcleo de saúde mental, núcleo da área do campo social, né, então são núcleos de

pesquisa. E aí a gente, enfim, houve um espaço… aí teve um espaço para a Mariana, para a gente montar o laboratório lá de 3D, da impressora 3D. E foi assim, a cada ano a gente vê um avanço, evoluindo principalmente nessa área que aí a gente consegue conversar com o pessoal da engenharia, do design, sabe, para poder fazer projetos juntos, para dar abertura para alunos. A Mariana é muito dinâmica, muito dinâmica com o 3D. Eu vejo assim, estuda bastante, pesquisa bastante, conseguimos fomentos, e a gente consegue fomentos, com proximais, tem duas impressoras 3D, tem scanner, tem isso, tem aquilo. Então, estruturou muito bem o laboratório, sabe, e tudo isso faz parte do LAFATEC, a gente junta tudo no LAFATEC. O LAFATEC a gente ficou como um programa de extensão, e aí onde tem, todos os nossos projetos ficam vinculados ao LAFATEC, um projeto que eu coordeno, que ela coordena também, então a gente foi…, por isso a gente tem uma demanda grande de alunos fazendo extensão, iniciação científica e tudo mais. E aí a gente está trabalhando assim, pelo menos dentro da nossa área, é o que a gente tem produzido. A gente conseguiu produzir algumas coisas bem legais, bem bacanas ali no departamento. Virou departamento, era só a coordenação, aí criou-se os departamentos. Então, chegamos, passamos pela chefia de departamento, tudo que vai abrindo, a gente vai passando, assim. Fui chefe de departamento um tempo, e fiquei na vice-chefia, fui bem pouco tempo como chefe, fiquei mais na vice-chefia. E aí, com essa coisa da abertura da clínica, foi uma coisa que a gente acompanhou muito, os quatro cursos acompanhou muito na estruturação, porque precisava acompanhar. E aí nós vimos como é que vai ser o funcionamento, como é que nós vamos organizar o funcionamento da clínica. Aí nós estudamos muito como é que seria, vinculado em que, vai vincular ao hospital das clínicas, aí ninguém quis, falou, “não, não vamos vincular. Queremos ser independentes”. Aí a gente estudou, pesquisou, e chegamos à UFSCar, “ah, vamos ver como é a estrutura da clínica-escola da UFSCar”. Aí vimos que é um pouco junto com o município ali que coordena, mas aqui seria difícil fazer isso. Então nós vimos que era possível montar um conselho, a clínica tem um conselho constituído com as pessoas, com os docentes dos quatro cursos, docentes, técnicos e estudantes, técnicos de educação superior, né, os técnicos administrativos. Então nós montamos o conselho com representantes desses quatro cursos e aí eu fiquei na presidência do conselho, então hoje eu sou presidente, quer dizer, que eu vou sair agora em dezembro, na presidência do Conselho da Clínica-escola Interprofissional em Saúde, é isso o nome da clínica, Clínica Interprofissional de Ciências da Saúde, é as CEIS. E aí estou nessa presidência, né, e com os colegas tenho já… desde 2019. 2019, 2025, tem esse tempo aí, quatro anos. Mas aí eu vou sair agora, em dezembro tem a eleição e aí eu quero sair. Porque aí tinha que ir assim, por que que ficou? O pessoal que constituiu o início, a primeira diretoria, muitas das pessoas que já vinham acompanhando toda a estruturação da clínica. Então a gente sabia exatamente o que a gente precisava, o que a gente quer e tudo mais, por isso precisava ser assim, dessas pessoas que conheciam. E aí fomos ficando, e o pessoal da fisio nunca teve muito interesse em ficar nessa coordenação. (risos)

R: Me parece ser tão comum algumas coisas na fisioterapia, que só muda de estado.

G: Então nunca tiveram, assim, muito esse interesse, e agora vai ter que sair a eleição, mas não vai poder ser a fisio, vai ter que ser ou o fonoaudiologia ou nutrição, porque o regimento interno do conselho tem essa diretriz, tem esses critérios lá determinados dentro do regimento interno, porque ficou eu como presidente e vice-presidente ficou o representante da fisioterapia.

R: Entendi

G: Agora tem que ser Fonoaudiologia ou Nutrição, entendeu, que vai assumir, que tem que assumir esse lugar. E aí com as coisas já bem estruturadas, bem encaminhadas, a clínica funciona bem legal. Assim, falta ainda algumas coisas, mas funciona, né, é um espaço de muita produção, eu vejo ali, hoje é muita pesquisa, muita iniciação, muita extensão, extensão nós temos projetos de extensão enormes ali. E tudo acontece, desses cursos, principalmente, acontece na clínica escola.

R: Legal.

G: E aí é isso, e agora eu vou me preparar pra sair. Porque o ano que vem eu me aposento, falei, “agora eu quero aposentar de vez mesmo”.

R: Ah, a sua meta é se aposentar no ano que vem, professora?

G: É. Aí o ano que vem eu me aposento. Eu quero fazer outra coisa. (risos) Eu não sei ainda o que, mas eu quero fazer outra coisa, eu quero sair um pouco dessa coisa, sabe, é muito trabalhoso, a universidade é muito trabalho, muito trabalhoso. Então eu falei assim, “ai eu não quero mais trabalhar tanto, eu não quero trabalhar tanto, eu não quero estudar tanto mais quanto eu já estudei. Então eu tenho que sair. Eu não posso ficar num lugar onde eu tenho que produzir.” (risos) É produção científica, né. Então, eu estou assim, estou numa fase, assim, “ai, eu não quero muito fazer mais isso”. Então eu prefiro sair, descobrir, fazer outra coisa, deixar tudo assim, realmente está muito encaminhado para outros também assumirem, outras pessoas que já vêm fazendo isso, outras pessoas assumindo e outros colegas já com uma construção muito bacana da terapia ocupacional aqui no estado. Então falta muita coisa, mas já está mais consolidada as coisas, mais do que quando eu cheguei aqui.

R: Acho que quando senhora chegou, a senhora foi bem uma pioneira, mas muito desbravadora, né?

G: Foi. Porque eu sou muito… e eu não digo que eu fui não, eu digo que eu ainda sou, eu me sinto assim, muito interessada... Eu digo que muito consciente da terapia ocupacional, né, eu sempre fui assim… Não é teimosa, eu acho persistente, porque se eu sou consciente… é o que eu falo para os meus alunos, “olha, se você tem consciência da potência da terapia ocupacional… quem sabe de terapia ocupacional somos nós, é você, com seu conhecimento. Então sabe dessa construção? Por que não ocupar os espaços que realmente tem condições de atender, de ocupar pela terapia ocupacional?” Então sempre foi isso, eu sempre via, eu sempre tinha coisas me estimulando a fazer, para abrir espaço para que as pessoas vissem o valor da terapia ocupacional. E eu sempre tive isso. Essa coisa de... Esse ímpeto de ir fazendo as coisas, de fazer, de mostrar, de construir. Então sempre tive isso. E agora eu quero fazer outra coisa que eu ainda não sei, mas eu quero fazer outra coisa.

R: Mas quando a gente não sabe, a gente vai encontrar o que é, né? É

G: Exatamente. Eu quero fazer outras coisas, eu quero... Coisa diferente do que eu estou fazendo agora. Se durante algum... Que eu estou fazendo já há algum tempo, que eu tenho feito isso, eu quero fazer outra coisa.

R: Professora, vamos lá para eu não tomar muito tempo da senhora. A senhora falou também que fez o mestrado e doutorado, onde a senhora cursou?

G: Eu fiz o mestrado aqui na Universidade, na UFES, na Ciências Fisiológicas, eu fiz esse mestrado. Já o doutorado eu fiz fora, eu fui fazer no Chile, eu fiz doutorado em Educação, Ciências da Educação, eu fiz no Chile, e aí... Isso em 2012. Então... Eu tive essa formação. E vários cursos de... E se não foram muitos, mas alguns cursos de especialização, aperfeiçoamento, eu fui fazendo também, pra poder me dar a base pra trabalhar, que eu achava necessidade de fazer. E... E deu certo, eu consegui fazer, deu tudo certo. (risos)

R: Fiquei pensando assim, a professora contou que estudou, ficou, fez uma residência na BBR, e na minha cabeça a BBR sempre foi um centro muito grande de referência pro Brasil. Aí a senhora vai pro Espírito Santo, pra um serviço e a senhora vai abrir, sendo a primeira pessoa, mesmo numa perspectiva de pioneira. Mas ainda assim, com toda a bagagem, se sente insegura e vai fazendo cursos, né. (risos)

G: Foi. Eu não me sentia confiante. Eu falava assim, “eu preciso estudar mais pra eu poder assumir tal e tal coisa”. Então eu sempre tinha isso, quer dizer, é uma cobrança mesmo de você poder... Eu não tinha... Se acomodar. Eu achava que não, eu tinha esse desafio, eu me desafiava de que... Eu achava que ainda não tava bom, “então vamos estudar isso. Ah, ainda não tá…” Fiz Bobath, depois fui... Ah, terapia da mão, primeira turma de terapia da mão, quando eu falo isso assim, gente, ninguém acredita, primeira turma de terapia da mão tava eu lá. E com isso eu fui tendo experiência pra abrir outros caminhos, coisa do Crefito. Eu sempre falo do Crefito como uma experiência também, política, política da profissão. Eu sempre tive essa preocupação com a política da profissão, de firmar a profissão aí na categoria, aí na sociedade, tive sempre essa preocupação, e também quanto à questão acadêmica, de formar mais profissionais, mais terapeutas ocupacionais, então sempre tive isso. Havia, né… Esse meio acadêmico tinha uma exigência grande de pesquisa, de estudar, de publicação, e eu vejo hoje cada dia tá mais difícil, eu digo que tá cada dia mais difícil. No Brasil, pra você publicar, eu acho que as exigências estão muito grandes pra um país que não tem ainda bagagem pra isso, sabe, não tem estrutura pra isso. Então eu vejo lá fora, eu tenho colega lá fora, colegas até fisios, que foram pra fora, e que é muito mais fácil ser pesquisador, muito mais fácil de… um pouco mais fácil pra publicar, então nessa área eu acho extremamente uma exigência muito grande aqui no Brasil, onde a gente não tem suporte, não é nem base, não tem suporte pra fazer isso, é difícil, né, é difícil, mas é isso.

R: Professora, eu vou seguir aqui, que ainda tem duas perguntas, duas temáticas, né.

G: Pode falar.

R: Essa terceira pergunta é mais sobre esse processo enquanto pessoa, uma mulher negra pra senhora. Como foi ou quando foi que a senhora se reconheceu enquanto uma pessoa negra?

G: Olha, acho que desde sempre. (risos)

R: Pra algumas pessoas isso nunca foi desde sempre, pra algumas é desde sempre.

G: Acho que desde sempre, sempre eu me via… Eu vivia num mundo de brancos, lógico, apesar de eu vir de uma família de negros, de pretos. A minha mãe que era branca, meu pai era preto, minha avó era preta, meus tios eram pretos. Então a minha mãe… mais da minha mãe que era mais branca, mas sempre… eu estudei, sempre eles tiveram, meus pais sempre tiveram a preocupação da educação, era eu e meu irmão, sempre teve a preocupação da educação, de nos dar, sabe, trabalhar pra nos dar educação, sempre. Então eu não estudei escola pública, eu fiz escolas particulares, então sempre… eu nunca estudei numa escola pública, sempre estudei numa escola particular, e era um mundo de pessoas brancas. A única negra de cabelo duro era eu lá, não era única, mas a grande maioria das vezes era isso, então todos os lugares, mas isso não me... Menina, eu não sei em que momento que vou dizer se…. “ah, isso te desafiou”, se foi um motivo pra desafiar, provavelmente foi, provavelmente foi, que me incentivou a estudar, a não ficar pra trás, que eu tinha que acompanhar a turma, o grupo, o meu grupo de constituição de colegas, de amigos, eu tinha que acompanhar, então isso tudo me fez, me incentivava em relação, foi muito voltada em relação ao estudo, de estudar, em me formar, em ter um emprego. Eu lembro que quando eu estava fazendo, hoje o ensino médio, foi o científico que eu fiz, eu nunca fiquei reprovada em nada, eu sempre consegui, isso, eu nunca reprovei nada, então eu fui, sei lá, do infantil ao científico direto assim, sem reprovar. E eu lembro… O que tem muito na minha vivência é isso, sempre muitos colegas… pouquíssimos colegas negros, pouquíssimos, eram mais brancos mesmo. E eu tinha que… no científico eu tinha que estudar, que aí já não tinha aquela coisa de meus pais, chegou um ponto que não conseguia pagar pra mim e pro meu irmão, então como ele era homem, ele era a prioridade de estudar, eu podia não estudar, porque eu podia fazer outra coisa, ficar em casa, tomar conta de casa, essas coisas assim. Mas eu falei, “jamais eu vou fazer isso” (risos) Eu falei um dia pra minha avó, “jamais”, e quando elas falaram, “olha, não vai dar, esse ano não vai dar”, eu já tinha completado, eu ia entrar pro científico, “mas não vai dar pra pagar a escola pra vocês dois, eu tenho que pagar pra ele e tal, não vai dar.” Aí eu falei, “eu vou trabalhar”. Eu falei pra ela, “eu vou trabalhar”, eu falava pros meus pais… “mas vai trabalhar onde?”, eu falei, “não sei, vamos dar um jeito”. Eu falei minha mãe… minha mãe trabalhava fora, meus pais trabalhavam fora, eu ficava com a minha avó, falei, “você deve conhecer um monte de gente aí que pode, sei lá, me botar pra algum lugar”. E foi um pouco assim, sabe, de que ela falar com alguém, alguém precisava de uma secretária, eu fui trabalhar de secretária e no mesmo tempo fazendo científico à noite, trabalhava de dia. Então, pra poder me formar, fiz isso, e aí depois veio a questão do interesse de fazer o curso de terapia ocupacional já no científico, onde eu já tava nessa fase me identificando, e eu ficava assim, eu lembro que meus patrões diziam assim, onde eu trabalhei como secretária, “você é uma excelente secretária, você deve se dedicar a isso, você vai sempre… sabe, você se destaca”. Gente, eu lembro disso assim, como se fosse hoje, “você se destaca muito, você tem uma boa, você fala muito bem, você trabalha com muita responsabilidade”. Aí eu ficava assim, “mas eu não quero isso pra minha vida”.

R: É pra ser muito mais, né?

G: É, pra ser muito mais. E aí eu… nisso, engraçado que eu não tinha muito assim, eu me via nisso, com vontade de não ser só isso, de querer estudar pra ser, fazer mais coisas. Foi quando eu trabalhava pra poder, depois, passei na faculdade e trabalhava pra manter a faculdade, pra ajudar a pagar a faculdade que também era particular, né, então eu fazia isso. E essa coisa da raça, sempre eu via isso, gente, os lugares que eu estava, no meu ambiente, meus grupos, eram muito poucos… as pessoas negras, eram muito poucas. Eu era uma… eu não vou falar destaque não, eu era um ponto fora da curva, vamos dizer assim.

R: As exceções, né, professora?

G: Exatamente, as exceções mesmo. Quando eu consegui, fiz a faculdade, quando entrei pra BBR, sabe, que tudo era por prova, né? E eu não achava que… falei assim, "nossa, vai ser difícil, mas eu vou tentar". E conseguir passar, conseguir receber por isso, tipo uma residência lá dentro, nossa, eu valorizei muito isso, muito, muito, muito, muito. Então foi muita dedicação, eu fiquei muito dedicada, eu lembro que no último ano que eu estava lá, fazendo a residência, eu já estava casada e aí é isso que eu fiz. Eu decidi, eu conversei com meu marido, falei assim, "eu não posso largar isso tudo, porque eu não vou ter… Se eu vir pra cá, se eu largar, eu vou vir pra cá, eu vou fazer o quê? Vou ter que arrumar um outro emprego, um outro emprego e aí eu vou trabalhar aqui o quê? Não conheço ninguém, vai ser mais difícil, né?" Na minha cabeça ficava assim, vai ser mais difícil. Então, e ele entendeu, falou, "não, tudo bem, vamos lá, vamos ver, sabe, faz e a gente vai segurando as pontas aqui". Então foi importantíssimo eu ter feito isso, porque quando eu vi essa coisa de… uma coisa que talvez eu nunca percebi, talvez como é hoje, hoje é muito forte a questão de se falar do racismo, de se firmar isso, da discriminação, né? Então, eu não lembro, ou talvez eu não tenha percebido se eu tive alguma discriminação em relação à minha cor.

R: Essa era a segunda pergunta.

G: Menina, eu não me senti, não percebi, se teve, eu não percebi, sabe, assim, de alguma situação que tivesse me discriminado. Não sei se eu dei sorte, não sei se eu não percebia ou as coisas eram muito veladas, sei lá, eu não percebia, mas eu nunca tive, assim, uma lembrança de que eu fui… de uma ofensiva por conta da minha cor, eu não tive. Na realidade, eu não tive isso. Quando, aliás, quando eu fui, eu cheguei aqui, que eu fui indicada para trabalhar, para atender uma criança de uma família, de um nível social alto, mora numa ilha aqui, né? A gente chama de Ilha do Boi, né, que é um lugar que é uma ilha mesmo e que tem um pessoal que tem um nível social maior, é o povo branco, o pessoal branco, uma ilha branca. E eles não tiveram nenhum, eles não tiveram nenhum problema com isso, assim, em relação… me indicaram, não sei também se quem me indicou, me indicou, sabe, "não, é ela, tem que ser, só tem ela" (risos), não sei, não sei, não sei também se foi isso, mas na realidade se foi, eles não deixaram perceber, não me deixaram perceber, mas eu acho que não, eu não me senti discriminada, diminuída, isso realmente eu não percebo que, não tenho nenhuma lembrança de ter sofrido isso. E eu acho também, não sei, né, se foi, eu vim para aqui, para esse lugar, numa situação em que não tinha ninguém, era uma profissão e eu fui trabalhando, eu fui trabalhando, trabalhando, trabalhando, trabalhando, mostrando a terapia ocupacional e que as pessoas não podiam, não tinham o que dizer de, de negar alguma coisa, a não ser esse, assim,

esses fisiatras que eu encontrei lá no Crefes, mas não era por conta, eu não acho que era por conta da cor, eles tinham uma postura por conta de não conhecer a terapia ocupacional e achar que conhecia, sabe? Mas não foi, não tive nenhum problema em relação a isso de discriminação, eu não tive, a única, vamos dizer assim, a única passagem que eu tive, eu lembro, foi um dia na minha casa, eu morava numa casa, uma casa grande e tal, de quintal, não sei o quê, e aí um dia passa alguém, dia de vender, era um vendedor, alguma coisa lá, e chamou, me chamou, chamou, me chamou, bateu me chamando no portão e eu fui até o portão para atender a pessoa e aí a pessoa falou assim, “eu queria falar com a sua patroa, ela está aí?”

R: Eita lasqueira.

G: Mas ela é tipo um vendedor mesmo, vendedor de alguma coisa. Como eu não tinha interesse em comprar nada, eu falei assim, “não, ela não está não, você volta depois, porque não tem, ela não está aqui” (risos) Sinceramente, olha, juro por Deus, é a única lembrança que eu tenho de que alguém achar que eu não era dona daquela casa, que eu era a empregada da casa, entendeu? Mas foi, é a única lembrança que eu tenho, o resto não tive mesmo, assim, eu fico, hoje eu vejo assim, o quanto que, como mudou isso, quanto que as pessoas, provavelmente hoje não seria assim não, eu acho que hoje pelo que a gente vê aí no comércio, nos locais, nos ambientes, algumas coisas das pessoas não acreditarem que você tenha um nível de instrução ou que você tenha um nível social para estar ocupando aquele lugar, para estar naquele lugar. Hoje isso está muito mais forte, eu acho assim, sabe? Que é uma pena, né? Mas eu não tive não.

R: Bom, eu só vou ler a pergunta, mas a senhora já respondeu, que era se houve algum evento marcante no período da graduação, se houve algum tipo de suporte institucional da universidade, mas como nunca aconteceu nada, então tá. E aí a próxima também a senhora já respondeu, que seria se na sua percepção, enquanto uma mulher negra estudante e profissional, enquanto estudante ou profissional, se houve algum fato ou episódio que repercutiu no seu cotidiano ou na sua trajetória profissional, e a senhora também disse que...

G: Profissional não tive, assim, não mesmo, com alguma discriminação por eu ser uma mulher negra, eu não tive. Realmente assim, não tive. Se tivesse, seria isso, ficaria marcado, “não vou te dar essa oportunidade por você ser negra”, não tive.

R: Era muito… mas aí também é muito escancarado, né? (risos)

G: Exatamente. Então, assim, qualquer atitude que eu percebesse que era porque eu, de eu não estar… “não vou te dar isso por conta da sua cor”, eu não tive, assim. Eu lembro, é muito vivo na minha cabeça as lutas que eu tive, importantes, e que não ficaram, assim, não era, às vezes, as dificuldades não eram por conta da minha cor, eram por conta da situação, de não querer… por ela política, porque isso, porque aquilo, mas nunca por conta da minha cor. Eu não sei se foi sorte ou também porque eu não percebia, também eu não dava... (risos)

R: Mas quando a gente está tão focada, né, professora, naquilo que a gente quer, no nosso desejo de conseguir tais coisas, no nosso objetivo de vida, a gente não vai perceber, né?

G: Não vai perceber. Provavelmente tenha sido isso, eu estava tão focada, tão determinada a resolver ou a conseguir alguma coisa, que eu nem percebia, talvez, isso. Entendeu? Então foi isso.

R: Eu ouvindo a senhora falar agora, eu lembro… eu nem perguntei isso pra senhora, né, mas eu sou reflexo das políticas de ações afirmativas, né, das cotas. Então, antes de fazer TO, eu fiz enfermagem, nunca dei um dia de trabalho na vida, exceto pra participar de uma campanha de vacina. E aí eu fiz TO e tal, e aí, quando eu fui fazer residência, eu fiz em São Paulo, no ABC, isso foi na época de 2017 a 2019. E aí, quando eu chego lá, foi a primeira vez que eu vi muito TO no serviço, que eu falei assim, "é quase a universidade, tem mais TO aqui, quase a turma da TO", e aí eu achei super interessante. Mas quando eu entro na Unifesp, foi a primeira turma por cotas, e na minha turma só tínhamos três, eu e mais dois, e aí o garoto não chegou nem a concluir, então ficou eu e uma outra garota. E aí, com o passar do tempo, de fato, aqui no Guarujá, Guarujá… Santos, eu conheci uma outra, né? Não tinha outras TOs negras e tal, mas uma coisa que eu acho que me deixou muito wow, foi quando eu tava no campo de estágio, na residência, e aí a gente tinha residência de saúde mental e nesse município também tinha residência de saúde da família.

G: Sim.

R: E aí a psicóloga que fazia parte da equipe da saúde da família era uma menina negra de São Paulo e ela falou bem assim pra mim… E aí isso me marcou muito, muito, muito, "você é a primeira TO preta que eu conheço". Aí eu falei assim, "mas em 2018, gente?" (risos), "como é isso? como é isso?". E aí, aquela cidade mexeu comigo de um jeito muito, muito peculiar e também muito violento em algumas situações, né? E aí, na saúde mental, eu acho que é isso, eu era nunca… eu nunca era a TO, tá? Eu era a louca ou era parente dos loucos, ou era alguém da faxina e tal. E aí eu nunca vou esquecer que eu levei isso um dia pra supervisão que a gente tinha, né? Eu falava assim pra supervisora, "mas eu tô muito ofendida, eu tô muito ofendida. Porque o homem podia ter me xingado… ele podia ser misógino, ele podia ter me chamado de qualquer nome, mas ele me ofendeu enquanto uma pessoa preta". Era isso, ele podia ter me chamado daqueles nomes de santa pra baixo, de tal e tal. Mas eu falei assim, "não, menina… Ele veio me chamar enquanto uma mulher preta". Era isso, o xingamento dele era relacionado à questão da cor e aquilo me... Nossa! Me levou em outras esferas.

G: Sim…

R: Mas a gente ressignifica isso também. E aí, por coincidência ou não, não sei, há duas semanas atrás, eu estava no COPENE, que é o Congresso Brasileiro dos Pesquisadores Negros, né? Estava lá em Belém, aí a senhora acredita que novamente, numa dessas mesas redondas, as pessoas vai pedindo pra se apresentar, e aí a moça fala assim, "ai, você é a primeira TO negra que eu conheço" (risos). E eu falo assim, leva muito tempo pra mudar isso, né?

G: Muito tempo.

R: São muitas gerações pra que isso seja uma coisa muito comum.

G: A cultura é muito... A cultura do povo é muito... É muito misógino mesmo, assim, é muito. Eu vejo disso, é aí é que eu te falo. Hoje eu percebo mais os olhares do que eu percebia antes, sabe? Quando eu comecei... Hoje tá muito evidente, tá muito forte isso. As pessoas que não são pretas, talvez olhem mais, olhem mais diferente, perguntam mais, né? Isso tá mais evidente do que eu tinha, sabe? Da minha época de estudante, da minha vida, da minha vida enquanto pessoa, eu não tive essa... Sabe? Essa coisa de discriminação. Eu não... Não tive isso.

R: Acho que é bom também.

G: É.

R: É bom também ter uma experiência de não ter tido essa experiência infeliz e violenta que é, né, professora?

G: Exatamente. Exatamente. Como eu te falei, os lugares onde eu frequentei de educação, de formação, é claro, eu sempre fui a exceção. Muito poucos... No máximo tinha um ou outro, né, mais um, mas era muito difícil, era muito difícil. Eu acho que foi a educação, sabe, os lugares assim, né, o mais simplório que meus pais foram, que não tiveram muito estudo, mas eles tinham essa preocupação de nos dar estudo e aí a minha, a minha formação, o meu ímpeto, o meu caráter, sabe, de estar sempre progredindo, de ser realmente mais do que eu queria, do que eu estava naquele momento me fez talvez nem perceber, porque eu sempre estava me impondo, me impondo nos lugares… não é nem impondo, me posicionando. Não é nem impôr, é posicionar dentro daquilo que eu queria, sabe, e acho que acabei não percebendo, sabe, esses tipos de tratamentos ou discriminação em torno de mim, né, sso não aconteceu. E aí formei uma família bacana e de pessoas super legais sabe, que tive filhos, meu filho casou com mulheres brancas que são maravilhosas, assim, incríveis, incríveis, por isso que eu digo que talvez eu tenha tido sorte nesse sentido, mas eu acho que também vai muito de como eu me posicionei na sociedade

R: Sim

G: Eu acredito nisso, porque se eu fosse… acho que se não fosse assim eu teria talvez passado por algumas situações que não… que me faria agir diferente, sabe, de me sentir diferente, que eu não sinto, sabe, eu sinto que saí bem. Eu hoje tenho, assim, uma… o pessoal do departamento está preparando, tem um colega que, “quer, vamos escrever a história do Espírito Santo, eu quero organizar um livro com você, então a gente está nesse projeto, que você vai se aposentar, sei lá o que você vai fazer” (risos), eu disse, “eu não vou pra lua não, Alexandre”, “não, mas vamos aproveitar”, então a gente está nesse, sabe, muito acolhedor comigo assim na… no departamento, na história, porque isso ele fala assim, “não, você vai sair, você vai sair dessa história, mas a gente precisa deixar essa história escrita”, então eu tenho, né, eu acabei formando um, um conhecimento, um núcleo de pessoas praticamente toda… a grande maioria de terapeutas ocupacionais que tem aqui no estado e que saíram foram pra São Paulo, tem esses alunos que, formados, que estão na… formaram, que foram estudar mestrado na USP e estão aí, foi pra São Paulo, outro foi pra sei lá, pra Paraíba, e estão super bem em outros locais, né, então a grande maioria… porque eu ajudei a formar, né, eu não digo que eu formei, não, eu ajudei a formar

R: Então, professora, vai de encontro com as perguntas finais, contribuição para a TO. Relembrando a sua trajetória, que eu acho que tem quase mais de 40 anos, qual ou quais você considera sua principal contribuição? E se diante dessas perguntas a senhora queria compartilhar mais alguma coisa

G: Então, eu acho que assim, a minha grande contribuição, eu tive momentos muito marcantes na minha carreira profissional, espaços que eu fui de construção mesmo e foi de construção mesmo, porque pra onde eu escolhi viver profissionalmente, não havia nada. Eu vejo que o meu grande legado, vou dizer assim, profissional, foi formar terapeutas ocupacionais, sabe, então eu tenho mais de, eu diria mais de 200 pessoas, mais de 200 profissionais que passaram, que eu ajudei a formar, que eu não fiz sozinha, foi um grupo de colegas, mas isso não tem preço, isso pra mim não tem preço e eu fico muito confortável de me aposentar, de sair, né, porque eu acho que o que eu queria eu consegui fazer, eu olho pra trás e vejo a construção, sabe, o caminho que foi construído em vários segmentos, então tô tranquila com isso (risos), pra mim, sabe, isso tem sido, pra mim, assim, bem legal, bem… eu tô muito, sou muito grata e satisfeita por ter conseguido construir isso, né, isso não é fácil, não foi fácil, foi nada caminho de flores, não foi, não foi mesmo, foi difícil, mas foi possível, foi possível, e eu acho que eu falo, eu falei isso essa semana na supervisão de estágio da turma que vai agora, praticamente vai formar, aí tem na supervisão de estágio aquelas reclamações do lugar, do colega, do colega preceptor, a forma como conduz, como trata o aluno no estágio, umas condutas da gente ficar, que eles ficam assim, nossa, de o aluno falar, “nessa área eu não quero, eu não vou mesmo trabalhar nessa área”, mas aí é muito por conta da postura do colega lá

R: Que mina, né?

G: É, que mina essas coisas. Eu falei, “pois é, então, gente, tudo é aprendizado, por que que que não dá certo? por que essas pessoas tem essa postura? por que que em determinado lugar vocês não tem uma visão tão deturpada da terapia ocupacional?” porque aí eles observam que outros colegas não valorizam, outros profissionais acabam não valorizando a terapia ocupacional porque o TO está lá tendo uma postura inadequada, então eu falei assim, “olha, tenham uma coisa na cabeça de vocês, existem profissionais e profissionais, existem terapeutas ocupacionais E terapeutas ocupacionais, então não sejam terapeutas ocupacionais, sejam O terapeuta ocupacional, eu quero que vocês sejam referência, e vocês só vão poder ser referência, eu penso isso, a gente só vai poder ser referência quando a gente tem consciência do que a gente é, que a gente tem consciência do que a terapia ocupacional representa para o outro, para aquelas pessoas que dependem de nós, tanto do ponto de vista das pessoas que dependem de nós, quanto das pessoas dos colegas, dos profissionais nos espaços em que a gente for trabalhar. É isso, quem sabe de terapia ocupacional somos nós, temos que saber, saber disso muito, temos que ter consciência e competência para ser terapeuta ocupacional, porque só ser terapeuta ocupacional não resolve, você tem que ter competência para aquilo que você quer fazer, para aquilo que você quer construir e isso só faz é estudando e com postura, se você não tiver isso, realmente… as pessoas vão te notar, ainda mais a gente que é negra, a gente que é preta, se você não fizer isso, é o que vai acontecer, não vão valorizar”, e alguns problemas que o alunos, por exemplo, me trouxe de

dificuldade com uma colega preceptora no campo, a colega é negra, eu sei, que foi do que eu formei, que eu ajudei a formar

R: A senhora conhece

G: Que eu conheço, sabe, e que eu vejo assim, poxa vida, é uma pena, é uma pena, né? Porque aí estão saindo com essa com essa visão, com essa, sabe, com uma coisa meio distorcida da postura do profissional que não… Eles colocaram… ela não se valoriza ali, não faz, não mostra como que a terapia ocupacional é importante sabe, e a equipe acaba não valorizando muito o trabalho

R: Engolem, né, professora, engolem

G: É, eles falam assim, "fica fazendo aquelas coisas que eu não acho que é terapia ocupacional", sabe, então isso eu não… eu vejo que essas pessoas ainda vão existir, né, infelizmente vão existir, a gente não vai… é uma utopia, é claro que vão ter essas pessoas também, aí a diversidade faz isso, mas eu acho que a gente deve tentar não ser assim, a gente deve tentar valorizar e ser realmente competente no que a gente faz, e eu espero que você seja muito, eu acho que vai ser maravilhoso, eu quero ver esse seu trabalho (risos), eu quero ver o resultado da sua pesquisa, pra gente poder, pra marcar mais um ponto aí nesse universo de pessoas, nesse universo onde a gente circula que a grande maioria não é da nossa cor, não é, parece que a gente não pertence a esse espaço (risos)

R: Exato, ô, professora, o que eu fiquei pensando… aí quando a senhora foi contando agora da sua contribuição, que eu fiz aqui as contas… então nos últimos 24 anos, todos os profissionais que foram formados, provavelmente, no Espírito Santo, passaram pela sua mão, seja na FAESA ou na UFES, né?

G: Isso

R: E aí eu fiquei pensando agora também, que então a senhora é uma imortal, porque cada vez que a senhora contribui, que nem esse momento, a senhora está contribuindo o seu tempo de vida comigo e de um jeito ou de outro, isso também se torna um escrito, se torna imortal, porque outras pessoas pós-nós terão acesso, então a senhora vai se tornar uma imortal junto comigo, e aí eu fiquei pensando ainda mais uma coisa, que quando eu vou pensando esse trabalho, por alguma questão, é que a minha mãe faleceu quando eu era criança, né, então por isso que eu vim morar com a minha avó, e uma das minhas angústias tudo isso pra fazer um parênteses, é que era uma angústia eu não saber da onde veio meu sobrenome, da onde eu vim, entendeu? Era um rolo pra mim, assim, um buraco, porque os colegas falavam, né, meus colegas brancos sabiam, "ah, minha mãe veio de tal lugar, meu pai veio de tal lugar, não sei o quê", e a história que a gente ouve não nos permite a gente construir uma outra imagem a não ser aquela da escravidão, né, muito do que eu vivia era muito nessa perspectiva, e aí eu falei assim, "então como eu sou um ser humano concreto, vou usar minha concretude pra me ajudar", aí inventei de fazer um teste de DNA (risos), e aí fez eu e minha avó, que era um presente de ano novo, de natal, e aí deu que eu falei assim, agora eu recontando aí a minha história num outro ponto de vista, é isso também, da gente ressignificar as coisas, eu sei que eu vim lá da costa da mina, entendeu? Os meus antepassados eram de lá, daquela região, nananã nananã

nananã… e aí as coincidências são que… quando eu vou pensando nesse trabalho, eu pensei no símbolo Adinkra que é um sankofa, que é aquele pássaro e tal, que a gente olha pro passado pra repensar o presente e escrever o futuro, é símbolo de sabedoria, aí então eu falei assim, acho que olhar pro meu passado enquanto pessoa, enquanto Roberta, era também olhar pra minha profissão, de olhar as mulheres que me antecederam, pra eu poder escrever um presente aqui no hoje, nesse 2024, e a gente repensar uma outra terapia ocupacional de pessoas que a gente… sempre estiveram aí, mas a gente não conheceu, a gente não deu nome, a gente não falou. Quando a senhora foi contando a sua história eu falei assim, eu sempre fico muito grata, porque eu acho que ouvir pessoas que tem mais de 30 anos… porque é isso, boa parte das pessoas que eu entrevistei tem mais de 30 anos, 40 anos, né? e você fala assim, que foi tão difícil quanto foi pra mim estudar, porque parece que não mudou muita coisa, né? Mas a gente ressignifica e aí eu fiquei pensando, “a professora Gilma é um grande baobá”, porque tem muitas raízes e durante esses 20 anos deu muitas folhas, sabe? então tem aquele tronco frondoso, forte, de quem foi nutriu e compartilhou, então acho assim, quando a senhora compartilhou esses 20 anos de formação, a senhora também compartilha comigo, “então a professora Gilma é uma imortal”, e eu acho que faz muito sentido pensar isso, né, o seu pioneirismo, porque é isso que as pessoas estavam falando assim, “nossa, sua pesquisa tem um quê de pioneirismo?” mas é, por isso que é tão difícil .

G: É, exatamente, por isso que é tão difícil

R: E aí eu falei assim, “a professora tá contando assim, uma das narrativas mais bonitas…” enfrentou muitas dificuldades, mas que não desistiu e que foi ressignificando, que foi buscando que foi desejando e que encontrou pares, que encontrou pessoas que pôde somar nessa construção. Então eu falei assim, então eu acho que assim… eu tô muito atrasada no meu mestrado, não tenho nem dúvida disso, a minha orientadora sabe, eu sei, mas eu acho que é nesse sentido assim, que nesse tempo a gente pôde se encontrar e eu fico muito feliz porque assim, eu quero muito honrar sua existência por gente poder ter se encontrado, a sua presença nesse mundo e a sua contribuição pra terapia ocupacional, pro Brasil, mas pro Espírito Santo, porque então talvez seja impossível falar de TO no Espírito Santo sem falar do seu nome, né

G: Sim

R: Então assim, é de valorizar a sua conquista, que às vezes a gente também fala assim, “não, não fiz nada”, “fez sim!” e precisa ser muito bem valorizada, muito valorizada

G: Obrigada

R: Eu agradeço muito a sua existência, essa vida que foi construída ali, né, na delicadeza, mas nos posicionamentos, né, na vida diária com as pessoas que a senhora foi atendendo e com os colegas

G: Foi. Foi um dia a dia, foi em cada dia de trabalho que as coisas foram construindo, as pessoas foram me conhecendo, foram conhecendo a terapia ocupacional, meu modo de trabalhar, viu que eu não desistia fácil (risos)

R: Tem um quê de audácia, né, professora?

G: Tem, exatamente, tem um quê de audácia, assim. Então é isso mesmo, eu acho que eu vejo muito de, como eu te falei, de consciência daquilo que eu preciso fazer, que eu quero fazer, às vezes eu não consigo, mas eu espero um pouquinho, dou um passo atrás pra poder dar dois lá na frente, eu sempre faço isso, "não, agora não dá", tá bom, então eu vou recuar. Aí fico esperando e fazendo as minhas estratégias, mas daqui a pouco eu dou dois passos, sabe, eu sempre fiz isso, sempre fui… Foi um pouco assim, né, da minha vida profissional, como pessoa, eu fui fazendo isso, tanto profissional como pessoal, eu fui um pouco, trabalhando, vivendo dessa forma, né, vivendo dessa forma pra poder me sentir bem e ser feliz, né, eu digo que assim… "eu sou feliz, sou feliz sim, eu fiz isso, isso, isso isso", tô bem, tô tranquila, né, então eu acho que tem que ser assim, né? Não tem problemas? Tem, lógico que eu tenho, sou humana, né, se eu não tivesse seria assim, Deus me livre, "você é de marte", não, não sou (risos), sou da Terra e tem problemas sim. Mas no outro lado que eu vou, meu lado profissional é, é de uma forma diferente de lidar, de viver, de conviver, então essas coisas… e eu preciso passar isso, ainda mais no campo que eu estou, que é o campo acadêmico, preciso estar conversando disso com as pessoas, para aquelas pessoas que eu quero justamente formar enquanto profissionais, mostrar como é que deve ser, então é dessa forma

R: Nossa, foi… Eu fico sempre muito encantada sabe, professora, pelo que as pessoas vão contando, compartilhando da sua vida, das suas experiências, acho que das dificuldades que foram acontecendo e que ainda assim a gente vai se ressignificando e a gente vai encontrando algumas portas na cara, mas a gente vê janelas abertas, a gente vai costurando algumas relações, a gente vai criando formas de estar, e eu acho que não é à toa que a senhora chega onde chega, né, então é muito feliz

G: Sim, eu me sinto feliz, eu me sinto feliz, da minha vida eu me sinto feliz, eu falo isso, sempre eu falo, "não, tá tudo bem, tá bom, deixa eu ir" (risos). Ai, Roberta é isso, né

R: Professora…

G: Você conversou com mais tem mais alguém, queria indicação de alguém, eu tenho aqui

R: Eu sempre aceito indicações, porque o que acontece, eu tive um problema muito grande no comitê de ética, não sei o que aconteceu, também eu não vou querer saber, porque eu falei que ia deixar pra lá, eles pediram pra eu fazer uma carta resposta e eu fiz desde junho, a resposta saiu essa semana. Então isso atrapalhou muito o processo, óbvio, então vou ter que pedir prorrogação do prazo, mas a minha orientadora é uma pessoa que sonha comigo, que é uma pessoa que me dá um entusiasmo assim, "eu estou aqui, a gente vai junto", então ela me incentivou a fazer a inscrição no doutorado. Como? Não sei, mas eu acho que o Universo vai contribuir a meu favor como tem vindo até aqui

G: Com certeza

R: Então eu entrevistei até antes mesmo da aprovação, eu perguntei para as pessoas se podia se elas tinham interesse, porque eu expliquei, né, então elas estavam ok. E aí eu entrevistei sete pessoas, todas TOs que estavam aí em Minas, São Paulo, né, e aí agora tinha algumas docentes que eu mandei e-mail porque eu também não tinha contato, então também estou aguardando, eu mandei e-mail para uma professora de Pelotas, uma da UNB e uma do Rio de Janeiro, mas aí também estou aguardando a resposta desses e-mails aí para ver se elas aceitam também contribuir. Mas eu agradeço, só com palavras mesmo, né, se a senhora tiver indicações de TOs que se formaram, negras, que se autodeclarem negras, mas que se formaram nesse período de 1958 até o ano 2000, eu serei grata.

G: Então, tem a Rita, Rita de Cássia Barcelos, você conhece?

R: Eu fiz contato com ela pelo e-mail e ela aceitou

G: Ah, então você vai adorar, ela é maravilhosa (risos). A Rita também estudou na FRASCE, ela estudou, ela foi numa turma depois da minha, uma ou duas turmas depois da minha.

R: Uau.

G: Nós fomos para o Chile fazer doutorado juntas

R: Ai que legal

G: Foi bem legal. E a Rita é uma potência também, Rita é uma potência, ela está na Paraíba, né? Está na Paraíba…

R: Eu não sei se é Paraíba ou é Sergipe

G: É Sergipe. Sergipe, Sergipe. E ela é uma potência, uma construtora da saúde mental, nossa, ela também é assim… desbravadora, você vai adorar conversar com ela, ela é ótima, ela é muito legal.

R: Ai, que ótimo. Eu mandei mensagem para a professora Rita, eu mandei para uma professora da UFRJ, professora Márcia, mandei para a professora acho que é Joci, Joci alguma coisa, que é da UNB, também mandei para ela, e para uma outra professora que é do Sul que se chama Renata Rocha

G: Sim, essa eu não conheço não

R: E aí eu mandei e-mail, então estou vendo se alguém responde, porque assim, eu peguei os e-mails que tem lá no lattes, porque eu não conhecia, né, então também não sei se está tão atualizado, então também estou aguardando, mas se a senhora tiver indicações, eu também aceito

G: Tá, se eu lembrar de mais alguém assim dessa época, mas não lembro, eu sei bem da Rita, da Márcia, que também estudou na FRASCE, foi do Rio, estudou na FRASCE, mas… tem o Paulo, Paulo Palladini, mas eu não sei como é que ele está, tem um

tempão que eu não tenho contato com ele, que ele estudou, fez FRASCE também, mas eu vou ver como é que ele está, se tiver eu mando no seu WhatsApp a indicação do contato dele para ver se você consegue falar com ele, mas eu acho que não está mais fazendo terapia

R: É porque o meu é só com mulheres

G: Ah tá, desculpa

R: Mas eu aceito, se ele tiver indicações também, porque eu acho que é isso, as pessoas vão conhecendo, né, vão transitando, então acho que a ideia é essa de a gente fazer essa rede, né?

G: Sim. Tá bom.

R: Professora, muitíssimo obrigada pela doação do seu tempo nessa terça-feira de setembro, comecinho… logo logo primavera, por ter compartilhado seu tempo de vida comigo, a sua história, agradeço a sua existência muito, muito, muito e até breve.

G: E até breve, até breve, que eu quero ver esse trabalho pronto (risos)

R: Mandarei, né? Porque eu acho que é isso, depois de transcrever e tal, as pessoas escolherem os nomes, né?

G: Sim.

R: E a gente pensar nessa construção que é junta, que é muito próxima

G: Tá bom

R: Obrigada, viu professora?

G: Imagina!

R: Até uma próxima!

G: Até, querida, beijo!

RITA DE CÁSSIA BARCELLOS BITENCOURT

RO: Roberta Souza (entrevistadora)
RI: Rita Barcelos (entrevistada)

Ro: Bom dia, professora.

Ri: Bom dia, olá.

Ro: Como vai, senhora?

Ri: Tudo bem?

Ro: Eu vou bem, e a senhora?

Ri: Tudo bom. Dia de domingo é aquele dia que a gente consegue dar um...

Ro: Um respiro?

Ri: Um respiro, né? Embora eu esteja cheio de trabalho para dar conta, né? (risos) Porque vida docente, discente, né?

Ro: Não é mole, né?

Ri: A gente só vive correndo.

Ro: Só vive correndo, né?

Ri: Caiu minha tampa aqui, eu tenho uma cachorrinha levada.

Ro: Daqui a pouco também vai aparecer os meus gatos por aí, que toda vez em entrevista eles querem aparecer aqui e marcar presença. Bom, professora…

Ri: Legal esse seu tema, bacana, bacana.

Ro: Eu vou explicando aí para a senhora, também não quero tomar muito tempo.

Ri: E eu já meio que entendi, porque eu trabalho com população quilombola ultimamente, então essa questão étnico-racial e etnografia é uma coisa que a gente está muito enfiada. Eu não trabalhava com essa população antes, né? Quando eu vim do Rio Grande do Sul, eu saí do Rio e já tô começando, hein?

Ro: É, pode ir que eu vou seguir no barco também com a senhora

Ri: Eu trabalhei na colônia Juliano Moreira como terapeuta ocupacional do Ministério da Saúde.

Ro: Uau!

Ri: E aí, né, quando… todo mundo pergunta, que é uma pergunta que as pessoas me perguntam, “por que você não foi para a Universidade Federal do Rio de Janeiro quando abriu?”, se eu era professora há tanto tempo no Rio, por que que eu não fui para a Federal do Rio de Janeiro? E uma coisa que poucas pessoas sabem é que eu era terapeuta ocupacional do Ministério da Saúde, concursada, né? E é uma categoria que nem existe mais hoje em dia, né, porque é tudo municipal, né?

Ro: Nem sabia que tinha!

Ri: É, teve, teve. Federal. Éramos 18 terapeutas ocupacionais atuando dentro da Colônia Juliano Moreira, promovendo a reforma psiquiátrica.

Ro: Uau!

Ri: Eu não dou aula sobre reforma psiquiátrica a partir dos livros, eu dou aula a partir do que eu vivi e construí. (risos)

Ro: Nossa!

Ri: Então, na época que surgiu o curso da terapia ocupacional no Rio, que são meus egressos, a Márcia, Márcia Cabral é minha aluna, a Reinoso foi minha aluna, a Cláudia Reinoso foi minha aluna, o Marquinhos Machado foi meu aluno, enfim. É dizer, são os meus alunos que estão aí. E eu era terapeuta ocupacional do Ministério da Saúde, e se eu fizesse o concurso na época, eu perderia, eu já estava já no final de carreira em termos de salário, no Ministério, faltava pouco até para o meu tempo de serviço solicitar aposentadoria especial, porque eu trabalhava com insalubridade.

Ro: Então a senhora trabalhou muito tempo?

Ri: Sim, foram 25, mais ou menos, 25 anos, eu acho.

RO: Caramba!

Ri: E aí, é, foi bastante tempo que eu trabalhei. Eu fui estagiária, fui bolsista, fui tudo da Colônia, depois eu fiz concurso, depois eu passei, depois eu fui terapeuta. E aí, o que que aconteceu na época, eu teria que abrir mão desse tempo de serviço, daquele salário para ir para um salário muito lá embaixo que estava o salário dos docentes no início.

Ro: Sim.

Ri: Aí eu fiz a escolha de ficar, e não foi só uma questão de escolha financeira, também foi, porque gosto de dinheiro, claro.

Ro: Quem não gosta, né?

Ri: É, tem gente que não gosta e se dá mal pra caramba por causa disso, tem raiva do dinheiro, não sei o quê. E aí, eu também tinha um grupo de pessoas que eu cuidava, que estava num momento da vida deles que a minha saída seria muito danosa para eles. Eram pessoas que estavam dentro do asilo, eu tinha uma paciente,

até os quadros dela estão aqui do lado, ela se mutilava, ela se cortava, era uma coisa terrível, e a gente conseguiu tirar ela desse lugar, conseguiu ela pensar em ter uma família, conseguimos transformá-la em artista plástica.

Ro: Que legal!

Ri: Uma série de coisas... E se eu saísse naquele momento também seria complicado. Então, foi uma escolha pessoal e profissional, foram dois motivos que eu não fui para a UFRJ. Aí, em 2012, quando eu estava já na última etapa do meu doutorado, que foi no Chile, apareceu o concurso para a Federal de Santa Maria, foi aí que eu fui e consegui me aposentar do Serviço Público do Rio de Janeiro e ingressar novamente no Serviço Público, porque são ministérios diferentes. E existe uma legislação que permite que você tenha duas matrículas públicas, exatamente quando você é de uma área e vai ser professor daquela área. Então, eu sou terapeuta profissional da saúde mental e fiz concurso para professor da saúde mental na Federal de Santa Maria. Eu nem sabia disso, mas eu sou uma pessoa de sorte. (risos)

Ro: Ainda bem! (risos)

Ri: Sou cheia de sorte. Aí eu consegui entrar. Bom, agora já falei um montão de coisas em um segundo só, vou deixar você (risos)

Ro: Eu vou falar um pouco, professora, para introduzir aí, para dizer como é que eu chego na senhora. (risos)

Ri: Tá, me conta.

Ro: Olha, o meu gato… primeiro eu tenho que dizer...

Ri: Já vi o rabo preto dele

Ro: É, tem dois. Um vai aparecer por aqui, o outro. Eu sou TO também e eu sou formada aqui pela Unifesp Santos. Então eu moro na cidade vizinha aqui no Guarujá. Aí eu me formei em 2016, no ano seguinte eu fui fazer residência em saúde mental lá em São Bernardo e depois eu voltei aqui para a minha cidade. No começo eu achei que não ia ter campo, né? Porque quando eu estava fazendo estágio, o único lugar que tinha eram aquelas ONGs antigas, aqueles serviços muito antigos, tipo APAE, centros de reabilitação, ainda naquela perspectiva ainda muito, de reabilitar o membro e tal. Então não tinha muitas opções. Aí eu falei assim, “bom, acho que aqui não vai rolar até emprego, né? Então acho que talvez eu tenha que voltar para São Bernardo ou para ir para algum lugar”. Mas aí eu acho que é isso, o Universo é providente o tempo todo e vai fazendo uns caminhos que é possível a gente permanecer. E aí, aqui na Baixada Santista, no ano que eu retorno, em 2019, tem um boom dessas clínicas de TEA e etc. Um boom assim...

Ri: A gente está no boom mesmo, é

Ro: E aí não é uma área... Acho que assim, eu gosto de trabalhar com criança, mas não nessa perspectiva. Talvez seja isso, né? E aí também eu fui fazer pós em desenvolvimento infantil, intervenção precoce. E aí um desses lugares que eu fiz

estágio me chamou para eu voltar como TO. E aí eu fiquei nesses lugares durante dois anos, eram dois serviços de reabilitação. E aí chega a pandemia, né? (risos) E aí o que não estava bom ficou muito pior, né? De várias formas, mas principalmente porque eu moro com a minha avó. Minha avó tem 90 anos. E ela é daí de Sergipe. E a minha mãe faleceu quando eu era criança, né? Então eu vim morar com a minha avó e meu tio, e meu tio falece por Covid, meu tio era um cara bem jovem, né, 43. Mas ele era um negacionista, não ajudou nesse momento, e é isso também, né, não chegou a tempo de tomar vacina. E aí no meio desse furdunço, de luto e tal, eu havia tentado em 2020, 19 e 20, o processo do mestrado na Unifesp aqui em Santos e não passei. E aí entrou a pandemia, eu falei assim, “não sei nem se eu vou estar viva, não quero mais saber de nada, eu vou ficar na minha, né?” Porque eu acho que é isso.

Ri: Acho que a pandemia meio que brincou com todos nós, né, com isso, né, essa questão da existência mesmo. Eu que sou existencialista, né? Eu sou existencialista. Imagino assim, tem umas horas que a gente fica pensando no sentido de tudo mesmo.

Ro: E aí eu falei assim, vamos ficar em casa, a gente entrou nesse esquema de home office e ficamos por um bom tempo. E aí nesse processo eu já fazia terapia porque acho que tem coisas da vida que a gente precisa elaborar, né? E aí nessas coisas da terapia, a terapeuta falou assim, “você não tinha um projeto?”, né, porque estava tudo em pausa, porque acho que era luto, pandemia e tal… “Você não tinha um projeto que você queria fazer o mestrado? Como é que estão as coisas, né?” E aí eu falei assim, “ah, não sei, mas eu não sei se eu quero continuar agora, se isso está fazendo muito sentido”. E aí eu acho que nesse mesmo período eu mudo de área também. Eu acho que a morte do meu tio mudou muito aqui a dinâmica, né, eu acho que… meu tio era meu parceiro nessa vida, então mudou muito a dinâmica. Eu falei assim, mudei de emprego, aí fui para o hospital lá, aí experimentei, aí também não tinha nada… era 170 físio e uma TO. Assim, né? O que eu ia fazer no universo? Nada, só estresse. Mas é isso que o universo é sempre muito providente. Eu sou uma pessoa de fé e sou um ser humano otimista, viu, professora? (risos) Então acho que o universo é sempre assim, “se você não acredita, eu hei de te dar sinais”. E aí...

Ri: Eu também sou assim, sou toda inspirada, uma estrutura de... É muito difícil, muito raramente eu não amanheço inspirada, estou sempre inspirada.

Ro: É, e aí, no ano que eu prestei, em 2022, eu falei assim, me mandaram o edital da UFSCar, aí eu vi e falei assim, “nossa, será que dá? Porque, meu Deus, daqui para… do Guarujá para lá é oito horas. É uma loucura, né? Como é que isso vai ser possível?” Eu falei assim, “bom, mas só vai ser possível também se eu tentar, não é? Então…”

Ri: Cê chega na Europa, mas não chega…

Ro: na UFSCar. E aí...

Ri: São nove horas a viagem para a Europa. (risos)

Ro: É? Então, nossa, teve dia que eu demorei muito mais. Aí eu falei assim, bom, vou ver o edital, vou ver se dá, e se der tudo certo, vamos que vamos. Aí me mandaram o edital, aí só faltava uma semana para fechar as inscrições. Eu disse, “não, em uma semana não é possível, eu organizar outro projeto e readequar para mandar para para

o mestrado de lá". Aí o universo muito providente, porque foi prorrogado. Aí a inscrição foi prorrogada, então se foi prorrogada, então é possível eu tentar. Tentei, e aí foi passando as etapas e deu certo. E aí eu entrei ano passado. E aí eu sempre gosto de falar isso, porque a minha turma… desde 2009, tem um programa lá, né, professora? E a minha turma foi a primeira turma majoritariamente negra desses mais de dez anos do programa, né. E aí, quando eu entro, eu tinha o interesse de entender mesmo as questões...

Ri: A TO era muito branca no Brasil, era muito branca. Nossa! Eu estava falando isso esse final de semana com meus alunos. Falei isso, dou aula sexta-feira, de TCC. E eles estavam falando, até te interrompi, desculpa, mas é que você falou, eu me lembrei. Eles estavam lá chorando as pitangas, eu estou com uma geração, a geração...

Ro: Mais corrida, mais sensível, né?

Ri: É, a geração parafuso na geleia. (risos) Pessoal resiliência zero. Se vitimiza, se fragiliza. Eu falei, "rapaz, você pensa o quê?", "Ah, professora, a senhora tem dinheiro, a senhora não sei o quê". Eu olhei para eles e falei assim, "é, vocês já notaram, eu não sei se vocês observaram, mas eu sou a única professora negra desse campus, num estado que é predominantemente preto. Vocês já pensaram nas travessias todas que eu tive que fazer? Eu venho do Rio Grande do Sul, eu era… só haviam três professores negros dentro da universidade. Eles quase me imploraram para eu não sair, porque ia abaixar esse índice." (risos) Sério, é sério. O reitor me pediu pessoalmente para eu não sair, quando eu fiz a pergunta para a Karen, me perguntou se eu tinha sofrido assédio, se tinha acontecido alguma coisa, e eu realmente troquei por questões climáticas, né. Eu tenho artrite reumatóide, e aí estava meio difícil de tomar o frio, mas minha carreira estava muito melhor lá do que aqui, aqui eu tive que construir do zero, por isso que eu acabei entrando, mas tudo é universo. Eu acabei ingressando na questão étnico-racial, quilombola, nananã, e fui para outros caminhos, que lá eu era eminentemente saúde mental. Aqui eu faço a interface, entendeu? Aqui eu circulo, eu estou territorial, estou quilombola, estou toda comunidade tradicional, sou conselheira municipal de cultura.

Ro: Uau!

Ri: Aqui eu estou no outro, entendeu? Estou quase com o pé fora da saúde, só não saio da saúde toda, porque eu sou da saúde mental, e a gente que é da saúde mental não abre, né? Mas meu pé está assim, é sócio-psicocultural. (risos)

Ro: E aí, professora, a senhora...

Ri: Aí você começou lá o seu mestrado…

Ri: E aí, assim, eu entrei nessa perspectiva de tentar entrevistar TOs negros, ações afirmativas e tal. E aí, nessas conversas que eu tive com outros colegas, uma colega também que ia fazer a defesa lá da tese, ela pesquisou uma coisa muito semelhante. E aí ela disse assim, "Rô, sabe uma coisa que a gente pouco tem, ou a gente não conhece? São quem veio antes de nós, né? Quem nos antecedeu, quem são essas pessoas, por onde andaram? A gente não tem essa informação".

Ri: As terapretas, né? As terapretas.

Ro: Exatamente. E eu nunca tive, viu, professora, nenhuma docente negra. Nunca tive, em lugar nenhum, eu nunca tive. E aí eu falei assim, “bom, acho que isso pode ser o que o universo conspira para mim”. E aí eu bem assim, “faz muito sentido”, porque eu estava muito enlouquecida, porque eu queria saber a minha origem, entendeu? Porque não era essa origem que as pessoas diziam tradicional de livro. Aí eu, um ser humano meio concreto, falei o quê para a minha avó? “Vamos fazer um teste de DNA, vamos saber as nossas origens numa outra perspectiva”. E aí deu que a gente é da Costa do Marfim, nananã nananã, mas tudo isso...

Ri: Ai, eu também tenho… Depois você me explica até isso que eu quero fazer. Porque eu tenho uma suspeita, assim… eu fui à África, né?

Ro: Foi?

Ri: Fui. Eu sou andada.

Ro: Eu quero me espelhar nas TOs que eu entrevistei que é assim, é do mundo, é da vida.

Ri: Eu passei três meses na África. Passei 90 dias na África. Eu fui dar aula num programa de mestrado lá, um doutorado de lá, na educação física.

Ro: Uau!

Ri: Trabalhei também com cursos na graduação terapia ocupacional, que lá ainda é muito incipiente, muito positivista ainda, né? E aí eu fui para Moçambique, eu fiquei em Maputo. Inclusive, isso que você está aqui atrás, isso aqui é uma capulana.

Ro: É uma capulana?

Ri: Que eu transformei em tela.

Ro: Que linda!

Ri: Eu sou TO, né, eu sou das artes, né? (risos) Transformei em tela. Era enorme, a capulana inteira. E aí ficou... Virou uma tela... Todo mundo que chega aqui fica doido, né?

Ro: Nossa, que linda!
(30min)
Ri: Meu canto meio África. Aqui tem umas pretas com turbantes, tem umas coisas. Aí eu fiz... Eu dei uma pretejada aqui nesse canto, que é o canto que eu trabalho, entendeu? Eu não sou a pessoa que quer clarear as coisas.

Ro: Ainda bem, né? Porque desde que essa história começou a clarear, deu tudo errado. O negócio tem que escurecer. (risos) Eu acho que é isso.

Ri: E aí... Eu fiquei com essa... Essa experiência da África foi muito forte para mim. Quando eu pisei no chão da África, foi uma emoção muito forte. Muito forte, assim. E de lá para cá, eu tenho... Eu não sei por que eu suspeito que a minha origem é do Benin. Não sei por quê. Eu não fui ao Benin, mas eu olho pelos traços, porque não resta tudo de lá, porque resta a cor da pele, mas está muito misturado com outros traços. Minha bisavó era cigana, então, né, cigano com africano. Eita, que de exclusão, eu entendo. (risos)

Ro: São os mais excluídos.

Ri: E aí eu tenho vontade de conhecer. Depois de tudo isso, você me dá os toques.

Ro: Tá.

Ri: Vamos prosseguir. Aí você descobriu que era da Costa do Marfim….

Ro: Costa do Marfim. Fala de alguns países… E aí fez muito sentido, porque... Não sei, por alguma razão... Não sei como é que me chega, como me chega, mas eu fiquei muito... interessada no Adinkra Sankofa. Não adianta, eu não sei o que aconteceu. E aí eu acho que fez muito sentido, porque é da região de onde diz que é o meu DNA, os Sankofas. O Adinkra, né? Então pra mim fez muito sentido. E aí eu fiquei pensando, “se isso está lá desde o meu DNA, na história dos meus antepassados, então, por que não eu olhar pra trás e fazer esse resgate, trazer pro presente, pra gente pensar um outro futuro?” Então, eu falei assim, “eu quero conhecer as mulheres Sankofas negras da terapia ocupacional”. Porque eu acho que é nesse sentido, assim, de honrar quem nos antecedeu, honrar quem sempre esteve aqui. E que é isso… A gente não tem os nomes, né, professora? A gente não tem os nomes, a gente não honra essa memória, a gente não escreve sobre ela.

Ri: Houve um apagamento proposital. Eu estava lendo essa semana, uma coisa que… eu sou muito observadora, né? Como terapeuta, a gente desenvolve… de saúde mental, então… e eu sempre tive uma aflição por ver que os nariz das múmias, das esfinges e tudo, era sempre destruído. Eu falei, “por que o nariz? Por que não acaba com o queixo? Por que não acaba…?” Porque é um apagamento do nariz ‘borrachado’.

Ro: Porque Egito as pessoas eram pretas, né? Essa história americana que é branco, né?

Ri: Foi uma forma de apagar o nariz. Foi uma forma de apagamento para que ninguém visse que o berço vem desse nariz chato. Entendeu? Porque todos que a gente vai ver, são todos com o nariz quebrado. Todos. Vai observar.

Ro: Olha só.

Ri: É estratégia de apagamento.

Ro: É. E aí, para mim, ficou muito forte de pensar quem veio antes, quem está aqui, que eu acho que é nesse sentido de escrever para imortalizar, né, de deixar um legado. E aí assim foi, eu falei assim, “então é isso”. E aí, óbvio que eu sou uma

pessoa, assim, não sou atrapalhada, sou uma pessoa atarefada… Eu mudei de tema, escrevi outro trabalho... Aí eu submeti esse ano no Plataforma Brasil, eles demoraram nove meses, tá? Nove meses.

Ri: É uma gestação que tinha que acontecer.

Ro: Aí assim, eu pensei em desistir, eu fiquei enlouquecida, eu chorei… Aí a minha orientadora é uma mulher branca, mas assim, eu falei para ela assim, “sabe o que é o mais bonito? É que você me sonha”. Eu tinha visto uma vez uma palestra, uma professora da educação, e ela dizia assim que os alunos negros falavam numa perspectiva de não esperança, de desesperança, porque não tinha pensado o futuro. E o menino dizia assim, “professora, esse lugar não me sonha, esse lugar não nos quer, esse lugar não nos deseja”. E aí eu falei para a minha professora assim, para a minha orientadora, “eu não tenho nem palavras porque você me sonha o tempo todo, o tempo todo você me incentiva, o tempo todo você me pega na mão, o tempo todo você fala assim, “Rô, é possível, vamos lá”.” E aí ela falou assim, “é possível, tá atrasado? Mas assim, a gente vai conseguir do mesmo jeito. Então vamos lá que é possível.” Então ela me sonha o tempo todo. E aí saiu recentemente, saiu agora, na semana retrasada, a aprovação do comitê de ética.

Ro: Olha, professora, ignora essa parte, ignora. (risos) E aí o que acontece? No ano passado, com essa professora, eu estava na aula de Histórias e Fundamentos, né, que eu fui fazer o apoio como docente, e tal, foi super legal. E a ideia, estando na disciplina, era que os alunos conseguissem me ajudar a fazer o levantamento de nomes, dessas TOs e tal. E aí, na verdade, a gente nem levantou tantos nomes assim, mas a gente levantou o da senhora, levantou o da professora da UNB, da professora Renata, da professora Márcia Costa, da professora Gilma e de outras TOs que não estão na academia, mas que estão aqui no nosso dia a dia.

Ri: Márcia Costa do Rio?

Ro: Uhum.

Ri: Ela que é minha ex-aluna.

Ro: Eu mandei contato, mas ela ainda não me respondeu.

Ri: É minha ex-aluna ela. É porque eu conheço ela como Márcia Cabral, porque era o nome de solteira dela, é o nome antes, né.

Ro: E aí, nessa ideia de fazer esse levantamento, a gente construiu uma exposição na Semana da Consciência Negra da UNIFESP, aqui em Santos, e aí a gente fez com essas mulheres negras que a gente conheceu nessa disciplina. E aí foi ótimo, porque então era a partir delas que a gente também ia construir esse trabalho. E aí a gente fez a disciplina de Histórias e Fundamentos, a gente levantou esse nome, e a parte desses nomes foi com essas pessoas que eu comecei as entrevistas. E não comecei muito tempo, comecei mês passado, explicando que eu estava aguardando ainda, o comitê de ética e tal, mas assim foi. E aí eu entrevistei a professora Gilma essa semana também.

Ri: Falou com o Gilma?

Ro: Falei com o Gilma, semana passada.

Ri: Amada demais, amada, amada.

Ro: Ela falou assim, “tem uma pessoa para te indicar que é assim, tipo eu, que cê você vai gostar, não sei o quê.”

Ri: Amada, amada, amada, nós somos parceiras, de pretitude, de vida, de luta, de tudo, meu Deus. Várias vezes ela segura na minha mão, várias vezes eu segurei na mão dela. Ela dizia, “eu não vou conseguir o dia”. Eu dizia, “vai sim, insiste sim, vamos em frente. Eles não nos querem, é aquela história deles, eles não nos querem”. Eu dizia assim, “problema deles, vão ter que nos engolir.” (risos)

Ro: Assim, porque eu me quero, né? (risos)

Ri: Problema deles. Geralmente eu penso assim, quando eu vejo algum lugar que não me quer, então problema de um lugar, não sabe o que está perdendo, sabe? (risos) Em alguns lugares eu até chego como se não soubesse que não me querem. E obrigo, pelo desconforto provocado pela minha presença, obrigo as pessoas a lidar, porque tem umas coisas assim no meu pensamento, e isso é de pequena, engraçado, porque autoestima vem de pequena. Eu dizia assim, “eu sou terráquea, estou no planeta Terra, todo lugar é meu lugar”, isso pequena, pequenininha. Entendeu? Quer dizer, aqueles lugares onde, digamos assim, a paleta de cores não cabia a minha cor. Mas eu nunca me senti desconfortável com isso, e sempre fiz um jogo. É um jogo meu, desenvolvido comigo, assim, que eu digo assim, “mas vamos pretear esse negócio, vamo…”. (risos)

Ro: Aí eu chego e entrevisto algumas pessoas. E aí, professora, eu tenho que dizer, que a primeira pessoa que eu entrevistei era de Minas Gerais. E é isso, né? As pessoas que eu tenho conversado têm em média entre 55, 74 anos, 75 anos, e eu acho que isso pra mim é muito bonito, porque eu vejo futuro, esperança, então muita resiliência. E aí, a primeira pessoa que eu entrevistei, eu saí tão afetada. Mas eu saí tão eufórica, tão feliz… E aí essa pessoa trazia os símbolos do girassol, trazia o Adinkra Sankofa, trazia, assim... Eu falei assim, “Universo, foi pra este momento que você me preparou pra que eu pudesse encontrar essa pessoa”, então, assim, tudo tá muito atrapalhado? Está. Mas eu falei assim, “nesse momento a pesquisa fez sentido a partir dali”.

Ri: E aí a outra pessoa que você entrevista tem uma capulana atrás de si, né?

Ro: E aí, toda entrevista, as pessoas vão trazendo elementos, eu falo assim, “era pra acontecer, era pra estar neste momento”. E aí a gente… eu cheguei na professora Gilma também, chego na senhora, e a gente tá aqui hoje, num domingo.

Ri: Bora trabalhar!

Ro: Professora, não é uma entrevista longa, mas eu sempre deixo aberto, porque eu acho que é pensando mesmo uma conversa, e a conversa vai fluindo. Então, já está

pronto o termo de consentimento livre e esclarecido, mando pra senhora também, tá? Nessa primeira parte, a senhora já falou um pouco, mas é muito mais sobre os dados pessoais. O seu nome completo, idade, a cidade onde a senhora nasceu e a cidade atual onde a senhora está.

Ri: Tá. Eu tenho dois nomes, né? Um nome que é o nome mais social, porque foi antes do divórcio, Rita de Cássia Barcellos Bittencourt. E o nome de solteira, né? Que é o nome mais recentemente que eu venho adotando, mais recentemente, mas no Lattes, por exemplo, tá Rita de Cássia Barcellos Bittencourt. Tudo que eu produzi em termos de livro e material está com esse nome. Se você procurar o Lattes Rita de Cássia Oliveira Barcellos, você não vai encontrar, você vai encontrar o Barcellos Bittencourt, porque mudar as coisas no Lattes não é brinquedo, então eu deixo o cara quieto lá. (risos) A gente só vai dando comidinha pra ele, de vez em quando.

Ro: Vai alimentando, né?

Ri: Alimentando o animalzinho e vamos em frente. Eu hoje estou com 68 anos. Estou... E poucas pessoas sabem disso. O etarismo... Eu falo muito pouco da idade por causa do etarismo, né? Muito pouco. E aí eu moro... Eu nasci no Rio de Janeiro, em Jacarepaguá, sou carioca da Gema.

Ro: Carioca.

Ri: Da Gema, de Jacarepaguá. Nasci ali, perto do Projac.

Ro: Olha!

Ri: Meu destino é ser *star*. (risos) E aí... Eu hoje estou residindo em Sergipe, eu moro no interior de Sergipe, porque eu dou aula aqui no Campus Lagarto, na Universidade Federal de Sergipe, Campus Lagarto.

Ro: Aí é quentinho, né?

Ri: Aqui é quentinho. Mas você sabe que o inverno em área de sertão, o inverno também é muito rigoroso? Eu não sabia disso.

Ro: Eu também não sabia.

Ri: Acho que no deserto faz frio, né? A gente nunca se dá conta disso. Eu achei que eu vinha assim... Calor eterno, sol eterno. (risos)

Ro: Ó, professora, agora a gente passa para a segunda parte, que é a sua trajetória acadêmica. Onde a senhora cursou a graduação, pós-graduação, e depois eu faço a outra pergunta.

Ri: Graduação, eu cursei no Rio de Janeiro, na FRASCE, Faculdade de Reabilitação da Associação Solidariedade da Criança Excepcional. Tem que falar devagar, porque... Espera aí um instantinho. Janete, pega a Aurora aqui para mim, faz favor. É Lola, é terrível. Faculdade de Reabilitação da Associação de Solidariedade da Criança

Excepcional. Eu acostumei a falar depressa, mas para os outros eu falo devagar, porque é muito grande, é FRASCE. A FRASCE, no Rio de Janeiro.

Ro: Em que ano, prof?

Ri: Foi... 80. Só que eu... A minha turma se formou em 84, e eu tive que trancar a faculdade, e voltei e me formei em 87. Eu tranquei no oitavo período.

Ro: No finalzinho. É uma particular, né?

Ri: Aham. Aí tranquei, por questões financeiras, e voltei. Então, eu sou da turma de 80, mas concluí em 87. É... Minha pós-graduação, a primeira que eu fiz foi a especialização na Fiocruz, em 88, eu concluí em 89. Depois, o mestrado eu fiz em 2001, concluí em 2001. Aí passei um bom tempo, achava que não ia mais mexer com isso. Depois, fui fazer o doutorado no Chile. Aí fiz doutorado no Chile, em educação, concluí em 2012, né? E... Dentro da terapia ocupacional, eu atuo na militância do campo da saúde mental.

Ro: Ô, professora, eu sempre faço a pergunta assim, como é que a senhora conheceu a TO?

Ri: A minha história de amor com a TO é assim, eu estava fazendo formação em outra área, e aí eu fui fazer um trabalho para essa outra área, e eu tinha que conhecer a reabilitação. Eu estava envolvida com a formação da enfermagem, da enfermagem, e fui conhecer a reabilitação, que, na época, os nomes eram assim, logopedia, praxiterapia, eram os nomes assim. (risos) Aí eu fui nessa associação, entrei para encontrar os profissionais dessas áreas com esses nomes tão estranhos, e aí alguém disse assim, “não chama mais assim não, agora é fonoaudiologia…”, tinha acabado de pegar os nomes, “fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional”. Aí a primeira sala que eu fui, foi da fisio, e aí eu encontrei uma pessoa que estava fazendo uma tração cervical, e a pessoa assim… (risos) Eu tomei um susto com aquilo, porque a aparência da tração é horrível, a pessoa está com uma coisa enforcando aqui assim, e eu falei assim, “Deus me defenda”. Aí saí daquela sala, fui para outra sala, era uma sala da fono, aí tinha uma criança que estava assim, uma espécie de um pirulito, assim, mas era um pirulito com uma bola, que era como se fosse uma bola de gude, era um pirulito de vidro, sei lá o quê, e estava assim na boca, e a criança estava tendo que pronunciar alguns fonemas com aquilo na boca.

Ro: Ai que horror!

Ri: Quer dizer, eu vim de lá, daquilo, e eu falei, “meu Deus”, aí eu falei assim, “Jesus, estou até com medo dessa terceira profissão”.

Ro: Traumático, né?

Ri: É, eu falei, “estou até com medo da terceira profissão.”, que era o tal de TO, que ficava numa salinha lá no final.

Ro: Sempre excluída na salinha das quinquilharias, né.

Ri: Aham. A salinha lá no final. Porque era assim, a primeira era fisioterapia, no meio, ficava a fono, e lá no finalzinho a salinha da TO. Mas eu sempre digo isso para os meus alunos, que foi assim, foi o encontro com o amor da minha vida. O amor da minha vida se chama terapia ocupacional. Foi um encontro marcado mesmo, porque estou formada há tantos anos e eu nunca esqueço desse momento. Eu entrei e a pessoa estava com um avental, um guarda-pó, como se fosse um jaleco, mas ele estava respingadinho de tinta, os dedinhos dela estavam sujos de tinta, e ela disse que estava fazendo pintura com a mão, com as crianças, e fazendo estimulação essencial com as crianças, e aí, trabalhando dessensibilização e essas coisas. E aí ela disse assim, você quer vir para ver? Aí eu fui, e ela estava lá com as crianças, sabe? Assim, as crianças riam, ela ria, eles experimentavam coisas, era uma coisa, assim, tudo com muita cor, com muita luz.

Ro: Muito vivo, né?

Ri: Parece que o ambiente era iluminado assim, ao redor, a coisa mais linda. E eu falei, “ainda paga para fazer isso”. Aí meu olho brilhou e eu falei, “encontrei”.

Ro: A senhora foi capturada?

Ri: Com certeza, totalmente. Aí cheguei em casa, minha mãe era enfermeira, e eu estava me preparando para me formar em enfermagem, eu falei para ela, “mãe, eu não vou prosseguir, eu vou para a terapia ocupacional”. Ela, “tera o quê?” (risos) Minha mãe não conseguia falar o nome, ela não conseguia mesmo falar o nome, ela achava tão esquisito. Ela só fez assim, “ah, meu Deus, vou ter que te sustentar para o resto da vida”, ela só pensou isso. Falou assim, como uma sentença, entendeu? “Fazer um raio de uma profissão com um nome que ninguém conhece direito, uma profissão que ninguém conhece direito, vai morrer de fome, eu já sei, vou ter uma filha aqui enfiada dentro de casa que eu vou ter que sustentar para o resto da vida, com o meu salário de enfermeira“. (risos) E aí foi interessante, porque assim que eu concluí minha graduação, fiz o concurso para o Ministério da Saúde, passei, e o meu salário era maior que o da minha mãe. (risos)

Ro: Olha, a profissão que não sabe se pronunciar, né?

Ri: Não, e depois ela passou a ser assim, a embaixatriz da terapia ocupacional, ela descrevia a TO melhor do que qualquer pessoa para qualquer um, ela tinha orgulho da filha, ela dizia assim, “minha filha não tem uma profissão comum, minha filha é uma profissão muito diferenciada, não sei o que”, entendeu? Ela passou, porque ela viu o quanto aquilo ali transformou a minha vida. Eu digo para você assim, que a terapia ocupacional me desenvolveu uma segunda natureza. Eu tenho a minha natureza de Rita de Cássia, e a terapia ocupacional me desenvolveu a natureza de terapeuta ocupacional, que é uma natureza que foi criada, foi construída, mas eu digo para você que é excelente essa natureza criada, essa ‘aspas’, né, “natureza criada”, essa segunda natureza que a TO me cria, entendeu? Ela traz assim o melhor para mim, o melhor de mim.

Ro: Foi te dando elementos, né, professora?

Ri: Ela me traz o melhor de mim, eu gosto muito de ser terapeuta ocupacional, eu faço uma coisa que eu amo, e eu ainda sou paga para isso. É sensacional, é sensacional. Eu me formei em 1987.

Ro: O ano que eu nasci.

Ri: Você está há quantos anos?

Ro: Trinta e seis. Vou fazer trinta e sete.

Ri: Isso. Eu já fiz trinta e sete de formada. Trinta e sete anos de formada, e eu falo dessa profissão com esse brilho, né. Enquanto a maioria das pessoas dizem, “ai, não vejo a hora de me aposentar, acabar logo com isso”. Eu falo dela com essa paixão toda.

Ro: Nada, a senhora ainda está cheia de axé e cheia de energia.

Ri: Eu sei, eu sei.

Ro: Dá para ver assim, que vibra, dá para ver pelo olho, pela energia, é visível.

Ri: Vambora, vamos em frente.

Ro: Vamos. E aí, professora, quais foram os cursos e as suas áreas, quais foram, os cursos não, né? Quais foram as suas áreas de atuação acadêmica?

Ri: Então, eu sempre atuei na saúde mental. E aí, em 1988, assim, bem recém-formada, mas não era tão recém-formada assim… Que foi o que aconteceu… Eu tinha, me formaria em 84, né, 85. Teve esse problema que eu não consegui concluir. Eu estava no oitavo período, tive que sair porque não conseguia pagar. Voltei, quando eu voltei, os professores todos me conheciam, eu tinha sido monitora de todos eles. Embora recém-formada, as pessoas me conheciam, me achavam uma excelente estudante. Então, eu voltei, fiz o meu último ano e rapidamente, em 88, eu recebi um convite para dar aula

Ro: Uau!

Ri: Como auxiliar de ensino, como auxiliar de ensino no curso que eu fui aluna. E aí, eu comecei a dar aula em 88.

Ro: Nossa!

Ri: Aham… Em 88, eu tinha, assim, tinha um ano de formada. Comecei a dar aula, uma professora estava tendo problemas de saúde e aí ela estava faltando muito e eles me chamaram para substituí-la. Eu fui professora substituta, auxiliar de ensino, fui substituta primeiro, aí era para eu ir embora, né, logo depois que a professora voltar, só que os alunos gostaram tanto das minhas aulas e fizeram uma abaixo assinado para eu ficar.

Ro: Querida!

Ri: E aí, eu fiquei, na verdade, eu assumi aquela turma, a professora que foi para outra turma, eu assumi aquela turma, fiquei e a professora no ano seguinte foi embora e eu fiquei dando aula naquele curso. O curso extinguiu depois, anos depois, muitos anos depois, mas eu fiquei dando aula até o último momento, porque teve uma rota de extinção de curso de TO muito grande nos anos 90 por conta da questão socioeconômica e tal, daqueles plano cruzado, plano real, plano não sei o quê. Os cursos de TO, a maioria eram privados, quase não tinha nas públicas, então os cursos fechavam ao sabor da economia, né. E aí foi, a minha vida acadêmica se construiu a partir de 88 com duas áreas principais, fundamentos de TO e terapia ocupacional, na época era em psiquiatria, nem em saúde mental, na época a formação era assim, depois que passou para terapia ocupacional em saúde mental, mas sempre nesse campo, nessa militância. Mais recentemente, quando eu estava na UF, na UFSM, eu comecei a trabalhar já com TCC e com ética, mas eu gosto mesmo de trabalhar é com Fundamentos e saúde mental, é minha paixão, adoro fundamentos de TO.

Ro: E agora a senhora está trabalhando com povos quilombolas?

Ri: Agora, mais recentemente, a questão quilombola é um trabalho que eu desenvolvo com pesquisa, na pesquisa e na extensão. A gente criou um observatório de ações afirmativas para a população quilombola aqui na universidade, esse observatório não passou em branco na gestão, o reitor chamou, me chamou, e aí eu estou fazendo parte de um grupo que está criando observatórios para a universidade.

Ro: Uau!

Ri: Questão de combate ao racismo e fortalecimento das ações afirmativas.

Ro: Que legal, ótimo. Eu sempre falo que eu sou a filha das ações afirmativas.

Ri: E eu uma defensora árdua, porque eu sei o que que eu tive que enfrentar por não tê-las.

Ro: Então, a senhora falando que a sua mãe era enfermeira e a senhora também fez o curso, antes de fazer TO eu fiz enfermagem. (risos) Nunca dei um dia de trabalho. Só participei um dia de uma campanha de vacinação, nunca mais. Ficou aí para...

Ri: Não me pertence, nem registro fiz.

Ro: Conheci gente da hora, mas está aí, ficou aí, enfim. E aí, nessa terceira parte, professora, é muito mais uma frase de um livro que eu li, e isso me demarcou muito, que era “reconhecer-se negra”. É de quando você se reconheceu enquanto pessoa negra?

Ri: Então, é uma trajetória interessante, porque eu sempre me soube negra. Sempre. Mas não do jeito que a sociedade espera. Eu nunca me vi como excluída, como vítima, como menor, como sem acesso. Eu nunca me vi assim, entendeu? Se acontecia qualquer coisa que me levasse para esse caminho, o meu entendimento era que o erro estava naquela situação, naquelas pessoas, não em mim. Entendeu? Eu sempre me vi assim. Eu adoro a cor da minha pele. Meu Deus! (risos) Eu gosto da

versatilidade do meu cabelo, que ele fica liso, que ele fica cacheado, que ele fica crespinho, que ele fica espetado, que ele fica... Eu gosto dessa versatilidade. Eu não tenho problema algum com isso. Eu gosto dos meus lábios enormes, mesmo quando não era moda, não era moda, era moda assim…

Ro: A gente sempre teve.

Ri: Eu sou do tempo que a moda era não ter. Eu sempre achei bonito. Então, quer dizer, os meus traços pretos, eu gosto deles e estou em paz com eles. Então, estando com as pessoas, eu não me via diferente delas. Eu sempre me vi negra, mas aquela história do bípede pensante, sempre assim. O ser negra é uma condição de humanidade minha, não é uma condição à parte que me inferioriza, ou que me… sabe? Eu entraria na fila novamente sem problema, entendeu? Eu entrava nessa fila novamente. Qual é a fila? “Nã nã nã”. “Tá, ok, não, bacana. Bacana. Estou aí”. Entendeu? Eu não sei se eu entraria na fila do gordinho. (risos) Mas é isso. Magrela também não, entendeu? Mas dessa pretitude, eu entrava de novo, sem problema algum. Então, ser negro é um desafio, porque eu, às vezes, falo para as pessoas assim, “por que que quando tem várias pessoas num ambiente, você diz assim, e aquele negro, ou e aquela negra? E por que você não diz, e aquela branca, e aquela não sei o quê?” Entendeu? Então, quer dizer, por que que essa minha condição de humanidade, ela tem sempre que ser trazida à tona, né? Um grupo que tem outras pessoas com outras condições humanas. Então, a minha condição é tão humana quanto de qualquer um. Agora, eu sei, é claro, que o racismo existe, eu não sou ingênua de achar que não existe, mas eu gosto de desconfortar o racismo.

Ro: Estamos juntas.

Ri: Eu gosto de desconfortar o racismo, sabe? Eu não gosto de pactuar, eu não quero que eles se sintam confortáveis em me humilhar. Eles podem até tentar, mas o êxito não cabe a eles, cabe a mim.

Ro: Eu sempre penso, né, professora? Que é isso também, né? A gente vai... Eu posso falar que é isso também, sou de uma outra geração, né? Não a sua. E que... Eu levei um tempo também para estar muito mais fortalecida, né? Porque eu acho que aí também não tive toda essa referência em casa de fortalecimento, de autoestima e tal, mas eu participei de um cursinho pré-vestibular aqui que se chamava Educafro, né? Que era voltado para pessoas de baixa renda e pessoas pretas, pobres, enfim. Então, ali foi o começo. E eu acho que isso foi só se fortalecendo. E aí eu sempre digo assim, “eu sempre vou trazer o desconforto para a arena, porque não será meu, vai ser de quem trouxe a fala, vai ficar para você. A indigestão vai ser sua, porque eu continuarei e sairei plena como eu entrei, não é meu”.

Ri: Plena como entrei, acabou, acabou, pronto. “Vou trazer o desconforto para a arena”, essa é a minha metodologia, essa aí. Não cabe a mim.

Ro: E acho que foi tão importante, porque isso acho que foi me dando, não acho que a palavra melhor fosse empoderamento, mas uma percepção de mim enquanto sujeita de valor, de direito comum, e qualquer outra pessoa. Eu, enquanto TO, sempre trabalhei com os públicos mais vulnerabilizados, então tanto eles quanto nós estamos aqui numa sociedade que é diversa, e a gente vai pontuar isso, né. E eu falo assim,

“então, ainda que seja a única preta ainda, em todos os serviços, ainda que muitas vezes achem que eu sou a mulher da limpeza”.

Ri: Que bom que vocês me têm (risos)

Ro: Ainda bem que vocês...

Ri: Que bom que vocês me têm

Ro: Ainda que vocês acham que eu sou o parente dos pacientes, sempre assim, né, eu sou o parente do paciente, não sei o quê. Até que agora eles me chamam assim, eu falo assim, “eu não sou uma pessoa vaidosa, então esse elogio não me cabe”. “Dizem que no Guarujá a gente tem uma popstar TO, que é você”. Aí eu assim, “eu, uma popstar?”. Aí eu falo assim, “me faltam os louros, o reconhecimento e o que a gente precisa para fazer o funcionamento do trabalho, né.”. Mas eu acho que é para pontuar de que não é desse jeito...

Ri: Você falou agora dos louros, do reconhecimento… tem uma coisa assim, como a terapia ocupacional brasileira, ela saiu do Rio de Janeiro de cabeça baixa, né, porque a escola de reabilitação do Rio de Janeiro fracassou, era uma instituição privada e aí a USP foi criando os cursos e os cursos, a maioria com incentivo migrou… Só um instantinho… Janete, pega aqui a Aurora, por favor. E aí foi migrando para São Paulo. Eu me lembro de ter ido a um evento, acho que foi o primeiro encontro de docentes do Brasil, o primeiro ou o segundo, se não me engano, que foi em Porto Alegre, e eu me lembro de uma coisa que as pessoas diziam assim, “as terapeutas ocupacionais de São Paulo vão esmagar você”. Aí eu falei, “por quê?”

Ro: Nossa!

Ri: Não, é porque eu ia fazer uma fala, alguma coisa, e aí eu assim, “mas por que vai me esmagar?”, “Não, porque nós somos do... quem vem de outro estado não tem vez quando as paulistas chegam”. Eu falei assim, “olha, eu pelo menos não me lembro de ter nenhuma palavra extra no meu diploma, tá escrito ‘bacharel em terapia ocupacional’, não botou terapia ocupacional menor, Terapia Ocupacional... O que está escrito no título é o mesmo”. E aí eu falei, “olha…”, “ah, porque quem vem de escola privada, quem não sei quê, nã nã nã”, foi assim um falatório, eu falei, “olha, eu vou continuar sendo a profissional que eu sou, vou continuar fazendo as coisas que eu faço”, e levei muito tempo assim ouvindo essa narrativa de que quem é de instituição privada é docente menor. Quando eu fui para a Pública, sim, quando eu fui para a Pública ainda tinha essa narrativa, tanto que uma vez me perguntaram, “mas por que que você não foi para o Rio de Janeiro?” E aí as pessoas não sabiam que eu era servidora federal. As pessoas achavam que eu não tive coragem de fazer para o Rio e fui fazer para Santa Maria, entendeu, e não foi nada disso, foi uma questão de percurso mesmo, né. Eu tinha que ter… garantir aquilo ali, que eu já tinha tempo de serviço, foi logo assim que eu me formei, em 87 eu entrei no Serviço Público, eu me formei e entrei no Serviço Público. Em 87, foi assim, tudo ao mesmo tempo. E aí eu não queria perder aquele tempo, aquele tempo de serviço, porque eu não poderia acumular o que vem do Ministério da Saúde não acumula para o Ministério da Educação. Não acumula. Se fosse no mesmo Ministério, eu cheguei a investigar isso,

que eu até faria e depois puxava. Cargos diferentes, Ministérios diferentes, não acumula. Eu ia perder todo aquele tempo, imagina.

Ro: E é uma escolha pessoal que também é pensando o futuro, né, professora? Como abrir mão de uma coisa que você se dedicou, né…

Ri: Também é aquilo que eu te disse, né, foi uma escolha pensando nessa pessoa aqui, esse aqui, está vendo? Esse quadro aqui…

Ro: Estou vendo.

Ri: É de uma pessoa e se auto... As minhas negras aí, olha.

Ro: Ai, que linda!

Ri: Essa escolha foi pensando também nos usuários que eu tinha, que eu tinha um compromisso com aquelas pessoas. Elas se automutilavam, eram pessoas graves de transtorno mental, e eu tinha tirado elas desse lugar. E de repente eu ia embora, tchau, e deixava elas ali, em plena travessia, eu não me sentia... Dentro de mim, o meu *éthos* não permitiu fazer isso. De alguma forma, eu fiquei com pena ao mesmo tempo, mas também foi muito difícil para mim essa escolha. Mas são aquelas escolhas que a gente tem que fazer na vida. Vamos voltar para...

Ro: E aí, professora, agora, pensando nessa parte de mais questão étnica, se houve algum evento marcante no período da graduação e se houve algum suporte institucional? Se a senhora viveu alguma questão de racismo…

Ri: Não, não, não houve, não. Eu sempre fui CDF e eu tinha um professor preto de Física.

Ro: Jura?

Ri: Lindo, um Deus. Ele era um deus, pense num deus.

Ro: Um muso.

Ri: Muso, um muso, um professor de 1,80m, preto, cabelo Black Power. Médico e físico nuclear. Ah, imagina!

Ro: Nossa senhora!

Ri: Sim, sim. Eu tinha um professor preto. Então, a instituição... Ele era um muso de todo mundo. Todo mundo era doido por ele. E, realmente, não sofri nenhum racismo dentro da universidade, até porque você vê que eu fui indicada para ser professora depois, logo depois. O que... Hoje estava pensando nisso, na hora que eu falei… 'eu vou falar da entrevista'…. Houve um momento que não é que tenha sido, assim… e foi proferido... Foi a hora que eu vi o preto da história, né, o preto da história. Eu estava... Nós estávamos na foto. Sabe aquelas fotos de formatura? E nós estávamos... Eu tinha mais duas colegas pretas na turma. E aí, nós fomos enfileirar para fazer a foto e na hora, por obra do acaso, nós três nos enfileiramos, as três

pretas. E partiu de uma colega preta o pedido de que a gente se separasse para não botar tanto preto junto.

Ro: Olha!

Ri: Partiu dela, “não, precisa branquear mais a foto, se não fica muito preto nesse canto”. Porque a gente estava, assim, do meio da foto pra cá, digamos assim, para o lado direito, a gente estava um pouquinho mais na ponta. Estávamos as três assim e ela me falou isso. Naquele momento, eu senti o peso do racismo e vindo de uma colega que era preta, quer dizer, desconfortável. Porque a mim, sabe, eu estava super tranquila, eu estava entre colegas, entre pares. Mas a ela afetou muito. E eu era toda boazuda, toda... Sabe? Toda bonitona de corpo, toda bem arrumada, sempre fui muito bem arrumada. Quer dizer, não era nem que dissesse que eu estava meia... Estava de salto alto, estava toda bonitona, o meu cabelo bem arrumado.

Ro: Eu já vi umas fotos da senhora toda diva.

Ri: É, diva. Sempre toda diva. E aí, tipo, em casa estou sempre de batom. São manias, né? Então, eu gosto de divar. (risos) E aí, eu olhei e falei assim... “Nossa, mas…” E aí, eu não briguei com ela, mas eu conversei. Isso eu nunca esqueci, foi com a Sueli, uma colega minha.

Ro: Mas marcou, né, professora?

Ri: É. Mas marcou de ver, assim... O quanto... O que tinha sido feito com esse outro. O que tinha sido feito com esse outro. Pra esse... A Aurora, em nome de Jesus...

Ro: (risos) Está parecendo uma família minha que fala assim, exatamente com o cachorro. (risos) A minha tia fala igualzinho. (risos)

Ri: É, não. Porque eu tinha visto, assim, o quanto que aquela pessoa... Eu só pensei, assim, ‘o quanto que essa pessoa é atingida’. Aquilo me marcou, não a mim. Assim, eu não me senti mal por aquilo. Eu, Rita. A empatia em mim... mexeu de ver o tanto que aquela pessoa, que é preta, não se sentia bem perto de outros pretos, precisava branquear ao redor dela para ela se sentir melhor vista. Entendeu?

Ro: Entendi

Ri: E aquilo... Eu olhei, falei, “nossa, Su, que coisa triste você acabou de dizer”. Ela, “Não, você até que é arrumadinha”. Então, tinha outra que tinha uma... “Não, você até que é arrumadinha”. Aí, assim... Aí, olhou para a outra que era assim, mais com uma aparência mais... Pobre, mais... Entendeu? Porque tem também uma coisa interessante que é... As dificuldades, né, elas também têm dígito de conta bancária também. Porque eu acredito também que eu sofri menos porque minha mãe era enfermeira e meu pai era polícia federal, entendeu?

Ro: Tinha mais acesso, né, prof?

Ri: Exatamente. Exatamente. Eu sofri menos por isso. Quer dizer, não é que não teve. Teve. Mas não era... Mas os dígitos…

Ro: Faz diferença.

Ri: Faz diferença. Nosso país tem os colorismos, que é o tom da pele. Quanto mais preto, mais sofre. Quanto mais claro, sofre menos. Eu já ouvi pessoas dizer assim, “não, você não é bem preta”. Entendeu? Eu já fui clareada em algumas situações, né...

Ro: Quando é conveniente, né?

Ri: Eu já fui clareada. “Não, você não é exatamente preta.” Eu falei, “como assim? Como assim?” (risos) Mas é… de acordo com a situação… é interessante isso, né? Mas tem um outro lado, assim, que é muito rico, que não é da minha formação, que é do momento atual que eu estou passando, que é fazer parte da banca de hetero-identificação. Essa experiência, assim... Sensacional, entendeu? Dura, dura. Porque a gente vê pessoas se fazendo passar por negro, não sendo...

Ro: Eles não ficam nem constrangidos, não é, professora?

Ri: Oi?

Ro: As pessoas não ficam constrangidas de ter a percepção de que... Como é danoso você fazer uma coisa dessa, não é? Uma pessoa branca usar…

Ri: Não, elas não têm, não.

Ro: Não, não ficam constrangidas, nada disso, não é?

Ri: Eu vou pedir… Aurora... A Aurora tem transtorno, ela tem TDAH. (risos) As pessoas não sentem desconforto nenhum, elas acham que isso é um plus. Nunca entenderam que é um reparo, elas nunca entenderam que é um reparo. Elas acham que é um plus. Assim, “ah, eu quero tirar essa vantagem”, entendeu? E eu já ouvi narrativas assim, “você não precisou de... E está aqui”. Aí eu falei assim, “pois é, eu defendo as cotas exatamente porque eu não vivenciei o período de cotas, e eu sei as travessias que eu fiz. E eu acho que as pessoas não merecem essas travessias. Elas têm o direito de estar em outro lugar, de estar mais bem colocado na vida”. Espera aí só um segundinho.

Ro: Tá bom, prof, tá bom.

Ri: Só um segundinho. Ô, Jane… Espera aí um pouquinho.

Ro: Tá bom.

Ri: Espera aí… Ok. Vamos voltar.

Ro: E aí a senhora viveu a experiência agora recente de estar na banca de heteroidentificação, que aí também tem os seus causos, né...

Ri: Percalços… Percalços… Os critérios, né? Mas foi interessante porque eu estudei mais sobre a minha etnia, foi...

Ro: Se aprofundou?

Ri: Foi legal também desse lado. Estudei mais, né? Me autoconheci mais, me auto reconheci mais. Foi interessante também.

RO: Eu fiquei pensando, a senhora falando da banca de heteroidentificação, eu sou da primeira turma de cotas da Unifesp. E aí quando eu pergunto para as mulheres que eu tenho entrevistado, e parece que, assim, são quase dependendo da turma, 20 anos, 30 anos, não parece que mudou muito, né? Porque na minha turma só tínhamos três. A senhora contou também aí na sua turma, a senhora e outras duas, né? Mas para entrar naquele momento, não teve a banca. E aí aquilo me marcou eternamente, porque assim, eu sempre me li como uma pessoa preta. Não dava nem para... Ou assim, “não, é mais clarinha”, nem nada, né? Assim, está dado. E aí quando eu entrei, foi a coisa mais maluca que eu já fiz. Eu tive que no cartório me reconhecer enquanto pessoa preta. (risos) Para falar que eu era uma pessoa preta e que eu estava concorrendo à vaga. E aí quando eu entro novamente no processo de residência, eu entro também por cotas, mas na época, em 2017, não tinha banca, não tinha banca. Você só fazia o formulário e preenchia e tal. E ali, professora, eu falei assim, “não sou uma pessoa rancorosa, porque eu acho que o mal por mal as pessoas fazem, e em algum momento vem, né, quando você é desonesto…”. Acho que às vezes é questão de caráter, né? Porque às vezes a pessoa quer falar que é uma psicopatia. Às vezes não, é da pessoa mesmo. E aí eu nunca vou esquecer que a minha turma da residência era um povo muito preto, assim, a gente era a maioria. E tinha uma menina, que ela dizia que era preta por causa que o avô era preto, entendeu? Era nesse nível. E que não tinha banca.

Ri: Ela era afrodescendente, né?

Ro: É, mas assim… era a pessoa mais branca que eu já conheci na vida. Juro mesmo. Branca, branca, branca, né? E aí no mestrado também eles não fizeram a banca de heteroidentificação. Mas aí o que os colegas têm dito, que agora nas universidades federais têm as bancas e como isso é delicado em determinadas situações, né.

Ri: Até porque é diferente um pouquinho. Nos Estados Unidos, se você tem qualquer sangue africano, você é preto. No Brasil é por cor de pele, é diferente.

Ro: Pelos fenótipos, né?

Ri: É, pelos fenótipos. É diferente, né? Por exemplo, na minha família, eu tenho realmente um primo que é louro, louro, alto louro. Você olha pra ele, ele é um alemão, um europeu. Ele é filho de um italiano com a mãe mulata da minha cor, nasceu louro. A mãe dele, quando saia com ele no colo, todo mundo pensava que era babá. Ele também passou por algumas dificuldades, mas ele realmente, se ele vai pra uma banca, as pessoas vão... Se ele diz que ele é preto...

Ro: Não vai passar, né?

Ri: Não vai passar de jeito nenhum. Porque o Brasil tem essa questão do fenótipo. É diferente. Nos Estados Unidos, não.

Ro: É de origem, né?

Ri: Nos Estados Unidos, ele não é descrito pelos brancos, porque ele vai ser chamado de preto do mesmo jeito, mesmo tendo a cor da pele clara. É diferente, né?

Ro: Uhum. Óh, dando continuidade, professora. Agora acho que é a última parte mesmo, porque acho que a senhora falou, na sua percepção enquanto mulher negra, enquanto estudante e profissional, não… houve só esse episódio da foto, né? Que repercutiu no seu cotidiano ou trajetória…?

Ri: Ah, sim… Não… Como profissional aconteceu também um episódio interessante. Eu trabalhava na... Fiz concurso pro Ministério da Saúde, era terapeuta ocupacional do Ministério da Saúde, e eu sou 'niseriana', né? Sigo o ideário de Nise da Silveira. E aí eu assumi um ateliê chamado Ateliê Gaia, que na época era Ateliê Nise da Silveira, a gente mudou por causa do ateliê lá do Engenho de Dentro, para não dar confusão, a gente mudou para Gaia. E aí, na época, o Museu Bispo do Rosário, que se chamava Museu Nise da Silveira, na época, eu me lembro que tinha o diretor técnico, era o diretor de museu e a direção técnica do museu, a coordenação técnica do museu. E aí as pessoas lá usavam muito essa coisa do título, que era doutor, doutora, não sei o quê. Então tinha a doutora Rita Bittencourt, que era a diretora técnica da parte terapêutica do museu, o outro que era do acervo, e tinha a parte técnica, que era eu. É interessante porque na sala tinham duas pessoas, uma mesa ao fundo, que era a minha, e assim, meio ao lado da minha, tinha uma mesa menorzinha, um pouquinho, que era a mesa da secretária. As pessoas se dirigiam, e a secretária era a loura, e as pessoas se dirigiam a ela, "é a senhora doutora Rita?" E aí a minha secretária olhava e dizia assim, "doutora Rita, eles querem falar com a senhora". E eu sempre notava uma certa surpresa, né?

Ro: Deu uma gaguejada, né, desorganizou, né? (risos)

Ri: Nunca me aborreci com isso, no fundo, para te falar a verdade, eu me divertia com a cara das pessoas. (risos) Eu me divertia com a cara das pessoas, assim, porque elas não sabiam onde colocar as mãos quando isso acontecia, entendeu? Porque algumas pessoas entravam e diziam assim, eu vim aqui para falar com a doutora Rita. E aí a secretária dizia, "está ali, não sei o quê, nã nã nã". Outros iam para ela, quer dizer, tinham duas pessoas na sala, uma era a preta e a outra era a loura. Então, obviamente que a doutora Rita é a loura. E aí ela ia direto, "oi, doutora Rita, é a senhora, não sei o quê". Aí a minha secretária… E eu convivi com isso, mas eu acho que ficava muito desconfortável para ela, para a secretária. E aí a Beth mandou fazer uma tabuinha de madeira (risos) e botou lá "coordenadora do serviço" e botou em cima da mesa e botou de "secretária". Porque ela sempre tinha que estar explicando, volta e meia aparecia um incauto. Mas eu sei que isso vem de um lugar do racismo, que a pessoa, quando vai procurar a doutora, ele vai procurar uma pessoa de uma tez mais clara e nunca uma pessoa de uma tez mais escura. Mas graças a Deus que isso está mudando e eu quero que preteje bastante os lugares onde os doutores estão.

Ro: É bem isso. Ó, professora, a gente vai caminhando para a última pergunta, que é contribuições para a terapia ocupacional. Ó, rememorando a sua trajetória, qual ou quais você considera a sua principal contribuição?

Ri: Eu tenho um monte.

Ro: Pode falar.

Ri: Bom, primeiro, ter sido assim, a primeira pessoa a construir um ateliê terapêutico ocupacional dentro do Ministério da Saúde, que foi dentro da Colônia Juliano Moreira. O ateliê terapêutico Gaia existe até hoje, e eu fui a fundadora desse ateliê. Me aposentei, mas ele permanece lá, graças a Deus. Me considero uma pessoa muito, digamos assim... Eu acho que a terapia ocupacional deve me agradecer por dois feitos importantes, que é importante que as pessoas saibam. Um desses feitos, eu fui a terapeuta ocupacional responsável pela inclusão da terapia ocupacional no Sistema Único da Assistência Social.

Ro: Eu não sabia! No SUAS!

Ri: Porque eu era conselheira federal, na época, gestão 2008-2012. E aí, tínhamos nós duas da saúde mental, eu e Carlene Borges, quando a gente estava montando as especialidades. E aí, eles me pediram para ficar com a área social, porque, como eu transitava muito por essa questão étnico-racial, sempre vivi algumas coisas, território, essa coisa, e ela era mais terapeuta ocupacional de consultório de saúde mental e também tinha sido gestora de saúde mental. Então, ela ficou com a saúde mental, e eu fiquei com a assistência social. Aí, eu fiquei com a TO social. E aí, naquele período, eu convidei colegas, como Denise Dias Barros, por exemplo, uma parceirona minha, amiga, e nós fomos… eu organizei todas as visitas dos terapeutas ocupacionais brasileiros, para participarem das discussões da criação do Sistema Único de Assistência Social, criação das profissões do Sistema Único de Assistência Social. Então, a terapia ocupacional está dentre essas profissões, graças a esse esforço da conselheira federal Rita Bittencourt.

Ro: Uau.

Ri: Eu tenho orgulho disso. E a outra coisa é que, se existem especialidades em terapia ocupacional, as especialidades da terapia ocupacional foram resultado do trabalho também de eu, Carlene Borges, Mário Batiste, Iremar Capellini e da Roberta Barbosa. E a, e a colega do Rio Grande do Sul também. Meu Deus, agora me fugiu o nome dela. Mas a colega do Rio Grande do Sul também, que foi... Deixa eu ver se acho aqui o nome dela, para não deixar o nome dela…. Estou pensando em Ana Lúcia Soares, mas não é Ana Lúcia, por isso que estou... RS, deixa eu ver aqui se eu acho. Não, não acho o nome dela. Depois eu te passo o nome da colega também, que esteve comigo. E aí nós criamos o GT Nacional para estudar as especialidades da terapia ocupacional. E fizemos um enfrentamento, Carlene Borges, eu e Mário Batiste, fizemos um enfrentamento da fisioterapia. Eram seis conselheiros de fisioterapia contra 3 de TO E nós fizemos um enfrentamento para conseguir garantir as especialidades. As pessoas podem ter crítica com as especialidades, mas elas não sabem a travessia que a gente fez para criar as especialidades.

Ro: E a luta disso, né, o empenho, o investimento, o tempo, tudo isso, né.

Ri: A luta por detrás disso é muito grande, é muito grande. E aí, isso assim, feito oficial. E a outra, oficial também, que eu tenho muito orgulho, né… Nós fizemos um pedido ao Crefito, que foi um... Ele está arquivado, mas ele está lá feito, que foi um pedido para fazer a análise da separação do conselho. Fizemos um pedido por escrito, formalizado. Eu tenho esse documento, eu tenho uma cópia desse documento aqui nos meus documentos, eu posso até mandar para você. Então, está lá, tem a foto.

Ro: Uau!

Ri: Tem a foto e tem o documento. Eu posso te mandar o documento assinado. Que foi um pedido de estudo da viabilidade da separação do COFFITO, né… Ficar o CFTO, já tem até nome, CFTO, e o deles.

Ro: Uau!

Ri: Eles arquivaram porque eles não têm interesse.

Ro: É, financeiramente, né?

Ri: Aham, mas nós fizemos esse pedido.

Ro: Uau!

Ri: Então, também é uma coisa que eu tenho muito orgulho, né. E o orgulho profissional que eu tenho até hoje é de ser professora de terapia ocupacional. Eu fico sempre pensando, na hora que eu chegar diante do grande júri, depois que eu fizer a passagem, tiver algum grande júri, “o que que você fez na vida?”. Eu digo, “eu fui professora”. Eu acho que as portas se abrem. (risos) Porque eu acredito, assim, que para cada aluno preto que me viu naquele pódium ali, naquele lugar, eu acho que eu fiz a diferença, eu sei que eu fiz.

Ro: Eu não tenho nem dúvida. Eu não tenho dúvida.

Ri: Não, e além de tudo, assim, de ser a preta e de ser a chiquetésima, assim.

Ro: A senhora é diva, entendeu?

Ri: É, a diva que conhece a Europa, que… sabe, que tem bolsa de grife, que não sei o que, entendeu? Chiquetésima, assim. Sem recalques, entendeu? De boa, entendeu? Porque não tem aquela narrativa de drama.

Ro: Não.

Ri: Não, entendeu? Que isso.

Ro: E porque também, professora, as pessoas estão acostumadas a ouvir de pessoas pretas aquela história, que parece a história da escravização. Eu odeio isso.

Ri: É, um dorama. É um dorama, né?

Ro: Que é desgraça, desgraça, a morte. Aí depois você vem e supera. Um cacete que eu quero essa narrativa de destruição e morte. Eu quero gozar da vida que nem todo mundo.

Ri: Não é?

Ro: De poder ter coisas, de poder acessar, de poder viver bem.

Ri: Exatamente. Eu quero coisas bacanas. Eu vou te mandar um videozinho que a gente fez agora esses dias pela... pelo Setembro Amarelo. Tá a coisa mais linda, assim, sabe, gente só com bola, balões amarelos. E é isso que eu quero, eu só quero que o dia termine bem. (risos)

Ro: Ai, tio. Ô, prof, e diante dessas perguntas, se a senhora gostaria de compartilhar mais alguma coisa…?

Ri: Bom, eu acredito, assim… meu coração se enche de esperança quando eu olho para você, né? Porque eu espero que um dia você esteja nesse lugar de docente, contando narrativas para outras pessoas. Eu fico muito emocionada quando eu vejo o futuro da minha profissão diante de mim. Então, eu só tenho a te agradecer. Eu vou botar um emoticon aqui para eu... (risos) Eu quero que você faça um print disso agora, faz um print.

Ro: Ai, eu nem sei como é que faz no computador.

Ri: Faz um print, isso.

Ro: Deixa eu tirar uma foto aqui do celular.

Ri: Para você...

Ro: Para eu não esquecer esse momento, né?

Ri: Exatamente. Bota lá nos anexos da tua defesa.

Ro: Porque eu sempre... Eu, primeiro, sempre assim, né? Quando a gente finaliza, eu sempre penso assim... Eu queria muito agradecer a sua existência neste mundo. Porque, independente…

Ri: Mas aí, antes disso, eu agradeci a sua… (risos)

Ro: É! (risos) A senhora se antecipou!

Ri: Viu a sintonia, bicho?

Ro: Exatamente. Porque... Primeiro, assim, de agradecer a sua existência por estar aqui, por ter doado o seu tempo de vida, de ter compartilhado a sua história de vida, tanto pessoal quanto profissional, comigo. Porque eu também tenho entendido que

cada vez que uma mulher aqui... Que é isso, né? Na minha família, professora, as pessoas morrem muito cedo. Então, a minha família enterra gente muito jovem. Muito jovem. Então, a minha mãe morreu com a minha idade, né, então, são pessoas muito jovens. E essa experiência do futuro, de longe, é uma coisa muito recente pra mim que também tem sido construída. Mas quando eu vejo terapeutas ocupacionais negras mulheres, eu vejo que eu me encho muito de esperança. Porque de falar, assim, que tem um futuro, e que esse futuro também pode e deve ser próspero, deve ser feliz, deve ser movido pelo Bem Viver, que é tanto individual quanto coletivo. E aí, eu fiquei pensando que quando eu escrevo, não é só pela oralicultura, que algumas pessoas vão falar, pela tradição oral, mas porque eu imortalizo. E aí, eu sei que quem virá depois de mim vai poder acessar a sua história, a minha história, a nossa história.

Ri: A nossa narrativa.

Ro: Então, a gente cria...

Ri: Fora do lugar da dor e fora do lugar da infelicidade, numa outra construção teórica, numa outra construção da cientificidade, né. Ah, eu esqueci de dizer também, no momento da minha vida profissional, eu estou... Esse ano é o segundo... Estou publicando, publiquei dois livros.

Ro: Uau.

Ri: Um deles… Deixa eu só pegar aqui pra você ver, que é tão bonito... Deixa eu ver se eu pego aqui. Só um minuto.

Ro: Tá bom, tá bom.

Ri: Deixa eu mostrar pra você meus filhos. Esse aqui... foi da... da dissertação de mestrado.

Ro: Eu não consigo ler, mas eu tô vendo.

Ri: É uma paciente encolhidinha, dentro do hospital psiquiátrico, chama-se “Representações Corporais de Doentes Mentais Institucionalizados: Um Olhar em Terapia Ocupacional”.

Ro: Uau.

Ri: Publicado em 2001. Grossão. Olha eu aqui.

Ro: Olha! Toda musa já! (risos)

Ri: Esse aqui foi agora, 2016.

Ro: Que lindo!

Ri: “Delicadas Tessituras: a Construção de uma Rede de Saúde Mental”. Fiz com meus alunos.

Ro: Que bonito!

Ri: Olha eu aqui.

Ro: Nossa, que bonito!

Ri: A gente contou como é que a gente montou a Rede de Saúde Mental lá do Rio Grande do Sul.

Ro: Uau!

Ri: Tem um prefácio bacana, que é um prefácio do... do Thiollent. Michel Thiollent.

Ro: Ai, que bonito, professora!

Ri: Aham. E agora lançado, agora, agora, agora, mês passado. Está aqui. Fresquinho, sou do prelo. Também é meu, também sou...

Ro: A organizadora.

Ri: Aham. Que é com os meus alunos da graduação. A gente escreveu aqui “Entre Fitas, Rezas e Zabumbas: Recorte da Cultura Popular Lagartês”.

Ro: Que bonito!

Ri: A gente fez da cultura popular. Aí foi só com desenhos, né?

Ro: Ai, que lindo!

Ri: Aí a gente fez essa aqui, esses dois aqui são alunos de graduação, são minhas alunas de graduação.

Ro: Que bonito!

Ri: Aham. A gente fez com os colegas do Conselho Municipal de Cultura e lançamos agora esse livro com… concorri à lei Paulo Gustavo, conseguiu o recurso, fizemos o livro.

Ro: Que maravilha!

Ri: Para ser distribuído para as escolas municipais de Lagarto. As escolas vão receber esses livros e as crianças vão utilizar como livro didático, né?

Ro: Imortalizando.

Ri: Aham. Então, esses três bebês, eu posso mandar as fotos dos bebês…

Ro: Por favor, por favor!

Ri: Então, quer dizer, são os trabalhos que a gente está envolvido… Então… Aurora, Aurora… o que é isso, Aurora?

Ro: Acho que a Aurora quer aparecer, viu, professora?

Ri: A Aurora não fica no colo, ela é hiperativa. Então, eu é que te agradeço assim, imensamente do fundo do meu coração. Tem uma ex-aluna minha, a Marlete.

Ro: A Marlete eu conheço, que está na UFBA?

Ri: Aham, aham. É minha ex-aluna também.

Ro: Eu estava no Copene, no começo do mês, então a gente se encontrou lá.

Ri: Ela é minha ex-aluna. E ela usava uma… cunhou uma expressão que ela falava, ‘‘terapretas’’. E aí eu falei com ela, “olha, usa aí essa expressão, porque ela é muito forte”. Onde eu for, eu vou usar e vou falar o teu nome.

Ro: Aham. A gente fala assim, a Marlete é a primeira terapreta que usou o nome, né? Cunhou o termo. Mas antes de terminar, professora, sabe o que eu pensei? Eu lembrei de uma história de um conto africano que eles dizem muito sobre o Baobá.

Ri: Ah, sim.

Ro: E aí eu tenho para mim, não é só para mim, isso de fato é um fato. Que essas mulheres que eu tenho conhecido e acho que a senhora é uma dessas, é um frondoso Baobá, sabe? Que tem raízes profundas, é largo, é grande, porque já criou raízes. E aí chega um momento que só vai criando mais folhagens, que eu acho que são os alunos, as pessoas com quem a senhora foi cruzando durante essa sua trajetória. Então, um Baobá é símbolo de sabedoria, né? De força, de resistência. Então eu acho assim, que é impossível talvez a gente não pensar Rio Grande do Sul sem não falar a professora Rita. Ou pensar agora Sergipe, se a gente não citar também a professora Rita, porque a senhora é uma imortal.

Ri: Ai, que chique, que bonito. Eu estou procurando um negócio aqui que eu quero fechar essa conversa, eu quero fechar com um poema que eu fiz da Terapia Ocupacional, para você. Eu escrevo muita coisa, então estou sempre...

Ro: A senhora é da arte, né? Da cultura.

Ri: Sou da artes, da pintura, da... Imagina. Só estou querendo ver aqui… tá aqui. “Onírica TO”. Há mais de 30 anos, quando desperto tenho a saborosa sensação de estar construindo a história da minha profissão. E como uma escafandrista mergulho nas profundas águas desse oceano do ser terapeuta ocupacional. Faço isso por nós, por mim, por todas e todos que virão, pelos que virão. Como parte desse exuberante cortejo sou tocada por uma grinalda de eras, onde sinto que cada uma das primeiras pensadoras e praticantes da terapia ocupacional na história mundial e nacional deslizam sinuosa e delicadamente, dançando sobre a minha cabeça, sussurrando estratégias, sugerindo paletas de cores e matizes, enfeitando com tons o meu cotidiano, num transbordamento de ideias, inventividades, genialidades, amores e

tremores. Assim como uma deusa aquática, a terapia ocupacional, ah sim, eu sei, ela é uma mulher que navega, cavalga e flutua, pousa no ar sobre os meus ombros e num rodopio estonteante acontece o estanque mágico do cuidado ocupacional. Sim, é assim que acontece. Sou terapeuta ocupacional por escolha, sou terapeuta ocupacional por paixão, sou terapeuta ocupacional sem prestidigitação. Sou terapeuta ocupacional porque essa é a minha digital no mundo, porque esse é o grande mirante por onde os meus grandes olhos vislumbram cada pôr do sol, cada centelha de luar, cada alvorecer na linha do horizonte.

Ro: Obrigada, professora, não tenho nem palavras, não existe palavra, né, quando a arte nos afeta a gente não tem palavra, a gente só sente.

Ri: Eu mando o poema para você.

Ro: Minha reverência a você, professora. Que o universo nos seja abundante.

Ri: Saúdo futuro, eu te saúdo.

Ro: E aqui, né, saúdo meu presente na sua presença. Muito obrigada, pela sua doação, pela sua disponibilidade, e também aceito se tiver indicações.

Ri: É, na verdade, a principal indicação mesmo era a Gilma…

Ro: Não, não precisa ser docente, não.

Ri: Ai, tá.

Ro: Obrigada, prof. Um ótimo e maravilhoso domingo.

Ri: Vou mandar para você aqui o print da gente, espera aí.

Ro: Tá.

Ri: Mandar o print da gente que eu tirei. É um programinha que você coloca no seu computador.

Ro: Ah… Isso aí eu não tenho, tá vendo?

Ri: Aí, ó. Ó nóis aí. Um beijo, cria. Um beijo, minha cria. (risos)

Ro: Tchau, prof. Até breve, hein?

Ri: Até breve, Roberta. Muito obrigada por tudo. Tchau, tchau.

Ro: Eu que agradeço. Tchau.

Ri: Bom domingo. (risos)

Ro: Para a senhora também.

MARCIA CABRAL DA COSTA

R: Roberta Souza (entrevistadora)
M: Marcia Cabral (entrevistada)

R: Boa tarde.

M: Olá. Boa tarde, tudo bem?

R: Eu vou bem, e a senhora?

M: Tudo bem também.

R: Ah, que bom. Antes de mais nada, queria muito agradecer a sua disposição para este momento de compartilhar um pouco da sua história comigo, então, desde já eu agradeço.

M: Por nada, querida. Estamos aí para juntar os esforços, né?

R: Uhum. Eu vou fazer uma introdução aí para a senhora, como é que eu chego até aqui.

M: Tá.

R: E aí depois eu explico, mas...

M: Tá.

R: Também lhe envio o termo de consentimento livre esclarecido para a senhora, também é isso, né? É uma pesquisa, então se em algum momento a senhora quiser interromper, se sentir desconfortável, é assim que segue também.

M: Tá certo.

R: É... Eu sou TO também, eu me formei em 2016 aqui na Unifesp Santos, e aí depois eu fiz residência em saúde mental em São Bernardo, e aí eu volto aqui para o Guarujá. E aí até então, não tinha muita expectativa de campo de trabalho, eu achei que ia ser aquelas entidades filantrópicas, né, que é o que naquele período tinha, né, entre 2017 e 2019. E aí depois com esse boom da indústria do autismo, essas clínicas, né, então foram surgindo os outros campos. E aí um desses lugares filantrópicos onde eu fiz estágio me chamou, era um serviço de paralisia cerebral, então bem naquela perspectiva, né, de reabilitar para uma vida, mas muito nessa perspectiva ainda muito fechadinha, né, capacitista ainda, algumas coisas, foi importante, aprendi bastante coisa e fiquei ali por um período, e assim a vida foi seguindo. E aí durante esse período também tentei uma vez, né, fazer o programa aqui na Unifesp, de mestrado, não passei. E aí eu falei assim, “então tento mais pra frente”, nesse mais pra frente é a pandemia que, boom, que surge, e aí eu fiquei pensando assim, “vou tentar o quê, né? Se eu nem sei se eu vou sobreviver, então acho que eu vou ficar aqui quietinha e trabalhando”. E aí, infelizmente, o meu tio com quem eu morava, né, porque a minha

mãe faleceu quando eu era criança, então eu morava com meu tio e moro com a minha avó que tem 90 anos, o meu tio infelizmente faleceu por covid, e aí eu acho que isso também foi um meio que um divisor, porque eu acho que, né, mobiliza a gente de inúmeras formas, né? Porque eu acho que o covid fez muito disso, e aí eu resolvo mudar de emprego, mudar de coisa, inventei de tentar a experiência de TO hospitalar aqui em Santos, enfim, as coisas foram acontecendo assim, acho que foi importante porque eu acho que eu tinha que ter essa vivência, e aí eu vou para o hospital, depois eu falo assim, "já deu", que inúmeras coisas aconteceram. Uma TO num lugar de 170 físios, com 600 leitos, a gente não faz milagre, né? Não existe isso também, não é possível. E aí surge a oportunidade de trabalhar nessas clínicas que tem aqui no Guarujá, mas de um convênio, né, porque eu acho que ainda é uma perspectiva um pouco melhor das clínicas que tem aqui, e ali eu fico, e nesse processo todo já estava num espaço terapêutico ali, né, de psicoterapia, bem antes da pandemia. E aí eu retomo a ideia do mestrado, porque eu acho que aí a terapeuta assim, "quais são os projetos, né? Para a vida, para agora?", e aí eu falo assim, "ah, eu tinha a ideia do mestrado", assim "não dá mais?", aí eu falei assim, "Eu não sei, não tenho tanto essa esperança não, de conseguir", ela assim, "Será que não vale pesquisar aquilo que te interessava?". E aí o universo muito providente, né? Porque eu acho que é isso, às vezes a gente só precisa estar atento ali para os sinais, aí eu chego, a professora, "o edital da UFSCar", e eu falei assim, "nossa, que legal e tal", mas ia finalizar naquela semana (risos), aí eu, "não é viável fazer um projeto, daria para adequar o que eu submeti lá da Unifesp, mas ainda assim ia precisar modificar muitas coisas, fica para o ano seguinte". Aí o universo providente, tipo assim "tem que ser, acho que deste jeito…", aí foi prorrogado, a inscrição foi prorrogada (risos). Aí eu assim, "bom, se era isso que você esperava, então tá dado", e assim foi, e aí eu consegui enviar a tempo, consegui fazer toda aquela pilha de documentação e tal, então foi seguindo as etapas até que finalmente fui aprovada. E aí eu sempre falo isso para as pessoas que eu entrevistei, que o programa já tem um bom tempo, né, desde 2009… mas apenas ano passado, a minha turma, né, a turma de 2023, foi a primeira turma majoritariamente negra, então acho que era 10 a 11 pessoas, então éramos a maioria pela primeira vez do programa. E aí é isso, eu entro e aí eu conheço várias pessoas que acho que fazem eu pensar muitas coisas. Quando eu submeto o projeto para entrar, era pensando muito numa perspectiva de escutar os TOs, ações afirmativas e tal. E aí eu conversei...

M: Perdão. Essa turma majoritariamente negra, eram todos bolsistas de ação afirmativa?

R: Não. Porque se eu não estou enganada, acho que o programa dispõe de ações afirmativas, no total, cinco vagas ou seis, então não seriam todos mesmo.

M: Entendi.

R: E aí a ideia era entrevistar TO negros, pensar ações afirmativas, coisas da vida. E aí eu conversei com a Alekim, e aí nessas conversas, uma pessoa que eu também já estava conversando antes de entrar no mestrado e tal, em umas conversas que a gente tinha, em umas reuniões, e aí ela fala muito do trabalho dela, do doutorado, e ela falou assim, "uma coisa que a gente não tem, é… onde estão as outras TOs? Que é isso, o meu trabalho não alcança isso, né? Quem são essas pessoas que nos antecederam e tal?". E aí recentemente que eu também fui pensando assim, né, na hora acho que a gente não tem essa compreensão, porque teve uma professora que

deu a disciplina, que ela me indicou um livro de pioneirismo negro, umas coisas assim, né, e eu falei assim, “gente, que interessante, porque eu acho que agora tem feito muito sentido”. E aí eu falei assim, “então acho que é isso, então acho que eu vou seguir nessa perspectiva, e assim tem sido. Desafiador ao quadrado, porque é isso, mudei o projeto, submeti nesse ano no Comitê de Ética, e demorou bastante a resposta.

R: Apesar de ter mandado a carta resposta, de uns perdidos meus, mas demorou-se muito, então saiu há duas, três semanas atrás.

M: Nossa, aham.

R: Então estou atrasada, e aí eu falei assim, “era o tempo que tinha que ser, que acho que é uma coisa que também não cabia a mim nesse momento, porque é isso também, aguardo a resposta do Comitê de Ética”. E aí eu mudei, então, então neste momento a pesquisa é essa com teóricas negras deste período. E aí eu acho que durante esse trajeto, porque eu fiquei com a sensação de que não tinha feito muitas coisas, porque parece que não são muitas coisas, e aí eu fiz a disciplina de Histórias e Fundamentos, no segundo semestre do ano passado, e aí uma proposta era também de pensar essa disciplina para também ter mais repertório, de aprofundar a história da TO e tal, e aí a gente fez uma atividade junto da Semana da Consciência Negra, da Unifesp, que foi uma semana unificada, e aí a gente pensou então em fazer uma exposição, com pouco dos nomes que a gente tinha conseguido levantar naquele período, mas também algumas TOs que estão aí da contemporaneidade, que a gente conhece, que a gente transita e tal.

M: É de 2023 essa exposição?

R: Isso. Então a gente fez a exposição lá na Unifesp, e a gente vai expor agora lá no Rio Grande do Sul.

M: Que chique!

R: Eu não irei, mas a orientadora irá, então ela vai também expor lá.

M: No ENDTO?

R: Isso! E aí foi bem legal, acho que foi um momento muito importante, porque eu não tinha muito essa percepção. Acho que é isso, né, estava muito tumultuada, estava com outrass questões, né. Eu falei que estava mais para lá do que desistindo do que para continuar, porque estava muito difícil algumas questões. Mas aí eu falo que eu tenho uma orientadora que de fato me sonha o tempo todo.

M: Aham. Quem é?

R: A Patrícia. A Patrícia Borba.

M: Ah, Patrícia Borba.

R: Eu falo que ela me sonha o tempo todo, ela fala assim, “dá, Rô, está tudo bem, a gente vai junto”. Então isso tem sido muito acalentador durante esse caminho.

M: Que bom, Roberta!

R: Que eu falo assim, acho que se não tivesse um pouco deste suporte, eu acho que já teria meio que dado a pausa e falado assim, “vai ficar aí, em um outro momento eu retorno”. E aí eu, dando toda essa introdução, para dizer que quando eu fiz a primeira entrevista, aí eu entendi, professora, que aquele era o momento mesmo, porque eu fiquei assim, se demorou esse tempo todo e muitas coisas aconteceram… e eu acho que é isso, toda vez que eu for falar dessa primeira entrevista, acho que eu fico muito emocionada, porque eu acho que foi de um afeto, e foi de uma coisa tão bonita, que eu falei assim, “então era realmente para isso que eu esperei este momento do mestrado”, e esse é um pouquinho do que é ser pesquisadora, então eu fico muito realizada com essa primeira entrevista que foi assim, me encheu, me preencheu de um jeito que eu não consigo, nem tenho palavras, porque eu acho que é isso. A pessoa traz muito daquilo que eu tenho pensado, dos Adinkras, do Sankofa. Então foi uma coisa assim, eu saí eufórica.

M: Que coisa boa, muito bom. Sair eufórica do ato de pesquisar é precioso, sobretudo quando são pesquisadores e pesquisadoras negras, né. Aí isso é mais rico, mais precioso ainda.

R: E assim tem sido, eu acho que a cada entrevista eu saio muito preenchida, muito afetada pela partilha, pela história, pela troca. Talvez tenha sido esse momento que o universo nos preparou para que a gente pudesse se encontrar, porque eu tenho pensado, né, muito do que eu tenho visto na vida, acho que é de imortalizar quem me antecedeu.

M: É, isso é fundamental, fundamental.

R: De imortalizar.

M: A ancestralidade, né. Deixar viva a ancestralidade. Nenhum ancestral… Nenhum ser se torna um ancestral se a gente não preservar a memória, né, a trajetória. Aí é isso, morre e realmente morre, esquece, né? Então para que não morra, a gente precisa realmente fazer esse processo de preservação da memória, da história, para eternizar, né, eternizar uma passagem na vida, no planeta, né. Diferente das concepções universais, não é uma ancestralidade reduzida no individual, né, é um aglomerado de seres que vieram antes e que vão, às vezes, focando naquela existência, mas essa existência é um composto, né, um composto de muitos outros ancestrais que nos antecederam. Isso é fundamental mesmo para nós.

R: E aí eu fiquei pensando assim, “talvez essa seja um pequenininho desse desejo de imortalizar aquelas que me antecederam, para que a gente tenha direito à memória”. Aos nomes, aos seus escritos, às suas contribuições. As pessoas pretas sempre contribuíram, sempre produziram. Então, onde estão?

M: O que a gente vai ver são só rostos brancos, né, só nomes brancos, né. Então é fundamental mesmo a gente fazer esse trabalho de não deixar que morra, né, não deixar que morra.

R: E aí eu sempre penso assim, eu estudei na UNIFESP… e é isso, né, eu sou reflexo das ações afirmativas o tempo todo. Então antes de fazer TO, eu fiz enfermagem, foi pelo PROUNI. E a UNIFESP, eu entrei na primeira turma de ações afirmativas. A residência foi por ações afirmativas. O mestrado foi pelas ações afirmativas. Se vai dar certo, não sei, mas eu estou contando com a fé que eu me inscrevi no doutorado por ações afirmativas. Para dizer que como isso mudou a minha experiência no mundo, quando eu pude ter acesso. Então isso…

M: É real.

R: Exatamente. E aí para dizer o quê, né, quando eu estava em São Bernardo e esse ano quando eu fui para o Copene, as pessoas me disseram assim… São Bernardo é uma cidade muito branca, então eles falaram assim para mim, que eu era a TO negra que eles conheciam, em 2018.

M: Que era o quê?

R: A primeira TO negra que eles conheceram, foi eu. E aí no Copene esse ano, as mulheres falaram a mesma coisa assim, “você é o quê?” Falei assim, “sou terapeuta ocupacional”, “Jura?”, eu falei, “uhum”. Porque eu acho que não é uma profissão muito comum… “Não é nem por não ser comum, é porque você é a primeira TO preta que eu conheço”. Então para a gente ver assim, que ainda não nos é comum.

M: Sim, não mesmo. Mesmo que circule, né, acho que no Copene anterior, acho que tanto a Lilian, quanto acho que a Lia também, apresentaram trabalhos, mas é isso, né. A gente sabe que essa nossa profissão é sempre esse eterno, até para os brancos, né …

R: Uhum

M: “Ah, TO, não sei o quê.” Ainda tem… Quando se trata então de TOs negros, é que vira realmente uma raridade.

R: Aham, é muito raro. Assim, raro de uma coisa que eu nem sei o como dizer, porque é isso, para mim chegar em muitos nomes, eu fiz contato com as ABRATOs, eu fiz contato com os conselhos de classe, eu estou mandando para Reneto, para um monte de lugares. E aí as pessoas falam assim, “infelizmente eu não consigo te indicar porque eu não conheço”.

M: Meu Deus, isso dentro do nosso campo.

R: E aí eu mandei também nos coletivos, nos diretórios acadêmicos de TO. Não chegou mais ninguém, professora, e eu acho que isso também é um dado.

M: É, total.

R: É muito importante, porque assim, não consegui acessar. Algumas TOs que não são professoras que me indicaram algumas, e aí depois chegaram nos mesmos nomes em comum (risos). Porque é isso, não temos. Então, isso também é um dado importante para dizer que, assim, ainda a gente não tem, acho que talvez pós-políticas de ações afirmativas, a gente tenha um número muito maior. Mas anterior a isso, ainda são muito poucos.

M: É. Verdade.

R: Oh, professora, para não tomar muito do seu tempo, não são muitas perguntas, mas também eu mando para a senhora. E aí, algumas pessoas que me indicaram a senhora, eu já tinha lido alguns artigos da senhora.

M: Ah, que bom, Roberta.

R: Muito. Então, acho que me traz um acalento, acho muito bonito. Acho que é uma escrita muito bonita, muito poética.

M: Ah, que bom.

R: Acho que é muito afetiva.

M: Muito bom ouvir isso.

R: Muito de falar assim, nós estamos aqui. Sempre estivemos aqui. E demarcamos o nosso lugar.

M: É, o nosso modo de ser.

R: Então, algumas TOs também me indicaram o nome da senhora.

M: Ah, que bom.

R: Também eu digo a partir disso. Não são muitas perguntas, tá, professora? A primeira parte é mais os dados pessoais. O nome completo, idade, a cidade onde a senhora nasceu e a cidade atual.

M: Marcia Cabral da Costa. É... Data de nascimento, é isso?

R: Não, só a idade da senhora.

M: Idade, 54 anos, nasci no Rio de Janeiro e moro no Rio de Janeiro.

R: Aí essa segunda parte é mais sobre a trajetória acadêmica. Onde a senhora cursou a graduação e depois pós-graduação.

M: Certo.

R: E aí dentro disso, quais foram ou qua is são as suas áreas de atuação acadêmica.

M: Bom, então eu me formei numa universidade particular, na Castelo Branco, que fica numa região mais periférica, zona oeste aqui do Rio de Janeiro, que é uma região mais pobre. Eu fiz, primeiro fiz fisioterapia.

R: Jura? (risos)

M: Eu sou formada em fisioterapia. E aí, no processo de graduação em fisioterapia, eu comecei a fazer projeto junto com colegas de terapia ocupacional, que a gente fazia algumas disciplinas, como de anatomia, essas disciplinas comuns. Mas foi na experiência de projeto que eu fui me encantando pela terapia ocupacional, então, no meu último período de fisioterapia, eu comecei a puxar disciplinas de terapia ocupacional, e um ano e meio após eu concluir a fisioterapia, eu concluí a terapia ocupacional. Eram mais algumas disciplinas de estágio, e algumas outras mais específicas. Então, era uma faculdade particular, e eu vou para, após graduação, aí eu vou para… busco a universidade pública. Acho que vale dizer que a universidade pública, para o meu contexto familiar, que era pobre, então, não tinha essa referência, tipo, de educar para o filho entrar na universidade, então, o máximo foi pensar nessa faculdade particular, que era perto da minha casa, que também, na época não era ProUni, na época era crédito educativo.

R: Nossa

M: Que era o programa do governo, pela Caixa Econômica Federal, então a gente pagava mensalmente um valor menor. E aí, eu me formo… aí o meu processo de estágio sempre foi em serviço público, a minha trajetória foi no campo da saúde mental, embora, venho da fisioterapia (risos), me formo pela saúde mental, me apaixono pela TO social, e paro de trabalhar com reabilitação física, né.

R: A senhora era da Rehab e foi para a Mental?

M: Para a Mental, exatamente. E aí, na minha experiência num serviço de saúde mental público, eu começo também a entrar em contato, né, eu fazia um estágio na época era… hoje chama-se aqui no Rio de Janeiro, estágio integrado em saúde mental, que são diversas áreas, como se fosse uma residência multiprofissional, só que em nível de graduação. Então, é nesse estágio que eu trabalhei no Instituto Nise da Silveira, que era o antigo CPP2, Pedro Segundo, e trabalhei no Estado, que era o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro. Nessas duas instituições, saúde mental, que antes eu estava falando do estágio, é na experiência de estágio que eu começo a também vislumbrar uma formação de pós-graduação em universidade pública. Então, em contato com os colegas de estágio de outros… porque também no Rio de Janeiro a gente não tinha universidade pública, a gente só passa a ter uma instituição pública em 2009.

R: Nossa.

M: Isso, então a gente sempre teve curso particular em duas faculdades do Rio, na verdade três, que era a Suan, e aí acabou a Suan, e ficou a Castelo Branco e a Pestalozzi, em Realengo, que é a Castelo Branco, no subúrbio do Rio, e a Pestalozzi em Niterói, cidades diferentes. E aí eu então começo a me interessar, não tinha, na minha época, não tinha ainda esse boom da residência multiprofissional, então eu

começo a me interessar… na verdade, saio sem perspectiva de fazer especialização, mestrado, doutorado, isso não estava no meu campo, assim, e começo a trabalhar. Aí começo a trabalhar, o meu primeiro trabalho informal, a partir da experiência de extensão num projeto com, o nome do projeto era Ser Menina, que era um projeto voltado para adolescentes, uma perspectiva de se pensar estratégias de prevenção de gravidez precoce, enfim. Então, é nesse projeto, inclusive, que eu realmente me apaixono pela terapia ocupacional, porque eu era extensionista da fisioterapia.

R: Nossa!

M: Aí, as adolescentes, ninguém queria vir para terapia, porque era uma coisa chata.

R: É isso que eu ia dizer. (risos)

M: Tá entendendo? Aquela coisa assim, “vamos avaliar a postura”.

R: É muito metódico, né?

M: Hã?

R: Muito metódico.

M: Muito, mecanicista, né? Aí eu via as adolescentes assim super empolgadas para ir para o grupo com a terapia ocupacional, para fazer sabonete, aí eu falei, “ai, gente, eu não quero mais isso” (risos), mas eu concluí a fisioterapia e fui puxando a terapia ocupacional. Aí, eu começo, depois na formação ainda de terapia ocupacional, um projeto de extensão também, chamado Microescola, que era também com adolescentes que tinham dificuldades de comportamento, de aprendizagem, transtornos de comportamento, nem tinha esse nome, TDAH, não tinha nada disso naquela época. E aí a gente trabalhava também junto com o serviço social, fazendo grupos, grupos de atividades, né. E, no ano seguinte, no final desse projeto, a coordenadora do projeto, ela cria um outro projeto com financiamento do… eu acho que, não lembro agora qual era a fonte do financiamento, e aí ela me contrata como terapeuta ocupacional, porque eu me formei, aí ela me contrata, era um projeto de fotografia, para adolescentes também. E aí, no ano seguinte, eu escrevo e participo, era Economia Solidária, era uma das primeiras damas do governo, aí eu, no ano seguinte, eu escrevo um projeto, escrevo um projeto de informática em parceria com uma ONG e começo a coordenar esse projeto e contrato uma terapeuta ocupacional. Aí contrato uma TO para trabalhar nessa mesma pegada, de fazer grupos com os adolescentes, e, no ano seguinte, eu escrevo um outro projeto de agentes culturais da cultura hip-hop. E aí a gente contrata os professores de hip-hop e aí sempre com um grupo de serviço social e terapia ocupacional para abordar as questões das adolescências, né. Então, eu começo a trabalhar de modo informal, no ano seguinte, eu começo a trabalhar num programa de reabilitação baseado em comunidade, no RBC, em Vigário Geral, numa comunidade que, na época, tinha uma história da chacina de Vigário Geral. Então foi criada uma ONG, a Casa da Paz, então essa ONG começa a contratar equipes, na época não era de Secretaria da Pessoa com Deficiência, que hoje é mais recente, aqui no Rio de Janeiro, era da Secretaria de Desenvolvimento Social. E aí a gente começa a fazer todo esse trabalho na comunidade, então fico durante uns dois anos, primeiro em Vigário Geral, Parada de

Lucas, depois eu mudo de equipe, venho para o centro da cidade do Rio de Janeiro, né, e começo a coordenar uma equipe de RBC também, na região do Estácio, no centro da cidade. E aí a gente começa a fazer também todo... E aí meu trabalho sempre foi nessa interface com a arte, com a cultura, com a experimentação de atividades, sempre foi essa pegada. E aí eu fico durante um tempo, aí começa a mudar a prefeitura e começam a pedir para que as equipes começam a fazer campanha pra prefeito, e aí eu falo, “não, não tenho como ficar”, peço para sair. Um mês fora desse serviço, as pessoas que eram da presidência, da FUNAR, que gerenciava o programa de reabilitação baseada na comunidade, ficou sabendo que eu tinha pedido para sair exatamente porque não estava de acordo com a atual política da instituição, aí falou, “vem para cá”, aí fui trabalhar na Fundação Leão 13. Então fui trabalhar na Fundação Leão 13, que era um projeto social também, de trabalho de mapeamento das famílias em situações de vulnerabilidade, aí era um “programa do leite”, que era uma proposta de mapear as vulnerabilidades e pensar um apoio com… enfim, com leite mesmo, dispensação de leite. E aí eu fiquei uns três meses na Fundação Leão 13. Nunca fiquei desempregada, nunca. Sempre alguma coisa... Fiquei um mêsinho da FUNAR para a Fundação Leão 13, mas sempre muito… graças a Deus, sempre consegui estar num trabalho muito alinhado à minha ética. Falei, “não, eu não vou trabalhar de um jeito que eu vou ser contra aquilo que eu acredito”, né, como, por exemplo, utilizar as pessoas com deficiência para pegar voto para o prefeito, isso eu não ia fazer mesmo. Enfim, três meses depois que eu estava na Fundação Leão 13, eu sou chamada por um concurso que eu tinha feito do município. Aí é quando eu vou para o Nise da Silveira, aí eu trabalho no ambulatório, fui trabalhar no ambulatório do Nise da Silveira, dentro de uma oficina de artes, fico lá, acho que durante um ano e meio, quando sou chamada por um outro serviço do hospital, que hoje não é mais como era, não era um complexo de saúde mental, e sou chamada para um serviço de Hospital Dia, na época nem era CAPS, era Hospital Dia ainda. Aí a diretora vai na oficina, porque eu comecei a fazer um trabalho com os usuários de participação na cidade

R: Que legal

M: Então fazia todo um projeto terapêutico, porque eles queriam ficar todos os dias na oficina, eu falei, “cara, eles vão… vamos pensar assim pela cidade”. Aí era do lado de um SESC, aí a gente começou a ver cinemas no SESC, aquelas coisas, várias atividades no SESC, até que o SESC pergunta se a gente não gostaria de fazer uma exposição dos trabalhos que eles desenvolviam, aí a gente fez uma exposição de arte com a produção deles, e isso ganha uma repercussão no território e no próprio hospital, aí a diretora desse hospital dia vai lá e fala, “eu quero você lá no nosso serviço, nosso serviço está muito engessado, que não sei o que”. Aí eu vou para esse serviço e, ao mesmo tempo, eu sou chamada para trabalhar no CPRJ, sou chamada do concurso do Estado, do CPRJ. Aí eu vou trabalhar no CPRJ, na enfermaria de crise e também começo esse trabalho na enfermaria de crise, gerando cor naquela enfermaria, que era uma enfermaria muito branca.

R: Bem hospitalar.

M: Bem hospitalar. Então começa a movimentar e dali a gente começa a fazer algumas ações fora da enfermaria, construindo ações culturais de ciranda, de movimento da luta antimanicomial, e aí a gente fazia umas cirandas, ensaiavam dentro da enfermaria e conversava com os médicos, “quem pode sair e tal”, aí ia para

a rua com a equipe, com eles. Então o diretor foi se encantando e aí me chamou para coordenar as ações de atividades, e aí nisso eu sou chamada, faço a seleção para o mestrado em psicologia na UFF. Eu tinha feito antes a especialização na UFF, na Federal Fluminense, num programa de psicologia, então eu faço a especialização e aí assim, quando eu entro na especialização, aí eu levo aquele choque, porque a minha realidade era de faculdade particular. E aí aquela sensação que hoje, com as nossas discussões racializadas e tal, eu entendo que era efeito do racismo, porque eu me sentia burra, eu não me achava competente.

R: Eu lhe entendo, porque eu vivi tudo isso.

M: “Não vou conseguir terminar”… aquela experiência de sofrimento absurdo na especialização. E daí eu faço a especialização, ainda estava na FUNLAR, no RBC, né, e aí quando eu vou para… sou chamada para o Estado, aí eu também vejo que eu fui aprovada no mestrado da UFF, de psicologia. Aí eu falei, “e agora, o que que eu vou fazer?” porque eu tinha feito concurso para o município, tinha sido chamada pelo Estado e aprovada no mestrado, tudo público, os dois vínculos estatutários, não era temporário. Eu falei, “não tenho como dizer vou largar o trabalho X para fazer o mestrado”. Não era essa a minha realidade, já tinha filhos e tal, então era outra dinâmica, né. E aí eu vou conversar, então, com o diretor, esse diretor do Estado que tinha uma fama de ogro, porque ele exigia que trabalhasse quatro dias, não adiantava quatro turnos, tipo dois dias inteiros, tinha que ser quatro dias, né, e aí eu chego para ele e falo, “olha, eu vim aqui conversar, que eu passei no mestrado, mas também tenho o Nise da Silveira e eu gostaria muito de trabalhar aqui, não gostaria de abrir mão de nada e nem do meu mestrado. E aí eu me disponibilizo a sentar com os terapeutas ocupacionais, com os outros trabalhadores que lidam com as atividades, musicoterapeuta, lá tinha educador físico também, outras áreas ligadas às atividades, da gente fazer grupo de estudos e tal”. E aí ele topa...

R: Uau.

M: Tipo, sério, ele topa, fala, “quanto tempo que você precisa?”. Aí eu falei, não lembro na época quanto que faltava, ele falou, “não, vai, faz o seu mestrado tranquilo e tal”. Aí, com isso, cara, eu botei o hospital lá em cima, porque eu sou uma pessoa assim, sou muito grata, sabe, quando as pessoas me dão a mão, me dão oportunidade, me auxiliam, então eu sou muito grata. E a minha forma de agradecer é dizer o seguinte, “tu vai ficar muito feliz porque você me ajudou” (risos), aí, cara, eu botei o hospital lá em cima. O hospital ficou assim, conhecido pelas ações que a gente fazia.

R: Uma referência.
M: Hã?

R: Uma referência.

M: Ficou uma referência. Aí eu termino o meu mestrado, a gente continua trabalhando e em 2006, acho que em 2006, abre o primeiro concurso para professor de curso de terapia ocupacional federal, que era um instituto federal.

R: Uau!

M: Foi aberto o instituto federal para criar o projeto político-pedagógico e a planta da instituição, porque não tinha, só tinha o terreno, então a gente começa a trabalhar, quando eu fiz o concurso, não era nem instituto federal, era Cefet, era o Cefet Química. Então a gente ainda não tinha a unidade, a gente ia para um outro campus, em Nilópolis, que também é uma região da Baixada aqui, e a gente passa dois anos no processo de elaboração do projeto político-pedagógico, de estruturação do que a gente sonhava com a planta e tal. E aí, não diferente do que você vivenciava, que era uma TO para 20 mil fisioterapeutas, né, eram duas professoras de terapia ocupacional para três de fisioterapia. Ok, a princípio parece que não é muita diferença e tal, só que não é só isso, a questão era o tratamento, né. Então quando a gente reivindicava um laboratório "assim, assim, assado", o diretor não concordava, porque achava que não precisava, porque a fisioterapia ia realmente atrair bastante aluno, terapia ocupacional a gente não sabia, então ele dizendo que eu tinha que matar um leão a cada dia para provar que a gente precisava daqueles espaços. E aí foi um momento de muita dor, porque eu estava vivendo esse período de reconhecimento, tanto nesse hospital estadual quanto municipal, que aí ficava cada diretor assim, "ah, traz sua matrícula para cá, que não sei o que", querendo que eu...

R: Estava disputada, hein, professora? (risos)

M: Estava disputadíssima, era disputadíssima. E aí vou para um diretor que falava que eu tinha que matar um leão a cada dia para provar que o curso de terapia ocupacional teria direito de ter um laboratório X, Y, Z. Isso foi um baque para mim, mas a gente estava num processo de construção de uma matriz curricular integrada, menos fragmentada, e aí quando a gente apresenta os dois projetos, de fisio e TO, esse diretor não concordava e tira do conselho e pede para a gente fragmentar tudo, botar tudo em caixinha. Aí isso também como foi um baque também para fisioterapia, aí eu acho que nesse momento, aquela coisa que às vezes só se une na dor, aí a gente consegue então construir uma relação mais equilibrada, deles mesmos falarem da importância de ter determinados espaços e tal, então, eu começo então, saio então da assistência, porque lá eles reivindicavam, assim, sugeriam, na verdade, que a gente ficasse como dedicação exclusiva e eu já estava cansada dessa coisa de ir pra um lugar e outro e outro e…

R: Esse duplo vínculo, né?

M: É. E eu sou essa intensidade, né. Então você imagina, intensidade aqui, intensidade ali. Então eu ia concentrar tudo que era a construção do curso de terapia ocupacional, o primeiro curso de terapia ocupacional público no Rio de Janeiro, né.

R: Uau.

M: Então eu ia ter que arregaçar a manga e trabalhar para caramba, né. E aí então eu pedi dedicação exclusiva, fiquei trabalhando de 2006 a 2008 lá em Nilópolis com essa construção do projeto político, a gente viajava, a gente analisava várias propostas de perfil de egressos do campo, na época a gente estava muito nessa coisa do campo da saúde, né, então as matrizes curriculares, as metodologias de ensino e aprendizagem, metodologias ativas e tal. Então a gente constrói esse projeto, a gente constrói cursos de formação, de extensão, enquanto a unidade não ficava pronta, né. E aí em 2008 abre-se pelo REUNI, na UFRJ, a discussão da abertura do curso de

terapia ocupacional na UFRJ. E aí em 2009.1 começa a primeira turma de TO no IFRJ e em 2009.2 começa a primeira turma de terapia ocupacional na UFRJ.

R: Uau.

M: E aí aqui no Rio a gente brinca, “qual é o primeiro curso de TO público do Rio de Janeiro?”, Aí o UFRJ diz, “não, somos nós porque começou em 2009.1”. E a UFRJ diz, “não, somos nós porque o credenciamento no MEC foi primeiro”. Então fica essa brincadeira de qual foi. Mas o fato é que a Universidade Pública de TO só começa aqui no Rio de Janeiro em 2009. Então eu fico de 2009.1. a final de 2000... Início de 2009 a final de 2010 no IFRJ, quando no final de 2010, eu faço o concurso para UFRJ, aí eu faço o concurso para UFRJ e entro na UFRJ em 2011.

R: Uau!

M: Durante o tempo todo que eu estava no IF eu fui coordenadora do curso e quando eu entro na UFRJ, com dois meses, dois-três meses de posse eu assumo a coordenação, porque já tinha sido pedido na entrevista, lá, na defesa do memorial eles me falaram se eu estava… “porque o curso de TO na UFRJ estava começando e como eu tinha experiência da coordenação do curso pelo IFRJ porque tinha construído o projeto político pedagógico…”, que o curso de TO da UFRJ precisava de um coordenador porque quando foi criado, foi criado com o Marcos, que já era professor da UFRJ pela Dança, Marquinho, né.

R: Não conheço.

M: Não conhece, né. Ele criou o curso, então foi ele, ele que deu as primeiras aulas, aí foi fazendo os concursos e chamando os outros. Só que ele era cedido da dança, e foi um acordo que ele fez, “então, deixa eu criar esse curso, faz o concurso e depois eu volto”. Então, quando eu cheguei já vieram com essa encomenda, “que a gente quer que você assuma a coordenação”, e eu nessa época não tinha doutorado ainda, eu estava na expectativa de ir para UFRJ para fazer doutorado, porque no IFRJ foi só trabalho braçal…

R: De construção, né professora?

M: Hã?

R: De muita construção, né?

M: Muita construção, muita construção… Eu chegava às 7 horas da manhã e saia 10 horas da noite de lá, pra você ter noção, era muito trabalho, muito, muito, muito. E aí eu… quando me perguntam isso, né, porque eu falo do meu desejo fazer o doutorado, não sei o que, porque me perguntaram, “a gente está vendo aqui, você quer trabalhar no UFRJ, mas você não tem doutorado”, “não tenho doutorado, mas eu produzi o projeto político pedagógico, ….”, “Ah, então mas a gente gostaria então de te ouvir se você assumiria, porque a UFRJ está precisando de um coordenador com experiência”, aí eu falo, “tá” (risos).

R: Aceitou a incumbência

M: Aí eu volto de novo, a mesma coisa, aí trabalhava também direto, eu chegava às 8 horas, também saia às 10 horas, porque a gente estava preparando para a visita do MEC, então é muita burocracia, muita documentação e tal, na época não tínhamos chefia de departamento, então a coordenação de curso era coordenação e chefia de departamento, a mesma coisa, né. E, tipo, ampliar o número de vagas… e a faculdade, a TO é dentro da faculdade de medicina da UFRJ, que tem só de professores da medicina são 200

R: Nossa senhora

M: 200. Então na hora de pensar vaga para o curso de TO, "não, não porque a gente precisa dali…" e aí foi uma briga danada que a gente já estava para o MEC chegar, a gente não tinha material nenhum, não tinha equipamento, nada, nada, nada, né, e aí foi aquela coisa de ir lá na pró-reitoria dizer, "olha, eu não vou responder o MEC sozinha", quero era a pró-reitoria de graduação aqui comigo, não tenho equipamento, não tenho material de prática, não tenho nada, não tenho laboratório e não tenho professores, só temos 10 professores para todas essas disciplinas… Aí foi quando eu consegui mais 14 vagas, então assim, foram muitas conquistas, muitas conquistas, a gente conseguiu 14 vagas, hoje nós somos… acho que a gente está mais de 24, que agora eu também, desde final de 2022, eu dou aula na TO, mas a minha atividade central é na superintendência de saberes tradicionais do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, então eu estou nesse cargo de gestão, outra arregação… arregaçando na manga novamente, acho que essa é a minha natureza, né, e pensar a inclusão dos saberes tradicionais na UFRJ, mas a partir do protagonismo dos mestres e mestras quilombolas, indígenas, de terreiro, pescadores, benzedeiras, enfim… os povos e comunidades tradicionais, né. Então esse é o meu meu local de trabalho de maior peso, mas na terapia ocupacional eu fiquei de 2011 a 2013 na coordenação, quando veio o MEC e tal, aí eu, "bom, meu compromisso com vocês está cumprido, agora eu vou buscar fazer o meu doutorado", foi quando eu entrei no doutorado de psicologia no mesmo programa que eu fiz a especialização e o mestrado, no estudo da subjetividade, então eu entro no doutorado em 2013 e concluo em 2017. Aí quando eu estou retornando do doutorado, que aí eu pedi um ano de licença para concluir o doutorado, quando eu estou retornando, já me ligam, "você poderia assumir a coordenação?" (risos). Aí eu entro de novo, Roberta, nessa história, aí eu entro, fico de 2018 a 2020, e aí saio exatamente no período que a gente começa com a pandemia, né.

R: Nossa…
M: Começa a pandemia… Em 2018 eu crio o laboratório Ixé, né, então, muito fruto do trabalho que eu vinha desenvolvendo em sala de aula, racializando as discussões dentro das disciplinas obrigatórias, então eu ministro disciplina de "terapia ocupacional, antropologia e sociologia", aí eu trago as questões da população negra, das populações indígenas, LGBTQIA+ e começo também a desenvolver um trabalho de acolhimento de estudantes negros que começam também se identificar pelas discussões, muitos ainda nem com a tomada de consciência racial, sabe, e começam a ficar incomodados e querendo conversar sobre essas questões, não em sala de aula, poder também… aí eu abro um grupo, que é um grupo de acolhimento a partir da experimentação de atividades

R: Uau.

M: Com essa proposta da gente buscar atividades de perspectivas negras e aí a gente vai caminhando, vai tendo um espaço para fazer discussão de textos também, para além daqueles que eu trabalhava em sala de aula, e aí, desse movimento, eu acabo entendendo que a gente precisava criar um laboratório, um laboratório, e aí a gente constrói, junto com… muito a partir do apoio da Ana Carolina, que na época era essa estudante também, não sei se você conhece a Ana Carolina?

R: Não

M: Ela também faz o… ela faz mestrado na UFSCar, mas ela entrou na pandemia então acho que ela pouco circula pela UFSCar, né, porque ela fez mais remoto. Então hoje a gente tem o laboratório, que tem eu e ela como cofundadora, né, enquanto na época estudante, então a gente cria esse laboratório que tem ações de ensino, pesquisa e extensão ligadas às perspectivas negras, né, então as atividades de ensino, eu crio duas disciplinas optativas, que é a "aaafronto", que é 'atividade', 'afrocentricidade', 'afroacessibilidade cultural', 'negritude' e 'terapia ocupacional', "aaafronto", que fica dentro da…. não, afroacessibilidade cultural é o grupo, "aaafronto", com três A's, que é 'atividades', 'afrocentricidade', 'afroacessibilidade cultural', 'negritude' e 'terapia ocupacional', é uma linha de pesquisa do grupo de pesquisa do AHTO, da Carlinha, da professora Carla, né

R: Ah, tá.

M: Ela tem esse grupo de pesquisa, AHTO, e a gente criou uma linha de pesquisa com esse nome, "Aaafronto", mas antes dessa linha de pesquisa eu tinha criado a disciplina optativa, que é "atividade, afrocentricidade, negritude e terapia ocupacional", "aafronto" e, a segunda, que é "laboratório de atividades afrocêntricas", então a "aafronto", ela tem um caráter mais teórico e menos prático e a "lab afro", ao contrário, tem mais prática e carga horária menor de teoria, e aí eu coloquei uma… é pré-requisito, né, a primeira de 60 horas e a segunda de 45 horas, então é uma atividade de ensino que é algo que eu venho problematizando na formação, porque a gente precisa ter na formação disciplinas obrigatórias com essa especificidade, sabe? "Ah, mas o tema tem que ser transversal", beleza, tem que ser transversal, mas a gente também tem que ter disciplinas que façam um aprofundamento sobre as epistemologias negras, porque a gente está falando inclusive de uma formação de terapeutas ocupacionais que precisam conhecer as atividades afrorreferenciadas e aí, a partir desse laboratório, a gente vai criando essas disciplinas, aí projetos de extensão, que foi o "Identidades Aberta", que era… que é um projeto voltado para a criança, né, o público infantil

R: Bonito

M: É, para crianças negras e não negras, com e sem deficiência, então a gente trabalhava no Museu de História e Cultura Afro-Brasileira, que é um museu que fica aqui na pequena África, uma região do Cais do Valongo, que é o maior porto que importou africanos e escravizou, então é um circuito reconhecido pelo IPHAN, então é um circuito histórico da herança africana, e aí a gente trabalhava com as crianças desse território, que em sua maioria eram crianças negras, então sempre com

atividades negras, a gente chegou nesse nesse museu que tinha uma biblioteca e quando a gente chegou a gente via as crianças, a maioria negra, lendo Branca de Neve, Frozen, histórias brancas, né, e aí aquilo, “não, não dá”, e aí a gente começa a construir umas atividades, oficinas de contação de histórias africanas

R: Uau

M: E aí gente começa a trabalhar com essas contações de histórias e de experimentação, então a história tal a gente vai contar… porque as crianças não ficavam quietinhas, então era… (risos)

R: É crianças, né (risos)

M: Exatamente, tinha que pensar dinamizando, experimentando, aí dramatizava, constrói figurino… a partir dos personagens negros, e na pandemia aí a gente vai, a partir de 2018 a 2020, quando começa a pandemia, aí a gente suspende esse projeto e a gente cria o “troca de Ixé”. Ixé é uma palavra em iorubá, africano, que quer dizer “atividade”, “trabalho”, “ocupação”, né, que são os termos da terapia ocupacional, porque quando a gente fez a leitura do Molefi Kete Asante, que fala da afrocentricidade, ele fala que para se construir um projeto afrocêntrico é fundamental cuidarmos dos signos, dos termos, né, porque as palavras, elas… o nome, por exemplo, foi a primeira coisa que o colonizador fez, foi tirar os nomes africanos e batizar com os nomes brancos, né. Então, para reconstruirmos uma subjetividade negra, como você estava falando, de Sankofa, né, a gente precisa fazer esse caminho de volta, né, e um deles é retomar os termos, os signos, as palavras, né, e aí foi quando a gente pensou, “bom, a gente não tem como fazer com que a terapia ocupacional ela seja essencialmente negra, porque, né, não é, mas a gente pode produzir processos, né, de incitação de reconstrução ancestral, existencial negra, a partir do nosso objeto de estudo que são as atividades humanas, né, então se é isso, não dá para eu falar sobre, simplesmente atividades, a gente então vai utilizar a palavra em iorubá, Ixé”, então, “ixé”, o “laboratório Ixé” tem esse termo nesse movimento de se pensar essa retomada, né, e aí a gente constrói o projeto de extensão “troca de Ixé”, que foi pensado na pandemia, que a gente falou, “caramba, e agora? o que que a gente vai fazer com o nosso povo, né? É ele que está aí na linha de frente, todo mundo que tem melhores condições e privilégios estão dentro de casa preservado, mas a gente sabe que tem as empregadas domésticas, a gente sabe que tem o segurança, a gente sabe que tem um público em sua maioria negra que está na rua, então o que que a gente pode fazer?”, e aí foi quando a gente começou a pensar… que foi o boom das lives, lembra?

R: Muitas, muitas

M: Tudo… e aí a gente pensou esse projeto exatamente com uma proposta de oferecer um espaço de experimentação de atividades afrorreferenciadas e aí a gente começa a convidar pessoas que tinham experiência, por exemplo, tinha uma uma conhecida… que a gente foi fazendo um mapeamento, né, de possíveis parceiros… que dava aula de yoga africano, dava aula de alimentação africana, que dava aula sobre racismo alimentar, então havia sempre um texto para para incitar essa aproximação do tema, mas a ideia principal era experimentar, então… “de que forma podemos aumentar a nossa imunidade?”, “ah, sabemos que o suco com, sabe, com

abacaxi e inhame aumenta a imunidade", então a gente fazia essas trocas de saberes ancestrais negros para que a gente compartilhasse essas experiências que minimizassem os nossos sofrimentos, aumentasse completamente a nossa imunidade, então eram propostas de experimentação na modalidade remota. E aí, hoje, com o retorno às atividades presenciais, a gente retomou o projeto "identidades abertas" com as crianças e o "troca de Ixé" no presencial. Então a gente começou com o "troca de Ixé" num centro de referência da mulher, que é um centro de referência da UFRJ que trabalha com mulheres que vivenciam situações de violência, né, violência doméstica, então a proposta foi da gente, exatamente, a partir da experimentação, de práticas do autocuidado, "quais eram? E aí, vamos lá, vamos experimentar fazer o sabão com a raiz, né, então a raiz que tem, a gente ferve ela, faz a espuma…" e era essa experimentação e tentando resgatar nas mulheres, e era a mesma ideia, mulheres preferencialmente negras, mas eram negras e não negras, e com essa ideia, "oh, a gente trouxe isso aqui, quem conhece essa erva? quem conhece outras ervas?", e aí essa coisa da gente ir trocando, trocando esses saberes ancestrais negros. Aí a gente depois começa a fazer uma parceria com um terreiro, que eu sou filha desse terreiro, em Pedra de Guaratiba, e aí a gente começa uma parceria com esse terreiro, com a proposta de experimentação de atividade, também a princípio para mulheres negras e não negras com experiência de violência, só que aí o que que a gente encontra indo para o território? A questão que não sei se você já ouviu falar que a gente vivencia aqui no Rio de Janeiro, que é o problema do racismo religioso a partir das milícias…

R: Nossa, não sabia…

M: É, tem uns territórios aqui que por exemplo não existe mais terreiro, eles foram destruídos, pelo um suposto "exército de Deus de Israel", o "exército de Israel", é esse o nome. Então, constituído pelos grupos religiosos neopentecostais, né, e que as pessoas que moram nesses territórios, por exemplo, não pode usar branco numa sexta-feira

R: Nossa…

M: É, não pode, não pode, muitos terreiros foram destruídos, então tem locais que não tem. Em Pedra de Guaratiba a gente não vive essa situação tão crítica como essa de não poder usar branco, mas a gente já sabe de algumas regiões que os terreiros têm sido visitados por esses grupos, pelas milícias, e aí a gente começa a entender que não dava para a gente fazer esse trabalho dentro do terreiro, que a gente poderia colocar em risco inclusive, não só o público que estaria vindo, mas o próprio, a comunidade do terreiro, sobretudo porque quando a gente fez a primeira proposta de trabalhar com mulheres negras, especialmente em situações de violência, muitas vezes são mulheres desses grupos, então a gente ia mexer na coisa de abelha…

R: No vespeiro, que alguns dizem, né

M: É, vespeiro, né. Então a gente fez uma parceria com um centro cultural, aí a gente começou a desenvolver esse trabalho com o centro cultural, dali a gente foi fazendo parceria com um serviço de saúde mental, que tem um nome aqui no Rio de Janeiro, que é um serviço de saúde mental territorial, não é um CAPS, é Deambulatório, a proposta é diferente do ambulatório, né, que era para ser movimento, mas o

ambulatório é aquela coisa, todo mundo nas suas salas atendendo, mas o Deambulatório é essa proposta de deambular no território buscando essas parcerias com os centros culturais, com igrejas, para pensar o cuidado em saúde mental, então hoje a gente tem trabalhado numa instituição que desenvolve trabalhos sociais também, que é a instituição Angélica Goulart, em Pedra de Guaratiba, junto com esse serviço de saúde mental. Então hoje a gente tem o "identidades abertas" para as crianças, que são oriundas desse serviço de saúde mental, e aí a gente constrói o trabalho junto com as equipes de saúde mental, e com adultos, aí a gente não fechou só para mulheres, agora é homens e mulheres, né, negros e não negros, com sempre proposta de experimentação de atividades afrorreferenciadas ligadas às perspectivas de terreiro, né, e aí quando a gente fala de 'perspectivas de terreiro', e aí quando a gente fala em 'perspectivas de terreiro' é numa concepção mais ontológica, filosófica e não religiosa, né, porque a gente sabe que o candomblé, ele foi criado como um sistema de, um sistema social para que os africanos que foram libertos, né, pudessem vivenciar a sua cultura que perdeu, né, desde que foram sequestrados para o Brasil, então eles criam esse ambiente para ritualizar o seu cotidiano, que em África embora também já atravessado, né, pelas religiões neopentecostais, se perdeu e tem se perdido muito, é… mas experimentar o que não era do campo religioso e sim do seu cotidiano

R: E preservaram, né

M: Exatamente, então o candomblé é esse espaço de preservação, e é aquilo que a gente fala, se não fossem esses saberes das erveiras, das benzadeiras, dessas matriarcas, não teríamos hoje 56%, mais de 56% da população negra no Brasil, isso é porque o projeto não deu certo, que era de nos eliminar, né, mas a gente conseguiu é… "não morrer", né, como diz Conceição Evaristo

R: Uau

M: E é isso, né

R: Professora, uma trajetória muito longa. E agora eu tô pensando assim, "então a senhora é uma das pioneiras", porque é isso, né, talvez seja impossível também pensar a construção da terapia ocupacional, do curso de terapia ocupacional, e não citá-la.

M: É verdade

R: Independente de qual foi, se foi, 2011, 2009.1, né, ou 2009.2, a senhora ainda assim é a pioneira nas duas instituições

M: É, e aí talvez é bom dizer "uma das", né, porque essa ideia da "a pioneira" é muito ocidental, né (risos)

R: É, mas são várias pessoas que estiveram juntas nessa construção, né

M: Várias pessoas, né. O que é o mais importante é isso que você tá trazendo, de não deixar que seja apagado, então, sim, eu sou uma das pioneiras, sim, eu fui essa

pessoa que trabalhou bastante para os cursos de terapia ocupacional no Rio de Janeiro, sim

R: A senhora… acho que é óbvio, né, que não tem como pensar a construção de algo grandioso se for uma forma solitária, né

M: Exatamente

R: Não é viável, né, não nos é possível

M: Esse lugar de autoria é branco, né.

R: O nosso é tão transversal e compartilhado, né

M: Comunitário… exatamente, né, então… mas é importante sim, falar é dessa participação, e que não é uma participação qualquer, uma participação é… sabe, com consistência, com consistência, com muito trabalho mesmo, que também tem a ver com a nossa natureza negra (risos)

R: A gente não não cansa, né, a gente persiste…

M: Não, cansar, a gente cansa (risos)

R: Mas tem um cansaço que ainda assim persiste

M: Sim

R: É que assim, não é a desesperança que nos mantém na apatia e na inércia, né, mas que nos mobiliza

M: É verdade

R: Que vai nos mobilizando… senão a gente não estaria aqui né, prof.

M: É isso. Por isso que eu achei muito importante assim, realmente eu tô vivendo uma temporalidade que não cabe, né, nas 24 horas, mas eu achei muito importante assim, é… é… contribuir com a tua pesquisa, sabe, é… uma TO, uma TO preta, então assim, o que eu puder fazer pra fortalecer, eu vou fazer. Então que bom que a gente conseguiu hoje (risos)

R: Que bom que o universo conspirou que a gente pôde se encontrar, né

M: Isso…

R: Ô, prof, uma coisa que eu só queria perguntar, qual foi o ano que a senhora entrou e o ano que a senhora finalizou o curso de TO?

M: Eu entrei… eu terminei o curso de TO… acho que… 92? Eu vou ter que olhar no lattes (risos). Já não lembro, deixa eu ver aqui se eu acho no lattes

R: Mas então a senhora tem mais de 30 anos de experiência, né

M: Acho que sim, acho que sim, porque eu me formei e comecei a trabalhar, como eu disse, né. Vamos ter que buscar currículo

R: Não, professora, depois eu mesma olho então, fique despreocupada

M: Acho que é 92… mas fala, se você quiser falar, aí enquanto isso eu vou procurando.

R: A terceira, a terceira etapa é desse processo de reconhecer-se enquanto pessoa negra

M: sim…

R: Se a senhora poderia relatar como foi esse seu processo de se reconhecer enquanto uma mulher negra

M: Sim… bem difícil e muito tardio, bem difícil e muito tardio, né... Pela coloração da minha pele você já deve perceber que eu sou fruto de uma relação interracial, né. Meu pai preto e minha mãe branca, meu pai preto conhecido… então depois você procura?

R: Eu procuro, eu procuro.

M: Não está entrando aqui não. Meu pai preto conhecido como um preto de alma branca

R: Nossa..

M: Né, porque era um preto muito educado, né, um preto que tinha uma linguagem rebuscada, né, embora de origem social desfavorecida, né, mas meu pai era muito inteligente, né, muito trabalhador e… e muito cortês, né, muito permissivo para os racistas, né, então por não ser, né, não fazer nenhum tipo de enfrentamento, ele era "um preto de alma branca", né, com uma fala racista. E aí eu sou a filha mais velha né, de três filhos eu sou a mais velha, é… a discussão sobre a questão de negritude, identidade negra, não era uma questão na minha família, né, e eu só vou, na verdade, me identificar como mulher negra no meu período de… quando eu, quando eu entro, acho que em 2010… em 2010, que eu começo a… 2010 não, menos, que eu estava no mestrado… não, eu estava no doutorado já, estava no doutorado, então acho que foi em 2010 para 2011, né, que eu começo a me aproximar, né, de pessoas é… falando da da cultura negra, da identidade negra e tal, e essa coisa, né, de relacionamento interracial, então 'não era tão mulato', 'mulato' era um termo complicado, que não sei o que e tal, então eu vou muito devagarzinho, acho que a partir de 2010 me aproximando sobre isso, mas sem muita consistência, né, e aí eu acho que foi mais depois, em dois mil e, 2015, que aí eu começo a me aproximar um pouquinho mais, porque como diz Neusa, né, Souza Santos, é um "tornar-se negro", né, não "é acordei negra"

R: Não

M: Não é isso, né. Então é eu começo me aproximar mais dessas discussões, começo a procurar mais, estar mais com com… não digo que é coletivo, né, mas em espaços que tinham pessoas com debates, né, sobre as questões raciais e tal, e vou me interessando, vou me interessando por isso, e acho que quando eu crio o laboratório em 2018, que eu acho que aí sim…

R: É um marco

M: Eu entro com força… é, aí eu entro com tudo, né, entro com tudo, começo a ver inclusive algumas dificuldades de sustentar algumas relações de amizade, de proximidade no meu campo de trabalho, porque eu vou começando a identificar o racismo, né, e vou vendo também os racismos que aconteciam desde a infância, desde a infância, quando me comparavam com a minha avó, a mãe do meu pai, né, que hoje pra mim é motivo de orgulho, sabe, mas eu experimentava de uma forma muito negativa, porque quando, é, é… eles queriam chamar minha atenção eles me chamavam pelo nome da minha avó, “ah velha Beatriz”, né, eu tinha essa experiência, né, de de vivenciar muitas vezes essas situações de racismo, né, tanto do meu pai quanto comigo no sentido de tentar prender o cabelo, né, então a minha tia que fazia de tudo pra que eu ficasse com coque lisinho, né e tal

R: Sem frizz, sem nada, tudo

M: Isso pra não… e sem considerar a dor na cabeça da criança e aí de mim que eu reclamasse

R: Que só faltava inflamar a raiz do cabelo, né, ficava parecendo uma oriental de tanto que puxava, né professora(risos)

M: Então, aí depois que eu vou retomando as memórias e vendo várias situações de racismo dentro da família, mas esse processo de me nomear mulher negra, ele veio de forma muito tardia, talvez mais em torno de 2015, sabe? Aí eu começo realmente a afirmar os meus traços, né? Não alisar mais cabelo, né? Que até então era alisado, ou mesmo deixo de alisar, mas aí começo a não deixar, né, jamais ficaria solto, volumoso, então molha, molha, molha e prende, né? Então sempre esses processos de apagamento, né? Dos traços, dos fenótipos, n, então acho que foi bem assim, tardinho mesmo.

R: E aí, ó, professora, acho que vai seguindo nessa temática. Se houve algum evento marcante, né? A senhora citou alguns exemplos na sua família, mas se houve também algum evento marcante em algum período da graduação e se teve algum tipo de suporte institucional. E eu acho que pode ser tanto da graduação como da pós-graduação, desse percurso aí, né, acadêmico.

M: É, eu tinha até comentado, né, da minha experiência de me sentir burra, tanto na especialização quanto no mestrado, né? Foi uma experiência muito forte, uma experiência de pessoas muito próximas de mim, que me chamavam de burra, sabe? Tipo, “amigos”.

R: Nossa!

M: Me chamavam de burra, mas eu não entendia isso como racismo, entende? Eu entendia isso como um desconforto, eu entendia isso como lugar de burra, porque aí eu me sentia burra mesmo, me sentia burra. E não tinha nenhum suporte, não, não tinha na instituição, né, não existia isso. Aí eu fui fazer terapia, fiz terapia com vários terapeutas brancos e eu só fui mesmo conseguir identificar que os terapeutas brancos não davam conta, porque eu trazia questões que eles não consideravam quando eu já estava no doutorado. Aí sim, aí eu mudo de terapeuta e aí faz toda a diferença, aí faz toda diferença.

R: Acessa de um outro jeito, né?

M: É. E aí você começa... é isso, né? Se fortalecer mais mesmo, sabe, não que as questões tenham acabado, né? Continuam, a gente cada hora leva um tombo achando que, "pô, não, esse deve ser o último". (risos) "Pô, a porrada foi tão grande, não, não vai ter outra grande desse tamanho, não. É a última, é a última…" (risos)

R: Tem outra, né…?

M: É, mas é pra mim muito importante esse espaço de acolhimento, mas que hoje é isso, sou eu que pago a partir dos meus recursos, não enquanto instituição que identifica a importância de criar essas estratégias, né, de acolhimento, das situações de racismo. Não, isso nunca eu vivi, pelo contrário.

R: Mas eu acho que eu também entendo que a senhora proporcionou isso agora também para esse grupo de adolescentes, né?

M: É, isso.

R: Para esses jovens, para os graduandos, né, para um grupo.

M: É, eu acho que é isso, né? A gente... não é porque a gente não teve que a gente não vai criar, né? Então, eu acho que tem muito isso. Eu acho que por isso um carinho imenso, sabe, que eu tenho para o próprio laboratório, que sempre foi também esse espaço de acolhimento dos estudantes negros, sabe? Porque eles sempre falavam, "ah, eu me sinto aqui tão protegido e tal". E é um desafio, né? Porque também é um laboratório acadêmico, então, não posso também... ninguém pode esquecer que é um laboratório acadêmico também, porque senão ele pode virar apenas um espaço de acolhimento. E aí a gente perde uma outra coisa que a gente não pode perder, que é o compromisso de produzir, né, uma ciência afrorreferenciada. Então, e é isso, quando eu falo de ciência afrorreferenciada, é para TOs, mas não só. Porque no laboratório não tenho só estudantes de terapia ocupacional, não tenho só terapeutas ocupacionais. Eu tenho outras áreas, tem psicologia, tem ciências sociais, né, musicoterapia, que no meu entendimento, o estudo das atividades afrorreferenciadas, elas são fundamentais para todos os profissionais que trabalham com a população negra. Então, o meu compromisso é com a população negra, entende? E a terapia ocupacional é um campo de conhecimento, de formação dos estudos das atividades humanas, que sempre falam que tem que ser singularizada. E quando eu pergunto, "quais são as atividades afrorreferenciadas que vocês conhecem? O que que vocês propõem?" E aí eu falo, "nada contra a tinta guache, papel, lapiseira, nada contra". Mas não dá para ser só isso, gente.

R; Não tem como, né?

M: Não tem como. Agora, como é que o terapeuta ocupacional vai ter essa prática, se ele também não experimenta na formação? E aí que vem a importância do Lab Ixé, para pensar essa formação.

R: E é, eu acho que também assim, prof… eu nunca tive nenhum professor, negro nem nada, né? Enfim, inúmeras questões, nunca.

M: Eu tive, não sei se você chegou a entrevistá-la, a Rita de Cássia.

R: Sim, conversei com ela.

M: Lá do, ela tá agora…

R: em Sergipe.

M: Em Sergipe, isso. Ela foi minha professora, a Rita foi minha professora.

R: Ela falou da senhora.

M: Falou? Pronto. Nessa época, eu não sei como é que tá agora, mas na época ela foi uma professora, eu acho que ela também não tinha essa discussão racializada, não.

R: É, assim, não sei, prof. Também, assim, não tô tão adentro dessa questão étnico-racial, né? É uma coisa também que eu venho pesquisando recentemente, mas é uma coisa muito recente. Acho que para a gente, enquanto terapeuta ocupacional, eu acho que a senhora tá na docência há muito mais tempo, assim, ainda é muito, ainda é muito recente.

M: É recente.

R: Né? O que a gente vem produzindo e tal. E aí, quando pensa assim, “é para a população negra”, a população negra é a maioria que usa os serviços públicos.

M: Isso.

R: Né?

M: Exatamente.

R: Eu trabalho num CAPS…

M: Por isso que a gente não tem uma formação que não vai atender. Aí é isso, vai dar só… esse conceito de ‘afroacessibilidade cultural’, ele foi criado por uma terapeuta ocupacional, que é minha irmã biológica, inclusive.

R: Uau!

M: É, a Juli. A Juli Costa, também. Ela criou esse conceito quando ela tava fazendo a especialização em acessibilidade cultural na UFRJ. E ela começou a trabalhar no projeto “Identidades Abertas” como voluntária, e aí, que é no Museu de História e Cultura Afro-Brasileira, né… Essa especialização, ela visa formar profissionais para pensar acessibilidade dos equipamentos culturais, né? Que não são acessíveis para pessoas com deficiência. Só que aí, o que ela foi identificando? Que, “ok, se constrói toda uma questão de acessibilidade, mas para pessoas negras, elas vão acessar a cultura branca”.

R: Uhum

M: E aí, esse conceito dela, não é só para pessoas negras com deficiência, é também para pessoas negras sem deficiência. Por quê? Essa história do Sankofa, né? (risos)

R: A senhora também tem (risos)

M: Tenho. Tenho. Primeira coisa que eu fiz (risos). Esse processo de retomada, tem uma antropóloga, filósofa, que é a Marimba Ani. A gente sempre trabalha, fala dela nos nossos textos, né? Ela fala o seguinte, “que a cultura negra…”, ela fala ‘cultura africana’, né, “...é o sistema imunológico do negro”.

R: Uau.

M: O que que ela está querendo dizer, né? Exatamente, pelo processo de branqueamento, de alienação racial, a gente foi se afastando da nossa cultura, né. Aí, lembrando das matriarcas que criaram o Candomblé. Para quê? Aumentar o seu sistema imunológico. E é nesse sentido, aumentar o sistema imunológico para não morrer enquanto pessoa negra, porque uma pessoa negra embranquecida, ela é uma pessoa (in)convalescente, ou mesmo morta.

R: Está doente, né?

M: Está doente. Ou morta, quando ela começa a experimentar o processo do auto-ódio, como Fanon vai dizer. “Eu não suporto ser negro”, eu começo então a odiar aquele que é o meu espelho, os meus, e eu começo então a reproduzir práticas racistas, que é aquilo que a gente fala, “o negro não é racista, ele reproduz a prática racista”. Então, ela fala sobre esse conceito, no quanto que é importante acessibilizar, ou seja, oferecer cada vez mais acesso às atividades de base africana para pessoas negras, inclusive sem deficiência.

R: Uau!

M: E é isso.

R: Depois eu vou procurar, então, o trabalho dela para ler.

M: É, procura sim.

R: Ótimo. Ó, prof, eu vou dando continuidade. A senhora já bem que falou, mas eu faço também a pergunta

M: Tá

R: Se na sua percepção, enquanto uma mulher negra, e aqui, estudante, profissional e docente, se houve algum episódio ou fato que repercutiu no seu cotidiano ou na sua trajetória profissional?

M: Sim, acho que eu já respondi, né?

R: Uhum

M: Então, você tá falando no campo profissional, né? É. Quando a Alê, eu também fui sujeito da pesquisa da Alê, né? Fui sujeito. Quando ela me fez essa pergunta, eu respondi da forma que eu vou te responder agora, de uma forma muito genérica, porque é isso, né? Eu continuo trabalhando no mesmo lugar e eu não gostaria, sabe, de apresentar as situações, porque eu acho que localiza, localiza muito as pessoas, né? Principalmente para nós, que é um campo pequenininho, então, mas de um modo genérico é esse, assim, amizades, relações de trabalho que eu tinha e hoje eu não tenho mais.

R: Por isso já basta, né?

M: É isso.

R: Ó, ô, Prof, e a última, né? Que assim, são contribuições para a terapia ocupacional. Aí, rememorando a sua trajetória, qual ou quais você considera a sua principal contribuição?

M: Acho que foi a criação do Laboratório Ixé. Foi a contribuição, tem sido essa contribuição do Laboratório Ixé, que é pensar aquilo que a gente construiu também no livro, a gente tem um capítulo de livro intitulado 'Terapia Ocupacional Afrorreferenciada', que fala exatamente de como constituir uma terapia ocupacional orientada para um Brasil constituído com mais de 56% da população negra. Então, se a gente não tiver essas discussões no processo de formação, como é que a gente vai construir práticas de saúde, de educação, de cultura, assistência social, sabe, singularizada, como a gente fala dentro da TO. Não vai ter como, e não ter isso é ter que se reconhecer enquanto um reprodutor do racismo, do racismo epistêmico, de racismo institucional. Então, para mim, o Lab Ixé tem cumprido essa função de formar, de incitar grupos de estudos, é por conta do Lab Ixé que hoje eu estou na superintendência de saberes tradicionais, exatamente por essa parceria de trabalho, como eu estava falando, troca de Ixé, de chamar pessoas com experiência nesse saberes ancestrais negros. E hoje é isso, hoje na superintendência eu estou com esse compromisso de construir uma política de inclusão dos povos tradicionais, mas a partir desse protagonismo, porque geralmente se discute, mas é o branco falando do quilombo, é o branco falando… tá entendendo? Não, a partir do protagonismo… Então, acho que o Lab Ixé foi esse dispositivo que se mantém vivo e se desdobrando, hoje nesse lugar da superintendência, hoje eu estou com um projeto junto do Ministério da Igualdade Racial, que é um projeto de mapeamento dos terreiros que

foram afetados pelo racismo religioso e ambiental. E aí a gente tem o Rio Grande do Sul, que viveu agora há pouco tempo essa devastação. E é isso, é um projeto em que a gente vai estar trabalhando com as lideranças de terreiro, pensando na elaboração do edital, para a gente pensar quais são os critérios que serão essenciais para que cada responsável por esses terreiros que foram violentados possam inscrever, porque esse edital vai contemplar 50 terreiros com uma bolsa, um recurso para dar uma possibilidade de reparar alguma coisa, de consertar, de comprar outra. Então, é um valor baixo, mas é uma troca, porque na nossa perspectiva negra, tudo tem que ser troca. Não dá para só eu te dar e nem só você me dar. Então, é uma pesquisa, tá? Eles vão oferecer esses dados para que a gente possa, sim, com esses dados, fomentar políticas públicas para os povos de terreiro, mas também diante do reconhecimento de uma calamidade, de um processo de devastação, de violência, sabe. Então, “toma aqui um dinheiro para começar”. E, quem sabe, projetos futuros para aumentar esse recurso, criar outras estratégias. Então, é sobre isso. E, nesse projeto com o Ministério, a gente também vai estar, junto com essas lideranças, criando um curso de educação ambiental a partir dos saberes de terreiro

R: Que daora

M: Onde os próprios mestres de terreiro, os povos de terreiro, que vão dar esse curso para outros povos, outras comunidades de terreiro, para as pessoas interessadas nessa problemática que a gente vive hoje em dia, né, da efervescência climática, enfim. E também a organização de um evento de jovens de terreiro, para apresentar de que forma essa juventude tem multiplicado esses saberes nessa direção, por exemplo, do meio ambiente, de como esses saberes ancestrais podem fazer um enfrentamento, né, nessa crise climática que a gente vai vivenciar. Então, é isso, é o Laboratório Ixé.

R: Muitas coisas.

M: Muitas coisas.

R: De muitos cuidados e de várias frentes, né?

M: É.

R: Ó, prof, para finalizar, se diante das perguntas, a senhora gostaria de compartilhar mais alguma coisa?

M: Não, acho que eu falo tanto, né? (risos)

R: Fique tranquila, viu? Porque tem gente que eu fiquei quatro horas.

M: Ave Maria, sério? (risos)

R: Aham (risos)

M: Ave Maria. Não, eu acho que o que eu falei… caso você tenha alguma outra coisa, também estou à sua disposição para responder. E mais desejar que a sua pesquisa, ela seja também esse dispositivo que alguém possa um dia perguntar para você, né?

“O que que na sua trajetória você também reconhece como, né, aquilo que disparou tantas coisas…” e que a sua pesquisa possa ser também essa referência de multiplicação daquilo que a nossa população negra tanto precisa, acho que é isso.

R: Prof, eu queria lhe agradecer, assim, muito, muito, muito. Eu acho que primeiro eu agradeço a sua existência neste mundo, a sua vida, o seu saber, o seu axé, a sua energia, né?

M: Axé

R: Eu acho que fica muito evidente, assim, o que a senhora produz. E essa entrevista, acho que é isso, né, tá tão ético, tá tudo tão unido, então eu agradeço a sua disposição de compartilhar o seu tempo de vida nesta sexta-feira comigo.

M: Tá bom.

R: Só tenho que te agradecer, muito, muito, muito. Para a gente ir construindo esses baobás. Eu falo assim, que eu tenho entrevistado vários baobás (risos). Muitos baobás, uma floresta de baobás. Que é isso, tem a produzir, estão frutiferando, estão florescendo. Então, tenho ficado muito nessa perspectiva que sempre estivemos aqui, sempre produzimos, sempre cuidamos, sempre foi muito ético, compartilhado, comunitário, de um jeito, assim, tão cuidadoso que eu acho que poucas vezes eu vi. Porque eu acho que não é só na entrevista, mas é muito da prática da vida, do encontro com o sujeito. Então, eu só tenho que lhe agradecer, muito, muito, muito.

M: Eu agradeço também, esse encontro, viu? Que seja potente para ti também.

R: Obrigada, prof. Eu lhe mando o termo.

M: Tá bom.

R: Tá bom?

M: Tá.

R: Muito obrigada e um ótimo final de semana para a senhora.

M: Para você também. Um beijo grande.
R: Até.

M: Tchau, tchau.

R: Tchau.